

**A FORMAÇÃO ACADÉMICA PARA O
JORNALISMO DO SÉCULO XXI:
SOBRE QUESTÕES DE PRÁTICA E
TÉCNICA**

*Jornalismo e mercado - os novos desafios
colocados à formação*

Pedro Manuel Rouxinol Samina Coelho

Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação
Estudo dos *Media* e do Jornalismo

outubro 2013

Pedro Manuel Rouxinol Samina Coelho
**A FORMAÇÃO ACADÉMICA PARA O JORNALISMO DO SÉCULO XXI: SOBRE QUESTÕES
DE PRÁTICA E TÉCNICA**
Jornalismo e Mercado - Os Novos Desafios Colocados à Formação

**A FORMAÇÃO ACADÉMICA
PARA O JORNALISMO DO
SÉCULO XXI:
SOBRE QUESTÕES DE PRÁTICA E
TÉCNICA**

*Jornalismo e mercado - os novos desafios
colocados à formação*

Pedro Manuel Rouxinol Samina Coelho

Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação
Estudo dos *Media* e do Jornalismo

outubro 2013

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciências da Comunicação, Estudo dos *Media* e do Jornalismo, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor João Pissarra Esteves

DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 21 de outubro de 2013

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador,

Lisboa, 21 de outubro de 2013

ÍNDICE

RESUMO	13
JORNALISTA DE FRONTEIRA.....	17
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1.....	33
JORNALISMO: OS ALICERCES DE UMA PROFISSÃO	33
A FUNÇÃO SOCIAL DAS NOTÍCIAS	34
UM JORNALISMO PARA AS MASSAS: OS PRIMEIROS SINAIS DE UMA INFORMAÇÃO QUE ENFORMA SEM FORMAR	37
A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO JORNALÍSTICO E A IMPOSIÇÃO DO MERCADO	48
CAPÍTULO 2.....	63
JORNALISMO, DEMOCRACIA E MERCADO	63
O PAPEL DO JORNALISMO NAS SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS	63
JORNALISMO E MERCADO	88
OS ANOS 80 DO SÉCULO PASSADO E A MUDANÇA DE PARADIGMA	88
OS EFEITOS DA TECNOLOGIA NO JORNALISMO DE MERCADO	116
CAPÍTULO 3.....	125
OS EFEITOS DA INTERNET NO JORNALISMO	125
(O BINÓMIO ECONOMIA-TECNOLOGIA).....	125
A LONGA VIDA DAS PLATAFORMAS MEDIÁTICAS	126
SUSTENTABILIDADE DO JORNALISMO NA REDE	132
A ASSOCIAÇÃO DA INTERNET AO JORNALISMO	140
A CENTRALIDADE DO PÚBLICO	156
OS EFEITOS NEGATIVOS DA INTERNET NO JORNALISMO	183
OS EFEITOS POSITIVOS DA INTERNET NO JORNALISMO	200

CAPÍTULO 4.....	217
O JORNALISMO ENQUANTO CAMPO ACADÉMICO.....	217
UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA	217
A MATRIZ DE JOSEPH PULITZER	227
A NECESSIDADE DE RECONSTRUÇÃO DO JORNALISMO	233
ARGUMENTOS EM DEFESA DE FORMAÇÃO ACADÉMICA ESPECÍFICA	249
CAPÍTULO 5.....	255
O ENSINO DO JORNALISMO E O MOLDE DO MERCADO	255
CURSOS DE JORNALISMO/COMUNICAÇÃO: NOVO CAMPO DE RECRUTAMENTO	255
O MOLDE DO MERCADO	268
O DESAFIO DA ACADEMIA: INVERTER A CRISE DE AUTONOMIA	280
A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS JORNALISTAS	288
COMO COLOCAR O PESO DO NÚMERO AO SERVIÇO DA QUALIDADE DA FORMAÇÃO	300
CAPÍTULO 6.....	313
O ENSINO DO JORNALISMO EM PORTUGAL	313
A HISTÓRIA DO ENSINO DO JORNALISMO EM PORTUGAL	313
TENDÊNCIAS QUE RESULTAM DA OBSERVAÇÃO DOS PLANOS DE ESTUDO	333
PRESSUPOSTOS ORIENTADORES	345
CONCLUSÕES	350
CAPÍTULO 7.....	353
O POSICIONAMENTO DO JORNALISMO NA ACADEMIA: ESTUDO DE CASO SOBRE A REALIDADE PORTUGUESA	353
O CURSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (CC) DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS (FCSH) DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (UNL)	359
O CURSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO: JORNALISMO, ASSESSORIA, <i>MULTIMEDIA</i> (CCJAM) DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (UP)	382
O CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (CS) DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE COIMBRA (ESEC)	402

CURSO DE COMUNICAÇÃO E JORNALISMO (CJ) DA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARQUITETURA, ARTES E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO (ECATI) DA UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS (ULHT) DE LISBOA.	420
CURSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA (CCC) DA FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, ARQUITETURA, ARTES E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO (FCATI) DA UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO (ULP)	432
CURSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (CC) DO INSTITUTO SUPERIOR DA MAIA (ISMAI)	444
CONCLUSÕES	453
CAPÍTULO 8.....	457
CONTRIBUTOS PARA A ESTRUTURAÇÃO DE UM MODELO DE FORMAÇÃO DE PRIMEIRO CICLO EM JORNALISMO	457
A MATRIZ DE FORMAÇÃO EM JORNALISMO	457
ESTRATÉGIAS DE COORDENAÇÃO	464
PROPOSTAS DE INTERLIGAÇÃO TEORIA-PRÁTICA A PARTIR DO ESTABELECIMENTO DE PONTES DE COLABORAÇÃO ENTRE A DIREÇÃO/COORDENAÇÃO E O CORPO DOCENTE	471
A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE ESTUDOS	482
PROPOSTA DE UNIDADES CURRICULARES QUE CONSUBSTANCIEM O MODELO QUE DEFENDEMOS	495
CONCLUSÃO	519
ENTREVISTAS.....	557
ANEXOS	563

RESUMO

A FORMAÇÃO ACADÉMICA PARA O JORNALISMO DO SÉCULO XXI: SOBRE QUESTÕES DE PRÁTICA E TÉCNICA

Jornalismo e mercado - os novos desafios colocados à formação

Pedro Manuel Rouxinol Samina Coelho

O papel que o jornalismo desempenha na democracia, contribuindo para a sua proteção e, simultaneamente, enriquecendo-a (produzindo informação que promove a comunicação entre os membros da comunidade), exige que o estudemos, com o propósito de contribuirmos para a preservação dos valores que o estruturam.

As novas tecnologias digitais não alteraram a finalidade do jornalismo; reforçando o potencial de participação do público na dinâmica da esfera pública, ampliaram a possibilidade de comunicação. Ainda que a Internet tenha aberto brechas no edifício que sustentava o jornalismo tradicional, quebrando a velha aliança que este mantinha com a publicidade que o financiava, a reconstrução do jornalismo (a preservação dos valores que sustentam a finalidade do jornalismo) tem de partir do potencial de participação aberto pela tecnologia.

Este trabalho assume a formação académica (e o estudo do jornalismo) como a via de acesso ao processo de reconstrução do jornalismo. Se os cursos em jornalismo/comunicação estão a ser, cada vez mais e um pouco por todo o mundo, a porta de entrada na profissão, a academia deve assumir centralidade no processo, formando profissionais que estabeleçam um compromisso com o público. A receita é complexa: profissionais que resistam aos condicionalismos impostos pelo mercado, que fazem o jornalismo vacilar, e que ao mesmo tempo respondam criticamente, inovando, produzindo alternativa, às necessidades do mercado. Este percurso reclama uma maior aproximação entre academia e mercado; uma aproximação construtiva que não aniquile a identidade de nenhuma das partes.

Palavras chave: Ensino do Jornalismo; Academia; Mercado; Novas Tecnologias Digitais; Público; Comunicação.

ABSTRACT

JOURNALISM EDUCATION ON THE 21st CENTURY: ON PRACTICAL AND TECHNICAL ISSUES

Journalism and market - the new challenges on journalism education

Pedro Manuel Rouxinol Samina Coelho

Journalism plays a critical role in democracy, contributing both to its protection and enrichment (by producing information that promotes communication between members of the community). This requires further study in order to preserve the values that uphold it.

The new digital technologies have not changed the purpose of journalism: strengthening the potential of public participation in the dynamics of the public sphere, they have increased the possibility of communication. Although the Internet has broken the old ties between traditional journalism and advertising (that financed it), the preservation of the values that underpin journalism should lead us to take full advantage of the communication potential brought by the new technologies.

This work argues that academic training (and the study of journalism) is the way to the reconstruction process of journalism. If courses in journalism /communication are increasingly being held around the world as the main gateway to the profession, academy must ensure a central role in the process, training professionals who may perform a serious commitment to the citizens. The formula is complex: professionals who are strong enough to resist the market constraints which make journalism weaker, and, at the same time, feel able to respond critically to the market demands by innovating and producing alternative market needs. This purpose requires a closer relationship between academy and market, a constructive approach which will not annihilate the identity of any party.

Keywords: Teaching Journalism; Academy; Market; New Digital Technology; Public; Communication.

JORNALISTA DE FRONTEIRA

Notas de Apresentação e Agradecimentos

Denis Ruellan classifica o jornalismo como um ofício de fronteira, no sentido em que a proximidade com outros ofícios alarga o campo; ao invés de esse alargamento representar o esbatimento da identidade do jornalismo, a rede de interconexões que estabelece com atividades vizinhas e as influências exteriores que recebe, antes são garantia dessa identidade. A complexidade e riqueza do jornalismo devem ser encontradas, no entender de Ruellan, na *amalgamagem* e na flexibilidade que lhe percorre a essência.

Num momento em que as novas tecnologias tornaram mais difusas as fronteiras do jornalismo, fragilizando-lhe a base; num momento em que, no gigantismo da rede, mensagens provenientes das mais diversas origens se acotovelam para chegar ao público, o jornalismo e os jornalistas devem distanciar-se dessa miríade de vozes, colocando rótulos de credibilidade na informação, assumindo compromisso reforçado com a ética. O sinal que emitimos é, por isso, contrastante: de que forma pode o jornalismo, ao mesmo tempo, alargar e fechar as suas fronteiras? Se a riqueza do jornalismo está na diversidade, o futuro do jornalismo está na necessidade de absorver, em pleno, o resultado dessas influências sem perder o foco: os valores que o moldam e que lhe garantem identidade.

Este trabalho académico é assinado por um jornalista que busca inspiração na *amalgamagem* de Ruellan e que, ao mesmo tempo, procura um escudo protetor para o jornalismo. Como muitos, também luto para preservar o jornalismo, a nobre profissão que escolhi há 25 anos.

Em 1984, quando cheguei à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e ao curso de Comunicação Social, o número de licenciados na área, entretanto chegados à profissão, era limitado. As pequenas fornadas que, anualmente, terminavam o curso eram recebidas com a resistência de alguns tarimbeiros, formados na cultura cerrada da redação. De facto, um muro alto separava a redação da universidade; vivíamos em mundos paralelos. Quando terminei a licenciatura e entrei na redação cruzei a fronteira e sentei-me ao lado dos tarimbeiros, bebi-lhes a experiência. O tempo obrigou-me a

omitir a academia, tornando cada vez mais difusa a memória da passagem. Éramos assim empurrados para a *desacademização* - forçada para uns, aceite sem resistências pela maioria; todos confrontados com a euforia do primeiro emprego, o avesso da universidade. Cresci profissionalmente procurando pontes com o que tinha trazido da Faculdade; quando as encontrava tentava dar-lhes um uso.

Sei hoje que o curso na área é a porta de entrada mais utilizada no acesso à profissão. São mais as pontes, maiores os laços, menor a desconfiança dos profissionais, a maioria com as mesmas origens. Mas terá diminuído, de facto, a dimensão do muro? Não estará a universidade a ser mera fornecedora de mão-de-obra qualificada, pronta a usar e disponível para ser moldada pelo mercado?

O desejo de estudar o ensino do jornalismo para, eu próprio, me aproximar das respostas é antigo e terá começado a despertar nesse já longínquo 1988 quando, pela primeira vez, entrei (para ficar) numa redação.

Este trabalho académico conseguiu fortalecer a ideia de que o jornalismo e a universidade são troncos da mesma árvore. Tornei-me um jornalista de fronteira, onde a universidade se transformou no prolongamento da minha ação quotidiana, atribuindo-lhe um lugar próprio de questionamento, que a proximidade do objeto desfoca; participando na busca permanente de um sentido para o jornalismo, nos dias em que todos sentem que podem ser jornalistas; alargando as fronteiras e, simultaneamente, precisando-lhe os contornos.

Esta investigação académica é, pois, um resultado desse jornalismo de fronteira, onde a construção do trabalho académico é permanentemente intermediada pelo jornalismo e pelos métodos que servem de referência ao jornalismo, da mesma forma que a prática jornalística, que quotidianamente exerço, recebe as influências da academia. Como sustenta Brooke Kroeger, "as ferramentas de um repórter podem ser instrumentos de precisão nas mãos de um académico", da mesma forma que "os métodos de pesquisa da academia são fundamentais para o jornalista" (2002)¹.

Os universos paralelos (jornalismo e academia), de que nos fala Barbie Zelizer (2004: 2), relatando a sua própria experiência quando chegou à academia vinda do jornalismo, estarão, todavia, pouco disponíveis para estes entrecruzamentos. No centro dessa quase indisponibilidade estará o perfil das duas instituições, academia e jornalismo, que Eduardo Meditsch caracteriza de uma forma particularmente eficaz:

¹ <http://journalism.nyu.edu/publishing/archives/debate/forum.1.essay.kroger.html> (consultado em maio e setembro de 2013)

"duas instituições pouco maleáveis, ciosas dos seus costumes, extremamente vaidosas e pouco recetivas às opiniões externas" (2004: 26 e 27).

Este não é um trabalho jornalístico, mas alimenta-se da investigação jornalística, da entrevista jornalística, da verificação e da objetividade jornalísticas para se aproximar da verdade. Esta associação do jornalismo ao trabalho académico tem especial incidência no estudo de caso, cujos resultados apresento no capítulo sete. A opção pelas entrevistas presenciais, onde a factualidade é enriquecida com o indizível que a observação do investigador tenta desvendar – as expressões, o olhar, a atitude – será o esteio condutor da decisão de associar o jornalismo ao trabalho académico. Tentei, todavia, não perder o foco nem o lugar, consciente de que a construção de um lugar de fronteira apresenta riscos permanentes, cujo impacto esta explicação na primeira pessoa dificilmente conseguirá atenuar.

Neste sentido, agradeço ao meu orientador, Professor João Pissarra Esteves, quem mais vezes me alertou para que não perdesse esse foco, iluminando-me os riscos que poderia correr; agradeço-lhe, igualmente, o rigor que colocou na leitura e o processo construtivo que resultou desse cuidado.

A lista dos agradecimentos é – obviamente – longa; e nela incluo, em primeiro lugar, a SIC, o lugar onde me é possível ser jornalista de fronteira, dispondo do tempo, que falta ao jornalismo quotidiano, para investigar e testar, em interação permanente com chefias e colegas de trabalho, abordagens jornalísticas alternativas. Incluo, igualmente, o departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa, por me ter convidado, em 2006, para assumir responsabilidades de docência em unidades curriculares que não existiam e que pude criar de raiz. Estendo esse agradecimento aos alunos, que permanentemente me desafiam, forçando segundas reflexões sobre práticas quotidianas quase cristalizadas.

Este agradecimento à SIC e à UNL é também um registo de interesses. Esta investigação académica apela, bastas vezes, ao cruzamento entre academia e mercado e, mesmo assumindo a ambição de me manter equidistante destes dois pilares (SIC e UNL) de ambas as dimensões, muitos localizarão passagens onde essa equidistância estará fragilizada. O apelo que vou fazendo, ao longo do percurso, à minha própria experiência, nestes dois universos paralelos, revelou-se uma das decisões mais complexas. Consciente de que não poderia evitar colocar-me dentro do texto, sei, igualmente, o risco que essa inclusão acarreta e a ameaça que ela representa para a sustentação científica da investigação.

Ao longo de um ano letivo (2010-2011), este trabalho mergulhou na realidade de seis cursos de comunicação/jornalismo, cujas coordenações e direções aceitaram, sem qualquer limitação, abrir a porta a um investigador que era também um jornalista. Agradeço-lhes, de forma muito reconhecida, esse acolhimento. Agradeço, igualmente, aos professores que aceitaram ser entrevistados e aos alunos e estagiários que, depois da entrevista presencial, me foram enviando relatórios trimestrais que me permitiram monitorizar-lhes o percurso ao longo de um ano letivo. Neste ponto, um agradecimento especial às alunas Mónica Ribau (ESEC Coimbra) e Aline Flor (UP), pelo trabalho de produção que compensou a distância física a que estava dos dois cursos.

Contando o projeto, foram sete anos da minha vida a cruzarem-se com a vida de muitas pessoas muito próximas; desde logo, os amigos e colegas que se interessaram por mim e pelo meu trabalho e que, muitas vezes sem o saberem, alimentaram a minha reflexão, enriquecendo-a. Destaco a Fernanda de Oliveira Ribeiro, o José Manuel Mestre, a Cândida Pinto, a Ana de Freitas, o Daniel Cruzeiro, a Sofia Arêde, a Miriam Alves, o Paulo Varanda, a Elsa Gonçalves, o Luís Pinto, o José Silva, o Ricardo Tenreiro, o Paulo Gonçalves, a Susana Barros, a Irene Aparício, o António Granado, a Paula Sá, a Carla Baptista, o Jacinto Godinho ... o João Luís, o David, o Tomás Aquino, o Mike, o Simão e a Céu.

Aos meus pais, por me terem aberto a porta de Lisboa e de um curso que ninguém, em Montemor, sabia bem o que era; e ao restante núcleo familiar coeso que, constantemente, me incentivou e respeitou as minhas ausências físicas nos últimos sete anos.

E por fim, aos três que me completam. Sem eles, sem a sua enorme paciência, o seu imenso amor, jamais teria sido possível.

"The only position that occurs to me which a man in our Republic can successfully fill
by the simple fact of birth is that of an idiot"
Joseph Pulitzer, 1904

"There are many more skillful, better paid and educated journalists these days, but they
have less control over the conditions of their work and are less free than in the past"
James Carey, 2000

"When the prestige and credibility of the news media decline, academia is one place
where influence may be exerted and respect recouped"
Stephen Reese, 1999

INTRODUÇÃO

Nas entrevistas que fizemos a 67 alunos, das seis licenciaturas que analisámos, sobressai um sentimento comum, que esbate diferenças sociais, geográficas, ideológicas, de personalidade. O fascínio pela profissão de jornalista.

A imagem romântica que muitos cristalizaram da profissão, amplamente difundida pelo cinema e em séries televisivas; a ideia de que o jornalista é alguém que ergue barreiras contra a progressão de poderes instalados, que protege os fracos e ataca os fortes ... Essa ideia permanece viva no imaginário coletivo. Certamente também no espírito de muitos destes alunos quando começaram a ter consciência da profissão que gostariam de ter; e essa consciência assumiu a dimensão de um sonho que os guiou até à faculdade.

O sinal mais coeso do fascínio que o jornalismo e os jornalistas exercem nas pessoas é o debate extremado a que se presta. O jornalista ama-se ou odeia-se: hoje é deus da sociedade de informação, amanhã o culpado por todas as distorções ou manipulações informativas (Correia, 2009: 216). Brian McNair observa a "esquizofrenia cultural" que o jornalismo e os jornalistas despertam no público, expressa num jogo de opostos ao nível das sensações: “heróis e vilões”, “amor e ódio”, “desprezo e respeito”, “admiração e raiva” (2010: 9 e 13).

Essa apreciação, que salta de um lado ao outro do espectro de sentimentos, sem se fixar no meio-termo, é comum a outras atividades profissionais sujeitas a elevado grau de exposição pública onde, igualmente, esse escrutínio de opostos tem influência no desempenho profissional; mas, como reconhece Érik Neveu, nenhuma outra profissão se presta “a evocações épicas”, como o jornalismo, quando em causa está a pressão imposta pelo fator tempo. Essa pressão, e o *stress* que lhe está associado, geram no protagonista um grau de satisfação tal, que serve de alimento ao mito que torna a profissão tão desejável aos olhos do mundo (2001: 63 e 64).

Assim, ao mesmo tempo que o jornalista assume esse papel de “*globe-trotter*, confidente dos poderosos, investigador capaz de desvendar os segredos mais bem guardados”, rótulos de outra índole se impõem: “manipulação da informação, (...) assessores de imprensa complacentes ou embaraçados”, atores de “golpes mediáticos” que deturpam a realidade em função de interesses particulares (*idem*: 7 e 8).

Os alunos do nosso painel chegaram à faculdade ansiando integrar esse mundo. Mesmo que, em alguns casos, a figura que gostariam de encarnar profissionalmente se aproxime mais do *comunicador versátil* do que do *globe-trotter*, o sonho estava lá, no espírito da maioria, quando escolheram o curso.

Ainda que as fronteiras que delimitam a profissão sejam, cada vez mais, difusas, e esse desfoque embacie a interpretação do público sobre as funções do jornalista, a escolha destes jovens sobrevive ao crescente desprestígio da profissão² gerado também nesse desfoque. Sobrevive, igualmente, à crescente precariedade da classe, à onda de desemprego que atravessa as profissões da comunicação e o jornalismo em particular³. O fascínio resiste até à porta da academia. Os números provam-no.

Em 2009/2010, o ano letivo que serve de base ao nosso trabalho de campo, as universidades e os institutos politécnicos, públicos e privados, disponibilizaram 1661 vagas nas 31 licenciaturas com cursos na área.

Em 1996/1997, as 24 licenciaturas em jornalismo/comunicação, identificadas por Mário Mesquita e Cristina Ponte num relatório que produziram para a União Europeia, tinham gerado 1755 vagas, mais 94 do que em 2009-2010⁴. No final dos anos 90, assistíamos, todavia, aos derradeiros sinais de um mercado profissional (ainda) a viver o alvoroço provocado pelas televisões privadas e pela atribuição de frequências radiofónicas locais e regionais.

² Pesquisas realizadas pelo *Pew Center for the Public and the Press* assinalam que, entre 1985 e 2007, o número de cidadãos que acredita na moralidade dos jornalistas desceu de 54 para 46%. Quase dois terços dos inquiridos acreditam que as empresas jornalísticas são politicamente orientadas. Em 2008, estudos feitos pelo *Project for Excellence in Journalism* concluíram que os americanos formaram a profunda impressão de que a imprensa americana tem imenso poder, devendo ser encarada com suspeição. Nas sondagens de opinião sobre as diversas categorias profissionais, os jornalistas estão ao nível dos advogados, dos imobiliários e dos políticos, "na lista dos mais odiados". Uma sondagem realizada no Reino Unido, em 2006, posicionou os jornalistas no último lugar da tabela dos "menos confiáveis em matéria de verdade". A tabela integrava 16 profissões (McNair, 2010: 11-12). Estudos sobre as profissões mais fiáveis, realizados em diversos países da Europa, incluindo Portugal, realizados em 2008 e 2011 confirmam a quebra de confiança dos jornalistas num universo de 20 profissões (Público, 25 de janeiro de 2008; Correio da Manhã, 17 de junho de 2011).

³ Em Portugal, não existem dados concretos sobre o impacto do desemprego na classe. O número de desempregados registado não corresponde ao número real porque, como admitem Rebelo *et al*, muitos jornalistas omitem a situação de desempregado no processo de busca de um novo emprego, trocando-a pela situação de regime livre (2011: 78). O dado mais concreto sobre a precariedade da classe foi apresentado pelo Sindicato dos Jornalistas: entre 2007 e 2011 o número de jornalistas que requereu o subsídio de desemprego, ou o subsídio social de desemprego, situou-se nos 694 (Sindicato dos Jornalistas, 2012), cerca de 10 por cento do número total de jornalistas (Rebelo *et al*, 2011: 57).

⁴ Por não oferecerem a valência de jornalismo, excluímos do relatório de Mesquita e Ponte as licenciaturas de Tecnologia da Comunicação Audiovisual, do Instituto Politécnico do Porto (30 vagas ocupadas), Comunicação e Relações Públicas na Escola Superior de Educação da Guarda (60 vagas ocupadas) e o curso de Novas Tecnologias da Comunicação da Universidade de Aveiro (36 vagas ocupadas).

Na viragem do século, o mercado entrou em queda, mas a procura dos alunos por cursos na área não acompanhou esse movimento descendente, sobretudo porque o setor público diversificou a oferta, reforçando o número de vagas. As quebras registadas ocorreram no setor privado que, em 13 anos, baixou 440 vagas.

O acesso à profissão, ainda que episódico, resulta da seleção que o mercado faz de entre essa massa humana que, anualmente, obtém diplomas na área. Portugal é retrato fiel dessa evidência e, como no resto da Europa e nos Estados Unidos da América, impõe-se um "batalhão de reservistas" (Neveau, 2001: 34) que não passa nos filtros apertados da profissão; fazem estágios atrás de estágios, integrando, "uma espécie de viveiro" (Sales, 1998: 8), onde a espera acaba por destruir o sonho.

James Carey não deixou de sublinhar a contradição provocada pela explosão de cursos na área, numa fase em que os alicerces do jornalismo já cediam à pressão de um mercado implacável: "Os jornalistas têm mais capacidades, melhor formação (...) mas têm menor controlo sobre as condições do seu trabalho, e são menos livres do que o foram no passado (...) são mais reverentes da economia" (2000b).

É este o contexto que delimita o nosso estudo e é ele que sugere a interrogação que o perpassa: Num cenário em que a formação académica se afirma fonte geradora de mão-de-obra, de que forma pode a academia utilizar esse potencial para conduzir o longo processo de reconstrução do jornalismo, encontrando solução para o complexo dilema: servir o mercado e, ao mesmo tempo, resistir-lhe? A nossa abordagem percorrerá um trajeto analítico que afirme a formação académica na área do jornalismo/comunicação (e o estudo do jornalismo) como o escudo protetor do jornalista, e do próprio jornalismo, preservando a autonomia do campo, permanentemente ameaçada pelo mercado e que a associação às novas tecnologias digitais veio fragilizar mais ainda.

Na base do nosso percurso está a essência da própria profissão de jornalista. As profissões clássicas regulam o acesso, definindo o conjunto de competências formais que o segmentam, estabelecem quadros sólidos de conduta que preveem sanções para os que os não cumprem, em suma, as profissões clássicas marcam fronteiras que excluem todos os que não preenchem os seus requisitos. No capítulo um discorreremos sobre as fronteiras indistintas do ofício e observamos as linhas de interseção que o jornalismo está permanentemente a traçar com fatores externos; ao mesmo tempo que o enriquece, o resultado dessas interseções fragiliza-o.

O mercado apoderou-se do jornalismo, atacou-lhe os alicerces. O jornalismo resiste mas, cada vez mais, ameaçado. No capítulo dois avaliamos esse grau de ameaça e as consequências negativas que dela advêm. A análise recua ao século XIX, ao período em que o jornalismo deixou de ser um ofício desempenhado por artesãos da escrita, gente com jeito para as letras, e passou a ser obra de profissionais habilitados na construção de textos atrativos (sensacionalistas), simples, objetivos, destinados a serem consumidos pelo maior número possível de leitores. As bases desta profissão devem ser encontradas aí, no momento em que a publicidade se instalou nos jornais, transformando o jornalismo num negócio. Durante mais de um século, o jornalismo haveria de beneficiar daquilo que Bill Kovach e Tom Rosenstiel consideram ter sido um "acidente feliz": um sistema comercial, a publicidade, subsidiou um bem público, o jornalismo (2010: 13). A dimensão desse negócio cresceu no pós II guerra mundial: a imprensa ganhou poder e influência, atingindo a sua época de ouro. O entretenimento, uma face mais ousada do sensacionalismo de finais do século XIX, começou a invadir as notícias nas histórias de interesse humano. Nas décadas de 50 e 60, a televisão e a rádio acentuaram os efeitos negativos dessa invasão. No último quartel do século XX, um novo quadro político, a despontar nas democracias ocidentais, impulsionou a influência do mercado. A televisão abriu-se à iniciativa privada, os meios de comunicação social, que, até então, estavam nas mãos do Estado foram alienados, acrescentando valor ao portfólio dos grupos de *media*; os maiores atingem dimensão planetária. A produção informativa passou a ter no mundo ocidental o seu centro de emissão, e os valores que transmitia tornaram-se valores globais. Como assinalam Morely e Robins, os grupos de comunicação social “encetaram uma conversa unilateral em que o ocidente fala e o resto escuta” (1995: 126).

Claro que esse monólogo do ocidente precisou do contributo da tecnologia para se tornar efetivo: o satélite transnacionalizou a mensagem.

Quando a Internet, no final dos anos 90, começou a atacar a sustentabilidade do jornalismo, o mercado estava demasiado inebriado com a receita gerada; limitou-se ao exercício simplista de integrar o novo meio na cadeia multiplicadora de receitas. O capítulo três reflete sobre a forma como a tecnologia destruiu a base do *acidente feliz*, que Kovach e Rosenstiel caracterizaram, limitando o papel da publicidade na sustentação financeira do jornalismo. A imprensa tradicional foi a primeira vítima: diminuíram, drasticamente, as receitas, fecharam jornais, lançando para o desemprego milhares de jornalistas em todo o mundo; as redações perderam a memória dos

profissionais com salários mais elevados. "Os jornais ameaçam tornar-se sombras do que já foram" (Starr, 2009:1). Os efeitos chegaram à rádio e à televisão, mas aí, a capacidade que o audiovisual, sobretudo a televisão, sempre expressou para investir na consistência do negócio, diversificando receitas, limitou os danos.

Imerso nesta crise de sustentabilidade, o jornalismo tornou-se menos vigilante; diminuiu os pontos de observação; passou a conviver com uma multiplicidade de vozes e de interesses de identidade difusa que ameaçam torná-lo indistinto. É, pois, no momento em que se torna ainda mais necessário, que vacila.

Este contexto reclama a reconstrução do campo. Habitado às receitas seguras que o absorveram até final do século XX, o mercado dos *media* mergulhou numa abstração, revelando sinais de atavismo. A Internet, plataforma de destino dos leitores dos velhos jornais e dos novos consumidores de notícias grátis, à medida, a qualquer hora ou lugar, não consegue gerar receitas que alimentem esse renovado apetite pela novidade. Os empresários de *media*, que desenharam negócios no tempo da receita farta, fácil e garantida, terão, eles próprios, que se redesenhar. O alerta de Philippe Meyer deveria ser o oráculo de todos os empresários que vivem das imagens do passado: "O problema não está em mantermos as velhas margens de lucro. Tal não voltará a acontecer de forma sustentada" (2004: 245).

Devemos procurar solução para o jornalismo de qualidade; devemos buscar solução para o jornalismo. Contribuir para o trajeto analítico, que, necessariamente, terá de se posicionar a montante dessa solução, é o propósito da nossa investigação.

Elegemos como pilar dessa reconstrução a aliança entre o ensino do jornalismo, o estudo do jornalismo e o quotidiano profissional. O ensino do jornalismo não deixa, contudo, de ser fruto da fragilidade do próprio campo e da autonomia permanentemente ameaçada, de que nos fala Patrick Champagne, e que, a cada momento tem de ser reconquistada (1995: 50). O capítulo quatro identifica as marcas que assinalam a chegada do jornalismo à academia e o seu difícil processo de posicionamento no campus. De novo, a frágil identidade da profissão e o molde abrangente que a desenha tornaram difícil a classificação da área de estudo. Ao jornalismo não bastou vencer a batalha de cruzar a fronteira da academia, instalando-se, finalmente, no campus; foi sobretudo a seleção da área de acolhimento que promoveu as primeiras divisões. Assim, a tentar encontrar lugar entre as humanidades e as ciências sociais, a consolidação do campo haveria de ficar refém das quezílias que despertou. O jornalismo, não sendo uma disciplina clássica, chegou à academia tendo de vencer as desconfianças da tradição

académica. Nos Estados Unidos da América, a solução foi encontrar um espaço próprio, autónomo, mais próximo da profissão do que do campus, o que apenas cavou o fosso aberto desde o primeiro momento. A consolidação académica do campo da comunicação haveria de promover novas divisões. Aquela que iria tornar-se a morada natural do jornalismo teve de vencer (ainda tem de vencer) a resistência dos que receavam que a abrangência da comunicação contaminasse o jornalismo. Na primeira linha deste combate estão os jornalistas, receosos de que os comunicadores assumam o controlo do campo jornalístico, mas também académicos como James Carey, para quem "mergulhar o jornalismo na comunicação causou enorme estrago ao ofício" (2000a: 21). O jornalismo chegou à academia portuguesa já numa fase tardia, mas condicionado por um quadro interpretativo ainda mais complexo; não chegou sozinho. Em Portugal, foi o próprio campo da comunicação que teve de encontrar espaço de acolhimento na academia, vencendo resistências; o jornalismo veio a reboque, mas camuflado: o primeiro projeto formativo, que haveria de servir de molde aos seguintes, eclipsou o jornalismo do programa, e os profissionais reagiram mal a esse eclipse. As razões do fosso entre os cursos de jornalismo/comunicação e os profissionais devem ser buscadas nesse difícil começo.

O capítulo cinco explora o fosso entre "duas instituições pouco maleáveis, ciosas dos seus costumes, extremamente vaidosas e pouco recetivas às opiniões externas" (Meditsch, 2004: 26 e 27), a academia e o mercado, profissionais incluídos. São, de facto, mundos paralelos mergulhados numa contradição de base: os cursos na área transformaram-se na maior fonte de mão-de-obra, porque as empresas delegaram neles a responsabilidade pela formação, mas a comunicação entre esses dois mundos tarda. E as consequências bloqueiam todos os esforços de transformar o ensino e o estudo do jornalismo no pilar da reconstrução do jornalismo. O capítulo cinco apresenta-nos as grandes tendências do ensino de jornalismo nas democracias liberais e a forma como os cursos vacilam, posicionados entre as regras da academia e as do mercado. A imagem de Skinner *et al* expressa esse posicionamento difuso: "a formação académica em jornalismo é uma serva de dois senhores" (2001: 344).

Em Portugal, o ensino do jornalismo vive esse mesmo dilema, agravado, todavia, pelo enfoque histórico que atrasou a chegada do jornalismo à academia. No capítulo seis identificamos as razões que estiveram na base da opção política da ditadura em manter o jornalismo afastado da universidade, apesar dos sinais de resistência dos representantes mais inconformados da classe jornalística. É esse fio condutor da história

que perpassa o capítulo seis e que nos conduz ao ano letivo de 2009-2010, que coincidiu com o início do nosso trabalho de campo. O ensino do jornalismo sobreviveu às contradições que moldam o campo, sobreviveu ao fosso que separa a academia do mercado, professores de jornalismo de acadêmicos, e ambos dos jornalistas. Um número elevado de alunos permanece interessado em frequentar cursos na área. No capítulo seis fazemos uma análise geral desses cursos, sobretudo cumprindo o propósito de lhes definir a matriz. Atendendo à classificação das unidades curriculares de cada curso, agrupámos, cada um, num de três campos específicos: jornalismo; comunicação; ciências sociais e humanas. A integração dos cursos em cada um dos três grupos foi determinada pelo peso (presença) das unidades curriculares, associadas a cada um dos campos. O propósito desta seriação consiste na identificação das marcas que definem cada grupo e, conseqüentemente, cada curso. Partindo dessa identificação, definiremos os critérios que nos hão de permitir selecionar um corpus restrito de análise, representativo do universo, que nos possibilitará detalhar o estudo, discutindo os fatores que moldam as grandes tendências observadas.

A análise dos seis cursos do nosso corpus restrito ocupa todo o capítulo sete. O epicentro dessa análise é a variante de jornalismo. As entrevistas a 67 alunos e estagiários, a professores de jornalismo e aos coordenadores/diretores de cada um dos seis cursos ajudam-nos a identificar a composição da variante e as interligações que ela estabelece com as uc de tronco comum, o perfil dos docentes associados às unidades curriculares de jornalismo e as estratégias de coordenação. Esse trabalho permite-nos observar as interligações que, no interior dos planos de estudo, são promovidas entre a dimensão concetual e a profissional, as pontes intelectuais que os docentes estabelecem em defesa dessas interligações e as pontes entre o curso e o mercado. Essa observação é complementada com a avaliação que os alunos fazem ao plano de estudos, ao curso e às uc de jornalismo e com a identificação dos meios técnicos e humanos de auxílio à concretização de trabalhos jornalísticos associados às uc da área. Nesse ponto específico avaliamos a forma como o curso, e os alunos, assumem compromisso com a necessidade de tornar visíveis os trabalhos que fazem e, por fim, descrevemos a forma como os estagiários de cada curso vivem a interseção entre a academia e o mercado, registrando o envolvimento do curso nesse momento de viragem, mas também a forma como os alunos são acolhidos no lugar de destino, tentando perceber que matérias apreendidas na formação académica resistiram ao impacto da transição.

O capítulo oito pega num jornalismo aprisionado por um mercado fragilizado pela associação às novas tecnologias, associa-o às principais tendências da formação académica na área, identificadas em Portugal e nos restantes casos analisados, e tenta construir um modelo de aproximação entre os dois mundos paralelos (universidade e empresa) que resista à tentação de macular a identidade de cada um. O nosso contributo ensaia caminhos de convergência no interior dos próprios cursos e entre estes e o mercado, enunciando o trajeto que permitirá ultrapassar a fronteira entre teoria e prática no interior dos planos de estudo, esbatendo-a, declarando-a inexistente. O exercício termina com o esforço analítico de reconstrução da variante de jornalismo, resultado do percurso de investigação que traçámos.

Este longo trajeto forçou a delimitação do campo de estudo. Analisamos o ensino do jornalismo nas democracias liberais, mas restringimos o objeto à formação académica. Independentemente de poderem (deverem) ser incluídas no processo de formação propostas fora do campo académico, eventualmente complementares a essa formação de base, a nossa investigação fixa-se na formação de base e, como tal, no modelo de formação oferecido pela academia em universidades públicas e privadas, institutos politécnicos públicos e privados. Colocar o foco na formação de base, excluindo planos de formação complementar inspirados, ou promovidos, por entidades públicas ou privadas, direta, ou indiretamente, dependentes da indústria, como o português CENJOR (Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas)⁵, não significa que deixemos de fora desta investigação a análise do papel e das responsabilidades da empresa no processo de formação dos jornalistas que recruta. A edificação de pontes entre a academia e o mercado, que desponta em todas as etapas desta investigação, reclama a avaliação desse papel e dessa responsabilidade. No contexto atual, os sinais de que o mercado escapa a essas responsabilidades são, por de mais, evidentes, mas, mesmo que a academia continue a reforçar o seu papel na formação de base e esta requeira, cada vez mais, a intervenção das empresas, mesmo

⁵ A este propósito e sem que esta seja matéria que integre o nosso ângulo de estudo, salientamos a perspetiva do CENJOR, relativa à articulação entre a formação académica e a formação profissional. Uma posição expressa por Fernando Cascais, atual administrador do centro, tendo sido seu diretor entre 1996 e 2010. A "complementaridade em relação à formação académica superior na área da comunicação e do jornalismo" é apontada como característica determinante. O CENJOR, assumindo que o acesso à profissão de jornalista deverá manter-se aberto, admitindo, por isso, que a *tarimba* permaneça via de entrada, entende que a formação profissional deve complementar, quer a formação académica na área, quer a aprendizagem na redação: "no primeiro caso é o complemento prático, no segundo o complemento teórico-prático" (Cascais, 2004: 88 e 89).

que a academia explore a formação complementar de segundo e terceiro ciclos, de novo articulada com os *media*, o jornalismo subentende uma formação contínua onde a empresa tem de desempenhar papel determinante. Se outras razões não existissem, as permanentes alterações tecnológicas, amparadas e impulsionadas pelas necessidades do mercado, reclamariam essa intervenção. A formação académica de base é apenas um começo (Weibull, 2009: pos. 1284), por isso, muito do debate, contaminado pelas dicotomias - formação académica versus formação na redação; formação académica versus formação profissional - é um "debate estéril" (Cole, 2003: 55 e 56): o jornalismo reclama a associação de todas as dimensões.

Ao longo do percurso assumiremos a necessidade do ensino politécnico e universitário aplicarem, na prática, a diferença legal que define a especificidade de cada um dos modelos de formação. A nossa reflexão definirá trajetos de formação diferenciados, com a correspondente aquisição de competências diferenciadas. A abrangência do mercado sairá, certamente, enriquecida se absorver perfis diferenciados: mais técnico, mais preparado para responder às necessidades imediatas da profissão, no caso dos licenciados pelos institutos politécnicos; mais abrangente, com maior capacidade de refletir sobre a prática quotidiana, inovando, propondo temas de abordagem alternativos, no caso dos licenciados na universidade. O modelo de formação, que apresentamos no capítulo oito, enuncia essa diferença de perfis, mas a nossa proposta detalha, exclusivamente, o ensino universitário da área, aquele que, pelas características que o moldam, reflete, como veremos, maior compromisso com o processo de reconstrução do jornalismo - a base de todo o nosso trajeto analítico.

A formação académica e o estudo do jornalismo afirmam-se a via promotora desse processo de reconstrução. A dinâmica criada pela interligação entre estudo do jornalismo, formação/ensino do jornalismo e prática profissional quotidiana determina a reclassificação do conceito de prática jornalística, uma vez que essa expressão pode consubstanciar o esvaziamento da dimensão teórico-prática inerente ao jornalismo. Ao longo deste trabalho optaremos, por isso, pela utilização do conceito de *ação jornalística*, reflexo da interseção entre teoria e prática (pensamento e ação) presente em qualquer ato jornalístico. O processo de reconstrução do jornalismo abre, pois, caminho à melhoria da ação jornalística quotidiana.

A interligação entre as dimensões teórica e prática na ação quotidiana é, igualmente, absorvida por Joaquim Fidalgo, quando o professor da Universidade do

Minho faz referência a um "saber de ação" para classificar o saber requerido pelos jornalistas no seu quotidiano profissional. O *saber de ação* pressupõe esse esbatimento das dicotomias teoria e prática, investigar e aplicar, pensar e fazer (2009: 461).

Stephen Reese desenvolve o conceito de "praticante reflexivo", para reclamar o mesmo grau de interligação entre teoria e prática (1999: 84).

Eduardo Meditsch sustenta que o exercício da prática é um permanente apelo ao espírito crítico: uma e outro são um só. À medida que a competência técnica do estudante melhora, o resultado é o reforço do espírito crítico (2004: 35).

CAPÍTULO 1

JORNALISMO: OS ALICERCES DE UMA PROFISSÃO

Este primeiro capítulo define o conceito de jornalismo e discorre sobre o embaraço intelectual provocado pela dificuldade em classificá-lo como uma profissão. O vasto espectro de opiniões sobre a matéria complexifica os termos da discussão.

Entre os autores que consideram inviável a submissão do jornalismo às regras que estruturam uma profissão, passando por aqueles que preferem deixá-lo a meio caminho, classificando-o como uma semi-profissão, uma quase profissão ou um ofício de fronteira, até aos que, sem hesitações, entendem que a complexidade da ação determina a assunção dessa classificação, o debate frutifica. É a própria essência da atividade que se presta a esta profusão de interpretações. Por um lado, é uma atividade económica, geradora de lucro, por outro, funciona como parceiro da humanidade, saindo em defesa dos valores que a estruturam. É nesse interstício entre o mercado e a missão de servir o público que devemos buscar a definição do jornalismo. Um recuo às origens da profissão coloca-nos frente a frente com a criação desse dilema e desvendamos a razão de ser do nosso objeto de investigação: o ensino do jornalismo, cujas origens remontam ao último quartel do século XIX, é, ele próprio, uma exigência do mercado. É certo que a preocupação central do mercado foi a de responder ao aumento do número de leitores, formando profissionais ágeis, competentes, que cumprissem o novo quadro de exigências; mas desse processo de formação haveria de resultar, forçosamente, um novo profissional, mais preparado para responder às exigências do jornalismo. A profissionalização ficou incompleta, também porque o processo de aquisição de conhecimentos nunca adquiriu o grau de formalização a que haveríamos de assistir nas profissões clássicas: medicina, direito, engenharia ...

O jornalismo é anterior ao nascimento da profissão de jornalista. A primeira definição de jornalismo data do século XVII e estava, então, muito associada ao registo e ao relato sistemático de acontecimentos (Zelizer, 2004: 21), já a profissão de jornalista surge associada a um conjunto de transformações sociais, económicas, políticas e tecnológicas, que ocorreram no século XIX.

Profissão e conceito expressam-se, porém, através de um elemento intrínseco à própria humanidade: as notícias e, como complemento, a reportagem – ambas definidas

como relatos sociais que satisfazem a necessidade de conhecimento. Quando o relato das novidades começou a ser feito por mensageiros especializados, e os acontecimentos passaram a ser hierarquizados de acordo com valores padronizados, o processo de transmissão de notícias sofreu uma alteração. O jornalismo tornou-se profissão.

A FUNÇÃO SOCIAL DAS NOTÍCIAS

A profissão de jornalista presta-se a complexo debate, dada a natureza do ofício que a caracteriza; daremos espaço a essa discussão; todavia, uma nota de consenso se impõe: independentemente dos contornos da análise do conceito de profissão, a génese da atividade a que convencionámos chamar jornalismo, surgiu no século XIX.

Nesta fase, exploramos o elemento que serve de motor ao jornalismo e à profissão de jornalista e que lhes é anterior: a notícia. O conceito de notícia está diretamente relacionado com o novo, com o que rompe as baías que delimitam o quotidiano.

Adriano Duarte Rodrigues promove uma equivalência entre acontecimento jornalístico e notícia. Para o académico, um facto “adquire estatuto de acontecimento pertinente do ponto de vista jornalístico” em função da sua “maior ou menor previsibilidade”: “o acontecimento jornalístico é, por natureza, um acontecimento especial”, que “irrompe sem nexos aparentes nem causas conhecidas e é, por isso, notável, digno de ser registado na memória” (1999: 27 e 28).

Há um momento na história em que a transmissão desses *factos notáveis*, desse “registo que partilhamos em comum” (Carey, 2007: 4), começa a ser desempenhada por mensageiros qualificados, e outro momento ainda, posterior, em que essa atividade se sujeita a um conjunto de regras que corporificam o reconhecimento do estatuto de profissão.

A definição do conceito de jornalismo irá ocupar-nos ao longo deste capítulo mas, para esta fase, basta-nos a abordagem mais abrangente de Mitchell Stephens: “no limite, o jornalismo é o termo mais simples que podemos usar para definir a atividade de recolha e distribuição/transmissão de notícias” (*apud* Zelizer, 2004: 22).

Stephens considera que os primeiros registos de notícias, o produto que alimenta o jornalismo, coincidem com as origens da humanidade.

James Carey desenvolve a tese de Stephens e coloca-a em oposição à de Michael Schudson, que considera as notícias um produto do século XIX, que se impôs a dois tempos:

“O primeiro coincide com o aparecimento da figura do jornalista, enquanto profissional que desempenha uma tarefa a tempo inteiro, e o segundo momento, a invenção da moderna organização industrial, surge já no final do século XIX e caracteriza a produção em massa e a recolha de um determinado produto – as notícias” (2007: 5).

Carey distancia-se das clivagens que as teses opostas têm provocado, fazendo a ponte entre os dois autores. No texto editado já após a sua morte, o Professor de Columbia considera que “as notícias e as reportagens são eternas”: “mesmo um sistema primitivo regista e promove a disseminação das grandes mudanças” (*idem, ibidem*). Carey, assinala, todavia, a “descontinuidade epistemológica”, observada nos séculos XVIII e XIX, a alteração de paradigma, em que a crença no transcendente e no sobrenatural foi substituída pelo concreto, pelo real, ou seja, por algo “comum, útil, único, original, novo – numa palavra – as notícias”. Assim, conclui Carey, “as notícias e a reportagem não foram inventadas no século XVIII, mas o jornalismo foi” (*idem, ibidem*: 5 e 6).

Bill Kovach e Tom Rosenstiel seguem a linha de pensamento de Stephens. Os autores alertam-nos para a “constância” dos valores notícia, que sobrevivem desde os tempos tribais: “As pessoas sentem uma necessidade intrínseca – um instinto – de saber o que se passa para além da sua própria experiência direta”. “Precisamos de notícias para vivermos, para nos protegermos, para criarmos laços, para identificarmos amigos e inimigos”. Tal como Stephens, Kovach e Rosenstiel consideram que o jornalismo “é, simplesmente, o sistema concebido pelas sociedades para fornecer essas notícias” (2001: 5 e 6).

O Ato de Tornar Públicos os Factos Notáveis que Alimentam a Discussão Racional

O jornalismo fica, por isso, na direta dependência do presente, escravo do momento em que o novo se impõe, refém da atualidade.

James Carey afirma que o jornalismo se “governa do aqui e agora”. Os jornalistas apenas se interessam pelo que acontece num “determinado momento e num determinado lugar”. Como “velejar, a jardinagem, a política ou a poesia, o jornalismo é o ofício do lugar” (2007: 4).

Para exercerem um controlo sobre o lugar onde atuam, Gaye Tuchman considera que os jornalistas, como os pescadores, lançam uma “rede” sobre o seu próprio espaço

do *aqui e agora*, com o propósito de capturarem os acontecimentos notícia que nele ocorrem. Todos os lugares que não forem cobertos pela rede (“buracos na rede”) ficam sem cobertura mediática. Um acontecimento só se transforma em notícia se cair na *rede* do jornalista (1972, 1999: 170).

O *corte epistemológico*, de que nos falava Carey, cujo registo histórico se fixa no século XVIII, assinala uma nova forma de compreensão do mundo, promovida por uma nova corrente filosófica: o Iluminismo. O Homem é estimulado, pelos filósofos iluministas, a ser dono do seu próprio destino e a rejeitar as explicações metafísicas (Deus), ou exteriores (a tradição, a autoridade do monarca) sobre o mundo que o rodeia. A razão substitui a crença.

O jornalismo – o ato de tornar público os *factos notáveis* - é fruto dessa descontinuidade imposta pelo Iluminismo. Porque o Iluminismo identificou no Homem uma *pulsão* para a discussão racional, para o questionamento permanente, para a vontade de saber mais.

Falamos de um jornalismo de opinião, de um motor de debate e da troca de argumentos, sobre matérias específicas, que interessavam a públicos específicos. A imprensa de opinião era o veículo de união entre os representantes dessas comunidades de interesses que poderiam, ou não, estar fisicamente juntos. A circulação e a leitura do jornal permitiam essa ligação simbólica entre os representantes do público:

“Nos países democráticos (...) acontece frequentemente que um grande número de homens que desejam, ou têm necessidade, de associar-se não o poderem fazer, porque sendo todos eles muito insignificantes e encontrando-se perdidos na multidão, simplesmente não se veem e não sabem como encontrar-se. Surge então um jornal que expõe aos olhos de todos o sentimento ou a ideia que surgiu simultaneamente, mas separadamente, a cada um deles. Todos se dirigem de imediato para esta luz, e esses espíritos errantes, que se procuravam desde há muito nas trevas, encontram-se finalmente e unem-se. O jornal aproximou-os e continua a ser necessário para os manter unidos” (Tocqueville, 1981, II: 143 e 144).

O jornal era lido em voz alta, discutido em voz alta. O público, sobretudo o público letrado, tinha verdadeira influência no conteúdo das publicações. E o conteúdo do jornal era o motor das discussões que se alargavam ao público. Criaram-se verdadeiras esferas de debate e de discussão. O resultado dessas discussões tinha efeitos diretos na ação dos poderes públicos, com claro benefício da burguesia que, mercê desse processo de debate, foi criando condições para se transformar na classe dominante. A burguesia era a classe letrada, promotora da discussão e, em larga medida, a classe representada nessas comunidades de interesses.

Importa salientar que, embora a constituição dos públicos, e a troca de opiniões no interior dos mesmos, fosse livre, e essa liberdade se estendesse ao acesso dos membros e aos temas de discussão (Habermas, 1962, 1981: 51-53)⁶, o espaço público moderno promoveu exclusões (o povo, as mulheres, os iletrados) que, de alguma forma, terão contribuído para a crise que, no século XIX, afetou e destruiu as bases do modelo liberal.

O modelo liberal, ideal, permanece, porém, a referência da ação comunicativa e dos propósitos que essa partilha discursiva, intermediada e ampliada pelos *media*, deveria atingir na Esfera Pública.

A interação comunicativa, que se gerava entre os elementos do público, e que tinha nos jornais o seu impulso, promovia a constituição de uma verdadeira Esfera Pública de discussão e debate de temas que interessavam aos diversos elementos do grupo. O propósito dessa interação comunicativa era a obtenção de um consenso, de uma opinião comum. Tal pressupunha, como reconhece João Pissarra Esteves, “a plena disponibilidade revelada pelos participantes para a intercompreensão”. Mesmo que esse consenso não fosse pleno, seria, pelo menos, “um compromisso aceitável” (2003: 28).

UM JORNALISMO PARA AS MASSAS: OS PRIMEIROS SINAIS DE UMA INFORMAÇÃO QUE ENFORMA SEM FORMAR

O jornalismo que se impôs no século XIX é claramente diferente na ação, mas também na função desempenhada na Esfera Pública.

A institucionalização da profissão está, pois, associada a um determinado momento da história. Do jornalismo enquanto profissão, praticado nos meios de comunicação de massa, depende, em grande medida, a consolidação da sociedade de massas.

A Sociedade de Massas

A revolução industrial está na base do desenraizamento de grandes massas humanas, que procuravam trabalho nas fábricas de lugares distantes do seu ponto de origem, que era, igualmente, o lugar de identidade dessas pessoas. Esse êxodo massivo

⁶ Para a concretização de uma prática comunicativa ideal, Jürgen Habermas atribui aos públicos modernos três níveis de critérios: a paridade da comunicação (“a autoridade do argumento pode afirmar-se contra a hierarquia social”); o não fechamento temático das discussões e o não fechamento dos públicos (“Todas as pessoas privadas, enquanto leitores, ouvintes e espectadores, com posses e formação académica, podem apropriar-se dos objetos de discussão”) (1981: 51-53).

para as grandes cidades industriais, que perderam, elas próprias, a identidade mercê da explosão social, produz um processo de acumulação de pessoas num lugar que lhes é indiferente, onde não têm quaisquer laços onde, no fundo, estão desenraizadas. São anónimos sem direitos, inadaptados, servos de rotinas (trabalho – casa - trabalho) que lhes condicionam a ação e os desobrigam de pensar.

Os públicos modernos, com uma lógica de funcionamento que servia de base à promoção do indivíduo, diluem-se na massa, cuja estrutura se revela incapaz de acolher a singularidade. A discussão racional cede ao assentimento e ao conformismo, ambos moldados pela premente necessidade de, cada um dos elementos da massa, desinteressado da sua própria identidade individual, ou, pelo menos, colocando-a em plano secundário, cumprir a rotina diária.

João Pissarra Esteves argumenta que a massa “oblitera o indivíduo”, e o reflexo dessa aniquilação da singularidade gera indiferença e amorfismo, estados de espírito incompatíveis com a participação, dado os níveis de conhecimento dos assuntos serem reduzidos (2003: 44).

O processo de aniquilação do indivíduo é assim fruto de um círculo de experiências sociais que tornam a massa permeável, um terreno fértil para a influência de interesses particulares. O círculo interliga, sem princípio nem fim, momentos, ações, consequências: a quebra de laços físicos e psicológicos dissolve os públicos na massa. O desinteresse, conquistado por essa ampliação, gera o amorfismo que distancia o indivíduo da troca racional de argumentos sobre assuntos que antes eram discutidos pelos membros das comunidades de públicos. Uma incapacidade de discussão, por falta de interesse, de tempo, de domínio dos temas, facilita o conformismo, o assentimento, que dificultam a participação, tornando-a meramente reativa.

O Estado-Social

As fronteiras entre Estado e Sociedade esbatem-se, assumindo o Estado uma função social abrangente: protetor dos cidadãos, prestador de serviços e regulador da atividade económica. O Estado Social, apesar dessa ação protetora, revelou-se incapaz de atenuar as crescentes desigualdades sociais e, por conseguinte, também não conseguiu evitar as tensões provocadas por essas desigualdades. Na base de umas e de outras está o desenvolvimento do modelo capitalista. O Estado, que deveria regular a economia, na proteção dos interesses dos cidadãos, também não conseguiu impedir que o capitalismo estendesse os seus tentáculos, condicionando o próprio Estado.

Estava, pois, aberto o caminho para a escalada de interesses particulares de base económica, que encontraram na massa o instrumento que facilitou a sua promoção. Esse processo foi possível graças à regulação cúmplice do Estado.

Como refere Wright Mills, assistimos à imposição de “uma administração vinda do alto” que cria “um vácuo político abaixo dela” (1956, 1981: 362).

Os Instrumentos de Controlo da Opinião Pública Fonte de Legitimação do Estado

A base de legitimação do Estado deixou de ser a Opinião Pública, a fonte do consenso, para passar a ser a massa instrumentalizada pelo próprio Estado, ou – noutro campo – pela economia:

“Espaço Público e Opinião Pública tornam-se essencialmente meios: dispositivos sociais que se destinam a uma utilização do tipo instrumental, com os quais os interesses particulares organizados (...) criam uma ilusão de vontade coletiva (...), tendo por única finalidade reforçarem as suas próprias posições” (Esteves, 2003:42).

Como considera Adriano Duarte Rodrigues, o aparecimento dos *mass media* tem significado neste contexto, uma vez que é neles “que circula o discurso da opinião pública”, impondo-se como “discurso eficaz de legitimação e homogeneização do tecido social” a partir do momento em que, por intermédio dos meios de comunicação de massa, se instala nos diversos campos da vida social (s.d.: 46).

Para tal, o Estado, e os restantes campos da vida social, precisam da mera participação reativa da massa, expressa simplesmente pelo voto, quando em causa está a legitimação dos governos que controlam o Estado. O voto, de uma massa influenciada pela propaganda, pelo *marketing*, pela publicidade, permite a manutenção do estado das coisas. Esse compromisso serve os interesses do Estado, mas também de todos os interesses que à volta dele, ou por ele amparados, circulam.

Entre opinião pública e opinião da massa não existe, assim, qualquer diferença. Porque já não estamos a falar da opinião pública qualificada que caracterizava a modernidade, e que a discussão racional, entre os representantes de um público esclarecido, tornava representativa da vontade geral, pelo contrário. Como assinala João Pissarra Esteves, esta nova configuração de opinião pública, a que as grandes mutações sociais do mundo moderno conduziram, perde a sua dimensão racional:

“Tudo o que (lhe) conferia uma espessura ético-moral (...) se desvanece na massa, surgindo em seu lugar um território politicamente pantanoso, mas muito propício à manobra de certos (e poderosos) interesses particulares organizados” (Esteves, 1997: 86).

Esses interesses utilizam a força do número, o anonimato da média estatística, que normaliza os desvios e sedentariza “os nomadismos e as errâncias”, para atingirem determinados fins. O indivíduo não consegue reconhecer-se nesse “corpo sem rosto”, como lhe chama Adriano Duarte Rodrigues, porque as concepções individuais são incapazes de combater a ditadura da média estatística (s.d.: 36-43).

A intermediação dos meios de comunicação social invade os processos de comunicação entre eleitos e eleitores, influenciando-a. Como salienta Jürgen Habermas, é a estruturação da base de legitimação da mensagem dos agentes políticos que sofre profundas mutações:

“Os partidos, e as suas organizações auxiliares, veêm-se (...) obrigados a influenciar as decisões eleitorais de modo publicitário, de um modo bem análogo à pressão dos comerciais sobre as decisões de compra (...) Os especialistas em publicidade, “neutros” em matéria de política partidária (...) são contratados para vender política apoliticamente” (1962, 1981: 252).

Esses profissionais exercem funções dentro do vasto campo da comunicação, mas o seu propósito não é promover a ação comunicativa, que pressupõe uma equiparação de papéis entre emissor e recetor; ao invés, o que assistimos neste processo é à deturpação dos valores da comunicação: o Espaço Público deixou-se invadir por técnicas de manipulação que protegem e valorizam interesses particulares.

Essas técnicas destinam-se, sobretudo, a convencer os indecisos, aqueles que mais se afastam do processo político, e, através delas, pretende-se “não tanto (...) motivar convicções” ou “proporcionar o raciocínio e a reflexão, mas simplesmente (...) criar *sensações* capazes de sugerir uma adesão” (Esteves, 1998: 222).

A Publicidade que Limita e Liberta os Jornais

Assistimos, pois, à adoção de uma lógica comercial que irradia influências sobre uma sociedade de massas, onde os seus elementos estão desligados de uma ação política protetora, (não questionam, não contra-argumentam, não discutem, apenas *participam* por reação) tornando-se permeáveis.

O jornalismo torna-se profissão nesse universo mercantil, também ele ficando na direta dependência de alguns dos sinais desse universo: desde logo, o lucro. A partir do momento em que a publicidade se associa aos jornais, as empresas jornalísticas podem, finalmente, distanciar-se de outras formas de dependência, mas veem-se obrigadas a conquistar o maior número possível de leitores. Os jornais vendem notícias, mas

também vendem anúncios. Essa associação baixa o preço dos periódicos (assistimos ao advento da *penny press*), mas promove a explosão de conteúdos mais suaves, que interessam a um conjunto mais abrangente de pessoas, mas que, necessariamente, são mais avessos à promoção da discussão e debate públicos.

Dominada pela lógica do mercado, a imprensa assume as suas estratégias, deixando-se condicionar:

"A imprensa transformou-se numa indústria como a dos sapatos ou mobílias. O que lhe interessava era vender, vender o mais possível, sacrificando tudo a isso. O jornal passa a ser, portanto, uma mercadoria" (Tengarrinha, 1989: 220).

O Novo Jornalismo do Século XIX e a Exigência de uma Formação Específica

A associação da publicidade aos jornais contribuiu, decisivamente, para o surgimento deste *novo jornalismo* do século XIX, mas esse processo é muito mais vasto: depende de uma teia de inter-relações que promove e facilita o seu nascimento.

A emergência do mercado da publicidade (que libertou os jornais da dependência direta da política), a reestruturação da sociedade, com a imposição da sociedade de massas, o esbatimento de fronteiras entre o Estado e a Sociedade, com a consequente criação do Estado-Social e o avanço do capitalismo, e a evolução tecnológica (as novas máquinas de impressão e o telégrafo) determinaram a criação desse *novo jornalismo*, que foi assumindo contornos de atividade cada vez mais distanciada do público mas, simultaneamente, aumentando a dependência do peso do número (de leitores) com o propósito de atingir a máxima audiência possível. Os jornais desinteressaram-se da promoção do indivíduo, mas precisaram da massa para vender anúncios e se autossustentarem.

José Luís Garcia dá conta, exatamente, desse movimento paralelo, permanentemente intercruzado ("o mesmo enredo sócio histórico"- 2009: 25), entre imprensa comercial, desenvolvimento das cidades e expansão do mercado:

"A industrialização da imprensa concorreu para abrir o caminho a um jornalismo com um estatuto distinto da opinião, da observação literária e política, dirigido a pequenos grupos das elites e apoiado pelo sistema de assinatura, que eram apanágio da fase anterior da imprensa" (*idem, ibidem*).

Esta associação da imprensa a uma dimensão comercial, estabelecendo as bases de "um capitalismo jornalístico" (*idem, ibidem*), está igualmente na origem do processo de profissionalização do jornalismo.

No século XIX, no período que definiu as bases do jornalismo moderno, o relato dos acontecimentos notáveis, ou seja, passíveis de serem transformados em notícias, passou a obedecer ao domínio de algumas técnicas específicas (*lead*, a *pirâmide invertida*, a resposta às seis *perguntas retóricas*) que só profissionais habilitados teriam capacidade para pôr em prática. Essas técnicas, adotadas pelas Agências Noticiosas, que entretanto surgiram, e que alimentavam os jornais de notícias, tornaram o jornalismo mais *neutro*. Essa *neutralidade* das agências também permitia que as notícias fossem publicadas, sem alteração, nos jornais, independentemente da respetiva linha editorial.

Este “*novo jornalismo*” atua “segundo os padrões ainda hoje predominantes: *independência, neutralidade, objetividade e profissionalismo*”⁷ (Esteves: 1998: 231).

Este jornalismo, produto do mercado, aumenta as exigências de produção informativa. O processo de conquista de novos leitores passou a depender de estratégias específicas de atração, que os amadores, que assumiam a função de escrever nos jornais, não estavam habilitados a assumir. Sobrepõe-se, nessa fase, o conceito de profissionalismo, a formalização do processo de “*standardização da prática*”, através do qual se transformou um “*grupo desorganizado de escritores*” numa “*unidade mais consolidada e coesa*” (Allan e Zelizer, 2010: 120). Nos Estados Unidos da América, os primeiros códigos éticos, as primeiras associações profissionais e de empresários do setor e as primeiras escolas de jornalismo constituíram-se pilar desse profissionalismo (*idem, ibidem*).

A partir do capítulo quatro detalharemos os contornos da associação que, neste período, se estabeleceu entre um jornalismo mais exigente e a formação académica, identificando e discutindo, o papel, em aparência contraditório⁸, de um dos pais-fundadores do ensino do jornalismo na universidade, Joseph Pulitzer, ele próprio grande empresário de *media*, cúmplice, portanto, dos ditames do negócio; por ora, marcamos o momento que colocou na história o ensino do jornalismo e a formação de profissionais

⁷ As expressões em itálico estão entre aspas no original.

⁸ Como assinala Bernard Genton, no prefácio à edição francesa do ensaio de Pulitzer, onde o empresário defende a existência de uma escola de jornalismo, o estímulo que o levou a defender essa escola está indiretamente associado à necessidade de educar a opinião pública, consciente que estava do peso que ela representa como força política. Esse processo de educação obedeceria, todavia, na interpretação de Genton, a propósitos socialmente relevantes: “Sendo a opinião pública considerada a principal força política (...) não haveria outra coisa a fazer que não fosse formar essa opinião pública da forma mais completa e honesta possível (...) Se Pulitzer não é avaro no uso de metáforas passíveis de influenciar essa opinião pública (...) também não é ingênuo: sabe, por experiência própria, como é que a grande massa inerte é influenciável”. Na ótica de Genton, Pulitzer esforçou-se para que o jornalismo participasse na educação da opinião pública, auxiliando-a na tomada de decisões. A leitura que Genton faz das razões que presidiram, no espírito de Pulitzer, à defesa de uma escola enfatiza a missão social da mesma: “formar os jornalistas é proteger e desenvolver um sistema democrático permanentemente ameaçado” (Genton, 2011: 21-24). Voltaremos a esta discussão no capítulo quatro.

habilitados a cumprirem as novas exigências do mercado, salientando, em primeira linha, que a formação académica, desde os primórdios contestada pelo mercado, não deixa de ser fruto desse seu afã de superar a margem de lucro. O ensino do jornalismo na academia é assim o espelho mais nítido da contradição do próprio jornalismo: uma atividade que deve promover o Homem e, ao mesmo tempo, gerar lucro; um ensino que deve contribuir para participar na melhoria da qualidade do jornalismo e, ao mesmo tempo, tem de servir as necessidades efémeras do mercado, correndo o sério risco de se deixar condicionar por elas. É nesta contradição que o ensino do jornalismo nasce na academia; é condicionado por ela que se impõe; é por causa dela que, ainda hoje, tarda em encontrar um lugar próprio, definido, fundamental no processo de profissionalização dos jornalistas.

Entreter em Vez de Informar (As Marcas da Yellow Press em Portugal)

Essa imprensa, associada ao lucro, tem objetivos diferentes dos jornais do período liberal. No século XVIII, a imprensa servia os interesses de um público esclarecido; reduzido, é certo, a uma classe social em ascensão, mas, ainda assim, cumprindo um papel fundamental na promoção do debate público e na vigilância e monitorização do exercício do poder. Com essa ação pública, a burguesia mercantil controlava o poder e, simultaneamente, promovia os seus interesses de classe, sem deixar, contudo, de agitar, de criar debate, de mobilizar, o que enriquecia a dinâmica da Esfera Pública.

Como assinalam Kevin Barnhirst e John Nerone, "a imprensa assumiu papel central na era das revoluções burguesas" e, ainda que os jornais servissem os interesses particulares da classe em ascensão e promovessem a exclusão de parcelas de públicos, "de forma continuada apelavam a normas de supervisão racionais e universais": "a base política de legitimação deixou de ser Deus e a tradição para passar a ser a vontade do povo" (2009: 18). James Carey associa, igualmente, às ideias do Iluminismo a criação desse novo Homem, que a imprensa de opinião ajudou a formar:

"O mundo moderno e secular nasceu, verdadeiramente, quando as pessoas deixaram de começar o dia a pedir a ajuda de Deus em orações, para reclamarem essa ajuda da nação, através da leitura do jornal" (2007: 15).

A mesma imagem de afirmação de um discurso secular sobressai na análise de Thorbjörn Brodasson:

"Na Europa iluminada do século XVIII, os meios de comunicação social foram gradualmente substituindo a religião, assumindo o papel de instituição dominante na sociedade ocidental (...) neste sentido, o jornalismo moderno ocupa o papel do padre dos tempos medievais" (2005: 156 e 157).

O modelo empresarial, da imprensa do século XIX, rompeu, todavia, com o domínio de práticas lesivas do jornalismo que, igualmente, se sobrepuseram na modernidade; esse modelo do século XIX pôs termo à dependência das facções partidárias e dos interesses de classe, para, gerando lucro, chegar ao maior número possível de leitores.

Nesta nova lógica comercial, os conteúdos devem favorecer o relato atrativo em vez da opinião, que exclui parcelas de público, os temas do quotidiano, em vez da política, o sensacionalismo em vez da análise, o entretenimento em vez do debate.

O sensacionalismo assumiu-se, desde o início, como um valor de mercado. As raízes dessa prática discursiva, associada à competição económica entre jornais, devem ser buscadas na *yellow press*⁹ americana. "O *yellow journalism* define-se pela tendência para seriar os escândalos mais tórridos e descrever, em detalhe, os crimes mais mórbidos" (Chalaby, 1998:147). Barnhurst e Nerone acrescentam a essa maior visibilidade das notícias sobre o crime, o investimento na reportagem de assuntos quotidianos, traduzido no despontar das histórias de interesse humano. A estratégia discursiva tinha, pois, um objetivo definido: vender anúncios (2009: 20).

As marcas do *yellow journalism* devem buscar-se, sobretudo, nos Estados Unidos da América, mas essa tendência para conquistar leitores, utilizando o lado mais sensacionalista das histórias, deixou marcas, não apenas, no mundo anglo-saxónico; aos poucos chegou a toda a Europa.

Em Portugal também fomos assistindo ao crescimento de um novo leitor. José Tengarrinha caracteriza esta "nova atitude mental" do consumidor de notícias:

"Menos abastado e instruído, com gostos menos exigentes e requintados (...) especialmente permeável aos relatos de aventuras ou de histórias de amor, como que buscando uma fuga emocional à estreita rotina do dia a dia (...) Os jornais (...) pretendem dirigir-se a todos os que sabem ler, cujo número vai crescendo gradualmente (Tengarrinha, 1965, 1989: 218 e 219)¹⁰.

⁹ A *yellow press* terá ido buscar o nome à cor do papel barato dos jornais ou à cor das capas das primeiras séries de folhetins policiais (Barnhurst e Nerone, 2009: 20).

¹⁰ Eça de Queiroz (1845-1900) traduz, fielmente, este espírito da imprensa portuguesa de finais de século XIX numa breve passagem de "Os Maias". Nessa passagem, o escritor critica os temas desenhados à medida dessa *nova atitude mental*, de que nos fala Tengarrinha, assinalando que os jornais deixaram de cumprir a função de

Em Portugal, o jornal que serviu de rosto a este jornalismo para as massas foi o *Diário de Notícias*.

O número zero, lançado a 29 de Dezembro de 1864, não deixava dúvidas quanto aos objetivos estratégicos do fundador, Eduardo Coelho:

“Interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas e compreensível a todas as inteligências (...) Eliminando o artigo de fundo, não discute política nem sustenta polémica. Regista, com a possível verdade, todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus princípios e opiniões, comentá-los a seu sabor” (*apud* Tengarrinha, 1965, 1989: 215).

O primeiro número do “*Diário de Notícias*” é posto à venda a 1 de Janeiro de 1865, com um preço “acessível”, de facto, “a todas as bolsas” – 10 réis – um preço muito convidativo se tivermos em conta os 40 réis que, na época, custava um jornal (*idem, ibidem*). É claro que este preço popular só foi possível porque o “*Diário de Notícias*” contou com a forte aliança das receitas publicitárias.

Em Portugal, como no resto da Europa, o jornalismo era uma ocupação a meio tempo, que mobilizava, sobretudo, intelectuais e escritores, mas também figuras com ambição política, que usavam o jornal como veículo de promoção pessoal. O surgimento da imprensa de massas, de que o *Diário de Notícias* foi o primeiro expoente, abriu espaço aos repórteres que, no confronto direto com os “políticos e escritores de jornal”, eram considerados “jornalistas de segunda categoria” (Sousa, 2009: 4). A conquista plena do espaço pelos repórteres, na imprensa diária, haveria de ocorrer ao longo do século XX, quando, à imagem do que aconteceu na Europa, a imprensa precisou de profissionais a tempo inteiro que dominassem técnicas de escrita específicas, que garantissem resultados aos proprietários dos jornais. Como veremos no capítulo seis, os primeiros sinais de que a formação destes profissionais deveria ser entregue a uma entidade exterior, como a universidade, datam, exatamente, de finais de oitocentos.

promotores do debate. Ao invés, promovem o “silêncio” com a cumplicidade do “coro dos jornalistas”. Nas palavras de uma das personagens do romance, Ega, Eça de Queiroz, descreve os efeitos desse silêncio junto dos leitores: “Nós estamos bestializados pela notícia do senhor conselheiro que chegou ou do senhor conselheiro que partiu (...) estamos cretinizados”. Os jornais tornaram-se “folhas rasteiras de informação caseira”, abdicaram de “todas as funções elevadas de estudo e de crítica” (1888, 1988: 475-476). Em todos os países onde despontou esta *imprensa de tostão* assistimos à resistência dos chamados reformadores e das elites tradicionais (Barnhurst e Nerone, 2009: 20).

A Objetividade: o Método que Protege a Identidade do Jornalismo

O novo jornalismo do século XIX importou das ciências exatas uma referência metodológica com potencial regenerador de um jornalismo fiel servidor de interesses particulares, agrilhado pelos efeitos da dependência económica; mas a objetividade jornalística não pode deixar, todavia, de ser considerada uma imposição do mercado.

A objetividade é um dos valores essenciais do jornalismo. Jean Chalaby atribuiu-lhe um estatuto superior no quadro de valores que conferem uma especificidade ao discurso jornalístico. Assim, a objetividade define-se através da inter-relação de valores como “neutralidade, imparcialidade, equilíbrio, equidade” (que assinalam a “relutância” do jornalista e das empresas “em assumirem parcialidade no processo político”) com “a verdade, os factos, a precisão e a plenitude” (1998: 130).

No fundo, a objetividade pode ser entendida como um método de trabalho que auxilia o jornalista a atingir um determinado propósito. Utilizando esse método de trabalho, o jornalista aplica à sua ação um conjunto de técnicas que, por um lado, o protegem das críticas da hierarquia, das sanções disciplinares ou jurídicas e do julgamento do público, e que, por outro, o orientam no cumprimento dos elementos constituintes do jornalismo¹¹.

Barbie Zelizer e Stuart Allan enfatizam essa ideia de método guia da ação do jornalista:

"Fornece-lhe um modelo geral de conceção, definição, estruturação e avaliação das notícias e das práticas jornalísticas; funciona como um ideal normativo que guia o jornalista na transmissão de informação factual, precisa e completa" (2010: 97).

João Pissarra Esteves entende que a objetividade funciona como escudo protetor do jornalista: não sendo participante no processo político de discussão, o jornalista posiciona-se “acima da barganha política”. Independentemente da evolução da definição do conceito, que decorre, principalmente, da impossibilidade de o jornalista atuar com “absoluta neutralidade”, a objetividade mantém a matriz: “coloca os profissionais do

¹¹ Bill Kovach e Tom Rosenstiel procederam à sistematização dos elementos do jornalismo em 2001: Verdade, lealdade aos cidadãos, verificação, independência, controlo e vigilância do poder, promoção do debate e discussão públicos, lutar por temas com real significado e por notícias abrangentes e proporcionais e, por fim, o jornalista deve atuar de acordo com a sua própria consciência (Kovach e Rosenstiel, 2001: 10). Na revisão da sua tese, os autores acrescentam um décimo elemento: “os cidadãos têm direitos e responsabilidades no que concerne às notícias” (Kovach e Rosenstiel, 2007: 6). Como veremos, no capítulo três, este décimo elemento está relacionado com o novo papel do cidadão num jornalismo intermediado pelas novas tecnologias.

setor à margem (acima) dos conflitos de interesses presentes na vida política e na sociedade em geral” (1998: 231 e 232).

A ideia de escudo protetor, que está na essência do conceito, é desenvolvida, igualmente, por Gaye Tuchman:

“A objetividade pode ser vista como um ritual estratégico, protegendo o jornalista dos riscos da sua profissão (...) os jornalistas entendem que podem mitigar pressões contínuas como sendo os prazos, os possíveis processos de difamação, e as repressões antecipadas dos superiores, com a argumentação de que o trabalho é objetivo” (1972, 1999: 74).

Na caracterização do conceito desponta, como esteio de uma contradição, o facto dessa linha condutora do trabalho do jornalista ser, ao mesmo tempo, uma imposição do mercado, fruto da necessidade de não excluir ninguém, num público cada vez mais vasto e heterogêneo. Como assinala Chalaby, "a abertura do mercado de leitores" está entre os fatores que promoveram o desenvolvimento da regra da objetividade:

"Os empresários da imprensa não queriam que as opiniões políticas fossem razão para que os leitores não comprassem os seus jornais (...) a norma da objetividade permitiu aos proprietários acomodar uma audiência politicamente eclética debaixo do mesmo teto" (1998: 136).

Ou, como escreve Mário Mesquita:

"A preocupação de evitar referências a doutrinas, polémicas ou afirmações partidárias integrava-se na necessidade de criar um novo leitorado urbano, baseado na aparência de neutralidade das notícias e anúncios" (2010: 12).

O princípio da objetividade cresceu com o mercado mas é, igualmente, consequência dele. Como referimos, antes da associação do jornalismo à publicidade, os jornais dependiam de favores políticos, eram, na interpretação de Chalaby, "notoriamente corruptos" (1998: 134). A associação da publicidade ao jornalismo e aos jornais permitiu a criação de um espaço de autonomia que esteve na base da adoção do princípio da objetividade. Só quando foi conquistada a independência financeira é que foi possível exercer sobre o jornalismo o processo de depuração que o cumprimento da sua missão reclamava. A lógica do mercado conseguiu a proeza de colocar a objetividade, simultaneamente, ao serviço dos interesses dos donos dos jornais e do jornalismo.

A objetividade é um conceito importado das ciências exatas e só foi verdadeiramente aplicado ao jornalismo a partir dos anos 20 do século passado, depois de conquistada e testada a autonomia financeira. Não se tratava, porém, de impor ao

jornalismo uma validação matemática, mas, tão só, da importação dos mais elevados padrões científicos. Walter Lippmann pressupunha que a complexidade do campo das notícias e da reportagem precisava desse “espírito científico” para se libertar das tendências que o condicionavam. Lippmann defendia, por isso, a aplicação de “um método intelectual comum e de uma área comum de validação dos factos” (*apud* Kovach e Rosenstiel, 2007: 81-83).

Lippmann reconhecia, no fundo, a impossibilidade prática do jornalista se afirmar, ele próprio, objetivo, mas escudando a sua ação na aplicação de um método objetivo, poderia aproximar-se mais do cumprimento da sua missão.

De facto, como reconhece Nelson Traquina, “os jornalistas não são simplesmente observadores passivos, mas participantes ativos na construção da realidade” (1999:168). E no processo de construção dessa realidade, os jornalistas têm dificuldade em se desligarem do seu próprio contexto individual e organizacional¹². Barbie Zelizer e Stuart Allan simplesmente argumentam que “a neutralidade absoluta ou a ausência de preconceitos pessoais é impossível de alcançar” (2010: 97). Essa leitura condicionada da realidade pode, todavia, ser atenuada com a aplicação de um método de verificação objetivo, que funcione como referência, farol, linha orientadora: “A objetividade tornou-se um ideal no jornalismo quando a subjetividade começou a ser vista como inevitável” (Schudson, 1978: 157).

A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO JORNALÍSTICO E A IMPOSIÇÃO DO MERCADO

As marcas desse *novo jornalismo* “objetivo” começam por ser visíveis no mundo anglo-saxónico antes de chegarem à Europa. Érik Neveu destaca o facto de, historicamente, o jornalismo francês assentar “num processo permanente de importação e de adaptação de fórmulas redatoriais anglo-saxónicas” (2001: 24), “a linha de descendência direta” do jornalismo britânico, como lhe chamam Barnhurst e Nerone (2009: 20). Jean Chalaby argumenta que o contexto histórico, social, político e económico dos Estados Unidos e de Inglaterra foi decisivo para o nascimento dessa nova lógica de enquadramento da ação jornalística nesses dois países. Chalaby classifica

¹² Nelson Traquina destaca “o peso dos constrangimentos organizacionais sobre o trabalho jornalístico” (1999: 169). “Os repórteres sabem que são produtores de uma burocracia produtora de notícias, e que respondem, nas suas comunicações, à estrutura social e às pressões da sala de redação” (Gieber, *apud idem, ibidem*).

o sensacionalismo¹³ como uma estratégia discursiva imposta pelos proprietários dos jornais, que consiste na assunção e aplicação de um conjunto de princípios de ação:

"Estilo de escrita, escolha da linguagem, definição do ângulo de abordagem da matéria jornalística, seleção dos elementos a que a narrativa deve dar ênfase, o tom do artigo e todas as técnicas jornalísticas que possam ser usadas para aumentar a carga dramática da história (1998: 149)"

No fundo, esta estratégia discursiva é o resultado da imposição preponderante de um fator externo ao jornalismo que, nessa fase, começa a influenciá-lo de forma decisiva: o mercado. Paralelamente, impõe-se um novo contexto político e cultural como fator igualmente determinante na estruturação do campo jornalístico.

De forma decisiva, os jornais começam a ficar dependentes da audiência. O momento histórico, que transforma leitores em consumidores de notícias (audiências), e da publicidade que as sustenta, tem raízes na Inglaterra da segunda metade do século XIX. Entre 1855 e 1861, a Inglaterra, numa associação direta entre fatores políticos e económicos, decidiu abolir as taxas que pesavam sobre os jornais. A decisão teve repercussões diretas no preço de capa: os jornais passaram a ser vendidos a um *penny* e, uma década depois, a *meio penny*. "O preço tornou-se atrativo para muito mais gente e o mercado dos leitores alargou-se bastante" (Chalaby, 1998: 32).

Aumentaram as publicações no mercado, aumentaram as vendas, aumentaram os leitores. Impôs-se um mercado de grande competição, em que os proprietários dos títulos, e os próprios jornalistas, se envolviam na batalha pela conquista de leitores. Chalaby considera que na "base de constituição do campo jornalístico" está exatamente, esta "competição feroz" gerada entre jornais e jornalistas. A estratégia de "perseguição" aos leitores, a que então se assistia, pretendia gerar, sobretudo, "recompensas puramente económicas". (*idem, ibidem*: 32, 37, 147). Os rostos principais dessa competição levada ao extremo foram, à época, sobretudo, três jornais americanos: *The World*, *The Journal* e *The Herald* (*idem, ibidem*).

O conceito de campo jornalístico, detalhado por Pierre Bourdieu, alicerça-se no peso do número, ao assumir o "mercado como instância de legitimação": "O *rating* (medição de audiências) converteu-se no juízo final do jornalismo" (1996a: 8 e 9).

¹³ Como refere Jean Chalaby, a definição do momento histórico preciso do nascimento do sensacionalismo como prática discursiva na imprensa não é um tema de consenso universal, longe disso. O autor assinala que "parte dessa controvérsia decorre da própria definição de sensacionalismo". Chalaby propõe, por isso, uma distinção entre "material sensacional enquanto conteúdo jornalístico" e o sensacionalismo "enquanto estratégia discursiva". Chalaby entende que, encarado enquanto estratégia discursiva, o sensacionalismo corresponde à afirmação de uma linha editorial assumida pelos proprietários dos jornais. Ora, essa estratégia editorial está associada ao período preciso da história que estamos a assinalar: a imposição de uma imprensa popular comercial (1998: 149).

Regressaremos a Bourdieu na etapa final desta investigação, quando definirmos os contornos de um modelo de formação académica em jornalismo, que discuta formas de ultrapassar os efeitos dos constrangimentos criados por esta preponderância do mercado no jornalismo quotidiano.

Jean Chalaby percorre a linha de raciocínio de Bourdieu, estabelecendo um paralelo com a imprensa do período pré-industrial. Para o autor, a imprensa comercial de massas "já não se deixava conduzir por batalhas simbólicas e políticas (como a imprensa do período liberal), mas de forma mais prosaica, o objetivo era a competição económica por leitores e lucros" (Chalaby, 1998: 37). João Pissarra Esteves prossegue a mesma linha de análise:

"O cálculo económico passa a influenciar determinadamente os conteúdos, seja em termos de seleção dos temas abordados, seja na sua forma de apresentação (escrita e visual)" (1998: 231).

Uma Profissão de Largo Espetro: o Profissionalismo e a Linha Editorial dos Órgãos de Comunicação Social

Assim, a empresarialização dos jornais teve uma influência direta no conteúdo das notícias, mas também foi a responsável pelas alterações impostas ao próprio jornalismo. Uma atividade lucrativa exige, dos seus profissionais, o cumprimento de um conjunto de regras que lhes permita exercerem o seu papel, sem perturbarem a prossecução do objetivo soberano da empresa. Uma empresa jornalística comercial adota o lucro como objetivo principal, ainda que deva assumir, igualmente, o cumprimento de um conjunto de princípios ético-morais que enquadram o exercício do jornalismo, alguns deles objeto de regulamentação.

John Soloski demonstra como "o profissionalismo" dos jornalistas é responsável por uma certa adaptação (na sua essência poderemos considerar acomodação) por parte dos jornalistas, que permite aos empresários protegerem o seu negócio e, aos jornalistas, o seu papel, ainda que com custos naturais para o cumprimento integral da missão social, que enquadra o exercício da profissão. O profissionalismo e as políticas editoriais controlam o comportamento dos jornalistas:

"O profissionalismo é um método eficiente e económico, através do qual as organizações jornalísticas controlam o comportamento dos repórteres e editores (...) A fim de limitar mais o comportamento discricionário dos jornalistas, as organizações jornalísticas têm desenvolvido regras – políticas editoriais" (1989, 1999: 92).

Como as notícias, a matéria-prima dos jornalistas e editores, são imprevisíveis, e obrigam a atitudes profissionais imprevisíveis, o controlo permanente dos jornalistas pela organização seria ineficaz; deste modo, o profissionalismo, assente em regras e padrões de comportamento, garante o cumprimento das políticas editoriais da organização.

Soloski entende que “as fronteiras” entre o jornalista e a administração são “suficientemente amplas para permitir ao jornalista alguma criatividade” na sua ação profissional, mas são, igualmente, “suficientemente estreitas para se poder confiar que os jornalistas agem no interesse da organização jornalística” (*idem, ibidem*: 100).

O *profissionalismo*, de que nos fala John Soloski, e que tem esse efeito, direto, de enquadrar a atividade do jornalista, limitando-a e acomodando-a à política editorial do órgão de comunicação social para que trabalha, constitui a essência da cultura da redação. Warren Breed constata que o jornalista estagiário incorpora as normas do profissionalismo na redação, em contacto direto com os colegas mais velhos. Num estudo de meados do século passado, feito em redações de jornais de média tiragem do nordeste dos Estados Unidos, Breed concluiu que a absorção das normas que enquadram o profissionalismo, promotor do conformismo, é concretizada através de um processo de socialização do jornalista (aprendizagem por “osmose”): os estagiários “aprendem as regras como um neófito numa subcultura” (1999: 152 e 153).

O Peso das Influências que Moldam uma Atividade Profissional Singular

A discussão do conceito de profissionalismo poderia auxiliar-nos a delimitar o conceito mais vasto de profissão, mas – no que concerne ao jornalismo – a simples constatação desse conjunto de normas, que regula o exercício de uma atividade, num determinado contexto físico e social, a redação, não consubstancia, por si só, a existência de uma profissão. Profissionalismo e profissão mantêm, todavia, pontos de interseção.

Como referimos, historicamente situamos a origem da profissão de jornalista no século XIX; geograficamente fixamos essa origem nos Estados Unidos da América e na Inglaterra.

Mas de que profissão estamos, realmente, a falar?

A singularidade do jornalismo decorre, em parte, do quase monopólio que, ainda hoje, a redação desempenha na definição da atividade profissional. Mesmo partilhando

um conjunto de princípios comum, cada jornalista submete a aplicação desses princípios à identidade da redação onde trabalha.

De facto, ao contrário de outras profissões liberais (médicos, advogados), em que o acesso está dependente de um diploma, que pressupõe a aferição de um conjunto de saberes e de práticas, determinado e definido por um sistema que está acima da profissão e das respetivas organizações profissionais, o jornalismo não dispõe – na maioria dos países – de um quadro rígido de acesso, nem requer essa aferição de saberes e práticas comuns a todos os que a ele acedem.

No caso português, mesmo existindo um código deontológico e um estatuto profissional, que definem e enquadram a atividade, e uma entidade, a Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas, que integra representantes das entidades patronais, dos profissionais e é presidida por um juiz, não existem quaisquer sinais de que esse organismo exerça sobre os jornalistas uma vigilância que aplique sanções, nos casos em que possam ser observadas práticas que violem o código deontológico, o estatuto profissional, ou qualquer diploma do pacote legal que regula a comunicação social.

A resistência dos jornalistas à imposição de uma vigilância sancionatória por parte de entidades internas ou externas à profissão terá, certamente, permitido que comportamentos lesivos da ética e deontologia profissionais tenham ocorrido sem consequências.

Em termos gerais, é possível afirmar que o jornalismo não dispõe de nenhuma entidade que contribua para a promoção de uma atitude comum ao grupo profissional que exerce a profissão, e, no limite, nem sequer poderemos afirmar que os jornalistas partilhem um quadro de ação e de valores próprio (universal), que seja marca de identidade. A linha editorial dos órgãos de comunicação social, em que cada jornalista trabalha, afirma-se, assim, como o elemento que, mais diretamente, condiciona a ação profissional. E essa linha editorial, mesmo aplicando princípios comuns em todos os órgãos, que decorrem da regulamentação, apresenta variações entre todos. Por vezes, as grandes linhas de ação de determinado órgão de comunicação social nem sequer estão escritas, são, pura e simplesmente, assumidas e postas em prática e, como refere Breed, apreendidas por *osmose*.

Esta singularidade do jornalismo, enquanto atividade profissional cujo acesso não depende de nenhum “bilhete de entrada” (Neveu, 2001: 26), que o regule e defina, leva o jornalismo a ficar mais dependente do micro cosmos de uma redação (ou, no limite, da singularidade, do estilo, da identidade do próprio jornalista), do que de uma

entidade superior que defina as regras da profissão e encontre forma de as fazer cumprir, por igual, a todos os seus membros.

No limite, poderemos entender que o jornalismo fica dependente da prática de cada jornalista em concreto. Não apenas do estilo individual, moldado pelo contexto pessoal e profissional mas, e principalmente, da “vocação” que cada um tem para exercer a atividade, aquilo que Barbie Zelizer classifica como o “talento que alguns jornalistas reclamam ser inato, materializado na ideia de ter faro para notícias” (2004: 23).

Érik Neveu afirma, por isso, que embora os jornalistas partilhem um conjunto de competências, o domínio das mesmas “pode ser muito desigual e a sua aprendizagem faz-se ainda, frequentemente, com a prática” (2001: 26), que, variando de órgão de comunicação social para órgão de comunicação social, fomenta essa desigualdade.

Um Ofício de Fronteira

Esta inexistência de controlo quer no acesso, quer na ação prática, favorece a confusão, relativamente à definição do perfil de quem pode praticar a profissão. Como refere Neveu, nada impede que um animador televisivo entreviste um político, numa entrevista política (*idem, ibidem*), e que dessa entrevista surja uma notícia que esse animador, sem carteira profissional, divulgue e de que se aproprie¹⁴.

Antes mesmo da imposição da Internet, que veio acentuar essa diluição de fronteiras, já o problema do perfil do jornalista se colocava, contribuindo para fragilizar as bases da profissão. Barbie Zelizer considera existir “um impulso em certos meios para classificar programas de comédia e “reality television” como jornalismo. A autora entende que esse *impulso* está associado ao crescente protagonismo de personalidades como Jon Stewart e Sharon Osbourne¹⁵. O espaço que ambos ocuparam no palco dos *media* promoveu a sua inclusão “no coletivo conhecido como jornalistas” (2004: 23).

Colocados perante fronteiras difusas, os recetores revelam naturais dificuldades em separar os perfis de todos os que exercem atividades nos *media*, não conseguindo atribuir a cada um as funções que lhe estão, originalmente, associadas.

¹⁴ Um dos casos mais paradigmáticos nesta matéria é a entrevista de David Frost, um *entertainer* britânico, a Richard Nixon, ex-presidente dos Estados Unidos da América. Frost conseguiu que o Presidente do *Watergate* assumisse, publicamente, responsabilidades no caso. Mesmo tendo perdido o poder na sequência do escândalo, Nixon não havia assumido o seu papel no mesmo, apesar das diversas tentativas de jornalistas da área política.

¹⁵ Jon Stewart é apresentador do *Daily Show*, programa de humor que satiriza a política e os *media*, emitido diariamente pelo *Comedy Central*, canal de cabo norte-americano. Sharon Osbourne era uma das protagonistas do *reality show* norte americano que seguia o quotidiano da família do músico de *heavy metal* Ozzie Osbourne.

De facto, os jornalistas não têm o monopólio da notícia, mas a recolha e divulgação das mesmas, por jornalistas, nunca foi tão partilhada quanto agora, na era da Internet. Esse desempenho da função de *gate-keeping*, por uma miríade de atores, contribui para a diluição das fronteiras da profissão, complexificando, ainda mais, a definição e enquadramento do jornalismo nos parâmetros apertados de uma profissão. A possibilidade, igualmente reforçada pela Internet, da especificidade do jornalismo se perder e a profissão se deixar absorver pelo vasto campo da comunicação, quebrando-se, ou diluindo-se, fronteiras, introduz nova zona difusa na definição do jornalismo enquanto profissão.

José Luís Garcia (2009) e Denis Ruellan (2004) discorrem sobre os contornos "inconstantes" e "imprecisos" da profissão, que acentua esse potencial de confusão junto dos destinatários da missão do jornalista. Mas se Ruellan deteta nessa imprecisão a riqueza identitária do jornalismo, enfatizando a desnecessidade de aplicar ao jornalismo o espalhamento (regras, normas de conduta, sanções, formalização de competências, fechamento do acesso) que enquadra as profissões¹⁶, Garcia entende que a consolidação do processo de profissionalização mobiliza diversos atores da classe, que buscam reconhecimento social (2009: 70 e 71). O autor observa que a mobilização em torno desse reconhecimento social é comum à classe, ainda que, no caso português, a "heterogeneidade" que caracteriza o conjunto dos jornalistas (um grupo crescente de jornalistas precários e uma subclasse de topo, prestigiada social e profissionalmente), constitua um "obstáculo considerável à sua transformação numa profissão bem estabelecida em Portugal" (*idem, ibidem*: 84-89).

Mesmo estando consciente, como Ruellan, das fronteiras imprecisas do jornalismo, Garcia observa a existência de uma missão clara, que garante ao jornalismo a "legitimidade social": o jornalismo satisfaz a "necessidade" da coletividade em dispor de "uma mediação de carácter informativo e comunicacional". O jornalista é, assim, o guia, o mediador, que, difundindo informações e conhecimentos, orienta os indivíduos e as sociedades (*idem, ibidem*: 70).

¹⁶ A definição clássica de profissão subentende a existência de diversos parâmetros: controlo de acesso, a existência de um código de conduta, cujo cumprimento é vigiado e sancionados os prevaricadores, pressupõe a aquisição formal de um conjunto definido de competências (Smith, 1980, *apud* Brodasson, 2005: 156). Mário Mesquita clarifica a base da relação entre os profissionais e os destinatários dessa missão: "especialização de serviços destinados a servir uma clientela". Essas competências profissionais pressupõem a existência de uma formação específica, baseada num corpo teórico sistematizado, que estabelece uma linha de fronteira precisa entre pessoas qualificadas e não qualificadas (2000: 68). A definição de Larsons (1977) alarga o universo da classificação, podendo, assim, acolher sem reservas os jornalistas: "fornece um corpo de conhecimentos que demonstra aos membros o que podem fazer e o que devem evitar em qualquer circunstância" (*apud* Zelizer, 2004: 33).

Denis Ruellan considera, por seu lado, o conceito de profissão demasiado "codificado" para ser aplicado ao jornalismo, por isso, o autor opta pela classificação dos jornalistas como "grupo profissional"¹⁷, ao mesmo tempo que caracteriza o jornalismo um "ofício de fronteira" (2004: 9 e 10)¹⁸, sem que o termo fronteira possa ser literalmente interpretado. Na base deste conceito está o oposto: um ofício que se fortalece incorporando outros, associados aos meios onde a ação jornalística carece da intervenção de diversos operadores para se efetivar (repórteres e editores de imagem na televisão, editores e sonoplastas na rádio, *designers* gráficos, programadores, na área *multimedia*), mas, esse *ofício de fronteira* assume, igualmente, um conjunto de influências exteriores (mercado, tecnologia, sistema político, social) que o molda. A ideia de abrangência compromete, de facto, a classificação do jornalismo, mas, no entender de Ruellan, a "imprecisão" que suscita não deve ser encarada como uma "disfunção", uma vez que oferece ao "grupo profissional" dos jornalistas uma "amalgamagem" e uma "flexibilidade (...) absolutamente eficazes" (*idem, ibidem*: 11):

"A aura do jornalismo encontra-se reforçada pela largura do espectro das suas competências possíveis, a extensão do seu perfil facilita a sua adaptação às evoluções tecnológicas e económicas" (*idem, ibidem*: 21).

A imprecisão da função compromete, de facto a sua classificação.

Thorbjörn Brodasson (2005: 158), apresenta-nos a dimensão do debate à volta do conceito de profissão. O espectro da discussão é de tal forma amplo que corremos o risco de perder o essencial: a preservação dos valores que constituem a essência do jornalismo. Goldstein (1985), Olen (1988) e Merrill (1988) consideram que o enquadramento do jornalismo numa profissão limita o espaço de liberdade dos jornalistas e, como tal, rejeitam tal fechamento. Windahl e Signitzer (1992) utilizam o conceito de semi-profissão, uma vez que os conhecimentos de base, essenciais para o desempenho da atividade, não assumem as mesmas características de outros, associados a profissões institucionalizadas (*apud idem, ibidem*). O mesmo conceito é subscrito por Ortega e Humanes (*apud* Cascais, 2008: 58). Dunn, por seu lado, fala do mesmo por outras palavras: uma "*quasiprofession*" ("ao mesmo tempo que parece assumir um compromisso com algumas normas chave da profissão, falha na maioria das marcas do

¹⁷ Ruellan classifica os jornalistas como grupo profissional, assumindo que o conceito de grupo profissional releva da necessidade de segmentos profissionais controlarem o mercado de emprego, sendo, por isso, cada um dos grupos formados, um produto direto do mercado (2004: 9).

¹⁸ O autor utiliza o conceito, pela primeira vez, em 1993. Neste texto de 2004, Ruellan retoma a análise relativa ao universo fluido que molda o jornalismo.

profissionalismo") (*apud* Nolan, 2008: 740). McQuail, por fim, considera que a evolução da notícia moderna traz associada a gestação de uma profissão (*apud* Brodasson, 2005: 158).

O maior compromisso que deveremos estabelecer com a necessidade de classificarmos o jornalismo como uma profissão é com a existência de um quadro de valores que constituem a sua base e, cujo cumprimento, requer um determinado padrão de ação, assente na ética profissional e enquadrado por normas legais e morais que estruturam a missão. O jornalista não é um simples reproduzidor de factos que transforma em notícia.

A autonomia do campo alimenta-se, exclusivamente, da capacidade de resistência do jornalista aos constrangimentos, sobretudo económicos, com que quotidianamente se depara. Adelino Gomes assume, por isso, ser "dever" do jornalista "ultrapassar os constrangimentos reais, poderosamente presentes no quotidiano profissional", que enfraquecem o eixo profissional à medida que assumem maior relevância (2012: 56, 58). O autor admite, pois, a existência de uma margem de liberdade do grupo profissional, cuja expressão se revela no selo de credibilidade que caracteriza o grupo, mas também, na credibilidade individual (a sua assinatura é o seu penhor) (*idem, ibidem*: 54). A consciência de que existem constrangimentos que restringem a ação quotidiana é, desde logo, um primeiro passo para usar essa margem de liberdade.

De facto, o jornalismo é permeável a um vasto conjunto de mutações que contribuem decisivamente para as indefinições e ambiguidades que sobressaem no posicionamento desta atividade profissional. Desde as influências da tecnologia e do mercado, ao estilo e talento dos profissionais, bem como das influências da ação político-legislativa e do quadro de valores que enquadram cada época, todos estes fatores têm reflexos no jornalismo.

Bill Kovach e Tom Rosenstiel assinalam, porém, que a finalidade do jornalismo mantém “uma constância admirável”, não sendo definida pela tecnologia nem pelos jornalistas, ou pelas técnicas que empregam, mas sim por algo que lhes está acima - um quadro de princípios expresso no papel que as notícias desempenham na sociedade e que se sobrepõe a todas as mutações (2001: 15).

Esse conjunto de valores, que permanece constante, pode ser apresentado nestes moldes: o jornalista tem a missão de informar o público, municiando-o com as ferramentas que lhe permitam participar no espaço público. Para tal, o jornalista deve

assumir um compromisso com a verdade dos factos, verificando-os, agindo com independência, autonomia e seguindo o princípio da objetividade, sem, todavia, pôr em causa a imediatividade que reveste a natureza da notícia (atualidade e velocidade). A natureza das notícias determina que o jornalista revele um sentido ético, garantia de credibilidade e fonte de legitimidade. Na base da ação está a consciência individual do jornalista¹⁹.

Assim, mesmo que ao longo dos últimos 200 anos, as mudanças absorvidas pelos diversos campos, que afetam o jornalismo, tenham tido reflexos profundos no próprio campo jornalístico, o quadro de valores (os elementos) que o enquadram mantém essa *constância admirável*, de que nos falam Kovach e Rosenstiel. O investimento do jornalismo deve seguir, portanto, esse caminho. Joaquim Fidalgo reconhece na profissionalização dos jornalistas um "processo de maturação inacabado", mas a identidade da profissão deve ser buscada nessa *constância*, que é, no fundo, a essência do jornalismo:

"Nos seus avanços e recuos, nas suas ambiguidades e contradições, nas suas particularidades conforme os tempos e os lugares concretos (...) um conjunto disperso de indivíduos, dedicado a tarefas variadas, transformou-se num grupo profissional, de alguma homogeneidade, com um património comum e um conjunto de princípios, normas e saberes partilhados" (2008: 179).

Na constituição dessa homogeneidade ainda difusa participará, certamente, a formação académica. Mais influente seria essa participação, se a matriz dos diversos planos curriculares refletisse, ela própria, alguma homogeneidade, expressa na definição de um conjunto de saberes de referência, de áreas de influência, de métodos de investigação e de ação. Se o ensino do jornalismo pudesse ser o resultado da investigação académica e não fosse mero reflexo do mercado, sendo forçado a responder às necessidades variáveis que este, condicionado e aprisionado, lhe vai comunicando, exigindo respostas, certamente que a construção desse modelo de matriz se revelaria mais facilitado. É um facto que, como reconhece José Luís Garcia, no seio do grupo heterogéneo dos jornalistas é detetável alguma homogeneidade que se reflete na partilha do desejo de "melhorar a formação profissional e o nível de escolaridade" (2009: 83), contudo, a definição do trajeto de aquisição desse quadro formal de competências está longe de ser unânime.

¹⁹ A sistematização destes valores (elementos) feita por Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2001, 2007), já aqui citada, reduz o quadro aqui apresentado, mas, no essencial, falamos do mesmo. A ênfase dos valores base do jornalismo é a necessidade de servir o público, distribuindo informação fiável e independente, que contribua para o progresso individual dos membros de uma comunidade.

Barbie Zelizer (1993, 2000) e Mark Deuze (2005) tentam responder à difícil tarefa de classificar o *ofício de fronteira* com dois conceitos (comunidade interpretativa - Zelizer; jornalismo enquanto ideologia - Deuze), cujo conteúdo conceptual, que emerge de ambas as classificações, representa o esforço dos autores em dar sentido ao conjunto diluído de regras e rotinas que sobressai dos meios corporativos de socialização dos jornalistas. Ou seja, Zelizer e Deuze não resolvem o problema de base da profissionalização. Provavelmente por considerarem que não existem condições para que esse processo, realmente, se concretize, optaram por realçar o que, de facto, parece unir a classe, garantindo-lhe a homogeneidade de que nos falava Fidalgo, e a ajuda a resolver a sensível questão da legitimidade: "o discurso partilhado" e as "interpretações coletivas de acontecimentos públicos relevantes" (Zelizer, 2000:33), ou "as crenças", "características", "valores" que os jornalistas partilham no seu quotidiano profissional e que "dão significado ao seu trabalho". Assim, "em vez de profissão, indústria, género literário, cultura, sistema social complexo", o jornalismo deve ser considerado "uma ideologia". (Deuze, 2005: 444 e 445).

O que acaba por ter maior peso no jornalismo é pois a forma como os jornalistas aplicam, no quotidiano profissional, os princípios, as normas, os valores, que, mesmo sendo comuns e constituam a base do jornalismo, se prestam a interpretações diversas. Por isso, o pensamento de Shoemaker e Reese parece servir de fonte de inspiração a Deuze:

"É possível falarmos de uma ideologia ocupacional no jornalismo - em que a maioria dos jornalistas sustenta as suas perceções profissionais na *praxis*, mas que é interpretada, usada e aplicada de forma diferente pelos jornalistas dos diferentes meios" (Shoemaker e Reese, apud Deuze, 445).

Esta abordagem permite-nos concluir que o jornalismo não pode definir-se enquanto profissão, se apenas tivermos em conta os parâmetros rígidos que enquadram uma profissão. A questão, todavia, consiste em percebermos se essa rigidez é necessária ou se, pelo contrário, causa de novos constrangimentos à ação profissional. De facto, esses parâmetros rígidos adaptam-se mais a atividades profissionais clássicas, como a medicina ou o direito, em que, não apenas, é regulamentado o acesso, como a prática é vigiada e sancionada por organismos legalmente enquadrados (ordens profissionais), que atuam de acordo com princípios universais, consensualmente aceites, no quadro de uma qualquer profissão. Certamente que entre a rigidez das profissões clássicas e uma

ação sem controlo haverá um meio-termo. Em Portugal estaremos ainda longe desse meio-termo.

Confortavelmente colocada num limbo, a classe investe na autorregulação, definindo e estigmatizando práticas, selecionando atores, marginalizando outros... Ficam, pois, em aberto os riscos dessas práticas profissionais estarem mais dependentes das políticas editoriais das empresas de comunicação social, da ideologia dos jornalistas (Deuze), ou da interpretação que a classe faz dessas práticas quotidianas (Zelizer), do que dos valores universais que enquadram o exercício da profissão.

Barbie Zelizer alerta, por isso, para os perigos de deixarmos a prática, inteiramente, nas mãos dos jornalistas. Na opinião da autora, o profissionalismo jornalístico adquiriu a dimensão de "uma senha" que distingue os jornalistas dos que o não são, na medida em que só eles estão habilitados a decidir o que é notícia (1993, 2000: 34 e 35). O profissionalismo jornalístico ignorou, assim, que as notícias são uma construção social, deixando ocultos "os elaborados mecanismos pelos quais é construída a realidade" (*idem, ibidem*).

A este propósito, Kaarle Nordenstreng admite que o jornalista possa ficar refém do seu próprio profissionalismo, fechando-se numa "fortaleza", isolado do público. Na sua essência, o alerta de Nordenstreng corresponde ao avesso de uma cultura profissional superior; o risco, todavia, assume dimensão real e integra a mesma linha de argumentação de Zelizer:

"Quanto mais competentes e poderosos formos como profissionais, mais nos tornamos prisioneiros do nosso próprio pensamento profissional, correndo o risco de nos alienarmos das pessoas comuns. É o dilema do elitismo e da alienação que não serve a democracia, algo que poderíamos classificar como a síndrome da fortaleza jornalística - uma profissão excessivamente centrada sobre ela própria" (2009: 9560).

Esta ideia de profissionalismo jornalístico, que exclui a monitorização exterior, e que transforma a prática quotidiana numa abstração, representa, na aceção de James Carey, "o grande perigo do jornalismo moderno" (1978, *apud* Zelizer, 2004: 33): deixa o público, que depende do jornalismo para apreender o mundo, sem controlo direto sobre a informação que lhe é apresentada (*idem, ibidem*). A possibilidade do profissionalismo jornalístico contribuir para ocultar uma ação quotidiana orientada pelos interesses do mercado, regulado pelos empresários dos *media*, não deve ser excluída. Era disso, afinal, que nos falava Soloski quando alertava para a forma como as organizações jornalísticas limitavam, pela via do profissionalismo, o comportamento de

repórteres e editores. Na sua essência, todavia, o processo de profissionalização do jornalista distancia-o desta matriz, é, aliás, o seu oposto. Desse processo, que tem na formação académica o seu pilar, trataremos em detalhe no capítulo cinco; como constata Michael Schudson, a profissionalização é um escudo protetor do jornalista, a garantia da sua independência:

"Um jornalista age de forma profissional quando não está subordinado a um ponto de vista político, quer dizer, tenta sempre que a sua visão das coisas não seja orientada por uma única voz ou posição. O profissionalismo cultiva sempre uma boa dose de ceticismo já que o jornalista cultiva a suspeita de que podem não estar a contar-lhe a verdade toda (...) O jornalismo é uma atividade que se deve orientar pelas suas próprias regras e códigos éticos e não por qualquer interesse exterior" (Baptista *et al*, 2008: 19 e 20)²⁰.

As Interseções que Atravessam o Campo Jornalístico

A distância entre a prática quotidiana e o ideal afirmado por Schudson provoca os receios enunciados por Carey, Soloski, Zelizer e pelo próprio Schudson.

Por isso, o enquadramento concetual de Zelizer (comunidade interpretativa) e Deuze (ideologia) ajuda-nos a compreender melhor a singularidade do jornalismo mas, em nosso entender, não resolve o principal dilema que atravessa a atividade profissional, e que ultrapassa, largamente, o seu posicionamento social: até que ponto conseguirá o jornalismo resistir às influências que contaminam a atividade?

Como reconhece Patrick Champagne, a especificidade do jornalismo decorre não da sua autonomia, "mas do facto de se situar na intersecção entre vários outros campos, nomeadamente o político, o económico e o profissional" (*apud* Camponez: 111). Lacan *et al* recorrem mesmo à imagem do "albergue espanhol" para registarem a "rede de influências" que moldam e fazem evoluir o jornalismo (1994, *apud* Marinho:116). Por seu lado, Pierre Bourdieu destaca a particularidade do campo jornalístico: "muito mais dependente das forças externas que todos os outros campos de produção cultural" (1996a: 19).

Essas influências transportam um elevado potencial de desestruturação do campo mas, ao mesmo tempo, é nessa interconexão que se desenha a identidade do jornalismo. É no lugar onde buscamos a desestruturação do campo que devemos, igualmente, encontrar o roteiro da sua reestruturação. Consciente do peso de cada uma das variáveis que o influenciam e dos constrangimentos que estas provocam na

²⁰ É o próprio Michael Schudson que, num texto de 2009, expressa os mesmos receios de Zelizer, Nordenstreng e Carey ao reconhecer o risco do jornalista, transportando um "potencial anárquico" capaz de subverter o poder estabelecido, se alienar, completamente, das comunidades que cobre (*apud* Gomes, 2012: 42, 43).

ação quotidiana, o jornalismo deve resistir-lhes. A formação académica deve traçar o roteiro dessa resistência.

A questão mais complexa, e que trataremos no próximo capítulo, não se reduz, portanto, ao fechamento do jornalismo numa atividade passível de ser encaixada, e definida, em bases sólidas e perenes, porque essa base não caracteriza, de facto, a identidade do jornalismo; o que importa, verdadeiramente, é analisar a capacidade de resistência do jornalismo às influências internas e externas que o moldaram ao longo dos últimos 200 anos e o caminho que deve ser seguido para que essa resistência, de facto, se concretize.

Por isso, mais do que apreender se o conceito de profissão resiste, o que parece impor-se é a discussão relativa aos valores e aos elementos do jornalismo. Da resistência deles depende o futuro do jornalismo e dos jornalistas.

Na primeira década do século XXI, mutações de base tecnológica vieram disputar o palco com o mercado e a política, dimensões que, como veremos, muito têm contribuído para a crise de identidade (e de confiança) que o jornalismo atravessa desde a década de 80 do século passado.

A tecnologia está a contribuir para, pelo menos, alargar o espectro do jornalismo.

A Internet abriu caminho a um novo jornalismo, assente na participação do público, que assume muito maior protagonismo no processo de produção jornalístico, mas, promove, igualmente, a explosão de mensagens não jornalísticas, que utilizam o mesmo suporte dos conteúdos jornalísticos para chegarem ao público.

Na primeira década do século XXI, a questão central volta a ser o futuro do próprio jornalismo, uma dúvida que parece impor-se ciclicamente.

Qual, é, afinal, o papel da tecnologia na reconstrução, ou desestruturação, do campo jornalístico? Ou, dito de outro modo, terá a tecnologia do século XXI maior influência no jornalismo, do que antes tiveram o telégrafo, as máquinas de impressão, a rádio, a televisão, o satélite e o cabo?

No fundo, o século XXI coloca-nos perante um novo dilema: a explosão de mensagens jornalísticas num mesmo suporte, ao mesmo tempo que pode representar o alargamento do campo jornalístico e a sua definitiva inclusão, sem fronteiras definidas, no campo da comunicação, tornando desnecessária a existência de profissionais habilitados que preservem os valores jornalísticos; essa explosão de mensagens, provenientes das mais diversas fontes e representando os mais diversos

interesses, também pode, pelo contrário, exigir, ainda mais, as competências (e a credibilidade) associadas aos jornalistas e os valores que integram a atividade que lhe dá forma.

Questões determinantes no jornalismo do presente; a reclamarem da academia uma resposta cabal, formando profissionais habilitados a descodificarem os efeitos dos fatores exteriores ao jornalismo, que ameaçam a perenidade da sua essência.

No próximo capítulo analisaremos a dimensão dos efeitos desses fatores exteriores no quotidiano jornalístico, com especial destaque para os constrangimentos provocados pelo campo económico.

CAPÍTULO 2

JORNALISMO, DEMOCRACIA E MERCADO

Jornalismo e democracia são conceitos que estão interligados. Numa sociedade democrática, o jornalismo fornece “às pessoas a informação de que precisam para serem livres e se autogovernarem” (Kovach, Rosenstiel, 2001: 9).

Essa finalidade cumpre-se seguindo os passos de um processo, no decurso do qual o jornalista assume compromisso com os diversos valores que constituem a essência do jornalismo. O jornalista, mediador da realidade, acede a lugares onde os outros não acedem, investiga, analisa e interpreta factos que disponibiliza ao seu público, para que este possa compreender o mundo e agir sobre ele.

Como vimos no capítulo anterior, mesmo numa sociedade democrática, o jornalismo é influenciado por um conjunto de fatores que condicionam o cumprimento da sua finalidade. Neste capítulo analisaremos a forma como o mercado promoveu o aumento do fosso entre o jornalismo e o público, tornando mais difuso o cumprimento do papel que está reservado ao jornalismo na Esfera Pública.

O PAPEL DO JORNALISMO NAS SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS

Jornalismo, Esfera Pública e Democracia

O conceito de Esfera Pública deve orientar-nos na definição da finalidade do jornalismo, ainda que o modelo ideal de Esfera Pública, como Jürgen Habermas originalmente o definiu, nunca tenha tido uma correspondência na sociedade²¹. De facto, o Espaço Público da Esfera Pública Liberal já era pleno de desigualdades sociais;

²¹ Na sua obra de referência sobre esta matéria, Habermas reconhece que uma esfera pública de onde são excluídos certos grupos sociais “não é apenas incompleta, nem sequer é uma esfera pública” (1981: 107). Na revisão da sua tese, o filósofo alemão atribuiu um papel aos excluídos na progressão da Esfera Pública, assumindo que “ao lado da esfera pública burguesa, hegemónica, se apresentam outras esferas públicas subculturais (...)”. A “exclusão das camadas inferiores, cultural e politicamente mobilizadas, provoca uma pluralização da esfera pública na sua fase de formação. Ao lado da esfera pública hegemónica, e nela entrelaçada, forma-se uma esfera pública plebeia” (1992: 165). Esse entrelaçamento e cruzamento de experiências é um sinal da vitalidade da Esfera Pública. Na revisão da tese de 1962, Habermas prolonga a longevidade da Esfera Pública, acreditando que o papel de intermediação entre o Estado e a Sociedade, que lhe está associado, pode resistir a alterações sociais que restrinjam as suas funções. “O contraste entre a primeira forma de esfera pública política (que vigorou) até meados do século XIX, e a representativa das democracias de massa do Estado Social, pode, portanto, desta forma, atenuar a oposição entre um passado valorizado de forma idealista, e um presente deformado pela crítica da cultura” (*idem, ibidem*: 168).

o debate e a discussão públicos – instrumentos promotores da racionalidade – eram exclusivo dos círculos letrados.

Se é verdade, como assinalámos no primeiro capítulo, que a fase industrial da imprensa veio tornar mais frágeis, e instáveis, as relações do leitor com os jornais, o facto é que ela também permitiu que a mercadoria impressa, a notícia, chegasse a públicos que, até então, não conseguiam aceder-lhe; o jornal democratizou-se, rompeu com a elite e chegou às camadas populares, mercê, também, da democratização do acesso à educação.

A Esfera Pública contemporânea é, pois, resultado de um aparente paradoxo: a democratização do acesso da informação publicada transporta, igualmente, esse *vírus* que acentua as desigualdades e aumenta o fosso entre os *media* e os recetores.

Um público, diluído numa massa sem rosto, distanciou-se da receção crítica, diminuindo, drasticamente, o grau de exigência. A Esfera Pública da era industrial alargou-se à sociedade, tendo perdido o molde e a identidade, mas, no caso específico da imprensa, causa e efeito dessa Esfera Pública, não deixa de ser um fator positivo o percurso, sem barreiras, que a palavra impressa pôde trilhar, chegando a camadas mais vastas da população.

O período iluminista definiu as bases de um papel da imprensa que não conseguiu resistir às diferentes mutações, que têm promovido uma reconfiguração da Esfera Pública. A imprensa enquanto “guia da opinião pública” e veículo “promotor da discussão pública”, marca do Iluminismo, acabou, ela própria, por se deixar instrumentalizar pela dimensão comercial: os donos dos jornais transformaram-se em “negociantes da opinião pública”; a imprensa “haveria de transformar-se num meio da cultura de massas” (Habermas, 1973, 2009: 48 e 49).

O jornalismo é pois um produto da Esfera Pública. Os constrangimentos criados ao jornalismo, e ao cumprimento da sua missão original, são corolário da interseção direta entre jornalismo e Esfera Pública - que nunca chegou a atingir, como referimos, a idealização teórica que Jürgen Habermas preconizou, nos anos 60 do século passado.

Essa dimensão teórica permanece, todavia, como o padrão de referência onde assentam as bases da análise crítica do papel dos *media* e do jornalismo; o padrão permite assinalar e esclarecer os desvios.

Existe, aliás, como assinala James Carey, uma tentação, por parte do jornalismo e da academia que estuda o papel que ele desempenha na sociedade, de se encontrarem soluções para a crise do jornalismo nos valores iluministas:

“A imagem, os ideais, a linguagem do século XVIII, são o ponto de partida para todos os movimentos de reforma (...) Os jornalistas, como pombos domésticos, regressam a esse ponto de partida, à linguagem dos públicos e da democracia, para justificarem a reconfiguração da imprensa” (2007: 14).

O estudo do jornalismo, e do papel dos *media* nos sistemas democráticos, afirma-se, assim, muito dependente de duas visões opostas, como se não houvesse uma terceira via. Para Peter Anderson, o bloqueio, que nos impede de procurarmos essa terceira via, é resultado do conflito insanável entre o padrão e o desvio; emparedados entre opostos, sentimo-nos desobrigados de buscar soluções intermédias. Anderson situa o desvio na “visão pragmática”, orientada pelo mercado – “dar às pessoas as notícias que elas querem” –, e o padrão na perspetiva teórica, que atribui ao jornalismo e aos *media* essa “função idealista” que lhes permite assumirem-se “força vital de promoção da participação e do reforço do poder de cada indivíduo no processo democrático” (2007: 39).

No próximo capítulo analisaremos a possibilidade de uma *terceira via*, que abra caminho à reinterpretação do jornalismo, libertando-o do espartilho imposto pelo pragmatismo, de um lado, e, no outro extremo, pelo idealismo.

Anderson considera que o panorama *massmediático* britânico dispõe de exemplos que se aproximam de um e outro extremo. O autor conclui que a BBC é o meio que integra os sinais que configuram essa visão idealista. No outro lado do espetro, no topo da lista dos meios orientados pela lógica do mercado, Anderson coloca o diário *The Sun*.

De facto, a BBC é consensualmente encarada como o serviço público televisivo de referência na Europa. Elihu Katz classifica-a como a “grande invenção social”: “uma televisão que pertence à Esfera Pública e não à administração ou ao meio empresarial”, por isso mesmo, uma entidade livre para “criticar a política, as empresas e as instituições sociais” (2000: 26)²².

²²:in *JJ*, Abril/Junho, 2000.

Jornalismo e Democracia

Habermas estabelece uma interligação entre Esfera Pública e democracia, atribuindo aos meios de comunicação um papel determinante na concretização dessa associação: “Os jornais, os periódicos, a rádio e a televisão são os *media* da Esfera Pública”. Os *media* permitem a um público alargado “publicitar”²³ livremente as suas opiniões. Esse papel dos *media* adquire especial relevo numa Esfera Pública política “onde as discussões públicas versam assuntos relacionados com a ação do Estado”. A publicidade, promovida pelos meios de comunicação social, permite ao público formar uma opinião pública com poderes de fiscalização e “controlo democrático da ação do Estado” (2009: 45 e 46). Brian McNair e James Carey colocam a questão nos mesmos termos, na relação entre o jornalismo, a democracia e o público:

“As ações do governo e do Estado, e os esforços dos partidos (...) para exercerem o poder político devem ser sustentados e legitimados pelo escrutínio crítico e pelo debate promovido pelos *media*” (McNair, 2004: 1).

“As origens do jornalismo são as mesmas da democracia – sem jornalismo não existe democracia. Mas é igualmente verdade que sem democracia também não existe jornalismo. O destino do jornalismo, do Estado-Nação, e da Esfera Pública está intimamente ligado e não pode, facilmente, ser separado” (Carey, 2007: 13).

Carey considera, aliás, que essa simbiose entre o jornalismo e a democracia não estabelece quaisquer margens para cedência por parte dos jornalistas:

“Quando em causa está a defesa da democracia e das instituições democráticas, os jornalistas não podem ser indiferentes, devem ser partidários e evitar a objetividade (...) porque se o edifício da democracia desabar os jornalistas ficam reduzidos ao papel de propagandistas ou entertainers. A paixão pela democracia é o laço que os jornalistas devem ter com o público” (2007: 13).

Sem colocarem em causa o compromisso com a objetividade, Bill Kovach e Tom Rosenstiel aproximam-se, todavia, da visão de Carey:

“Chega a ser difícil separar o conceito de jornalismo do conceito de criação da comunidade e, posteriormente, de democracia (...) O jornalismo é tão indispensável à prossecução dessa finalidade, que as sociedades que pretendam suprimir a liberdade têm, primeiro, de suprimir a imprensa (...) O jornalismo contribuiu com algo de único para uma cultura – informação independente, fiável, rigorosa e abrangente, necessária para a

²³ O conceito de *publicidade*, neste contexto, surge associado à razão: “assume o sentido de publicitação, ato de tornar público (opiniões, conhecimentos, experiências, as próprias pessoas, etc.) (Esteves, 2003: 35).

liberdade dos cidadãos. Se o jornalismo é solicitado a fornecer algo que desrespeite estas qualidades, estamos perante uma perversão da cultura democrática”. (2001: 8, 16)²⁴.

Bonnie Anderson recorda que essa interdependência entre o jornalismo e a democracia está legalmente legitimada na Primeira Emenda da Constituição americana²⁵, que “estabelece especial proteção aos jornalistas”, no sentido em que afirma a imprensa livre como “o cerne de uma verdadeira sociedade democrática” (2004: XI, XVII).

A associação entre jornalismo e democracia é transversal a este capítulo porque o fortalecimento das democracias também depende da forma como os *media* atuam, da liberdade que conquistam e promovem, das discussões que alimentam.

Michael Schudson subscreve a importância da sociedade em geral, e dos jornalistas, em particular, assumirem como linha condutora a interdependência entre jornalismo e democracia, todavia, o autor limita a dimensão da responsabilidade dos meios de comunicação social e do jornalismo:

“É frequente a retórica dos jornalistas e académicos ao falarem de jornalismo pressupor que os meios de comunicação social informam as pessoas e estas depois decidem (...) As democracias contemporâneas são democracias representativas, e as decisões que os eleitores tomam são decisões sobre a eleição de representantes (...) A meu ver, os meios de comunicação social americanos comportam-se com demasiada frequência como se vivêssemos numa verdadeira democracia maioritária, onde os desejos dos cidadãos são, ou devem ser, traduzidos diretamente em políticas públicas” (2008: 40).

Este apontamento de Schudson demonstra que a democracia representativa, e a vastidão de entidades e organismos que dão forma ao Estado democrático, jamais permitiria que o jornalismo monitorizasse sozinho a democracia, protegendo-a, qual herói dos tempos modernos, das ameaças que, potencialmente, a limitam. O jornalismo é um agente dessa fiscalização, mas não é o único. Essa fiscalização deve ser exercida, desde logo, por uma cidadania ativa, que cabe ao jornalismo potenciar, mas que pode, cada vez mais, ser exercida sem essa intermediação. Schudson defende, por isso, que seja claramente definido o papel do jornalismo na democracia, integrando-o “numa

²⁴A troca de informações, motivada pelo instinto (fome) de conhecimento, promove a formação de uma comunidade de interesses, uma comunidade de partilha. Robert Bourne e Alain Lefebvre definem a comunidade como o “lugar específico que se distingue dos outros lugares pelas singularidades ligadas à sua origem, à sua construção, mas também à sua localização no espaço”. Este lugar, como assinalam os autores, não é um “gueto”, pelo contrário, “é aberto sobre os outros lugares e sobre aquilo que muitos consideram ser o *espaço-mundo*” (2000: 270). É um lugar de interação, de ação comunicativa, entre os elementos que o integram e entre eles e todos os outros, de todos os lugares.

²⁵ “A imprensa livre é uma instituição independente ... a imprensa deve servir os governados e não os governantes... O jornalismo não existe num vácuo; é um ponto-chave no exercício de fiscalização e equilíbrios de uma democracia saudável” (Anderson, 2004: XI, XVII).

ecologia informativa mais vasta" (*idem, ibidem*: 42), que associe outros organismos e entidades.

Colocar sobre os ombros de um jornalismo, limitado pelo mercado, a tarefa de monitorizar sozinho a democracia constituiria uma ameaça à própria democracia. Como assinala Dewey, a democracia é um processo em permanente construção, não é algo que nos seja oferecido pronto a servir (1936, *apud* Shenton 2009: 5); como tal precisa do alimento da cidadania (participação cívica dos cidadãos) para não colapsar.

De facto, o esforço de procurar nos *media* a chave da consolidação da democracia esbarra com os constrangimentos que hoje influenciam o jornalismo. Kovach, Rosenstiel e Carey associam o reforço do peso desses constrangimentos à quebra do contrato entre o jornalista e a defesa da democracia. A democracia acaba, assim, por servir de capa à progressão de interesses que atuam em nome dela e do jornalismo. Carey alerta-nos para a existência de sociedades onde alguns se “autointitulam repórteres, mas cujo papel consiste, exclusivamente, em serem veículos de propaganda ao serviço de interesses oficiais” (2007: 13). Kovach e Rosenstiel constatarem que as notícias se estão a transformar “em entretenimento e o entretenimento” assume “um carácter de notícia” (2001: 7).

Neste contexto, onde a realidade social dos *media* se apresenta transfigurada, principalmente, pelas influências da lógica do mercado, e onde abundam as teses que interpretam criticamente os exemplos que resultam dessa contaminação, McNair descobre, nessa deriva do jornalismo, elementos que, pelo menos, questionam a dimensão da crítica:

“Rejeito a assunção de que popular significa irracional e *tabloidização* lixo; rejeito, igualmente, que o entretenimento não possa significar informação ou que as notícias sérias não possam, ao mesmo tempo, ter interesse humano (...) Uma audiência mais esclarecida, com melhor formação, semiologicamente mais informada (...) do que em épocas anteriores, é uma audiência ativa” (*idem, ibidem*: 3).

Como tal, Brian McNair considera a *audiência ativa* o ponto de arranque de uma reinterpretação mais positiva do papel dos *media*. Retomaremos essa linha de argumentação no próximo capítulo; porque uma audiência que participa pode influenciar o trajeto dos *media*, do jornalismo e, como consequência direta, da democracia. Por isso, a mera descrição da realidade, com a ênfase colocada na crise que atravessa o jornalismo, limita-nos em termos analíticos. O jornalismo resistirá

reconfigurado, mais comprometido com o público. Ainda estaremos longe do fim da história. O mercado, de facto, aprisionou o jornalismo mas, como sustentam Jane Chapman e Nick Nuttall, "o casamento da democracia com o jornalismo é mais antigo do que aquele que o jornalismo estabeleceu com o mercado" (2011: 15), seria, pois, precipitado declarar o fim de tão longa união.

Para uma Definição de Jornalismo

Mitchell Stephens, como já aqui assinalámos, descomplexifica o esforço de buscar uma definição de jornalismo, reduzindo o conceito, simplesmente, à atividade de recolha e distribuição/transmissão de notícias (*apud Zelizer, 2004: 22*).

Essa, de facto, consideram Peter Anderson e Geoff Ward, é a definição “básica”, por isso mesmo algo “insatisfatória” se atendermos ao grau de “sofisticação” do jornalismo deste nosso tempo. A definição dos autores integra, por isso, o conjunto de tarefas associadas ao crescente grau de sofisticação da atividade:

“Tipos de recolha, a vastidão dos acontecimentos e dos temas diariamente cobertos, mas também a maneira como as notícias são apresentadas, no que concerne ao grau de interpretação, de análise e contexto” (2007: 8).

A definição de Anderson e Ward tenta responder ao peso real que o jornalismo desempenha na sociedade, estabelecendo uma ponte com o efeito que as notícias, a matéria-prima do jornalismo, têm na vida das pessoas e nas decisões que cada um toma nos vários campos onde se move.

Stuart Adam também considera que o jornalismo é mais do que mera recolha e transmissão de informação, colocando o foco da definição na ação crítica e analítica, que o jornalismo e os jornalistas exercem sobre a realidade:

“Os seus principais elementos são a capacidade crítica de uma forma geral e a capacidade de seleccionar as notícias e de as reportar, usando, para tal, uma linguagem e narrativa específicas” (1989, *apud Zelizer, 2004: 23*).

A Autonomia do Jornalista

De facto, o que distingue os jornalistas de todos os produtores de informação é o método que o jornalista utiliza na recolha e distribuição dessa informação; é essa capacidade de olhar para a realidade seleccionando-a, transformando factos em notícias, a que se atribui o estatuto de acontecimento. A distinção reside no método, mas também na forma como ele se aplica, no quadro de valores e compromissos que o jornalista

associa ao aparentemente simples processo de recolha e transmissão de notícias. Ou, como refere Josep Maria Casasús i Guri, a marca distintiva do jornalista, relativamente às restantes profissões na área da comunicação, reside naquela que é a sua missão principal: “tratar da dimensão ética do fenómeno comunicativo” (*apud* Fernández, 1996: 44 e 45).

Bill Kovach e Tom Rosenstiel classificam o jornalismo como “um ato de carácter”, onde a ética, a autoridade, a honestidade e a capacidade crítica do jornalista (2001: 188 e 189), e da organização para a qual o jornalista trabalha, promovem essa marca distintiva que assinalávamos.

A ética e a moral, a responsabilidade individual e social do jornalista, o espírito de missão, integram juntos esse lado mais invisível, porque interior, da ação do jornalista, mas sobrepõem-se, ocupando claramente um patamar superior ao domínio das técnicas editoriais. A interpretação que Carol Marin, jornalista da televisão de Chicago, faz desse patamar superior é ambiciosa: “O jornalista é alguém que acredita em algo e pelo qual estaria disposto a demitir-se” (*apud idem, ibidem*: 190).

A consciência do jornalista é, pois, um valor interior que lhe serve de escudo, estando legalmente consagrado na figura jurídica da cláusula de consciência. Este princípio legal e outros, como as leis anti concentração, o estatuto profissional, a lei de imprensa e algumas normas dos diplomas que regulam a comunicação social conferem ao campo jornalístico uma certa autonomia que, em teoria, o protege quer dos “atentados à sua liberdade por parte do poder político, como de uma subordinação sem limites a padrões todo-poderosos” (Neveu, 2001: 49 e 50).

A concentração, como detalharemos à frente, posiciona-se como um dos elementos que mais condicionam a liberdade e a autonomia do jornalista; força-o a acomodar-se à lógica do grupo onde trabalha, mesmo quando o jornalista entra em choque com essa lógica. A concentração restringe a mobilidade e, como consequência, novas possibilidades de emprego.

De facto, as influências do campo económico vieram, claramente, fragilizar esse escudo protetor do jornalista. E essas influências começam por condicionar e moldar a ação das empresas e, por pressão destas, a atividade do jornalista.

Mas, acima das leis, acima das influências dos campos político e económico, há um indivíduo disposto a exercer uma profissão singular²⁶, comprometido com o quadro de valores que a enformam.

Como reconhecem Bill Kovach e Tom Rosenstiel, “a consciência não é algo que deva ser aliviado” (2001: 191). Por isso, Neveu entende que a autonomia do jornalista deve ser preservada. O académico francês constata, aliás, que ao mesmo tempo que a dimensão económica contribui para alienar o exercício do jornalismo, tornando a aplicação dos princípios éticos mais difusa, também parece existir uma “nova sensibilidade para a deontologia” (2001: 132) por parte dos cidadãos, que começam a pedir contas diretas aos jornalistas pela forma como exercem o seu trabalho, mas também pela existência de um esforço de familiarização dos contornos desse trabalho junto do público (*media* literacia), promovido pela escola e pelos próprios *media*. Esse esforço de formação contribui para tornar “mais compreensíveis as condições diárias do trabalho jornalístico”, permitindo que se ultrapassem as lógicas simplistas da acusação individual (*idem, ibidem*).

Bob Woodward²⁷, um jornalista que integra o pequeno grupo daqueles cujo estatuto lhes permite romper os grilhões impostos pela lógica do mercado, assume que, “muitas vezes, o melhor jornalismo é feito quando desafiamos a gestão” (*apud* Kovach e Rosenstiel, 2001: 191).

Atualmente, um número crescente de jornalistas está condicionado pela precariedade, afirmada pela ação de superiores hierárquicos que preferem liderar um grupo de trabalho onde todos sejam desenhados à sua imagem e semelhança. Não deixa de ser, porém, verdadeiro o princípio de que há, em cada jornalista, uma fronteira mental que não pode ser ultrapassada. A ética individual, a formação moral e cívica estabelecem e definem essas linhas intransponíveis. A história está carregada de exemplos de jornalistas que se deixaram guiar pelas linhas da própria consciência moral e da ética, investigando temas habitualmente distantes das agendas, mas de inegável interesse público, a começar pelo próprio Bob Woodward.

²⁶ Edite Soeiro, jornalista falecida em 2009, que chegou a ser a mais velha jornalista em atividade em Portugal, caracterizava desta forma essa disposição para exercer a atividade singular: “Nunca me arrependi (...) o jornalismo tem tudo para ser uma profissão digna, tudo quanto tu quiseres. Eu gosto mesmo é de ser jornalista” (Gomes, 2011a: 279).

²⁷ Jornalista norte-americano que, juntamente com Carl Bernstein e o jornal *Washington Post*, investigou, nos anos 70 do século passado, o escândalo *Watergate*, que haveria de conduzir à demissão do Presidente norte-americano Richard Nixon. A investigação valeu-lhes o Prémio Pulitzer, em 1973.

Homer Bigart, um repórter americano que profissionalmente viveu a guerra do Vietnam, e que a desvendou, contribuindo para o seu questionamento, John Crewdson, um dos pilares do jornalismo de investigação nos Estados Unidos da América, pelos métodos de verificação da informação e recurso às mais diversas fontes para confirmar factos, David Burnham, que em 20 anos no *The New York Times*, a trabalhar na área das polícias, forçou a criação de uma comissão estatal que investigou os casos de corrupção denunciados nas reportagens do jornalista, ou Diana K. Sugg, especializada em assuntos de saúde, vencedora de um Pulitzer, cuja escrita apaixonada, e a extrema ligação aos entrevistados, lhe permitiu absorver as histórias nas entrelinhas das conversas, são exemplos de jornalistas que, mesmo não sendo figuras que atingiram o estatuto de *estrelas* mediáticas, conseguiram colocar o interesse público acima dos interesses individuais²⁸. Fizeram-no com um espírito de missão que deveria servir de referência às novas gerações.

Bill Kovach e Tom Rosenstiel destacam o jornalismo de autor, que consegue tocar o público. Integram nesta classificação, os trabalhos dos diversos profissionais que anteriormente citámos que rompem a muralha da elevada torrente informativa dos nossos dias, conquistando a atenção dos destinatários, apenas pela qualidade do trabalho que produzem:

“A experiência demonstra-nos que os trabalhos dos melhores jornalistas refletem uma subtil assinatura. Esses trabalhos são produto de um método pessoal que eles usam para disciplinar a curiosidade, essa é a forma que encontram para irem ao fundo das questões (...) Cultivam um conhecimento cético (...) alcançam um nível mais elevado de verificação, conseguindo produzir histórias com contexto” (2010: 152 e 153)²⁹.

Brian McNair opta por recordar alguns dos que atingiram o estrelado e que ficaram, ou não de ficar, na história das notícias:

“Wolfe, Thompson, Murrow, Cronkite, Paxman, Frost, Adie, Amanpour tornaram-se nomes familiares no passado e no presente por se terem empenhado no tratamento de temas importantes, ou pelas reportagens, análises, perfis que assinaram e que o público reconhece como tendo sido certos e reveladores” (2010: 12).

²⁸ Os nomes aqui referidos são destaques de Bill Kovach e Tom Rosenstiel citados no livro *Blur*, 2010, nas páginas 26, 57, 153, 157.

²⁹ Os autores definem o conhecimento cético como uma característica profissional que se concretiza em processo, ao longo do qual o jornalista deve dar resposta às seguintes questões: que conteúdo vou encontrar; a informação está completa; o que falta para estar; quais são as fontes e por que devo acreditar nelas; quais são as evidências e como as posso provar; haverá uma explicação ou um entendimento alternativos; terei eu aprendido o que preciso para trabalhar esta matéria (Kovach, Rosenstiel, 2010: 32).

Os nomes citados por Bill Kovach e Tom Rosenstiel, e as figuras que atingiram o *estrelato*, selecionadas por Brian McNair, partilham o perfil que Ryszard Kapuscinski crê ser o que deve assentar a qualquer jornalista:

“Aceitar uma certa disposição para o sacrifício, colocar no trabalho um pouco da nossa individualidade, das nossas ambições e isso requer a nossa alma, a nossa dedicação, o nosso tempo (...) Qualquer jornalista tem de ser um bom homem, ou mulher, um bom ser humano. Os maus não podem ser bons jornalistas” (2002: 32-33, 38).

Kapuscinski acredita que a adoção dessa prática, de forma continuada, acabará por despertar no público reconhecimento e confiança nesses jornalistas.

Os nomes de jornalistas que aqui destacámos, a que poderíamos juntar profissionais do universo mais vasto da comunicação como Larry King ou Jon Stewart, que chegam a adquirir um estatuto mediático mais relevante do que o dos protagonistas que diariamente entrevistam,³⁰ estão longe de retratar a realidade do mercado profissional.

O Quadro de Valores do Jornalismo

O jornalismo, enquanto instrumento promotor da Esfera Pública, no sentido em que lhe está atribuída a missão de dotar os públicos da informação que lhes permita participar no processo de discussão pública, reage às dinâmicas dessa esfera de mediação entre o Estado e a Sociedade, reage, enfim, às dinâmicas desse lugar simbólico onde o público se forma.

O jornalismo cumpre essa sua finalidade através dos meios de comunicação social.

As influências que o jornalismo, e os meios de comunicação social, recebem da Esfera Pública definem-lhes a identidade. Esse lugar ambíguo que o jornalismo ocupa na Esfera Pública é fruto, como referia Patrick Champagne, da *intersecção entre vários campos*. Ora esse posicionamento molda a deriva do jornalismo, mas também, a sua capacidade de resistência ao quadro de influências negativas que o aprisiona.

³⁰ Larry King alimentou um programa de diário de entrevistas na CNN até Dezembro de 2010, mantendo ainda (2011) uma colaboração pontual na cadeia de televisão norte-americana. Jon Stewart é o premiado apresentador do *Daily Show*, um programa de humor e crítica política e social, emitido no canal de cabo americano *Comedy Central*.

Peter Anderson e Geoff Ward argumentam que as interseções que moldam o campo jornalístico enfatizam a permanente crise de identidade que caracteriza o jornalismo:

“Nos últimos 20 anos, mudanças socioeconômicas e socioculturais, combinadas com o desenvolvimento tecnológico, impuseram novas alterações na profissão e forçaram os que a praticam a reexaminarem o seu papel de jornalistas (...) As funções tradicionais do jornalismo, e a relação deste com a democracia, sofreram uma redefinição - assumindo um trajeto que frequentemente afasta o jornalismo do interesse do público” (2007:17).

James Carey assume, por isso, a necessidade de fazer regressar o jornalismo a esse trilho desenhado pelo interesse do público, resgatando-o do universo amplo da comunicação³¹ onde se instalou (*apud* Kovach e Rosenstiel, 2001: 8). Subsiste, porém, um quadro de valores, uma espécie de escudo protetor do jornalismo, que vai resistindo a todas as influências. A filosofia do jornalismo, a *constância admirável* de que nos falavam Bill Kovach e Tom Rosenstiel no capítulo um, é inquestionável e emerge da missão que lhe está destinada na sociedade; a concretização dessa missão será possível enquanto o quadro de valores do jornalismo permanecer inviolável.

Charlie Beckett acredita, igualmente, nessa *constância* dos valores do jornalismo que resiste aos desvios, argumentando que a necessidade de se questionar o jornalismo no século XXI não advém do seu quadro de valores, mas sim da “dificuldade que o jornalismo está a demonstrar em se adaptar às necessidades dos novos tempos” (2008:41). Beckett resiste a decretar um abalo no quadro de valores do jornalismo que

³¹ Ao longo desta investigação, diversos autores, Carey, Medsger, Neveau, Ramonet, Rebelo, entre outros, atribuem à expressão universo da comunicação e ao próprio conceito de comunicação um sentido negativo, associando-o ao entretenimento, à persuasão, assumindo-o, neste contexto, fator de contaminação da ação jornalística. A este propósito, James Carey afirma que “mergulhar o jornalismo na comunicação causou enorme estrago ao ofício e, mais recentemente, à democracia” (2000: 21). Este autor defende, todavia, o que poderíamos classificar como uma dimensão comunicacional do jornalismo, no sentido em que reclama uma maior aproximação do jornalismo ao público que serve, assumindo que o jornalismo deve promover um diálogo com o público. Voltaremos a este tópico no capítulo três. Já Ignacio Ramonet sintetiza a posição dos restantes quatro autores citados, considerando que o mundo da comunicação “consiste na difusão de mensagens complacentes e laudatórias em função das empresas que as transmitem” (2011: 36). Esteves, Reese, Rodrigues, Zelizer, atribuem à comunicação um outro papel. Adriano Duarte Rodrigues considera que a comunicação consiste na partilha de saberes comuns através da qual se estabelecem laços entre os diferentes membros de uma comunidade ou sociedade (1999: 35). João Pissarra Esteves elege-a motor da reconstrução do espaço público. Stephen Reese e Barbie Zelizer consideram a comunicação a “casa natural” do jornalismo na academia. Na nossa investigação, como veremos, atribuímos à comunicação idêntica missão, de acolhimento do jornalismo, pelo que, a nossa interpretação do conceito aproxima-se da dos quatro últimos autores citados. A forma como os diferentes autores interpretam o conceito de comunicação está muito relacionada com o seu lugar de presença (Zelizer, 2004: 29). Barbie Zelizer assinala, a este propósito, que os jornalistas convivem mal com o rótulo de comunicadores, por assumirem que o conceito pressupõe que qualquer um pode ser jornalista (*idem, ibidem*: 28).

tem permanecido imutável, mas, claramente, o professor britânico professa uma outra abordagem do jornalismo para que esse iminente abalo não se concretize:

“É importante para o jornalismo que a ética e os valores fundamentais permaneçam os pilares. Mas a sobrevivência desses valores exige que o jornalismo se adapte às exigências do presente” (*idem, ibidem:42*).

Para que se concretize esse processo de adaptação, Beckett propõe a aplicação do conceito de *Networked Journalism*: “o contacto direto do jornalismo com o mundo que fica fora da redação; o jornalismo que ouve as pessoas e que lhes dá voz” (*idem, ibidem: 43*). O conceito será aprofundado e problematizado no próximo capítulo.

O quadro de valores que o molda define a função social do jornalismo na Esfera Pública.

Bill Kovach e Tom Rosenstiel apresentam-nos os 10 mandamentos do jornalismo, já aqui identificados, como o caminho que conduz o jornalismo ao cumprimento dessa sua finalidade de alimentar a necessidade de informação, que cada um de nós revela para viver, ser livre, e poder tomar decisões.

Seis anos antes, já Blumler e Gurevitch tinham identificado nos *media*, e no jornalismo, o quadro de funções que haveria de lhes permitir cumprir essa finalidade. Os autores destacavam a “vigilância” permanente do “ambiente sociopolítico”; a “definição dos assuntos centrais do dia” e do “caminho para a sua solução”; a responsabilidade de assumirem uma função didática capaz de “iluminar” os políticos na ação política, os porta-vozes de diferentes causas e os grupos de interesse; a promoção do diálogo entre os públicos com opinião e a massa, anulando o fosso que os separa; a definição, e consequente aplicação, de mecanismos de controlo do poder das elites; a criação de formas que possibilitem a participação dos cidadãos no processo político e que promovam a sua aprendizagem da política; a capacidade de resistirem a todas as forças exteriores que queiram pôr em causa a sua independência; o respeito pela audiência, possibilitando-lhe um melhor conhecimento da política (1995: 97).

A correspondência entre as duas abordagens, apresentadas em períodos diferentes da história do jornalismo³², contribui para o reforço da conclusão que serve de mote a esta constatação - de que o quadro de valores do jornalismo, que lhe permite

³² Blumler e Gurevitch definem o quadro em 1995, numa altura em que o jornalismo já começa a sentir os efeitos da transnacionalidade dos *media* e em que os canais televisivos de notícias 24 horas já estavam consolidados, mas ainda antes do advento da Internet. Os elementos de Bill Kovach e Tom Rosenstiel, apresentados em 2001, já refletem os efeitos da Internet. Em 2007, os elementos são revistos pelos autores, mas nenhum deles é suprimido, apenas é acrescentado um décimo, que reflete os direitos e os deveres dos cidadãos num processo produtivo de notícias, em que estes assumem um papel cada vez mais relevante.

cumprir a sua finalidade, sobrevive às gerações e às influências da sociedade, que vão moldando a forma do conceito e a aplicação prática do mesmo.

Peter Anderson propõe-nos um quadro de funções do jornalismo que mantém, no essencial³³, as duas anteriores classificações, mas que acrescenta um dado relativo ao papel do Estado na fiscalização da ação jornalística, com o propósito de proteger a democracia: “O Estado deve zelar, pela via da legislação ou de subsídios anónimos, para garantir que os *media* dão voz a uma diversidade de opiniões e ideologias” (2007: 40). Esta ação reguladora do Estado não significa, propriamente, a apologia de um protecionismo. Anderson defende que deve ser o mercado dos *media* a tomar decisões, mas alerta para a necessidade de existir um serviço público de produção de notícias “imparcial”, “de características semelhantes à BBC”, que funcione como modelo (*idem, ibidem*).

Paul Starr destaca, igualmente, a monitorização permanente do jornalismo, através de uma ação fiscalizadora responsável,³⁴ ao exercício do poder e ao desempenho de todos os seus agentes. Starr considera essa a missão pública por excelência do jornalismo, por contribuir diretamente para o bom funcionamento da sociedade (2009: 9 e 10). A concretização desse objetivo do jornalismo, reconhece o Professor americano, pressupõe que as notícias continuem a ser distribuídas sem os custos associados a outros produtos, porque só o livre acesso à informação permite ao jornalismo disseminar os efeitos positivos da sua ação. A tendência para uma informação de acesso livre sai reforçada com o advento da Internet. Das consequências dessa “liberdade” de acesso trataremos no próximo capítulo.

A Verdade: O Alicerce Sólido do Jornalismo

De entre os compromissos do jornalismo, referidos nas classificações de Kovach, Rosenstiel, Anderson, Blumler e Gurevitch, a verdade sobressai, afirmando-se como a essência. Bill Kovach e Tom Rosenstiel atribuíram-lhe o estatuto de primeiro mandamento, caracterizando-a como o “desejo elementar”, cuja procura desinteressada

³³ Peter Anderson considera que aos *media* e ao jornalismo cabe promover o funcionamento do sistema democrático, apresentando “agendas equilibradas” que satisfaçam as necessidades informativas do público alvo; o jornalismo deve cumprir o papel de “*watchdog*”, ou de “contrabalanço”, relativamente a todos os que, na sociedade, abusem do poder; o jornalismo deve “promover a aplicação de leis, ações e políticas” que defendam o interesse do público e que lhe demonstrem como podem alcançar os objetivos (2007: 39-40).

³⁴ *Accountability* no original

por parte dos jornalistas permite distinguir o jornalismo de todas as outras formas de comunicação:

“Uma vez que as notícias são o material que as pessoas utilizam para conhecer e pensar sobre o mundo para além da própria experiência, estas devem ser, acima de tudo, utilizáveis e fiáveis” (2001: 37, 42).

O jornalista deve ter a intenção clara de chegar à verdade, expondo, de forma clara e transparente, o método e a forma como se conseguiu aproximar dessa verdade. O jornalista não chega, como o matemático, à certeza dos números, mas pode alcançar um patamar de segurança que permita ao recetor confiar na informação veiculada. O jornalista deve revelar uma vontade de saber mais, seguindo o rasto das informações mais fiáveis, revelando faro para as perseguir, ou, como já aqui referimos, expressando um “conhecimento cético”, amparado na dúvida permanente que é alimento de “uma mente aberta”, “independente” e “cética” (Kovach e Rosenstiel: 2010: 30, 32 e 33)³⁵.

O desempenho do jornalista, fruto desse conhecimento cético, reflexo da sua consciência e da integração da ética profissional no processo produtivo da notícia, é, igualmente, marcado pelo talento inato, o faro para as notícias, de que nos falava Barbie Zelizer, mas abarca, também, uma dimensão intelectual relacionada com o processo de aprendizagem do jornalista, que lhe permite exercer, ao mais alto nível, a sua atividade profissional. A associação desses atributos define o grau de competência profissional do jornalista.

Philip Meyer constata que o jornalismo está hoje menos dependente da competência dos seus profissionais:

“Quando o repórter era mero recolector de informação, a presença, ou ausência, de competência profissional era muito visível. Ou o jornalista conseguia trazer informação ou vinha de mãos vazias. Ao contrário do cirurgião ou do advogado, os erros dos jornalistas ficavam expostos ao público para que todos os vissem e os tornassem públicos. Essa transparência, conclui o autor, foi diminuindo à medida que o jornalismo começou a reclamar maior grau de competência técnica” (2004: 240).

A interpretação que Pierre Bourdieu faz do conceito de competência percorre esta linha de pensamento de Meyer. O académico francês considera que a competência profissional não transporta o elemento diferenciador que “o credo liberal” lhe atribui:

³⁵ Os autores recorrem ao exemplo de Homer Bigart, um jornalista americano com carreira firmada nos anos 60 do século passado, sobretudo pela cobertura que fez da guerra do Vietname, para atribuírem um rosto a esse *conhecimento cético*. Bigart considerava que os jornalistas teriam de ser mais do que estenógrafos: “têm a responsabilidade de investigar, eles próprios, os factos, aceder empiricamente à prova, e jamais aceitar versões de outras pessoas”. Bigart não assumia nada por garantido, partia sempre para a história como se nada soubesse sobre ela, transportava, sempre, uma “ignorância de bolso” (Kovach e Rosenstiel, 2010: 27).

"Não tenho nada, evidentemente, contra a competência, mas observo que quando ela se exerce entre jornalistas ou entre jornais, sujeitos às mesmas restrições, às mesmas sondagens e anunciantes, homogeneiza. Basta ver a facilidade com que os jornalistas passam de um jornal para outro" (1996a: 7).

João Pissarra Esteves estabelece uma relação entre o pensamento dos dois autores, ao reconhecer o molde do mercado e da tecnologia no esbatimento das marcas distintivas no trabalho jornalístico:

"As características marcadamente técnicas e comerciais dos *media* favorecem um tipo de orientação normalizada, que não deixa grande margem de manobra à expressão de alternativas, mesmo quando esse parece ser o interesse dos próprios profissionais" (2003: 58).

Uma vez mais, a interpretação destes autores determina um questionamento sobre a formação dos jornalistas. Uma competência amparada pelos valores do mercado, como a define Bourdieu, ou tornada indistinta pelo compromisso tecnológico, na ótica de Meyer, ou sustentada em ambas as dimensões, como enuncia Pissarra, é a armadilha em que a formação académica na área não deve cair.

O propósito soberano da ação do jornalista é conquistar a confiança do público, produzindo e distribuindo informação credível. O grau de credibilidade que o jornalista reclama só se alcança se esse caminho – em direção à verdade possível – for assumido como um processo, onde se sobrepõem outros valores que ajudam a erguer o edifício do jornalismo.

A Credibilidade: O Culminar de um Processo

O edifício do jornalismo constrói-se, pois, diversos degraus acima desse “alicerce sólido” (Kovach, Rosenstiel, 2001: 43) que é a verdade.

Nesse processo, o método impõe que os valores encaixem, como num puzzle. A transparência do método, a verificação dos factos³⁶, a atitude imparcial do jornalista na transmissão do relato, a precisão e clareza desse relato, tornam a notícia sólida,

³⁶ A transparência jornalística impõe a nomeação das fontes, evitando as fontes anónimas que possam ofuscar essa transparência, mas impõe, igualmente, um exercício determinado de verificação. Verificar uma informação implica que o jornalista não encerre o processo de produção da notícia recolhendo, exclusivamente, o relato de uma fonte. Verificar os factos significa verificar a informação das fontes, decompondo-a e, nesse processo de decomposição, procurar outras versões sobre cada parcela. Uma informação só deve ser publicada se a mesma for verificada. “No limite, a disciplina da verificação é o que separa o jornalismo do entretenimento, da propaganda, da ficção ou da arte. O entretenimento e o *infotainment* debruçam-se sobre o que provoca divergências, oposições. A propaganda é a arte da manipulação e da persuasão, selecionando factos ou ficções que sirvam determinado propósito. A ficção inventa cenários que tenta fazer passar por verdade” (Kovach, Rosenstiel, 2007: 79).

fiável, credível, passível de posterior investigação. A informação jornalística transforma-se, assim, num produto vivo, que o recetor pode usar em proveito próprio, para o seu processo de formação interior, mas, igualmente, num produto a que pode ser acrescentado valor notícia, porque as bases sólidas onde esse produto assenta permitem essa posterior utilização.

O grau de credibilidade do jornalista e da matéria que trata é tanto maior quanto mais transparente for o processo de produção da notícia. Se a verdade é a base do edifício, a credibilidade é o topo - a consequência direta de um processo construído, passo a passo, sem esquecer nenhuma etapa.

Veremos, no próximo capítulo, a forma como a credibilidade se assume elemento que reforça a identidade do jornalista, distinguindo-o de outros atores que exercem funções no vasto campo da comunicação.

Como reconhece Philip Meyer, a credibilidade acaba por ser “um bom negócio”, e os proprietários, e todos os que investem nos *media* informativos, devem cuidar de interiorizar essa ideia (2004: 82). A credibilidade impõe qualidade e gera influência. A influência gera audiências. As audiências geram receitas. A conclusão de Meyer segue esta linha de raciocínio: “elevados padrões de qualidade geram elevada circulação” (no caso específico dos jornais). Gera-se, assim, uma reação em cadeia, “um *loop* onde a qualidade gera sucesso comercial que, por sua vez, gera mais qualidade ainda” (*idem, ibidem*: 79).

As Notícias com Contexto

Associado ao quadro de valores que assinalam a *constância* do jornalismo, que o faz emergir do campo da comunicação autonomizando-se, está a capacidade que o jornalismo revela em produzir contexto, que alimente a crescente necessidade de informação de cada um de nós.

A capacidade de criar contexto é, desde logo, uma marca do processo de adaptação dos meios aos efeitos da tecnologia, que já aqui referimos. As receitas estão longe de estar testadas, mas, ao longo das épocas, os meios tradicionais têm sobrevivido e ultrapassado os efeitos da imposição dos novos, mercê dessa capacidade de se reinventarem, interagindo, de forma cada vez mais complexa, com a informação disponível.

A explosão da rádio, como meio de divulgação de notícias, nos anos 30 do século passado, e da televisão, três décadas depois, forçou a readaptação dos jornais, cuja morte prematura por muitos fora declarada; contudo, foi em plena expansão da rádio, e já com a televisão a dar os primeiros sinais de vida, que os jornais atingiram a sua idade de ouro³⁷.

As notícias com contexto libertaram os jornais dessa morte anunciada:

“Os estrategas da informação perceberam que o jornal só poderia acrescentar valor se desse um contexto às notícias, ou se elas permitissem fazer a ponte com temas relacionados” (Kovach e Rosenstiel, 2010: 65).

A receita voltou a ser usada com sucesso com o advento da televisão por cabo, nos anos 80, e com os canais temáticos de informação, a funcionarem 24 horas.

Com a erupção da Internet, Paul Starr alerta-nos para os efeitos de um certo “triumfalismo” que parece associado ao advento e imposição do novo meio. O Professor americano recorda que, nesse processo de adaptação e de resistência dos jornais, novos espaços de intervenção surgiram que reforçaram o papel da imprensa escrita na sociedade:

“Apesar do surgimento de novos *media* e desenvolvimento de outros, o facto é que a imprensa nos últimos anos tem continuado a recrutar a maioria dos repórteres e a produzir as grandes histórias originais em todas as cidades americanas (...) Estudos comparativos sobre o impacto jornalístico da imprensa e da televisão revelam que as televisões seguem a agenda definida pelos jornais, muitas vezes repetindo os mesmos temas, embora tratados com menor grau de profundidade” (2009: 2).

De facto, os jornais resistiram produzindo notícias “mais interpretativas, mais analíticas, com mais contexto”. Bill Kovach e Tom Rosenstiel classificam-nas como *notícias com sentido*³⁸: as notícias que revelam *a cadeia de interações que está na base da sua produção*,³⁹ que as impulsiona, e que, por essa via, assumem um *estatuto mais próximo da reportagem*⁴⁰. Estas notícias são, por isso, muito mais do que o mero relato de um acontecimento. Por contextualizarem os factos, os destinatários podem retirar deles significado (2010: 65).

³⁷ A época de ouro dos jornais coincide com o final da Segunda Guerra Mundial, prolongando-se até à década de 70 do século passado. Ao longo deste capítulo aprofundaremos o conceito refletindo sobre os efeitos sociais positivos e negativos que lhe estão associados.

³⁸ *Sense-making news*, no original.

³⁹ *Backstory behind news*, no original

⁴⁰ *Highly reportorial news*, no original

A Reportagem

A via da reportagem assume, assim, um papel protetor do jornalismo. O *New Journalism*, com raízes no século XIX, mas com direito a rótulo próprio nos anos 60/70 do século passado⁴¹, mergulha na história e nas suas personagens, envolve-se - descrevendo pessoas e lugares com a proximidade de um romance.

Essa imersão jornalística no quotidiano das personagens decalca os contornos da observação participante, que se assume marca de água do *New Journalism*:

“Os *new journalists* escrevem sobre a realidade (...) concentram atenções nos mais desfavorecidos, na massa dos ostracizados que vive abaixo do limiar da pobreza” (Soares, 2011: 218).

Num trabalho profundo, demorado, o *New Journalism* esbate as fronteiras com a literatura, sem abdicar da prática jornalística que, como assinala Érik Neveu, transporta essa “dimensão da investigação”, o “rigor”, a “precisão” e “a economia na escrita” que “imediatamente” entusiasma o leitor (2001: 97).

Tom Wolfe, jornalista-escritor e um dos fundadores do *New Journalism*, num ensaio publicado em 1973, antecipava esta constatação de Érick Neveu:

“ É possível escrever não ficção com precisão, utilizando as técnicas associadas ao romance e aos contos literários (...) É possível ao jornalismo utilizar diversos métodos literários em simultâneo (...) para resgatar a atenção do leitor quer intelectual quer emocionalmente” (*apud* Soares, 2011: 219).

O jornalismo literário é apenas um subgénero dentro da reportagem e, apesar das virtudes aqui apresentadas, não deixa de refletir uma ligação ao mercado, sendo uma expressão direta do seu propósito de tornar a matéria jornalística mais atrativa e, por isso mesmo, mais vendável, contudo, a imersão do jornalista na história e a forma como se esforça por identificar todos os seus ângulos, é uma marca valiosa da reportagem.

O papel das notícias sai, pois, reforçado quando a reportagem lhes acrescenta o contexto, que facilita a plena decodificação da informação e o uso mais eficaz da mesma. Os valores do jornalismo, que identificámos, expressam-se de forma mais

⁴¹ Assumimos aqui uma aproximação de conceitos entre *new journalism* e jornalismo literário. As raízes, como identifica Isabel Soares, são as mesmas. Enquanto género jornalístico com marcas de identidade, o jornalismo literário começa a impor-se depois de meados do século XIX. Em 1887, trabalhos jornalísticos com um grau de profundidade estranho à ação jornalística da época, em concreto “o relato do quotidiano das periferias das grandes cidades”, foram, pela primeira vez, classificados como *New Journalism*. “Nessa fase, ainda não se previa que a expressão acabasse por caracterizar,” já nos anos 70 do século seguinte, “um género jornalístico autónomo”. No início dos anos 70 do século passado torna-se claro que um novo jornalismo conquista legitimidade, quer junto da comunidade jornalística, quer junto da Academia (2011: 217 e 218).

transparente quando a notícia surge integrada no quadro que lhe deu origem e quando, ao destinatário, são disponibilizadas pistas sobre os reais efeitos dessa informação no seu quotidiano.

O Jornalismo de Investigação

A causa das coisas, e o efeito das mesmas, adquire no jornalismo de investigação a expressão socialmente mais relevante.

A monitorização do exercício do poder, a responsabilização dos que exercem, a proteção da democracia, a denuncia dos casos de corrupção e abuso de poder são necessidades de uma sociedade livre, que adquire melhor desempenho com um jornalismo de investigação ativo. Esse exercício requer, todavia, a disponibilidade de jornalistas motivados. Franklin *et al* sustentam que a investigação jornalística "tem poucos adeptos entre os jornalistas", exatamente por exigir "uma motivação pessoal elevada, experiência, conhecimento, metodologia e um conjunto de capacidades que suportem um grau complexo de ação" (2005, 2010: 123).

A expressão que melhor define este tipo de jornalismo é um clássico anglicismo - *watchdogjournalism*:

"O *watchdogjournalism* está profundamente integrado na história do jornalismo e nas mais antigas expectativas das pessoas sobre as funções que o jornalismo deve desempenhar na sociedade (...) A reportagem de investigação exige um elevado grau de transparência, um grande detalhe acerca das fontes e dos métodos que demonstrem independência e elevados padrões de prova, que suportem a natureza persecutória associada a este tipo de jornalismo" (Kovach e Rosenstiel, 2010: 72).

Peter Anderson entende que a forma mais eficaz do jornalismo ser um “contrabalanço” do poder, resgatando o estatuto, nunca plenamente assumido, de quarto poder, é pela via da investigação. Anderson recorda-nos o caso *Watergate*⁴², bandeira

⁴² Na história do jornalismo haverá sempre um lugar especial para a investigação do caso *Watergate*. A marca maior dessa identidade será a forma como o *Washington Post* conseguiu reagir às pressões para que a investigação jornalística fosse suspensa. A fonte principal do caso, o celebrizado *garganta funda*, chegou a alertar o jornalista Bob Woodward para o peso, importância e eventuais efeitos dessas pressões: “O nosso Presidente está agitado por causa das fugas sobre *Watergate*. Disse às pessoas implicadas – *vão até onde for preciso para os fazer parar*. Nixon disse que o dinheiro que sobrou da campanha, cerca de cinco milhões de dólares, podia ser utilizado para atirar o *Post* para o desfiladeiro” (Bernstein e Woodward, 1974: 273). No prefácio do livro, que relata os episódios que estiveram por detrás da revelação do escândalo, os autores agradecem a Katherine Graham (administradora) e ao restante *staff* dirigente do *Post*. De facto, o *Post* conseguiu resistir ao alto nível de pressões porque a direção e a administração do jornal acreditaram no valor supremo da verdade. Vivíamos a época de ouro dos jornais. As investigações jornalísticas, com o peso desta revelação, eclipsaram-se das páginas dos jornais. A indústria do documentário “independente” que chega a Hollywood (Michael Moore – *Bowling for Columbine* – Óscar para melhor documentário 2002, Charles Ferguson – *Inside Job* – Óscar para melhor documentário 2010) parece ter recuperado o espírito de *Watergate*; mesmo não alcançando os efeitos do escândalo dos anos 70 do

do jornalismo de investigação, um “episódio único” que, mesmo emergindo do jornalismo comercial, foi possível concretizar (2007: 43). O caso *Watergate* é, no entender de Philip Meyer, a prova de que as duas dimensões – a comercial e a editorial – podem convergir sem submissão de nenhuma delas:

“Katharine Graham (à época administradora executiva do *Washington Post*)⁴³ estava plenamente consciente da sua responsabilidade para com os acionistas do jornal e receava pelo futuro da própria empresa, mas assumiu a decisão de não ceder às pressões para que a história parasse” (2004: 205).

Franklin *et al* confiam no potencial da Internet para participar na recuperação da investigação jornalística (2005, 2010:123). Na avaliação que fazem do estado do jornalismo americano, Leonard Downie Jr e Michael Schudson detetam, igualmente, marcas claras, associadas à inter-ligação entre o jornalismo de investigação e as novas plataformas digitais, passíveis de participarem na reestruturação do campo jornalístico. Identificaremos esses sinais, em detalhe, no próximo capítulo; mas, como observam os autores, a tecnologia digital transporta, ao mesmo tempo, um potencial desestruturador da investigação jornalística: “a função de cão de guarda da imprensa, suficientemente agressiva e fiável para ser temida pelos representantes do poder económico e político”, ou seja, a “reportagem independente”, que fornece informação, investigação, análise, conhecimento, “está ameaçada”; apesar da crescente pluralidade de meios. (2009: 8 e 9).

Érik Neveu realça o facto de o jornalismo de investigação ser “fortemente elogiado”, mas insuficientemente praticado, por ser “muito dispendioso em termos de tempo e dinheiro”, por implicar “a afetação de investigadores a tempo inteiro e sem garantias de resultados” e por se expor, excessivamente, a “medidas de retaliação (contratos de publicidade perdidos, processos) por parte das fontes ou de anunciantes poderosos” (2001: 129).

A mesma conclusão é partilhada por Peter Anderson:

“A joia da coroa do jornalismo, o jornalismo de investigação, que se debruça sobre os assuntos sérios que afetam diretamente as pessoas, em matéria de política, negócios, corrupção, etc. é agora uma raridade por causa dos custos associados, mas também porque as redações estão a reduzir jornalistas, permanecendo, os que restam, cada vez mais presos à secretária” (2007: 62).

século passado, os trabalhos de Moore e Ferguson têm contribuído para a promoção de um debate, à escala global, sobre as ligações entre a grande política e os grandes interesses económicos.

⁴³ *publisher*, no original.

Franklin *et al* observam que o jornalismo de investigação está em queda desde a década de 70 do século passado, mercê do maior envolvimento da lógica do mercado ("ambiente regulado pelo *rating*") (2005: 2010: 123). As novas tecnologias digitais complexificaram a sustentabilidade do jornalismo, pondo em causa, ainda mais, o jornalismo de qualidade:

“A tecnologia afastou a publicidade das notícias. Muitos anunciantes deixaram de precisar das notícias para chegarem à audiência (...) A distribuição de notícias durante o último século beneficiou de um acidente feliz. Um sistema comercial (a publicidade) subsidiou um bem público (o jornalismo profissional). Esse sistema chegou agora ao fim, pelo menos tal como o conhecemos. E não há sinais claros, ninguém sabe ainda se os irá haver rapidamente, de qual será o novo modelo de financiamento e que peso virá a ter esse modelo” (Kovach, Rosenstiel, 2010: 23).

Como veremos no próximo capítulo, a Internet, plataforma de acesso privilegiado aos conteúdos informativos, está a revelar-se incapaz de gerar receitas que suportem um jornalismo de qualidade, pelo que a ameaça que pesa sobre a investigação jornalística é real e de consequências potencialmente devastadoras.

O alerta de Charlie Beckett vai, igualmente, neste sentido:

“A cada ano que passa menos jornalistas criam mais conteúdos. E mesmo que essa possibilidade seja fruto das novas tecnologias, chegará o momento em que os jornalistas serão tão eficientes, que deixarão de ter tempo para o trabalho em rede, pesquisa e investigação (...) que, a longo prazo dão frutos e preservam a qualidade editorial” (2008: 29).

Veremos em detalhe, no próximo capítulo, que o reposicionamento dos meios informativos – tradicionais e novos – que permitirá, a cada um, a sobrevivência, por um lado, e a complementaridade, por outro, passa, igualmente, pela qualidade, através da concretização dessa mais-valia do contexto, alcançada pela via da reportagem e da investigação.

Veremos, igualmente, que o futuro do jornalismo não passa pela edificação de barreiras entre novos e velhos meios. Há espaço para todos, ainda que nem todos consigam resistir. Existem fortes sinais da criação de vasos comunicantes entre a fiabilidade e a confiança que as pessoas ainda depositam nos meios tradicionais, e a forma como os novos estão a conquistar a sociedade, abrindo novos espaços de interatividade e diálogo, tornando mais eficaz o processo de participação de cada um de nós na esfera pública através do jornalismo. A responsabilidade é de todos: jornalistas (promotores do processo comunicacional que promove a esfera pública), professores da área (estruturadores e emissores de programas de formação que valorizem o jornalismo

enquanto processo comunicacional), academia (cursos de comunicação/jornalismo), lugar privilegiado de reflexão e questionamento do peso das dimensões que afetam o jornalismo, e da sociedade como um todo.

Na base desse quadro de efeitos, que acentuam os constrangimentos que limitam a missão do jornalismo, está o mercado.

A Queda do Muro que Separava o Lado Editorial do Lado Comercial

O reconhecimento dos efeitos dos condicionalismos impostos pelo mercado, ampliados pela tecnologia, reduzem, drasticamente, a autonomia do jornalista, tornando legítima a interrogação: resistirão o jornalismo, e os jornalistas?

Nos anos 60 do século passado, Manuel Vázquez Montalbán assinalava que a capacidade de resistência do jornalista advém da rigidez do contrato que estabelece com o público:

“O jornalista é um profissional submetido a quase todas as servidões e a que só resta uma grandeza: lutar contra todos esses condicionalismos para recuperar, quotidianamente, a dignidade que lhe é outorgada pela constante busca de satisfazer as necessidades do público” (1963: 230).

Nelson Traquina reconhece, igualmente, que os jornalistas se tornaram servos de um mercado que lhes restringe a autonomia mas, como Montalbán, destaca a margem de manobra que está reservada aos jornalistas (“participantes ativos”) na definição e na construção das notícias e, como consequência, da própria realidade (2002: 14). Como vimos no primeiro capítulo, o grau de participação de cada membro da *tribo* está, todavia, muito longe de ser idêntico, porque a autonomia de cada um está muito ligada ao estatuto e ao laço/vínculo que mantém com a entidade patronal.

Ainda assim, Peter Anderson destaca, igualmente, a margem de manobra a cargo das empresas e dos jornalistas:

“Com os constrangimentos do mundo real, uma relativa independência face às influências negativas é o máximo que poderemos esperar. Enquanto as empresas de *media* informativos procurarem alcançar, com credibilidade, essa relativa liberdade poderão reclamar legitimidade” (2007: 46).

É no equilíbrio complexo, e por vezes frágil, entre a ética – promotora da missão de serviço público associada ao jornalismo – e a necessidade de financiar a ação jornalística promotora dessa nobre missão, que se avoluma a tensão: abrindo-se um espaço de dúvida, que, desde os primórdios, vai cerceando o jornalismo:

"Os jornalistas situam-se (...) na interseção entre o valor comercial e o valor cultural. Encontram-se numa posição ambígua de *funcionários* de uma indústria que procura o lucro económico e de *funcionários* da humanidade" (Garcia, 2009: 86).

Nenhuma definição de jornalismo conseguirá, como reconhece Barbie Zelizer, “abarcар tudo o que é preciso saber sobre jornalismo” (2004: 43), mas, porque corremos o risco de, nesse equilíbrio imperfeito entre a ética e a função comercial, vermos o jornalismo diluir-se no vasto campo da comunicação, há fronteiras que, desde logo, qualquer definição deve assumir. Como assinala Jorge Pedro Sousa, "embora o jornalismo seja comunicação, nem toda a comunicação é jornalismo" (2000, 2004: 3).

A clarificação dessas fronteiras não deve, contudo, impedir-nos de promover a integração das duas dimensões conflitantes, mas fundamentais, no jornalismo. De facto, a tensão entre a ética e o mercado é permanente e o jornalismo deve saber viver com ela. Erguer um muro entre ambas as componentes significa, desde logo, assumirmos a impossibilidade de ultrapassar os constrangimentos impostos pelo mercado. Philip Meyer defende o conhecimento profundo, por parte dos jornalistas, dessa componente económica que alimenta o jornalismo:

“Muitas vezes os editores acreditam que a ignorância, relativamente a essa área do negócio, os protege (...) estou convencido que esse muro de separação apenas limita o poder dos editores. O sucesso dos jornais da *época de ouro* (meados do século XX, após a Segunda Guerra Mundial) está associado ao facto dos decisores editoriais terem de ultrapassar os conflitos impostos pela necessidade de gerar receitas, tendo assim controlo direto sobre ambos os lados do muro. Nos dias de hoje, os decisores perderam esse grau de autonomia” (2004: 206 e 207).

Com o controlo das receitas na dependência direta das administrações, ou das direções comerciais, dos meios de comunicação social, o jornalismo perde a marca distintiva e a matéria editorial fica sujeita a compromissos financeiros.

Paul Starr considera que a imprensa tem sido, apesar das imperfeições que possam ser-lhe apontadas, “uma instituição charneira na preservação dos valores profissionais do jornalismo”. O professor americano conclui, por isso, que “uma imprensa financeiramente comprometida torna-se eticamente comprometida” (2009: 2 e 3).

A separação dos conteúdos comerciais e jornalísticos no campo das notícias é salvaguarda do jornalismo, mas este desiderato não será alcançado esboçando um mero quadro de intenções.

Philip Meyer conclui que só a consciencialização do papel dessa dimensão económica no jornalismo poderá resgatar o jornalismo do lado mais perverso do

mercado: “Os que queiram preservar as melhores tradições do jornalismo, devem assumir que o jornalismo é um negócio” (2004: 205).

A associação do jornalismo à ideia de *negócio* presta-se, contudo, a um conjunto de imprecisões que convém identificar. Se, por um lado, o controlo da máquina financeira das empresas pode permitir aos responsáveis editoriais ensaiarem um esforço de limitação do controlo que essa máquina terá tendência a impor, por outro, o poder desses responsáveis editoriais, como assinalámos, dilui-se na necessidade de se gerarem receitas.

Meyer recorda uma realidade, e um contexto históricos, sem correspondência no presente. Mesmo quando o poder efetivo dos jornais, na denominada *época de ouro*, se prestava a utilizações menos nobres, como a exploração comercial das histórias de interesse humano, é um facto histórico comprovado que, nessa época, os responsáveis editoriais tinham também o poder de controlar a estrutura financeira das publicações, para a colocarem ao serviço do jornalismo.

Ainda que Portugal fosse controlado por uma ditadura, a imprensa da época revela algumas semelhanças com esta descrição de Meyer. Baptista Bastos, jornalista desde 1952, recorda esses tempos com alguma nostalgia. Apesar do fosso intelectual e ideológico que o separava de alguns empresários de jornalismo, a “relação estreita” entre “patrão e jornalista” não impedia que, cada um, expressasse o seu ponto de vista:

“Podia haver contradições, mas essas dinastias de família cultivavam uma dignidade de porte e um apego à imagem do seu jornal, que as levava a arriscar a fortuna pessoal”
(Rodrigues, 2011: 221 e 222).

A quebra de fronteiras entre as dimensões comercial e jornalística, a que assistimos, traduz-se na crescente incorporação dos objetivos económicos e financeiros das empresas no trabalho editorial das chefias de redação, os que, de facto, tomam decisões: “As pessoas com poder e autoridade reais são os responsáveis executivos, são eles que definem as prioridades e decidem que direção tomar” (Anderson, 2004: 22 e 23).

A caracterização que iremos fazer da interseção do jornalismo com o mercado traduzirá um cenário de absoluta dependência do jornalismo, mas, uma vez mais, a história não acaba aqui.

JORNALISMO E MERCADO

OS ANOS 80 DO SÉCULO PASSADO E A MUDANÇA DE PARADIGMA

O poder fátuo dos jornalistas

Manuel Vázquez Montálban, na obra premonitória escrita nos anos 60 do século passado, ainda em plena idade de ouro dos jornais, recorre a uma metáfora de época para retratar os efeitos diretos do mercado nos jornalistas:

“O poder (dos jornalistas) é a triste história da virgem que acabou no prostíbulo (...) Informar é uma indústria complicada nas mãos de complexos interesses à defesa: económicos, políticos, sociais”. (1963: 228 e 229).

Érick Neveu reconhece que essa tendência se acentuou: o poder e a influência dos jornalistas em geral tende a ser, cada vez mais, um “equivoco” em que muitos, ingenuamente, incorrem. As capacidades de influência atribuídas ao jornalista, de facto, não lhe pertencem:

“Surtem, na realidade, de uma rede de interdependências onde nenhum protagonista – e, certamente, tão pouco os jornalistas – dispõe sozinho do domínio do resultado final” (2001: 112).

Ao poder dos interesses das fontes, que pretendem atingir determinados propósitos com a divulgação de determinada notícia, Neveu junta o desejo promocional das empresas e das associações, que usam o jornalista para cumprirem, igualmente, objetivos particulares. Mas, no centro dessa rede de influências, indo mais longe do que a análise restritiva e dicotómica – jornalista/fonte - Neveu coloca os órgãos de comunicação social para onde os jornalistas trabalham que, confrontados com as influências do campo económico, condicionam o trabalho dos profissionais de informação (2001: 113).

João Pissarra Esteves considera, igualmente, que as “atuais condições” reduzem “a margem de manobra” dos jornalistas: é “muito discutível que sejam eles os detentores do tal *Quarto Poder*”. De facto, como reconhece o autor, “o imperativo da rentabilização do capital” determina que os conteúdos se submetam a uma lógica mais facilmente geradora de receitas, onde sobressaem os produtos de entretenimento, que se impõem como uma “espécie de tirania” (2003: 57).

O Mercado e a Hipervalorização do Poder dos *Media*

Partindo da teoria clássica relativa à divisão de poderes, Ignacio Ramonet considera que o contexto atual promove a reconfiguração desse quadro. Para o autor, o primeiro poder é hoje “claramente exercido pela economia”. Ramonet entende que o jornalismo já não é (se é que alguma vez o foi) o quarto poder - farol dos poderes executivo, judiciário e legislativo. O que podemos ler no pensamento do autor é que o primado da economia faz desabar a Teoria da Separação de Poderes desenhada por Montesquieu no século XVIII e que serviu de base às constituições modernas. Nesta *classificação* do jornalista, a política (poderes executivo e legislativo na classificação de Montesquieu) surge em terceiro lugar. Ramonet omite o lugar do poder judicial, mas a segunda posição da hierarquia, depois da economia e em estreita ligação com ela, é ocupada pelo poder mediático – “instrumento de influência, de ação e de decisão incontestáveis” (1999: 40).

George Balandier destaca igualmente esse peso crescente do poder mediático e a forma como o exercício da política se submete às idiossincrasias desse outro *poder superior*. O antropólogo francês constata que “as figuras atuais do poder implicam a afirmação da competência”; mas essa afirmação tem de ser fabricada para alcançar a legitimidade fátua que a alimenta. Os responsáveis políticos recorrem, por isso, à mediação de dispositivos tecnológicos para chegarem ao coração das massas, influenciando-as: “Sem a televisão, a rádio, a imprensa de grande distribuição, esta dramatização da democracia perderia a sua dimensão nacional” (1980: 96, 99).

Na análise de George Balandier ficam claras as cedências que os responsáveis políticos têm de fazer para, por um lado, adaptarem a mensagem aos meios que a divulgam, e, por outro, a necessidade de a tornarem crescentemente dramática sob pena de essa mensagem não resgatar a atenção dos destinatários. Balandier conclui que essas cedências acabam por tornar os políticos reféns da lógica dos *media*:

“Melhor equipados para produzir imagens, os governos encontram-se todavia na situação paradoxal de ver esta capacidade enfraquecer pelo seu próprio uso. Têm de aprender a dominar uma nova tecnologia do simbólico e do imaginário, uma nova forma de dramaturgia política” (1980: 97).

Peter Anderson e Geoff Ward debruçam-se, exatamente, sobre os ingredientes que alimentam a relação dos políticos com os *media*:

“Os políticos do Reino Unido, e de todos os países, acusam frequentemente os *media* de sensacionalismo, banalização, vistas curtas e de pouco cuidado com a verdade. Contudo, os mesmos políticos recorrem a especialistas em propaganda, que os ensinam a comunicar com os *media*; muitas vezes chegam a anunciar aos *media* as medidas que pretendem

aplicar e só depois aos parlamentos (...), revelando grande ansiedade por fazerem passar a sua mensagem nos meios de comunicação social” (2007: 4).

Érik Neveu realça a “evocação alarmista” que, muitas vezes, “os titulares dos poderes sociais (eleitos, dirigentes económicos)” atribuem ao “poder” do jornalismo, sobretudo quando esse “poder” submete as ações desses representantes “à publicidade e à crítica” (2001: 101).

O exercício da política está, assim, condicionado ao poder mediático; mas o poder mediático, cultivando, como refere Ignacio Ramonet, essa estreita ligação com o poder económico, está, ele próprio, refém da economia, o primeiro poder.

Os Jornalistas Precários

No entender de Serge Halimi a estreita ligação entre o jornalismo e a economia torna claras as marcas de subserviência do jornalismo e dos jornalistas:

“A imprensa escrita e audiovisual é dominada por um jornalismo reverente por grupos industriais e financeiros, por um pensamento de mercado, por redes de conveniência (...) Os jornalistas são os novos cães de fila” (1997, *apud* Ramonet, 1999: 41).

Halimi defende uma posição que apenas reflete o lado mais frágil do jornalismo, maioritariamente moldado pelos efeitos da precariedade (“uma profissão cada vez mais fragilizada pelo medo do desemprego”) (*apud idem, ibidem*), mas a heterogeneidade da classe, que aqui apresentámos como elemento caracterizador, determina que usemos, com reservas, a argumentação de Halimi. Desde logo porque existem jovens precários que conseguem romper o espartilho da economia, aplicando, na sua ação quotidiana, os princípios que salvaguardam a matriz do jornalismo, mas também porque o grupo profissional integra jornalistas que, sem terem atingido o *estrelato*, conseguem, igualmente e em silêncio, resistir aos efeitos negativos impostos por constrangimentos vários, limitando-se ao exercício pleno da sua missão. Esse lado mais frágil é, todavia, o que, por diversas razões, mais se impõe atualmente.

Ignacio Ramonet, sem ocultar a sua desconfiança de base pelo neoliberalismo, traça o perfil desse lado mais frágil do jornalismo, tentando explicar as razões que enquadram o poder fátuo dos jornalistas: “O sistema já não os quer”, atribuiu-lhes “um papel menos decisivo: o de operários numa produção em cadeia”, rebaixou-os à categoria de retocadores de despachos de agência”. Como Halimi, Ramonet realça a tendência que sinaliza nas redações: a “precarização galopante”, os jornalistas “meros auxiliares”, “prontos para todos os fretes”, “que fabricam uma informação por encomenda” - são as novas marcas das redações neoliberais (*idem, ibidem*: 51).

Bonnie Anderson situa a análise na realidade específica da televisão, onde a lógica de ação promove o alargamento do fosso entre jornalistas indiferenciados, precários ou com salários reduzidos, e o limitado número dos "indispensáveis", que auferem salários muito elevados. Anderson realça o peso dessas figuras no organigrama dos canais:

“Dantes as notícias eram as estrelas; agora as estrelas são as estrelas (...) cada vez mais, há jornalistas de televisão, sobretudo os pivots, a auferirem salários elevados, sendo tratados como celebridades e não como jornalistas” (2004: 6).

Érik Neveu valoriza, igualmente, a tendência para a precariedade como marca de identidade das redações. O académico francês regista que o crescimento do número de colaboradores à peça está a criar um “verdadeiro batalhão de reservistas, composto por jovens, que ora estão desempregados, ora conseguem algum trabalho numa redação”. Esses trabalhadores precários, sem direitos sociais ou laborais, essa mão-de-obra barata, disposta a “desempenhar tarefas menos gratificantes”, baixa os custos salariais e introduz uma “extrema flexibilidade” nos contratos de trabalho (2001: 34). Neveu considera que estas condições estão a promover o surgimento de uma nova geração de jornalistas, cuja “visão desiludida e cínica em relação à profissão”, põe “em causa alguns dos valores fundamentais da cultura jornalística” (*idem, ibidem*). Pierre Bourdieu atribui-lhes a mesma classificação: “geração...cínicamente resignada” (1996a: 13).

Este foco negativo, colocado na ação das novas gerações, não nos deve distanciar do contexto que, nesta primeira década do século XXI, tem promovido a interação dos mais novos com a profissão, muito afastado daquele que, até meados da década de 90 do século passado, ainda facilitava o acesso às redações e a progressão no interior das mesmas. Nessa fase, ainda se viviam, um pouco por toda a Europa, os efeitos da liberalização da televisão e da rádio, da criação dos canais de notícias 24 horas, geradores de emprego e protetores de condições laborais.

Após esse período, o mercado começa a impor-se como freio, instaurando uma outra lógica no acesso à profissão, que trataremos em detalhe em etapas posteriores desta investigação, uma lógica que perpassa as novas gerações, influenciando o seu desempenho. A lógica de mercado, e o excesso de oferta, promovem a precariedade e deixam os jovens jornalistas, que acedem à profissão, emparedados entre os vínculos frágeis com a entidade que os aceita, e a necessidade de circularem de órgão de comunicação social em órgão de comunicação social, tentando vender os trabalhos que

produzem a preços de um mercado contaminado por esse excesso de oferta. São estes os novos jornalistas *freelance*⁴⁴.

O desequilíbrio entre o excesso de oferta e a escassez de procura enquadra o jornalismo contemporâneo. Mas não estarão as novas gerações mais disponíveis para a rendição precoce do que estiveram as gerações anteriores?

Bonnie Anderson assinala, pelo menos, a disponibilidade das novas gerações para abdicarem dos valores do jornalismo, que nunca praticaram, nem interiorizaram, em nome do sonho de apresentarem notícias na televisão. A antiga jornalista da *NBC* e da *CNN* recua a 2001 e recorda a lista de competências que deveriam possuir os novos apresentadores de notícias da *CNN*: “Precisamos de jovens e atrativos apresentadores, homens e mulheres, que projetem credibilidade”. A antiga jornalista contesta a expressão “projetar credibilidade”, em substituição de “ter conquistado credibilidade durante anos de experiência”. Anderson critica, igualmente, o facto de a seleção dos candidatos ter sido feita por um ator a quem interessavam, exclusivamente, os atributos físicos e a forma como liam as notícias: “os apresentadores de notícias deveriam ser, simplesmente, atores” (2004: IX, X)⁴⁵.

O impulso para esta contratação é dado pelas empresas, mas se os jovens profissionais aceitam render-se a esta lógica é, tão só, por não terem ainda suficientemente interiorizados os valores do jornalismo.

Se a maioria dos jovens que chegam às redações em Portugal, e um pouco por toda a Europa, como veremos no capítulo quatro, tem formação académica na área de comunicação/jornalismo, a academia deve investir em programas de formação que promovam a discussão da lógica do mercado, contribuindo para sensibilizar os alunos para a necessidade de lhe resistir.

Ramonet, Halimi, Bonnie Anderson e Neveu coincidem na análise dos efeitos desta precariedade: é a qualidade da informação que sucumbe à conjuntura. Reflexo visível dessa submissão é o surgimento de uma geração de jovens jornalistas deslaçados, sem cultura de redação, num convívio frágil com jornalistas integrados na

⁴⁴ O jornalista *freelance* era o que podia escolher o meio onde queria trabalhar. Optava por não se amarrar a nenhuma empresa em concreto. O espírito livre, a capacidade de trabalho, a consciência de que a competência individual era suficiente para poder escolher o lugar onde se exercia a função, reduzia, drasticamente, o número de jornalistas com este estatuto. O jornalista *freelance* negociava um vencimento, escolhia o tema e propunha-o a determinada empresa. Hoje, os jornalistas com esse perfil, quase desapareceram.

⁴⁵ A tendência assinalada por Bonnie Anderson tem idêntica expressão em Portugal: os apresentadores dos canais de notícias são, na sua maioria, jovens, iniciando carreira no jornalismo televisivo pela via da apresentação de notícias. A apresentação de notícias na TV deixou de ser um lugar alcançado pela experiência e credibilidade conquistadas, para se reger por critérios exteriores ao desempenho profissional.

estrutura, esses começam, mercê do fosso que os separa dos mais novos, a questionar o seu papel. Se, por um lado, o batalhão de reservistas, como os classifica Neveau, aceita fazer muito por pouco, os profissionais, que consolidaram a posição na redação em épocas economicamente menos conturbadas, sentem o estatuto, e a experiência que adquiriram, postos em causa. O fosso que cresce entre as duas alas da redação é alimentado pela crescente fragilidade financeira das empresas⁴⁶.

Os Efeitos do Mercado nas Empresas

A conjuntura económica desfavorável, que condiciona a atividade das empresas de comunicação social, parece, pois, ser a chave do problema. Para lá da forma como o jornalista interage com a lógica do mercado, é essa mesma lógica, e os efeitos que ela produz no jornalismo, que deveremos questionar.

Por isso, sem desresponsabilizarmos o jornalista e a ação ética e moral que lhe é reclamada no exercício da profissão, sem pormos em causa a necessidade de o jornalista ser, como defende Kapuscinski, esse *homem bom* permanentemente comprometido com os valores do jornalismo, a deturpação dos valores do jornalismo, por ação do mercado, parece residir mais na ação das empresas do que nos seus profissionais.

As empresas alimentam-se da precariedade e do excesso de oferta de mão-de-obra, promovendo uma *praxis* que, cada vez mais, as afasta dos valores do jornalismo, com reflexos claros na dinâmica profissional:

“O que está em causa (...) são os múltiplos constrangimentos que resultam do exercício da profissão no contexto das organizações empresariais, responsáveis pela redução da autonomia dos jornalistas enquanto profissionais” (Camponez, 2009: 121).

Érick Neveu identifica os sinais desses constrangimentos, fruto da quebra de autonomia dos jornalistas, promovida pelo contexto comercial que molda a sua ação. O autor francês deteta-os nos constantes “atentados aos princípios deontológicos” (2001: 115).

Seja por pressão do mercado e das empresas, seja pela precariedade crescente que submerge os princípios éticos e deontológicos que moldam a profissão, é a imagem

⁴⁶ Um estudo, do economista Luís Mergulhão, refere que em Portugal, no ano de 2010, o mercado publicitário valeu menos do que em 2001 (700 milhões contra 750 milhões). A preços constantes, a perda equivale a 200 milhões de euros (*apud Público*, Maio, 2011). De acordo com o presidente do Grupo Impresa, Francisco Pinto Balsemão, as previsões de quebra de receitas publicitárias em Portugal, no triénio 2008-2011, situam-se nos 180 milhões de euros, representando uma diminuição de 21 % face à média do triénio anterior (*apud idem*, 6 de Agosto de 2011).

social dos jornalistas que vai revelando os sinais de degradação que identificámos na introdução deste trabalho.

Nos anos 80 do século passado observa-se em Portugal, e um pouco por toda a Europa e nos Estados Unidos da América, a clara cedência das empresas de jornalismo ao mercado. A desregulação dos *media* foi o motor dessa plena submissão das notícias à lógica financeira que orienta o mercado:

"Nas últimas décadas do século XX (...) um mercado altamente tumultuoso, competitivo e pleno de novas possibilidades de crescimento (...) está a provocar a profunda remodelação do universo da imprensa tradicional e do jornalismo" (Garcia, 2009: 26).

Desde os primórdios do jornalismo moderno, no século XIX, que assistimos à associação do jornalismo aos valores mercado: a necessidade de gerar receitas publicitárias, que alimentassem empresas em ascensão, determinou as primeiras cedências editoriais, que identificámos no capítulo anterior. Os anos 80 do século passado marcam, porém, um claro avanço nessa lógica. A plena reestruturação do campo dos *media* impõe-nos que façamos referência a uma mudança de paradigma.

Em definitivo, e sem margem para dúvidas, o jornalismo passou a ter no mercado o seu diapasão. No início dos anos 90, a expressão *jornalismo de mercado*⁴⁷ passou a servir de rótulo a esse novo paradigma. Deixou de estar em causa a mera subsistência financeira das empresas de jornalismo, para se impor a maximização do lucro e a rentabilidade máxima.

Philip Meyer assinala que as empresas de *media* passaram a funcionar de acordo com uma hierarquia de valores comerciais, com reflexos diretos nos conteúdos e na ação jornalísticos. O autor identifica três níveis nessa hierarquia de valores comerciais: o nível um determina que as empresas ganhem, pelo menos, o mesmo que gastam. Um jornal que não se autossustente, mesmo sendo propriedade de uma organização não lucrativa, não cumpre o seu papel; os empresários do segundo nível já exigem um retorno financeiro, pelo menos equivalente ao que teriam se depositassem o dinheiro investido no banco; o nível três representa a importação da lógica da economia para as empresas de *media*: os investidores em geral lidam com o risco e exigem um

⁴⁷ A expressão *market driven journalism* surgiu, pela primeira vez, nos Estados Unidos da América, tendo sido consagrada num conjunto de estudos académicos. Érik Neveu destaca dois: Underwood, 1993 e McManus, 1994 (2004: 115). McManus define o conceito desta forma: "O jornalismo e as notícias deixaram de satisfazer as necessidades do público para se guiarem pelas considerações do mercado (...) o objetivo era atingir o menor custo possível de produção para a maior audiência possível (...) Se o objetivo do jornalismo é maximizar o lucro, menor respeito haverá pela informação (...) Inevitavelmente, este processo promove o crescimento do jornalismo tabloide e um movimento perpétuo de escalada descendente" (1994, *apud* Franklin et al, 2005, 2010: 139 e 140).

retorno superior, como compensação pelo risco que correm. Exigem que o investimento cresça. Este desiderato é sobretudo assumido pelos acionistas com interesses financeiros em muitas áreas de negócio, que usam diversas estratégias comerciais e financeiras para aumentarem o lucro (2004: 207-210).

Enquanto os jornais tiveram condições para ser um bom negócio, aos empresários dos jornais foi possível posicionarem-se no nível três, mantendo vivo o interesse dos acionistas; no final do século XX, quando a quebra de receitas deixou de suportar os custos das edições em papel, os jornais que resistiram tiveram de adaptar-se às novas regras do mercado. Trataremos esse processo de adaptação, em detalhe, no próximo capítulo.

A partir dos anos 80 do século passado, os proprietários de grupos cotados em bolsa esforçaram-se por aumentar as receitas baixando as despesas, sujeitando os órgãos de comunicação social que detinham a diversas manobras de contaminação do jornalismo pelo mercado. Os departamentos comerciais invadiram o campo das decisões editoriais, e o resultado foi uma informação padronizada, onde quantidade se tornou o avesso da qualidade; impuseram-se os estudos de mercado, com a criação de grupos de discussão (*focus group*), que ajudam os gestores de *marketing* a detetar as tendências da audiência, deixando os conteúdos televisivos, incluindo os informativos, na dependência direta dessas análises. É a plena assunção da "mentalidade *rating*" de que nos fala Bourdieu (1996a: 9), conceito a que regressaremos.

Analisaremos, à frente, as consequências da aplicação da lógica do mercado à informação e os efeitos na qualidade das notícias, mas, nesta fase, importa realçar os reais contornos desse novo paradigma.

Nos anos 90 do século passado, Jean Charron e Jean Bonville classificaram esse novo paradigma como a terceira geração do jornalismo. A primeira, marcada pelo jornalismo de opinião do *período das luzes*, sucumbiu, no século XIX, aos efeitos da industrialização e da mercantilização, tendo-se imposto a segunda geração com o seu jornalismo *neutral*, que tentava chegar a todas as sensibilidades, em nome do reforço das audiências. A terceira geração, impulsionada pelo mercado e pela híper concorrência, estende os seus tentáculos a todo o campo jornalístico, influenciando a ação de todos os seus agentes. Na década de 80 do século passado a informação, os critérios editoriais, ficam reféns da rentabilidade máxima (*apud* Neveu, 2001: 119).

Este novo paradigma, marcado pela acentuação dos efeitos do mercado no jornalismo, configura-se recorrendo ao mesmo molde de ação do primeiro, mas a uma escala diferente. No início do século XX, o ensino do jornalismo chega à academia para dar seguimento às novas necessidades do mercado dos jornais, que reclamava, como observámos, profissionais aptos a responderem às exigências do jornalismo de massas. Nas últimas duas décadas do século passado, um mercado, de novo em ascensão, motivado, como afirmámos, pela desregulação, pelo desinvestimento do Estado na Comunicação Social, mas também, e como consequência, pelo aumento desmesurado da oferta de emprego no jornalismo, voltou a reclamar novos profissionais. O ensino do jornalismo na Europa tem, nesta fase, uma segunda vida. Foi igualmente neste período que Portugal inaugurou, finalmente, a formação académica na área. Como considera Pierre Bourdieu, esse período haveria de formar "profissionais incomparavelmente mais cultos que a geração dos anos 60", mas, "a tensão entre o que é solicitado pela profissão e as aspirações que estes jovens formulam nas escolas de jornalismo é cada vez maior" (1996a: 13).

A Idade de Ouro da Imprensa: O Poder Efetivo de um Negócio Lucrativo

O arranque titubeante da imprensa industrial no século XIX, a associação da publicidade aos jornais, promoveu a ligação do jornalismo a um mercado ainda indefinido. Ainda que a imprensa industrial seja a primeira pedra no edifício do jornalismo de mercado, os avanços a que haveríamos de assistir, um século mais tarde, seriam, certamente, imperscrutáveis nesses primórdios. Até porque, em meados do século passado, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, os jornais tinham atingido a sua idade de ouro, não apenas em termos de papel social, mas também ao nível do elevado relevo financeiro que já então começava a esboçar-se.

A idade de ouro dos jornais está bem retratada na literatura e no cinema da época (anos 50-70 do século passado). Brian McNair realça, exatamente, esse poder de decalque social que o cinema revela em cada época:

“O cinema, produzido pela sociedade de uma determinada época, é uma fonte de informação sobre a forma como a sociedade se vê a si própria, neste caso os seus jornalistas e também os públicos que consomem o jornalismo” (2010: 15).

Na época de ouro, o cinema e a literatura exibiram uma realidade onde liberdade assumiu a forma de uma certa libertinagem. A imprensa conquistou, nessa época, um poder que, porventura, nunca antes tinha conquistado, e que, certamente, não

recuperaria em épocas posteriores; um poder, contudo, nem sempre usado da forma mais correta.

O espírito da época está muito associado ao período de otimismo que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, que potenciou experiências limite e abriu espaço a valores sociais até então ofuscados pelas trevas da guerra. O jornalismo assumiu, para o bem e para o mal, um poder efetivo.

Como assinala Charlie Beckett, da redação emanava uma espécie de “cultura claustrofóbica”, um espaço sujeito a ritmos próprios e a seguir regras próprias, “separado da sociedade e das instituições que a representam” (2008: 43, 44). Simon Jenkins entende que essa época consolidou no jornalismo, e nos jornalistas, a consciência de que “a imprensa não tem de ter o sentido da proporção, do julgamento ou autocensura, porque vende histórias, não governa um país” (*apud, ibidem*: 44).

Humphrey Bogart, um dos heróis de Hollywood, reduz a uma deixa, no filme *Deadline*, a força e importância desse poder efetivo e, nessa fase, ampliado: “É a imprensa querida, e não há nada que possas fazer contra isso” (Overby, 2000: 207)⁴⁸.

Um ano antes, *The Big Carnival*⁴⁹ retratava o outro lado desse poder da imprensa, desfocado e perverso. Kirk Douglas protagonizou um jornalista a tentar recuperar uma carreira destruída pelos vícios individuais. A cobertura que fez da história de interesse humano, que o recolocou episodicamente no topo, haveria de transformar-se num circo despojado de valores.

A Crise de Credibilidade dos *Media* Informativos

Essa época de ouro da imprensa, ambivalente, serviu de rastilho à ideia de que o jornalismo poderia ser um negócio de elevada rentabilidade, criando condições para a hiper valorização do mercado nas últimas duas décadas do século XX.

Complementarmente, esses últimos 20 anos do século passado coincidem com o início de um longo processo: o afastamento das pessoas das notícias⁵⁰, uma consequência da diminuição da qualidade (e fiabilidade) das mesmas.

⁴⁸ “That’s the press, baby, and there’s nothing you can do about it”, no original. O filme *Deadline* de Richard Brooks, estreou em 1952 e retrata o esforço do editor Ed Huthcheson em trazer a público uma investigação sobre um *gangster*. Ao contrário do que víamos a assistir no período posterior, nessa época de ouro, os editores (*publisher*) tinham um poder real na definição e prosseguimento da linha editorial dos jornais que dirigiam.

⁴⁹ *Ace in the Hole*, título original, um filme de Billy Wilder, estreou em 1951.

⁵⁰ Nos Estados Unidos, como observa Meyer, a proporção de adultos que liam jornais caiu de 81%, em 1964 para 52%, em 2004 (*apud* Alves, 2006: 94). Ainda nos Estados Unidos, um outro estudo, citado por Andie Tucher e Dan

Para Bill Kovach e Tom Rosenstiel, esse afastamento está relacionado com as dúvidas e as “preocupações”, que iam crescendo, sobre o papel social dos *media* informativos “na proteção da democracia” (2007: 254). Como constata os autores, as dúvidas e preocupações dos americanos estão relacionadas com “a forma como os *media* tradicionais determinaram o significado das suas crenças”, impondo “contextos de descodificação” associados às “suas predileções”: “construir histórias centradas no conflito, na negatividade, no drama, ou impondo um foco político” (2010: 150, 151).

Os resultados de um estudo do *Pew Research Center* permitem, contudo, aos autores reforçarem a confiança, relativamente a esse grau de desligamento das pessoas face aos *media* informativos. De acordo com o estudo, o número de americanos que encara a imprensa favoravelmente cresceu 10 por cento, entre Dezembro de 2004 (43 por cento) e Fevereiro de 2006 (53 por cento). Nesta subida os autores detetam uma inversão da atitude das pessoas face aos *media* - mais de metade da população acredita em *media* informativos independentes:

Bischoff assinala a mesma ordem de quebra: em 1965 - 71% dos entrevistados afirmavam ter lido o jornal da véspera, contra 45%, em 1995 (*apud* Camponez, 2000: 121). Regista-se, igualmente, uma redução do consumo de televisão generalista norte-americana, incluindo produtos informativos, e a correspondente transferência dos telespectadores, tal como acontece com os leitores dos jornais, para canais alternativos – cabo e Internet. Como assinala Caldwell, «As networks tinham gozado de um domínio completo — um incrível *share* de 90% — na época de 1979-1980, mas viram este número cair a pique para um mero *share* de 64/65 na época de 1989-1990» (Caldwell, 1995: 656). Um estudo do *Pew Report* dá conta que em 2006, nos Estados Unidos da América, os programas televisivos noturnos de informação perderam um milhão de telespectadores, o mesmo que tinham perdido nos 25 anos anteriores (*apud* Beckett, 2008: 17). O desinteresse dos jovens pela informação, emitida nos canais generalistas norte americanos, é realçado por Rosental Alves: “Os noticiários de televisão ... têm atualmente (2006) uma audiência com idade média ao redor dos 60 anos” (2006: 96). No período assinalado por Rosental Alves, Portugal ainda era exceção em matéria de consumo de televisão. Portugal é, tradicionalmente, um dos países da Europa onde os hábitos de consumo televisivos apresentam maior conservadorismo. No primeiro trimestre de 2007, os portugueses, sobretudo os mais jovens, viram mais televisão do que em idêntico período do ano anterior. Os jovens adultos, entre os 25 e os 34 anos, à partida a geração mais sensível às alternativas oferecidas pelas novas tecnologias, aumentaram o consumo televisivo diário em 13 %. A nível geral, a média também regista um aumento, porém menos significativo: de acordo com um estudo da *Marktest Audimetria/Media Monitors*, em Janeiro, Fevereiro e Março de 2007, cada português viu, em média, por dia, três horas, 36 minutos e 37 segundos de televisão, quando nos três meses iniciais de 2006 tinha visto menos trinta segundos (*apud* DN, Abril 2007). Em Portugal, no ano de 2011 começa a aprofundar-se uma outra tendência: a quebra de audiência dos canais generalistas e a transferência dos telespectadores para o universo segmentado do cabo. De acordo com a *Marktest*, o cabo ultrapassou, pela primeira vez, um canal generalista, no caso a RTP, em Abril de 2011. A situação repetiu-se em Julho. Agosto de 2011 foi o primeiro mês da história da televisão portuguesa em que a soma dos canais temáticos ultrapassou os três canais generalistas individualmente considerados (26,7% *share* – canais temáticos; 23 - TVI; 21,1 – SIC; 20,7 – RTP; 5,2 – RTP2 – fonte *Marktest*). Especialistas em estudos de mercado, citados pelo jornal *Correio da Manhã*, consideram que, à medida que cresce a implantação do cabo nos lares portugueses (62,9% em Agosto de 2011) o pacote de canais distribuído pelos diversos operadores reforçará a tendência de conquista de espectadores aos canais generalistas. Nos primeiros oito meses de 2011, o cabo representou mais 4,8% de *share* do que em 2010 (24,4% contra 19,6%).

“Enquanto as atitudes públicas relativas à imprensa têm vindo a sofrer abalos desde os anos 80, os americanos estão agora (2007) mais confiantes do que estavam antes do 11 de Setembro, ou depois dos efeitos do caso Clinton - Lewinsky” (2007:255).

O Papel dos Conglomerados no Enquadramento das Notícias

Peter Anderson, Anthony Weymouth e Geoff Ward estabelecem uma relação direta entre a “diminuição das audiências de todos os conteúdos noticiosos” e o reforço da importância dos grandes conglomerados de notícias. Entendem os autores que esse reforço, determinado pela desregulação do mercado durante a década de 80, teve implicações diretas na “qualidade e quantidade” das notícias, promovendo o afastamento das audiências (2007: 22).

Charlie Beckett regista, por seu lado, que a importância reforçada dos conglomerados impôs a intervenção direta dos acionistas e das administrações nas linhas editoriais dos meios de comunicação informativos, com reflexos na qualidade e fiabilidade da informação produzida. A necessidade de gerar receitas determinou que os “donos definissem a agenda” das respetivas empresas:

“Muitos *media* tradicionais transmitem, por isso, uma visão institucional da realidade (...) Os enquadramentos que adotam satisfazem as autoridades” (...) Quando os temas são complexos, o jornalismo, muitas vezes, falha” (2008: 60 e 61).

Beckett elege como exemplo desta constatação os efeitos do furacão Katrina, em Nova Orleães, em Agosto de 2005. A pobreza da região só foi divulgada pelos *media* quando as inundações destruíram as casas de centenas de famílias. David Shipler, escritor norte-americano galardoado com o prémio Pulitzer, critica os *media* por criarem *zonas de sombra* que não caem na sua rede:

“Numa sociedade aberta, ninguém que visse televisão, ou lesse jornais, deveria ter ficado surpreendido com o que o Katrina revelou (...) As fissuras sociais e raciais deveriam ser diariamente reveladas pela imprensa livre americana” (*apud idem, ibidem*: 60).

Esta ocultação dos *media* americanos sugere uma cumplicidade entre a gestão dos mega conglomerados e os representantes do poder instalado, que Beckett afirma ter contaminado o mundo ocidental durante as duas administrações de George Bush (2001-2009):

“Houve uma situação particular no pós 11 de Setembro, que forçou os *media* ocidentais a serem menos críticos do que deveriam ter sido sobre a política da administração Bush relativa à *guerra contra o terror*” (*idem, ibidem*: 61).

João Pissarra Esteves enquadra, de alguma forma, esta cumplicidade que promove a manutenção do estado das coisas, ao concluir que “por detrás” dos jornalistas estão os que verdadeiramente beneficiam, e promovem, esta ação dos *media* informativos:

“Atores posicionados institucionalmente – em grandes partidos e nos vários ramos da administração, em associações hegemónicas, empresas comerciais e financeiras, etc. – e perfeitamente enquadrados por interesses particulares” (2003: 58).

Rosental Alves discorre sobre a forma como os interesses particulares se interpuseram entre o jornalismo e o público:

“Desde que passaram, nos anos 80, de empresas familiares a empresas cotadas em bolsa, os jornais cederam às pressões de Wall Street para aumentarem as margens de lucro, mesmo à custa da perda de qualidade e credibilidade” (2006: 96).

Para Carlos Camponez, a associação da lógica de funcionamento da alta finança às empresas de jornalismo transforma a notícia num produto sujeito às regras de um mercado estritamente profissional e necessariamente lucrativo:

“O poder das direções dos grupos aumentou, operando uma separação entre os sectores da criação e da gestão, em favor das lógicas da gestão financeira e do marketing, com base numa análise rigorosa dos custos de produção e dos estudos de mercado” (2009: 354).

Como assinalam Peter Anderson, Anthony Weymouth e Geoff Ward, a aplicação dessa lógica comercial ao jornalismo teve, como consequência direta, o fim dos pequenos projetos editoriais independentes: uns porque foram adquiridos por grupos de *media* cotados na bolsa, outros porque, pura e simplesmente, não resistiram:

“Deixou de ser financeiramente rentável aos pequenos projetos de *media* continuarem independentes (...) Nos Estados Unidos e no Reino Unido, gigantescas cadeias de jornais locais substituíram os pequenos jornais independentes (...) Os jornais de circulação nacional tornaram-se parte de grupos maiores (...) Emergiram os grupos transnacionais de *media* (...)que reduziram a diversidade” (2007: 22 e 23).

Os Efeitos do Monopólio do Estado na Televisão

Peter Anderson, Anthony Weymouth e Geoff Ward consideram que o desinteresse das pessoas por notícias tem origem num processo social e político, de efeitos necessariamente mais vastos do que os atribuídos à conquista de espaço pelos grandes conglomerados mediáticos. Os autores falam-nos de uma verdadeira reorganização política, económica e social, que representa, aliás, a base fundadora dos

grandes conglomerados, por ter tido influência direta na propriedade e na ação dos meios de comunicação social.

Na política definiu-se a tendência para a bipartidarização, através da concentração dos partidos de poder no centro do espectro político, volatilizando-se as margens. Esse reforço da bipartidarização fica a dever-se à queda do Muro de Berlim e ao fim da Guerra-fria, com reflexos no acomodamento das massas, que perderam a necessidade de permanecer alerta contra inimigos que eram comuns; a nível social, por efeito direto do primado da economia e da desvalorização da consciência política, detetaram-se as marcas crescentes do declínio do peso, e da importância, dos sindicatos em todos os sectores da economia, mas também na área dos *media*, com a consequente perda de capacidade reivindicativa dos trabalhadores. Na área dos *media* informativos, a deterioração do papel dos sindicatos permitiu que a perda de autonomia dos jornalistas crescesse, sem a contestação organizada de adversários credenciados. Os jornalistas acomodaram-se, conformaram-se:

"O jornalismo é uma das profissões onde se encontra gente mais inquieta, insatisfeita, ou cinicamente resignada (...) Mas estamos longe do dia em que este temperamento promova uma resistência individual e sobretudo coletiva" (Bourdieu, 1996a: 13).

Esse novo quadro geral, determinado pela influência do *reaganismo* e do *tatcherismo*, afastou as pessoas das notícias:

"As notícias entraram em competição com o aumento do tempo dedicado ao descanso, com o desinteresse relativo à política, alimentado pelo fim da Guerra Fria e por uma imposição, em muitas democracias, de um quadro partidário sem alternativas, fixado no centro-direita, e, por fim, pela fragmentação das audiências, possibilitada pelo aumento da capacidade de escolha (Anderson, Weymouth e Ward, 2007: 22, 35).

A desregulação dos *media* nos anos 80, produto desse novo contexto económico, social e político, aconteceu um pouco por toda a Europa e tem tradução nesse aliviar do peso do Estado na comunicação social, através da produção legislativa que permitiu a abertura dos meios públicos à iniciativa privada.

Um jornalismo de serviço público deveria corresponder ao conceito universal de serviço público, definido no século XIX e que, na sua essência, expressa a utilidade universal de uma atividade que, se fosse prestada por privados, não estaria garantida: "ou porque seria desviada do seu verdadeiro destino, ou porque constituiria um monopólio que seria perigoso abandonar a particular" (*apud* Torres, 2011: 80). Na sua base, o conceito visa a proteção, pelo Estado, de todas as camadas da sociedade, sobretudo das mais desfavorecidas.

Também um jornalismo de serviço público, suportado pelo Estado, deveria “satisfazer os diferentes públicos”, propiciando uma oferta “independente da audiência” (Wolton, 1990: 113).

Enrique Bustamante entende que a “economia da televisão” foi, durante as primeiras décadas do exercício, colocada em segundo plano. Alimentava-se, junto do público, a ideia de que a televisão era uma atividade que não implicava custos excessivos. As transferências anuais do orçamento de Estado corriam sem grande controvérsia:

“Será necessário o desencadear da crise das televisões públicas e o aparecimento da concorrência privada, para que as considerações económicas entrem em força, mostrando que, sem as ter previamente em conta, qualquer regulamentação pública estava votada ao fracasso” (2003: 9).

A entrada dos operadores privados no negócio da televisão, por via da criação de legislação que promoveu a abertura ao mercado, abre caminho ao caudal de críticas relativo ao serviço público. A ideia de que o Estado não deve pagar um serviço que os privados prestam a custo zero sobrepôs-se, um pouco por toda a Europa, à necessidade de defender uma televisão pública que, claramente, impusesse outros valores que não os estritamente associados ao negócio. Bustamante reconhece que, cada vez mais, a “televisão tende a ser tratada numa perspetiva estritamente económica, como puro negócio, menosprezando as suas componentes políticas, sociais, culturais e ideológicas” (*idem, ibidem*: 12).

Emparedada entre as críticas dos operadores privados e a dificuldade de gerar receitas sociais que justifiquem a sua defesa, a televisão pública ficou, igualmente, refém da lógica do mercado.

O Negócio da Televisão

Na análise que fez aos programas semanais de informação televisiva, entre 1993 e 2005, nos três canais generalistas em Portugal (RTP, SIC, TVI), Felisbela Lopes constata que o modelo desenvolvido promoveu a “deslocação da posição de cidadão para a de consumidor”, envolvido pelas estratégias do entretenimento:

“A informação televisiva como intérprete da realidade revelou-se um operador semântico muito seletivo: atento às opiniões dominantes, deixando na penumbra uma maioria que, nesse tempo, foi sendo mantida em silêncio (...) O cidadão comum não esteve no centro da enunciação televisiva (...) o espetáculo é uma dimensão intrínseca à televisão, incluindo a informação, e as emoções são uma importante componente do discurso informativo” (2007: 318, 324).

O período analisado por Felisbela Lopes coincide com o fim do monopólio do Estado na televisão portuguesa. A investigação da Professora da Universidade do Minho permite-nos concluir que essa diminuição do peso do Estado na televisão não representa assinaláveis melhorias ao nível dos conteúdos emitidos, nem dos seus efeitos no espaço público. O que restava do espaço público, o lugar *habermasiano* do debate e da interação comunicativa, volatilizou-se, fechando-se sobre si próprio: emitindo mensagens que apenas contribuem para manter o estado das coisas, valorizando as opiniões dominantes e excluindo a maioria dos consumidores televisivos, a quem a televisão espetáculo, pública e privada, veda o acesso ao debate e à participação democrática na sociedade, porque não lhe apresenta alternativas que promovam essa participação. Em Portugal, o surgimento dos canais televisivos de informação veio, todavia, aumentar o espaço de debate e, consequentemente, a participação dos cidadãos, sobretudo em programas em que a sua opinião é reclamada⁵¹.

No sentido de encontrar uma correspondência real para a lógica do mercado onde mergulham todos os conteúdos televisivos, incluindo os informativos, Karl Popper recorda uma conferência que proferiu na Alemanha, onde se viu confrontado com os argumentos dos defensores dessa visão pragmática, que coloca o lucro financeiro acima do lucro social. O filósofo austríaco ilustra o exemplo com as teses de um responsável de uma cadeia de televisão, que insistia na necessidade de os programadores oferecerem “às pessoas o que elas esperam”. Estas “afirmações inauditas” demonstraram a Popper que o empresário se convencera da impossibilidade do processo de escolha dos recetores se poder esboçar fora do quadro dos produtos televisivos oferecidos, baseando-se, essa premissa, na mera consulta dos índices de audiência, sem que fosse equacionada qualquer alternativa. A conclusão de Popper enquadra-se naquela que o filósofo considerava ser a principal aspiração da democracia – “elevar o nível de educação” dos cidadãos:

“Quanto mais uso se fizer da violência, sexo o sensacionalismo, mais se incita as pessoas a voltarem a pedi-los. E como estas práticas são as que os produtores compreendem melhor e as que suscitam mais facilmente a adesão do público renunciamos a propostas mais exigentes” (1999: 19 e 20).

Felisbela Lopes considera que essa prática, de colocar a fasquia da qualidade sempre num patamar inferior, decorre do peso que as leis do mercado têm no

⁵¹ A criação desse espaço de debate pode, no entanto, ser ilusória, uma vez que as televisões de informação usam um painel comum de comentadores políticos, associados a partidos e que, em muitos casos, veiculam a opinião dominante da estrutura partidária. A análise destes conteúdos não é, todavia, o objeto do nosso estudo.

audiovisual: “a oferta é determinada pelas leis do mercado”. Como Karl Popper, Felisbela Lopes conclui que “ao submeter-se (cegamente) a condicionalismos económicos, a TV corre o risco de apenas reproduzir mais do mesmo” (2006: 316).

Elihu Katz, numa análise fria e devastadora dos efeitos da informação televisiva no público chega a propor um regresso ao passado: “Existe uma tendência para sentirmos saudades dos dias em que a televisão juntava as pessoas num debate nacional” e “criava uma espécie de comunidade” (2000: 21 e 22)⁵². Por isso, o professor de comunicação está convencido de que aceder a “um só canal” de televisão “pode ser mais democrático” do que poder escolher entre 50. Katz não duvida de que “seria capaz de viver muito bem com um só canal que fosse realmente independente do governo e tivesse diversidade em si próprio” (*idem, ibidem*: 24, 26).

A consciência de que a quantidade de oferta não fomenta a qualidade é igualmente destacada por Paul Starr:

“Nos anos 70 (do século passado) o noticiário da noite, emitido à mesma hora nas três cadeias de televisão norte-americanas (CBS, NBC, ABC), era visto no país inteiro. Mesmo que, depois de um dia de trabalho, quisessem assistir a programas de entretenimento, os americanos viam as notícias nacionais com Walter Cronkite ou Chet Huntley e David Brinkley e aprendiam algo sobre política nacional e internacional. Assim que o cabo e o satélite se associaram à televisão, os espectadores começaram a poder fazer escolhas de acordo com as suas preferências” (*idem, ibidem*)⁵³.

Bill Kovach e Tom Rosenstiel destacam o peso do meio, a televisão, e a capacidade que os três canais generalistas americanos demonstravam em concentrar a atenção dos telespectadores, mas, ao contrário de Katz e Starr, Kovach e Rosenstiel não observam nesta concentração uma alavanca promotora do debate, pelo contrário. Nessa época, sem alternativas, a emissão, à mesma hora nos três canais nacionais, amarrava – sem folga – as pessoas ao programa informativo: “os três noticiários televisivos eram apenas um à hora do jantar” (2010: 19). A alternativa era desligar a televisão. Os autores reconhecem que essa “dieta informativa” compulsiva (“cada noticiário tinha apenas entre 10 a 12 histórias”) acabou por criar “um consenso social” com enorme peso na sociedade americana. Os contornos que definem a elevação da União Soviética a inimigo comum, são fruto desse “visionamento acidental” dos anos 60-70 do século

⁵²*in* JJ, Abril/Junho de 2000

⁵³A NBC e a CBS disputavam o primeiro lugar, a ABC era o distante terceiro. Mas, em conjunto, os três canais chegavam a 70 por cento do universo televisivo, mais do que um quarto do total da população (Kovach, Rosenstiel, 2010: 19). Os anos 60-70 do século passado ficaram conhecidos como os *anos da confiança nas notícias* (“trust me era of news”) e, por esses tempos, as sondagens classificavam Walter Cronkite “o homem mais fiável da América” (*idem, ibidem*: 33).

passado (*idem, ibidem*: 149 e 150). O país, por intermédio da televisão, fabricou um pensamento comum; uma muralha a visões alternativas.

Da Manipulação Política à Manipulação Financeira

Carlos Camponez observa que a desregulação dos *media* em Portugal e no resto da Europa tem, na sua base, a tentativa de fuga do Estado do peso financeiro, social e político que os meios públicos representavam:

“Não deixou de ser uma resposta a uma crítica do público e das forças do mercado à manipulação política e ideológica dos órgãos do poder sobre a informação, em particular os *media* radiofónicos e televisivos, à forma burocrática da sua gestão e a uma tentativa de aliviar o pesado passivo entretanto acumulado” (2009: 349).

No período subsequente, todavia, assistimos aos efeitos da substituição da manipulação política pela manipulação financeira. E os resultados, na qualidade do jornalismo, estão à vista de todos.

O aumento da concorrência, com o aparecimento de novos *players* no mercado, ao invés de aumentar a competitividade, e, como consequência a diversidade da oferta e a qualidade da mesma, contribuiu para a sua degradação. A rentabilidade, obsessivamente perseguida, dinamitou o espaço mediático: as fusões, aquisições, alianças estratégicas entre grupos, restringiram o mercado global a um conjunto restrito de conglomerados. Criou-se uma falsa ideia de concorrência. As grandes cadeias de televisão e rádio internacionais, os principais títulos impressos, as grandes produtoras de cinema, publicidade, editoras de livros, música, espetáculo, em suma, os principais agentes do mercado da comunicação ficaram sob a alçada de menos de uma dezena de grupos globais de *media* (AOL–Time Warner, Vivendi Universal, Viacom–CBS, Disney–ABC, Bertelsmann, Mediaset e Fininvest – ambos propriedade de Berlusconi, News Corp.).

As comunicações globalizaram-se, ficando na dependência direta de um conjunto restrito de agentes:

“No início dos anos 80, os diferentes segmentos do campo dos *media* – jornais, televisões, livros, filmes, música – tinham diferentes proprietários. No final dos anos 80, um único proprietário já acumulava todos os meios” (Wolff, 2010: 176).

Em parte, este fenómeno ficou a dever-se às necessidades de financiamento de grandes empresários de jornais como Rupert Murdoch. Alargar o império dos jornais era o “ponto decisivo” para o empresário. Para ter dinheiro para comprar jornais,

Murdoch começou a diversificar a área de negócio, apostando em aquisições de rentabilidade garantida, geradoras de lucros que pudessem ser investidos nos jornais. A “compulsão pela compra de jornais transformou-se numa compulsão para comprar qualquer outro meio” (*idem, ibidem*).

Este afunilamento da concorrência tem, desde logo, uma consequência, cujos efeitos não poderão ser eficazmente mensuráveis: o controlo “do amplo espectro de produção e distribuição de ideias, no mundo contemporâneo” (Dizard Jr., 2000, *apud* Camponez, 2009: 352). Ou como, no auge da formação dos grandes conglomerados de *media* assinalavam Morley e Robins, foi iniciada “uma conversa unilateral em que o ocidente fala e o resto escuta”. A agenda informativa mundial é “maioritariamente fornecida por um pequeno número de agências noticiosas, todas anglo-saxónicas” (1995: 126, 222).

Nos períodos subsequentes viríamos a assistir à alteração deste enquadramento social, que foi abrindo brechas nesse espaço compacto. Numa primeira fase, a entrada, no palco central da produção informativa, de agentes baseados em territórios de exclusão, como a Televisão Al Jazeera, do Qatar⁵⁴, por exemplo e, posteriormente, a explosão da circulação de informação, potenciada pelo digital, coloca na rede visões oriundas das mais diversas fontes; são, também, novos sinais de esperança. A muralha ocidental ainda não terá sido integralmente quebrada, mas o mundo partilha, cada vez mais, das diversas visões alternativas.

John B. Thompson, deixando de lado a avaliação do impacto das redes alternativas, realça que o desequilíbrio persiste, assinalando que o desenho das estratégias dos conglomerados de *media* é, de facto, global, mas a maioria desses megagrupos emerge dos Estados Unidos da América, da Europa Ocidental, da Austrália ou do Japão; os países do terceiro mundo quase não têm expressão. As consequências dessa *ocidentalização* da produção de conteúdos traduzem-se na “formação de redes de comunicação privadas, através das quais circula toda a informação e restantes conteúdos do campo da comunicação” (2009: 139). Thompson alerta, todavia, para a emergência de novas geografias que, não sendo centro da produção cultural, começam a afirmar-se na vertente económica:

“No domínio económico assistimos a um profundo processo de reestruturação global que diluiu a posição privilegiada que os Estados Unidos ocupavam em matéria de poder

⁵⁴ As emissões nos Estados Unidos da América foram inauguradas em agosto de 2013, o que demonstra bem o peso conquistado pela cadeia de televisão do Qatar.

industrial. A economia global tornou-se crescentemente multipolar; cada vez mais a Europa (sobretudo a Alemanha), o Japão, e as novas potências industriais do sudoeste da Ásia assumem um papel de relevo (...) Mesmo se o domínio cultural – em termos de forma e de conteúdo dos produtos da área dos *media* – permanece americano, a base do domínio económico internacionalizou-se”(idem: 143-146).

Esse capital sem pátria acaba assim por ter mais peso no monopólio da produção e distribuição das ideias do que o conteúdo das próprias ideias, porque a dimensão económica assume o poder de filtrar esses conteúdos, impondo-lhes a regência da batuta do mercado.

Manuel Castells considera que a lógica dessa globalização económica transborda para todas as atividades de negócio, desde o mundo da finança, à inovação tecnológica, à produção de componentes, aos *media*. A lógica que orienta todas essas áreas “trabalha em tempo real numa escala planetária”. O académico espanhol realça que essa globalização económica consegue alastrar influência a todo o planeta, mas não é verdadeiramente planetária, porque não inclui todo o planeta. De facto, exclui a maior parte da população do globo. Os que não colhem os louros desse capitalismo global integram aquilo que Castells classifica como “um quarto mundo de exclusão” que inclui “quase toda a África, a Ásia rural, a América Latina, mas também o Bronx” e outros bairros marginais de grandes cidades (1996, 2009: 154 e 155).

As fusões e aquisições que estão na base da consolidação dos conglomerados de *media* não representam, como assinala Castells, apenas a associação direta entre o campo das notícias e o campo do entretenimento, os dois campos tradicionais dos *media*; o que está aqui em causa, verdadeiramente, é a integração do jornalismo numa área de negócio muito mais vasta, obedecendo o *negócio* do jornalismo à mesma lógica comercial das restantes áreas comerciais do grupo.

Bonnie Anderson alerta para as consequências dessa imersão do jornalismo nas lógicas do capitalismo global:

“Não é como vender motores de avião, ou bilhetes de cinema ou teatro (...) O valor de *media* livres não deve, por isso, ser medido em termos de ganhos financeiros ou pelas audiências alcançadas (...) esses não devem ser os parâmetros que devam medir a saúde e os valores do jornalismo atual” (2004: 9).

Charlie Beckett assinala que a tendência para o jornalismo deixar de estar no centro do negócio dos diversos grupos de *media* sofreu um agravamento substancial com o avanço do jornalismo *multimedia*.

“A maioria dos novos *media* são propriedade de empresas com interesses em áreas muito diferentes do jornalismo (...) as vendas a retalho, as redes sociais, a cultura, o desporto ou a pornografia” (2008: 16).

O Primado da Economia Impede os *Media* de Criarem uma Esfera Pública Global

A transnacionalidade de raiz tecnológica, mas promovida pela economia, poderia estar na base da formação, e consolidação, de uma esfera pública global, promotora da discussão de temas políticos internacionais, com reflexos diretos nos Estados-Nação. Se algo mais houvesse, plenamente consolidado, do que uma globalização económica, uma esfera pública global seria o patamar superior a que poderíamos aspirar.

Moreley e Robins reconhecem isso mesmo: “O supremo objetivo” da transnacionalização dos *media* consistiu, tão só, no auxílio que puderam prestar ao “desmantelamento das barreiras ao comércio” (1995: 11).

Neste contexto, o telespectador é, antes de mais, um consumidor num mercado global. A televisão sem fronteiras, o primeiro agente da globalização económica, afirmou-se, desde logo, como o ideal da nova ordem mediática, apostando numa lógica que desvaloriza a cidadania, avessa, por isso, à promoção da discussão racional de temas *extranacionais*, que consolidassem a formação de uma verdadeira esfera pública global.

Stig Hjarvard reconhece que a globalização introduz alterações na esfera pública, mas não cria, necessariamente, uma “entidade superior – mais abrangente”:

“A discussão política na esfera pública é menos globalizada, quando comparada com as transformações operadas na indústria, na área financeira, na governação, na cultura” (2009: 686, 678).

As alterações promovidas poderão influenciar a forma como se discutem determinadas matérias nacionais, mas os *media*, de facto, não aproveitaram o potencial tecnológico, que lhes permitiu transnacionalizarem-se, para promoverem a discussão pública global.

A opinião pública dos próprios Estados-Nação parece rejeitar a discussão abrangente de temas nacionais:

“Os *media* locais e nacionais revelam uma tendência para desenvolverem abordagens domésticas sobre assuntos globais que, nalguns casos, chegam a revelar uma perspetiva nacionalista agressiva” (*idem, ibidem*: 687).

O Papel de Rupert Murdoch na *Contaminação do Jornalismo*

Rupert Murdoch tem resistido, desde a década de 80 do século passado, no patamar principal dos empresários de comunicação social que transformam as diversas aquisições em troféus pessoais, que são usados para gerarem receitas e influenciarem os decisores políticos em benefício próprio, reduzindo a autonomia dos jornalistas do grupo.

O caso *News of The World*⁵⁵ (Verão de 2011) enfatiza o potencial social negativo que a teoria crítica, habitualmente, atribui à ação dos *media*.

Rupert Murdoch, um australiano octogenário, filho de um proprietário de jornais, alargou o império, com raízes no país natal, aos Estados Unidos, à Europa, à China, à Índia ... E diversificou-o, cobrindo todas as áreas do campo da comunicação.

Michael Wolff, autor de uma biografia autorizada, mas não aprovada por Rupert Murdoch,⁵⁶ destaca a fórmula que colocou o empresário no lugar que ocupa no contexto mediático global:

⁵⁵ A justiça britânica, depois de uma investigação que chegou a sucumbir ao peso da influência da *News Corp.*, o império mediático do empresário, revelou que muitas das manchetes do *News of The World* tinham sido obtidas de forma ilegal, através de escutas telefónicas, concretizadas por um detive privado, por ordem das chefias do jornal. Uma das personalidades escutadas foi o ex-Primeiro Ministro britânico, Gordon Brown. Na sequência da escuta, o jornal produziu uma manchete onde era revelada a doença de que padecia o filho de Brown. Os primeiros indícios de escutas ilegais datam de 2002. Ao todo terão sido escutadas três mil personalidades. Em Julho de 2011, Murdoch viu-se forçado a encerrar o jornal. O grau de conhecimento desta metodologia por parte de Murdoch não ficou claro, mas os alegados responsáveis, que a justiça entretanto identificou, são pessoas que lhe são muito próximas. O antigo jornalista do *News of The World*, Sean Hoare, o primeiro a denunciar à polícia as escutas ilegais, foi encontrado morto em casa, depois do ressurgimento do escândalo, em Julho de 2011. O caso revelou ramificações políticas, uma vez que um dos alegados implicados, o antigo diretor do jornal, Andy Coulson, fora, igualmente, diretor de comunicação do governo conservador de David Cameron. O Primeiro-Ministro contratou-o, apesar de conhecer os indícios de que o antigo diretor do *News of The World* teria ligações ao caso das escutas. Quando o escândalo reemergiu, Cameron viu-se forçado a demitir Andy Coulson. Também não são claras as razões que levaram Cameron a contratar um homem tão próximo de Rupert Murdoch, mas sobre o governo conservador pesa a suspeita de estreita ligação ao empresário australiano. Já depois da demissão de Andy Coulson, e na sequência da investigação jornalística concretizada por jornais ligados a grupos rivais da *News Corp.*, veio a público o facto de Coulson ter continuado a receber um salário da empresa de Murdoch, enquanto acumulava as funções no gabinete de Cameron. Depois de ter abandonado o governo britânico, Coulson foi detido pela polícia. O *News of the World* saiu ao Domingo durante 168 anos, e era o jornal britânico de maior circulação. Vendia 2,8 milhões de exemplares por edição.

⁵⁶ Michael Wolff, o autor da biografia de Murdoch, acompanhou o empresário ao longo de nove meses, tendo gravado entre 50 a 60 horas de conversas com o biografado. Rupert Murdoch não se reviu no resultado, tendo impedido que o livro fosse objeto de notícia em qualquer meio da *News Corp.*. Wolff denuncia que os órgãos de comunicação social do grupo lhe moveram uma perseguição pessoal, que só parou quando o autor ameaçou revelar o conteúdo da totalidade das entrevistas que fizera ao empresário. “Três meses depois da publicação, o meu livro não fora objeto de qualquer referência em nenhum meio do grupo de Murdoch, até que, em Março de 2009, o *New York Post* dividiu uma página entre episódios da vida de uma celebridade e diversos pormenores da minha vida pessoal” (2010: XXII).

“O boato, a coação, a criação de uma cultura que o protege a ele e aos seus interesses pessoais, e, acima de tudo, uma cultura que obriga os subordinados a fazerem o que o patrão exige (2010: XXIV)⁵⁷.”

Murdoch, com a integração no seu império de comunicação de alguns títulos de referência (*The Times*, *Wall Street Journal*- *WSJ*), esforçou-se por aplicar a fórmula de sucesso ao jornalismo de referência, contaminando-o. Afastou diretores e responsáveis editoriais que recusaram a contaminação. O *Wall Street Journal*⁵⁸ da era Murdoch acentuou a deriva da publicação assim que os “repórteres de cultura e social passaram a escrever sobre a área de negócios” (*idem, ibidem*: 172).

A *News Corp.* não fica apenas marcada por esta sujeição do *WSJ* à fórmula de sucesso de Murdoch; debaixo do mesmo teto, o empresário mantém outras publicações de referência, como o *The Times* em estranha convivência com o mais polémico dos jornais ingleses, o *The Sun*.

O *Wall Street Journal* é, como Murdoch, um produto da década de 80. “Na década dos valores em espiral, o dinheiro adquiriu um novo significado”: a rentabilidade podia atingir “os 1000 por cento”, para tal era necessário um “temperamento especial”, que Murdoch refletia: “uma elevada tolerância para jogar na incerteza” (Wolff, 2010: 173).

Essa capacidade de gerar lucros na indústria dos jornais, aplicando o mesmo *espírito tabloide* à imprensa popular e à de referência, saneando *indesejáveis* que não se submetiam, imediatamente, às regras do seu jogo, convertendo críticos em admiradores⁵⁹, forçando os colaboradores diretos a submeterem-se aos padrões da

⁵⁷ O relato do biógrafo de Murdoch é esclarecedor relativamente à aplicação da fórmula de sucesso nos jornais do empresário. Duas características são associadas por Wolff à personalidade de Murdoch – a paixão pelo boato e o antimonarquismo. A associação de ambos tem no tabloide *The Sun* uma expressão concreta: “Como é antimonárquico quase tudo que tenha relação com a família real britânica aborrece-o, ou causa-lhe repulsa. Para o jornal, a família britânica tornou-se descartável”. O apogeu do jornal coincide, aliás, com o sucesso e as desventuras da Princesa Diana: “quanto mais Diana havia nas notícias mais jornais eram vendidos, especialmente o *The Sun*”. A morte da Princesa, em 1997, assinala, de alguma forma, “o início do fim do grande negócio dos jornais” (Wolff, 2010: 173 e 174).

⁵⁸ Rupert Murdoch finalizou o longo processo de aquisição do *Wall Street Journal* à *Dow Jones & Company*, em 2007. O jornal nova-iorquino é uma das principais referências do jornalismo mundial. A influência e progressão da marca está muito associada a Barney Kilgore, o pioneiro do jornalismo de negócios. Sob a gestão de Kilgore o jornal passou de uma circulação diária na ordem dos 30 mil exemplares, para um milhão nos anos 60 do século passado e para os 2 milhões, na década de 80 (Kupfer, 2009).

⁵⁹ O crítico de *media* do *New York Times*, David Carr, escreveu, durante a batalha para a aquisição do *Wall Street Journal*, que Murdoch demonstrava, através dos tempos, a forma como coloca os seus *media* ao serviço dos seus próprios interesses comerciais. O mesmo Carr, quando o processo de aquisição chegou ao fim, classificou o empresário como uma das mais admiradas figuras do mundo dos *media*, precisamente por conseguir integrar todos os seus interesses comerciais” (Wolff, 2010: 9).

empresa, assumindo o respeito à figura e aos propósitos do líder⁶⁰ fez crescer, junto dos muitos que não se reviam, e que não precisavam de se rever, na filosofia do empresário “o ódio à figura de Murdoch” -sentimento que, de alguma forma, “começou a definir os contornos da profissão”, sobretudo depois do empresário ter adquirido o *Wall Street Journal*⁶¹ (*idem, ibidem*: 6).

A aquisição do *Wall Street Journal* pela *News Corp.* assinala uma viragem importante no jornalismo global. “Competir com Murdoch já era difícil, mas haveria de tornar-se muito mais se o empresário adquirisse” o diário nova-iorquino. “É um facto, conclui o biógrafo, que a progressão de Murdoch - de aspirante a empresário verdadeiramente influente - passou pela aquisição do *Wall Street Journal*”, que o magnata conseguiu adaptar à identidade do grupo, sem que o jornal perdesse a influência que já tinha na sociedade americana e global (*idem, ibidem*: 167, 177).

O Jornalismo de Mercado e a Exclusão das Opiniões Marginais

Rupert Murdoch é o símbolo vivo dessa marca indelével da década de 80 do século passado, corporizada no binómio *risco absoluto/enriquecimento súbito*. Murdoch transformou-se numa espécie de *Rei Midas*; tal como o rei da mitologia grega, também o empresário australiano adquiriu esse poder de transformar num negócio lucrativo cada empresa que adquiria para reforçar o seu império. Com um simples toque, o rei alterava a composição original dos elementos, transformando-os em ouro; também a integração dos diversos meios no portefólio da *News Corp.* determinava uma quebra plena da identidade de origem desses meios.

Como constata McChesney, a competição saudável engolida pela concentração assumiu a “sua forma extrema” nesses mega-conglomerados *multimedia* de que o grupo *News Corporation* de Rupert Murdoch é um bom exemplo: “A escala e a amplitude desses grupos é monumental” (*apud* Anderson, 2007: 61).

⁶⁰ Numa entrevista em direto a Rupert Murdoch, emitida a 9 de Julho de 2011 pela *Fox News*, propriedade da *News Corp.*, o entrevistador colocou uma pergunta ao empresário sobre o caso das escutas ilegais do *News of the World*. Murdoch interrompeu a pergunta, disse que não queria falar sobre o assunto, e o entrevistador aceitou a recusa, pondo termo à conversa desta forma: “compreendo perfeitamente Sr. Presidente” (*apud Daily Show*, 20 de Julho de 2011).

⁶¹ Bill Keller e Arthur Sulzberger, ambos da direcção do *New York Times*, o concorrente direto, em termos de prestígio e influência, do *Wall Street Journal*, consideraram Murdoch “a pior coisa que poderia ter acontecido ao jornalismo” (Wolff, 2010: 6). O termo *Murdochization* vulgarizou-se entre os críticos do empresário e é utilizado para criticar “a exploração do imperativo económico (*conglomerização*, *homogeneização*, *burocratização*, etc.) ao serviço do lucro”. O argumento que motiva os críticos é “a transformação do *Times* de Londres num jornal crescentemente guiado pelos valores da imprensa tabloide” (Allan e Zelizer, 2010: 76).

Os anos 80, os anos da desregulação dos *media* e do alívio do peso do Estado na comunicação social, deixam-nos, de herança, a hiper concorrência - convertida em hiper concentração, que perverteu as regras do mercado livre; deixam-nos, como consequência, a perda de diversidade, com reflexos, significativos, na qualidade das notícias, obedecendo, a produção das mesmas, a uma lógica monopolista, em termos de temas, áreas de cobertura, protagonistas; os conteúdos promovem a manutenção do estado das coisas. São conteúdos de exclusão e de integração: deixam de fora do espectro de cobertura as margens, que não se reveem na lógica dominante, e todos os excluídos do mundo global, mas promovem a integração dos restantes.

Como assinala Jürgen Habermas:

“Os atores coletivos que operam fora do sistema político, fora das organizações e associações sociais têm normalmente menos oportunidade de influenciar os conteúdos e as tomadas de posição dos grandes meios de comunicação. Isto é válido, sobretudo, para as opiniões que caem fora do espectro da opinião normalizada e ponderada – ou seja – fora da opinião (...) pouco flexível que caracteriza os grandes meios de comunicação” (1998: 458).

Neste contexto, Nelson Traquina reconhece que o acesso aos *media* “é um bem estratificado socialmente” (1999: 173). Molotch e Lester, num estudo sobre uma catástrofe ambiental que aconteceu na costa californiana em 1969, detetaram que os responsáveis do governo do Estado e os porta-vozes das empresas petrolíferas acederam mais vezes aos *media* do que os ecologistas. O elemento que regulamentou o acesso foi, portanto, o estatuto de uns e outros, com os *media* a darem mais espaço aos representantes do poder. Essa constatação leva os autores a concluírem que “a produção de notícias não pode ser entendida fora da economia política da sociedade dentro da qual ela é produzida” (1970, *apud idem, ibidem*).

O processo jornalístico cria as condições para que este acesso, definido em termos de estatuto e de poder social, permaneça imutável, porque entre jornalistas e fontes criam-se “canais de rotina” que geram relações de “interdependência” (*idem, ibidem*)(falam sempre os mesmos, sobre os mesmos assuntos. Raras vezes se procuram alternativas).

As conclusões do estudo de Molotch e Lester anteciparam a análise de Habermas. De facto, os atores sociais, que operam dentro do sistema político, acedem, mais facilmente, aos meios de comunicação social.

Os que, habitualmente, ficam fora do espectro de cobertura dos *media* apenas conseguem resgatar-lhes a atenção quando perturbam a ordem social, ou promovem uma luta de opostos onde os valores (dos que aceitam o estado das coisas e dos que o

rejeitam) se antagonizam. A este propósito, Nelson Traquina considera que os agentes sociais que não acedem regularmente aos *media* “devem incomodar para que os seus acontecimentos se tornem notícia” (*idem, ibidem*).

Os anos 80, fruto dessa intempérie descrita, deixam-nos, igualmente, de herança um jornalismo dócil, sem autonomia, submisso ao desejo de rentabilidade máxima, imposta pelos interesses do mercado, incapaz de aplicar, ou fazer apelo, às normas jurídicas que – constitucionalmente – promovem a proteção e a autonomia do jornalista.

A Vitória das *Soft News* e do *Infotainment*: Novos Pilares do Jornalismo

No final dos anos 90 do século passado, 25 personalidades, professores de jornalismo, diretores dos principais jornais e algumas referências da informação televisiva e radiofónica dos Estados Unidos da América, reuniram-se em Harvard para analisarem o estado do jornalismo. O receio de que o jornalismo pudesse estar a prejudicar o interesse público, ao invés de o promover, enquadrava o debate. Os próprios diretores dos jornais confirmaram esse receio: “Na redação já não se fala de jornalismo (...) somos absorvidos pelas pressões comerciais e pelos resultados do exercício”⁶². O facto de serem os diretores, a quem cabe zelar pela defesa do jornalismo de valores, a chegarem a esta conclusão foi, para os promotores da reunião, Bill Kovach e Tom Rosenstiel, o maior sinal de que as notícias se estavam a “transformar” em “entretenimento”, e de que “o entretenimento assumia um carácter de notícia”. (Kovach, Rosenstiel, 2001: 7, 52).

O jornalismo de mercado desvincula-se dos valores do jornalismo: prende-se muito mais à forma das notícias (atraente, com o objetivo de entreter em vez de informar) do que ao seu conteúdo. As *soft news* assumem o controlo da paginação dos jornais, dos alinhamentos das rádios e das televisões. Os leitores, ouvintes e telespectadores preferem as notícias suaves que os libertem do peso do quotidiano, da política nacional e internacional, da macro economia (*hard news*); preferem “uma informação-serviço” que antecipe as suas necessidades quotidianas:

⁶² Um inquérito realizado em 1998, pelo *Project on the State of the American Newspaper*, a 77 diretores de jornais americanos, veio legitimar estas opiniões: 14% gastava mais de metade do seu tempo com assuntos comerciais, 35% gastava entre metade e um terço (Kovach, Rosenstiel, 2001: 52).

"O jornalismo de comunicação age como vulgarizador, conselheiro, leia-se como o amigo que mantém uma relação familiar com o seu público, divertindo-o. Abandona, pois, a sua atitude de árbitro e de ator de uma relação cívica" (Neveu, 2001: 120).

Mergulhado no mercado, o jornalismo vai, pois, ao encontro dos hábitos de consumo das audiências, dando-lhes o que, verdadeiramente, as entusiasma. À força de as querer fidelizar, fica refém delas, ou daquilo que os estudos de marketing dizem que lhes interessa. Como constata Pierre Bourdieu, cada vez mais, os jornalistas sentem-se tentados a "adotar o critério do *rating* nas suas produções". Sob esta lógica, as expressões: "isto fica bem na televisão" ou "isso vende" constituem critérios de definição da ação (1996a: 27). Peter Anderson constata isso mesmo, que "as notícias que vendem são as *soft news*", por isso a presença dessas notícias "vai crescendo nos jornais e nas televisões em todo o mundo" (2007: 62).

Esta adesão das audiências às notícias suaves, e a forma como os meios de comunicação social do sistema vão ao encontro desse desejo, tem sérios reflexos no Espaço Público. No final dos anos 50 do século passado, Wright Mills já identificava, na ação dos meios de comunicação social, a dificuldade em iluminarem a progressão intelectual dos agentes sociais:

"Observadores antigos acreditavam que o reforço de importância dos meios formais de comunicação ampliaria e estimularia o público básico (...) temos razões para acreditar que esses meios ajudaram menos a ampliar e animar discussões dos públicos básicos, do que a transformá-los (...) numa sociedade de massas" (1956: 368 e 369).

Em 1996, Pierre Bourdieu reeditava o alerta de Mills, a partir do seu olhar crítico sobre a televisão: "O meio que tinha condições para se ter transformado num instrumento extraordinário da democracia direta, pode converter-se num instrumento de opressão simbólica" (1996a: 2).

A televisão é caracterizada como o meio onde as fronteiras entre informação e entretenimento surgem mais diluídas. Por um lado, porque a bitola de estruturação das grelhas televisivas dos canais generalistas é o entretenimento, e, principalmente, os conteúdos selecionados para o clássico *horário nobre*, transformando-se a informação num acerto de emissão⁶³; por outro, porque a informação televisiva acabou por adotar as lógicas que impulsionam o entretenimento. Felisbela Lopes constata que os últimos

⁶³ Em Portugal, os jornais televisivos nos dois canais generalistas privados (SIC e TVI) podem durar entre uma hora e uma hora e 45 minutos, dependendo do espaço reservado ao entretenimento no *horário nobre* que, por seu lado, é definido de acordo com a lógica de contraprogramação (programas de conteúdo idêntico nos dois canais são habitualmente emitidos no mesmo horário e têm duração semelhante).

anos do século XX criaram, em Portugal, as condições para que a informação televisiva adotasse os valores do entretenimento:

“Vive-se um tempo diferente. Um tempo em que a vida pública se mistura com o espaço privado e em que a intimidade é exposta como se de um assunto social se tratasse (...) rasgaram-se os limites da intimidade, promoveu-se o *voyeurismo*, criaram-se *pseudonotícias* e instalou-se uma espécie de jornalismo de causas, subserviente face às leis do mercado, perdendo de vista o bem comum” (2007: 322)⁶⁴.

O papel social do jornalismo adquire assim, como constata Peter Anderson, uma dimensão preocupante:

“À medida que os jornais e os programas de informação televisivos adotam agendas tabloides e populares, vai sendo cada vez mais difícil distinguir a reportagem e o comentário jornalísticos do entretenimento ou do *infotainment* (...) Os valores adotados revelam-se cruciais porque formatam a visão do mundo e dos seus problemas; e são esses valores que são transmitidos ao homem comum (...) Integradas nesse contexto das grandes corporações mediáticas, não é fácil para as notícias serem vistas como um bem público com relevo na preservação da democracia. Pelo contrário, essa lógica impõe que as notícias sejam vistas como mais um produto do mercado, de estatuto idêntico a todos os outros que se medem por perdas e ganhos (2007: 4, 10, 62).

Este fenómeno não é exclusivo dos meios populares. Anderson observa-o a crescer na imprensa de referência do Reino Unido (*idem, ibidem*: 5).

Sinais de Resistência no Interior das Redações

É um facto que a lógica, que perpassa as redações desde a década de 80, corresponde a esse desejo de atrair a audiência, tornando a informação num espetáculo, mas seria excessivo afirmarmos que o jornalismo de mercado tomou conta do jornalismo por inteiro. A cada momento surgem novos sinais de resistência.

Bill Kovach e Tom Rosenstiel constatarem que “começou a cavar-se um fosso” entre empresários e jornalistas e “pior ainda” entre jornalistas e diretores de informação (2001: 61). Deborah Howell, diretora de um jornal americano, observa isso mesmo: “os repórteres pensam que os diretores se estão a passar para o outro lado” (*apud idem, ibidem*). Os diretores, obrigados a uma gestão por objetivos, colocam a rentabilidade

⁶⁴ Felisbela Lopes caracteriza o exemplo do programa *Big Brother*, que estreou na TVI em Setembro de 2000, considerando-o um marco no panorama audiovisual português: “modificou amplamente a oferta televisiva dos canais privados e arrastou, neste período, a liderança do *horário nobre* para o canal Quatro”. “Os enredos” dessas “*novelas da vida real* (...) contaminaram outros programas (...) e misturaram aquilo que é intrínseco ao entretenimento com aquilo que é idiossincrático do jornalismo. Os jornalistas criaram peças sobre essas *novelas da vida real* e (...) fizeram pretensas reportagens sobre os respetivos concorrentes. Como se os noticiários passassem a ser um tempo de descontração e as emissões de entretenimento um momento de informação” (2006: 24, 316).

financeira acima da rentabilidade social e os jornalistas de *hard news*, como assinala Peter Anderson, “deixam de ter a oportunidade de cumprir o seu papel, mesmo que continuem a considerá-lo fundamental” (2007: 63); mas, também no caso específico da televisão, Anderson identifica zonas de resistência jornalística; chama-lhes “o ponto de cruzamento” onde “imprensa popular e de referência, e os respetivos equivalentes televisivos” contrariam a contaminação do *infotainment*, investindo em temas sérios de política, economia e sociedade (*idem, ibidem*: 5)⁶⁵.

Desde que o entretenimento começou a instalar-se na lógica informativa, assumindo-se *valor notícia*, que começa a impor-se uma tensão entre os dois polos (informação/entretenimento).

Peter Golding e Philip Elliott identificam o momento em que o entretenimento integrou, pela primeira vez, o quadro dos valores notícia, nos programas de informação televisiva. Refletindo a necessidade de aumentar as audiências, a informação televisiva importou e adaptou o modelo das *histórias de interesse humano*, da época de ouro da imprensa, e assumi-o critério editorial:

“Os acontecimentos bizarros ou caprichosos (...) ou as histórias relacionadas com celebridades, são excessivamente frívolos para os programas de informação televisivos; o ângulo do interesse humano foi a fórmula encontrada para tornar esses acontecimentos interessantes para as audiências de televisão” (2009: 637 e 638).

Golding e Elliott⁶⁶ assinalam que a classe jornalística resistiu, desde a primeira hora, à adoção dessa fórmula:

“Muitas redações começaram a discutir o equilíbrio entre *hard* e *soft news* (...) Houve uma tensão entre informação e entretenimento; entre o desejo de satisfazer a audiência e a necessidade de, para tal, terem de ser seguidos os valores do entretenimento (...) Os padrões de seriedade e honestidade na narração dos factos ficaram postos em causa” (*idem, ibidem*: 618).

OS EFEITOS DA TECNOLOGIA NO JORNALISMO DE MERCADO

O jornalismo está a perder a identidade. Esse processo, cujas raízes datam dos anos 80 do século passado, sofre, como veremos no próximo capítulo, uma profunda

⁶⁵ Essas zonas de resistência podem ser observadas, igualmente, na televisão portuguesa, com a audiência crescente dos produtos habitualmente classificados como jornalismo de referência: grandes reportagens de investigação e documentários.

⁶⁶ O texto de Peter Golding e Philip Elliot foi publicado pela primeira vez em 1979. A análise dos autores reflete, portanto, o período em que a televisão ainda não se transformara no principal agente do jornalismo de mercado, como haveria de acontecer na década seguinte. Essa análise coincide, aliás, com o momento em que as televisões começaram a assumir o entretenimento como valor notícia. Até então só a imprensa popular o adotara.

acentuação quando as novas tecnologias se associam ao jornalismo, ou este aquelas. Se o jornalismo assentasse em bases sólidas, que não tivessem sido dinamitadas pelo mercado, os efeitos da Internet teriam contribuído para reforçar essas bases; aquilo a que ainda estamos a assistir é, ao invés, à caminhada em direção à volatilização do jornalismo.

O mercado abanou as bases sólidas do jornalismo. O edifício está a meio caminho do colapso. Mas a dimensão desse abalo, jamais teria assumido as proporções a que hoje assistimos, se esse outro elemento exterior, a tecnologia, não se tivesse associado ao campo da produção e emissão de notícias.

O satélite, o cabo, a televisão com informação 24 horas, a Internet, vieram ampliar a dimensão do problema de identidade do jornalismo. O jornalismo de mercado teve de adaptar-se, rapidamente, e sem bases sólidas, à formatação dos novos suportes.

Ou como refere Mark Deuze, “os novos meios aceleram, amplificam e, às vezes mutilam processos que já existiam no contexto mediático tradicional” (2006: 16 e 17).

A Era *Desindustrial* da Economia Global

O jornalismo, ao longo das épocas, sempre teve de se adaptar aos novos suportes tecnológicos que, fruto do processo criativo do homem, se iam destacando e impondo.

A capacidade criativa do homem está, contudo, associada às necessidades e às exigências da própria sociedade. Uma sociedade moldada pelos valores do mercado determina que os dispositivos tecnológicos ampliem esses valores. E os reflexos dessas criações na sociedade acabam por deixar marcas profundas.

Manuel Castells analisa o impacto do avanço do capitalismo na década de 80 do século passado, observando um processo de desindustrialização nos países da OCDE, sobretudo nos Estados Unidos da América e no Reino Unido; contudo, o resto do mundo assistiu ao movimento inverso: entre 1970 e 1989, os postos de trabalho na indústria cresceram 72 % (1996, 2009: 155). Dois universos distintos atravessados a meio pelo capitalismo, associado à evolução tecnológica. O capitalismo de base tecnológica promoveu a precariedade laboral:

“O desenvolvimento das empresas em rede da economia global (uma possibilidade da tecnologia) traduziu-se em reduções, subcontratações (onde o trabalhador perde regalias sociais e laborais), trabalho em rede, flexibilidade (...) individualização do trabalho (...)

Cinquenta a 90 por cento dos novos postos de trabalho, alguns deles muito bem pagos, refletem esta matriz, assente nas relações laborais despadronizadas (*idem, ibidem*: 156).

O Lugar da Tecnologia no Jornalismo

A análise de Castells auxilia-nos a atribuir à tecnologia um peso social muito dependente do quadro de valores que molda cada época.

Ao analisar o papel do taylorismo (o mundo do trabalho – pessoas e máquinas – deve organizar-se de acordo com uma lógica científica, promotora da eficiência e do aumento da produção) no desenvolvimento das tecnologias da informação, João Pissarra Esteves discorre sobre o poder manipulador que estas permitem alcançar:

"O taylorismo (...) gigantesca operação de engenharia social (...) impôs sobre a totalidade do processo produtivo um controlo minucioso do saber e da informação, que está na génese do desenvolvimento das chamadas tecnologias da informação" (2003: 175).

O que corresponde à lógica desses suportes não é a essência científico-tecnológica, que lhes está intrinsecamente associada, mas sim a forma como esses dispositivos contribuem para, manipulando a informação que alimenta as relações de trabalho, aumentarem a eficácia produtiva.

A aplicação desse “entrelaçamento da informação e da tecnologia”, proposto pelo taylorismo, ao mercado do consumo, e já não apenas à produção, criou um potencial de regulação e de padronização de comportamentos. Os dispositivos tecnológicos, entretanto criados, contribuíram para o desenvolvimento do campo da manipulação comunicacional que, assente nas estratégias de *marketing* e de publicidade, permitiram “o estrito controlo instrumental sobre o consumo”, condicionando “os seus agentes, os consumidores” (*idem, ibidem*: 176).

Já na década de 80 do século passado, essa matriz de ação é conduzida ao extremo. Sobrepõe-se um amplo quadro de diretrizes, impostas pelo mercado, que a tecnologia amplia. Levy sintetiza de forma clara o verdadeiro papel social da tecnologia:

“Sendo portadora de cultura e valores, a tecnologia não determina uma praxis social, até porque não é uma entidade que age sobre o homem de forma autónoma. Uma vez inserida no quotidiano, a tecnologia condiciona e potencia mudanças” (*apud* Bianco, 2004: 2).

Betty Medgser avalia esse impacto amplificador da dimensão tecnológica no jornalismo, realçando, exatamente, que o jornalista deve controlar a tecnologia e utilizá-la, exclusivamente, na medida em que ela seja assumida como um elemento auxiliar,

que contribua para melhorar a “substância da pesquisa, da apresentação e da distribuição dos conteúdos”:

"Observando as suas diversas formas, novas e poderosas ferramentas podem ser usadas para melhorar o jornalismo e não devem ser vistas como um elemento exterior incontrolável que determine o conteúdo do jornalismo, e que, apesar da distribuição instantânea que possibilita, diminua ou erradique os valores que o moldam – justiça, honestidade, precisão e integridade" (2000: 202).

A tecnologia atua mais sobre a forma do que sobre o conteúdo do jornalismo, mesmo quando a primeira tem naturais reflexos no segundo. Como já aqui assinalámos, o papel que o jornalismo cumpre na sociedade (suprir a necessidade de informação das pessoas com vista à sua formação individual e consequente participação na democracia) constitui-se como o cerne inegociável da sua missão; haverá jornalismo enquanto for possível preservar – envolto numa cápsula protetora – esse valor inalienável, que resiste às influências exteriores, incluindo as associadas à tecnologia, que afetam o campo jornalístico. A dimensão que está a deformar a essência do jornalismo, pondo em perigo o quadro de valores que o protegem, é, como aqui assinalámos, a dimensão económica.

A tecnologia (sempre assim foi, sempre assim será) terá, pois, inevitáveis efeitos indiretos no jornalismo. Afinal, o jornalismo só cumprirá o seu papel na sociedade se chegar às pessoas. E precisa de um suporte para tal. Mark Deuze destaca essa interdependência entre o jornalismo e a tecnologia, quando sublinha a “premissa básica” do jornalismo: “a transmissão básica e perceptível de informação” (2006: 17).

As origens do jornalismo estão, aliás, associadas ao suporte tecnológico que permitiu a difusão da informação. Esse suporte tecnológico permitiu a criação de laços simbólicos entre públicos fisicamente afastados. Como assinala João Pissarra Esteves, associados à imprensa, o telégrafo e o comboio possibilitaram a criação de “fluxos de comunicação na sociedade” que proporcionaram “uma troca de informações muito mais sistemática e fluida” que rompeu as barreiras físicas, permitindo essa união simbólica de públicos de discussão com interesses semelhantes (2003: 27 e 28).

Ao longo das épocas, diversas plataformas tecnológicas, desde a máquina de impressão ao telégrafo, passando pela rádio, pela televisão, pelo satélite, pelo cabo, pelas plataformas *multimedia* digitais, têm permitido o cumprimento dessa premissa da distribuição de informação que sacia a fome que todos temos de notícias.

Novas Tecnologias Apressam Diluição das Fronteiras Protetoras do Jornalismo

Érick Neveu considera que a interdependência entre o jornalismo e as novas tecnologias, sobretudo a chegada do *multimedia*, “redefiniu as competências profissionais”, ameaçando produzir efeitos decisivos no devir do jornalismo. Sem bases sólidas, mais preocupado com as receitas do que com a missão original, o jornalismo corre o risco de se “banalizar (...) num *continuum* das profissões da comunicação” (2001: 115).

José Luís Garcia e Pedro Alcântara da Silva entendem que os efeitos da tecnologia na diluição das fronteiras do jornalismo é de âmbito mais geral, anterior, portanto, à inter-relação do jornalismo com as novas tecnologias digitais:

"A eletrónica, a informática, a fibra ótica, as redes, o cabo, os satélites, entre outro fatores, contribuem para alterar os (...) parâmetros da identidade profissional. Nas redações, os jornalistas passam a trabalhar com outros profissionais (publicitários, *designers*, tecnólogos e peritos do sistema de informação em rede), sem que as fronteiras que antes os separavam, físicas e simbólicas, se estejam a conseguir impor" (2009: 134).

O processo de diluição das fronteiras do jornalismo deve ser buscado no momento em que o jornalismo de mercado se impõe como bastião. Um recuo ao século XIX, quando a *yellow press* promove a ampliação dos factos dramáticos em nome, já nessa época, da maximização de audiências, ajudar-nos-á a encontrar o ponto de impacto. Eleger o sensacionalismo valor notícia é, desde logo, um desvirtuamento da própria ação profissional e dos princípios que lhe estão associados. Desde a sua génese, a ação quotidiana exige profissionais divididos entre o público e o lucro, entre o jornalismo e o *marketing* que torna as notícias atrativas.

Bill Kovach e Tom Rosenstiel entendem que o jornalismo só conseguirá escapar dessa “ameaça de poder ser submergido pelo mundo da retórica comercial” se os jornalistas “manifestarem um cada vez maior entendimento e compreensão” relativamente aos elementos (valores) que enquadram o jornalismo, a única marca distintiva da profissão (2007: 254). Essa tarefa, contudo, depende, como vimos, cada vez menos dos jornalistas.

O Potencial Tecnológico

A *terceira geração do jornalismo*, de que nos falavam Jean Charron e Jean Bonville, ou o novo paradigma, como aqui o classificámos, é fruto da contaminação do

jornalismo pela lógica do mercado, mas as proporções que o fenómeno atingiu ficam, de facto, a dever-se às novas tecnologias.

Cada novo dispositivo tecnológico associado ao jornalismo tem efeitos significativos na receção: aumenta a rapidez, a clareza, baixa os custos da produção e distribuição de conteúdos, sobretudo a partir do momento em que a utilização desses novos meios se generaliza. A tecnologia cria novos meios e promove alterações na operatividade dos tradicionais:

“É hoje muito mais barato ser jornalista do que era há cinco ou dez anos. Com um telefone móvel, uma câmara portátil e um computador com Internet, os jornalistas tornaram-se muito mais produtivos (...) A ITN britânica reduziu os custos fixos em 40 por cento, cortando no número de profissionais (...) Os *media* tradicionais são hoje tecnologicamente mais sofisticados, mas os custos diminuíram graças à tecnologia” (Beckett, 2008: 12 e 13).

Avaliaremos, no próximo capítulo, os efeitos que os cortes, e a acumulação de funções potenciados pela tecnologia, tiveram na qualidade do jornalismo.

A mobilidade tecnológica, associada à ação jornalística, altera os ritmos de produção da informação e esbate as fronteiras temporais entre a recolha/seleção e a emissão. Os meios audiovisuais tradicionais passaram a apostar nos diretos:

“A possibilidade técnica de uma informação em *tempo real* contribui para uma forma de redefinição de notícia, doravante associada ao direto, aferida pelo seu poder de colocar o público a partilhar uma ação, se possível emocional (...) enquanto ela se desenrola” (Neveu, 2001: 122).

A informação 24 horas, com diretos do mundo inteiro, e a chegar por cabo a casa de cada um, impõe, pois, uma nova cultura informativa, a cultura da velocidade informativa, com reflexos negativos assinaláveis na qualidade do jornalismo. A *CNN* assume-se como a estação televisiva promotora dessa nova cultura. A explosão da marca *CNN* ficou a dever-se, exatamente, à adaptação da tecnologia à informação televisiva⁶⁷.

Ignacio Ramonet chama a essa velocidade tecnológica da informação televisiva a *televisiofonia* (a televisão adquire capacidades tecnológicas que anteriormente eram marca distintiva exclusiva da rádio) que, apostando “no fascínio pelo direto”, está a aprisionar o jornalista e o jornalismo, limitando a ação profissional no terreno: os correspondentes são obrigados a permanecer perto das antenas móveis, e impedidos de procurar informações (1999: 32 e 33).

⁶⁷ A *CNN*, no ar, em direto, 1440 minutos por dia, precisa de preencher esse espaço, “o que significa que há menos tempo para verificar a informação” (Kovach e Rosenstiel, 2010: 39).

Bonnie Anderson considera que esta tendência adquire contornos relevantes na cobertura de acontecimentos, a que a agenda dos *media* aplica o rótulo de acontecimentos de interesse global:

"O correspondente é literalmente arrastado para um microfone e uma câmara, permanentemente em direto, para satisfazer o apetite de programas de informação que se sucedem uns atrás dos outros. Como resultado, o repórter fica sem possibilidade de cumprir a sua função, fazer reportagem, entrevistar os protagonistas do acontecimento, fazer telefonemas, recolher informação ou, até, de se aproximar fisicamente do local onde a ação decorre (...) Os repórteres ficam obrigados a repetir a mesma informação, ainda que de forma diferente" (2004: 31).

A nova cultura informativa força a adoção de uma lógica que abala, ainda mais, o edifício do jornalismo: publicar, emitir primeiro, verificar depois. A concorrência força o surgimento constante de factos novos, e as preocupações jornalísticas de verificação começam a passar para segundo plano. A mediação jornalística, entre o acesso/recolha/seleção da informação e a respetiva publicação vai-se perdendo.

As fontes com interesses determinados, conscientes desses efeitos da associação entre a tecnologia e o jornalismo, começam a aperceber-se que basta afirmarem, serem assertivas, para que a informação que querem veicular seja difundida. A possibilidade de não existirem os filtros da verificação passou a ser muito elevada. A informação é contaminada: "O boato, o rumor, as alegações, as acusações, as suposições, as hipóteses passam para a audiência diretamente" (Kovach e Rosenstiel, 2010:38-40).

A tecnologia tem o poder de aproximar, muito mais rapidamente, os cidadãos das notícias que alimentam a fome informativa de cada um de nós. Esse alimento contribui, decisivamente, para a formação individual e constitui-se pilar na defesa e consolidação de uma sociedade democrática. A associação da tecnologia ao jornalismo, num ambiente social moldado pela lógica do mercado, proporcionou, como assinalámos, a ampliação dos efeitos negativos registados pela contaminação desse ambiente. Ao longo das épocas, a tecnologia tornou a informação mais acessível, mas não necessariamente mais fiável.

Philip Meyer atribui às novas tecnologias a responsabilidade pelas sucessivas ruturas nos modelos de negócio associados às notícias. De facto, o que torna imperscrutável o futuro é esse peso que as novas tecnologias têm na "forma inesperada" com que impõem alterações nas fórmulas de sucesso. E "o passado nem sempre serve

de prólogo” (2004: 1 e 2), tornando invisíveis, ou pelo menos, inalcançáveis com a rapidez que seria desejável, novas receitas de sucesso. A associação da Internet ao jornalismo veio complexificar essa dificuldade de planejar:

“O negócio das notícias, com a ênfase colocada na tecnologia mais recente, torna o planeamento a longo prazo muito difícil (...) O potencial da Internet é imenso e através dele podemos ter desempenhos maravilhosos. Perceber como tornar esse potencial lucrativo exige uma longa série de experiências, de erros, mas exige, igualmente, empresas com capacidade de resistência ao fracasso” (*idem, ibidem*: 78, 218).

O contexto económico acentua a fragilidade desses processos: receitas insuficientemente testadas, determinam longos processos de adaptação, que abrem espaço a um *loop* negativo: quanto maior a fragilidade económica, mais difíceis se tornam os processos de adaptação dos meios tradicionais.

A interligação entre a tecnologia e o jornalismo deve motivar uma área académica de ensino e de estudo nos cursos de comunicação/jornalismo. Cabe à academia esse papel determinante na descodificação dos efeitos das variáveis que influenciam o jornalismo, antecipando-os, se possível, de forma a limitar o seu impacto quando, por fim, esses efeitos se impuserem; mas, também, refletindo sobre os modelos de entrecruzamento do jornalismo com as mutações que essas variáveis suscitam, com o propósito claro de preservar a missão e os valores do jornalismo.

CAPÍTULO 3

OS EFEITOS DA INTERNET NO JORNALISMO

(O Binómio Economia-Tecnologia)

O futuro do jornalismo parece depender, cada vez mais, do investimento da universidade, e de todos os agentes que promovem e legitimam a aquisição do saber, na investigação de uma *terceira via*, que assuma o jornalismo como um processo de comunicação passível de o fazer participar na reconstrução do espaço público. Como assinalámos no capítulo anterior, essa *terceiravia* é o ponto intermédio entre dois extremos: por um lado, a expressão de uma visão idealista que atribui ao jornalismo a responsabilidade exclusiva de reestruturar a esfera pública, por outro, a resignação fatalista de que o jornalismo é mero produto do mercado, e, como tal, incapaz de assumir qualquer papel em defesa da democracia. A investigação dessa *terceira via* é, pois, o caminho; e os resultados dessa investigação devem chegar, rapidamente ao ensino e, como consequência ao jornalismo.

A criação de pontes entre a universidade e o mercado impõe-se, assim, como um dos pilares em que deve assentar a reestruturação do campo jornalístico.

A Internet e as novas tecnologias amplificaram os efeitos negativos da lógica do mercado, provocando alterações na matriz do jornalismo; contudo, a Internet e as novas tecnologias parecem condensar, igualmente, um potencial purificador.

O investimento académico na investigação de uma *terceira via* deve romper com o maniqueísmo que ameaça emparedar os esforços de análise. Ao jornalismo não poderá, de facto, ser atribuída, em exclusivo, a responsabilidade de promover o debate e a participação do público na Esfera Pública, também porque o campo da comunicação se complexificou de forma tal que as fronteiras, que assinalavam a identidade do jornalismo, forçosamente se diluíram; cada um de nós acede à informação em tempo real, usando uma infinidade de canais disponíveis, dispensando a mediação jornalística. Mas o jornalismo também não poderá, sozinho, monitorizar a esfera pública e o potencial destruturador que ela transporta.

Este cenário transmutado, ao mesmo tempo que parece distanciar-nos da visão idealista de um jornalismo enquanto força vital de promoção da participação e do reforço

do poder de cada indivíduo no processo democrático, de que nos falava Peter Anderson, tem, de facto, potencial para nos apontar esse trilho.

A *terceira via*, que desenvolveremos neste terceiro capítulo, terá em consideração os contextos social, político, económico e tecnológico atuais, promovendo o exercício complexo de reatribuir ao jornalismo esse papel de *força vital* da democracia que, mesmo sujeito às influências dos diversos contextos, não se deixe dominar por nenhuma das dimensões que o moldam.

A LONGA VIDA DAS PLATAFORMAS MEDIÁTICAS

Um homem é corpo e espírito. No momento em que precisou de alimentar o corpo, o homem sentiu necessidade de alimentar a alma. A fome de conhecimento começa a ser saciada com o mesmo ímpeto natural com que foi saciada a fome física.

A arte rupestre – o desejo de partilha dos pesadelos gráficos, cujos símbolos ao mesmo tempo que alimentavam o corpo atormentavam o espírito – emoldurou para a eternidade uma das primeiras formas de comunicação.

Molotch e Lester identificaram essa “necessidade intrínseca” esse “instinto” que, desde os primórdios, o homem revelou para “saber o que se passa para além da sua própria experiência direta” (1974, *apud* Kovach e Rosenstiel, 2001: 5).

A arte rupestre constitui, assim, o primeiro paradigma comunicacional. A linguagem e a escrita impuseram-se a seu tempo, seguindo o curso da dinâmica histórica. Nenhuma forma de comunicação anulou a anterior. Os diferentes paradigmas comunicacionais apuraram-se em interseção violenta mas permanente. Como concluem Bill Kovach e Tom Rosenstiel, avaliando os efeitos das novas tecnologias digitais, “já vivemos isto”:

“Na história da civilização humana assistimos a oito transformações nos modelos de comunicação que, na sua essência, não foram menos profundos e transformadores do que o que estamos a viver agora: da arte rupestre à linguagem oral; do mundo da escrita ao mundo da imprensa; do telégrafo à rádio; da televisão ao cabo e agora a Internet (...) As mudanças em marcha não são maiores do que as que conduziram ao surgimento da imprensa independente do século XIX” (2010: 12, 195).

Analisar a história no momento em que ela decorre é um exercício complexo que, ainda assim, desafia muitos autores. Uns partilham da visão de Kovach e Rosenstiel, resistindo a cavalgar a onda de euforia, cuja forma, para outros, a Internet e

a tecnologia digital precipitadamente assumiram. O passado serve de guia ao percurso analítico dos diversos autores.

Todd Gitlin assinala que a Internet impõe um “oceano de mudanças” no vasto universo da comunicação, mas, como Kovach e Rosenstiel, considera que o momento já tem paralelo na história da comunicação: “a substituição da cultura oral pela escrita na Grécia Antiga, ou a impressão nos séculos XV e XVI na Europa” (2011: 94). Rosental Alves, que, como veremos ao longo deste capítulo, foi dos que se deixou tentar pela euforia, restringe o campo de comparação “à invenção do tipo móvel por Gutenberg”, em 1542: como a Internet, a impressão “transformou a humanidade ao ampliar as possibilidades de disseminação do conhecimento” (2006: 95). Clay Shirly sustenta que devemos olhar, igualmente, para o lado negativo, para “o caos” que sobressai nas grandes mudanças. O alerta do autor serve de efeito limitador à euforia desenfreada suscitada pela revolução digital:

“A circulação das cópias da obra de Aristóteles e da de Galileu provocou um choque entre o conteúdo original e o da cópia, e esse choque manchou a fé que existia nos clássicos (...) As pessoas ficaram sem saber o que pensar. Se não podiam confiar em Aristóteles, confiavam em quem?” (2011: 40 e 41).

Mário Mesquita alerta, igualmente, para “a incerteza do futuro” que transparece a cada novo modelo de comunicação. A “aura de novidade” associada à invenção de Gutenberg lançou um esteio de dúvida no momento em que os primeiros sinais despontaram:

“Os constantes problemas financeiros de Gutenberg, nos primeiros tempos da imprensa, são sinal disso: os processos por dívidas que lhe foram movidos nos tribunais de Estrasburgo constituem, aliás, um precioso registo para os historiadores da imprensa” (2000: 65).

A história demonstra que as sociedades têm tendência a resistir ao novo com excessiva reserva, ou a glorificá-lo com demasiada euforia.

A cada nova mudança de paradigma comunicacional, novas quebras num processo se interpõem, rompendo a zona de conforto da linearidade, lançando o caos e a incerteza.

Jane Chapman e Nick Nuttall entusiasmaram-se com o digital, atribuindo-lhe uma relevância superior a todos os anteriores modelos de comunicação:

“Os académicos têm salientado a forma como as tecnologias da comunicação, desde a ferrovia, ao telégrafo, passando pelo telefone, pela rádio e pela televisão têm alterado a

nossa percepção sobre as fronteiras globais e a distância, sobre o tempo e o espaço. A Internet e a *world wide web*, a mais recente destas tecnologias da comunicação, será, sem dúvida, a mais significativa" (2011: 6).

Para os autores, a força da Internet reside na sua própria natureza - essa identidade "intrigante" que lhe permite ser, ao mesmo tempo, "um meio rival e um meio que permite a continuidade da imprensa mas numa forma nova" (*idem, ibidem*: 7).

Marshall McLuhan, num estudo detalhado sobre os efeitos sociais da galáxia de Gutenberg, considera que o impacto da "revolução eletrónica", que se lhe seguiu, constitui, ainda assim, um efeito "menos perturbador e desconcertante" do que aquele a que a história assistiu com "a revolução da alfabetização fonética para as antigas sociedades tribais ou fechadas" (1972: 23):

"Mesmo sem colisão, essa coexistência de tecnologias e de estados de consciência provoca traumas e cria tensões em todas as pessoas vivas. As nossas atitudes mais comuns e convencionais parecem subitamente transmutadas (...) Essas múltiplas transformações são a consequência normal da introdução de novos meios de comunicação" (*idem, ibidem*: 337).

Passado o impacto inicial, as duas galáxias haveriam de encontrar formas de complementaridade, tornando-se a nova tecnologia uma extensão do homem, contribuindo, dessa forma, para destruir as barreiras que condicionavam o processo de comunicação.

Bill Kovach e Tom Rosenstiel consideram, por isso, que um padrão se sobrepõe a cada imposição de paradigma comunicacional: "Cada novo método de comunicação tornou a troca de informação mais fácil, mais estruturada e mais relevante" (2010: 12).

A história demonstra-nos, assim, que o momento disruptivo que atravessamos não é por isso propício a previsões definitivas: "Nem os revolucionários conseguem prever o que acontecerá a seguir" (Shirly, 2011: 40). A grande mudança imposta pela Internet ainda se instala, deixando um emaranhado de pequenas mudanças que lançam a confusão e o caos nos meios clássicos.

Permanece, igualmente, por avaliar, plenamente, o impacto da interseção da Internet com o jornalismo. Uma vez mais, estados de euforia e de pessimismo ocupam o mesmo palco analítico.

Eric Newton avalia os efeitos da Internet no jornalismo, partindo do ponto de comparação utilizado por outros autores, a impressão:

"É o desenvolvimento mais profundo, desde que a impressão por tipos móveis nos abriu as portas da era da comunicação de massas. Está a mudar tudo: quem é jornalista, o que é

uma história, que meio devemos usar para cada notícia e como nos devemos relacionar com as comunidades, aqueles a que antes chamávamos audiências” (2012: 2).

Charlie Beckett transporta para o jornalismo os sinais positivos que Kovach e Rosenstiel identificam no campo mais vasto da comunicação. Referindo-se aos efeitos do mundo digital no jornalismo, o professor britânico admite que, para aqueles que habitualmente refletem sobre a história dos *media* de uma forma mais sistemática, seja fácil concluir “que o jornalismo está a melhorar em quantidade e qualidade” (2008: 32). A observação carece de um posterior reenquadramento analítico, mas, nesta fase, discutimos, ainda, mais forma do que conteúdo.

Ignacio Ramonet limita a visão algo eufórica da Internet, que faz tese desde final dos anos 90 do século passado. Na ótica de Ramonet, associada ao jornalismo, a Internet é, apenas, mais um meio:

“Não irá substituir a imprensa em papel. Tal como a televisão também não suplantou a rádio ou o cinema, nem este o teatro ou a ópera (...) A história dos *media* é o relato de um empilhamento” (2011: 127).

A inovação tecnológica associada aos *media* determina, portanto, “uma redefinição dos meios tradicionais”, sem perspetivar “mortes anunciadas”:

“Quando surgiu a rádio falou-se do fim da imprensa em papel (...) com o aparecimento da televisão houve vozes que anteciparam o fim da imprensa em papel e da rádio. De momento, como podemos constatar, convivem os três meios tradicionais, é certo que cada um com as suas características próprias mas todos integrados num mapa de meios onde desempenham papéis complementares” (López, 2006: 126).

João Pissarra Esteves deteta, não apenas, essa inevitável readaptação dos meios tradicionais, quando confrontados com o surgimento de novas plataformas tecnológicas de mediação, como opta por retirar ênfase às “euforias” provocadas pela erupção de novos sistemas comunicacionais:

“O clima que a Internet hoje suscita não é, afinal, muito diferente (em grau e nas suas razões) de outras euforias de um passado mais ou menos recente motivadas pelas tecnologias do cabo e dos satélites, por exemplo, ou mesmo antes, pela rádio e pela televisão aquando do seu aparecimento” (2003: 188).

Peter J. Anderson, Anthony Weymouth e Geoff Ward (2007) recuam aos anos 20 do século passado, e aos primórdios da rádio, para concordarem que, encaixada entre a imprensa e a televisão, que começaria a impor-se três décadas mais tarde, a rádio não destruiu a primeira e também não paralisou perante o avanço da televisão. No século XXI a rádio, na versão digital, “consegue impor-se como extraordinária história de sucesso dos tempos modernos” (2007: 28 e 29).

O processo comunicacional, intermediado pela nova tecnologia, assumirá, pois (previsivelmente) maior robustez, maior complexidade, propiciará maior participação, mas os meios que antes o intermediavam não desaparecem, antes se adaptam, resistindo à violência dos impactos; idealmente adotando as marcas positivas que promovem um novo processo comunicacional. Ao mesmo tempo que os meios tradicionais assumem marcas distintivas dos meios digitais, também estes tenderão a aprofundar o elemento narrativo que tomou conta da discursividade dos *media* tradicionais, a imagem:

"A dimensão escrita do ciberjornalismo será, provavelmente, ultrapassada pela dimensão audiovisual, o que significa que poderão reproduzir-se no ciberespaço os mesmos fenómenos que já se verificam no jornalismo televisivo, ou seja, o domínio da imagem e a tendência para as mensagens muito curtas" (Mesquita, 2000: 73- 74).

A complementaridade entre as plataformas será, pois, o lema. E essa evidência trará, certamente, novos desafios ao jornalismo e à formação académica na área. Fará sentido replicar modelos de formação que, nas variantes profissionais, insistam na criação de fronteiras entre as diversas plataformas, como se a essência do jornalismo tivesse de submeter-se à especificidade dos dispositivos tecnológicos que distribuem a mensagem? Bill Kovach e Tom Rosenstiel colocam a tecnologia e o jornalismo no lugar que, de facto, lhes compete:

"A tecnologia pode alterar a distribuição de informação e a forma dessa distribuição pode criar novos incentivos económicos para as empresas e para as pessoas envolvidas nesse processo de distribuição. Mas não altera a natureza humana nem a necessidade que as pessoas têm de informação" (Kovach e Rosenstiel, 2010: 173).

Processos de Interligação entre os Diversos Meios

Os meios eletrónicos são consequência direta da evolução da tecnologia. Neste contexto, o ponto de arranque situa-se em 1500 com a impressão. O processo evolutivo conquista novo impulso três séculos mais tarde, com o telégrafo. A grande vantagem dos meios eletrónicos, de alguma forma já expressa pelo telégrafo, duzentos anos antes do advento da rádio, foi essa possibilidade de alargar a comunidade dos que, ao mesmo tempo, recebiam uma mesma mensagem. Esse facto, associado à possibilidade do ato da receção da mensagem não estar sujeito, como no jornal impresso, à necessidade de saber ler, agitou a imprensa, forçando um inevitável processo de adaptação.

A televisão, cujas primeiras emissões datam de finais dos anos 20, só começa a influenciar, de forma decisiva, a rádio e os jornais, forçando a adaptação de ambos, na década de 50. A plena convivência entre os três meios resulta de processos vários de posicionamento de cada um, num esforço de maturação das especificidades:

“Deixou de ser suficiente reportar as notícias. Os jornais tiveram de se tornar mais analíticos, uma vez que as pessoas tinham acesso aos factos antes de os verem reproduzidos nos jornais (...) Com os jornais, os leitores podiam escolher os artigos que queriam ler, pondo de parte os que não lhes interessavam. A rádio tornou as notícias mais intimistas e nacionais. A televisão unificou a comunidade” (Kovach e Rosenstiel, 2010: 18).

Dominique Wolton classifica a televisão como o instrumento unificador por excelência da sociedade atomizada:

"É o vínculo social (...) o *barqueiro*, o grande *mensagemero* da sociedade das solidões organizadas, reduzindo as terríveis exclusões da sociedade de massas. Porque o drama da sociedade de massas é que não há ninguém entre os indivíduos e a sociedade, e o papel essencial da televisão é assegurar uma espécie de *vaivém* entre os dois extremos da escala social" (1990: 157, 341).

Esta adaptação dos meios, que, no caso da imprensa, haveria, aos poucos, de sacrificar os jornais da tarde, não deixou, contudo, de resultar num mapa mediático em que a complementaridade se impôs de tal forma que, em termos de negócio, os resultados não parariam de crescer até ao início do século XXI.

Na dúvida sobre o que realmente irá acontecer ao jornalismo e aos meios tradicionais, uma evidência parece sobrepor-se: a longevidade das plataformas clássicas e das marcas tradicionais que, no campo jornalístico, estão associadas a esses meios ameaça resistir ao rastilho de pavio curto que tem assinalado a vida de milhares de sítios de informação online. Charlie Beckett questiona isso mesmo:

“Esperamos para ver a longevidade do *Facebook* ou mesmo do *Google*, comparando-a com a da centenária *Reuters*, mas nenhum negócio conquistou o inalienável direito de durar para sempre” (2008: 74).

O impacto da Internet no jornalismo, certamente não teria tido o efeito que hoje lhe reconhecemos, e que analisaremos ao longo deste capítulo, se o processo de associação do novo meio ao jornalismo não tivesse sido inteiramente liderado pelo mercado. O negócio dos *media* entendeu que a Internet seria um meio para catapultar as receitas e, essa lógica efémera, tornou-se dominante. As barreiras que se ergueram entre as plataformas serão fruto dessa precipitação.

Em nosso entender, a academia não conseguiu criar o distanciamento suficiente para detetar a tempo o impacto da nova plataforma no jornalismo, desde logo refletindo sobre a reorganização do mapa dos meios, definindo o lugar próprio da Internet, que não anulasse as especificidades dos outros lugares das plataformas clássicas. cremos, aliás, que os trabalhos de uma parcela significativa da academia, revelados a partir de finais dos anos 90 do século passado e ao longo da primeira década do século XXI, contribuíram, decisivamente, para elevar a Internet ao estatuto de plataforma dominante no jornalismo, sem contar que o digital, ao mesmo tempo que afirma o potencial reestruturador do jornalismo, transporta, igualmente, os ingredientes que podem ditar o seu fim.

No mercado e na academia parecia emergir a ideia de que a Internet seria o processo depurador de todos os problemas do globo.

Giovanni di Lorenzo, diretor do semanário alemão, *Die Zeit*, um jornal que resiste à crise que afeta a imprensa em papel, observa, em muitas análises, a ideia de que Internet se afirma como "crença para-religiosa, ideologia", que força a que seja encarada como "a única esperança, a única saída" (*El País*, 31 de outubro de 2010). Mário Mesquita, ainda nos primeiros tempos da afirmação do novo meio, interpretava esses mesmos sinais:

"A ideia de uma ideologia da comunicação - quase diria, sem rigor, uma religião da comunicação - que se apresenta como uma espécie de panaceia universal de todos os problemas, como se as novas tecnologias pudessem resolver, num passe de mágica, as questões políticas, económicas e sociais" (2000: 64).

Teremos aprendido pouco com as experiências passadas. Como observámos, no século passado assistimos à reorganização/readaptação do campo dos *media*, que ocorreu, aliás, com relativo grau de sucesso.

SUSTENTABILIDADE DO JORNALISMO NA REDE

Marcas de Referência Geram Maiores Audiências mas Menores Receitas

A crise do jornalismo no século XXI não é uma crise de audiências. É uma crise de sustentabilidade financeira.

Estudos desenvolvidos pela Escola de Jornalismo da Universidade da Carolina do Sul assinalam a longevidade das marcas jornalísticas de referência:

"Mesmo no universo dos novos *media*, os cidadãos tendem a confiar num número muito limitado de fontes, apresentadas por um número igualmente muito limitado de sítios de

meios tradicionais (...) Os suspeitos do costume: *New York Times*⁶⁸, *Associated Press*, *BBC*, *Reuters* (...) Na prática, mesmo no século XXI, procuramos a autoridade em que podemos confiar, ainda que o universo da escolha se expanda diariamente” (Kovach e Rosenstiel, 2010: 152).

Na análise que fazem do jornalismo americano, Leonard Downie Jr. e Michael Schudson chegam à mesma conclusão:

“As marcas continuam a ter importância na Internet (...) os *sites* com maior tráfego estão associados às marcas de confiança que separam os factos da ficção (...) Por exemplo, a *Wikipedia*, a enciclopédia da Internet escrita e editada pelos utilizadores, começou a restringir os seus critérios de edição quando alguns utilizadores começaram a *postar* informações falsas (...) Muitas das entradas estão agora pejadas de notas de rodapé a sugerirem verificações e a remeterem para sites de marcas de confiança” (2009: 55).

Charlie Beckett, mesmo reconhecendo aos *blogs* a possibilidade de, em determinadas situações, assumirem a função de *watchdog* dos jornalistas, admite que confia mais nas notícias dos meios tradicionais: “Eu vou à *Reuters* em vez de ir ao *Little Green Footballs*⁶⁹ para consultar notícias” (2008: 63).

Num tempo em que a tecnologia facilita o acesso a uma rede povoada de mensagens, o grau de confiança das marcas tradicionais impõe-se, sobretudo porque a produção de conteúdos jornalísticos originais não constitui matriz das novas vozes: “A maioria dos *blogs*” americanos, associados à emissão de notícias, vão buscá-las a “sítios de jornais ou a outros dedicados exclusivamente à reportagem” (Gitlin, 2011: 96).

Um estudo do Instituto *Nielsen NetRatings* feito em 2010 a duas centenas de sítios de informação, com origem nos Estados Unidos da América, prova que 67 por cento do tráfego é gerado pelos meios de comunicação tradicionais. Os restantes 33 por cento representam tráfego associado a agregadores de conteúdos, onde a maioria das fontes agregadas tem origem nos meios tradicionais. O estudo deteta ainda a troca de conteúdos informativos gerada nos *blogs* e redes sociais e conclui que 80 por cento dessa interação provém, igualmente, dos meios tradicionais (*apud* Ramonet, 2011: 14, 134).

A fiabilidade das marcas tradicionais não parece, por isso, ameaçada, como também não estão ameaçadas as audiências geradas pelos conteúdos produzidos por essas marcas; essa confiança serve pouco ao futuro do jornalismo de qualidade:

⁶⁸ O *New York Times* tira por dia 950 mil exemplares, mas é lido por 43,7 milhões de internautas (Ramonet, 2011: 14).

⁶⁹ O *Little Green Football (LGF)* é um “*blog* de direita com algumas obsessões políticas”. Ainda assim, apesar de encaixar na linha editorial do sítio, em 2006 o *LGF* provou que a fotografia da autoria de um fotógrafo *freelancer*, denunciando um bombardeamento israelita sobre Beirute, durante o conflito com o Hezbolah, era, afinal, falsa (Beckett, 2008: 63).

“A circulação de notícias originalmente produzidas pelos jornais (...) não contribuiu para manter postos de trabalho e de nada serve para garantir a viabilidade económica da imprensa de referência”. (Gitlin, 2011: 96 e 97).

Neste contexto, Ignacio Ramonet conclui que “o modelo económico clássico (do jornalismo) está a desintegrar-se” (2011: 11-12). O autor não resolve, todavia, o problema da sustentabilidade do jornalismo de referência, provocado por essa desintegração, antes recorre a uma alegoria para caracterizar o seu novo estado: “está na mesma situação de Gulliver quando chegou à ilha dos liliputianos, transportado por milhares de seres minúsculos” (2011: 22). O que essa miríade de sítios online transporta é, afinal, o jornalismo produzido pelos órgãos de comunicação social de referência.

Um estudo, publicado em 2007 pela *World Association of Newspapers*, dirigido aos hábitos de leitura dos mais jovens, vem reforçar o estatuto dos meios tradicionais. Apesar de, crescentemente, os mais jovens se dissociarem do contacto com esses meios, uma vez que acedem à informação, sobretudo, online, o grau de confiança da “geração das redes sociais” relativamente aos meios tradicionais é maior do que o que revelam pelos novos (*apud* Beckett, 2008: 72).

Nos Estados Unidos da América e nesta faixa etária, o jornal ocupa a última posição no *ranking* dos meios informativos⁷⁰, mas este facto traz associado uma “injusta ironia”:

"Quando um jovem leitor navega na rede em busca de informação política, normalmente termina a navegação num agregador de conteúdos jornalísticos, que, originalmente, foram produzidos por jornais em papel, sem que tal contribua para salvar empregos ou aumentar as receitas das empresas proprietárias desses jornais" (Alterman, 2011: 5).

A Internet não veio roubar espaço aos meios tradicionais, antes o ampliou, mesmo num cenário em que a oferta se diversificou de forma explosiva:

"Quando somamos os números das velhas e das novas plataformas muitos meios tradicionais assistem ao crescimento das suas audiências. A crise criada na indústria das notícias pela tecnologia tem mais a ver com a receita" (Kovach e Rosenstiel, 2010: 23).

De facto, a distribuição de conteúdos grátis numa plataforma de potencial ilimitado, embora desaproveitado e revelando dificuldade em gerar receitas, teve como consequência imediata o reforço da fragilidade financeira dos jornais tradicionais.

⁷⁰ De acordo com o estudo “*Abandoning the News*”, editado pela *Carnegie Corporation*, 39 por cento dos inquiridos com menos de 35 anos utilizam a Internet para aceder a notícias, contra 8 por cento que afirmam confiar nos jornais (*in* Alterman, 2011: 5).

Não diminuiu, portanto, o número de leitores; não diminuiu o número de ouvintes; não diminuiu o número de espectadores. A drástica diminuição das receitas está a inviabilizar a sustentação dos meios clássicos; e as plataformas digitais, associadas a esses meios clássicos, não geram encaixes financeiros passíveis de suportar os custos do jornalismo de qualidade: “Uma coisa é clara, seja qual for a leitura na Internet, ela não é rentável” (2011: 95). “Este meio, celebrado em todo o mundo como o futuro do momento, sabe fazer de tudo menos ganhar dinheiro” (Di Lorenzo, *El País*, 31 de outubro de 2010).

A Internet afastou os anúncios das notícias (Kovach e Rosenstiel, 2010: 7), porque os jornais deixaram de ser intermediários do mercado; os anunciantes passaram a chegar diretamente aos consumidores, cada vez mais em processo de migração do papel para o ambiente digital, onde podem ler notícias sem pagar (Starr, 2009: 4).

A crise dos meios informativos, que é, sobretudo, uma crise da qualidade do jornalismo por eles praticado, resume-se, afinal, a esta simples constatação: é uma crise de sustentabilidade. O digital teve, pois, especiais reflexos na dinâmica capitalista que servia de base ao jornalismo:

“O que foi o capitalismo jornalístico típico do século XX, estribado na venda de jornais, conquista de audiências e publicidade, está a ser submetido às contradições vindas das ondas de choque da emergente economia do conhecimento e do capitalismo informacional/digital” (Garcia, 2009: 29).

Menores Receitas, Menor Qualidade

Do jornalismo de qualidade, suportado por receitas publicitárias, vai resistindo apenas um eco, cada vez mais distante:

“O abundante investimento publicitário, durante as rentáveis décadas do século passado, deu aos tradicionalmente grandes grupos de jornalistas de muitos jornais urbanos uma oportunidade para, de forma significativa, melhorarem a quantidade e a qualidade das suas reportagens” (Starr, 2009: 6).

O problema do jornalismo atual reside, pois, na difícil identificação das marcas da qualidade no jornalismo. Os novos *media* informativos não estão a conseguir preencher o vazio jornalístico criado pela crise financeira que afeta os meios tradicionais (McChesney e Nichols, 2011: 104). Os resultados de um estudo feito em 2009 pelo Pew Reserch Center ao mapa mediático de Baltimore demonstram isso mesmo:

“A maioria das notícias disponibilizadas na rede não contém reportagem original. Oito em cada dez histórias publicadas apenas repetem ou agregam informação anteriormente publicada (...) Noventa e cinco por cento da informação original foi gerada pelos media tradicionais” (*apud idem, ibidem*).

A encruzilhada do jornalismo parece, assim, difícil de quebrar: os meios tradicionais, cada vez mais aprisionados pelas limitações impostas pelo mercado, estão a perder a capacidade de gerar histórias originais independentes; os novos meios agregam conteúdos produzidos pelos meios tradicionais. Como consequência, as receitas dos meios tradicionais descem, ao mesmo tempo que os novos meios não encontraram ainda forma de se tornarem rentáveis. Entre uns e outros parece subsistir uma linha divisória intransponível. A nova arquitetura dos meios deveria suscitar entrecruzamentos entre as diversas plataformas. Se a plataforma digital distribui conteúdos jornalísticos produzidos pelas plataformas clássicas, se através dessa distribuição as plataformas clássicas reforçam o contacto com públicos dispersos, e os conteúdos produzidos geram processos comunicacionais que, sem essa distribuição, ao mesmo tempo planetária e específica (dirigida a públicos singulares), não seriam gerados, é porque uns e outros se complementam. Ora, é nessa complementaridade simbólica que devemos buscar o futuro do jornalismo. Ultrapassar as barreiras entre plataformas é, desde logo, o maior problema. Quando a complementaridade for, claramente, assumida deixará de haver razão para que a distribuição online, que expande audiências, não contribua para a sustentabilidade do jornalismo. Ainda que as receitas geradas pela Internet sejam, como vimos, limitadas, há agregadores e motores de busca que, cada vez mais, contrariam essa limitação associada à nova plataforma. Ao longo deste capítulo analisaremos outras possibilidades de tornar rentável a plataforma de destino dos consumidores de notícias.

Peter Anderson apresenta-nos a legenda explicativa dos reais efeitos da tecnologia na qualidade do jornalismo que ameaça complexificar, ainda mais, a equação do problema. A fragmentação da audiência, potenciada pelos novos meios, acentua a dificuldade de recuperação do setor comercial: “audiências limitadas significam, por definição, recursos limitados para a produção de um jornalismo de qualidade” (2007: 56).

Charlie Beckett e Todd Gitlin apontam para as consequências da quebra de receitas na qualidade do jornalismo. Beckett, aprisionado pelos novos meios, alerta-nos para o “abandono do jornalismo” e, no caso britânico, destaca a aposta nas reportagens sociais nos jornais, como forma de agregar audiências dispersas (2008: 27). Já Todd

Gitlin fixa-se na dependência que os meios digitais continuam a demonstrar, relativamente aos tradicionais:

“Nem sequer os inúmeros sítios online propriedade de organizações não lucrativas, suportadas por fundações de interesse público, conseguem suportar os custos de enviar um repórter, quando estão em causa deslocações que impliquem viagens aéreas” (2011: 97).

Surpreendentemente, no tempo em que a cobertura do mundo é concretizada por uma multiplicidade de vozes, que se instalam em todos os lugares, mesmo nos mais recônditos, alarga-se a dimensão dos buracos da rede jornalística, no sentido em que nos falava Gaye Tuchman (1972: 170). Como não geram receitas, “os novos *media* não estão ainda preparados para, diariamente, cobrirem os temas sociais, culturais, políticos nas cidades, nos estados, nas nações” (Simon, 2011: 50). Nesta ótica, a democracia e o reforço da cidadania são especialmente afetados pela fragilidade que reveste o jornalismo produzido especificamente para os meios digitais:

“Não tem demonstrado (...) capacidade ou interesse em fazer o tipo de investimentos vultosos em atividades de investigação e análise que fazem os meios de comunicação social convencionais, especialmente os jornais, e que são indispensáveis à democracia” (Schudson, 2008: 37).

A salvaguarda da autonomia financeira do jornalismo independente acaba por ficar nas mãos de um conjunto cada vez menos representativo de cidadãos, os que compram jornais em papel:

“É uma injustiça quando obrigamos o leitor do jornal em papel, que o compra diariamente, a subvencionar o leitor online, que lê o mesmo jornal na edição digital, mais rica e mais variada” (Ramonet, 2011: 107).

Mesmo que as receitas publicitárias na Internet já estejam a crescer, como aliás constata Ignacio Ramonet, é o próprio autor que conclui que esse aumento está ainda longe de compensar, sequer, os investimentos que os empresários fizeram na *web* (*idem, ibidem*: 109).

Clay Shirky observa que o lastro da Internet está a deixar uma espécie de vazio, onde a simples reformulação do modelo anterior, de facto, não funciona. “Nada funciona”. No caso específico dos jornais, Shirky considera não existir um modelo geral que substitua aquele que a Internet destruiu: “Com a velha economia destruída, as velhas formas organizacionais associadas à produção industrial têm de ser substituídas por outras, adaptadas ao digital” (2011: 40).

A chave do jornalismo de qualidade na era digital reside agora na descodificação plena desse processo de adaptação. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, vão

despontando sinais positivos que poderão forçar a releitura do presente numa perspectiva mais otimista. Estaremos atentos a esses sinais no final deste capítulo.

A consciência de que a receita para a manutenção do jornalismo de qualidade na era digital é uma missão complexa impõe um maior envolvimento de todos os agentes - profissionais, empresários, cidadãos, mas também da universidade.

Como detalharemos à frente, as opções são diversas: a intervenção do Estado, através de apoios diretos ou indiretos; o financiamento de fundações sem fins lucrativos, ou através de outros apoios filantrópicos; o envolvimento de jornalistas *freelance*, organizados em pequenos núcleos produtores de notícias; a promoção do autoemprego, como forma de combate direto à precariedade e à falta de oportunidades, sobretudo junto dos jovens aspirantes a jornalistas; o maior envolvimento dos jornalistas com a comunidade; a aposta em projetos locais ou mesmo hiper locais, nas comunidades de maior dimensão; uma maior atenção à investigação jornalística; o reforço de parcerias entre meios tradicionais e novos; a assunção, pelas empresas, de um maior grau de responsabilidade na investigação de novas soluções, etc. O processo de reconstrução do jornalismo parece estar em marcha, e a universidade deve assumir o papel que lhe está destinado: laboratório onde as experiências devem ser testadas e discutidas. A este propósito cremos que uma das linhas programáticas mais complexas e a requerer maior envolvimento da academia é, exatamente, a integração da componente digital nos planos de estudo. O impacto que a nova plataforma cria no jornalismo determina a sua integração transversal nos programas, evitando criar unidades curriculares tecnológicas autónomas ou mesmo áreas específicas de jornalismo digital, como se o novo meio impusesse a existência de um jornalismo esvaziado da essência.

A Identidade da Internet

A questão do financiamento do jornalismo na era da Internet surge, então, como uma marca que se sobrepõe na análise do presente do jornalismo.

Sem a imposição dos efeitos das quebras que a Internet veio provocar no financiamento do jornalismo, os meios de informação clássicos acabariam por reencontrar o seu lugar no mapa dos meios, sobrevivendo à Internet. Importa, porém, salientar que o advento da Internet está a provocar alterações profundas na lógica de funcionamento dos meios clássicos e, conseqüentemente, no próprio jornalismo. Aliás, ao ampliar o potencial de interação comunicativa (criando "novas possibilidades

linguísticas” – “hipertextualidade, *multimedialidade* e interatividade” (Salaverría, 2006: 131)), a Internet acaba por ter reflexos na sociedade como um todo:

“Mais do que um protocolo informativo, a Internet transformou-se num espaço social e cultural que permite estabelecer a comunicação entre distintos tipos de rede. Constitui a base material da vida e das formas de relação com a produção, o trabalho, a educação, a política, a ciência, a informação e a comunicação” (Del Bianco, 2004: 4).

A rede é, assim, um lugar onde a acessibilidade da técnica facilita a interação comunicativa e o que dela resulta:

“Maior simplicidade, uma vez que não requer uma concessão administrativa, o menor custo, a ausência de fronteiras e a existência de um mercado amplo e com potencial de crescimento” (Damas, 2006: 86).

Stig Hjarvard valoriza as mesmas características realçando que o alcance global deixa de ser um problema técnico, o contacto global é instantâneo. As fronteiras diluem-se, diminuindo, de forma acentuada, os custos habitualmente associados à transnacionalização de base tecnológica a partir da televisão, por exemplo (distribuição via satélite). O acesso quase ilimitado a um número indeterminado de informações situa, igualmente, a escolha do consumidor “mais no patamar do conhecimento do que no patamar da tecnologia ou dos custos de distribuição”, o que transforma o problema do alcance global numa questão de linguagem e de conteúdo (2009: 682 e 683). O acesso do consumidor aos conteúdos, que integram a sua lista de prioridades, passa a depender também dele próprio e da sua capacidade para decodificar (ultrapassando as barreiras linguísticas e do conhecimento) os conteúdos a que deseja aceder.

Stig Hjarvard reconhece, porém, que esse acesso instantâneo a qualquer informação publicada na rede é, ainda, assimetricamente desigual, quer geográfica quer socialmente. Ainda que numa escala diferente, sobrepõe-se, de novo, a limitação tecnológica e a incapacidade financeira de alguns países para a suprirem.

Como constata Ignacio Ramonet, a “revolução” posta em marcha pela Internet não é uma revolução universal:

“Não podemos esquecer que o mundo é profundamente assimétrico, existindo um fosso digital acentuado entre os países do norte e os do sul, um fosso que separa ricos e pobres, info-ricos e info-pobres”⁷¹ (2011: 12).

Ainda assim, a constatação de Ramonet não terá as proporções que, em 1996, Manuel Castells antecipou. O pensador espanhol acentuava, então, que esse desequilíbrio norte-sul - entre info-ricos e info-pobres – ameaçava traduzir-se na criação

⁷¹ Ignacio Ramonet cita um estudo da União Internacional das Telecomunicações (UIT) segundo o qual o acesso à Internet em 2010 ainda esteve vedado a dois em cada três habitantes do planeta (2011: 139).

perene de “buracos negros da miséria humana na economia global”: as massas iletradas dos países pobres que haveriam de permanecer “territórios irrelevantes” (1996: 2, 358, 360). Ultrapassada a euforia da explosão da rede, e da disseminação do acesso, será possível concluir que a própria economia global limitou a dimensão dos *buracos negros*. Os tentáculos da rede absorvem parcelas de consumidores que, há uma década e meia, não seria possível incluir no mapeamento. O alargamento do mercado do consumo a territórios que em 1996 teriam de permanecer excluídos (China rural, regimes ditatoriais do Médio Oriente e Norte de África) está a contribuir para romper o cerco dessas realidades política e socialmente fechadas.

Mesmo subsistindo territórios não cobertos, o acesso à informação está hoje muito mais facilitado à escala global. Novos e velhos *media* podem usufruir dessa facilidade de distribuição de conteúdos, possibilitada pelos avanços tecnológicos registados.

A distribuição hertziana dos sinais televisivo e radiofónico ficará obsoleta no curto prazo:

“Na era digital, a ideia de que os governos despenderão recursos a silenciar emissões *pirata* é um absurdo (...) Hoje é possível lançar um sítio na rede com alguns *clicks* no rato do computador (...) Os obstáculos criados ao lançamento e crescimento (de um projeto na rede) são hoje muito mais reduzidos” (Beckett, 2008: 48).

Essa facilidade de base tecnológica não é condição determinante de sucesso. No final do século passado, a chamada *bolha* da Internet rebentou, exatamente pelas falsas ilusões criadas nesse capítulo:

“O *estouro* da *bolha* Internet ascendeu ao posto de divisor de águas entre a euforia de um novo *media* (...) e a realidade de que o processo de absorção e implementação de novas tecnologias é muito mais profundo do que a injeção de capital e aquisição de equipamentos” (Corrêa, 2006: 50).

A ASSOCIAÇÃO DA INTERNET AO JORNALISMO

A associação da Internet ao jornalismo é um processo que decorre da própria especificidade do meio. A utilização do potencial da rede no jornalismo exige, todavia, o conhecimento profundo desse potencial. Numa primeira fase, como veremos, assistimos à transposição, pura e simples, para a nova plataforma da lógica de ação que era familiar à emissão de notícias nos meios clássicos. Essa seria sempre a solução mais simples, até que as características da nova plataforma assumissem estatuto.

Hélder Bastos analisa os progressos do jornalismo digital em Portugal e conclui que têm sido “lentos e assinalados por uma série de frustrações”. As “expectativas exageradas” quanto à sustentabilidade financeira dos projetos determinou que os órgãos de comunicação social criassem e alimentassem estruturas autónomas nas redações que sucumbiriam aos primeiros sinais do rebentamento da *bolha* (2006: 103, 105). Se a associação da nova plataforma ao jornalismo tardou a impor um modelo de ação, a chegada do jornalismo digital à academia obedece à mesma lógica, processada num ritmo ainda mais lento. Em Portugal, os primeiros passos em direção à autonomização da área de estudos na academia só começaram no ano letivo de 1999-2000, quando a euforia já tinha dado lugar ao desânimo; mas a evolução – a partir dessa data – não permite, seguindo o rasto da investigação de Hélder Bastos – concluir que o ciberjornalismo tenha conquistado, verdadeiramente, esse estatuto (*idem, ibidem*).

Depois dos investimentos iniciais e da euforia, um quadro geral de receio parece ter dominado o cenário. Em Portugal, a ação jornalística em ambiente online tarda em emancipar-se. Em 1996, Christina Ianzito questionava se as novas funções associadas ao online seriam realmente jornalismo (*apud idem, ibidem*: 105). Em 2013, a realidade nas redações portuguesas não permite uma resposta cabal. O “olhar de desconfiança” (*apud idem, ibidem*), denunciado pela autora, com que estes jornalistas eram, então, olhados pelos restantes parece subsistir 17 anos depois⁷². Ramón Salaverría assinala a esse propósito que os ciberjornalistas têm um estatuto “menos valorizado” do que os dos colegas dos meios tradicionais, e as condições profissionais dos primeiros são, “com frequência, piores”. Salaverría reconhece que os sinais registados na década de 90, no decurso do período de euforia, “vaticinavam uma consolidação profissional destes jornalistas muito mais rápida” (2006: 132).

No caso português, a forma como o digital chegou à academia e integrou os planos de estudo dos diversos cursos da área em nada contribuiu para alterar este ambiente de desconfiança que caracteriza o mercado, nas suas diversas vertentes. O

⁷² Nas entrevistas que fizemos a sete dezenas de alunos de seis cursos de comunicação e jornalismo em Portugal, nenhum deles mostrou interesse ou desejo de se fixar no subgrupo do *online*. Na redação da SIC, uma realidade que o autor conhece enquanto jornalista e onde exerceu cargos de edição executiva, a integração profissional na editoria de online é considerada uma despromoção profissional. Os jornalistas que integram essa editoria ambicionam poder associar-se a outros grupos de trabalho dentro da redação. O grupo de profissionais produz um escasso número de conteúdos próprios, limitando-se a usar e a formatar os produzidos pela redação. Só depois de emitidos nos canais SIC e SIC Notícias é que esses conteúdos são integrados na página online. Todd Gitlin, relatando a realidade dos *media* alternativos, reforça esta ideia de desprestígio profissional associada à prática jornalística em meio online, ao assumir serem “extremamente poucos os repórteres que ganham a vida exclusivamente na Internet (...) Os jornalistas online veem-se forçados a ganhar a vida noutros empregos, como professores, por exemplo” (2011: 97).

jornalismo online, pelas tarefas que lhe estão associadas, não motiva os jornalistas; pelas receitas diminutas que gera não motiva, igualmente, os empresários. Está por explorar um vasto campo de trabalho, e de estudo. De um e de outro trataremos ao longo desta investigação. No que concerne à academia, o estudo de suporte que fizemos para este trabalho demonstra-nos que a integração do digital está a desagregar a plataforma *multimedia* do jornalismo, associando-lhe um conjunto de atividades técnicas e tecnológicas que diluem as fronteiras da profissão. O surgimento de unidades curriculares de *ciberjornalismo*, *jornalismo* online, *web jornalismo*, ou, tecnologias da informação (esta sem associação direta ao jornalismo) abrem rombo no programa de estudos de primeiro ciclo, sujeitando a essência do jornalismo à especificidade tecnológica da plataforma. Este acomodamento do jornalismo em compartimentos estanques torna o jornalismo dependente da especificidade do meio. O mesmo risco ocorre com o encaixotamento do jornalismo em unidades curriculares associadas às plataformas clássicas: jornalismo impresso, radiofónico e televisivo.

Neste contexto, David Weaver, Professor na Universidade de Indiana e ex-jornalista, recomenda “o equilíbrio do ensino das técnicas específicas com abordagens teóricas e críticas do jornalismo e do estudo dos *media*”. Weaver defende, igualmente, que os professores da área “consigam combinar a experiência profissional com o trabalho académico de elevada qualidade” (2000: 217). Desenvolveremos este assunto noutra etapa desta investigação.

Esta dimensão do *multimedia*, que permanece inexplorada pelo mercado e pelo ensino, faz ainda menos sentido quando analisamos as características físicas da própria plataforma e a forma como elas podem potenciar a ação jornalística quotidiana. A este propósito, importa salientar que a rede tem sido, sobretudo, um “instrumento para coletar”, a qualquer momento, “informação pronta em segunda ou terceira mão” (Del Bianco, 2004: 5). Ramon Salaverría destaca exatamente que as empresas têm “mostrado pouco interesse” em experimentar novas abordagens potenciadas pela tecnologia, “receando aproveitar o potencial comunicativo do ciberespaço” (2006: 131).

O potencial da Internet permanece, pois, por explorar:

"O digital fornece ao jornalismo o laço que lhe permite trazer para o universo da informação todos os destinatários ligados à rede e que apenas consomem notícias através de computador" (Anderson e Ward, 2007: 5 e 6).

Como à frente detalharemos, a Internet permite que a ação jornalística do quotidiano reforce a ideia de diálogo. Não apenas do diálogo entre pares, mas de uma conversa mais alargada com potencial para envolver, diretamente, os recetores da mensagem. Associa ao jornalismo um elemento que os meios clássicos apenas episodicamente integravam no processo de produção de conteúdos noticiosos: o público.

"As notícias estão a tornar-se cada vez menos numa aula preparada e, cada vez mais, numa conversação de *microfone aberto* (...) A imprensa tem de adaptar-se, não apenas, a uma nova atmosfera competitiva, como tem de compreender e ajustar-se à novidade das vozes amplificadas dos cidadãos (...) Os cidadãos acedem à informação fora do bloco tradicional dos meios clássicos, recorrem às salas de conversação de notícias de última hora (...), e às mais diversas fontes editando conteúdos uns dos outros, assinalando erros e acrescentando profundidade"(Kovach e Rosenstiel, 2007: xi-xiii).

Charlie Beckett desenvolve a ideia de jornalismo em rede⁷³. O autor considera que a aplicação do conceito requer a adoção de um compromisso que ultrapasse os limites da própria interatividade. O jornalismo em rede terá de ser enquadrado num "contexto mais alargado de mudança tecnológica" e dos efeitos dessa mudança "no comportamento social" (2008: 47).

Para Rosental Alves, a aplicação dessa lógica ao caso específico do jornalismo "permite a acumulação de conteúdo, rompendo os paradigmas organizacionais que o jornalismo tinha criado" (2006: 95).

Ignacio Ramonet considera, por isso, estarmos a assistir "a uma alteração de paradigma⁷⁴", em que a prática jornalística, a viver uma "crise sistémica", deve reestruturar-se e reinventar-se. Ramonet sustenta que, no jornalismo, a Internet teve o efeito de "um meteorito semelhante ao que fez desaparecer os dinossáurios": provocando uma alteração radical de todo o "ecossistemamediático" (2011: 11).

⁷³ *Networking Journalism* no original. O conceito foi definido pelo blogger e professor universitário Jeff Jarvis: "profissionais e amadores a trabalharem em conjunto na construção da verdadeira história jornalística (...) partilhando factos, dúvidas, respostas, ideias, perspetivas" (*apud* Beckett, 2008: 46). "A internet não é um *media*, é uma sociedade, um espaço onde nos podemos ligar uns aos outros" (Jarvis, *in* Ramonet, 2011: 13).

⁷⁴ No decurso da nossa investigação, alguns autores afirmam que a associação da Internet ao jornalismo promoveu, ou está a promover, uma alteração de paradigma. A discussão é complexa e a nossa posição, no essencial, rejeita a ideia de que já estejamos em presença desse novo paradigma. Na fase em que ainda nos encontramos entendemos que a Internet, e as novas tecnologias digitais, apenas estão a acentuar a crise de sustentabilidade do jornalismo. O imenso potencial da Internet, colocado ao serviço do jornalismo, está por explorar. Admitimos que, de facto, um novo paradigma se imponha se o jornalismo, intermediado pelo novo potencial tecnológico, consiga suplantar os constrangimentos do mercado e assumir, em definitivo, a centralidade do público.

Os Efeitos de um Meteorito

A associação da Internet ao jornalismo foi um fenómeno pré-anunciado, mas os agentes do mercado, e a academia, não conseguiram prever a dimensão do impacto, nem proteger os meios clássicos dos efeitos dessa associação. A euforia que caracterizou esse tempo cegou empresários, jornalistas e académicos.

Para Clay Shirky, a incapacidade demonstrada por esses agentes para traçarem um plano resultou do erro de avaliação que fizeram. O “inesperado”, de repente, aconteceu:

“A capacidade de partilhar conteúdos cresceu. Os meios fechados tornaram-se impopulares. A publicidade digital haveria de reduzir as ineficiências e os lucros (...) Os velhos hábitos dos anunciantes e dos leitores não se transferiram para o online (...) Os vendedores de *hardware* e de *software* nunca encararam os donos dos direitos de autor como aliados (...) Fechar os olhos à realidade provocou uma espécie de doença na indústria dos *media*” (2011: 38 e 39).

Ignacio Ramonet considera que a opção de *esconder a cabeça na areia* resulta de um ato assumido em consciência. Para os “patrões da imprensa” tornou-se uma “obsessão” não “canibalizarem” o papel. “Esta limitação paralisou-lhes a capacidade de compreenderem o que se estava a passar, impedindo-os de agir” (2011: 21).

Desde os anos 80 do século passado que o jornalismo mergulha numa crise de credibilidade de onde tarda emergir. Antes do advento da Internet, os jornais eram vítimas, não apenas, dessa crise que afetava o jornalismo, mas também da atitude protecionista e paralisante dos proprietários. O empresário australiano, Rupert Murdoch reconhece, tarde de mais, a incapacidade de antecipação demonstrada pelos proprietários dos jornais: “Muitos de nós fomos excessivamente complacentes, acreditámos que esta coisa da revolução digital não seria mais do que uma moda” (*apud* Alterman, 2011: 14). De facto, nem quando as quebras na circulação e nas margens de lucro assumiram dimensões consideráveis, os donos dos jornais agiram em conformidade.

David Simon considera que os proprietários nunca utilizaram nos jornais a receita de sucesso que foi usada na televisão, onde os lucros iam sendo reinvestidos, de forma sistemática, na pesquisa e no desenvolvimento de novas tecnologias associadas ao meio. “No mundo dos jornais o lucro era diretamente encaminhado para os acionistas” (2011: 49).

Ignacio Ramonet associa a este facto “a excessiva dependência” que os jornais demonstravam “relativamente à publicidade” que, num primeiro tempo, não lhes permitiu, sequer, reagir ao efeito dos jornais gratuitos nem ao crescente envelhecimento dos leitores tradicionais (2011: 35).

Neste contexto, quando a Internet se impôs nos jornais, estava criado um cenário potenciador de efeitos trágicos.

Vários autores encarregam-se de adjetivar, com elevada carga negativa, o futuro do jornalismo e dos meios clássicos, sobretudo dos jornais. A morte anunciada ou a doença incurável perpassa todas as conjecturas: Paulo Starr (2009) fala em “ameaça de morte”; Eric Alterman (2011) sentencia que os jornais já “estão a morrer”; Robert McChesney e John Nichols (2011) alargam esse estado de agonia “às frágeis estruturas mediáticas”; Rosental Alves (2006) discorre sobre uma morte voluntária, um “*midiaicídio*”; Philip Meyer (2004) sabe igualmente que os jornais em papel acabarão por morrer e fixa a data da morte algures no ano de 2043; Todd Giltin (2011) admite a sobrevivência dos grandes títulos, mas não tem dúvidas quanto à “desintegração” dos jornais metropolitanos; Clay Shirky (2011) regista que “o modelo clássico quebrou e nada poderá substituí-lo”; o prognóstico de David Simon (2011) é igualmente violento: É o próprio jornalismo que “está ser devorado por um cancro”.

Teremos chegado ao fim da história?

Um título do britânico *The Guardian* anunciava em 2008 – “*AINDA NÃO ESTAMOS MORTOS*”⁷⁵ (*apud* Alterman, 2011). Paul Starr, colocando o foco na situação americana, responde, de alguma forma, à parangona. O número de leitores no papel e na Internet sugere, de facto, como considera Starr, alguma contenção em qualquer prematura declaração de morte da imprensa escrita: “Um meio que nos Estados Unidos da América é consumido por 40 por cento das pessoas, está longe de poder ser declarado morto” (2009: 5).

Todavia, a prova de vida do prestigiado diário londrino fundado em 1821 não pode esconder algumas evidências negativas que perpassam os meios informativos tradicionais, mas também o próprio jornalismo, amarrado a uma crise de sustentabilidade.

⁷⁵ *NOT DEAD YET*, no original.

Antes de identificarmos os efeitos da tecnologia nos meios informativos, sobretudo nos jornais, importa detalhar a forma atribulada com que os empresários reagiram ao tal meteorito.

A Primeira Vítima do Meteorito

Os jornais em papel foram a primeira vítima da Internet.

O “erro de cálculo” dos jornais nos primórdios da Internet é hoje inquestionável (Downie Jr. e Schudson, 2009: 16). Quando, finalmente, o *inesperado* revela os contornos e a dimensão, os estrategas da imprensa escrita avançaram para a única solução que lhes pareceu eficaz no combate aos efeitos: transpor para as novas edições online a totalidade dos conteúdos impressos, sem aplicarem quaisquer custos aos consumidores, deixando a subsidiação dos jornais na responsabilidade direta dos leitores das edições em papel. Acreditando que a nova plataforma poderia ser o destino natural das receitas publicitárias que decresciam nos jornais, os proprietários tentaram, com essa transposição gratuita, “atrair audiências e anunciantes para as edições na Internet” (*idem, ibidem*).

O *erro de cálculo*, identificado pelos autores, traz associado um outro: a transposição direta, e sem preocupações de identidade, do conteúdo das edições em papel para as edições digitais, por si só, haveria, como veremos, de se revelar incapaz de gerar, imediatamente, o necessário crescimento em massa do número de leitores, ainda muito habituados à interação física com o papel.

Os últimos anos do século XX ficam marcados pelo esforço dos empresários em compensarem as receitas perdidas através da Internet. O tráfego na nova plataforma, como assinalam Leonard Downie Jr. e Michael Schudson “ajudou a criar um breve e ilusório *boom* do investimento publicitário” (*idem, ibidem*: 16). Ora foi essa credulidade que alimentou os investimentos megalómanos nas chamadas *dot.com*.

O século XXI herda os reflexos do rebentamento da *bolha*. Ao receio de novas tentativas de investimento falhadas veio juntar-se a acumulação de prejuízos, que a quebra de receitas em cascata ia tornando inoportáveis, provocando a falência ou a descaracterização de muitas empresas.

Nos jornais “menos jornalistas fazem menos reportagem em menos páginas”; as televisões e as rádios “perdem audiência, receitas publicitárias e recursos de reportagem”. Na análise ao impacto da Internet no jornalismo norte-americano, Leonard Downie Jr. e Michael Schudson não anteveem o fim dos jornais ou da informação

televisiva e radiofônica, mas pressentem que os meios clássicos irão “desempenhar papéis cada vez mais secundários no mundo do jornalismo digital em permanente mudança” (*idem, ibidem*: 1).

Rosental Alves realça a tendência demonstrada por alguns *media* informativos para cometerem um “midiacídio”: incapazes de resistirem aos efeitos das mudanças tecnológicas, muitos meios tradicionais acabarão por morrer. Alves alarga a possibilidade desse “midiacídio” aos jornalistas que não consigam adaptar-se à nova realidade (2006: 95). Os efeitos foram especialmente observados em mercados fortes, como o americano:

“Na primeira década do século XXI, os jornais viram desaparecer praticamente metade das receitas publicitárias. Um terço dos postos de trabalho extinguiu-se. Nos últimos 20 anos, as televisões perderam metade das audiências e das receitas publicitárias. Nesse período, os orçamentos das direções de informação baixaram cerca de dois mil milhões de dólares” (Kovach e Rosenstiel, 2010: 12).

A crise afetou, inclusivamente, os chamados jornais de referência. O *Washington Post*, por exemplo, suprimiu o prestigiado suplemento literário e o grupo proprietário do jornal alienou a revista *Newsweek*, pelo valor simbólico de um dólar. Quatro dos principais jornais americanos (*Los Angeles Times*, *The Chicago Tribune*, *The New York Times* e o *Washington Post*⁷⁶) perderam 25 por cento das receitas, comparativamente a 1989, antes da erupção da Internet (Ramonet, 2011: 24, 27).

Na Europa, no Brasil, em África assistiu-se a idêntica devastação com títulos de referência a desistirem das respetivas edições em papel e a fixarem-se, exclusivamente, na plataforma digital, outros optaram por reduzir o número de páginas, ou de edições semanais; a maioria reduziu pessoal para compensar as perdas (*idem, ibidem*: 28-30).

As empresas proprietárias dos jornais, a maioria cotadas em bolsa e habituadas a distribuírem elevadas margens de lucro aos acionistas, estão hoje desvalorizadas. Nos Estados Unidos da América, Eric Alterman refere que entre 2005 e 2008 essa desvalorização chegou aos 42 por cento. A empresa proprietária do *New York Times*,

⁷⁶ O jornal *Washington Post*, propriedade da família Meyer-Graham há 80 anos, foi vendido em agosto de 2013 ao empresário Jeff Bezos, presidente executivo da *Amazon*, por 200 milhões de euros. O jornal que investigou o *Watergate* e que acumula 58 prémios Pulitzer é uma das marcas globais em matéria de jornalismo e um dos títulos mais prestigiados do mundo. Nos anos 90 do século passado, o *Post* vendia 820 mil jornais por dia, contra os 475 mil de 2013. A venda ao fundador da *Amazon*, um profundo conhecedor da dinâmica da rede digital, abre uma esperança para o futuro do título. O modelo de negócio do *Post* pode não ser viável, mas a qualidade do jornalismo que pratica é uma referência que Bezos promete manter, como, aliás, escreveu em carta dirigida aos trabalhadores do jornal: “Os valores do *Washington Post* não precisam ser alterados” (*TIME*, agosto de 2013). A expectativa é que Bezos utilize o potencial da Internet para distribuir os conteúdos de qualidade do jornal. O jornalismo de qualidade apenas precisa de se autossustentar. A plataforma digital terá de ser o lugar certo para assistirmos a esse processo.

por exemplo, viu o seu valor cair 54 por cento em quatro anos entre 2004 e 2008 (2011: 4).

A juntar à queda das receitas e das audiências, o consumo de notícias online começa a impor novos hábitos de leitura nas edições impressas. Os leitores passaram a dedicar menos tempo à leitura de jornais. Um estudo de 2006, do *Pew Research Center*, demonstra que em dez anos, o tempo que cada leitor dedicou aos jornais passou, em media, de 19 para 15 minutos (*apud* Gitlin, 2011: 95).

Os jornais que sobreviverem correm o risco de se transformar em “meras sombras do que já foram” (Starr, 2009: 1).

Um Segundo Erro de Cálculo

Perante este cenário severo, o que fizeram os proprietários dos jornais?

Novo erro de cálculo: cortaram os custos, desinvestindo no jornalismo.

Numa fase inicial, e perante o avanço acumulativo das quebras, as parcelas que mais pesavam nos orçamentos foram, pura e simplesmente, suprimidas. A procura desesperada de rentabilidade apetrechou as empresas com uma nova figura – “os *cost killers*”. Entre 2008 e 2010 os *cost killers* conseguiram reduzir e congelar salários e suprimir 25 mil empregos na imprensa americana, 3496 em Espanha, e muitas centenas em França, na Alemanha, na Suíça, na Bélgica e em Itália (Ramonet, 2011: 30)⁷⁷.

No relatório sobre o estado do jornalismo americano, Leonard Downie Jr. e Michael Schudson denunciam os efeitos dessa política de “cortes agressivos” nos custos, assumida por muitos proprietários: “O primeiro passo foi cortarem no grupo de

⁷⁷ De acordo com os números divulgados pelo Sindicato dos Jornalistas, em Portugal, entre 2007 e 2011, mais 694 jornalistas requereram o subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego (desempregados de longa duração que já ultrapassaram o tempo do subsídio de desemprego). No primeiro trimestre de 2012 o número de pedidos aproximava-se das quatro dezenas. Em 2011, o número total dos subsídios atribuídos pela Caixa dos Jornalistas aumentou 16, 5 por cento relativamente ao ano anterior (134 contra 115). Aos 134 registados em 2011 há que juntar 25 pedidos de subsídio social de desemprego, sete de subsídios parciais e dois de subsídios globais. Este conjunto de dados não inclui os pedidos que foram feitos nas delegações regionais da Segurança Social. O Sindicato dos Jornalistas considera que “esta descapitalização humana” tem “efeitos negativos na capacidade das próprias empresas jornalísticas, com a erosão do capital de memória e de experiência a que conduzem sucessivos despedimentos de jornalistas, com reflexos na qualidade de informação e perda para a própria democracia (...) A informação livre, independente e plural é um dos pilares da democracia (...) As empresas (...) não podem esvaziar ou subalternizar as redações como receita para a sua crise financeira” (Sindicato dos Jornalistas, 2012). Citado pelo Diário Económico, o presidente do Sindicato dos Jornalistas assinala que as demissões ou saídas voluntárias de jornalistas das redações refletem um traço comum: “a erosão do capital de memória e de experiência (...) Os ativos nas redações são cada vez mais jovens”; a maioria dos jornalistas despedidos, ou que rescindiram voluntariamente os contratos, “anda na casa dos 50 anos” (*apud* Diário Económico, 19 de Janeiro de 2012). Em 2011, outro dado assinala o estado frágil dos meios em Portugal: mais de 350 títulos requereram a anulação do registo na Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC). Este dado, por si só, não significa que os referidos meios desapareceram; contudo, o facto de deixarem de pagar licença à ERC determina que tenham perdido o estatuto de meio de comunicação social (*idem, ibidem*).

jornalistas na área da reportagem, que tinham contratado antes da recessão, e no espaço dedicado às notícias” (2009: 15).

A necessidade de uma redução rápida nos custos abriu, de facto, caminho a cortes cegos nos quadros das empresas. O despedimento de repórteres veteranos teve um efeito direto na “deterioração” da qualidade do jornalismo. “Perdeu-se a relação privilegiada com fontes fidedignas, alimentada, anos a fio, por esses repórteres, e que lhes permitia trazer a público histórias importantes” (Starr, 2009: 7).

Sobrepõe-se um padrão de ação, a nível global, que caracteriza a crise dos jornais, dando-lhe a dimensão, igualmente, global que hoje reconhecemos:

“Na América, os jornais que resistem – amarrados por apertadas correntes e geridos por homens e mulheres que, maioritariamente, cresceram em salas de reuniões e não em redações – passam os últimos dos seus dias lucrativos a cortar no produto, redimensionando as prioridades informativas, derramando repórteres veteranos e reduzindo o ângulo da cobertura” (Simon, 2011: 49).

Nos EUA, os jornais metropolitanos foram os primeiros a sentir o peso dos cortes de pessoal e, conseqüentemente, na rede de cobertura temática e geográfica. Perderam correspondentes internacionais, mas perderam, igualmente, os correspondentes em Washington e fora do Estado-sede do jornal (Downie Jr., Schudson, 2009: 15)⁷⁸.

Os estudos sobre o impacto da Internet no jornalismo sucedem-se, e os números relativos aos cortes, apurados pelos investigadores, sublinham o desgaste provocado no jornalismo.

O Projeto para a Excelência do Jornalismo, num estudo publicado em 2008, dá conta das quebras de circulação da imprensa escrita americana, desde 2001: 13,5 por cento nos diários e de 17, 3 por cento nas edições de domingo. Entre 2006 e 2008, as quedas no investimento publicitário chegaram aos 23 por cento. No capítulo dos cortes de pessoal, os números – no período entre 2001 e 2008 - são, igualmente, ilustrativos: um em cada cinco jornalistas abandonou a profissão (*apud* Gitlin, 2011: 92).

Paul Starr afirma que o ato de gestão imediato dos proprietários dos jornais e das televisões americanos foi “concentraram os recursos editoriais o mais perto possível da sede”. O Professor americano considera que esta “limitação na missão editorial” acabou por se traduzir numa preocupante ironia:

⁷⁸“O número de repórteres sediados nas capitais estatais caiu de 524 para 355 entre 2003 e 2009.

“Num momento em que os interesses americanos, em matéria de economia e de segurança, tanto se cruzam com os interesses globais, os *media* americanos estão a regressar a casa” (2009:6).

Os cortes estão a afastar o jornalismo dos lugares da notícia. Na impossibilidade de estender a rede a ângulos que exigem maior investimento financeiro, maior investigação, o jornalismo perde contexto e profundidade. Abrem-se brechas na vigilância crítica do exercício do poder político e económico; abrem-se novas portas ao avanço da corrupção. O próprio jornalismo fica vulnerável ao avanço das pressões, e as histórias que ponham em causa poderes instituídos correm o risco de ser arquivadas.

Um novo pacote de jornalistas, sem memória, jovens, recém-chegados da universidade, vai sendo sujeito a complexos problemas de integração, porque os pilares promotores dessa socialização, os repórteres veteranos, não resistiram aos cortes, e os que resistiram estão fragilizados. Em 2008, o Projeto para a Excelência do Jornalismo debruçou-se, exatamente, sobre os efeitos da crescente falta de memória das redações:

“O grupo de jornalistas nas novas redações é agora menor, mais jovem, mais dependente da tecnologia, e mais orientado para cumprir, em simultâneo, as exigências das edições impressa e digital. Esse grupo está sob forte pressão porque tem menos memória, menos conhecimento da comunidade (...) Há menos editores na deteção do erro” (Projeto para a Excelência do Jornalismo, 2008)

Como reconhece Paul Starr, “uma imprensa financeiramente comprometida corre um risco maior de se deixar comprometer eticamente” (2009: 2 e 3).

Por uma Internet Menos Livre

O quadro é severo, mas irónico. Porque, como aqui assinalámos, o número de leitores não baixou, pelo contrário. As perdas na edição em papel foram transferidas para as edições online. Algumas publicações de referência mundial conseguiram, inclusivamente, aumentar, substancialmente, o número de leitores. A rede amplifica a leitura de jornais como o *The Times* e o *Washington Post*, por exemplo, o primeiro com 20 milhões de visitas únicas por mês, o segundo com 10 milhões. Os leitores têm o privilégio de aceder grátis a conteúdos de referência, mas exclusivamente pagos pelos que adquirem as edições impressas (Simon, 2011:48).

Muitos jornais assumiram o risco de cobrar o acesso aos chamados *conteúdos premium* (reportagens, investigações, entrevistas de fundo, etc.) mantendo gratuitos os destaques, as notícias e as atualizações. O convívio entre conteúdos abertos e fechados

está a generalizar-se nos jornais de referência, um pouco por toda a Europa e Estados Unidos da América.

A informação com contexto começa a ficar, cada vez mais, apenas ao alcance de quem lê a edição em papel ou de quem, na Internet, está disposto a pagar pelo acesso.

Se a maioria dos utilizadores se limitar à leitura dos destaques e das atualizações, recusando suportar os custos da informação completa, é a própria descodificação do mundo e, conseqüentemente, a interação que cada um promove com a realidade que o rodeia que começam a ficar em risco. A Internet ameaça, neste sentido, promover uma informação/formação assente em títulos e destaques: é o primado daquilo que poderíamos classificar como a cultura dos *headlines*.

Sem estabelecer uma relação direta entre o custo da informação na rede e a qualidade do acesso, Ignacio Ramonet realça a tendência que a Internet parece revelar para “promover a nossa leitura de textos curtos de temas múltiplos, fazendo-nos perder a capacidade de lermos textos longos e complexos”. O autor francês associa a essa tendência a identidade da própria Internet – “o hipertexto que abre portas ao abismo das informações fragmentadas” – que “nos habilita a tratar massas de informação diversas ao invés de as aprofundarmos” (2011: 47).

Esse sobrevoo por uma miríade dispersa de informação é potenciado pelo mito da gratuidade, desde o início marca da Internet. Nelia del Bianco assinala que a associação da Internet à produção informativa está ancorada num “valor cultural” que legitima o mito: “o que está na rede não é de ninguém” (2004: 9).

Os Riscos da Subscrição

Em 2002, o jornal espanhol *El Pais* tentou contrariar o peso simbólico desse valor cultural, assumindo o risco de restringir o acesso livre à edição online, exclusivamente aos subscritores. O matutino, que liderava no número de visitas, sofreu uma redução drástica, cedendo a posição ao *El Mundo*, que manteve a liberdade de acesso. Em 2005, o mais importante jornal espanhol voltou a desbloquear os conteúdos, com receio de que as quebras no onlinetivessem conseqüências na edição em papel.

O *El Pais* pode ter atuado fora de tempo; contudo, o britânico *TheTimes* teve idêntico resultado oito anos depois, perdendo 90 % dos leitores online quando fechou os conteúdos no sítio:

“O problema da maioria dos jornais reside no receio de que a restrição do acesso às edições online provoque quebras nas receitas publicitárias e, simultaneamente, promova a

liderança das empresas que não assumirem idêntico caminho (...) Poderão estar a cavar a própria sepultura” (Starr, 2009: 5).

O problema, como assinala David Simon, reside nas decisões dos grandes títulos. Essas decisões acabam por condicionar o sucesso da restrição do acesso: “ninguém poderá avançar se o *Times* (*The New York Times*) ou o *Post* não avançarem” (2011: 47).

Rupert Murdoch, proprietário do *The Times*, tem sido um dos grandes opositores do princípio de uma Internet inteiramente grátis. Consciente da incapacidade de atrair novos investimentos para o jornalismo através da Internet, o empresário australiano ensaiou, sem sucesso, condicionar o acesso a subscritores dos sítios de duas das mais influentes publicações do seu portefólio: *The Times* e a edição de domingo do diário britânico - *The Sunday Times*. O resultado foi trágico: os sítio passaram de 22 milhões de visitantes para 200 mil (Ramonet: 2011: 111).

Mesmo afirmando um potencial de crescimento, as subscrições de notícias online representam ainda uma parcela limitada das receitas dos jornais. A publicidade permanece como a maior fonte de financiamento dos sítios informativos (Gitlin, 2011: 97). A sustentabilidade do jornalismo poderá passar, todavia, pelo acesso pago a determinados conteúdos.

Uma Proposta para Quebrar o Mito

A história recente prova que os casos do *El Pais* e(do) *The Times* já não estão a ser a regra⁷⁹.

O jornalismo tem de encontrar as condições para voltar a gerar receitas, indo buscá-las onde elas, de facto, existem - à plataforma de migração dos leitores. Neste sentido, ao mito da gratuidade da Internet, David Simon quer sobrepor “uma Internet menos livre” (2011: 48).

Simon desafia os proprietários dos diversos órgãos de comunicação social, produtores de conteúdos informativos, a protegerem esses conteúdos, sem que a decisão

⁷⁹ A 20 de Março de 2012, o jornal norte-americano *The New York Times* deu mais um passo na quebra do mito da Internet gratuita ao decidir fechar, ainda mais, o acesso ao sítio. O *NYT* reduziu de 20 para 10 o número de notícias gratuitas que, mensalmente, podem ser lidas online(jornal “I”, 21 de Março de 2012). A decisão do diário nova-iorquino coincide com um período de crescimento do número de subscritores, cada vez mais próximo dos 500 mil. O *NYT* está numa posição privilegiada para condicionar o acesso ao sítio *online*, contudo, ao fazê-lo agora, o jornal parece decidido a acompanhar os novos tempos, onde cada vez mais os conteúdos de qualidade em jornais de referência veem o seu acesso condicionado à subscrição. O *Los Angeles Times* e o *Wall Street Journal* prosseguem idêntico percurso. Números do *Nieman Journalism Lab* preveem que, até final de 2012, o acesso condicionado aos sítios online seja a norma em 20 por cento dos 1400 jornais norte-americanos (*idem, ibidem*).

de restringir o acesso pese sobre os meios que decidiram avançar por essa via. Para tal, os proprietários “têm de agir em conjunto”:

“Numa data específica, num futuro próximo, os órgãos de comunicação social produtores de conteúdos informativos devem informar os destinatários que os respetivos sítios na rede só são de acesso livre a subscritores (...), porque as entidades que produzem esses conteúdos gastam milhões de dólares na sua produção e reprodução” (2011: 46).

David Simon coloca a questão nestes termos: “Ou as pessoas acreditam que a informação veiculada pelo *Washington Post* ou pelo *New York Times* é importante, ou não acreditam”. O autor norte-americano considera que a aplicação desta ideia iria requerer a criação de uma entidade, financeiramente alimentada pelos próprios meios informativos, exclusivamente para regular o cumprimento dos direitos de autor, monitorizando, sobretudo, os agregadores de conteúdos e os *blogs* informativos, uns e outros, como vimos, a viverem, em larga escala, dos conteúdos produzidos pelos meios de referência (*idem, ibidem*: 46)⁸⁰. Por isso, conclui o autor, “cada leitor que aceite pagar, nem que seja um terço do preço da entrega do jornal à porta, já está a contribuir para o início de uma nova corrente, certamente lucrativa” (*idem, ibidem*: 51).

Rupert Murdoch parece estar cada vez menos sozinho, em defesa de uma Internet de acesso reservado. Ignacio Ramonet assinala que a tendência geral junto dos empresários de *media* “parece aproximar-se da opção pelos conteúdos pagos”, se não todos, pelo menos pelas “informações únicas, raras, ou pelas análises que acrescentem valor” (2011: 112). O presidente do grupo *New York Times* introduz um novo conceito, identificador dessa nova tendência, “*freemium*”, resultado da “mistura do gratuito com o pago” (*apud idem, ibidem*).

Os conteúdos que permanecerem livres poderão ser agregados e consultados, não através dos sítios de origem, mas de motores de busca. Nestes casos, as receitas publicitárias fogem diretamente para os destinatários de alojamento desses conteúdos republicados. A possibilidades de motores de busca, como o *Google*, reclamarem um pagamento por cada notícia consultada, independentemente da fonte, e partilharem essa

⁸⁰ Em Janeiro de 2012, um conjunto de empresários dos *media*, com interesses nos Estados Unidos da América, conseguiu levar ao Senado, pela mão de um senador republicano e de outro democrata, duas propostas de lei (SOPA – Stop Online Piracy Act e PIPA – Protect IP Act) para impedir a partilha ilícita de ficheiros online. A Casa Branca, em ano de eleições, foi sensível ao conteúdo das propostas; mas os principais sítios online de partilha mobilizaram os utilizadores gerando uma reação de rejeição global aos dois documentos. Os proponentes retiraram as propostas e prometeram reformulá-las. No essencial, as duas propostas visavam dotar a justiça americana de poderes para combater e punir a partilha de conteúdos sem autorização dos detentores dos direitos (Público, 21 de Janeiro de 2012). A Entidade proposta por David Simon correria o risco de gerar o mesmo efeito negativo. O *mito libertário* da Internet está demasiado incrustado na sociedade; quaisquer interesses que se ergam contra essa liberdade, terão de conseguir resistir à pressão global promovida por esses sítios de partilha. O ímpeto agregador do protesto é a classificação de que as restrições de acesso representam atos de censura.

receita com associações de editores de imprensa escrita, está em estudo. Está em estudo, igualmente, a partilha da receita publicitária dos sítios que republiquem conteúdos⁸¹.

O sucesso destas soluções, a requerem uma monitorização precisa dos hábitos de consumo dos internautas, ainda é, como concluem Leonard Downie Jr. e Michael Schudson, uma incógnita:

"A cultura, que ainda permanece na Internet, em defesa de um acesso livre a uma massa de informação, não permite respostas claras sobre se estas abordagens irão resultar e, se resultarem, de facto aumentarão os recursos destinados à reportagem, criando novos modelos de negócio associados ao jornalismo" (2009: 21).

Um longo caminho, de desfecho imprevisível, parece condicionar o resultado efetivo destas soluções; outros modelos de negócio, de que daremos conta na reta final deste capítulo, associam-se ao vasto campo de iniciativas em estudo, complementos diretos para atenuar os efeitos da crise de sustentabilidade do jornalismo.

Uma Transposição *Fac-similada*

A dificuldade que os empresários dos *media* revelaram para encaixar a Internet nos respetivos portefólios, pelas razões que atrás enunciámos, gerou a ilusão de que a rede teria condições para se transformar numa alavanca de lucros imediatos. Como vimos, para não canibalizarem as receitas que julgavam seguras nos meios tradicionais, os empresários optaram por replicar – na plataforma online – os conteúdos integrais das edições impressas, ou, no caso das rádios e das televisões, promover a transposição direta dos conteúdos sonoros e televisivos, reforçando a componente da escrita.

O desconhecimento que os empresários revelaram relativamente ao novo suporte tecnológico determinou que o potencial da rede fosse amplamente desperdiçado. Como reconhece Philip Meyer “a forma mais óbvia de se lidar com uma tecnologia de substituição é iniciar um negócio de substituição”. Tal porém tem-se revelou-se difícil:

"As capacidades e oportunidades da nova tecnologia ainda estão a ser descobertas. O potencial da Internet é inesgotável. Perceber como torná-lo lucrativo exige uma longa série de experiências, de erros, mas exige, igualmente, empresas com capacidade de resistência ao fracasso" (2004: 218).

Num primeiro momento, os empresários evitaram esse binómio experiência/erro. A receita parecia demasiado segura. Mas, replicar os conteúdos na rede, acreditando que o modelo de negócio seria igualmente replicado, com reforço significativo de proventos,

⁸¹ Sobre este assunto conferir Ramonet, 2011: 113; Downie Jr. e Schudson, 2009: 19.

conduziu à explosão de decalques, e consequentemente, no fecho do século XX, ao fim abrupto da ilusão.

A primeira publicação a surgir na rede de forma regular foi o *Palo Alto Weekly*. A edição online nº1 da revista norte americana de S. Francisco, na Califórnia, surgiu a 19 janeiro de 1994 (Salaverría, 2006: 129).

Em 27 de Julho de 1995 a imprensa periódica portuguesa estreava a sua versão digital: o *Jornal de Notícias* foi o primeiro diário a entrar na rede. Quatro anos depois, a 19 de Julho, surgiu o primeiro jornal generalista online, sem qualquer âncora de suporte impresso, o *Diário Digital, DD*.

O *Diário Digital* teve de aguardar pela chegada da banda larga, promotora da disseminação do acesso, para ter condições de se poder impor no mercado; todavia, o facto do seu aparecimento ter coincidido com o fim do período de euforia atribui-lhe um episódico reconhecimento público. Mesmo elegendo como concorrentes diretos as rádios e as televisões, e não os restantes jornais com edições na rede; adotando, como reconhece o antigo diretor Filipe Rodrigues da Silva, “um método de funcionamento que traduzia a simbiose de uma rádio com uma agência de notícias, em atualização permanente e fiável” (Silva, 2006: 163), o *DD* nunca conseguiu, verdadeiramente, assumir-se alternativa.

De uma forma geral, as experiências pioneiras empreenderam “iniciativas visando uma reconfiguração de identidade *multimedia*”. Mas, o que de facto aconteceu, foi a transposição de “estratégias bem-sucedidas nos mercados *monomedia*” para o ambiente digital. As empresas investiram em tecnologia e novos negócios, “mas quase todas continuaram a agir do velho modo” (Corrêa, 2006: 52).

Rosental Alves assinala que, ao nível dos conteúdos, e da forma como foram expostos na rede, a transposição foi direta:

“A página inicial (*home page*) assemelhava-se à primeira página dos jornais, e as camadas interiores de conteúdo reproduziam as mesmas secções da edição em papel. Até mesmo as emissoras de rádio e televisão e as revistas seguiram mais ou menos esse mesmo modelo quando criaram os seus sítios na *web* (...) As empresas tradicionais encararam como uma nova ferramenta para distribuir conteúdos, originalmente produzidos noutros formatos” (2006: 93 e 94).

Maria Ángeles Cabrera Gonzalez classifica o primeiro modelo de jornal online, esta transposição direta que caracterizámos, como modelo *fac-simile* (“um modelo estático ... que não aproveita as possibilidades de interatividade oferecidas pelo novo meio”); Gonzalez identifica um segundo modelo, o modelo adaptado, cuja apresentação

visual já explora a identidade do novo meio, rompendo com o decalque das edições digitais pioneiras; num terceiro patamar evolutivo, a investigadora espanhola coloca o modelo digital, que perde a referência da edição impressa, oferecendo ao destinatário um potencial interativo e um conjunto de serviços que não existem na edição impressa. O modelo digital torna-se complementar do impresso; por fim impõe-se o modelo *multimedia*: ao nível dos conteúdos e da apresentação visual não existe qualquer ligação com o jornal impresso. A principal característica deste modelo é o aproveitamento integral dos potenciais interativos e *multimedia*. A oferta reflete os diferentes suportes: som, imagem, imagem em movimento e texto (Gonzalez, 2000).

A CENTRALIDADE DO PÚBLICO

Dan Gillmor e a Obsessão Tecnológica

No século XX, os meios de comunicação social tradicionais promoveram a receita da unidirecionalidade. Um público maioritariamente passivo sujeitava-se a desempenhar com rigor o papel de mero recetor. Como assinala James Carey “construímos um jornalismo que assume servir o público, mas onde o público não desempenha qualquer papel, é apenas uma audiência” (1997: 247). Os destinatários do jornalismo, de facto, existem, mas são esse corpo sem rosto de que falava Adriano Duarte Rodrigues (s.d.: 36) ou a “entidade abstrata”, na interpretação de Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2007: 23). Nesta lógica, o jornalismo, querendo chegar a todos, não chega verdadeiramente a ninguém.

As cartas ao diretor nos jornais eram publicadas por decisão unilateral dos periódicos; as reclamações, os protestos, as críticas construtivas quando chegavam às caixas de correio das rádios e das televisões seguiam diretas para o arquivo morto; raras vezes essas sugestões eram tidas em conta em próximas emissões. Os leitores, os ouvintes e os espectadores que escreviam, faziam-no apesar do pressentido silêncio que tais missivas haveriam de despertar junto dos responsáveis dos diversos órgãos de comunicação social. Existia, pois, um grupo restrito que não se rendia à passividade que lhe era imposta. Para esses, a unidirecionalidade era insustentável.

Dan Gillmor, um dos primeiros jornalistas-académicos a estudar os efeitos da Internet no Jornalismo, antecipou, em 2004, o que julgava ser o futuro (ou o fim) do jornalismo: “A violenta colisão da tecnologia com o jornalismo (...) é a maior

oportunidade, em muitas décadas, para conseguirmos fazer um jornalismo melhor” (2004: XII, 111).

Gillmor aplaude, sem reservas, o primado da tecnologia, assumindo que ela nos dotou com um “instrumento de comunicação” que permite, a cada um de nós, “tornar-se jornalista sem custos financeiros associados e com capacidade de cobrirmos o mundo inteiro”, de uma forma que “nunca antes fora remotamente possível” (*idem, ibidem*: XII).

Ao mesmo tempo que enaltece os novos meios, criados a partir da Internet, Gillmor ataca sem freio os clássicos, assinalando que a implosão da unidirecionalidade, proporcionada pela tecnologia, implodiu, igualmente, a “arrogância” dos meios de comunicação social tradicionais para quem as notícias “eram uma lição”. A decisão sobre a seleção das notícias pertencia-lhes inteiramente. Com o advento da Internet, na ótica do autor, o cenário começa a mudar de forma quase imediata:

“A reportagem e a produção jornalística tendem a ser cada vez mais uma conversa ou um seminário. As linhas de separação entre produtores e consumidores desaparecerão e os papéis, que ambos representam, sofrerão mudanças” (*idem, ibidem*: XIII).

O pensamento de Dan Gillmor está, de alguma forma, aprisionado pelos efeitos da tecnologia e à forma como esta se impõe ao jornalismo. Nessa associação, o autor apenas consegue antever momentos de glória para o jornalismo, se a cartilha da interatividade de base tecnológica for convenientemente aplicada. As teses de Gillmor, que criaram uma legião de seguidores na academia e no mercado, serão aprofundadas ao longo deste capítulo, numa tentativa de reposicionamento da tecnologia no lugar de instrumento, ou seja, esvaziando o balão insuflado onde os *evangelistas* da Internet pretenderam colocá-la.

Gillmor parece detetar o âmago da questão quando destaca o potencial interativo dos novos meios, sobretudo quando, a partir desse potencial, outros agentes podem participar no processo de produção da notícia, mas ameaça afastar-se do centro do problema quando não classifica, claramente, a relevância e os efeitos dos conteúdos jornalísticos gerados pelos repórteres cidadãos, a base social indiferenciada da pirâmide. Ao atribuir a jornalistas profissionais e amadores o mesmo estatuto, ou mesmo admitindo a secundarização dos primeiros face aos segundos (*idem, ibidem*: XIV), percebendo que a “fácil coexistência” entre ambos, acabará, “rapidamente”, por se “tornar natural” (*idem, ibidem*: 129), Gillmor enaltece, de novo, o papel da tecnologia e, como consequência, torna irrelevante a técnica profissional

(competências), a ética, os compromissos deontológicos, ou seja, as marcas distintivas do jornalista.

A maior contradição de Dan Gillmor reside, pois, na tentativa que o autor ensaia em manter vivos os princípios do jornalismo, apesar de incluir no processo produtivo uma multiplicidade de vozes e de interesses, a que atribui, como referimos, estatuto idêntico ao do jornalista profissional: “os nossos valores de base, incluindo a precisão e a imparcialidade continuarão a ser importantes” (*idem, ibidem*: XIV).

Rosental Alves (2006) e Charlie Beckett (2008), expondo um rumo de análise muito próximo do de Dan Gillmor, ao enaltecerem essa equiparação de papéis entre jornalista e público, acabam por incorrer na mesma contradição. Alves sustenta que, apesar da “cacofonia”, continuará a haver lugar para o jornalismo; será, todavia, “um novo jornalismo”:

“Que conserve os elementos fundamentais do jornalismo tão bem descritos no livro *Os Elementos do Jornalismo* de Bill Kovach e Tom Rosenstiel, mas que, ao mesmo tempo, desenvolva uma nova linguagem, um novo código comunicacional adequado às características *multimedia* da *web*, e das outras plataformas digitais que existem ou venham a ser criadas” (101 e 102).

Charlie Beckett, por seu lado, acredita, igualmente, que um jornalismo feito a diversas vozes e “definido pelo ato” e não pelo estatuto, “um ato que qualquer um pode desempenhar”, será um “jornalismo mais forte e mais válido do que tem sido o jornalismo produto de um sacerdócio profissional” (IX, VIII). O autor britânico caminha entre avanços e recuos. Ao mesmo tempo que promove uma equiparação de papéis entre jornalista e público, faz algumas concessões: a nova “parceria” entre jornalista e público permite que o jornalista tenha mais tempo para “fazer mais”, para “acrescentar valor” em “análise e reportagem”, para “falar com mais fontes”. A parceria, reconhece Beckett, permite ao jornalismo “regressar aos valores fundamentais” (2008: 150 e 151). Este edifício ameaça, contudo, desabar, quando o professor britânico exorta os jornalistas de investigação a irem “partilhando” com o público os resultados das investigações que estiverem a concretizar (*idem, ibidem*: 151). A conclusão do autor mergulha a análise no terreno ambíguo da contradição que assinalámos: “No jornalismo em rede não interessa se o exercício da reportagem, da análise, do comentário, é desenvolvido pelo amador ou pelo jornalista profissional” (*idem, ibidem*, 153).

Os Efeitos Sociais da Nova Tecnologia (Uma Orientação para o Diálogo)

O potencial tecnológico associado à Internet, que torna possível o envolvimento do público no processo produtivo da notícia, tem reflexos profundos no campo da ação jornalística; mas a defesa absoluta da orientação para o diálogo determina que questionemos as condições desse diálogo, mas também os interesses que nele participam. Assumir, pois, como Gillmor, Beckett, Alves e outros, que a crescente integração das vozes dos cidadãos é a (única) salvação do jornalismo, poderá constituir-se numa abordagem excessivamente redutora.

Estas visões mais extremadas respondem a uma necessidade absoluta e urgente de encontrar solução para a crise de valores do jornalismo. A internet foi vista como a tábua de salvação; e essa visão idealista permitiu que fosse criado um ambiente de "euforia comunicacional" (Mesquita, 2000: 64), que, de alguma forma, cegou os eufóricos.

Bill Kovach e Tom Rosenstiel refletem, igualmente, sobre os efeitos da tecnologia no jornalismo, assumindo uma posição que indicia a absorção dos elementos positivos da tecnologia e a sua integração no processo produtivo, mas que rejeita a equiparação de papéis entre jornalista e consumidor e, com maior ênfase ainda, a secundarização do primeiro pelos segundos, como Gillmor chega a preconizar. Até porque, como assinalam os autores, no processo produtivo, ambos, consumidores e jornalistas profissionais, ocupam diferentes papéis.

Para os autores, a mais-valia da tecnologia reside na promoção de uma alteração do papel do cidadão consumidor de notícias: “de consumidores passivos de notícias, feitas por profissionais”, a tecnologia abre-lhes a possibilidade de se tornarem “participantes ativos”:

"Estamos a assistir ao nascimento de uma nova cidadania, mais ativa, assumindo novas responsabilidades (...) O jornalismo do século XXI deve reconhecer isso e participar no processo de formação do público, fornecendo-lhe as ferramentas necessárias para desempenhar essa forma mais ativa de cidadania" (2007:19 e 20).

"O público deixa de ser mero recetor passivo da informação para assumir um papel de interlocutor ativo". Os jornalistas são desafiados a "responder às exigências de um novo público, muito mais participativo e exigente" (Salaverría, 2006: 136 e 135).

Se a unidirecionalidade impunha a criação, nas margens do processo comunicacional intermediado pelos *media*, de bolsas de resistência, integrando todos os que não aceitavam a passividade, este novo potencial tecnológico, que abre a

possibilidade à interação comunicativa, para se tornar efetivo carece de um público empenhado nessa participação. O jornalismo tem aqui o papel decisivo de formar um público cidadão, que, de facto, assuma um papel no processo de produção da notícia que, sendo diferente do papel do jornalista, porque o estatuto de ambos também é diferente, não deixa de ser, igualmente, relevante. Um público empenhado acrescenta valor ao processo produtivo da notícia, alarga o campo dos factos, estabelece novas cadeias de inter-relação entre eles, em suma, cria novas notícias; mas, essa participação construtiva do público requer um jornalismo mais vigilante, disponível para integrar os novos factos no processo produtivo, sujeitando-os à aferição dos valores que moldam a profissão.

Rosental Alves, como Dan Gillmor, caracteriza o novo consumidor enfatizando o potencial tecnológico que permite essa alteração de perfil; assim, a mudança de estatuto, de uma posição passiva para uma atitude ativa, traduz-se na mera possibilidade de dominar, inteiramente, a partir do computador, os conteúdos a que quer aceder, o momento e o formato que lhe for mais oportuno. Alves conclui que a comunicação se torna “eu-cêntrica” (2006: 96 e 97). Um novo consumidor caracterizado desta forma não altera, propriamente, o estatuto de base, apenas assume maiores possibilidades de escolha e conquista maior autonomia no processo de receção. Ainda que a “atitude ativa” desse “novo consumidor” possa significar que a tecnologia lhe permite participar no processo produtivo da notícia, não está definida a base dessa participação nem, sequer, a forma como o jornalismo deve interagir com esse recetor.

Rupert Murdoch esforça-se por satisfazer os interesses desse consumidor tecnológico de Alves: “os dias em que um escasso número de editores decidia a informação a que deveríamos ter acesso não voltam (...) hoje os consumidores exigem notícias à medida, continuamente atualizadas” (*apud* Alterman 2011: 6).

Ignacio Ramonet adota a expressão de Alves e conclui que essa *comunicação eu-cêntrica* provoca nova alteração na paisagem mediática:

“Passámos da era dos meios de massa para a era da massa de meios. Antes, os *meios-sol*, no centro do sistema, determinando a gravitação universal da comunicação à sua volta. Agora, os *meios-poeira*, dispersos no sistema, mas com capacidade de se aglutinarem, podendo constituir super plataformas mediáticas” (2011: 21).

A Internet conserva, de facto, um potencial facilitador de interação social, abrindo espaço a um “vasto universo de novas e complexas teias de relações sociais”, onde “o apelo (necessidade) aos próprios participantes para formarem as suas opiniões é

muito maior" do que o gerado pelos meios clássicos (Esteves, 2003: 193, 199), destinados, por ação dos diversos agentes envolvidos na produção, emissão e embalagem das opiniões, à promoção da passividade. Das diversas redes sociais, aos fóruns de discussão, organizados por áreas de interesse, grupos profissionais, causas comuns, etc., passando pelas conversas online em tempo real ou pelo clássico correio eletrônico, uma vasta gama de dispositivos de interação rompeu o grilhão da unidirecionalidade, demonstrando a existência de um impulso participativo por desbravar.

O Novo Público

A possibilidade técnica de uma ação social direta, o diálogo, reconfigura o jornalismo. Ao questionar a unidirecionalidade, a tecnologia transforma-se na alavanca de um novo jornalismo orientado para o diálogo. A introdução do público no processo produtivo da notícia atribuiu estatuto aos destinatários, mas dotou-os, igualmente, de um grau de responsabilidade antes impensável e dispensável.

A tecnologia está, no fundo, a permitir que o jornalismo vá ao encontro das suas raízes: estabelecendo um compromisso exclusivo com o público. Jay Rosen, um académico/jornalista comprometido com o público, demonstra, através do pensamento de James Carey, que o maior compromisso que o jornalismo deve assumir é com o público:

"Quantos jornalistas consideram que a sua missão é informar o público? Penso que a maioria. Carey discorda: as pessoas informam-se a si próprias (...) as notícias permitem que a conversa entre elas prossiga (...) No mundo de Carey (...) o jornalismo tem raízes no público. O principal mandamento do jornalismo (...) é o público. O fundamento do jornalismo é o público" (Rosen, 2004).

Mark Deuze, prosseguindo o trilha interpretativo do pensamento de Carey, assume que esse regresso às origens do jornalismo, esse enaltecimento do papel do público, já está a promover "uma ténue e lenta mudança no conceito de serviço público". O autor considera que a orientação para o diálogo afasta o jornalismo do princípio clássico – "dar às pessoas o que elas precisam de saber" – e aproxima-o do ideal de James Carey – "a amplificação do diálogo que a sociedade tem com ela própria". Mesmo permanecendo enquadrado pelo primado da narrativa, o jornalismo vai, "de forma cautelosa, respondendo aos desejos e necessidades da audiência" (2005: 455 e 456).

Impõe-se, pois, um jornalismo com características especiais, onde a orientação para o diálogo entra na sua corrente sanguínea; não lhe altera a essência, mas determina adaptações na ação quotidiana.

A integração da tecnologia no processo permite, finalmente, acertar o foco: o jornalismo é consequência de existir um público ávido de notícias para poder interagir/comunicar; o jornalismo promove essa comunicação.

Como assinala Mark Deuze, a integração do público no processo produtivo determina a reconfiguração da própria identidade profissional do jornalista: a forma como o jornalista integra a participação do público influenciará, de forma decisiva, a identidade de cada jornalista (2006: 27). O jornalismo da era da Internet depende, pois, cada vez mais, da “crescente interatividade” e do “esbatimento das relações hierárquicas entre produtores e consumidores de notícias” (*idem*, 2005: 454 e 455). Um jornalismo que coloque o foco no público, promovendo a comunicação que lhe permitirá agir, formar opinião, conquistar autonomia é um jornalismo onde o jornalista deve posicionar-se entre o público, ouvi-lo, refletir com ele, aceitar a sua participação no processo produtivo da notícia, exercendo sobre ela um compromisso jornalístico, de forma a que os novos factos possam ser integrados, acrescentando valor à informação. Sem que exista confusão de papéis ou, sequer, equiparação de estatutos entre produtor e consumidor, a inclusão dos destinatários no processo produtivo reforça a vigilância crítica, podendo, em teoria, reforçar a transparência da notícia e o grau de fiabilidade da mesma. Como reconhece Barbie Zelizer, a verificação é, exatamente, uma das práticas jornalísticas que promove essa “dimensão colaborativa” do jornalismo, impondo-lhe uma marca distintiva que não tinha expressão no jornalismo tradicional (2004: 42).

A integração sustentada da mudança em curso requer, todavia, como assinalam Kovach e Rosenstiel, a adoção de um conjunto de práticas que assuma, como prioritária, a tarefa de “armar o público com os instrumentos necessários para que possa assumir essa forma mais ativa de cidadania” (2007: 19). Charlie Beckett sublinha, exatamente, a necessidade de ser introduzido no processo produtivo o conceito de “*media* literacia”: “Não existe esperança para o jornalismo em rede se os jornalistas e o público não estiverem equipados para a tarefa” (2008: 8). Desenvolveremos à frente o conceito de *media* literacia.

O novo estatuto do consumidor de notícias, armado com as ferramentas que o transformam num cidadão participante no processo presta-se, assim, à atribuição de um

novo quadro concetual. É um “*pro-consumidor*⁸²(...) um híbrido de consumidor e produtor”(Kovach, Rosenstiel: 2007: 19-20). Esbatidas as relações hierárquicas entre produtor e recetor da notícia, o *pro-consumidor* torna-se ator do processo, e a criação profissional coexiste com a criação amadora. O novo perfil transforma-o num *pro-am* (profissional-amador)” – é um amador mas que desenvolve uma atividade seguindo “padrões profissionais” (Ramonet: 2011: 19-20). Formar o público significa, pois, tornar transparente o processo de produção da notícia, forçando a imersão (pública e permanente) dos valores que moldam a profissão. O *pro-am* conhece os valores do jornalismo e, embora não assuma com eles o mesmo grau de compromisso do jornalista, tem recursos para vigiar o cumprimento desse compromisso, reforçando a transparência do processo e aumentando o grau de rigor do trabalho do jornalista; o *pro-am* não acede aos mesmos lugares da notícia a que o jornalista, pelo estatuto diferenciado, acede, mas, cada vez mais, recorrendo às novas tecnologias, se aproxima deles (e muitas vezes, sobretudo em situações limite, só ele lá está); o *pro-am* não precisa ter da notícia a visão global, mas pode enriquecê-lacom o conhecimento especializado promotor da sua participação.

Jay Rosen assume que os conteúdos que circulam na rede, gerados por esse cidadão comprometido com os métodos de trabalho profissionais, são, regra geral, “pobres ou banais”, mas isso não é razão para que sejam desprezados. Para Rosen, se um por cento desses conteúdos for de elevada qualidade, e outros 10 por cento de qualidade aceitável, essa já será razão para que sejam incorporados no processo produtivo (*apud* Beckett, 2008: 53). O trabalho mais complexo do jornalista será o de filtrar essa informação. Mesmo que o jornalismo tenha por missão despertar nas pessoas esse interesse pelapartilha, acreditamos que o processo comunicacional, inevitavelmente, se restrinja à esfera dos cidadãos produtores de informação fiável e credível. A maioria, por vontade própria, utilizará o potencial tecnológico numa perspetiva mais emocional do que racional, que é, aliás, o que ainda hoje acontece.

Sobressai, pois, a necessidade de um grau de responsabilidade efetivo por parte do público. O futuro do jornalismo depende “de cidadãos fortalecidos (pelo poder da informação) capazes de criarem as suas próprias comunidades de discussão, a partir de informação verificada” (Kovach, Rosenstiel, 2007: 20).

⁸² *Pro-sumers*, no original

Um Novo Jornalismo, um Novo Jornalista, um Novo Público

Kovach e Rosenstiel, mesmo considerando que os cidadãos conquistam um papel de destaque no processo produtivo, insistem na fronteira clara entre jornalistas profissionais e amadores. O novo jornalista é um “construtor de contexto” que “verifica” a origem da informação, atribuindo-lhe um selo de “confiança”, e que depois a “ordena” para que o público possa “descodificá-la de forma eficiente”. O jornalista é, assim, o “líder de um amplo fórum, ou mediador, ao invés de ser simplesmente um professor ou um conferencista” (*idem, ibidem*: 19, 20). O jornalista assume, na ótica dos autores, a função de “facilitador da discussão” do amplo fórum que lidera (2010: 175).

A orientação para o diálogo e a integração do público no processo produtivo pressupõe um “novo tipo de jornalismo”, exclusivamente direcionado para servir o público. Kovach e Rosenstiel entendem que esse novo jornalismo, associado à tecnologia, exige dos jornalistas “mais capacidade e maior responsabilidade”. Cumprindo determinadas funções, a tecnologia pode produzir “um jornalismo melhor”, “mais comprometido com o público” e com potencial para “cavar mais fundo” (*idem, ibidem*: 182). Nas raízes do “jornalismo do futuro” deve estar, pois, a preocupação com a forma como o público “usa as notícias” e a antecipação daquilo que o público espera dos jornalistas com vista à plena satisfação dessas necessidades (*idem, ibidem* 175).

O jornalismo para um público ativo, participativo e mais exigente será, necessariamente, um jornalismo mais completo, gerador de contexto. Elizabeth Saad Corrêa antevê, por isso, uma prática mais ousada:

"Será necessário reaprender a construir e a disponibilizar o contexto, a sair da fragmentação noticiosa e a rumar para uma condução da audiência na busca de mais e mais informações correlacionadas" (2006: 60).

Ao mesmo tempo que Saad Corrêa considera que a ação jornalística ideal, focalizada no primado do público, pressupõe a rutura com a fragmentação noticiosa, construindo novos contextos, essa ação satisfaz as necessidades de um público mais exigente mas, cada vez mais, fragmentado. As notícias são partilhadas entre membros de públicos específicos, organizados em comunidades de interesse:

"Os consumidores estão (...) a trazer a corrente dos *media* para dentro do seu campo de controlo para interagir com outros utilizadores. Lutam pelo direito de agir, de uma forma mais completa, na definição dos conteúdos dos *media*, abrindo espaço à rejeição dos conteúdos massificados do mercado" (Jenkins, 2004: 37).

A Internet, promovendo a reconstrução da ideia de comunidade, valorizando a criação de uma miríade de comunidades de interesse, promotoras de discussão e de

troca de argumentos entre os membros, participando, afinal, na recuperação, como veremos à frente, da ideia de um espaço público de debate gerador de um verdadeiro consenso, ainda assim, não escapa à crítica lançada, em 1996, por Doris Graber. A professora da Universidade de Chicago alertou para os efeitos da "diversificação mediática" sobre a "fragmentação política", receando que os canais televisivos temáticos de informação abolissem a "dieta" informativa que os espectadores dos canais generalistas diariamente partilhavam, perdendo assim as referências e os laços que os faziam membros da mesma "comunidade política". Graber enfatizava, então, o potencial dos canais televisivos (temáticos) de informação:

"O resultado pode ser um mundo de especialistas míopes que ficam numa situação de desvantagem intelectual igual aos cegos da lenda, que não conseguiam conhecer um elefante porque só apalpavam partes específicas do corpo do animal" (2000: 192).

Sem aprofundar um juízo crítico, Mark Deuze parece, de facto, caracterizar a existência desse outro lado, sugerido na receção por tópicos proporcionada pela Internet:

"Chegámos à era da individualização, da audiência fragmentada, onde a atenção se dissolve: se antes dedicávamos minutos a ver notícias, agora, enquanto surfamos, a atenção prende-se por escassos segundos" (2005: 455).

A crise dos meios clássicos e, consequentemente, do jornalismo por eles produzido acabam por ter reflexos significativos na esfera pública. Os novos hábitos de acesso à informação, com os jornais e os meios audiovisuais a perderem a influência que detinham na mobilização dos leitores, ouvintes e telespectadores em torno de problemas comuns, ameaça deslaçar, ainda mais, o público, crescentemente rendido à tecnologia e à possibilidade que esta dá, a cada um, de aceder exclusivamente ao que lhe interessa, através das mais diversas fontes.

De facto, seguindo a linha de pensamento de Doris Graber, estamos, de novo, a assistir à desagregação do público, num processo de contornos semelhantes ao verificado com a erosão das audiências das televisões generalistas, provocado pelo advento dos canais temáticos, distribuídos por cabo ou por satélite. Mas se a Internet participa nessa fragmentação do público, ela transporta, todavia, um potencial agregador, criando comunidades específicas e integrando as margens, dando-lhes a voz que os meios tradicionais, absorvidos pela unidirecionalidade, de facto, lhe retiravam.

Todd Gitlin apresenta, exatamente, os dois lados da equação: "o declínio dos jornais traz associado o declínio de um público unitário como força capaz de ser

mobilizada”, mas, a Internet é, igualmente, “uma força de mobilização”. Gitlin recorre ao exemplo da campanha eleitoral que haveria de eleger o Presidente norte-americano Barack Obama, em 2008, que contou, de forma decisiva, com esse potencial mobilizador da rede, ao promover a participação de muitos dos excluídos do sistema (2011: 100 e 101).

Nada, de facto, parece perdido.

Elegendo o compromisso com o público centro do processo, Kovach e Rosenstiel associam oito funções ao novo jornalista (2010: 175-181). Cada uma delas integra a essência do jornalismo, mas, para os autores, o novo jornalismo torna-as mais urgentes. Em conjunto, as oito funções provam que o jornalismo “não é uma atividade obsoleta, pelo contrário, torna-se mais complexa” (*idem, ibidem*: 182).

A função de *autenticador*: a partir do momento em que o jornalista deixa de ser a única porta de acesso à informação, o público precisa que o jornalista o ilumine, apresentando-lhe a informação em que pode confiar. A multiplicidade de fontes, onde interesses privados surgem mascarados de informação, torna essa missão de autenticação “mais importante do que nunca”;

O jornalista deve assumir, igualmente, o papel de *construtor de sentido* que atribui contexto à informação, procura ligações, em suma, deve dotar o cidadão com elementos que lhe permitam compreender, integralmente, a notícia e responder às questões que ela coloca hoje, devendo, inclusivamente, auxiliá-lo na perceção dos factos futuros relacionados. Nesta ótica, os jornalistas devem olhar para o valor da informação e não apenas para o que é novo.

A função de *investigador*, o clássico papel de *cão de guarda*, adquire novo realce. O jornalista deve prosseguir o rasto do que permanece escondido e por desvendar. O jornalismo deve ter uma agenda própria, evitando seguir a corrente.

Ao jornalista cabe também a função de *monitorizar a própria comunidade* tentando evitar que alguns dos seus elementos, que participam no processo produtivo da notícia, atuem em nome de interesses individuais, desprezando o interesse geral. Como os recursos são escassos, Kovach e Rosenstiel aconselham os jornalistas a organizarem redes, apoiadas pelas novas tecnologias, onde cidadãos sentinelas assegurem essa necessária monitorização.

A função de *dinamizador* responde ao desejo, assumido pelos autores, de dotar o público com instrumentos que lhe permita adquirir novas formas de conhecimento. Esse procedimento do jornalista determina a plena integração do público no processo

produtivo. Jornalista e público desempenham papéis diferentes mas complementares e devem respeitar-se mutuamente: o jornalista expõe factos que auxiliam o cidadão a agir por si próprio; o cidadão deve conseguir descodificar a informação e, se for o caso, ir mais além.

O jornalista do futuro tem de ser, também, um *agregador inteligente* que sobrevoe a multiplicidade de informações na rede, detetando a que possa ter interesse e utilidade para o público.

Enquanto líder de um fórum (*organizador de um fórum*) o jornalista deve promover a discussão e participação dos cidadãos; tal pressupõe que os meios informativos, clássicos e novos, funcionem como a praça pública onde os cidadãos possam monitorizar vozes e opiniões de diversos lados.

Nessa distinção de papéis entre jornalista e público, que os autores definem, o jornalista tem de desempenhar o *papel modelo*: a conduta dos jornalistas é tão pública quanto as notícias que relatam. Um público atento deteta falhas de carácter.

O pleno cumprimento das oito funções do jornalista da era digital torna mais urgente, mais necessário, o reforço dos valores que sempre constituíram a essência do jornalismo. Kovach e Rosenstiel concluem que o cumprimento desses valores “são o trilho que orienta os consumidores e que lhes permite distinguir uma informação de confiança” de outras que circulam na rede (*idem, ibidem*: 172). Na mais recente obra conjunta (2010), os autores insistem na conclusão que tinham assinalado na primeira edição dos *Elementos do Jornalismo*: a tecnologia “não altera a natureza humana, nem os imperativos que enquadram o que as pessoas precisam de saber”. Na nova era tecnológica, “o maior desafio consiste em perceber que mudanças terá o jornalismo de sofrer para continuar a cumprir a função que lhe está destinada” (*idem, ibidem*: 173).

A plena descodificação deste enunciado carece da intermediação de todos os agentes que participam no jornalismo. Desde logo os jornalistas, mas também as empresas e a própria sociedade, representada, neste caso, pela entidade que deve agregar e estudar a dinâmica de efeitos conflituantes que a concretização de tal desafio, inevitavelmente, irá gerar; referimo-nos à academia. Como à frente detalharemos, o mercado está a transferir para os cursos de jornalismo a responsabilidade direta pela formação dos novos profissionais, pelo que a missão social da universidade adquire um estatuto elevado. Kovach e Rosenstiel, como antes o fizera Carey, reclamam um jornalismo ao serviço do público, e, como tal, com capacidade de resistir aos constrangimentos impostos pelo mercado. As novas tecnologias digitais vieram facilitar

a participação do público, atribuindo-lhe um lugar na comunicação intermediada pelos *media*. Assumindo esse lugar, o público torna-se ator presente no processo comunicacional que cabe ao jornalismo promover; o público decide o que quer do jornalismo e o jornalismo deve agir em conformidade; mas as novas tecnologias vieram, igualmente, despertar uma crise de sustentabilidade que está a pôr em causa a missão do jornalismo. A academia deve operar em cima dessa contradição, desde logo integrando as dimensões comercial e tecnológica nos planos de estudo: numa primeira fase, alertando os futuros profissionais para os efeitos de ambas as dimensões, encaradas isoladamente e cruzadas, numa segunda fase, discutindo soluções de ação que adotem o articulado (as oito funções) protetor do jornalismo, desenhado por Kovach e Rosenstiel. As oito funções não pressupõem qualquer desinvestimento nos valores do jornalismo, antes reassumem a sua centralidade, pelo que a academia não deve formar profissionais para interagirem, em exclusivo, com o ambiente digital; pelo contrário, o papel da academia será desenvolver programas de estudo onde o pleno potencial da tecnologia seja colocado ao serviço do jornalismo e do público; programas de estudo que, no fundo, resistam às imposições do mercado, independentemente da plataforma onde a ação jornalística seja exercida.

Um Novo Jornalista Ainda mais Comprometido com a Ética

Cumprir as oito funções pressupõe a renovação do compromisso com a dimensão ética associada ao jornalismo:

“A ética deve assumir o duplo papel de bandeira - sob a qual se deve abrigar o exército jornalístico na defesa das influências do mercado, do peso das audiências e das influências dos proprietários (...) a marca que legitima o trabalho dos jornalistas, sobretudo quando a reportagem de acontecimentos complexos reclama a ação de diferentes *media* e de diferentes pessoas” (Deuze, 2005: 458).

Ou como reclama João Carlos Correia, "é altura de se falar de ética justamente por causa da aceleração das técnicas" (1998a: 6).

Ignacio Ramonet questiona, de forma clara, este esforço de análise promovido por Kovach, Rosentiel, Deuze e outros, no sentido de atribuir uma identidade distintiva ao jornalista. O mais interessante nesse questionamento (que Ramonet deixa sem resposta) consiste no facto do autor assumir constantes posições em defesa dos valores do jornalismo, expondo uma linha de argumentação onde detetamos a crítica profunda aos efeitos do mercado e da tecnologia como marcas salientes da deriva. Mas Ramonet

retoma o princípio de Alves, Gillmor e Beckett, que sustenta a aniquilação da identidade do jornalista na era das novas tecnologias, e sente-se tentado a concordar com os autores:

“Se todos podem ser jornalistas o que distingue um jornalista? (...) A justificação habitual usa o argumento que o jornalista profissional verifica e confirma a informação. Mas esta explicação já não é suficiente. Em primeiro lugar porque, num sistema informacional submetido à ditadura da urgência e da instantaneidade, poucos jornalistas dispõem de tempo suficiente para exercerem conscienciosamente a sua missão (...) Em segundo lugar, ninguém está em condições de provar que a comunidade de internautas não verifique e confirme determinada informação com maior rigor e seriedade do que o jornalista profissional” (2011: 17 e 18).

Colocada a questão nestes termos, Ramonet exorta a um certo atavismo de análise. A questão essencial, que, em nosso entender, o autor não equaciona, é a da responsabilidade do jornalista e da interação desta com a legitimidade. De facto, um estatuto diferenciado traz associado um conjunto de deveres e obrigações (código ético e de conduta) que, quando convenientemente exercidos, legitimam, aos olhos do público, os resultados da ação. A atividade do jornalista profissional está enquadrada por um quadro de direitos e de deveres que não é reclamado ao público que participa no processo produtivo da notícia. Falhas, incumprimentos, constrangimentos existirão sempre, mas não devem ser essas fragilidades a pôr em causa a arquitetura do edifício.

Sylvia Moretzsohn assinala os reflexos dessa diferença de estatuto. A autora brasileira sustenta que a “qualificação específica” do jornalista permite-lhe “mover-se” no “terreno conflituoso em que tantos interesses disputam o espaço mediático” (2006: 76 e 77). O conhecimento e aceitação das regras que enquadram o estatuto atribuem relevância à mediação jornalística. Nos casos em que essa mediação é dispensada, diversos interesses anónimos e invisíveis poderão interpor-se. Moretzsohn traz-nos alguns exemplos⁸³ que refletem isso mesmo. A autora estabelece como critério essencial

⁸³ Sylvia Moretzsohn recorda, entre outros, o caso que antecipou a saída de Dan Rather da CBS. O jornalista norte-americano, uma das grandes referências do jornalismo internacional, deu rosto, no programa *60 Minutes*, a uma informação falsa sobre George W. Bush, então recandidato à presidência dos EUA. Na resposta, um conjunto de blogs “alinhados ao partido do Presidente” demonstraram que a informação era falsa. Moretzsohn conclui que os *blogueiros* tinham um objetivo político definido: demonstrar que Dan Rather e a CBS reproduziram uma informação falsa com o propósito mais amplo de promover o partido democrata, numa oposição direta a George Bush. A pressão dos blogs condicionou a CBS até ao fim do processo eleitoral e provocou a demissão de Dan Rather (2006: 66). Eric Alterman interpreta este episódio com o mesmo olhar crítico de Moretzsohn (“os *blogueiros* conservadores tiveram especial prazer em ajudar Dan Rather a cair”), mas Rosental Calmon Alves identifica, neste processo, uma outra ordem de factos. A essa observação oposta não será alheia a disponibilidade do autor brasileiro para valorizar a dimensão positiva da Internet associada ao jornalismo. “Nos Estados Unidos, os *blogs* tornaram-se os cães de guarda dos cães de guarda. Se a imprensa americana sempre se vangloriou de ser o *watchdog* da democracia, agora ela encontrou um cão de guarda à sua altura (...) Quem poderia imaginar (...) que os *blogueiros* teriam força suficiente para derrubar a principal âncora da televisão americana, Dan Rather (...)?” (2006: 100).

distintivo a credibilidade da informação que circula na rede. Nesse sentido, Sylvia Moretzsohn elege o modelo jornalístico da BBC que, sem deixar de utilizar informação proveniente das mais diversas fontes, incluindo dos chamados cidadãos-jornalistas, assegura que qualquer contribuição de terceiros “seja submetida a uma avaliação editorial adequada” (*idem, ibidem*: 71).⁸⁴

Um Jornalista mais Comprometido com a Tecnologia

O novo jornalista está agora consciente da necessidade de organizar a narrativa em função do público, assumindo que essa construção deve promover o diálogo com os destinatários, podendo evoluir em função do desempenho e grau de envolvimento desses destinatários, agora elevados ao estatuto híbrido de amadores/profissionais. Nos novos meios e nos meios clássicos despertam, pois, consumidores ativos que antes a unidirecionalidade relegava para os patamares da invisibilidade e do anonimato.

A necessidade de adaptar os conteúdos ao diálogo coloca-se ao jornalista online, (Deuze, 2006: 18), mas, na nossa aceção, não lhe é exclusiva. Os jornalistas dos meios clássicos pensam na forma de contrariar a efemeridade associada aos conteúdos jornalísticos, promovendo, ou prolongando, discussões nas redes sociais, nos diversos fóruns na rede, nos *blogs*. Despertam o público e deixam-se despertar por ele, interagindo, direta e imediatamente, com os comentários, os alertas, os reenquadramentos, as recontextualizações que, porventura, daí possam advir.

De uma forma mais efetiva, de facto, o jornalista a operar em ambiente online está mais dependente do público. Essa dependência determina que tenha de “fazer escolhas relativamente ao(s) formato(s) adequado(s) para contar uma determinada história (*multimedia*)”, que tenha “de pensar as melhores opções para o público responder, interagir, ou até configurar certas histórias (interatividade) e” que tenha de “pensar em maneiras de ligar o artigo a outros artigos, arquivos, recursos, etc., através de hiperligações (hipertexto)” (*idem, ibidem*).

⁸⁴ O código de conduta da BBC é muito claro no que concerne à utilização de conteúdos gerados pelos destinatários. A empresa exorta os cidadãos a colaborarem, mas os conteúdos só serão publicados se “cumprirem as determinações do serviço público e os padrões que o público espera da BBC”. Nos espaços de debate online, os conteúdos dos cidadãos devem ser analisados por um moderador a quem cabe remover informações que contrariem a lei ou que sejam inapropriados. Todos os conteúdos gerados pelo cidadão, que sejam publicados ou emitidos no universo BBC, serão sempre enquadrados pela política editorial da estação (<http://www.bbc.co.uk/guidelines/editorialguidelines/page/guidelines-interacting-phone-in/#user-generated-content-online> – consultado em Fevereiro de 2012).

O hipertexto, de alguma forma, pode abrir brechas na estrutura narrativa da notícia clássica. As hiperligações associam-se ao texto original, mas promovem a construção de um outro texto, podendo atribuir à informação um contexto e um enquadramento diferentes dos inicialmente pensados pelo jornalista. A recontextualização é sempre possível a partir do lugar de onde se acede e do contexto de quem acede, mas o hipertexto força esse recontexto, associando-o, de forma direta, à descodificação plena da narrativa.

O novo posicionamento da notícia, associado ao hipertexto, promove, assim, um novo exercício de descodificação. Hélder Bastos entende que a ligação de uma notícia a outras notícias, ou aos acontecimentos anteriores que a determinaram, está na base de “um jornalismo mais informado” (2006: 118).

João Canavilhas considera que, perante um hipertexto, o utilizador escolhe “o seu percurso de leitura”:

“A tradicional técnica da pirâmide invertida dá lugar a uma arquitetura noticiosa mais aberta, com blocos de informação organizados em diferentes modelos, sejam eles lineares ou complexos” (2006: 117).

A notícia responde, igualmente, às seis questões do jornalismo (*o quê, onde, quem, quando, como e porquê*), mas, agora, essa resposta, altera a hierarquia clássica associada a essas seis questões. Canavilhas realça que o parágrafo, ou a infografia, que assinalam o arranque da narrativa deverão responder “de forma simplificada ao *quem, onde, o quê quando*”, mas, depois desse arranque, a “introdução de *links*” fará a notícia evoluir, “de forma livre, para o *como e o porquê*”⁸⁵ (*idem, ibidem*: 116).

Bill Kovach e Tom Rosenstiel destacam que a interação com o público promove a introdução de uma sétima questão. Os autores chamam-lhe o fator “*Q*”. Cada conteúdo informativo gera agora um novo conjunto de *questões*:

“O fator “*Q*” pode ser o elemento mais importante para se chegar a uma história completa. As questões levantadas pelas notícias são tão importantes quanto as respostas a que conduzem. As questões tornam o diálogo aberto. E o jornalismo deve promover a abertura desse diálogo” (2010: 62 e 63).

Ao novo jornalista, em particular ao jornalista online, é reclamado um novo compromisso com a tecnologia. Filipe Rodrigues da Silva, antigo diretor do primeiro jornal diário português com edição exclusiva na rede, o *Diário Digital*, destaca a necessidade do jornalista que opera em ambiente online conhecer “códigos html e xml ou ter conhecimentos de edição e tratamento de fotografia” (2006: 164).

⁸⁵ Os destaques estão no texto original.

Ramón Salaverría associa o domínio da componente audiovisual:

“O textual e o audiovisual, antes perfeitamente separados, tendem a estar cada vez mais interligados e, no futuro próximo, os jornalistas terão de conseguir combinar, no quotidiano profissional, a destreza do texto com o conhecimento da essência da narrativa audiovisual” (2006: 134).

Um "Homem Orquestra" Jornalisticamente Multi-Incapacitado

Hélder Bastos considera que o jornalista da próxima década “será uma espécie de homem orquestra”: utilizará imagens de vídeo na edição em linha do seu jornal; transmitirá mensagens escritas na rádio onde trabalha. O autor advoga que essas “múltiplas capacidades”, que passam a ser exigidas aos jornalistas, “bem como a aptidão para trabalhar em ciclos de notícias em atualização permanente” são as características que moldam, cada vez mais, o recrutamento nas redações (2006: 106, 108).

Em nosso entender, a súmula das tarefas que Bastos associa ao trabalho jornalístico⁸⁶ ameaça diluir a ação jornalística num contínuo de tarefas eminentemente tecnológicas.

Seguindo a mesma linha de análise de Bastos, Charlie Beckett reforça esse compromisso tecnológico dos jornalistas do digital, que posiciona num patamar superior aos restantes jornalistas, admitindo que esse compromisso constitua a essência de um jornalismo reconfigurado:

“Claro que devem saber como a tecnologia funciona e como a devem usar (...) Devem estar habilitados a colocar vídeo e áudio online, a criarem *podcasts* e alertas informativos (...) integrar comunidades virtuais e interagir com elas (...) chegar ao mundo que está fora da rede, estabelecendo pontes com as margens da sociedade que são ignoradas pelos *media* tradicionais” (2008: 58, 147).

O compromisso com a tecnologia assume, de facto, uma importância crescente no quotidiano da ação jornalística, mas a diluição (equiparação) da missão de recolha, seleção, edição e emissão de informação verificada e credível, num conjunto de tarefas tecnológicas afigura-se um exercício complexo que, inevitavelmente, terá reflexos negativos no jornalismo. A elevação do estatuto do jornalista a operar em ambiente digital, distanciando-o dos restantes, é, igualmente, uma interpretação que merece

⁸⁶ “Redigir notícias, produzir fotografia áudio e vídeo, construir páginas *web*, transpor conteúdos impressos ou audiovisuais para a rede, acrescentar hiperligações, fornecer interfaces que permitam aos utilizadores o recurso a bases de dados diversas, desenvolver comunidades online, particularmente através de linhas de *chat*, etc.” (Bastos, 2006: 106, 108).

questionamento. Regressaremos a este assunto quando discutirmos o modelo de formação académica para o jornalismo do século XXI.

Ivar John Erdal dá-nos conta do intenso debate sobre as novas competências dos novos jornalistas. O autor considera que o novo potencial tecnológico abriu caminho aos “jornalistas multi-capacitados ou incapacitados”. A classificação, positiva ou negativa, depende da perspectiva de análise (2007: 53).

De facto, as *multi-capacidades*, que Bastos e Beckett, por exemplo, colocam no topo das prioridades dos novos jornalistas, são encaradas com receio por Peter Anderson, Anthony Weymouth e Geoff Ward. Os autores consideram que, associada ao encolhimento das redações, a exigência de jornalistas multi-capacitados está a promover um desinvestimento no jornalismo:

“Está a aumentar a pressão em matéria de verificação dos factos e a reduzir o tempo dedicado à reportagem na rua, que permite ao jornalista desvendar detalhes impossíveis através do telefone (...) o jornalista fica sem tempo para pesquisar os factos, com o propósito de dar contexto às histórias” (2007: 27).

Philip Meyer reconhece, a este propósito, que “a ênfase” começa a ser posta “menos” na “emissão da verdade” e mais na “competência”⁸⁷ para tornar o conteúdo “mais atrativo e desejável” aos olhos dos consumidores. “A edição (a forma) cresce em importância relativamente à reportagem (conteúdo)” (2004: 230).

Nos novos jornalistas tecnológicos multi-capacitados, Ignacio Ramonet deteta “*freelancers* prontos para abate (...) mais explorados” do que os colegas das gerações anteriores (2011: 33). Xavier Ternisien caracteriza essa nova geração como os “condenados da informação”:

“A média de idade ronda os 30 anos. Pálidos, apaixonados pelo computador, passam o tempo frente ao écran. Completam jornadas de trabalho de 12 horas, não gozam fins de semana, trabalham à noite (...) têm contratos precários e recebem salários baixos” (*apud idem*: 33 e 34).

Como detalharemos à frente, este compromisso do jornalismo com a tecnologia requer um investimento específico ao nível da formação. Ao mesmo tempo que não poderá ignorar as novas exigências do mercado, a universidade deve contribuir para proteger a identidade do jornalismo, encontrando alternativas a currículos onde o ensino da vertente tecnológica (*multimedia*) surja isolada (valorizada) do ensino dos conteúdos e da reflexão das problemáticas associadas ao campo jornalístico.

⁸⁷ Como observámos no capítulo anterior, Philip Meyer entende que a “competência” jornalística é hoje uma competência de base tecnológica, o conceito não reflete a associação da ação jornalística à dimensão reflexiva (intelectual).

A universidade deve, igualmente, ajudar a encontrar contexto para jornalistas, cada vez menos autores isolados no processo criativo associado à produção de informação. Em 2004, Philip Meyer alertava para os primeiros sinais de inversão do modelo de recrutamento nas redações: “os melhores salários” são pagos aos jovens que assumem responsabilidades exteriores ao campo do jornalismo, como os *web designers*” (2004: 230). A questão do salário não é, todavia, a essencial. Meyer antecipava isso mesmo. O problema fundamental, que deve motivar a reflexão académica é, exatamente, a nova composição da redação e as consequências da convivência de jornalistas e não jornalistas, associados ao processo produtivo (no trabalho final chega a tornar-se difícil distinguir a participação de uns e de outros). De facto, as novas redações mistas são uma realidade diferente das redações tradicionais: nas novas redações, não jornalistas, licenciados em disciplinas tecnológicas, convivem com jornalistas formados em escolas de jornalismo, mas que “não adquiriram o processo de socialização que, nos meios tradicionais, promovia a transmissão dos valores da profissão” (*idem, ibidem*: 231).

O processo de *socialização por osmose*, estudado por Warren Breed nos anos 60 do século passado, que servia de bitola à integração dos novos recrutas nas redações, transmitindo-lhes o quadro de valores da profissão e a linha editorial do órgão de informação que os acolhia, começa a ser uma realidade fora de contexto, sobretudo nas novas redações *multimedia*.

O novo jornalismo exige, pois, um novo jornalista com novas competências técnicas mas, igualmente, consciente de que o espectro da notícia é mais abrangente, e as fronteiras delimitadoras do jornalismo mais esbatidas, ou porventura, mais alargadas. E os dois conceitos não representam necessariamente a mesma coisa. O esbatimento de fronteiras pode determinar uma certa impossibilidade de sinalização das mesmas; o alargamento pode representar uma evolução natural. Não seria, aliás, a primeira vez que a profissão de jornalista incorpora áreas antes separadas do grupo, como os “locutores da rádio e os fotógrafos de imprensa” que, no momento em que se integraram na profissão de jornalista, esta “alargou as respetivas fronteiras”⁸⁸ (Mesquita, 2000: 65). Já o esbatimento de fronteiras provoca o risco de contágio do jornalismo com conteúdos de outras áreas (propaganda, rumores, desabafos, interesses, notícias falsas, etc.), mas

⁸⁸ Em Portugal, em 1992, com a abertura da televisão à iniciativa privada, os repórteres de imagem numa primeira fase, e os editores de imagem, num segundo momento, passaram a ter estatuto de jornalista, podendo reclamar o título profissional. Antes deste alargamento da profissão, os repórteres de imagem eram operadores de câmara, e os editores de imagem montadores de audiovisual, ambos integrados no sindicato dos técnicos de audiovisual.

também com profissões de outros subcampos da comunicação, como a publicidade, as relações públicas, a assessoria de imprensa ou o jornalismo de empresa. Hoje, de facto, esses riscos são maiores. Relançaremos a discussão das fronteiras do jornalismo numa etapa posterior deste trabalho, mas, nesta fase, interessa registar que as novas tecnologias estão a abrir brechas na profissão. Importa refletir sobre o sentido dessa abertura, porque as novas tecnologias fizeram nascer um novo conjunto de ofícios (os novos profissionais dos *media*) que, pelo menos, alargaram a equipa que interage no processo produtivo das notícias. O novo jornalista tem hoje, por isso, novas e diferentes responsabilidades que a universidade não pode ignorar. O novo modelo de formação exige novos currículos, mas também professores que coloquem no centro da sua ação formativa os desafios deste novo e exigente contexto. A universidade deve conseguir incorporar essa nova identidade, refletindo sobre a forma de preservar o jornalismo e as fronteiras que o estruturam, necessariamente mais esbatidas hoje. A discussão sobre o papel e as funções do jornalista num ambiente tecnológico, e a interação que o jornalista deve promover com profissionais de áreas vizinhas para concretizar a sua missão, é um campo de estudo que deve encontrar posicionamento nos planos de formação de primeiro ciclo.

A Convergência

As novas tecnologias associadas ao jornalismo promoveram uma nova prática, um novo método de trabalho, nas redações - a convergência - que, inevitavelmente, teve influência direta na estruturação dos conteúdos informativos.

Ivar John Erdal considera que a tecnologia permitiu às redações não apenas adotarem o conceito como, também, aplicá-lo às diversas fases do processo produtivo interna e externamente: a “convergência tecnológica” abriu caminho à “convergência dos meios” e à “convergência organizacional”. A convergência cobre, por isso, “um largo espectro de âmbito tecnológico, social e cultural” (2007: 51).

A convergência sofreu um impulso com a aplicação do roteiro digital, mas o conceito, sobretudo na sua componente organizacional, já antes era assumido por diferentes órgãos de comunicação social (incluindo de plataformas distintas) de um mesmo grupo de *media*. A aplicação da prática associada ao conceito já era igualmente visível nos meios de comunicação social de proximidade, ou na ação quotidiana dos correspondentes nacionais e internacionais de grupos *multimedia*.

Charlie Beckett considera que a sobrevivência do jornalismo à escala local ou híper local depende, em larga medida, dessa “ação multi-plataforma numa ligação a 360 graus” (2008: 79).

A aplicação da convergência de base tecnológica, que desponta na era digital, não se revelou (ainda não se revela) um processo pacífico.

Como constata Ivar John Erdal são ténues as fronteiras entre “convergência” e “divergência” (2007: 52).

Mark Deuze associa aos Estados Unidos da América uma prática de resistência à aplicação do conceito nas redações, mas que terá sido comum ao mundo ocidental:

“Nos EUA o processo de convergência teve de enfrentar a resistência dos repórteres, pouco receptivos a abandonarem a forma como sempre fizeram as coisas, especialmente recusando trabalhar em sinergia com colegas de outros departamentos da empresa (...) Na base desta resistência está a relutância generalizada dos jornalistas para inovarem, partilharem conhecimentos, abraçarem as novas tecnologias, mesmo quando pensavam que elas poderiam ser um importante auxiliar” (2005: 451, 452).

Um inquérito concretizado pela *Innovation*⁸⁹, uma empresa de consultadoria *multimedia* suportada pela Associação de Imprensa Internacional, prova que na base dessa resistência (31 por cento das respostas) está a “natureza individualista dos jornalistas” (*apud idem, ibidem*).

Elizabeth Saad Corrêa assume um caminho claro na defesa do conceito. A autora considera que, encarada nas suas diversas dimensões – tecnológica, empresarial (que pressupõe um certo grau de coordenação editorial entre as empresas do mesmo grupo *multimedia*), profissional (que assume a adoção de novas práticas – *multimedia* - pelo jornalista) e comunicativa (a assunção de uma nova retórica jornalística) – a convergência adquire uma lógica operacional integrada, mais profunda, portanto, do que a expressão meramente funcional adotada por muitos empresários. Essa lógica funcional limita-se a associar a convergência à propriedade: a mera fusão de uma multiplicidade de canais de conteúdo e distribuição (2006: 54 e 55).

⁸⁹ A empresa fez um estudo na SIC, estação de televisão onde o autor desempenha funções de jornalista, entre 2006 e 2007. Assistimos ao mesmo grau de resistência por parte dos jornalistas. Alguns desses receios permanecem e algumas das normas sugeridas pela *Innovación* não chegaram sequer a ser aplicadas. O propósito da administração da empresa era adotar o modelo de uma redação multiplataforma, onde as fronteiras que separavam jornalistas do canal generalista, do canal informativo e do online deveriam ser abolidas e os jornalistas integrados num modelo conjunto de organização, exclusivamente dependente das especificidades das plataformas. A dinâmica informativa seria estruturada de acordo com os ritmos e as exigências de cada uma das plataformas, e o jornalista repórter deveria agir respeitando a especificidade de cada meio, produzindo *headlines* para o online, pequenas notícias para o canal informativo e reportagens mais desenvolvidas para os jornais televisivos do canal generalista.

Peter Anderson, Anthony Weymouth e Geoff Ward descodificam o conceito avaliando, na prática, o seu grau de resolução: "Ao mesmo tempo que a convergência reforça as finanças dos proprietários, torna-se inimiga da pluralidade e da diversidade" (2007: 23).

A história parece dar razão aos autores. O conceito de convergência é adotado, e ampliado, num momento em que as empresas se viram confrontadas com uma quebra profunda nas receitas publicitárias. A opção assumida pelos proprietários passou, como vimos, pelo corte nos custos e pela correspondente redução de jornalistas. A convergência funcional, que Corrêa rejeitava, pode ter sido a via de acesso mais fácil ao emagrecimento dos quadros de pessoal. Colocar menos jornalistas a fazerem o mesmo para as diversas plataformas do grupo de *media*, corresponde, essencialmente, a um esvaziamento da matriz do conceito, nas diferentes dimensões identificadas pela autora brasileira.

A tecnologia acabaria sempre por promover alterações no funcionamento e na organização das redações, com reflexos diretos na produção jornalística:

“As redações são espaços sócio–materiais onde a questão tecnológica acaba por afetar quem tem de contar a história, mas também a escolha das histórias que vão ser contadas, como vão ser contadas e a quem vão ser contadas” (Erdal, 2007: 53).

A partir do momento em que a convergência é assumida como bitola de emagrecimento das empresas, a questão está em apurar a dimensão das alterações e os efeitos que elas tiveram na qualidade do jornalismo.

A convergência, todavia, não deve ser encarada, exclusivamente, como um valor de mercado.

Entre a imagem do jornalista de mochila às costas⁹⁰ que produz, ao mesmo tempo, conteúdos para as diversas plataformas, e o jornalista clássico, que conhece apenas as ferramentas comunicativas do meio onde faz carreira, há um fosso que é possível colmatar.

A convergência traz, essencialmente, dois desafios. Nenhum deles omite a necessidade de continuarem a existir jornalistas especializados numa determinada plataforma que, pelo conhecimento das especificidades que a moldam, possam acrescentar valor ao produto final.

⁹⁰ *Back pack journalist* no original. "O jornalista de mochila às costas usa múltiplas ferramentas na concretização das histórias que faz (...) Combina vídeo e som, que ele próprio capta, gráficos, gráficos animados, fotos, texto - tudo numa única notícia (Allan e Zelizer, 2010: 9).

Primeiro desafio: o esbatimento de fronteiras entre as plataformas e a promoção de sinergias entre diversos meios de um mesmo grupo, em nome da diminuição dos custos de produção de conteúdos jornalisticamente mais ambiciosos, afirma-se como um fator positivo de mudança, apenas propiciado pelas novas tecnologias. Segundo desafio: o jornalista deve conhecer a identidade dos meios para, em momentos diferentes, poder produzir conteúdos específicos, investigados e trabalhados por si; esta é uma realidade muito diferente de – numa corrida contra o tempo - recolher, editar e emitir conteúdos, numa ação quase simultânea e respondendo, exclusivamente, aos ritmos das plataformas. Como reconhece K. Kawamoto " nas empresas de *media* convergentes do futuro, os jornalistas que melhor entenderem as capacidades únicas dos *media* múltiplos serão aqueles que obterão mais sucesso" (*apud* Bastos, 2006: 107).

Se os empresários não entenderem a convergência como um acesso rápido ao emagrecimento das redações, ou ao pleno esbatimento de fronteiras profissionais, colocando jornalistas a concretizarem tarefas comerciais (venda de conteúdos, gestão de receitas), ou exclusivamente tecnológicas, ou criativas (programação, desenhos de sítios online, *web design*, gráficos), uma e outras promotoras da quebra de fronteiras que fragilizam a qualidade do jornalismo, acreditamos que o potencial inscrito no conceito favorece o jornalismo.

Na nossa aceção, a formação académica deve estar consciente do potencial da convergência, colocando-o ao serviço do jornalismo. Para tal terá de investir nesse tópico de estudo e, nas unidades curriculares dedicadas à ação jornalística, alertar para a tendência do mercado em esvaziar o conceito, colocando-o ao serviço dos seus interesses efémeros.

O Portão Perdeu o Guarda

A inclusão do público no processo produtivo; a disseminação dos canais de produção, de emissão e de receção; os novos hábitos de consumo de notícias (a cada um é dada a possibilidade de assumir o papel de editor dos conteúdos que lhe interessam, cada um pode *cozinhar* a sua própria *dieta* informativa, acedendo ao que quer, onde quer, como quer); o primado absoluto da visualização; a atualização permanente; a instantaneidade; a possibilidade de acesso direto aos factos sem a necessidade de uma mediação jornalística ... Todos estes elementos de diferença vieram redesenhar o jornalismo. O portão perdeu o guarda.

Nos anos 60 do século passado, David White estudou o papel do jornalista enquanto *seleccionador de factos* (*gatekeeper*). White identificou os diversos processos de seleção da informação - desde a fase da recolha até à publicação/paginação - e concluiu que nesse processo de filtragem, que consistia na valorização de determinados factos em detrimento de outros, intervinham diferentes *gatekeepers*. “O processo (...) de rejeição não pára”. O último *gatekeeper* da cadeia, “o redator telegráfico do jornal não metropolitano”⁹¹ - é “o mais importante de todos, pois se rejeitar uma notícia, o trabalho de todos aqueles que o precederam (...) fica reduzido a zero” (1999: 142 e 143).

Os diferentes *seleccionadores de factos*, especialmente o último da cadeia, conquistavam, assim, um poder sobredimensionado, no sentido em que as decisões que tomavam, mesmo respeitando os chamados critérios jornalísticos e a linha editorial do jornal, dependiam, em larga medida, deles próprios. A experiência e o faro jornalístico afirmavam-se elementos determinantes nessa seleção, mas desse processo de filtragem não seria possível excluir os efeitos dos juízos de valor, dos preconceitos relativos a determinadas matérias, e, à medida que o mercado reforçava o seu papel na decisão jornalística, a conquista de audiências ia assumindo um cada vez maior estatuto na seleção.

A associação da Internet ao jornalismo teve o mérito de retirar ao jornalista o exclusivo da seleção. “A época onde (o jornalista) assumia sozinho o direito de escolher e de publicar as informações terminou” (Ramonet, 2011: 15). “O mediador solitário dos factos que haveriam de chegar ao público” – é uma figura “problemática ou mesmo obsoleta” (Kovach, Rosenstiel, 2010: 171). A Internet está a desafiar o papel da imprensa “enquanto seletora de factos ou decisora solitária do que deve ser publicado”:

“Na era eletrónica, a informação circula tão livremente que a Primeira Emenda se transforma num anacronismo – nenhum governo conseguirá realmente controlar a liberdade de imprensa porque, se o quiser fazer, a profusão de meios assegurará que se um não publicar uma qualquer notícia, outros fá-lo-ão” (Chapman e Nuttall, 2011: 39).

⁹¹ “Tem a seu cargo a seleção das notícias nacionais e internacionais que aparecerão na primeira página, e seu posterior desenvolvimento nas páginas interiores, bem como a sua composição” (White, 1999: 142 e 143). Na imprensa portuguesa, a função mais aproximada seria a de editor de fecho, com responsabilidades limitadas à paginação, reescrita e titulação, mas não à construção integral das peças jornalísticas. Nas redações portuguesas do século XXI tem conquistando estatuto a figura do *story builder*, o jornalista que, à imagem do redator de White, pega nos conteúdos recolhidos por outros e os adapta à identidade das diferentes plataformas. A figura do *story builder* encaixa no conceito de *Churnalism*, definido em 2008 por Nick Davies, que classifica o quotidiano “numa fábrica de notícias” como “cruel”: “os repórteres, basicamente, reciclam material em segunda mão, proveniente de agências noticiosas e empresas de relações públicas, sem tempo para verificarem a fiabilidade das informações (...) estes jornalistas são simples processadores passivos do material que lhes chega” (*qpud* Allan e Zelizer, 2010: 18).

De facto, nada impede que uma fonte chegue ao grande público sem mediação. O impacto da mensagem dependerá depois, em grande medida, do estatuto do emissor e da plataforma utilizada. Há informação que circula nas redes sociais e a que milhares de destinatários acedem, que nunca chega a ser veiculada pelos chamados *media* tradicionais; há, igualmente, informação gerada na rede que, pelo impacto que alcança, força o envolvimento desses meios clássicos:

“A mesma tecnologia que torna possível a produção de conteúdos pelos cidadãos, também permite aos governos, ou quaisquer corporações ou entidades, comunicarem diretamente. Com tudo isto, o jornalista permanece sentinela num portão sem cerca à volta (Kovach e Rosenstiel, 2007: 19).

A Necessidade de Esbater as Fronteiras entre *Velho* e *Novo* Jornalismo

A investigação académica sairá enfraquecida se não resistir à tentação de erigir uma barreira entre o jornalismo praticado antes e depois da associação à Internet. Se existe um conjunto de práticas – promovidas pela Internet e pelas novas tecnologias – que vieram desafiar o cumprimento do quadro de valores que deve moldar o exercício da profissão, importa igualmente assinalar que a Internet tem potencial para refundar a ação jornalística ao romper os grilhões da unidirecionalidade e, simultaneamente, integrando o público no processo de produção da notícia. Como temos salientado, residirá nessa marca de identidade distintiva a mais valia da associação da Internet ao jornalismo, mas também a sua maior pecha.

Leonard Downie Jr. e Michael Schudson identificam bem esta necessidade de existirem pontes entre o *velho* e o *novo* jornalismo quando elegem “valor supremo” a preservação “da reportagem independente, original e credível, seja ou não popular ou rentável, independentemente do meio onde é transmitida”. Como observámos, a crise de sustentabilidade que afeta o jornalismo teve especial impacto no jornalismo de qualidade; Downie Jr. e Schudson sustentam que esse impacto foi maior no jornalismo praticado fora dos grandes centros, onde, à partida, o público acede com maior dificuldade a informação proveniente de fontes alternativas e distribuída por *media* alternativos (2009: 12 e 13). Na observação dos autores, a tecnologia digital, sem dispensar a reportagem no terreno, está, finalmente, a suprir as brechas que criou nos jornais locais, permitindo que desponham projetos inovadores, de baixo custo, que aumentam a capacidade de produzir informação, passível de ser partilhada e verificada pelos recetores (*idem, ibidem*: 13).

Peter Anderson alerta, todavia, para a necessidade de ser avaliado o verdadeiro potencial dessas alternativas fruto da associação entre a acessibilidade da técnica e o desejo do público em participar:

“Não existe qualquer evidência de que os conteúdos produzidos por jornalistas cidadãos e reproduzidos em *blogs* independentes, e outros meios, tenham condições para serem uma alternativa suficientemente credível, substancial e com autoridade (...) capaz de suprir as falhas cada vez mais identificadas nos meios informativos clássicos” (2007: 67).

Se os novos pontos de notícia, fora do espectro dos meios clássicos, revelam dificuldade em preencher o vazio aberto pela crise de sustentabilidade que afeta o jornalismo tradicional, também o jornalismo de referência deve saber integrar as diversas vozes da rede. Como constata os autores do relatório sobre a reconstrução do jornalismo americano, novos e velhos meios “crescentemente dependem uns dos outros”:

“Os velhos meios de notícias e reportagem de investigação deixaram de ser autossuficientes e os novos só alcançarão audiências mais alargadas se forem citados por jornais, rádios e televisões” (Downie Jr. e Schudson: 59).

É esse entrecruzamento entre os novos e os velhos meios, entre os velhos e os novos jornalistas, que Philip Meyer propõe, em nome da preservação dos valores do jornalismo:

“Se o velho jornalismo não consegue adaptar-se, os que souberem usar, melhor do que nós, os tradicionalistas, as novas tecnologias, ou que pura e simplesmente estejam mais despertos para as incorporarem no processo produtivo, irão começar a afastar-nos” (2004: 229).

A ideia de que o jornalismo só resistirá se quebrar a barreira entre novos e velhos *media*, ou, atribuindo ao desafio a abrangência devida, se quebrar a barreira entre novo e velho jornalismo, expressa, de forma clara, a linha da nossa investigação. A diluição dessas barreiras determina que centremos o nosso esforço analítico no jornalismo e na identificação do complexo enunciado que, de facto, o desestrutura.

O semanário alemão, *Die Zeit*⁹², publicado em Hamburgo, com uma tiragem próxima dos 500 mil exemplares, prova que seguir o trilho aberto pelo público pode ser solução até para a *moribunda* imprensa em papel. O *Die Zeit* resistiu aos efeitos da crise da imprensa, mantendo o perfil de referência, apostando em artigos e reportagens de fundo.

Numa entrevista que deu ao jornal espanhol *El País*, em 2010, o diretor do semanário, Giovanni di Lorenzo, assume que o *Die Zeit* teve o seu melhor ano

⁹² <http://www.zeit.de/index>

comercial em 2009, já em plena crise económica global e no momento em que a imprensa em papel aplicava cortes nos custos, e na qualidade, para sobreviver:

"Não é óbvio que a imprensa em papel tenha de estar em crise. Recuso as definições autodestrutivas. Incomodam-me. Nos últimos anos temos feito muito para fortalecer a imagem do papel, a que, no fundo, devemos tudo. E conseguimos-lo rejeitando as receitas dos consultores. Continuámos a fazer textos maiores, rejeitámos as modas e continuámos a fazer um jornal muito difícil. Essa foi uma das razões do nosso êxito (...) O que fizemos foi estudar muito bem as necessidades dos nossos leitores. Nós, gente dos jornais, temos muito o hábito de fazer jornais para nós próprios e para os que nos estão próximos e esquecemos o público que paga (...) Temos de abrir os jornais às necessidades dos leitores" (*El País*, 31 de outubro de 2010).

O *Die Zeit* tem uma redação paralela de 60 jornalistas, dedicados em exclusivo ao online. As colaborações dos jornalistas da edição impressa no sítio são voluntárias. Sem desprezar a edição digital, a aposta do semanário alemão é, claramente, o papel. Jornais de referência mundial como o *New York Times* ou o *Washington Post* seguiram, igualmente com sucesso, um caminho diferente:

"Procederam a cortes na redação em papel e aumentaram a presença e a profundidade online. Outros centraram o foco na cobertura detalhada de assuntos locais" (Alterman, 2011: 15).

Uma vez mais, o futuro não poderá ter, apenas, um caminho; a resposta deverá partir sempre da plena integração dos meios, tradicionais e novos, e das práticas que a ambos estão associadas. Se o público reclama um jornalismo com profundidade, de investigação, textos mais longos, bem escritos, com ritmo, é indiferente que o suporte seja o papel, a televisão, a rádio, os novos meios. Também aí, o *Die Zeit* deve servir de referência. O jornal faz um esforço para contrariar a tese de que os jovens não leem jornais em papel:

"Fazemos muito para motivar os mais jovens. Começamos logo na escola: em cada ano, o *Die Zeit* chega a 200 mil alunos. Anualmente organizamos debates nas universidades. Temos uma revista para a universidade onde incluímos páginas para crianças. O resultado é que a maioria dos nossos assinantes tem entre os 20 e os 30 anos" (*El País*, 31 de outubro de 2010).

Um futuro que passe pelo questionamento das certezas absolutas, promovendo essa associação das práticas dos meios tradicionais e dos novos, afigura-se, pois, mais construtivo.

O digital é, aliás, uma ferramenta promotora do jornalismo de qualidade. O acesso facilitado e imediato a dados, que antes, na era analógica, estavam vedados, ou

eram dificilmente acessíveis ao público em geral e aos jornalistas em particular, é hoje uma realidade.

João Pissarra Esteves considera que a acessibilidade das bases de dados oficiais alimenta "o potencial democrático da Internet" que, "a concretizar-se objetivamente, há de poder traduzir uma resposta a alguns dos bloqueios do Espaço Público" (2003: 196).

Este processo específico do acesso à informação é resultado, afinal, do permanente movimento de adaptação do jornalismo à realidade. Uma obra em permanente construção, um modelo em sempiterno redesenho em função de fatores exteriores - eis a marca saliente do jornalismo. Por isso, Ramón Salaverría entende não existirem razões para alarme:

"Ao fim e ao cabo, este processo tem pouco de revolucionário. Desde as origens que a profissão tem sido acompanhada por uma constante: a necessidade de se acomodar às mudanças. O futuro, mais do que nunca, exigirá que se continue a seguir esse caminho" (2006: 136).

OS EFEITOS NEGATIVOS DA INTERNET NO JORNALISMO

Este prolongado abraço do jornalismo às novas tecnologias está-lhe, de facto, na essência. Jane Chapman e Nick Nuttall consideram que a “formatação das notícias ao longo dos últimos 200 anos” tem dependido de “fatores institucionais” (as dimensões económica e política, essencialmente), mas também de “fatores tecnológicos”, reforçando a tese, que também já aqui expressámos no capítulo um, “de que as notícias são, mais do que qualquer outra coisa, uma categoria culturalmente construída” (2011: 2).

No final deste capítulo realçaremos os efeitos positivos que resultam dessa associação entre a Internet e o jornalismo, nesta fase expressamos os sinais negativos que realçam a deriva que temos vindo a caraterizar.

Combater o Excesso de Informação não Filtrada

A rede é um lugar de ilusão onde, como temos insistido, convivem todas as formas de comunicação. Mensagens jornalísticas disputam espaço com a propaganda, a publicidade, os interesses políticos, económicos, etc. As fronteiras diluem-se, desaparecem.

Ignacio Ramonet avalia esta perda de marcas identitárias imposta pela rede e conclui que o campo da comunicação se sobrepõe promovendo uma “confusão permanente entre informação e comunicação”:

“O mundo da comunicação⁹³, cujo papel consiste em difundir mensagens complacentes e laudatórias relativas às empresas que as emitem, tende a misturar-se com o mundo da informação. Entre as duas esferas, os diques começam a romper (...) Uma tal mistura de géneros degrada a confiança do público e impõe um sério golpe de credibilidade ao conjunto da informação” (2011: 36-37).

O jornalista e autor Michael Massing identifica e caracteriza os dois lados da rede, por um lado, um lugar “pleno de vida e agradável”, por outro “um ninho de rumores, distorções e fabricações” (*apud* Downie Jr. e Schudson, 2009: 54 e 55).

A rede está, pois, povoada de armadilhas a que jornalistas e público devem estar atentos:

“Existem poucas marcas claras que permitam a distinção entre *blogs*, sítios financiados para promoverem pontos de vista e os sítios independentes de notícias que operam de acordo com as regras profissionais que enquadram a reportagem” (Starr, 2009: 3).

Os interesses invisíveis encontram nas redações mais permeáveis da era digital, com menos recursos financeiros e humanos, um terreno fértil para deixarem uma marca. Emitir mensagens através da rede, acreditando que elas alcançam os destinatários certos (jornalistas inexperientes que não conquistaram o hábito de verificar a origem e a veracidade das informações), é uma atividade que motiva os mais diversos interesses: “o novo ambiente atraiu grupos de interesse, cujo principal propósito não é produzir jornalismo, mas incluir” no alinhamento dos grandes meios de notícias “mensagens políticas” (Kovach e Rosenstiel, 2010: 50). Kovach e Rosenstiel exortam o público consumidor de notícias a escapar deste disfarce jornalístico:

“Quando todas as histórias apontam para uma mesma conclusão e as relações das organizações promotoras têm mais a ver com política do que com notícias, esses são os sinais de alerta que demonstram que entrámos na área de influência do jornalismo dos grupos de interesse” (*idem, ibidem*: 52).

O exercício de filtragem é, por isso, mais exigente. O selo de credibilidade, cada vez mais, precioso.

⁹³“Monde de la communication”, no original. A expressão utilizada pelo autor, e que optámos por traduzir de forma literal, parece-nos excessivamente redutora. O conceito de comunicação é interpretado de forma diferente por diversos autores ao longo desta investigação. Como assinalámos no capítulo dois, a nossa posição é a oposta à de Ramonet, uma vez que, ao contrário do que indicia a posição do autor, o campo da comunicação não se restringe às mensagens produzidas e emitidas por interesses particulares, é antes o campo da partilha e da interação comunicativa. Mantivemos a expressão original por entendermos, neste contexto, não existir qualquer indício de confusão com interação comunicativa, ou a troca racional de argumentos entre os membros de um público. Sobre esta temática conferir capítulo 2, nota 31.

Esta mistura de conteúdos provenientes das mais diversas fontes, patrocinadoras de interesses diversos, impõe novas responsabilidades aos jornalistas, ao público mas, igualmente, à universidade. Os currículos dos cursos de jornalismo devem fornecer ferramentas que auxiliem os alunos a decodificarem as características da rede, salvaguardando o jornalismo e os valores que o enformam. Os efeitos da tecnologia nas profissões da comunicação devem autonomizar-se numa área de estudos e as unidades curriculares da variante integrar a reflexão sobre os potenciais efeitos do digital na ação quotidiana; questionando, sobretudo, a aplicação dos métodos tradicionais de recolha de informação e contacto com as fontes, avaliando os processos de confirmação e verificação da informação, necessariamente mais complexos agora, dada a nova pressão do fator tempo, mas, essas unidades, devem discutir, também, novos modelos de estruturação e apresentação da matéria jornalística e posterior distribuição, que tenham em conta a interação direta e permanente com o público. A convivência, na rede, de conteúdos que refletem interesses particulares, mascarados de mensagens jornalísticas, essas sim promotoras da defesa do interesse público, sem constituir um momento novo na deriva que temos vindo a caracterizar, assume, agora, uma proporção com potencial devastador.

A Urgência da Medialiteracia

No modelo de formação, cujas bases definiremos no capítulo oito, iremos avaliar a introdução de uma unidade curricular que reflita sobre a interligação permanente e essencial que o jornalismo deve manter com o público. A este propósito, a problemática relativa à literacia (das notícias, dos *media*) assume especial relevância. Nos cursos de jornalismo nas universidades dos Estados Unidos da América, cujas marcas identificadoras adiante detalharemos, a adaptação dos currículos à era da Internet promoveu a introdução da literacia como disciplina de referência.

Howard Schneider, diretor da Escola de Jornalismo na Universidade de Stony Brook em Nova York, antigo jornalista e editor de jornais, criou, na escola que dirige, o primeiro curso em Literacia das Notícias. O curso haveria, mais tarde, de chegar a diversas universidades americanas. Schneider é, igualmente, o diretor executivo do Centro Escolar de Literacia das Notícias⁹⁴.

⁹⁴ cf. (<https://journalism.cc.stonybrook.edu/?p=926> consultado em Abril de 2012).

A preocupação americana com o ensino da literacia das notícias e dos *media* é, todavia, transversal à sociedade, e não apenas apanágio dos cursos de jornalismo. No sentido de formar cidadãos mais despidos para as armadilhas da rede, Alan C. Miller, um jornalista de investigação do *Los Angeles Times*, fundou, em 2008, o Projeto de Literacia das Notícias (NPL)⁹⁵, destinado a alunos pré-universitários e apoiado por fundações não lucrativas, universidades e cerca de 185 jornalistas. O projeto, extracurricular, promove sessões de literacia das notícias em diversos liceus americanos nas cidades de Nova York, Chicago e Washington. A iniciativa pretende ajudar os alunos da era digital a usar os motores de busca, mas também as plataformas clássicas, no sentido de aprenderem a “separar factos de ficção”, “informação verificada de propaganda”, estimulando “técnicas de pensamento crítico” que lhes permita identificar a “informação credível” que circula na rede e que integra os alinhamentos dos meios clássicos. O projeto promove a interação crítica dos alunos com materiais recolhidos na rede, (emails virais, *Wikipedia*, motores de busca, *YouTube* e notícias clássicas) e apresenta-lhes, como modelo, conteúdos jornalísticos credíveis⁹⁶

Em Portugal, existe um portal de literacia para os *media* administrado pelo Gabinete para os Meios de Comunicação Social e apoiado por um conjunto de entidades públicas com responsabilidades na área da comunicação. O sítio pretende inscrever a educação para os *media* na agenda pública, promovendo a participação dos cidadãos na vida democrática, através das plataformas digitais e das redes sociais, mas criando condições para que os cidadãos reforcem um juízo crítico face aos *media*⁹⁷.

Como assinala João Carlos Correia, o propósito destes movimentos é o mesmo: "a necessidade de saber que tipo de conhecimento, atitudes e competências se tornam essenciais para se ser um cidadão na idade dos *media* (2000: 208).

A formação de jornalistas e cidadãos mais preparados para desvendarem as armadilhas e os buracos na rede advém, igualmente, da crescente responsabilidade que cada um de nós assume na interação com os conteúdos jornalísticos. De facto, ao mesmo tempo que as marcas jornalísticas de referência produzem, como já aqui assinalámos, o caudal informativo mais consultado na rede, protegendo a ação jornalística, tornando-a fundamental e, como tal, prolongando-lhe a vida, nada impede, como assinalam Bill Kovach e Tom Rosenstiel, que “os cidadãos, cada vez mais, filtrem

⁹⁵ *News Literacy Project (NPL)*, no original.

⁹⁶ (<http://www.thenewsliteracy.org/about/> consultado em Abril de 2012).

⁹⁷ (<http://www.literaciamediatca.pt/pt/apresentacao> consultado em junho de 2012).

sozinhos a informação que lhes chega das mais diversas fontes”. Como insistem os autores, “estamos a tornar-nos os nossos próprios editores, os nossos próprios *gatekeepers*, os nossos próprios agregadores” (2011: 7).

O jornalismo deve, pois, desempenhar papel fundamental para participar nesse processo de formação do público, assumindo um compromisso com a *medialiteracia*. A necessidade de existir uma cada vez maior responsabilidade dos cidadãos não nos deve deixar descansados; mesmo se o cidadão, crescentemente, souber assumir esse papel. A questão fundamental reside, afinal, no potencial inesgotável da rede para produzir uma miríade de mensagens, de interesses variados, por vezes divergentes.

Como reconhecem Jane Champan e Nick Nuttall, a sociedade de hoje “sofre de abundância de informação, mas isto não quer dizer que o público esteja apto a tirar sentido desse excesso”: “demasiada informação, na maior parte das vezes, encobre a verdade, ao invés de a revelar” (2011: 2). Importa pois, quebrarmos a redoma de ilusão em que a rede, por vezes, parece fechar-nos. Como insistem Chapman e Nutall, “a sofisticação tecnológica e a, legalmente definida, liberdade dos *media* não conduzem, necessariamente, a uma cidadania mais informada” (*idem, ibidem*).

Associado ao excesso de informação não filtrada, sobressai um curioso paradoxo: no alinhamento dos jornais televisivos e radiofónicos e dos próprios jornais, na organização dos sítios online das marcas de referência, impõe-se a cobertura noticiosa dos mesmos assuntos, com abordagens semelhantes e padronizadas. Como destaca Nélia del Bianco, referindo-se à informação radiofónica brasileira na era da Internet, “todos bebem da mesma fonte na hora de compor o seu noticiário, reproduzindo o mesmo discurso” (2004: 9).

A conclusão de Eric Alterman surge em jeito de alerta:

“Num mundo em que deixámos de poder depender de jornais, que nos ajudavam a decodificar a realidade, uma vez que deixaram de ter recursos e competência profissional para desempenharem, mesmo com algumas falhas, essa tarefa (...) é impossível não nos interrogarmos sobre o que estará para vir (...) não apenas no que *concerne* ao tratamento das notícias, mas também sobre o que irá acontecer à própria democracia” (2011: 14).

Jornalismo de Verificação vai Dando Lugar ao Jornalismo de Afirmação

Uma das grandes marcas negativas da Internet no jornalismo, e que limita o papel que ele desempenha na formação da cidadania, são as barreiras que se erguem ao cumprimento de um dos seus valores mais distintivos, a verificação. Essas barreiras são

consequência da *abundância de informação* por filtrar. O excesso alimenta a fome de atualizações, de notícias novas, numa proporção nunca antes percebida:

“O processo de *checagem* está debilitado e o jornalismo de verificação enfraquecido, ao permitir um fácil acesso às matérias e às declarações, sem trabalho de investigação (...) O fundamento histórico do jornalismo está no conhecimento da realidade, na apuração dos factos, e na apresentação da narrativa correta, crível, isenta de opinião e de parcialidades. Cabe aos jornalistas a verificação dos factos através da recolha dos dados junto das fontes”
(Bianco, 2004: 6, 10 e 11).

Esta ação jornalística incompleta (ou deturpada), este jornalismo de secretária, está, de facto, a fragilizar as bases onde assenta o edifício profissional: “Os jornalistas que recolham informação diretamente da rede sem uma investigação associada (...) estão a rejeitar os princípios morais e profissionais” (Meyer, 2004: 226).

A recolha de informações dispersas, diretamente na rede, sobre o assunto que está a ser tratado, muitas delas provenientes de fontes indecifráveis e de interesses obscuros, perverte a ação jornalística, reduzindo a escombros a reportagem.

A rede promove o “caos informacional”, impondo, como num “ciber-bazar”, a mistura de “comentários”, com as “notícias de corta e cola”, com “testemunhos pessoais” (Neveu, 2001: 123); ocupam um mesmo espaço, onde as fronteiras e as marcas identificadoras, pura e simplesmente, se esbatem. Novas dificuldades de acesso à informação se impõem quando os *navegadores* da rede se deparam com tão extenso e abrangente leque de mensagens; muitas que se anulam, outras que, só em aparência, se complementam. Separar a informação fiável dessa miríade de mensagens *desinformativas*, ou falsamente informativas é uma tarefa nova que os destinatários, sozinhos, não terão condições de concretizar.

Madalena Sampaio considera existir uma “procura desenfreada pelo *furo digital*”:

“Aposta-se em dar a informação em primeira-mão, sem estar completa ou totalmente confirmada. Um disparar constante de notícias para a *web* que não passa despercebido a qualquer leitor atento” (2006: 158)⁹⁸.

O reflexo dessa “velocidade” traduz-se no “aumento do risco de distorção” (Kovach e Rosenstiel, 2007: 166).

⁹⁸Em Março de 2011, o autor participou numa conferência sobre “Jornalismo do Século XXI”, onde o diretor do jornal “O Jogo” assumiu, perante a audiência, que a Internet estava a tornar mais complexo o exercício de verificação da informação publicada; como tal, o diretor assumiu que muitas informações veiculadas “estão a deixar de passar pelo crivo da verificação”. A concorrência entre jornais, comprometida pela necessidade de “matar a fome que a audiência revela ter por notícias frescas”, foi a razão que, para o referido diretor, justificou a prática editorial.

O excesso não filtrado gera, pois, uma espécie de desinformação, ao mesmo tempo que alimenta a nossa ilusão de liberdade; cada um de nós acredita estar mais perto da verdade, podendo evitar os efeitos do *rolo compressor* do jornalista e dos meios clássicos que oferecem uma informação selecionada (pré-definida), que escapa ao controlo dos recetores. Uma vez mais, a solução parece estar num *meio-termo* que nos abra um caminho que evite as ilusões provocadas pelo ruído do excesso, e as restrições impostas pela unidirecionalidade.

Bill Kovach e Tom Rosenstiel, apresentam-nos um exercício (2010: 1-7) que parece reclamar a necessidade de adotarmos esse *meio-termo*.

Os autores ficcionaram a cobertura mediática de um acidente nuclear em 2010, mas que, efetivamente, acontecera em 1979, na Pensilvânia. Esse exercício realça, de forma clara, as limitações à informação impostas na era da Internet, mas também as que, realmente, se registaram 31 anos antes.

Se, por um lado, a era da Internet retrata um universo informativo caótico, prestes a desagregar-se, potenciador de pânico, faminto de informação, mergulhado no excesso por filtrar e na contradição⁹⁹, por outro, a verdadeira cobertura noticiosa do acontecimento depurou o cenário, purificando-o. Em vez de excesso de vozes e de informações, assistimos ao excesso de zelo dos jornalistas que relataram o acontecimento, ao compromisso (submissão) dos jornais, rádios e televisões, com a visão institucional do acidente¹⁰⁰.

A cobertura de 1979 evitou que o pânico afetasse os trabalhos de minimização dos efeitos do acidente, que poderia, de facto, transformar-se num desastre nuclear. A cobertura informativa da era da Internet potenciará a desinformação e o caos; mas os compromissos assumidos pelos jornalistas e pelos órgãos de comunicação social, em 1979, promoveram idêntico processo de desinformação, cujas consequências não foram avaliadas porque, felizmente, o acidente nunca assumiu a dimensão de um desastre.

⁹⁹ O cenário recriado pelos autores descreve as fugas de informação por confirmar e a reprodução imediata das mesmas pelos diversos agentes implicados na cobertura do acontecimento e a cadeia de reações que essa reprodução ia gerando (“a *blogosfera* age ainda mais rápido do que os noticiários televisivos ou o *YouTube*”; “sítios *online* auto classificados como independentes, mas controlados por grupos políticos, incluindo um com interesses na indústria do nuclear, rebatem as críticas”. A informação veiculada por esses sítios é associada a palavras-chave que lhes permite localização destacada nos motores de busca. A rádio cria pontos de discussão, as televisões por cabo absorvem todo o tipo de informação, mesmo as contradições. Os habitantes vizinhos da central nuclear criaram comunidades fragmentadas de informação. Os jornais em papel oferecem uma cobertura mais aprofundada, mas “parecem lentos, perdem o pé, publicando apenas na manhã seguinte” (Kovach e Rosenstiel, 2010: 1-3).

¹⁰⁰ A televisão ABC, por exemplo, decidiu “nunca usar um adjetivo que não tivesse sido usado pelas autoridades”; as cadeias de televisão implicadas na cobertura decidiam, em reunião diária com as autoridades, que terminologia usar na descrição da tragédia (Kovach e Rosenstiel, 2010: 5).

O Jornalismo do Cidadão

As novas tecnologias associadas ao jornalismo, ao mesmo tempo que abrem espaço à participação dos cidadãos no processo produtivo da notícia, também exigem que esses consumidores-produtores (*pro-sumers*) assumam novas responsabilidades. O jornalista, *líder do fórum*, deve iluminar a participação dos cidadãos no processo produtivo, identificando-lhes as armadilhas da rede (os interesses obscuros que se digladiam para encontrar plataformas mediáticas de acolhimento), mas deve, igualmente, interagir com os conteúdos gerados pelos membros desse fórum, filtrando-os, verificando-os e, se resistirem a esse crivo, integrá-los no processo. As novas responsabilidades dos cidadãos determinam que a participação, que deixou de lhes estar vedada, seja uma participação ativa, mas, igualmente, construtiva.

Cremos que um dos pontos mais sensíveis deste *novo jornalismo* resida, exatamente, no caráter da participação dos cidadãos.

Por um lado, a tecnologia tornou impossível contrariar o sonho de cada um de nós poder ser um “jornalista”, disponibilizando ferramentas que permitem a emissão e divulgação imediata de mensagens geradas por cidadãos; por outro, a tecnologia é cega aos conteúdos gerados pelos utilizadores, incapaz, portanto, de filtrar mensagens esvaziadas de sentido jornalístico.

A rede é, assim, a montra onde tudo se exhibe. A força e o impacto da mensagem, a própria sustentabilidade económica dessa mensagem, passam a depender mais do número de cliques do que da credibilidade; mesmo quando a credibilidade se impõe como critério de acesso (os estudos demonstram, como temos insistido, que esse é principal critério de acesso) qualquer conteúdo, a precisar de receitas para se autossustentar, deve sujeitar-se à ditadura do clique.

Uma rede inundada de mensagens, produzidas por indiferenciados cidadãos, é também fruto desse sonho concretizado de todos sermos “jornalistas”.

O sonho motiva o escritor espanhol Jordi Soler¹⁰¹ a desenhar uma caricatura eficaz do repórter cidadão:

“Imaginemos se cada cidadão exercer o seu direito de se converter em cidadão repórter e sair todos os dias armado com o seu telefone, que também é câmara, disposto a captar a notícia do dia, imaginemos, igualmente, que esta febre jornalística se estenderia a todos os habitantes da cidade. Em que se converte a informação quando todos a gerem e ninguém a recebe?”.

¹⁰¹ A referência ao artigo do escritor espanhol foi originalmente localizada no *blog Jornalismo e Comunicação*, blog coletivo do projeto *Mediascopia* da Universidade do Minho.

Soler estende a caricatura, e a *ação cidadã* que lhe está associada, à captação de todos os factos do dia: 24 horas relatadas ao *frame*¹⁰² por cada um de nós (*apud El País*, 24 de Agosto de 2005).

A imagem de Soler aponta o foco para a banalização da informação, promovida pela necessidade que os indivíduos, em geral, demonstram pela partilha de factos privados do quotidiano. O *Facebook* e as redes sociais haveriam de dar contornos reais à caricatura desenhada pelo escritor espanhol em 2005. A seleção, feita em nome do interesse geral, não consta do mapa de ação desse ímpeto criador dos cidadãos, como não constará, igualmente, a verificação nem o restante quadro de valores do jornalismo.

Ao dissolver o jornalismo na realidade, suprimindo a mediação quando ela, motivada pelo excesso de mensagens por filtrar, maior relevo adquire, Soler parece ter encontrado inspiração no conto de Jorge Luís Borges, publicado em 1960¹⁰³. Ao primeiro olhar, a assunção plena do jornalismo pelos cidadãos torná-lo-ia inútil, da mesma forma que um mapa que cobrisse todo o território também o seria.

A questão essencial, todavia, parece sobrepor-se à utilidade. Do nosso ponto de vista, a discussão deve centrar-se na consciência que os cidadãos têm acerca da necessidade do jornalismo.

Defender, como temos insistentemente feito, o jornalismo e o quadro de valores que o enforma, assumir o papel que um jornalismo independente tem na democracia, são argumentos relevantes, mas terão deles consciência os *pro-sumers*, que em *blogs*, redes sociais, sítios na rede diariamente assumem a tarefa de produzir e espalhar mensagens?

Ao mesmo tempo que a tecnologia também permitiu que um mapa virtual cobrisse todo o território¹⁰⁴, podendo ser consultado parcelarmente, também alguns sítios de notícias online enaltecem a figura do cidadão jornalista, vivendo, exclusivamente, das suas contribuições e onde notícia pode ser qualquer coisa.

¹⁰² Unidade de tempo inferior a um segundo (30 a 60 *frames* por segundo - dependendo do sistema de distribuição vídeo).

¹⁰³ “Naquele Império, a Arte da Cartografia logrou tal perfeição que o mapa de uma única Província ocupava toda uma Cidade, e o mapa do Império, toda uma Província. Com o tempo esses mapas desmedidos não satisfizeram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império, que tinha o tamanho do Império (...) Menos adictas ao estudo da cartografia, as gerações seguintes entenderam que esse dilatado mapa era inútil”, *apud* “Do Rigor na Ciência”, *apud O Fazedor*, 1960.

¹⁰⁴ O *Google maps* permite aceder a fotografias recentes, registadas via satélite, que cartografam todo o território.

O Caso Específico do OhmyNews¹⁰⁵

O sítio online *OhmyNews*, fundado em 2000 (“na Primavera de um novo milénio”) por um sul coreano, antigo jornalista¹⁰⁶, transformou-se, rapidamente, num sítio de sucesso.

Num texto publicado em 2004¹⁰⁷, Ho Yeon Ho definia o âmbito de ação do sítio e as marcas que guiavam o conceito, ancorando a filosofia no princípio de que “qualquer cidadão é um jornalista”. A definição de Yeon Ho sobre o que é um jornalista (“procura novidades, escreve sobre elas e partilha-as com outros”, não sendo, por isso, “uma espécie exótica”) encaixa perfeitamente no perfil de cada um de nós: expurgada da identidade, qualquer profissão poderá, de facto, ser assumida por qualquer um. Com base nesse princípio, Yeon Ho proponha-se reinventar o jornalismo, atribuindo-lhe um novo começo:

“É um primeiro passo para dizermos adeus ao jornalismo do século XX (...) De uma só vez, estamos a mudar a forma como as notícias são produzidas, distribuídas e consumidas”.

Aos cidadãos jornalistas voluntários, porta-vozes dessa *primavera do novo milénio*, Yeon Ho chamou “guerrilheiros das notícias”. O propósito de Ho era transformar o mundo das notícias num campo de batalha onde os inimigos (todos os que se oponham ao primado das notícias sem dono) seriam derrotados através de três táticas de combate, cujo propósito era derrotar os jornais:

“Abolição dos princípios que definem o repórter; quebrar as regras de produção das notícias; demolição de todas as barreiras que separam os *media* (...) A filosofia editorial do *OhmyNews* é o progressismo aberto (...) Deixem-nos destruir a cultura dos jornais do século XX, a cultura dos *media* que aliena os cidadãos”.

Em 2010, quando encerrou, o sítio contaria com a colaboração de 25 mil a 40 mil jornalistas cidadãos em todo o mundo, cada um receberia uma média de 15 dólares por peça (Chapman e Nuttall, 2011: 4). O pagamento da *colaboração voluntária* é um pormenor que Yeon Ho omite no manifesto de apresentação do sítio, mas que, levanta,

¹⁰⁵ http://english.ohmynews.com/articleview/article_view.asp?no=153109&rel_no=1 – consultado em Agosto de 2010)

¹⁰⁶ A biografia oficial do fundador do *Ohmy News*, publicada no sítio original, encerrado em 2010, está inacessível desde a migração do sítio para o novo endereço. O artigo da *wikipedia* (http://en.wikipedia.org/wiki/Oh_Yeon-ho consultado em Abril de 2012) não faz referência à experiência profissional anterior à fundação do sítio, apenas regista o currículo académico do fundador. A revista *Forbes* (www.forbes.com/forbes/2009/0330/050-oh-my-revenues.html consultado em Abril de 2012) apresenta-o como “antigo jornalista de investigação” sem especificar a origem. Sylvia Moretzsohn, sem citar a fonte, associa-o a “revistas alternativas” sul coreanas (2006: 72). O detalhe sobre a origem do fundador do sítio assume relevo pela forma como o conceito, criado por Oh Yeon Ho, se prestou a leituras opostas centradas nos efeitos (negativos e positivos) no jornalismo do século XXI.

¹⁰⁷ http://english.ohmynews.com/articleview/article_view.asp?no=153109&rel_no=1 – consultado em Agosto de 2010)

desde logo, algumas dúvidas sobre esse ímpeto de revolta contra a *cultura alienante* dos jornais.

O sítio resistiu uma década publicando informação não verificada sem assumir responsabilidades por esses conteúdos. Essa responsabilidade era diretamente transferida para os autores anónimos que povoavam as páginas do *Ohmynews*¹⁰⁸. A corrida ao pagamento, por um lado, o desejo (e a vaidade) de cidadãos anónimos terem voz numa montra de dimensão global, por outro, transformaram o sítio na receita de sucesso que Elizabeth Woyke questionou, em 2009, na revista *Forbes*¹⁰⁹: tendo nos leitores diários os milhares de produtores de conteúdos do sítio, “num ciclo virtuoso de cada vez mais notícias e cada vez mais leitores, traduzidos em receitas suficientes para se autossustentar”, como poderia falhar do ponto de vista financeiro¹¹⁰? Mas falhou: “Depois de ter chegado aos lucros em 2003, a *empresa-mãe* entrou no vermelho, em 2008”.

Uma década depois do lançamento, o sítio original foi encerrado. Os artigos dos repórteres cidadãos vegetam num arquivo que não aceitará novas contribuições. A *Wikipedia* assinala que o *Ohmy News* “foi vítima do seu próprio sucesso: verificar factos do mundo inteiro tornou-se tarefa muito difícil”¹¹¹.

Utilizar os cidadãos como pilares de oposição ao jornalismo e ao quadro de valores que o moldam é, porém, um princípio a que o *OhmyNews* deu fôlego e que foi replicado na rede.

Sylvia Moretzsohn entende que o *OhmyNews* se limitou “a tirar proveito da agilidade proporcionada pelas novas tecnologias”. Para a autora, a “revolução” que Ho Yeon Ho propunha não passou “de uma jogada de *marketing*” (2006: 72 e 73): as histórias banais que o sítio sul coreano colocou no pedestal da “notícia” afirmaram-se rolo angariador de novos leitores e de novos produtores.

Dan Gillmor visitou a sede do *OhmyNews* em 2003, deixando-se moldar por cada uma das palavras do fundador:

“O *OhmyNews* abanou o jornalismo e o politicamente correto, atraindo uma enorme audiência, transformando a tradição do jornalismo do século XX – uma aula em que as organizações mediáticas diziam à audiência o que era notícia (...) – em algo

¹⁰⁸ O sítio chegou a contar com 65 colaboradores a quem era atribuída a dupla missão de fazerem algumas histórias originais e verificar alguns dos conteúdos dos repórteres cidadãos (Allen e Zelizer, 2010: 101).

¹⁰⁹ (<http://www.forbes.com/forbes/2009/0330/050-oh-my-revenues.html> consultado em Abril de 2012).

¹¹⁰ Em 2009, o sítio apresentava cerca de 2, 5 milhões de *page views* diárias. O sítio estava no top 30 dos sítios *online* coreanos mais visitados (<http://www.forbes.com/forbes/2009/0330/050-oh-my-revenues.html> consultado em Abril de 2012).

¹¹¹ (http://en.wikipedia.org/wiki/ohmynews_international consultado em Abril de 2012).

revolucionário, interativo e democrático (...) Publicações como o *OhmyNews* irão surgir em todo o lado porque fazem sentido, combinando o melhor das velhas e das novas práticas jornalísticas” (2004: 125 e 126, 129).

O autor reforça o raciocínio recorrendo a um dos *bloggers* mais citados pelos evangelistas da Internet, Jeff Jarvis: “A Internet é o primeiro meio conquistado pela audiência. O primeiro meio que lhe deu voz” (*apud idem, ibidem*: 111).

O Frágil Fermento da Rede

Dan Gillmor conseguiu prever o que, na prática, já estava a acontecer. A rede abriu-se a milhares de vozes antes excluídas do espectro das notícias; mas vozes que se misturaram, que se diluíram na vastidão da rede e muitas perdendo-se de novo. No meio desse caudal de vozes houve (e há) lugar para tudo: opiniões solidamente fundamentadas, informação verificada e que passa pelo crivo da ação jornalística, mas também desabafos, insultos, manifestos, panfletos, panegíricos.

Eric Alterman reproduz as dúvidas que a abertura da rede às mais diversas vozes está a provocar em muitos jornalistas clássicos:

“Esforçam-se por desvalorizar, não apenas, muitas das críticas que perpassam a blogosfera, mas igualmente o fermento confuso de democracia que promove essas críticas” (2011: 15).

Esse mesmo sentimento, conclui o autor, motivou uma reflexão no jornal americano *Chicago Tribune*, que se “sentiu tentado a fechar os comentários a todas as notícias de política publicadas no sítio oficial”. Um editor do jornal chegou mesmo a caracterizar os autores desses comentários “uma comunidade de fanáticos desbocados” (*idem, ibidem*).

Sylvia Moretzsohn não parece detetar qualquer mais-valia nos comentários dos leitores. A generalização da autora brasileira acaba, todavia, por deixá-la refém de uma posição que não permite recuo, posicionando-se num extremo analítico que fragiliza a própria análise:

“O que se altera é a velocidade e o alcance público da contestação a uma notícia inverídica ou precária: antes, o protesto limitava-se a telefonemas para a redação ou a cartas que a secção do leitor publicaria (ou não) no dia seguinte” (2006: 66-67).

Paul Starr, um crítico do papel dos novos meios no jornalismo, concretiza, ainda assim, um esforço de integração da contribuição do público, aceitando que ela possa ser “um suplemento do jornalismo profissional”. Mais do que isso inviabiliza, no entender

do autor, a ação jornalística, porque o “rumor e a maledicência, são difíceis de *checar*” (2009: 10).

Peter Anderson, Anthony Weymouth e Geoff Ward propõem-nos um olhar atento aos conteúdos da rede, destacando o lado confessional que surge associado às novas vozes. Os autores citam um estudo norte-americano de 2006, feito a nível nacional à comunidade *blogger*:

“A maioria está focada no relato das experiências pessoais a uma pequena comunidade de leitores; apenas uma pequena parcela coloca o foco na cobertura de acontecimentos políticos, na análise dos *media*, ou das novas tecnologias” (2007: 34).

A este propósito, Todd Gitlin conclui serem “poucos os sítios online que produzem informação nova. A maioria opina – o que pode ser útil, mas não deixa de ser uma atividade parasitária” (2011: 96).

Os Agregadores de Notícias

A Internet promove, aliás, esse parasitismo. Os agregadores de notícias geram receitas publicitárias limitando-se a republicar conteúdos produzidos por outros, sem que as entidades que, originalmente, os produziram tenham direito a qualquer espécie de pagamento.

Como salienta Eric Alterman, fazer “reportagem a sério, especialmente reportagem de investigação, custa dinheiro. Agregar conteúdos e opinar é barato” (2011: 13).

Leonard Downie Jr. e Michael Schudson assinalam as infrutíferas batalhas legais, desencadeadas pelos jornais que veem as respetivas matérias agregadas. Os autores reclamam uma alteração da lei que protege os direitos de autor, considerando que ela está ainda longe de conseguir dar resposta às novas questões suscitadas pela publicação digital; todavia, Downie Jr. e Schudson, não inferem desse comentário a necessidade de silenciar a ação dos agregadores (2009: 57 e 58).

Alguns agregadores já produzem conteúdos próprios, mas a maioria continua a viver de notícias agregadas. Downie Jr. e Schudson destacam o exemplo de dois agregadores de notícias que ultrapassaram o espaço exíguo normalmente ocupado por estes meios: o *Huffington Post*, alinhado com a esquerda política americana, e o *Drudge Report*, um agregador de direita (*idem, ibidem*).

Matt Drugde (*drudgereport.com*) foi o primeiro a revelar o escândalo Clinton-Lewinsky, publicando o relatório do procurador Ken Starr sobre o caso. Durante a

administração Clinton (1993-2001), Ken Starr integrou o Conselho Independente (Procuradoria Independente) norte-americano. O Procurador deveria investigar suspeitas que pairavam sobre a administração do Presidente democrata, mas o que o popularizou foi a forma como a *entidade independente* que integrava, se dedicou à meticulosa avaliação da conduta sexual do Presidente. O relatório Starr, a que a revista norte-americana *Newsweek* tinha tido acesso, e que decidira investigar antes de publicar, foi descarregado, na íntegra, no sítio de notícias e rumores de Matt Drudge.

Com o auxílio, historicamente provado, do agregador de Drudge, e do Conselho Independente, a direita republicana quase conseguia destituir o Presidente democrata que recolocara os Estados Unidos no trilho da expansão económica¹¹².

A forma como o caso Clinton – Lewinsky chegou a público foi o primeiro grande sinal universal de que a rede oferecia as condições tecnológicas para que qualquer agente agitasse o mercado das notícias, acedendo e divulgando informações – assumindo um papel até então monopólio dos jornalistas. Informações por verificar, deficientes exercícios (ou inexistentes) de seleção, conexões dúbias a interesses particulares e obscuros, etc. , inundaram a rede, e o cidadão desprevenido disponibilizou-se a interagir com toda essa matéria.

“Um dia escrever-se-á – prognosticava Ignacio Ramonet em 1999 – que o caso Clinton Lewinsky foi para a Internet o que o assassinato de Kennedy foi para a televisão: o acontecimento que fundou um novo meio de comunicação” (1999: 15).

Com o claro propósito de contrariar a influência crescente do agregador de Matt Drudge, Arianna Huffington funda, em 2005, o *Huffington Post*, “um agregador liberal de notícias e rumores” (Alterman, 2011:6).

A reduzida equipa de editores do sítio selecciona na rede os conteúdos que considera mais relevantes sobre determinadas matérias, depois, seguindo uma “tendência liberal”, refazem-nos, tornando-os “mais cativantes”. Estas transformações promovidas pela equipa interna do *Huffington Post* são publicadas no sítio, juntamente com comentários de leitores e de *bloggers*, alguns deles celebridades da blogosfera americana: “Ocasionalmente estes comentários apresentam pontos de vista originais, mas a maioria assemelha-se aos grafites de uma casa de banho pública” (*idem, ibidem*: 7).

¹¹² O sítio da BBC NEWS publicou, a 15 de Janeiro de 2001, um artigo em que fez o balanço da era Clinton: “O Presidente Bill Clinton deixará o cargo com a imagem da maior explosão da história dos Estados Unidos ainda intacta (...) Durante os oito anos da sua administração, a economia cresceu 50% em termos reais” (<http://newsbbc.co.uk/2/hi/business/1110165.stm> consultado em Abril de 2012).

Sem ter de despendar recursos na produção de conteúdos originais e acrescentando-lhes o *picante* que os torna aliciantes, dedicando espaço ao comentário dos leitores, que assumem o controlo, a ideia de Arianna Huffington transformou-se, rapidamente, numa máquina geradora de receitas.

Tal como o criador do *OhmyNews*, também os gestores do *Huffington Post* acreditam estar a promover uma revolução: “Esta nova forma de pensar e apresentar as notícias está a transformá-las, da mesma forma que a CNN o fez há 30 anos” (*apud idem, ibidem*).

Ignacio Ramonet identifica alguns exemplos europeus e canadianos de sítios de informação online onde prevalece esta lógica da “produção participativa de conteúdos”, associada às estratégias editoriais que, como nos casos anteriormente referidos, promovem a maximização dos cliques. Ramonet chama-lhes “fábricas de informação de baixo custo”, concluindo que, cada uma delas, está exclusivamente preocupada em atrair grandes volumes de audiência, que, apostando na economia do clique, possibilitem a venda de (muita) publicidade barata (2011: 120 e 122).

Por um Jornalismo que Resista aos Efeitos Negativos da Rede

Thorbjörn Broddason associa ao jornalismo a dimensão do sagrado. Entende o autor que o jornalismo, como outras profissões, está “revestido de uma certa sacralidade”, na medida em que perpassa na sua essência “o mistério de um conhecimento exclusivo mas vital, enobrecido por um espírito de autossacrifício” (2005: 155). A dimensão do sagrado coloca o jornalismo numa espécie de pedestal onde permanece, independentemente das “más práticas” de alguns dos seus agentes. Broddason entende que as falhas de carácter, como “o despeito, a vingança e o dolo”, que porventura aliciem alguns jornalistas, “sendo consensualmente criticadas”, são detetadas em todas as profissões (*idem, ibidem*: 160).

Neste contexto, a essência sagrada do jornalismo resiste, porque o princípio da ação consiste em “servir as necessidades vitais do homem” (*idem, ibidem*: 157).

Neste quadro, faz sentido questionar até que ponto a distorção, potenciada na ação jornalística pela imersão do jornalismo na tecnologia, abala as fundações do jornalismo, mas também a essência sagrada que Thorbjörn Broddason lhe reconhece.

Na resposta, Broddason remete-nos, de novo, para a questão da profissionalização, cujos padrões o autor classifica como farol de enquadramento do jornalismo:

"No curto médio prazo acredito que a tecnologização do jornalismo possa apressar a profissionalização da atividade, dependendo da forma como os jornalistas encarem os desafios da nova tecnologia. Mas, no longo prazo, à medida que o processo de recolha e distribuição de notícias fique disponível para o público em geral, a função de *guarda-portão* do jornalista irá diminuir e os jornalistas, enquanto grupo, provavelmente serão confrontados com a desprofissionalização, ou mesmo pior, a inutilidade (*apud* 2005: 160).

John Pilger¹¹³ segue idêntico raciocínio:

"À medida que a tecnologia associada aos meios de comunicação social avança para limites que superam a nossa imaginação, não são apenas os meios tradicionais do jornalismo que vão ficando obsoletos, mas também as suas honrosas tradições" (*apud* Chapman e Nuttall, 2011: 9).

Proteger o jornalismo dos efeitos do potencial devastador da tecnologia, revertendo-os, mas também contrariar a inutilidade a que parece destinado é o grande desafio desta nossa era. De facto, a tecnologia expandiu, de forma drástica e rápida, a forma como a notícia disputa o espaço com outro tipo de mensagens, provenientes de fontes cifradas de interesses obscuros. O reforço do jornalismo no combate aos efeitos desse espaço sem fronteiras que é a rede impõe-se, como temos insistido, muito mais agora: "Não sendo a imprensa a única fonte de notícias, a sua autoridade deve resultar da forma como recolhe e autentica os factos" (Kovach e Rosenstiel: 185).

Para vencer esse desafio, Philip Meyer propõe-nos a reciclagem do mote de ação de John S. Knight - "descobre a verdade e publica-a"¹¹⁴; na era da Internet, o empresário e cofundador da *Knight Foundation*, seguiria o mesmo trilha: "descobre a verdade e faz um *post*"¹¹⁵ (2004: 228). "A necessidade de verdade é maior, não menor, no novo século, porque também aumentou a probabilidade da mentira" (Kovach e Rosenstiel, 2007: 49).

O desafio da verdade acaba, assim, por apelar a essa essência do sagrado, a esse espírito de missão, a essa capacidade de autossacrifício que Thorbjörn Broddason deteta no jornalismo e nos jornalistas:

"Nós, os que desejamos preservar as funções de responsabilidade social da imprensa, devemos desviar a nossa atenção dos proprietários e dos investidores e concentrá-la nos que diariamente estão *na linha da frente* no exercício da profissão. Seja qual for a forma

¹¹³ Jornalista de investigação norte-americano que nos anos 70 denunciou a cortina de silêncio que os *media* do seu país impuseram ao fornecimento de armas ao regime "ditatorial" indonésio que "massacrava" a população de Timor Leste (*in* Chapman e Nuttall, 2011: 8).

¹¹⁴ "Get the truth and print it", no original.

¹¹⁵ "Get the truth and post it", no original.

que o novo jornalismo assumir, necessitará sempre de um reforço de moral e de jornalistas competentes" (Meyer, 2004: 227).

Ou, como refere Brian McNair:

"As qualidades que têm sido associadas há séculos ao bom jornalismo - objetividade, capacidade analítica, autoridade interpretativa, integridade na investigação e na reportagem, coragem perante a pressão das elites - aumentarão de valor à medida que o número dos que emitem informação se expande, atingindo milhões de milhões" (*apud* Chapman e Nuttall, 2011: 9).

A mediação jornalística da era digital é um complexo exercício de filtragem, de depuração. Validar jornalisticamente uma informação significa libertá-la da "propaganda, das mentiras, do mercantilismo, dos efeitos do lóbi e da propaganda política" (Kovach, Rosenstiel, 2007: 167), detritos que poluem a rede de forma encoberta.

O valor distintivo do jornalismo, que o fará perdurar no tempo, resistindo aos efeitos negativos do mercado que as novas tecnologias potenciam, reside, exatamente, nesse permanente compromisso com o quadro de valores que o enformam.

O Esvaziamento da Redação Tradicional

Leonard Downie Jr. e Michael Schudson alertam, porém, para um outro foco de tensão que ameaça complexificar o cumprimento dos valores: cada vez mais, a ação jornalística decorre desenquadrada da redação tradicional:

"Algo se ganha quando a reportagem, a análise, a investigação despontam em organizações estáveis onde jornalistas experientes, financeira, logística e judicialmente enquadrados, produzem conteúdos para um público vasto" (2009: 11).

Uma ação jornalística desamparada fica, desde logo, esvaziada da possibilidade de ser discutida entre pares e, desse processo, resultar um trabalho mais maduro e resistente. Ainda que as redações possam estar a perder a capacidade de produzirem juízo crítico sobre o trabalho quotidiano, existirão sempre ilhas de discussão.

A concretização de uma ação jornalística fora do enquadramento da redação, ou numa redação moderna, onde, como observámos, o jornalista interage, cada vez mais, com profissionais com outros percursos e outras missões, força a reflexão profunda sobre o recontexto espacial e simbólico dessa ação. Um dos pontos que debateremos na próxima etapa será, exatamente, o papel da formação na estruturação de um modelo de ação jornalística que, permanecendo associado aos valores do jornalismo, ultrapasse os constrangimentos provocados pelo exercício concretizado fora do enquadramento

promovido pela redação tradicional. A questão do empreendedorismo, suscitada por uma ação desagregada de uma redação tradicional ou moderna, associada à criação do próprio negócio, é um conceito a requerer o questionamento da academia. O potencial que comporta não deve ocultar o risco que transporta.

OS EFEITOS POSITIVOS DA INTERNET NO JORNALISMO

A tentação que os céticos do novo modelo demonstram em demonizar os efeitos da tecnologia no jornalismo, insistindo na tese de que ele se afunda numa espécie de pântano, mercê da integração da Internet no processo, só é anulada pela visão oposta: os evangelistas da Internet que veem nela a panaceia de todas as doenças que afetam o jornalismo, desprezando, por isso, os meios e as práticas do passado. O estudo apressado, e em tempo real, do jornalismo deixou-se dominar por essa “espada de dois gumes”. Por um lado, assistimos às exposições “dos entusiastas do jornalismo digital, muitas vezes missionários na defesa das suas inúmeras possibilidades”; por outro, e em oposição, crescem as vozes dos que detetam no digital “mais prejuízos do que reforço da qualidade da informação produzida” (Anderson, 2007: 51).

Robert W. McChesney e Victor Pickard não se deixam enleiar nessa luta de opostos, antes se afastam dela. A hipótese para explicar a crise atual do jornalismo ultrapassa largamente a dimensão tecnológica que ganhou expressão na última década: Como reconhecem os autores, as “desconfianças” numa solução deixada ao “livre arbítrio do mercado” ou aos “passes de mágica da tecnologia digital (...) são crescentes” (2011: X). A dúvida que colocam é, pois, legítima:

“Que parte desta crise depende das tecnologias digitais, e que parcela depende da estrutura empresarial que enquadra o sistema mediático das notícias tal como o conhecemos?”
(2011: X).

Peter Anderson responde de forma clara a essa dúvida. Para o autor, a pior ameaça ao jornalismo reside “na redução” da realidade ao binómio “economia-tecnologia”¹¹⁶. Agindo “em simultâneo e de forma crescente”, a economia e a tecnologia constituem a maior fonte de pressão do jornalismo, forçando-o a adotar, de forma rápida, as alterações em curso (2007: 51 e 52). Ora, a aplicação desse binómio, expresso na integração acrítica, no processo produtivo, da dinâmica que produz, com o propósito de contrariar a crescente quebra de receitas – é a fórmula que ameaça conduzir ao afastamento de todos os que não se adaptarem ao jornalismo estritamente

¹¹⁶ *Ec-tech* squeeze original

tecnológico; mas essa pressão imposta pela tecnologia e pela crise de sustentabilidade, acreditando que a primeira resolverá a segunda, conduzirá, também, ao desvirtuamento pleno dos valores de base da profissão:

"A subordinação ao mercado e o pleno aproveitamento das potencialidades da tecnologia digital tornaram-se orientações imperativas para a indústria dos *media*, com consequências profundas, conduzidas pelas novas formas de gestão, nos diversos planos do exercício do jornalismo" (Garcia, 2009: 42).

A consciência que os autores citados demonstram de que o estado atual da crise é obra dos efeitos conjuntos do mercado e da tecnologia, deve ser o guião do roteiro da procura de soluções. Qualquer solução para o jornalismo terá, necessariamente, que contar com o potencial tecnológico, sem omitir a questão essencial da sustentabilidade.

Só existe, afinal, uma dúvida: como conseguiremos financiar um jornalismo de valores, de qualidade, num quadro de fragilidade económica e onde o jornalismo está a perder o seu principal sustentáculo, a publicidade? Mas esse caminho, a resposta a esta dúvida, tem de incluir a ação de outros agentes que compensem os efeitos negativos do mercado, mas que compensem, também, o potencial de amplificação desses efeitos, gerado pela tecnologia. Na última etapa deste capítulo discorreremos sobre a identidade e o papel desses agentes.

Aos que, ainda assim, acreditam que a solução deve basear-se na associação descontextualizada destas duas dimensões, o mercado livre e a tecnologia redentora, Bill Kovach e Tom Rosenstiel exortam-nos "a não esquecer o passado":

"A nossa liberdade num século digital (...) tem de saber escapar (...) ao surto de fé de que o renascimento será tecnológico e assente no mercado. No século passado, a utopia tecnológica, mergulhou-nos em duas guerras mundiais e numa longa guerra fria. Poderemos não sobreviver a outra" (2007: 255).

Se permanecesse aprisionado nesta luta de opostos, o jornalismo sucumbiria, sem solução à vista.

Participação Responsável do Público

A complexa equação da sustentabilidade do jornalismo de qualidade, que apresentámos nos subtópicos anteriores, aponta-nos para diversos caminhos; todos eles, porém, com um traço comum sublinhado - de forma clara - por Philip Meyer:

"O jornalismo de elevada qualidade ainda é possível, mas jamais será tão rentável (...) O problema não está em mantermos as velhas margens de lucro. Tal não voltará a acontecer de forma sustentada. O verdadeiro problema é ajustar a margens de lucro normais em mercados competitivos" (2004: 245).

E um mercado mais fragilizado apresenta uma tendência natural para se tornar ferozmente competitivo. O ímpeto dos empresários, habituados a margens de lucro do passado, para o corte cego nos custos, com os efeitos anteriormente descritos na qualidade, é o mais difícil de controlar.

Bill Kovach e Tom Rosenstiel reforçam a necessidade dos meios informativos subjugarem o lucro à concretização de uma "noção mais abrangente e mais concetual":

"Uma organização de notícias é um lugar que acumula e sintetiza conhecimento sobre uma comunidade de indivíduos e de interesses, disponibilizando esse conhecimento, permitindo que gere diversas formas de interação" (2010: 190 e 191).

Os autores acreditam que essa missão de gerar conhecimento, quando plenamente assumida, acabará, inclusivamente, por criar novas oportunidades de negócio¹¹⁷ (*idem, ibidem*).

A grande questão, potenciadora de uma mudança positiva, parece centrar-se, de facto, na assunção desse princípio - de que as expressivas margens de lucro são fenómeno do passado; depois da consciencialização desse princípio, todos os exercícios em defesa do futuro do jornalismo são possíveis.

Dos escombros sobreviverá o jornalismo reconfigurado, que anteriormente caracterizámos, mas uma reconfiguração que não tem de carregar o estigma da deriva; pelo contrário, a tecnologia oferece-nos um potencial retemperador. Um jornalismo feito para o público e com o público pode ser mais transparente, ser objeto de uma maior verificação, adquirir reforçado grau de credibilidade, alargando, necessariamente, a base de legitimidade; esse jornalismo reconfigurado reclama um público mais exigente, mais informado, mais participativo. A chave do novo jornalismo resulta dessa interação permanente com o público.

Ignacio Ramonet antevê a formação de um público cada vez mais exigente:

"Interessado em histórias verdadeiras, de qualidade, mais longas mas com ritmo, bem documentadas (...) O público acederá a uma informação duplamente de qualidade, em termos de conteúdo e de forma, ao mesmo tempo útil e fiável" (2011: 130).

Paul Starr salienta, todavia, que a integração do público no processo obedece a um conjunto de preceitos que tornam o conceito e a prática "inteiramente diferentes do jornalismo do cidadão":

"Uma publicação online pode, de forma produtiva, abrir o processo (de produção da notícia) a todos os que tiverem capacidade e estiverem preparados para ajudar. Uma história desenvolvida online, através da participação numa rede de colaboração, pode

¹¹⁷ Os autores enumeram essas novas oportunidades de negócio: "pacotes de dados pagos, dirigidos a audiências específicas; serviços pagos de pesquisa e resposta a perguntas; sítios específicos para audiências profissionais", etc. (2010: 192).

superar qualquer outra escrita por detrás do pano e distribuída apenas depois de terminada (...) tem o potencial para ser tão rigorosa quanto outra concretizada de acordo com os procedimentos jornalísticos tradicionais" (2009: 12).

O Próximo Jornalismo e a Necessidade de Reforçar o Escudo Protetor

Leonard Downie Jr. e Michael Schudson agrupam os novos meios produtores de notícias num pacote que, para os autores, pode adquirir competência social idêntica à dos meios informativos clássicos:

"A tarefa de recolher e distribuir notícias a audiências mais alargadas é desempenhada não apenas pelos jornais que resistem e pela televisão comercial, mas também por sítios online emergentes, projetos não lucrativos de reportagem de investigação, estações de rádio e televisão públicas, polos universitários produtores de conteúdos de informação, sítios online comunitários envolvendo os cidadãos e *bloggers*. Juntos estão a criar uma grande variedade de missões de reportagem independente e, igualmente, diferentes definições de notícias (...) Aos jornalistas das redações tradicionais vieram juntar-se mais *freelancers*, académicos, estudantes e cidadãos *armados* de *smart phones*" (2009: 2).

Bill Kovach e Tom Rosenstiel criaram um conceito para sintetizar a matriz desse novo jornalismo envolvido com o público, *o próximo jornalismo*¹¹⁸:

"Uma definição nova, mais alargada, das funções que o jornalismo desempenha na comunidade, que sugere uma janela aberta a novos modelos de negócio e um trilho para uma reinvenção comercial do jornalismo (...) *O próximo jornalismo* não torna o jornalismo obsoleto, antes mais complexo" (2010: 10, 182).

Philip Meyer entende que a proteção do jornalismo reside, exatamente, no movimento de "auto reforma" que deve envolver "jornalistas, professores universitários de jornalismo, investidores, editores, proprietários". A plena incorporação, pelos profissionais, das regras associadas ao desempenho da profissão é a chave:

"O profissionalismo é a forma suprema de organização para onde as cada vez maiores e mais complexas responsabilidades do jornalismo inevitavelmente nos empurram. Esta é condição essencial à nossa sobrevivência" (2004: 243-244).

João Carlos Correia considera, por seu lado, que as novas exigências colocadas ao jornalismo exigem do jornalista muito mais do que o conhecimento das regras da profissão. O profissionalismo é, aliás, uma questão complexa que está por resolver, e a que voltaremos em etapa posterior. Correia, de facto, alarga o âmbito da discussão muito para lá das fronteiras da profissão. A exigência colocada ao jornalista é de outra índole: "A complexidade crescente das sociedades exige outros saberes que permitam ultrapassar o digníssimo saber de experiência feito". O novo jornalista não pode

¹¹⁸ *The next journalism*, no original.

"reduzir os seus saberes ao conhecimento do livro de estilo, à capacidade narrativa, ao uso do prontuário e ao domínio da língua portuguesa" (2000: 208, 209).

Esta oposição entre Correia e Meyer estará mais relacionada com a definição do conceito de profissionalização, associado ao jornalismo, que desenvolvemos no primeiro capítulo, do que com uma clara contradição de termos, uma vez que Meyer realça, igualmente, a necessidade do novo jornalista dever dispor de um escudo protetor que lhe garanta o estado de prontidão para responder aos novos desafios. No final de um longo trajeto analítico sobre o apogeu e queda da imprensa em papel, o autor revela uma otimista (e inesperada) previsão: o movimento de "auto reforma" concretizado com sucesso, abrirá caminho às novas gerações que, depois de uma "seleção natural", hão de trabalhar em meios onde a "responsabilidade social" e "a confiança (...) serão os valores supremos" (2004: 244).

A inesperada visão otimista de Meyer, ou a possibilidade, aceite por Paul Starr e Ignacio Ramonet, de o jornalismo em rede ter potencial para atingir o mesmo nível de credibilidade do jornalismo tradicional, claramente os mais céticos dos autores anteriormente citados, representa, afinal, uma confiança no futuro, partilhada por moderados como Downie Jr., Michael Schudson, Bill Kovach, Tom Rosenstiel. Já Dan Gillmor ou Charlie Beckett, no extremo oposto dos mais céticos, permanentemente iluminados pelo jornalismo em rede e reféns da tese de que o futuro depende, em exclusivo, do jornalismo partilhado - onde os papéis do público e dos jornalistas se equiparam - chegaram, logo no início do trajeto, e sem demonstrarem quaisquer dúvidas ou se deixarem abater por percalços, à conclusão previsível:

"Este é o tempo mais maravilhoso para se ser jornalista. É também o tempo mais oportuno para um cidadão que pensa que um meio informativo deve ser uma parte positiva do seu mundo. Não mais um espelho, nós o *media* é agora uma rede *SuperMedia*" (Beckett, 2008: 170).

O mais interessante nesta análise serão, porém, os pontos de contacto. E nessa interseção, o que devemos destacar é a integração do público no processo. O que o público conquista, em nosso entender, não é um estatuto idêntico ao do jornalista, porque essa equiparação, de facto, não faz sentido; o que o público parece conquistar é, afinal, muito mais importante do que essa disputa por lugares que nem sequer estão em disputa; o público pode, finalmente, conquistar o papel central - o sonho de James Carey tornado realidade - as notícias existem para amplificar o diálogo e isso é muito mais do que servir os interesses e as necessidades que os jornalistas julgam ser os

interesses e as necessidades do público. Há um século, John Dewey associava à imprensa uma função social que colocava, igualmente, o público no centro:

"O único papel que justifica a existência da imprensa é a contribuição que ela deve assumir na educação do público, de forma a torná-lo mais habilitado a participar na sociedade democrática" (*apud* Kovach e Rosenstiel, 2010: 202 e 203).

A associação do jornalismo a uma tecnologia, que torna verdadeiramente possível essa participação, não representa, pois, em termos conceituais, uma mudança de paradigma, antes o engrandece; a nuance de diferença poderá ser apenas essa: hoje o público pode ser o seu próprio *gatekeeper* e os jornalistas, ao invés de definirem sozinhos o trilho, terão de segui-lo. A assunção de um novo paradigma dependerá, exclusivamente, do tempo certo em que a integração do público no processo comunicacional da notícia seja a expressão concreta daquilo que, por agora, ainda é um desejo.

Claro que este novo papel do público, que o eleva à categoria de figura central do processo produtivo da notícia, pressupõe que esse público, como, aliás, temos insistido, adquira competências e assuma novas responsabilidades para exercer esse papel. A nova responsabilidade do público deve, pois, colocar na agenda a literacia mediática, um processo de aprendizagem que começa na escola, prossegue na universidade e deve preocupar, igualmente, os meios informativos e a responsabilidade social que lhes está associada. A literacia mediática funciona como uma espécie de farol que ilumina o processo de interação do público com as notícias, ensinando-o a identificar as armadilhas dos interesses escondidos que contaminam a informação; se a formação é o escudo do jornalista que o protege do turbilhão de mudanças, a literacia mediática é o escudo do público que o protege da manipulação do mercado e dos interesses instalados.

O que torna mais desafiadora a elevação do público ao estatuto central é que a aplicação desse princípio será, necessariamente, transversal, ou seja, não se aplica, apenas, aos meios digitais, mas a todos os meios informativos. O reforço da oferta permite que um público mais participativo, esclarecido e informado escolha, apenas, o que lhe permite manter esse estatuto.

Soluções Para o Jornalismo de Qualidade na Era Digital

Ao longo deste capítulo temos demonstrado como, em nosso entender, as novas tecnologias ampliaram a deriva do jornalismo. A associação da Internet ao jornalismo

agravou a crise de credibilidade a que assistíamos desde a década de 80 do século passado. Nessa fase, o aumento de oferta, promovido pela desregulação do campo dos *media*, acentuou o peso do mercado e dos riscos de uma atividade socialmente relevante, e fundamental, para a democracia ficar na exclusiva dependência da rigidez das leis da economia:

"Sei que o jornalismo é demasiado importante para ser deixado nas mãos dos interesses do mercado. Permitir que sejam os empresários dos jornais nacionais, míopes, incapazes, gananciosos a salvarem o jornalismo seria o mesmo que colocá-lo nas mãos dos estrategas da banca (AIG, Citibank e Goldman Sachs)" (Gitlin, 2011: 101, 102).

Na era digital, apesar da situação de fragilidade em que o jornalismo se encontra, estaremos ainda longe de anunciar o seu último estertor, se evitarmos, sem complexos, o trajeto expresso no receio de Gitlin; sobretudo porque o mercado já deu provas de não estar à altura do desafio. Quando foi chamado a tomar decisões, falhou; deixou-se dominar pelas dinâmicas efêmeras da história. O exemplo mais recente dessa falha é o investimento despropositado na Internet, criando a bolha de que insistentemente falámos.

Nestes nossos tempos, qualquer caminho em defesa da preservação do jornalismo terá de partir do princípio que, recorrentemente, enunciamos: o futuro do jornalismo passa pela quebra de barreiras, senão físicas, pelo menos concetuais entre velhos e novos *media*, sem que nenhum, todavia, perca a sua própria identidade. O futuro, como nos prova o caso do semanário alemão *Die Zeit*, não está, exclusivamente, nos meios digitais, e de nada serve declararmos a morte antecipada do papel; mas o trilho que traçarmos em direção a esse futuro deve, igualmente, libertar-se das ideias preconcebidas que enunciam a impossibilidade dos novos meios poderem praticar um jornalismo de qualidade. Os exemplos que contrariam esse preconceito são inúmeros, como adiante demonstraremos.

A qualidade do jornalismo dependerá mais da interrelação/complementaridade entre as plataformas do que do seu isolamento. O entrecruzamento entre os meios acentua-lhes a identidade, ao invés de a esbater. A solução para o jornalismo de qualidade exige, pois, que "cada meio aprofunde o que sabe fazer melhor", desenvolvendo um "saber fazer específico", que evite "a repetição daquilo que os restantes já fazem" (Ramonet, 2011: 129).

Este movimento poderá gerar maior competição entre meios, detetada, aliás, por Leonard Downie Jr. e Michael Schudson na análise que fizeram ao estado do jornalismo

americano, mas, como os autores assinalam, se a "competição entre os diferentes meios é cada vez maior, também existe maior cooperação":

"A reportagem credível e independente não florescerá sem meios de várias espécies, incluindo a reportagem impressa e digital dos jornais que resistirem (...) A *blogosfera* e os velhos meios estão a revelar-se crescentemente simbióticos. Ao mesmo tempo que se alimentam das informações e dos comentários uns dos outros, também verificam essa informação que vão selecionando, fiscalizando-se mutuamente" (2009: 3, 51).

As constatações dos autores do relatório sobre o estado do jornalismo americano não resolvem, por si só, todavia, a questão central da sustentabilidade do jornalismo de qualidade na era digital; porque os velhos meios estão a perder a tradicional fonte de receita e os novos ainda não encontraram forma sequer de compensar os investimentos associados ao lançamento, quanto mais a da constância do lucro.

A solução, que atrás desenvolvemos, de tornar a Internet menos livre, limitando o acesso a determinados conteúdos apenas a subscritores, estando ainda ensombrada pela incógnita, também não gerará receitas suficientes para sustentar, sozinha, o jornalismo de qualidade.

As opiniões encaixam num único molde: se o problema reside na volatilização das receitas que sustentavam o jornalismo de qualidade, há que encontrar financiamentos alternativos à publicidade que tornem possível a ação jornalística em moldes idênticos.

As soluções apresentadas por diversos autores preveem o maior compromisso da sociedade e do Estado com um jornalismo de serviço público e passam pela criação de legislação que proteja o jornalismo da pressão política dos governos ou da economia (Anderson, 2007: 54-56; Downie Jr. e Schudson, 2009: 73; Neveau, 2005: 135), essas soluções preveem, igualmente, o investimento direto do Estado, através das entidades que o representam, nos meios de comunicação social públicos, sem que esse investimento pressuponha intervenção política nos conteúdos, elegendo como exemplo positivo o caso da BBC (Beckett, 2008: 35, 37; Gitlin, 2011: 101; McChesney e Pickard, 2011: XI) e, por fim, sublinhando uma realidade muito americana, a criação de legislação que permite a alteração de estatuto das empresas de informação, convertendo-as em sociedades não lucrativas, que possam ser financiadas pela filantropia (Alterman, 2011: 15; Downie Jr. e Schudson, 2009: 22; Starr, 2009: 10 e 11).

A questão é, todavia, complexa e sobretudo a generalização da mesma. Qualquer financiamento estatal, ou mesmo filantrópico, corre o risco de desenvolver um

grau de entropia e de opacidade que, inevitavelmente, terá reflexos no jornalismo produzido. O caso português não tem sido propriamente exemplo positivo de um investimento público que não exige contrapartidas, ou isento de um certo grau de controlo. Este é, todavia, um caminho.

Interligação entre Meios e o Papel da Universidade

A análise dos dados recolhidos por Downie Jr. e Schudson para a elaboração do relatório sobre a reconstrução do jornalismo americano permite-nos identificar o que poderíamos classificar como as quatro grandes tendências do jornalismo; em conjunto estão a contribuir para tornar o futuro do jornalismo uma realidade tangível. O tronco de onde emergem essas tendências é o mesmo: a interligação entre os meios, novos e velhos, e a integração do público no processo produtivo da notícia. O resultado é um jornalismo mais completo, mais elaborado, mais distintivo e a conseguir preencher algumas das lacunas que o jornalismo tradicional, imerso no mercado, deixara a descoberto.

Bill Kovach e Tom Rosenstiel consideram que esse novo jornalismo está a "reinventar as redações e a expandir a definição do que é notícia":

"O nosso palpite, embora seja apenas um palpite, é que esta reinvenção surja de novos lugares, dos jovens que compreendem a tecnologia, mas que aderem aos velhos valores do jornalismo" (2010: 195).

Os exemplos identificados por Leonard Downie Jr. e Michael Schudson põem em prática esse princípio de interligação entre valores e tecnologia. Na sua maioria são meios pequenos com uma estrutura leve e dinâmica, ancorados em múltiplas fontes de financiamento: investimento público, investimento privado, subsídios concedidos por fundações e por universidades, investimento das comunidades de acolhimento desses projetos, publicidade, subscrições e parcerias internas e externas, que permitem aplicar o princípio da economia de escala.

Estes exemplos de sucesso correspondem à realidade americana, muito distante da portuguesa; o conceito, contudo, merece atenção analítica. A nossa proposta de classificação das tendências, que resulta da análise dos dados recolhidos por Downie Jr. e Schudson, é complementada com a observação de outros autores.

A primeira tendência é também aquela que apresenta maior solidez; está, contudo, muito associada à realidade norte-americana, ou de países com forte tradição de fundações privadas com linhas de investimento dirigidas, exclusivamente, para o jornalismo nos campos da formação e da ação. O apoio de fundações da sociedade civil

a organizações jornalísticas sem fins lucrativos assume diversos contornos e é fonte de financiamento para alguns dos projetos agrupados nas três tendências seguintes. Integramos o apoio das fundações numa categoria autónoma pelo contributo destas para a continuidade dos meios apoiados. A simples escolha dos projetos a financiar, ajuda, desde logo, a definir os contornos do futuro do jornalismo americano.

A Fundação *Knight* atribui, anualmente, milhões de dólares a projetos de reportagem sem fins lucrativos e à formação universitária¹¹⁹. Nesta fase, a Fundação, da família que chegou a ter no seu portefólio 66 jornais, investe, sobretudo, em projetos inovadores na área das notícias em formato digital, mas também na investigação sobre a legitimidade do jornalismo e sobre a participação dos cidadãos no processo produtivo da notícia. O peso desta Fundação faz-se sentir no país inteiro, com a dinamização de pequenas fundações locais que apoiam projetos locais de características semelhantes aos subsidiados pela *Knight*¹²⁰.

Todd Gitlin confirma o peso desta primeira tendência, enaltecendo o surgimento de novas fundações a suportarem sítios de notícias online sem fins lucrativos: "Produzem reportagem original, especialmente de investigação" (2011: 97).

Os autores do relatório sobre o estado do jornalismo apresentam-nos um outro conjunto de experiências, que poderemos integrar numa segunda tendência. Jornalistas veteranos, que não resistiram aos cortes nas empresas onde trabalhavam, ou que, pura e simplesmente, decidiram romper com a lógica imposta pelo mercado clássico, fundam projetos de jornalismo de investigação ou temáticos. São propostas ainda em fase de teste, financeiramente frágeis, mas que os autores encaram com otimismo¹²¹. Estas experiências mostram, porém, que um mercado abrangente e diverso permite ultrapassar os efeitos da crise que afeta o jornalismo; em mercados fechados, como o português, dominados por um pequeno conjunto de grandes grupos de *media* (tendo em conta a dimensão do país), o espaço para a imposição de projetos alternativos é menor. Em

¹¹⁹ Entre 2005 e 2009, as Fundações locais e nacionais atribuíram 128 milhões de dólares a projetos de jornalismo não lucrativos.

¹²⁰ Os autores do relatório destacam uma dessas fundações comunitárias apoiadas pela *Knight* e que, por sua vez, apoia um projeto jornalístico a nível local: A *San Diego Foundation* recebe apoio da *Knight* e canaliza-o para a *Voice of San Diego*, um sítio comunitário cujo lema é "sermos os melhores a cobrir um conjunto reduzido de acontecimentos" (2009: 35, 66).

¹²¹ Os autores destacam o *The Local*, lançado pelo *New York Times* e o *Patch.com*, lançado pela AOL, hoje propriedade de jornalistas que já trabalharam em grandes meios. São sítios de âmbito local ou híper local, mas que se orgulham de uma cobertura mais detalhada de que qualquer jornal. De âmbito temático, os autores destacam o *Politico*, um sítio lançado por dois antigos jornalistas do *Washington Post* e o *Talking Points Memo* (TPM), dedicado ao jornalismo de investigação (2009: 44 e 45, 48, 52).

matéria de meios tradicionais, os projetos que despontaram fora dos grandes grupos de comunicação social sucumbiram ou agonizam financeiramente.¹²²

Um outro tipo de projetos, uma terceira tendência, resulta da associação de jornalistas profissionais com a comunidade *blogger* e jornalistas cidadãos. São propostas muito associadas a comunidades de proximidade, financiadas pelas próprias comunidades, pela publicidade local e por investidores locais. Esses pequenos meios especializam-se em notícias locais, alcançando elevado estatuto local. Respondem ao desafio de tratar com profunda abrangência um pequeno número de assuntos. Os resultados começam a ser visíveis. Alguns desses meios, como o *Voice of SanDiego*, produzem investigações jornalísticas com efeitos socialmente relevantes na vida da comunidade.

Jane Chapman e Nick Nuttall destacam, exatamente, o facto da Internet se estar a tornar numa plataforma de referência para a investigação jornalística:

"Expõe matérias que, de outra forma, jamais veriam a luz do dia (...) Para os jornalistas que tenham uma história para contar e não tenham ninguém que a queira publicar, a Internet pode ser uma bênção" (2011: 17).

A Internet permite, desta forma, que as temáticas marginais, ou assumidas por vozes excluídas, conquistem o espaço que antes os meios de comunicação social tradicionais mais facilmente lhes fechavam. João Pissarra Esteves resiste a classificar todas essas vozes como jornalismo, mas enaltece o seu potencial:

"Esta mais ampla e acessível representação das diversas formas de expressão na Internet (...) está na origem (...) do enorme entusiasmo que este novo *medium* tem despertado junto de setores/grupos sociais minoritários, que antes se encontravam afastados (excluídos e/ou desinteressados) dos circuitos convencionais da comunicação pública" (2003: 204).

O grau de profundidade de cobertura das temáticas chega a ser de tal forma visível, que esses pequenos meios alternativos, que representam a terceira tendência, conseguem colocar esses conteúdos na agenda dos meios tradicionais. Nesses casos, as abordagens alternativas são publicadas em órgãos de comunicação social maiores, com quem esses meios estabelecem parcerias.

Alguns desses pequenos meios locais funcionam, igualmente, como uma central de produção de conteúdos que distribuem nas diversas plataformas locais. Estas propostas comunitárias apresentam uma característica comum: um pequeno grupo de

¹²² O Jornal "I" já mudou três vezes de estrutura acionista e continua com uma taxa de circulação muito abaixo dos diários da Controlinveste (DN, JN), da SONAE (Público) e Cofina (Correio da Manhã). Dados relativos à média diária dos meses de maio e junho de 2011 - Jornal "I" - 7 405 exemplares; CM - 120 994; JN - 82 401; DN - 34 987; Público - 32 032 (Associação Portuguesa Controlo Tiragens).

jornalistas profissionais trabalha diretamente com a comunidade na recolha e tratamento dos conteúdos. Na maioria dos casos, os conteúdos dos cidadãos são verificados e tratados pelos profissionais; os cidadãos são, sobretudo, responsáveis pela recolha de informação (Downie Jr. e Schudson, 2009: 35-44).

Estes projetos locais e híper locais preenchem o espaço deixado vago pelos cortes assumidos pelos jornais metropolitanos, que reduziram as redações e, consequentemente, encerraram as delegações locais.

Neste mesmo âmbito, Paul Starr identifica algumas experiências em que a tecnologia permite a criação de uma espécie de economia de escala: a parceria entre sítios online não lucrativos dedicados, em exclusivo, à investigação jornalística, e meios informativos de referência:

"Estas parcerias auxiliam os jornais a reduzirem os custos associados à investigação e, simultaneamente, permitem, aos conteúdos produzidos pelos sítios, uma distribuição alargada, atribuindo-lhes um selo de qualidade" (2009: 11).

Leonard Downie Jr. e Michael Schudson apresentam-nos, igualmente, duas soluções que integram esse princípio da economia de escala. A primeira resulta da aplicação do princípio da convergência, que já aqui caracterizámos, através de experiências promotoras de parcerias internas tornadas possíveis pela tecnologia: "A criação de verdadeiras organizações *multimedia* que, de facto, permitam a redução de custos e maior integração do jornalismo" (2009: 23); a segunda retoma a ideia de parceria externa mas em moldes diferentes dos definidos por Paul Starr: a colaboração entre jornais de cidades diferentes, propriedade de empresas diferentes, na cobertura de assuntos locais. Nesses casos, em vez dos correspondentes fixos nas diferentes cidades, os jornais utilizam os conteúdos produzidos pelos títulos locais, agindo da mesma forma com os parceiros¹²³ (*idem, ibidem*: 23 e 24).

Os cursos universitários de jornalismo estão profundamente implicados nesta reconstrução do jornalismo americano. O jornalismo universitário, com uma profunda ligação à comunidade, pode ser integrado na quarta tendência.

Os estudantes produzem conteúdos jornalísticos relativos à comunidade onde a universidade está sediada. Esses conteúdos, trabalhados em ambiente de sala de aula e supervisionados pelos professores, são posteriormente publicados nos meios

¹²³ Os autores apresentam-nos o caso da *Ohio News Organization*, uma associação de oito jornais que partilham notícias de política, economia, desporto, cultura, fotografia e infografia. Esta parceria permite às oito publicações investirem, de forma autónoma, em temas de investigação, que constituem a marca distintiva de cada uma delas. No desenvolvimento dessas temáticas, os oito jornais mobilizam recursos humanos especializados (2009: 23 e 24).

informativos locais, ou nos meios da própria universidade. O jornalismo universitário desempenha, assim, uma tripla função: laboratório, fonte de informação da comunidade e de atração de doadores. A universidade afirma-se, igualmente, como lugar de acolhimento de projetos independentes de reportagem de investigação, alguns tutelados por antigos jornalistas¹²⁴ (*idem, ibidem*: 59 e 60, 62).

Os autores do relatório sobre o estado do jornalismo americano entendem, aliás, que a universidade tem capacidade para reforçar o papel que já desempenha na recuperação do jornalismo, assumindo responsabilidades mais estruturadoras.

"Deve integrar a produção de reportagem no processo pedagógico mais geral, gerindo, numa base não lucrativa, as próprias empresas e plataformas de notícias e reportagem de investigação. Deve igualmente acolher jornalistas profissionais e assumir-se laboratório de estudo de modelos digitais inovadores, ao nível da recolha e distribuição de notícias (*idem, ibidem*: 87 e 88).

Érik Neveu defende, igualmente, a maior aproximação do mundo académico ao profissional, temática que, aliás, destacaremos na fase seguinte desta investigação. O autor francês entende que os novos desafios exigem essa articulação:

"Inventar, em colaboração com os investigadores, formas mutuamente produtivas de cooperação permanece um desafio ao qual nenhum jornalista, que tome a sério o propósito de fazer compreender o mundo, deveria fugir" (2001: 136).

Estas quatro tendências, presentes no jornalismo atual, representam sinais positivos, mas ainda não têm condições para preservar, plenamente, o jornalismo:

"Cada vez mais jornalistas desempregados e jovens que acedem pela primeira vez à profissão dependem de contratos *freelance* que vão firmando com estas novas organizações jornalísticas comerciais ou não lucrativas (...) Observámos uma oportunidade sólida para o futuro do jornalismo (...) Em muitos meios de notícias que visitámos, novos e velhos, assistimos ao início de uma reconstrução genuína daquilo que o jornalismo pode e deve ser" (Downie Jr. e Schudson, 2009: 48, 96).

Nova Esfera Pública

As novas tecnologias tornam possível a interatividade. Mas essa possibilidade, encarada exclusivamente do ponto de vista tecnológico é mero apetrecho. Se não

¹²⁴ Os autores apresentam-nos o caso do *Watchdog Institute*, um projeto não lucrativo independente sediado no campus da universidade pública de San Diego. A editora, Lorie Hearn, convenceu o antigo jornal onde trabalhava, o *Union Tribune*, um periódico de referência da cidade do Estado da Califórnia, a investir nesta empresa emergente, exclusivamente dedicada à investigação. A investigação manteve-se, assim, na edição em papel do periódico. Lorie Hearn contratou repórteres de investigação que antes trabalharam no jornal. Ao mesmo tempo que prossegue os esforços para angariar novos parceiros locais e doações filantrópicas, a editora do *Watchdog Institute* transformou o projeto num laboratório para os alunos da universidade (Downie Jr e Schudson, 2009: 38).

existisse uma disponibilidade (e um interesse) dos públicos em usarem esse potencial, os novos dispositivos perderiam o seu valor de uso.

A vontade de participar não é tecnológica. Sempre existiu. Os meios tradicionais apenas coartavam essa possibilidade, forçando a existência, num público ativo e disponível para participar, de um imobilismo, mas, de facto, apenas aparente. Determinadas parcelas da sociedade recusaram render-se a essa inatividade de base tecnológica, rompendo os grilhões impostos pela unidirecionalidade: "As máquinas não mudam a natureza humana" (Kovach, Rosenstiel, 2007: 184).

A imagem abrangente do recetor passivo, que consome mensagens sem nenhum grau de reflexão associado, não passará, pois, de um estereótipo.

João Pissarra Esteves deteta sinais de uma pulsão "emancipatória" de públicos resistentes que, desde o século XIX, força a releitura de uma ideia cristalizada de crise associada ao espaço público e que, ao mesmo tempo, abre brechas nesse muro ideológico (2011: 281).

À resistência de um público plebeu, primeiro, e de um movimento feminista, depois, uns e outros fora dos padrões que estruturavam o espaço público, vieram juntar-se, mais recentemente, "diversas outras formas de expressão identitárias e de subculturas" (*idem, ibidem*). As afirmações de identidade dos excluídos representam fortes sinais de resistência ao hermetismo social padronizado.

É a sociedade civil reconfigurada que desponta, através destes novos formatos - "um forte núcleo social mais ou menos estruturado de associações voluntárias (...), autónomas não só em relação ao Estado (...), mas também em relação à economia" capitalista (*idem, ibidem*, 2003: 67).

Essas subculturas excluídas aguardariam, apenas, que um qualquer dispositivo tecnológico lhes permitisse romper as baías, espalhar a mensagem, influenciar, em suma, participar. Os públicos alternativos afirmaram-se muito antes do advento da Internet, formando comunidades específicas de interesses comuns (associações cívicas, movimentos sociais, partidos políticos fora do sistema), mas a Internet permitiu-lhes a visibilidade que precisavam para se legitimarem.

Charlie Beckett, num esforço que para o autor é assinalável, aceita que as recentes alterações nos *media* informativos não sejam determinadas pela tecnologia: "Não poderíamos compreender o futuro do jornalismo, sem assumirmos que ele depende mais do que de aparelhos e engenhocas". Beckett considera, pois, terem sido as mudanças a que assistimos na sociedade, nos últimos 30 anos, que determinaram o

surgimento de "uma nova geração de *media* que a tecnologia ajudou a produzir" (2008: 33). A ideia de uma *pulsão emancipatória*, ou de núcleos de resistência, está, assim, presente, também, no pensamento de um autor que, quase sempre, se deixou manietar pelo primado da tecnologia.

Mas esta cedência de Beckett é, afinal, ilusória, uma vez que o autor não resiste em metralhar os dispositivos tecnológicos tradicionais como salvaguarda da valorização absoluta do jornalismo digital, onde a componente técnica é a alavanca, o motor, que promove o milagre da participação. Charlie Beckett mostra-nos, de facto, como, de repente, o jornalismo em rede ultrapassa todas as limitações reconhecidas ao jornalismo tradicional, abrindo espaço - pleno - à reconfiguração da esfera pública. Se não fosse pelo milagre da técnica, que outra força soberana permitiria, de um ápice, essa transformação absoluta, em direção ao modelo ideal de esfera pública, preconizado por Jürgen Habermas?

"Habermas argumenta que o modelo ideal de esfera pública se perdeu no início do século XX, quando os jornais deixaram de ser veículos de reportagem e debate e se tornaram meros agentes comerciais (...) Creio que a Internet é fundamental para promover a alteração dessa base (...) Os *escribas*¹²⁵ dos pubs do século XVIII, tão elogiados por Habermas, podem ser comparados aos jornalistas dos novos *media* (...) Se antes os meios tradicionais falavam para si próprios, hoje os *media* podem reclamar uma verdadeira conversação popular. Os grandes jornais (...) frequentemente se assumiam porta-vozes do povo (...) O jornalismo televisivo fez muito pouco para alterar esta construção hierárquica *fordista* (...) Com o jornalismo em rede, os residentes desta casa que é o Estado tornam-se os jornalistas cidadãos que produzem *media* comunitários que reportam, monitorizam e debatem a sua democracia digital" (2008: 34 e 35, 164).

O jornalismo em rede de Beckett assume uma responsabilidade determinante (exclusiva) na reconstrução da esfera pública, e alcança esse desiderato destruindo o modelo em que assentam os meios tradicionais, não deixando pedra sobre pedra. De facto, nem o jornalismo digital tem esse papel (e isoladamente dificilmente terá), nem os meios tradicionais podem ser classificados como único algoz da crise da esfera pública.

"A consistência da ideia de que a Internet pode trazer um contributo positivo para ultrapassar este bloqueio específico do espaço público submetem os públicos, não significa, contudo, nenhum golpe de mágica pelo qual se transformam de um momento para o outro indivíduos com limitações em sujeitos plenos, detentores de perfeita virtude e com mais arguto sentido crítico" (Esteves, 2003: 199).

¹²⁵ itálico nosso

Bill Kovach e Tom Rosenstiel enaltecem, igualmente, o potencial aberto pelas novas tecnologias no reforço da cidadania e da própria democracia, permitindo a participação de um público que sempre resistiu à unidirecionalidade; acreditam, aliás, que um jornalismo centrado no público, e amparado pela Internet, promova o alargamento dessa esfera cívica e, afirmando o seu poder de motor agregador da comunicação, refundar a esfera pública:

"O futuro da imprensa e da democracia, a nova esfera pública, será encontrado quando essa dinâmica de conversa se tornar robusta (...) Só um jornalismo robusto, interessado no envolvimento e não na exclusão, poderá prosperar" (2010: 201)

Os movimentos de resistência que, ao longo das épocas, despontaram na esfera pública, rejeitando os padrões de organização em que esta assentava o modelo e a própria base, contribuíram, como vimos, para manter viva a possibilidade de regeneração dessa esfera pública. Esses movimentos de resistência ampliaram a voz, legitimaram a ação, através dos *media*. Os *media*, simultaneamente produtores de um consenso social artificial, de alguma forma implicados com a manutenção do estado das coisas, aceitaram, igualmente, ser veículos de resistência. João Pissarra Esteves destaca esse "papel ambivalente dos *media* - como instrumentos de manipulação e como veículos de resistência social" (2011: 279)

De alguma forma, essa integração dos atores sociais, desencaixados do espectro de acesso aos *media*, ocorre de forma episódica e sem que esse acesso ponha em causa a própria lógica de funcionamento dos meios de comunicação social. Subsiste uma certa espetacularização como ímpeto promotor desse acesso. Molotch e Lester, num estudo que já aqui citámos, explicam-nos que "o acesso aos *media* é um bem estratificado socialmente", como tal, "os que não têm praticamente nenhum poder devem perturbar a ordem social para incomodar as formas habituais de produção dos acontecimentos" (*apud* Traquina, 1999: 173). A perturbação da ordem social, através de manifestações, cortes de estrada, ocupação das sedes de organismos públicos ou privados, etc., tem associado o inesperado espetacular que se enquadra nos critérios de noticiabilidade dos *media*. Os movimentos sociais de resistência cultivam essa atitude de perturbação da ordem pública para acederem ao palco dos *media*; nessas condições, os *media* acolhem-nos.

João Pissarra Esteves deteta outros sinais desse comportamento ambivalente dos *media*, integrando as vozes dissonantes dos excluídos que não se reveem na opinião

dominante. Mas essa integração é concretizada, igualmente, por impulso (provocação) desse grupo de resistência, não por iniciativa dos *media*:

"A sua atitude face aos *media* tende a assumir mais regularmente um cunho crítico, como forma de pressão sobre esses mesmos *media* no sentido da sua maior abertura à sociedade civil (aos diferentes grupos marginalizados ou que são pura e simplesmente objeto de exclusão) e aos problemas do mundo da vida (questões que são objeto de censura, de silenciamento ou de desconsideração)" (2011: 287).

Como é que passamos de um acesso dos excluídos aos *media* meramente episódico, a uma participação plena das diferentes sensibilidades sociais, cujas mensagens possam ser ampliadas por esses mesmos *media*? De que forma poderão os *media* ser estruturadores de um amplo fórum de debate de onde nenhuma opinião possa ser excluída? Como recuperarão, afinal, os *media* a função social que lhes está destinada, aproximando-se, claramente, dos públicos?

Pelo trajeto analítico que temos seguido, poderemos aceitar que a resposta a estas questões não estará, exclusivamente, no jornalismo digital, embora seja claro o potencial transformador da associação entre o jornalismo e a Internet. Sem cairmos, contudo, na armadilha da rede, de que, aliás, sempre tentámos escapar, acreditamos que a resposta está onde sempre esteve: na centralidade dos públicos. Se públicos resistentes suplantaram os constrangimentos da esfera pública, quando os meios de comunicação social, ao invés de abrirem brechas, a fechavam sobre si própria, novos públicos poderão, nesta era digital, disfrutar do potencial tecnológico para comunicarem, trocarem experiências, influenciarem, desafiar as verdades absolutas que toldam a ação política. E poderão (deverão) fazê-lo, igualmente, nos *media* tradicionais.

Precisamos de um novo cidadão, de um novo jornalista, de uma nova arquitetura de meios. Em suma, de um novo jornalismo. Sobre tudo isso refletimos ao longo deste terceiro capítulo. Na próxima etapa vamos aprofundar as bases desse novo jornalismo.

CAPÍTULO 4

O JORNALISMO ENQUANTO CAMPO ACADÉMICO

A associação da Internet ao jornalismo tem-se prestado às mais diversas especulações sobre o futuro do jornalismo, dos jornalistas e da profissão. O aparato tecnológico, que sobressai dessa associação, torna-se de tal forma visível que, num olhar apressado, o jornalismo parece correr o risco de se deixar condicionar, em excesso, pela plataforma, sobrepondo a forma ao conteúdo. A ação jornalística revela, todavia, sinais que pré-anunciam resistência aos efeitos negativos da nova interação tecnológica, expressos na diluição do jornalismo em modelos de comunicação persuasivos que, claramente, lhe amputariam a identidade; como tal, parece fazer sentido a adaptação que Hanitzsch e Wahl-Jorgensen fizeram da célebre frase de Mark Twain¹²⁶: "os rumores sobre a morte do jornalismo talvez tenham sido demasiado exagerados" (2009:3). Esta constatação encontra legitimidade no princípio, enunciado por Nordenstreng, de que "a verdadeira raiz do desafio" do jornalismo ultrapassa "a mera aparência da digitalização" (2009: pos. 9605).

Com base neste enunciado, o nosso esforço analítico, a partir de agora, centra-se, sobretudo, na interação do binómio estudo-ensino do jornalismo com a ação jornalística. Dessa interação resultará a base de um jornalismo reconfigurado, capaz de colocar o potencial tecnológico ao serviço do público, desperto para os efeitos negativos do mercado e preparado para lhes resistir.

UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA

Ensino do Jornalismo: uma Invenção Norte-Americana

A transformação do jornalismo num negócio, a que assistimos no século XIX, apressou a necessidade de existir um grupo de pessoas que alimentasse o novo fluxo de informação, exigido por uma massa de consumidores desenraizada, muito recetiva à receita do jornalismo sensacionalista e cor-de-rosa que não pretendia, por razões de

¹²⁶ "This report of my death was an exaggeration". A frase de Mark Twain tem sido erradamente citada. A versão que aqui reproduzimos é a original, tendo sido escrita pelo autor em maio de 1897, em resposta à notícia da sua falsa morte, publicada no "New York Journal". A nota com a caligrafia e a assinatura do autor surge reproduzida em <http://www.twainquotes.com/Death.html>, consultado em maio de 2013.

mercado, excluir ninguém. Aumentar o número de jornais vendidos, geraria maiores receitas publicitárias, reforçaria o lucro. A base da equação, no essencial, mantém-se.

No século XVIII, os tipógrafos eram simultaneamente os escribas, artesãos de um ofício que, com o curso do tempo, foi exigindo, cada vez mais, uma técnica apurada de resultados eficazes.

O norte-americano Benjamin Franklin (1706-1790) marcou esse tempo (Carey, 2000a: 16; Dickson, 2000: 1). Homem eclético, jornalista e cientista, Benjamin Franklin tornou-se expoente cultural determinante. Mesmo que, antes dele, outros tenham enunciado a intenção de melhorar a prática de um ofício complexo, através da formação especializada, no século XVIII, os sinais mais claros desse esforço estão-lhe associados (Dickson, 2000:1-3).

Depois da segunda metade do século XIX, a imprensa afirma-se enquanto instituição, conquista poder e influência. Sendo o lucro farol da equação, havia que conquistar leitores sem hostilizar empregadores. Os empresários apercebem-se que as novas exigências do ofício reclamam mais do que escribas dotados, mas avessos a regras. O impulso do mercado exige novo grau de eficácia na transmissão da mensagem. O processo de formalização da formação dos jornalistas impõe-se como resposta à necessidade dessa maior eficácia. O ensino do jornalismo é um produto do mercado.

O facto do ensino do jornalismo ter chegado à academia por influência direta do mercado, não nos deve, todavia, ocultar os sinais que essa chegada teve na reconstrução da prática jornalística. Mesmo considerando os efeitos negativos que sobressaem da guerra entre a academia e mercado, esses sinais são, por demais, evidentes.

James Carey (2000a), como veremos, realça o peso (negativo) do mercado na base da institucionalização do ensino do jornalismo na academia, o que, na visão do autor, compromete o papel que o empresário Joseph Pulitzer teve nesse processo; a conclusão de Carey, todavia, coincide com os resultados da nossa investigação: "A formação académica em jornalismo só começou de forma séria quando Joseph Pulitzer passou dinheiro para as mãos de uma relutante Universidade de Columbia" (1978, *apud* Dickson, 2000: 10). De facto, no final do século XIX, Pulitzer impôs-se como o principal impulsionador da profissionalização do jornalismo, legitimada pela via académica (Dickson, 2000: 9 e 10).

Em 1904, o empresário de *media* agrupou num ensaio as linhas que assinalavam a sua visão sobre a necessidade de criar uma escola de jornalismo. O texto de Pulitzer é também um manifesto contracorrente, que responde aos inúmeros críticos da ideia de formalizar o ensino de uma atividade considerada inata, exclusivamente escrava do talento e da dedicação.

De facto, o ensino do jornalismo na academia tem um antes e um depois de Pulitzer. A partir do momento em que a escola de Columbia foi inaugurada, em 1912, já depois da morte do fundador, rapidamente se tornou numa das melhores dos Estados Unidos da América (Genton, 2012: 24).

No período que marca o arranque da industrialização da imprensa, a discussão à volta da elevação do estatuto do jornalista pela via da formação académica não se deixou, exclusivamente, guiar pelo foco do mercado. Até pelo lastro criado por uma linha de argumentação em defesa de um ensino promotor de melhor prática, seria excessivo afirmarmos que Pulitzer se deixara tentar, em exclusivo, pelo desejo de formar uma classe ordeira, submissa aos interesses da indústria. Essa discussão teve em Pulitzer um dos principais ideólogos, mas, antes das suas ideias despontarem, outros sinais se afirmaram. Nos Estados Unidos da América, a discussão estava no ar desde o último quartel do século XIX, trinta anos antes de Pulitzer propor a criação da Escola à Universidade de Columbia.

A guerra civil norte-americana bloqueara os esforços em defesa da chegada do jornalismo à academia, mas, depois de 1865 e do fim do conflito, os norte americanos sentiram a necessidade de formar profissionais, incluindo jornalistas, que participassem na reconstrução do país. As tentativas de criar uma formação superior em jornalismo, levadas a cabo por Robert E. Lee, presidente do *Virginia Washington College*, e do professor William Preston Johnson respondem a esse esforço de reconstrução do país (Dickson, 2000: 4). O debate reaberto com o fim da guerra não haveria de sofrer novas quebras e, apesar das diversas experiências efémeras, a discussão deu frutos. No final do século XIX, entre 1873 e 1904, 14 colégios e universidades começaram a oferecer cursos de jornalismo (*idem, ibidem*: 4-8).

A segunda fase do ensino do jornalismo nos Estados Unidos começa com a rejeição da primeira doação de Joseph Pulitzer à Universidade de Columbia, proposta pelo empresário em 1892; essa rejeição abriu a porta à inauguração de uma escola autónoma de jornalismo na Universidade de Missouri, em 1908. O inspirador desse primeiro currículo, Charles Eliot, presidente da Universidade de Harvard, tinha do

ensino do jornalismo uma visão "mais abrangente" do que a de Pulitzer (*idem, ibidem*: 11). Só nos anos 20 do século passado é que os programas de jornalismo nos EUA "se estabeleceram numa base mais formal" (Weaver, 2003: 50).

A terceira fase prolongou-se até aos anos 40 do século passado, e está muito ancorada na discussão que resulta do pensamento destes dois pioneiros, Pulitzer e Eliot, sem que o debate tivesse ultrapassado, contudo, a limitação imposta pelo ensino sobretudo técnico que resultava das ofertas de Columbia e Missouri.

O quarto período representa uma inversão de rumo. A investigação académica afirma-se pilar do processo a partir de 1944, na Universidade de Minnesota, onde foi inaugurado um núcleo de pesquisa e, como consequência direta, os primeiros programas de doutoramento (Weaver, 2003: 50 e 51).

A tendência para ministrar cursos mais técnicos, próximos da profissão, manteve-se, mas este alargamento do espectro da oferta esteve na base do reforço do peso do jornalismo enquanto campo académico.

Números do ano 2000 indicam a existência de 462 estabelecimentos de ensino com licenciaturas na área com um volume de inscrições próximo dos 180 mil alunos. Nesse ano licenciaram-se cerca de 42 mil alunos (Becker *et al*, 2001, *apud* Weaver, 2003: 51). A realidade americana suplanta as demais em matéria de contratação massiva nas universidades de jornalismo e comunicação: Em 1995, 86 por cento dos profissionais tinha formação na área. A percentagem subia para 93% na televisão (Becker, 2003: xiii).

A Chegada do Ensino do Jornalismo à Europa

Kaarle Nordenstreng coloca, de novo, o foco nas necessidades do mercado para delimitar as razões do arranque do ensino do jornalismo na Europa:

"A ideia do jornalismo enquanto profissão evolui a partir do final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, associada ao crescimento da imprensa (...) E este processo de profissionalização inclui, desde o início, o ensino do jornalismo" (2009: pos. 9521).

Este período representa o primeiro fôlego do ensino do jornalismo na Europa. O segundo crescimento coincide com o final da segunda guerra mundial. Assistimos aqui a um fenómeno em tudo semelhante ao caracterizado nos Estados Unidos da América. O pós guerra europeu possibilitou o desenvolvimento do mercado dos *media*, abrindo a porta à contratação de novos jornalistas. A formação académica na área satisfaz as novas necessidades do mercado. Em toda a Europa (excetuando Portugal, Inglaterra e

Itália), o segundo crescimento do ensino do jornalismo na academia ocorre na década de 60 do século passado (Nordenstreng, 2009: pos. 9524). Duas décadas depois, novas necessidades do mercado haveriam de promover novo fôlego. Só nesse período é que a formação específica se instala em toda a geografia europeia.

O Caso Espanhol

O ensino do jornalismo em Espanha começou em 1926, com a criação de uma escola ligada ao jornal católico *El Debate*, inspirada pelo currículo da Universidade de Columbia e pelas ideias de Joseph Pulitzer. O curso durou 10 anos. Fechou em 1936, com a guerra civil, e não voltaria a abrir após a escalada de Franco ao poder, em 1938 (Salaverría e Barrera, 2009: pos. 5747, 5748, 5749).

O modelo de ensino que se seguiu ultrapassou a forma do mercado para se impor. A ditadura de Franco seguiu o rumo contrário ao de Salazar e, em 1941, fixou as regras de entrada na profissão, concentrando-as no Instituto Oficial do Jornalismo que aplicava a receita do regime. Se, em Portugal, a ditadura acreditava que manter os jornalistas afastados dos bancos da escola contribuiria para os manter sob a asa protetora do Estado, submissos aos seus ditames, o general Franco esforçou-se, desde os primeiros tempos, por desenhar modelos de formação e controlo dos jornalistas (López, 2004: 41; Sobreira, 2004: 33). Entre 1941 e 1958, o programa do Instituto Oficial do Jornalismo foi a única via de acesso à profissão (Barrera e Vaz, 2003: 23; Salaverría e Barrera, 2009: pos. 5751, 5752).

Em 1962, a ditadura oficializou a entrada no ensino do jornalismo de uma entidade cúmplice com os ideais do regime: a Igreja Católica, entidade gestora, através da *Opus Dei*, do Instituto de Jornalismo da Universidade de Navarra, criado em 1958; seguiram-se as réplicas de Madrid e Barcelona. A proximidade da Igreja Católica com os ideais do regime não isentou de exame prévio, à entrada na profissão, os formados pelos institutos religiosos (Barrera e Vaz, 2003: 23, 24; Salaverría e Barrera, 2009: pos. 5755, 5756).

A resistência da academia em integrar o jornalismo no campus durou até à década de 70, coincidindo, aliás, com os propósitos do regime, que preferia ter a formação dos jornalistas fora do espírito, apesar de tudo, mais independente da universidade. De facto, os institutos amparados pelo regime nunca tiveram reconhecimento universitário. É já na reta final da ditadura franquista, em 1971, que o jornalismo em Espanha, finalmente, adquire estatuto de disciplina académica, chegando

à Universidade. Os institutos da igreja foram fechados. As faculdades, que protagonizaram o acolhimento do jornalismo, foram as das cidades que antes tinham acolhido os institutos da Igreja: Madrid, Barcelona e Navarra (López, 2004: 42; Salaverría e Barrera, 2009: pos. 5759, 5763). Ainda muito dependente dos ecos da ditadura (Sanders *et al*, 2008: 135), o estudo académico do jornalismo haveria de demorar toda a década de 70 para se consolidar (Barrera e Vaz, 2003: 25 e 26).

No ano letivo de 2004-2005, o estudo do jornalismo e da comunicação envolvia cerca de 26 mil alunos a frequentarem cursos em 30 estabelecimentos de ensino de perfil académico (Nordenstreng, 2009: pos. 9531). A percentagem de jornalistas no ativo, licenciados na área é elevada, aproximando-se da registada nos Estados Unidos da América, 92 por cento (dados de 1999 citados por Sanders *et al*, 2008: 135; Barrera e Vaz, 2003: 45). Na primeira metade da década de 90, a percentagem era ligeiramente mais baixa, rondava os 84 por cento (Barrera e Vaz, 2003: 35).

Os Casos Inglês, Francês, Alemão e Italiano

A Grã-Bretanha, como Portugal e a Itália, assistiu a um arranque tardio do ensino do jornalismo na academia. Este atraso foi uma determinação direta do mercado, que sentia conforto em controlar o acesso e as competências associadas ao exercício da profissão. E se o mercado conseguiu afastar o jornalismo da academia até 1970, teve efeito direto, igualmente, na estruturação do primeiro curso, uma pós graduação, inspirada no programa de Columbia, muito dedicada a cumprir as exigências da profissão. Como assinala Barbie Zelizer, mesmo com um século de distância, a Grã-Bretanha foi replicar o modelo norte-americano (2004: 18). Entre 1970 e 1990, a academia britânica apenas acolheu cursos de pós graduação. A primeira licenciatura na área surgiu em 1991 (Franklin *et al*, 2005: 127; Bromley, 2009: 830).

A segunda guerra mundial acabou por ser determinante para a consolidação da formação na empresa, que haveria de marcar o acesso à profissão na Grã-Bretanha. Antes do conflito, a Universidade de Londres acolhera, 20 anos, entre 1919 e 1939, "um programa pioneiro" de jornalismo (Sanders *et al*, 2008: 149). Depois da guerra, o programa não foi retomado, tendo o mercado assumido sozinho as rédeas da formação. Na base da rejeição da associação do jornalismo à academia está o quadro de exigências da indústria, nem sempre expresso em defesa das mais nobres intenções:

"Muitos empresários acreditam que uma licenciatura clássica, em literatura inglesa ou política, fornece aos jornalistas uma formação mais abrangente. Outros são

mercenariamente anti-intelectuais, acreditando que uma licenciatura forçaria o pagamento de salários mais elevados e produziria profissionais tecnicamente menos dotados" (Franklin *et al*, 2005: 127).

O principal filtro de acesso à profissão eram os meios de comunicação social de proximidade, por onde os candidatos tinham, necessariamente, de passar se aspiravam chegar aos meios de comunicação social nacionais. Nos últimos anos, o acesso à profissão começou a perder a intermediação dos meios locais, e a universidade está a impor-se como fonte direta de contratação (Esser, 2003: 219; Bromley, 2009: pos 821). O número dos profissionais no ativo, licenciados na área, ainda não atingiu os valores dos Estados Unidos da América ou de Espanha, mas o fosso diminuiu: 58% dos profissionais tem formação na área (Cole, 2003: 54; Esser 2003: 218; Taylor, 189: 2004; Delano, 2008: 65).

A história do ensino do jornalismo em França tem, essencialmente, dois momentos, separados por um fosso muito mais do que cronológico. Como é que um ensino claramente interessado em participar na qualidade da ação profissional, que desponta na Universidade de Paris em 1899, (Charon, 2003: 142) se transformou num modelo anárquico, controverso, fragmentado (Le Bohéc, 2009: pos. 4412)?

No pós guerra, assistimos a uma certa apropriação do ensino do jornalismo pelo mercado, afirmando-se uma formação mais técnica, entrando no sistema outras entidades que, em estreita ligação com a profissão, foram conquistando terreno na definição do acesso. O ensino do jornalismo em França permanece condicionado pelo sistema de acreditação das escolas, dominado pelos empresários do setor e pelos sindicatos, e a reclamar "reforma urgente" (Charon, 2003: 145, 165).

Os trabalhos de Jean-Marie Charon e Jacques Le Bohéc demonstram-nos que a academia acabou condicionada pelo peso crescente das entidades formadoras, inspiradas pela indústria; os programas oferecidos, reféns da dicotomia teoria/prática, refletem esse condicionamento. Atualmente, o debate sobre a necessidade de uma licenciatura continua ativo, sem que a universidade consiga impor uma marca diferenciadora, que a transforme numa opção efetiva para os candidatos. Condiionadas pelo mercado, as entidades formadoras acabam por negligenciar na transmissão de conhecimentos, sejam abrangentes ou mais específicos (Le Bohéc, 2009: pos. 4529).

Apenas 20 por cento dos contratados tem diploma em jornalismo/comunicação (pos. 4467). Na base desse número, o segundo mais baixo da Europa a seguir à Alemanha, está a "relutância" com que muitos encaram o sistema de ensino,

"suspeitando que produz profissionais intelectuais, demasiado pretensiosos e inflexíveis". As empresas preferem, por isso, "controlar o treino diretamente" (pos. 4434).

Na Alemanha, o primeiro programa de jornalismo começou numa universidade privada, em 1899, no mesmo ano que em França, mas durou apenas sete anos (Frölich e Holtz-Bacha, 2009: pos. 2267).

Na viragem do século surgiram algumas ofertas académicas indiretamente relacionadas com a técnica jornalística. A tónica era colocada, sobretudo, nos modelos de negócio da imprensa. Depois da proposta efémera de 1899, a área só voltaria a reconquistar consistência académica em 1917, com o curso de *Ciências da Imprensa*, fundado na Universidade de Leipzig (*idem, ibidem*: pos. 2283). O advento do nazismo, em 1933, reformulou todo o sistema dos *media* e, como consequência, o processo formativo. O jornalismo enquanto disciplina académica deixou-se instrumentalizar pela ideologia (*idem, ibidem*: pos. 2299). A queda do nazismo libertou o ensino dos grilhões ideológicos mas afastou-o, igualmente, da academia. O debate sobre o acesso, que se afirmara vivo desde os primórdios, afunila-se, nessa fase e até aos anos 60, em torno da defesa de uma formação vocacional distanciada da academia (*idem, ibidem*: pos. 2311, 2313). A partir de finais da década de 60, a via académica conquista espaço e é defendida pelas associações profissionais, contudo, o acesso mantém-se aberto e o debate sobre o caminho mais sólido para chegar à profissão não enfatiza nenhuma das correntes (*idem, ibidem*: pos. 2317, 2320). Mesmo com um ensino académico consolidado desde a década de 90 do século passado, a Alemanha tem resistido aos efeitos dos percursos académicos, com consequências visíveis no recrutamento. Juntamente com a França (20 por cento), a Alemanha reflete os menores índices de contratados licenciados na área (14 por cento).

Em 2009, seis anos depois do primeiro estudo de Romy Frölich e Christina Holtz-Bacha sobre a realidade alemã, as autoras não encontraram argumentos para alterar a "atitude negativa" com que profissionais e empregadores caracterizaram a formação académica em 2003. O "ceticismo" criara raízes no mercado, apesar do apelo "à academização do jornalismo" ter vindo da própria profissão (2003: 200):

"Jornalistas e editores continuam convencidos que a prática associada aos programas académicos, ou às escolas de jornalismo, não consegue substituir a experiência adquirida na redação" (2009: pos 2506, 2510).

O ensino do jornalismo em Itália chega pela mão direta do fascismo, tal como aconteceu em Espanha e ao contrário do que ocorreu em Portugal, onde a ditadura bloqueou, por diversas vezes, o arranque. O primeiro curso data de 1934 e foi fundado, por um homem de Mussolini, numa escola de propaganda criada para o efeito em Perugia, que encerrou pouco depois de ter sido inaugurada (Agostini, 2009: pos. 4889). Esse sinal histórico presta-se, porém, a uma leitura singular. No país sede da "primeira verdadeira ditadura dos tempos modernos", os percursos do ensino formal do jornalismo, parceiros do regime, inspiraram-se nos argumentos de Pulitzer para justificarem a primeira escola: "O jornalismo é uma profissão que pode e deve ser ensinada; só a formação permite ao repórter trabalhar de forma conscienciosa" (Agostini, 2009: pos. 4904).

O ensino do jornalismo só desponta verdadeiramente, ainda que titubeante, numa fase tardia, coincidente, aliás, com o arranque em Portugal e em Inglaterra: década de 70 do século passado¹²⁷. O reconhecimento formal do ensino do jornalismo foi antecedido de um amplo processo de discussão que haveria de durar até final da década de 80. Mesmo estando muito associadas às características específicas da indústria dos *media*, as razões do atraso da formalização do ensino representam um caso único na Europa.

As raízes da imprensa italiana têm uma conotação fortemente intelectual e política, onde a notícia ocupava papel secundário relativamente ao comentário; o serviço público de televisão reproduziu esses laços com a política, deixando-se instrumentalizar de forma direta (Mancini, 2003: 95-96). Esta situação só sofre uma verdadeira alteração com o advento da televisão comercial, na década de 80.

De facto, até final de 80, o acesso à profissão de jornalista esteve condicionado à influência da tradição familiar (filhos e netos de jornalistas seguiam a profissão dos antepassados), mas também à influência da família política que controlava determinado jornal:

"Se estes eram os canais de acesso, uma boa formação profissional deixava de ser necessária. Ter os amigos certos, ou ligações ao partido ou grupo político que controlasse determinado meio de comunicação social, era tudo o que interessava" (*idem, ibidem*: 97).

A televisão comercial introduziu novos parâmetros na equação. A influência política e o peso dos laços de sangue sucumbiram às exigências do mercado e, numa

¹²⁷ Paolo Mancini e Angelo Agostini não coincidem na data do primeiro curso, apenas na cidade, Milão. Mancini (2003) refere o ano de 1974 (93), Agostini (2009) fixa esse arranque em 1977 (pos. 4905).

proporção maior do que aconteceu em toda a Europa, o jornalismo italiano fez uma aproximação ao entretenimento. A procura de novos profissionais explodiu. O acesso deixou de ser fechado a núcleos restritos de aprendizes. Em Itália, tal como ocorreu um pouco por toda a Europa, na década de 80, a academia satisfaz as novas necessidades do mercado.

As 21 escolas de jornalismo existentes oferecem cursos de dois anos. Assim, a cada dois anos, o mercado recebe entre 500 a 600 novos diplomados, um número que, apesar da dimensão do país, dada a baixa taxa de leitura de jornais, excede as necessidades (Agostini, 2009: pos. 4925).

O Caso Português

Há mais de um século, Joseph Pulitzer deu um primeiro impulso global à formação académica em jornalismo, colocando-a ao serviço do jornalismo e, como consequência, do público.

Em Portugal, começámos a ouvir os mesmos argumentos em defesa de uma educação formal em jornalismo sediada na universidade, no período em que as ideias de Pulitzer começam a impor-se nos EUA (Sobreira, 2004), mas o argumentos dos críticos e a apatia que, mais tarde, a ditadura haveria de promover, bloquearam o caminho. De facto, em 1898, Lisboa acolheu o Congresso Internacional da Imprensa onde o ensino profissional do jornalismo foi debatido (*idem, ibidem*:18). A necessidade de ensino formal volta a ser reclamada, com alguma ênfase, em 1941 (*idem, ibidem*:19-22) e, no final da década de 50 "a falta de formação dos profissionais passou a ser vista como um dos principais motivos de subdesenvolvimento e ausência de espírito de iniciativa da imprensa portuguesa" (*idem, ibidem*:24). Nos anos 60, essas preocupações intensificam-se (*idem, ibidem*:25), mas os argumentos da "velha guarda" haveriam de fazer a história:

"É praticamente impossível explicar a muitos dos velhos profissionais que se nasce tanto jornalista como médico ou advogado. A prática é indispensável, mas o conhecimento teórico é, pelo menos, tão indispensável como aquela" (Lemos, 1964, *apud* Sobreira, 2004: 27).

Em Portugal, a discussão continuou, cruzou o 25 de abril de 1974, e sobreviveu até aos nossos dias. O caso específico de Portugal será detalhado no capítulo seis.

A MATRIZ DE JOSEPH PULITZER

Os Riscos de um Processo de *Educação Universal Compulsória*

Iremos percorrer um caminho, sem hesitações, em defesa de uma formação académica que seja o resultado do estudo do jornalismo e que ao mesmo tempo o promova, saindo dessa interação, a valorização do jornalismo. Na nossa rota está, portanto, a reflexão sobre o jornalismo e a forma como esse exercício influencia a ação quotidiana, questionando práticas enraizadas na rotina profissional, comportamentos padrão assentes em estereótipos que influenciam narrativas (forma e conteúdo do texto, construção das peças jornalísticas, adaptação do conteúdo à especificidade das plataformas); o propósito da formação académica está, no fundo, na criação de um jornalismo capaz de resistir, senão mesmo de ultrapassar, os constrangimentos criados pela economia que afetam, de forma determinante, a qualidade do jornalismo.

Uma formação académica que assente nestes princípios coloca o estudante no centro da equação: será ele o porta-voz de uma linha de pensamento que carrega o potencial para promover a reconstrução criativa do jornalismo. Um modelo de formação com estas características ultrapassará, necessariamente, as limitações da mera abordagem técnica; essa apenas garantirá ao estudante, futuro jornalista, sucesso efémero, amputá-lo-á, certamente, da capacidade de agir sobre o jornalismo, melhorando a sua prática.

Esta abordagem eleva o próprio papel da educação. Wright Mills (1956) alertava, exatamente, para os riscos da "educação universal compulsória", instrumento de controlo social que alimenta a sociedade de massas (1981: 364).

Os alertas de Mills servem de guião antecipatório ao que, de uma forma muito clara, viríamos a assistir no final da década de 80 do século passado, com a explosão dos cursos de jornalismo em todo o mundo: o ensino profissional do jornalismo, sem foco académico, embora oferecido pela academia, deixou, como veremos, a academia refém dos interesses do mercado. Wright Mills fizera o aviso na década de 50: A educação promove a matriz da sociedade de massas:

"Prepara as pessoas para empregos melhores e, dessa forma, para o progresso (...) muitas escolas passaram a funcionar como uma ideologia de *adaptação à vida* que estimula a aceitação desses modos de vida em massa, ao invés de estimular a luta pela transcendência individual e pública" (*idem, ibidem*: 371, 373).

Esse princípio da "transcendência individual", como resultado de um processo de educação/formação que, ao mesmo tempo que liberta o indivíduo, lhe ilumina o

papel social através do qual ele se torna membro de um público mais vasto, de uma comunidade de interação comunicativa, encontra raízes em Dewey (1916, 1938):

"Não nascemos indivíduos. Nascemos pessoa que deve atingir a individualidade. Essa individualidade deve ser suficiente para conseguirmos compreender e resolver a miríade de problemas que, necessariamente, sempre irão confrontar a democracia e a sociedade, tornando-nos membros do Público" (*apud* Shenton, 2009: 11).

Neste sentido, como assinala Mason, interpretando o pensamento de Dewey:

"A educação deve ser reconstrutiva, mas deve partir do lugar onde o estudante se encontra e resultar no crescimento e extensão da inteligência crítica criativa, vista como resultado da reconstrução da experiência" (Mason, 1959, *apud idem, ibidem*: 6-8).

James Carey (2000a) parece interpretar os receios de Mills e Dewey sobre o papel da educação/formação quando, num exercício lúcido de questionamento, nos alerta para os efeitos de uma formação académica em jornalismo de matriz meramente profissional:

"A formação profissional, e a ideologia de profissionalismo que a suporta, tem sido sempre determinada por mais do que conhecimento ou padrões profissionais. Tem sido também definida pelo desejo de ter uma mão de obra ordeira, conformada e conservadora" (2000a: 16).

Assim definida, como instrumento de controlo social, a formação em jornalismo assume um efeito contrário ao propósito que, de facto, deve servir: promover a reflexão sobre a prática e testar novas abordagens que participem no processo de resistência do jornalismo ao mercado. Carey procura argumentos para defender a sua linha de raciocínio na base do edifício onde assenta a formação académica em jornalismo. O ângulo da discussão é complexo; ainda assim potenciador de intenso debate. Questionando as bases, o alvo de Carey passou a ser Joseph Pulitzer:

"Na viragem do século (XIX-XX) iniciámos a era do repórter (...) Mas os repórteres não eram indivíduos educados, não eram gente literata (...) Viviam o romantismo da marginalidade da cidade e simpatizavam com o socialismo e com os sindicatos (...) Pulitzer não seria o único a acreditar que a formação académica poderia domesticar esta classe sem regras, transformando o repórter em trabalhador disciplinado que cessasse esse enamoramento com o socialismo e com os sindicatos. Esta não seria a primeira nem a última vez em que a formação seria vista como um meio de controlo social" (*idem, ibidem*).

De facto, Joseph Pulitzer era um bem sucedido empresário de jornais a quem a *domesticação de uma classe sem regras* prolongaria o sucesso comercial, mas uma análise mais focada na biografia do empresário (Genton, 2011: 7-24) pode ajudar-nos a lidar com os efeitos da visão de James Carey. Nascido na Hungria, Pulitzer parte, aos 17

anos, à conquista do sonho americano; começou por ser repórter, "tornando-se um dos melhores da sua cidade". Aos 31 anos comprou um jornal moribundo que transformou num sucesso. "Intelectual, competente e culto", construiu um império de sucesso a partir do *World*, um jornal que apostava em valores opostos aos que pareciam moldar o criador: "escândalos e, de uma maneira geral, tudo o que causasse sensação". Em Nova Iorque nasceu "um novo jornalismo de que Pulitzer foi o inventor" e cuja base assentava na separação entre informação e comentário. A receita que usava para atingir o sucesso comercial contrastava com a sua personalidade discreta e visionária, mas também com o tom dos seus editoriais: "progressistas e plenos de virtude" (*idem, ibidem*).

O texto que Pulitzer publicou em 1904, justificando a necessidade de uma escola de jornalismo, parece acentuar a matriz humanista de um homem movido de um impulso utópico; mas a ênfase com que se empenhou no sucesso comercial das suas publicações, cedendo ao escândalo e ao sensacionalismo, enaltecem a faceta do empresário apegado ao sucesso comercial do seu negócio. A leitura de Carey resultará desse apego ao lucro; mas o tempo em que a aventura do ensino do jornalismo é assumida, mesmo o grau de envolvimento do empresário nessa aventura (apresentando uma primeira proposta à Universidade de Columbia em 1892, que a Universidade rejeitou, e insistindo nela, em 1903), coincide com a consolidação indiscutível de um negócio, sendo expectável que valores humanistas pudessem sobressair, sem que dessa assunção resultassem prejuízos materiais. A forma como Pulitzer lançou o debate sobre o ensino do jornalismo, enfrentando críticos, e críticas, de diversos quadrantes, é bem o sinal dessa cruzada individual. O facto de muitos dos princípios, então enunciados, para justificar a escola ainda hoje serem pontos de agenda na discussão (Dickson, 2000: 171) demonstra, igualmente, essa capacidade visionária do empresário.

Aos partidários da ideia do "talento natural", única moldura de acesso à profissão; aos defensores da ideia de que grandes jornalistas conseguem ser grandes sem formação específica; aos convencidos de que o carácter e a moral não se ensinam; aos que duvidam de que uma escola especializada consiga ultrapassar a escola da tarimba; a todos eles, Pulitzer responde:

"Do meu ponto de vista, o homem só transporta desde a nascença uma característica: a de idiota (...) Quando um jornalista, pela via da entrega plena, e por ser um homem fora do comum, alcança um estatuto de grande sucesso, um sistema de formação teria produzido os mesmos resultados, economizando tempo e trabalho (...) Todas as inteligências têm necessidade de ser desenvolvidas (...) Mesmo que os nossos críticos insistam que algumas coisas são impossíveis de ensinar, mais devemos provar a necessidade de ensinar tudo o

que seja possível ensinar (...) A formação numa redação é meramente accidental, não é intencional (...) Ninguém tem tempo, nem vontade, de ensinar os novos recrutas (...) Pessoalmente nunca recebi a mínima lição, nem como repórter, nem como redator" (1904, 2011: 29-53).

O discurso de Joseph Pulitzer (1904), pugnando pela criação de uma escola de jornalismo, sai, de facto, em defesa da profissão, valorizando-a. Ao mesmo tempo que o ensino deve contribuir para libertar o jornalismo dos efeitos nefastos da economia, deve igualmente prepará-lo para enfrentar os desafios da sociedade, ao municiar o indivíduo com instrumentos que lhe permitam interagir no espaço público, em nome de uma democracia que é preciso alimentar dia a dia:

"O Objetivo da escola é produzir melhores jornalistas que façam melhores jornais, que, por sua vez, sirvam melhor o interesse geral (...) Deve existir espírito crítico, porque todo o trabalho jornalístico exige crítica e análise (...) O poder de determinar o futuro da República estará nas mãos dos jornalistas das gerações futuras. Esta é a razão que me leva a defender esta importante iniciativa" (1904, 2011: 72, 100, 104).

A essência da formação parece residir na necessidade de libertar o jornalismo dos estrangimentos do mercado. Joseph Pulitzer estaria bem colocado para avaliar a real dimensão negativa desses efeitos; num aparente exercício de contrição, o empresário reconhece que a escola deve ser o escudo protetor do jornalismo. O mais interessante no pensamento de Pulitzer é o peso da variável económica num enquadramento histórico em que a sua teia, apenas, despontara:

"Se, no futuro, os profissionais de uma mesma cidade forem formados por uma mesma escola (...) o espírito de corpo será a melhor proteção da imprensa contra o poder dos fortes interesses financeiros, uma ameaça que nada tem de imaginária (...) A minha aspiração é que esta escola de jornalismo eleve o nível da profissão. Mas, para tal, a escola tem de marcar a diferença entre os verdadeiros jornalistas e os que praticam um trabalho jornalístico que não exige nenhum conhecimento nem nenhuma convicção, mas somente uma formação comercial (...) A luta pelo lucro é legítima, mas unicamente na secção financeira do jornal (...) torna-se (...) um perigo assim que penetra na redação (...) O que deve ser ensinado é a ideia de um trabalho não para o comércio, ou para qualquer interesse particular, mas, antes de tudo, para a comunidade e para o interesse público" (*idem*, *ibidem*, 46, 55 e 56, 58, 63)¹²⁸.

A escola seria inaugurada, apenas, em 1912, já depois da morte do inspirador e mecenas. Os prémios de "encorajamento do jornalismo e da literatura" (Genton, 2011: 24), que deixou em testamento, assinalam, igualmente, o desejo de salvaguarda da

¹²⁸ Esta linha de pensamento de Pulitzer fez escola também em Portugal. No primeiro livro editado em Portugal sobre ensino do jornalismo, o seu autor, João Paulo Freire, pugnava pela preservação das fronteiras do jornalismo, afirmando que os jornalistas "não devem poder entrar na administração, nem os da administração na redação" (1936, *apud* Sousa, 2009: 27).

profissão, consciente, certamente, do potencial de deriva economicista de que fora um dos precursores. Steiner observa isso mesmo na interpretação que avança para a existência de uma escola de jornalismo na época específica em que Pulitzer se bateu para a construir: "serviu para que os jornalistas reconquistassem algum do prestígio perdido durante a era do *yellow journalism*" (*apud* Dickson, 2000: 9). Nicholas Lemann associa, igualmente, a criação da escola de Pulitzer ao desejo de proteger uma ideia de jornalismo que, à época, começara a despontar: um jornalismo objetivo, princípio importado das ciências exatas com o propósito claro de credibilizar a ação jornalística:

"Este período (...) promoveu a formação de peritos que conseguissem ultrapassar as paixões pessoais e preconceitos, com o propósito de expandir o conhecimento, de uma forma que pudesse servir o público" (2006: 2).

Quase um século mais tarde, Stuart Adam (2001) assinala que o ideal de Joseph Pulitzer ficou, afinal por cumprir. Em nenhum momento, Adam faz referência ao texto de James Carey, onde o académico norte-americano questionava os reais propósitos de Pulitzer associados à criação de uma escola de jornalismo, mas o grau de detalhe que reveste a interpretação de Stuart Adam parece conter uma referência subliminar ao texto de Carey. Adam lê nas palavras de Pulitzer exatamente o que elas significam, independentemente do contexto em que foram produzidas, mas observa, sobretudo, o elemento que, em nosso entender, deve ser afirmado como determinante em qualquer plano de formação: a interação entre a dimensão do conhecimento, da reflexão, do pensamento e a ação profissional quotidiana:

"Pulitzer acreditava que o jornalismo era uma atividade intelectual complexa a requerer uma formação cuidada (...) ministrada pela Universidade (...) Poderemos afirmar que o currículo desenhado por Pulitzer era baseado numa interpretação refletida e democrática sobre a natureza do jornalismo e do seu papel (...) mas também na análise sobre a natureza das disciplinas universitárias e na relação entre a disciplina do conhecimento e o quotidiano profissional" (2001: 323).

Stuart Adam afirma que este sonho de Pulitzer ficou por cumprir porque só no nosso tempo existem condições para promover o entrelaçamento entre as dimensões teórica e prática da formação académica, desenvolvendo planos que respondam, de forma "consistente", às "interpretações" e aos "sonhos" dos jornalistas (*idem, ibidem*). O académico canadiano faz, todavia, depender esse caminho de interação da aplicação de um conjunto de premissas que, em síntese, apontam para a necessidade de repensar a natureza quer do jornalismo, clarificando a sua prática, quer da universidade. Desse

exercício terá de resultar uma articulação sustentada entre a ação jornalística e a reflexão académica (*idem, ibidem*).

David Nolan discorre sobre a antinomia presente nas interpretações que Stuart Adam e James Carey fazem do pensamento de Joseph Pulitzer; e assinala-as:

"Para Stuart Adam, a visão de Pulitzer sobre formação académica em jornalismo repousa na criação de um modelo que deve permitir à universidade iluminar identidade e prática jornalísticas (...) Em sentido oposto, Carey sugere que Pulitzer esteve sobretudo preocupado em transformar a universidade num instrumento de controlo social" (2008: 743 e 744).

David Nolan não se detém nos opostos; esforça-se, sobretudo, por encontrar sustentação analítica nas duas posições antagónicas. Se, para Nolan, a posição de Stuart Adam parece não oferecer resistências, já a de James Carey carece de contexto que lhe garanta significado - "Carey preocupa-se em promover uma abordagem mais crítica aos efeitos das bases em que assenta a tradição da formação académica norte americana". No entender de Nolan, o que move o pensamento de Carey é sobretudo o papel de controlo social da formação académica de base profissional, que marcou as origens do ensino do jornalismo nos Estados Unidos, e não o uso que faz da ação determinada de Pulitzer (*idem, ibidem*: 744).

Michael Bromley retira, igualmente, Pulitzer desta equação. Para o autor, o que teremos de salientar, acima de tudo, é que a educação pode ser, de facto, uma *espada de dois gumes*: dependendo do modelo de formação, do modelo de Estado, do modelo dos *media*, o potencial que revela para "reforçar a autonomia do jornalismo" pode, converter-se num "enfraquecimento" que deixa o jornalismo refém dos interesses do Estado ou da indústria (2009, pos. 243). A este propósito, Hanada alerta-nos, exatamente, para o papel que a formação pode ter nesse "enfraquecimento" do jornalismo, podendo contribuir decisivamente, para acentuar "constrangimentos" e "submissões" (*apud idem, ibidem*: pos. 246).

Bromley *et al* (2001) consideram, por seu lado, que a pressão colocada pelo mercado e pela tecnologia, tem promovido, "sobretudo na última década", uma "formação académica cada vez mais reflexiva", consequência dos desafios que representa para o jornalismo a digitalização aliada à globalização e ao peso dos grupos de *media*. Nesse enfoque mais reflexivo, os autores colocam, igualmente, o debate, que marcou a década de 90, sobre a "casa natural" do jornalismo; mas essa reflexão crescente é igualmente consequência da queda do regime soviético (2001: 251). A partir

do momento em que os países de leste iniciaram processos de abertura política, o jornalismo deixou de ser mero veículo de propaganda do Estado. No ensino do jornalismo, abriu-se um imenso espaço de reconstrução. Esse vazio foi preenchido, em diversos países, pela adoção do modelo americano (Becker, 2003: xv; Romy e Holtz-Bacha, 2003: 314). A Europa de Leste transformou-se, assim, num estudo de caso que motivou a reflexão de modelos adaptados a uma realidade específica (Becker, *ibidem*). Abriu-se um espaço de diálogo entre professores de jornalismo ocidentais e os pares europeus de leste (Gross, 2003: 274 e 275). Romy Frölich e Christina Holtz-Bacha consideram, aliás, que essa colaboração está a ter efeitos na prática jornalística quotidiana, sobretudo na televisão, onde assistimos à "elevação dos padrões", promotores de "uma visão alternativa" (2003: 313).

A NECESSIDADE DE RECONSTRUÇÃO DO JORNALISMO

No capítulo anterior equacionámos a necessidade de reconstruir o jornalismo. Observámo-lo aprisionado numa crise de sustentabilidade, que a associação a uma dimensão tecnológica fez adquirir proporções trágicas; mas não desviámos o foco: o estudo e a formação académica, que hão de participar na reconstrução do jornalismo, devem explorar, avaliar, questionar, sobretudo, o peso da variável económica no jornalismo.

Na recuperação do rumo que assumimos nas etapas anteriores desta investigação, os testemunhos de Barbie Zelizer (2009) e Hugh Stepheson (2009) sustentam a nossa rota, trazendo-nos um olhar assertivo quando equacionarmos o modelo de formação académica que, verdadeiramente, pode contribuir para o processo de reconstrução do jornalismo:

"O jornalismo contemporâneo (...) vive num ambiente económico em que a quebra de receitas, a fragmentação, deixam as notícias reféns da necessidade de gerarem lucro às empresas de *media*. Como resultado, o ângulo de cobertura noticiosa restringe-se e muitos jornalistas vêem-se forçados a repetir as mesmas notícias de uma forma que as gerações anteriores não aceitariam (...) Entrámos numa era de ambições que, necessariamente, encolheram" (Zelizer, 2009: 31).

"Nada afetou mais o modelo tradicional de jornalismo do que o tombo financeiro provocado pela recessão. A maioria dos órgãos de comunicação social enfrenta quebras de receitas e a consequente necessidade de promover cortes da despesa" (Stepheson, 2009: pos.114).

Esta evidência não nos impedirá de integrar na equação a dimensão tecnológica, conscientes dos efeitos que a associação do jornalismo a uma nova plataforma tecnológica tiveram, não apenas no agravamento da crise de sustentabilidade do jornalismo mas, igualmente, na introdução do público no processo produtivo. A variável tecnológica, mesmo fragilizando a base onde assenta o edifício do jornalismo, não o perpassa como espinha dorsal; apressa a necessidade de o reconstruir, mas não o molda com o mesmo grau de detalhe que a variável económica, que se impôs no momento em que a notícia se transformou numa mercadoria e o jornalismo num negócio.

A nova velocidade que a plataforma digital está a impor a esse esteio de deriva, cuja marca no tempo poderemos associar ao século XIX, veio apressar, tornando mais visível, a necessidade de reconstrução do jornalismo.

Howard Tumber realça os novos desafios que a tecnologia veio colocar ao jornalismo, mas não deixa de iluminar o ponto de arranque:

"A concentração crescente na indústria dos *media* está na base da intensa competição e da perda de qualidade das notícias, ao mesmo tempo que as novas tecnologias estão a conduzir-nos à reavaliação do papel do jornalismo, numa paisagem cada vez mais desintermediada" (2005: 551).

A sustentabilidade do jornalismo, agravada pela tecnologização, coloca, sobretudo, em causa o jornalismo de qualidade, que, à partida, maiores e melhores recursos exige. Mais do que nunca, o jornalismo de qualidade impõe-se como farol decodificador de um tempo complexo a requerer respostas, contextos, novas e mais promissoras interações:

"As pessoas reclamam informação fiável sobretudo em matéria económica, ambiental e social. Esta previsão sugere que nos estamos a aproximar de uma nova era de realismo, onde as pessoas querem saber e o jornalismo deve satisfazer-lhes esta desesperada necessidade. Por isso, vemos, no horizonte, o renascimento do melhor jornalismo de qualidade" (Nordenstreng, 2009: pos. 9599).

De facto, o roteiro do jornalismo permanece, agora necessariamente com maior ênfase, "cola social" (Hanitzsch, Wahl-Jorgensen, 2009: 3), elo de ligação simbólica entre públicos dispersos, motor de coesão, semente e cimento da democracia. O vínculo que o jornalismo mantém com a democracia exige que o estudemos. Porque a democracia não é um dado garantido; deve ser permanentemente regada e monitorizada. A dimensão económica fragiliza a democracia, da mesma forma que põe em causa o jornalismo de qualidade.

A Construção do Binómio Estudo-Ensino do Jornalismo

No percurso de investigação que temos estado a seguir, forçámos a segmentação de elementos associados com o exclusivo propósito de identificarmos as suas componentes base. Assim, o esforço científico que promovemos de identificação do jornalismo, permitiu-nos isolar os dois elementos que lhe definem a matriz: por um lado, a elevação da variável económica (sustentabilidade do jornalismo) a pilar no campo das variáveis que interagem com o jornalismo; por outro, o ressurgimento do público, dotado de capacidade de intervenção direta sobre o jornalismo, como destinatário soberano da mensagem, adquirindo um potencial de ação comunicativa propiciado pelas novas tecnologias e, conseqüentemente, promovido pelo jornalismo. O jornalismo, o estudo do jornalismo e a formação dos jornalistas são realidades indissociáveis; a discussão de uma força a discussão das outras. Idealmente, a formação dos jornalistas deveria ser resultado do estudo do jornalismo, contribuindo para a sua promoção; e ambas as dimensões, formação e estudo do jornalismo, participarem na reformulação criativa da ação jornalística quotidiana.

Geneva Overholser considera que "o alimento, mesmo a sobrevivência, do jornalismo" depende do "enriquecimento académico", simultaneamente "reflexivo e inteligente", mas, igualmente, passível de ser testado na prática (2002: 1). Manuel Pinto e Sandra Marinho destacam o entrelaçamento entre a investigação académica na área e o ensino, envolvendo os professores em centros de investigação onde as melhores práticas de formação possam ser testadas e avaliadas e, posteriormente, incorporadas nos programas curriculares (Marinho, 2011: 335, 397; Pinto e Marinho, 2009: pos.5630). Barbie Zelizer considera que o estudo do jornalismo não deve ser produto exclusivo dos académicos; deve envolver, igualmente, os práticos. Num esforço para ultrapassar o olhar cético com que observa a relação entre ambos, jornalistas e académicos, e satisfeita com o número, e a qualidade, de publicações científicas, produzidas na universidade americana e britânica, Zelizer acredita que o estudo do jornalismo tenha encontrado fermento para crescer (2004: 43 e 44). Karin Wahl-Jorgensen e Thomas Hanitzsch elevam o estudo do jornalismo a elo promotor de ligações entre a formação académica e o jornalismo, quando exortam o estudo do jornalismo a "prestar maior atenção à transferência de conhecimento, gerado pela investigação científica, para os campos da formação e da prática jornalísticas" (2009: 14).

Esse salto em direção à criação de linhas de interação claras entre estudo, ensino do jornalismo e ação profissional, ao mesmo tempo que promove pontes internas na academia, desperta o estabelecimento de pontes com o exterior. Assim, às entidades formadoras, aos acadêmicos que estudam o jornalismo, aos professores de jornalismo e das disciplinas associadas há que acrescentar os alunos, os verdadeiros destinatários do processo, as empresas, os profissionais (jornalistas) e, sobretudo, o público.

Indústria dos *Media* e Academia: Caminhos Paralelos

Clivagens internas e externas à academia, a envolverem professores de jornalismo e acadêmicos que estudam o jornalismo, comunidade acadêmica em geral e jornalistas, universidades e empresas, a academia e os próprios estudantes, mas, também, o jornalismo e o público têm contribuído para perverter o processo, introduzindo-lhe pontos de atrito que o corroem.

O jornalismo, por natureza ponto de encontro de saberes e experiências diversos, íman de influências sociais, económicas, culturais, tecnológicas, que o moldam, enquadram, fragilizam, vê-se assim compartimentado. Como se entre cada uma das suas componentes - prática profissional, jornalistas, empresários, Estado, academia, professores, alunos e público - uma barreira cortasse laços que, necessariamente, têm de existir.

Barbie Zelizer (2004, 2009) analisa criticamente esta compartimentação do jornalismo a partir da experiência de académica, professora de jornalismo e ex-jornalista:

"Quando cheguei à universidade - vinda do mundo do jornalismo - senti que tinha entrado num universo paralelo. Nada do que lia enquanto estudante refletia o mundo profissional que tinha acabado de deixar" (2004: 2)¹²⁹.

Trataremos, em detalhe, os efeitos dos compartimentos estanques que destroem linhas de interação, mas, nesta abordagem inicial, a experiência de Barbie Zelizer focaliza o cerne da nossa própria investigação académica. Este trabalho pretenderá identificar caminhos que promovam a destruição dessas barreiras. A constituição de um

¹²⁹ A percepção de Barbie Zelizer, que resulta da avaliação que a autora faz da sua própria experiência, será retomada na nossa investigação. O trabalho de campo, que fizemos durante a fase de recolha de elementos para esta dissertação, demonstra-nos a existência de uma barreira entre os processos de formação e o mundo empresarial. Essa constatação é confirmada pela análise das entrevistas que fizemos a 27 estagiários licenciados pelas faculdades que integram o nosso *corpus* de análise. A observação da autora americana parece corporificar, igualmente, o paradoxo subjacente à própria formação académica e que desenvolveremos em etapa posterior: de que forma é que a lógica associada à formação académica (estímulo da reflexão crítica e do questionamento permanentes) é compatível com a integração dos alunos num mercado potencialmente destruidor dessa lógica?

modelo de formação académica em jornalismo força a exploração de linhas de contacto entre académicos, professores de jornalismo, profissionais e empresas, colocando no centro da equação os alunos, destinatários da formação, e o público, destinatário do jornalismo.

Na academia, Barbie Zelizer observa a ineficácia de um campo de estudo do jornalismo dividido em componentes colocadas, cada uma, em "bolsas" fechadas que permitem, apenas, a clarificação parcial do papel do jornalismo. O resultado é a constituição de um campo de estudo em "guerra consigo próprio", onde as próprias áreas de saber que integram a matriz do jornalismo (humanidades, ciências sociais, jornalismo) de facto, se digladiam (2004: 3; 2009: 34).

A descrição de um campo académico a viver de aparências, avançada por Mark Deuze, adquire, neste contexto, decodificação: a imagem de um campo consolidado, refletida na existência de universidades, escolas superiores, colégios com departamentos de jornalismo, com programas de ensino e de investigação um pouco por todo o mundo, sugere estarmos diante "um objeto de estudo baseado num corpo de conhecimentos consensual", sugere, igualmente, uma "partilha universal" de conhecimentos, teorias, métodos de ensino e de investigação. Deuze esclarece não ser esse o caso. Nessa ilusão, o autor observa a mesma "falta de coerência", antes detalhada por Zelizer (2005: 442-443)

Numa análise posterior, Robert Craig rebate a posição de Deuze. Craig deteta sinais recentes, que despontaram de "forma rápida", que apontam para a consolidação do jornalismo enquanto campo académico "vibrante e interdisciplinar", tendo traçado rota no vasto campo de investigação académica na área da comunicação: "O estudo do jornalismo amadureceu, tornando-se um campo académico por direito próprio" (2009: ix, x).

Os quatro anos que separam as duas análises não serão argumento suficiente para atenuar o fosso entre os dois autores. Em nosso entender, a interpretação de Mark Deuze refletirá maior aproximação à realidade; por duas razões. Por um lado, o estudo do jornalismo afigura-se demasiado moldado pela etiqueta norte americana, uma vez que "praticamente metade dos autores que escrevem sobre jornalismo, e mais de um terço dos que estudam o jornalismo, estão ligados a universidades norte americanas", (Cushion, 2008, *in* Hanitzsch e Wahl-Jorgensen, 2009: 8), ficando fora do mapa do campo de estudo os territórios emergentes da Ásia, da América Latina e de África, e, igualmente, lugares onde o jornalismo tem sido "fortemente instrumentalizado"

(Hanitzsch, Wahl-Jorgensen, 2009: 8). A exclusão dessas realidades fragiliza, necessariamente, o campo. A segunda razão decorre do posicionamento académico indefinido do jornalismo; e essa limitação é transversal ao mundo anglo-saxónico que molda o campo académico. Ao longo desta investigação, todavia, estabeleceremos pontos de aproximação a Craig, uma vez que iremos afirmar a natureza transdisciplinar do campo da comunicação como o lugar onde o estudo do jornalismo se deve posicionar.

O Posicionamento do Jornalismo na Academia

Um século depois de ter chegado à academia, o jornalismo não encontrou ainda um lugar de consolidação, posicionando-se nas margens do campus (Carey, 2000a: 14; Stephens, 2000, 2002; Serrin, 2002; Taylor, 2004: 190; Zelizer, 2004: 18), em escolas independentes nuns casos, noutros acolhido pelas humanidades ou pelas ciências sociais, noutros ainda albergado pelas ciências da comunicação; incapaz de buscar lugar próprio, que resulte da interação dos três que, intermitentemente, o vão albergando. O posicionamento do jornalismo tem alimentado um intenso e extremado debate. Hugh Stepheson (1997) e Anthony Delano (2008) resistem à ideia de atribuir um lugar específico ao jornalismo na academia, resistem a atribuir-lhe, sequer, um lugar. Na síntese que faz da realidade britânica, Delano enfatiza o "forte *ethos* vocacional" do jornalismo para explicar como tem sido difícil integrá-lo na natureza "abstrata, esotérica e teórica" da academia (2008: 71). Stepheson recusa a classificação do jornalismo como disciplina académica, por não assentar a sua base "num corpo teórico de conhecimentos acumulados, passível de progressão intelectual e transmitido de geração em geração" (1997: 1).

Os dois professores reagem, de alguma forma, à tendência do ensino do jornalismo na Grã-Bretanha: o mercado, como detalharemos, conseguiu impor, até aos anos 70 do século passado, a regra da formação na redação, que manteve o jornalismo afastado da academia (Esser, 2003; Bromley, 2009).

Nos países onde o ensino do jornalismo tentou fixar um lugar na academia, o *ethos* vocacional dificultou o seu posicionamento e serviu de rastilho ao debate, por vezes extremado, de que falávamos.

Stephen Reese (1999) e James Carey (2000a) cultivam visões opostas sobre a "casa natural" do jornalismo na academia. Mas, ao contrário de Stepheson e Delano, nem Reese, nem Carey duvidam do potencial do jornalismo enquanto campo

académico, nem da necessidade de fortalecer esse potencial. Para os dois autores, o que verdadeiramente está em causa é o lugar de acolhimento do campo. Enquanto Carey elege as humanidades como a morada académica do jornalismo, Reese coloca-o, sem reservas, na comunicação e nas ciências sociais:

"A tradição de investigação das ciências sociais, a análise crítica da cultura e o vizinho campo da comunicação conseguem, quando combinados, dar uma resposta interdisciplinar às grandes questões do jornalismo" (Reese, 1999: 88 e 89).

James Carey sustenta que as ciências da comunicação se apoderaram do jornalismo "no vácuo" aberto pelo pós-guerra, que reformulou as instituições, cedendo a princípios de segurança nacional. Carey considera que integrar o jornalismo nas ciências da comunicação, "uma ciência que coordena e controla todos os sistemas (...) uma ciência desenhada para controlar cidadãos (...) causou enormes estragos ao jornalismo" (2000a: 20 e 21).

Ao contrário de Reese, que observa o campo da comunicação a partir da forma como ele se afirma farol do jornalismo, dotando-o de uma visão interdisciplinar abrangente que o ajuda a resistir aos interesses paroquiais (1999: 87), Carey vê nesse mergulho do jornalismo na comunicação a sua "colonização" pela "indústria do entretenimento" (2000a: 21), elegendo, como lugar de resistência, ou "morada académica natural" do jornalismo, "as humanidades e as ciências sociais e humanas", o mesmo campo da teoria política, da literatura, da filosofia, da arte, da história, as disciplinas que participam na sua estruturação e o auxiliam na sua missão de servir o público (*idem, ibidem*: 22).

Já Stuart Adam admite que o estudo dos *media* e as teorias da comunicação possam integrar o currículo, mas, como Carey, rejeita a colonização:

"Se estiverem no primeiro plano (...) o jornalismo subordinar-se-á (...). Ora o objeto principal é o jornalismo (...) e não a comunicação de massas ou o estudo dos meios de comunicação de massas" (2001: 324).

Tom Dickson (2000) e Barbie Zelizer (2004, 2009) assinalam-nos as marcas determinantes do longo e conturbado percurso histórico do jornalismo na academia. O relato é feito a partir da experiência americana, aquela que, afinal, pode contar todas as fases da história, uma vez que, os Estados Unidos, foram o único país onde o jornalismo, enquanto campo académico, evoluiu de forma consistente, tendo resistido à turbulência, sem interrupções.

Os autores destacam três períodos a marcarem o compasso da evolução do campo. Até à década de 20 do século passado, a matriz curricular permaneceu ainda

muito refém do esquema definido por Joseph Pulitzer (Dickson: 34 e 35): um ensino muito virado para a profissão, integrando disciplinas distanciadas do jornalismo (direito, ética, literatura, história, sociologia, economia, estatística, línguas vivas, estudo dos jornais, ciências exatas, poder das ideias (o pensamento), princípios do jornalismo e a informação) (Pulitzer, 1904, 2011: 72-99), mas, seguindo o rasto da interpretação que Stuart Adam faz do currículo de Pulitzer, apesar da aparente distância, relativamente ao jornalismo, o programa de cada uma dessas disciplinas deveria ter como foco a prática jornalística (2001: 326).

No segundo período, a coincidir com o final dos anos 20, os currículos começam a sentir a influência, mais abrangente, das ciências sociais (Dickson, 2000: 21) e o espectro fechado do jornalismo vê-se forçado a abrir à publicidade, aos negócios, às relações públicas e aos estudos de rádio (*idem, ibidem*: 34, 35). Aos poucos, o jornalismo vai abandonando o campo originário, o das humanidades, e buscando acolhimento num espaço mais alargado. A década de 30 coincide, por isso, com o despontar dos primeiros sinais de tensão entre as humanidades e as ciências sociais (Zelizer, 2004: 19). Os dois lugares de acolhimento académico do jornalismo propunham as duas abordagens diferentes que estão na base das tensões (dicotomias) que sobreviveram até aos nossos dias. James Carey entende, como assinalámos, que o jornalismo nunca deveria ter saído da sua morada natural, as humanidades, mas reconhece que "o desdém" com que o campo sempre acolheu o jornalismo, conotando-o com o "vernáculo, o vulgar", esteve na base dessa saída, e "as ciências sociais ocuparam o vácuo criado por esse desdém" (2000a: 22).

No início da década de 40, os estudos dos *media* e da comunicação começaram, igualmente, a servir de matriz aos planos curriculares, tendo estes assumido uma identidade mais teórica. No final da década, o ensino do jornalismo integra o estudo da comunicação de massas (Dickson, 2000: 35, 60). A terceira fase da evolução do ensino do jornalismo começa, assim, com nova polémica no interior da academia: desta vez entre *comunicólogos* (investigadores e professores da área da comunicação) e os *green-eyeshades*¹³⁰, os professores de jornalismo, que lecionando cursos práticos, revelavam pouco interesse na investigação teórica da comunicação (*idem, ibidem*: 69).

A indefinição da academia, incapaz de acomodar a identidade híbrida do jornalismo, por um lado disputando-o, por outro rejeitando-o, torna o ensino do

¹³⁰ A expressão com que os teóricos da comunicação rotulavam os professores de jornalismo recorda-nos a viseira verde, usada pelos antigos editores de jornal.

jornalismo mais vulnerável: sujeito às desconfianças simultâneas da academia e da indústria dos *media*.

Embora tardio, o mesmo movimento de desconfiança contaminou a imposição do jornalismo na academia, no final dos anos 70 do século passado, em Portugal.

Como veremos, a Universidade portuguesa, tradicionalista, clássica, ainda fechada aos efeitos da revolução, não estava disponível para acolher o jornalismo no *campus*. Quando chegou, pela porta da comunicação, foi difícil alojá-lo na academia e no próprio curso. Como observa Jorge Pedro Sousa, a Universidade "diluiu" o ensino e a investigação do jornalismo "na filosofia, nas ciências humanas e sociais em geral e nas (...) ciências da comunicação em particular" (2004: 4).

Em Portugal, as ciências da comunicação acabaram por servir de chapéu à maioria dos cursos na área: dos 31 existentes¹³¹, 28 assumem a designação comunicação, ainda que em 10 essa designação seja partilhada com cultura (quatro), jornalismo (três), *marketing* (dois) e *multimedia* (um) (Coelho, 2013: 80).

A Dimensão do Fosso

A indefinição do campo académico, minado por quezílias espúrias, em nada contribuiu para solidificar a relação com o campo profissional. A relação entre academia e mercado nem precisaria dos efeitos da indefinição do campo académico para escavar o fosso que, desde a chegada do jornalismo à academia, separa as duas dimensões.

Tom Dickson alerta, exatamente, para "o ceticismo" com que os profissionais olharam para os primeiros programas curriculares. As críticas e as desconfianças dos jornalistas fizeram a história do primeiro programa no *Washington College*, um curso efémero, inaugurado depois da guerra civil americana, no último quartel do século XIX (2000: 97). Uma década depois, em 1888, vinte anos antes da fundação da primeira escola de jornalismo, em 1908, os jornalistas profissionais afirmavam que o ensino do jornalismo sempre fora "um terrível e total fracasso" (*apud idem, ibidem*). Esse ataque cerrado dos profissionais aos programas de formação académica contaminou todo o século XX; prova clara desse ambiente é o resultado do estudo da *Association for Education in Journalism and Mass Communications's Vision 2000 Task Force*, onde se

¹³¹ Dados de 2009. Atualmente (2013) existem 27.

destaca a tendência dos profissionais e da indústria dos *media* para criticarem a formação na área e, ao mesmo tempo, contratarem licenciados com esse perfil (*apud idem, ibidem*: 154).

Sem prejuízo de novos regressos ao tema ao longo da nossa investigação, uma vez que o propósito central deste nosso trabalho encontra esteio nesta problemática, interessa identificarmos alguns dos argumentos que caracterizam o fosso aberto entre academia e mundo profissional. A seu tempo faremos um esforço detalhado de análise das razões que poderão estar por detrás dessa clássica inexistência de pontes de interação, ou sequer de contacto; a seu tempo, igualmente, abriremos o debate à necessidade de construção dessas pontes.

Referências à existência de barreiras entre a academia e a profissão podem ser encontradas no pensamento e na obra de diversos autores, alguns deles, com longos passados profissionais a antecederem a opção pela academia, profundos conhecedores, portanto, da realidade dos universos paralelos, de que nos falava Zelizer.

Ao mesmo tempo que a construção de barreiras entre os dois mundos é alimentada dentro e fora da academia, gerando, por essa via, um processo de formação frágil, incompleto e condicionado, é desse *subproduto* que a indústria se alimenta.

O peso dos contratados vindos da academia transporta, todavia, alguma ilusão, mesmo que muitos dos principais atores do processo, entre académicos, professores de jornalismo, profissionais e empresários, se sintam tentados a não absorver a ironia de Voltaire¹³², julgando, como Pangloss, viver no melhor dos mundos, abstendo-se, por isso, de questionar a realidade.

A barreira entre a academia e o mundo profissional é observada de diferentes perspetivas e apresenta uma diversa amplitude de gradação. Ligações anteriores ao mundo profissional não parecem atenuar, em todos os casos, a carga crítica que molda os ângulos de observação.

Charles L. Overby, antigo jornalista distinguido com um Pulitzer, extrema a dimensão do fosso: "O ensino do jornalismo está ameaçado como nunca esteve (...) Nunca assisti a maior desrespeito entre professores de jornalismo e profissionais". O ensino do jornalismo "está a sofrer pressões" de diversos elementos da academia, que

¹³² No Romance "Cândido" de Voltaire (1759) a personagem Pangloss é um filósofo ("o maior da região e, por consequência, da terra inteira") que apregoa o princípio absoluto de que todos vivem no melhor dos mundos. Voltaire adaptou uma ideia original de Gottfried Leibniz, que o filósofo alemão desenvolvera num ensaio de 1710; no romance "Cândido", Voltaire usou a imagem do "melhor dos mundos" para ironizar sobre as verdades absolutas que alimentam a ignorância, o fanatismo e o conformismo onde assenta a incapacidade de alterar o estado das coisas.

continuam a encará-lo ensino meramente técnico sem direito a estatuto académico, mas também de alguns profissionais, que desvalorizam a necessidade de formação fora do universo empresarial (2000: 206).

Mark Deuze, académico sem percurso profissional anterior, descreve um ensino do jornalismo aprisionado pelo mesmo *colete de forças*: "mal amado pela indústria, pouco tolerado pela academia" (2005: 443).

Eduardo Meditsch, como Overby um académico que começou por ser jornalista, não atribui a nenhum momento específico da história o agudizar do fosso que o autor norte-americano associa à viragem do século. Meditsch encontra justificação para o fosso nas especificidades que moldam cada uma das instituições, academia e jornalismo: "É crónica de um casamento difícil entre duas instituições pouco maleáveis, ciosas dos seus costumes, extremamente vaidosas e pouco recetivas às opiniões externas" (2004: 26 e 27).

A Origem e a Dimensão do Fosso em Portugal

De alguma forma, esta perspetiva de Meditsch já nos ajuda a compreender a raiz do problema, mas não resolve a maior contradição: a formação académica foi, originalmente (nos Estados Unidos, mas um pouco por todo o mundo, incluindo Portugal), reclamada senão pelos empresários, certamente pelos profissionais.

Romy Fröhlich e Christina Holtz-Bacha detetam sinais claros dessa contradição na Alemanha quando consideram que "a mudança mais importante na formação em jornalismo, a academização, foi impulsionada pela profissão". Sinal dessa contradição é o "ceticismo" com que o mercado alemão aceita a formação académica em jornalismo, ao mesmo tempo que, cada vez mais, a universidade, apesar das resistências, se afirma referência no fornecimento de mão-de-obra especializada (2003: 200).

João Carlos Correia, por seu lado, considera terem sido insistentes, desde 1941, as posições do Sindicato Nacional dos Jornalistas em defesa da formação dos jornalistas (1998b: 3), ainda que, no caso específico de Portugal, não possamos assinalar a existência de um amplo consenso por parte dos profissionais (Marinho, 2011: 355); no caso americano, o impulso para transformar o jornalismo numa profissão académica tem raízes, sobretudo, no mercado.

Analisaremos, em detalhe, o contexto histórico que moldou o surgimento do ensino do jornalismo em Portugal, mas, num sobrevoio relâmpago às principais marcas históricas associadas à formação académica é possível concluir que, no período anterior

ao 25 abril de 1974, os únicos dois momentos em que, verdadeiramente, se colocou a formação académica na ordem do dia aconteceram por intermédio da classe jornalística, ambos por iniciativa direta do Sindicato Nacional de Jornalistas. A primeira tentativa falhada ocorreu em 1941, a segunda em 1971¹³³. Poderemos encontrar, no fio condutor da história da ditadura, outros momentos em que o debate sobre o ensino do jornalismo, de alguma forma, se radicalizou (Sobreira: 2004: 25), elevando o tom da discussão, mas a formação académica em jornalismo raras vezes terá perturbado a apatia promovida pelo regime.

A passividade era o alimento da ditadura (Pinto e Sousa, 2003: 174); jornalistas dóceis, mantidos em estado de menoridade (Sobreira, 2004: 33), promoviam melhor essa passividade do que jornalistas cultos, despertos para a crítica e para a promoção de uma sociedade civil ágil e atuante.

No pré-25 de abril, nos momentos em que, historicamente, foi possível escapar aos anátemas da tarimba, elevando o tom do debate, existem sinais de uma classe mobilizada em torno da necessidade de ensino formal, com o propósito claro de elevar o estatuto profissional (Mesquita e Ponte, 1997: 11). O prestígio e a dignificação profissionais, se mobilizaram a classe jornalística, pelo menos a parcela que resistia à apatia, terá mobilizado, embora em sentido inverso, não apenas o regime, mas também os empresários. Como salienta João Carlos Correia, "a introdução do ensino superior obrigaria à dignificação dos profissionais em termos remuneratórios e em termos da sua capacidade de intervenção" (1998b: 2); alojar a formação dos jornalistas na academia abriria a possibilidade de uma entidade externa ao mercado e - em larga medida - também ao poder político, poder influenciar a identidade de uma classe que se exigia dócil e ordeira.

Os Jornalistas Ausentes da Primeira Incursão do Jornalismo na Academia

A ironia da história haveria de afastar os jornalistas do primeiro curso em Portugal, uma iniciativa de um grupo privado com interesses na banca e na comunicação social, o grupo Quina. A luz verde do poder político, antes fechada aos jornalistas, chega, no entanto, já no estertor do regime, desejando contentar todas as partes: por um lado o grupo empresarial, que assim controlava diretamente a formação dos seus futuros jornalistas, reforçando o aprendizado da matriz editorial e ideológica da

¹³³ Sobre este assunto conferir (Mesquita e Ponte, 1997; Correia, 1998b; Pinto e Sousa, 2003; Sobreira, 2004; Pinto, 2004; Cascais, 2008; Marinho e Pinto, 2009; Marinho, 2011).

entidade promotora; mas também do próprio regime, consciente de que jamais um grupo privado ousaria afrontar a autoridade do Estado. Pelo caminho, o regime justificaria, com esta oferta, a recusa da proposta do Sindicato Nacional dos Jornalistas, já estruturada e pronta a avançar.

O curso do grupo Quina, de três anos, foi inaugurado no ano letivo de 1971-1972. A revolução de 1974 nacionalizou a banca e o curso acabou por se diluir, extinguindo-se no arranque da oferta promovida pela universidade pública, em 1979 (Cascais, 2008: 71 e 72).

Em 1971, os jornalistas tinham um projeto consolidado, aprovado em assembleia geral do sindicato, um saber mínimo comum identificado, uma matriz e um Instituto Superior, a criar de raiz, disposto a oferecer bacharelatos, licenciaturas e doutoramentos na área das ciências da informação (Sobreira, 2004: 30-32), mas foi, como vimos, um grupo privado que, no ano letivo de 1971-1972, conseguiu a proeza de inaugurar uma escola.

Em 1979, com o lançamento do curso de Comunicação Social da Universidade Nova de Lisboa, a academia deu o primeiro passo. De novo, os jornalistas ficaram de fora.

Em Portugal, os alicerces dos muros que separam académicos e profissionais terão sido escavados no exato momento em que à classe ficou vedada a capacidade de influenciar a primeira licenciatura na área, mormente por terem sido jornalistas os únicos que ousaram contrariar a determinação da ditadura em manter fora do espectro académico a formação em jornalismo.

Numa entrevista que nos concedeu para a concretização deste trabalho, Adriano Duarte Rodrigues¹³⁴, fundador da primeira licenciatura na área, explicou como teve de resistir às críticas dos profissionais, mas também da academia:

"Fui apanhado entre dois fogos: a universidade de um lado, os agentes do mercado, incluindo profissionais, que queriam legitimamente aproveitar a oportunidade para elevarem o estatuto da profissão, do outro. A universidade, de final dos anos 70, inícios de 80, não via com bons olhos a existência de cursos com esta vertente; entendia que estes cursos da área da comunicação - jornalismo, marketing, relações públicas, assessoria - deveriam ser promovidos pelo mercado ou, quanto muito, pelo Politécnico. O nosso curso tinha um objetivo diferente daquele que nos atribuíam. Não era um curso de jornalismo nem de nenhuma das restantes áreas da comunicação. Queríamos oferecer uma formação global que habilitasse os alunos a serem cidadãos com competências polivalentes. Claro

¹³⁴ Entrevista realizada a 8 de dezembro de 2010. Ao longo do trabalho serão citados outros excertos desta entrevista.

que a designação acabou por criar ambiguidades com os interlocutores, dentro e fora da universidade".

Mário Mesquita¹³⁵, cuja carreira de professor de jornalismo começou no curso da Universidade Nova de Lisboa, em 1986, foi testemunha dos efeitos que as ambiguidades, antes referidas pelo fundador do curso, provocaram nos alunos:

"O curso encarava a comunicação como uma disciplina filosófica. Eu respeito a decisão e as pessoas que a tomaram, mas essa opção distanciava, completamente, o plano curricular do jornalismo, criando nos estudantes uma decepção inicial. Ora, um aluno de 18 anos sabia ler o que estava escrito na porta de entrada do curso, e o que lá estava escrito não coincidia com aquilo que lhes era ensinado. O resultado foi um choque para os alunos".

José Rebelo, igualmente antigo professor da mesma licenciatura, considera que a mensagem do primeiro curso na área criou "um clima de tensão com acusações mútuas" entre profissionais, representados pela tese oficial do Sindicato da classe, e universitários; os primeiros a criticarem o "teoricismo" dos segundos; os segundos a agitarem o fantasma do "empirismo" que associavam à classe jornalística (2011: 17).

O primeiro congresso dos jornalistas portugueses, que ocorreu em 1982, três anos depois do arranque da primeira licenciatura na área da comunicação, foi bem o sinal da divisão, extremada, de posições. A licenciatura, à época com três anos, ainda não tinha produzido diplomados, mas a classe jornalística não precisaria de aguardar por esse desfecho para apregoar, publicamente, a desconfiança que o curso lhe suscitava:

"Demasiado teórico (...) traços débeis quanto à aprendizagem técnico-profissional do ofício, sem um corpo docente devidamente habilitado para o ensino das técnicas jornalísticas ou capacidade reconhecida pelo *métier* para credenciar futuros jornalistas" (Mendes, 1982, *apud* Marinho, 2011: 354).

Nelson Traquina¹³⁶, que chegou ao curso da Universidade Nova de Lisboa em 1982 para dinamizar a reflexão sobre a prática jornalística, assume que a Universidade "é por tradição autónoma", não aceitando "ser influenciada por entidades exteriores, como o Sindicato dos Jornalistas":

"O curso da Nova era muito mais do que um curso de jornalismo. A dicotomia teoria-prática, que despontou logo no arranque, foi por isso natural. Não creio que, nos anos 80, os jornalistas considerassem essencial a existência de um curso de jornalismo".

¹³⁵ Entrevista que o Professor da Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa nos concedeu para elaboração desta dissertação em 4 de maio de 2012. Ao longo do trabalho serão citados outros excertos desta entrevista.

¹³⁶ Entrevista que o Professor Jubilado da Universidade Nova de Lisboa nos concedeu para elaboração desta dissertação, a 11 de novembro de 2010. Ao longo do trabalho serão citados outros excertos desta entrevista

Se, por um lado, esta posição expressa pela classe refletia a amargura de lhe estar vedada qualquer influência no plano de formação, não é menos verdade que a proposta da equipa liderada por Adriano Duarte Rodrigues só parecia sossegar a comunidade académica, para quem o ensino do jornalismo estava longe de cumprir os requisitos de acesso ao modelo universitário. Na ótica de Rodrigues, o objetivo do curso sempre esteve claramente definido:

"Um curso que deveria desenvolver uma formação em comunicação social, num paradigma paralelo ao das outras ciências sociais, mas não na vertente profissional; deveria ser a empresa a desenvolver as rotinas profissionais e tecnológicas, porque a universidade jamais poderia acompanhar a evolução tecnológica que já, então, antecipávamos".

O que, verdadeiramente, parece ter contribuído para a consolidação das barreiras, que os representantes do mercado se apressaram a erguer, foi o desencanto dos alunos, ávidos de formação na área e confrontados, desde o primeiro momento, com o indescodificável rótulo de *comunicólogos*¹³⁷, ou seja, tudo aquilo que eles entendiam não querer ser para cumprirem os requisitos mínimos de entrada na redação. Como reconhece o próprio Adriano Duarte Rodrigues, foi "por pressão" dos alunos, "que chegavam à Faculdade muito mobilizados em torno do acesso à profissão", que o Departamento de Comunicação Social sofreu as transformações subsequentes:

"O paradigma inicial, de um curso unitário com formação polivalente e sem acesso específico a uma profissão, deu lugar a um plano curricular com várias áreas completamente viradas para a profissão. Essa mudança ocorreu contra a minha vontade. Posso estar errado, mas continuar o percurso definido inicialmente teria sido a minha opção".

Sem pretendermos, nesta fase, antecipar os resultados da nossa investigação, mas conscientes do percurso que temos feito ao longo deste nosso próprio processo de formação, julgamos oportuno antecipar que a nossa observação analítica fará alguma justiça à opção tomada, no final dos anos 70 do século passado, por Adriano Duarte Rodrigues. O nosso quadro argumentativo demonstrará que a formação académica em jornalismo, uma disciplina complexa e resultado de uma cadeia de interações entre saberes, deve resistir ao ensino meramente técnico ou tecnológico, condicionado pelas rotinas da profissão. O questionamento dessas rotinas, a reflexão permanente sobre a

¹³⁷ Na sessão de abertura, no ano letivo de 1984-1985, ano em que nós próprios chegámos ao curso de Comunicação Social da Universidade Nova de Lisboa, Adriano Duarte Rodrigues, na apresentação do plano de estudos aos 40 alunos do primeiro ano, utilizou a expressão *comunicólogos* para caracterizar os quatro anos letivos que iriam moldar o processo de formação. A certeza de que, daquele curso, não sairíamos jornalistas só nesse dia terá despertado na mente da maioria dos estudantes.

ação jornalística quotidiana, a criação de um jornalismo com contexto que ultrapasse os constrangimentos impostos pela variável económica que, acima de todas as variáveis que o influenciam, ameaça querer determinar o jornalismo, não pode ficar refém de uma banda estreita de formação técnica ou tecnológica. Ora, a proposta de Adriano Duarte Rodrigues apostava na dimensão reflexiva transversal a todas as profissões da comunicação e, necessariamente, muito presente na ação jornalística. A ponte feita com as profissões, no quinto ano do curso, através do estágio, pretendia integrar as empresas no processo de formação, devendo estas assumir as suas próprias responsabilidades. Sabemos hoje que o mercado foi célere na forma como delegou na academia a formação dos seus profissionais, demitindo-se da responsabilidade que lhe estaria destinada.

Anos mais tarde, em 2002, o presidente da Universidade norte-americana de Columbia, Lee Bollinger, haveria de usar a mesma linha de argumentação de Rodrigues na promoção da mais madura e interessante discussão de que o ensino do jornalismo terá sido alvo na nossa era. O facto de Columbia, uma das universidades mais prestigiadas do mundo, acolher o curso de jornalismo que marca o compasso do ensino na área, ajudou à internacionalização do debate. Os argumentos de Bollinger serão expostos ao longo desta investigação, mas, nesta fase, importa realçar o princípio que forçou a discussão, em tudo semelhante à tese de Rodrigues:

"Uma grande escola de jornalismo, inserida numa universidade prestigiada, deve conservar sempre uma certa distância da profissão. Deve refletir sobre a profissão, alertar-nos para as questões importantes e envolver-se na investigação das soluções, que deve comunicar aos alunos, à profissão e ao público" (2003).

Este distanciamento reclamado por Bollinger e Rodrigues não fermenta na indústria, a reclamar cursos cada vez mais técnicos que cumpram as necessidades imediatas do mercado; todavia, Hugh de Burgh cita o presidente de uma multinacional de tecnologia para reforçar aquele que é, também, o seu pensamento, e que coincide, aliás, com a posição dos dois autores: "Não penso que a universidade de hoje tenha de andar atrás da profissão (...) a chave é uma formação abrangente" (*apud* de Burgh, 2003: 110).

A forma como a formação académica do jornalismo surgiu em Portugal contribuiu, decisivamente, para a forma como cresceu e se tentou consolidar. Na base desses pouco mais de 30 anos de história está o fosso aberto, no primeiro momento, entre a academia e a profissão.

Esse fosso estará hoje mais diluído. A maior aproximação entre os dois lados em muito ficará a dever-se ao número crescente de jornalistas que regressam à academia para complementarem a formação e refletirem, em teses de mestrado e doutoramento, sobre o jornalismo que praticam. Junta-se a este facto o número de jornalistas que opta pelo ensino, abandonando a profissão, ou que acumula a profissão com a docência; e, o número de jornalistas com diplomas na área que resistem a certos hábitos e rotinas da cultura de redação.

Alguns dos profissionais que, no momento em que a comunicação se posicionou na academia, resistiram a assumi-la ponte de acesso à profissão de jornalista, acabaram, eles próprios, por explorar a via académica, concluindo licenciaturas, pós graduações, mestrados e, em dois casos concretos, doutoramentos (Rebelo, 2011: 11-14).

Os jornalistas envolvidos no estabelecimento deste laço, recente, com a academia terão contribuído, decisivamente, para esbater o fosso e até, em nosso entender, para influenciar a reformatação dos planos curriculares nos cursos mais teóricos.

Estes factos não nos devem, todavia, iludir.

Em Portugal subsistem representantes de uma das gerações historicamente mais marcantes, um grupo ainda muito ativo e que começou carreira durante os tempos do antigo regime, ou nos anos que se seguiram ao fim da ditadura, onde uma formação académica, sobretudo a mais colada à reflexão das teorias da comunicação, é encarada com fortes reservas. Cremos que essa relutância está muito associada ao fosso que, desde o início, foi aberto entre a academia e a profissão.

José António Cerejo, jornalista do diário *Público*, é um desses casos, considerando a licenciatura da Universidade Nova de Lisboa, e todas as que seguiram esse modelo, "completamente desfasada da realidade e despropositada em relação aos seus objetivos de formação de jornalistas", por refletir "um peso excessivo da linguística e da semiótica que, na verdade, têm muito pouco a ver com os instrumentos de que os jornalistas vão precisar para trabalhar" (Ferreira, 2006, 2011: 459 e 460).

ARGUMENTOS EM DEFESA DE FORMAÇÃO ACADÉMICA ESPECÍFICA

Barbie Zelizer reproduz essa linha de pensamento, quando nos recorda que, para muitos jornalistas, o talento, "o faro para as notícias" é um dom que reclamam ser inato (2004: 23), recusando a possibilidade de que uma qualquer escola possa valorizá-lo.

Sandra Marinho (2011), que fez uma tese de doutoramento sobre o ensino do jornalismo, responde, igualmente, à resistência que perdura relativamente à formação académica em jornalismo. A autora, seguindo um raciocínio que partilhamos, não coloca em causa a necessidade de formação académica, apenas se interroga sobre o tipo de formação. Marinho troca, todavia, argumentos com os que entendem que o jornalismo deve ser "uma profissão aberta", a permitir todas as origens, que o contacto direto com a redação deveria formatar. Marinho entende que a tarimba, sendo importante na formação de qualquer jornalista, não o é menos na formação de outros profissionais, e o facto da história do jornalismo estar marcada por "profissionais brilhantes" que nunca receberam qualquer formação, é fruto de um outro tempo em que não existiam cursos de jornalismo e os erros não eram amplificados da mesma forma que agora (2011: 461-464).

João Carlos Correia enumera um diverso conjunto de jornalistas portugueses de "excelência" cuja "dignidade profissional", "saber narrativo" e "cultura" excede a de muitos licenciados. Correia segue, porém, a mesma linha de pensamento de Marinho:

"As exigências crescentes, que se colocam ao profissional da informação (legitimidade e responsabilidades sociais da profissão, especializações crescentes, mundialização da indústria cultural, complexidade cada vez maior das sociedades) implicam que muito do que se conseguia através de um valoroso autodidatismo só possa hoje ser obtido através de um conjunto de saberes ministrados de forma sistemática (...) A complexidade crescente das sociedades exige saberes que permitam ultrapassar a "digníssima tarimba" (...) fazem com que o jornalista não reduza os seus saberes ao conhecimento do livro de estilo, à capacidade narrativa, ao uso do prontuário e ao domínio da língua portuguesa" (1998a: 6 e 7).

Hugo de Burgh avança na concretização do novo conjunto de ferramentas intelectuais que deve enquadrar a ação profissional, sustentando que a aquisição dessas ferramentas deve exigir um grau de legitimação semelhante ao conquistado por outras disciplinas clássicas:

"Os jornalistas, que se vêem confrontados com as exigências de uma reportagem, precisam de um conjunto vasto de competências e conhecimentos que lhes permita analisar e investigar o mundo à sua volta; tal determina que os jornalistas tenham uma formação apropriada ao cumprimento dessa tarefa (...) Se assumimos que direito e medicina devem ser ensinados na academia, então será igualmente apropriado assumir o estudo do jornalismo como disciplina académica" (2003: 95 e 96).

No mesmo sentido, Xojé Lopez considera que os "mediadores profissionais da Sociedade de Informação, numa sociedade cada vez mais complexa, precisam de uma formação que, neste momento, deve ser oferecida pela universidade" (2004: 39).

Formação Académica e a Defesa do Jornalismo e da Democracia

Uma outra linha de pensamento, formada a partir da descodificação da missão do jornalismo na democracia, clama pela intervenção da sociedade civil no debate sobre a formação académica.

Eduardo Meditsch recorda-nos os primeiros sinais emitidos pela UNESCO, em 1948, revelando preocupações com a formação dos jornalistas. A essa sensibilidade acrescida da organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, não será alheio, como Meditsch reconhece, o ambiente político do pós-guerra (2004: 27 e 28). A UNESCO começou, assim, a criar centros de formação sobretudo no terceiro mundo, ao mesmo tempo que advertia o ocidente que o "jornalismo poderia agravar, se mal inspirado, os desajustamentos entre grupos, classes e partidos" (*apud idem, ibidem*: 28).

No estudo que a UNESCO encomendou em 2007, com vista à construção de um modelo de currículo para o ensino do jornalismo, "o papel crucial do jornalismo na promoção da democracia" serve de inspiração à "necessidade urgente" de se investir na formação dos jornalistas. Melhorar a qualidade da formação em jornalismo no mundo, manteve-se mote de ação da organização da ONU (2007: 4).

Hugh de Burgh sustenta, por seu lado, que a forma como os jornalistas se formam não deve fechar-se no círculo compacto que emerge da dicotomia academia/indústria, antes deve abrir-se à sociedade inteira, porque da "qualidade do jornalismo praticado" depende "a eficácia das instituições" e a descodificação plena do lugar que cada um ocupa em cada uma das esferas sociais (2003: 95).

Consciente do papel do jornalismo na sociedade e da missão complexa que, permanentemente, perpassa a ação jornalística, Manuel Pinto confia numa formação promotora de "estudo aturado, pesquisa e reflexão individual", que atenua as ameaças de "ignorância, enviesamento, ingenuidade e superficialidade" que podem comprometer o desempenho dos profissionais (2004: 60).

Para Beate Josephi, a missão da formação em jornalismo é clara, na mesma linha do raciocínio de Pinto: "deve melhorar a qualidade do jornalismo, melhorando a qualidade dos jornalistas". Uma vez mais, a questão não está na existência de formação,

nem no propósito que ela deve cumprir; o fundamental para Josephi é o tipo de formação. A possibilidade da formação em jornalismo "perpetuar" *más* práticas não deve ser excluída. Neste sentido, o autor sai em defesa de uma formação que "modifique práticas" cristalizadas, "enriqueça a qualidade da informação produzida" e, amparada "num jornalismo de qualidade", possa tornar-se mais-valia para a sociedade civil (2009: 42 e 43).

Uma formação académica que melhore a prática jornalística é, igualmente, o grande objetivo que Stephen Reese lhe reserva. O cumprimento desse propósito determina, porém, a assunção de um quadro de referência que ultrapasse o mero treino de competências; Reese exige do ensino que demonstre a forma como "o jornalismo interage com as restantes áreas da vida pública e participa na formação do espírito crítico" (1999: 70).

Interação que Adelino Gomes¹³⁸ valoriza. Gomes entende que a faculdade deve ser o lugar da gestação do espírito crítico. Mais tarde, transportando esse lastro, quando o aluno chegar à profissão, "a discussão crítica" ajudará a "melhorar as práticas jornalísticas".

O Objeto Programático da Formação Académica

Romy Frölich e Christina Holtz-Bacha constroem uma linha de argumentação de onde parecem emergir todas as considerações sobre a necessidade de formação académica em jornalismo. A tónica é colocada na relação estreita que se estabelece entre o plano de formação e o seu destinatário direto, o aluno, futuro jornalista. O processo começa, exatamente, nessa interação:

"A forma como os jornalistas são formados influencia a perceção que têm de si próprios. A perceção que têm de si próprios e o papel que desempenham na sociedade determinam práticas jornalísticas diferenciadas" (2003: 319).

Não existindo um modelo de formação comum, nem um currículo mínimo de acesso à profissão, as autoras expõem-nos o desfile de identidades nacionais e regionais, e, como consequência, as diferenças entre o papel e a função do jornalismo em cada um dos países (*idem, ibidem*: 315), como os moldes da formação académica na área na Europa e nos Estados Unidos. Os constrangimentos criados por esta constatação não afastam, pelo contrário, parecem reclamar, ainda mais, o envolvimento da sociedade na

¹³⁸ Entrevista que o jornalista e investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE nos concedeu a 26 de novembro de 2011. Ao longo do trabalho serão citados outros excertos desta entrevista.

formação académica em jornalismo, ao mesmo tempo que nos avisam que o mais importante, a construção de um modelo que esvazie as diferenças, promovendo a discussão de um saber mínimo comum, continua por cumprir. Interpretando os dados das autoras, Heather Purdey identifica, todavia, um conjunto de "desafios comuns" que se colocam aos jornalistas de todos os países; a resposta a esses desafios deverá orientar o ensino:

"Desregulação, comercialização, alterações tecnológicas, todas estas dimensões influenciam a natureza do jornalismo, colocando questões aos jornalistas e aos professores do mundo inteiro" (2004: 551).

A inexistência de um saber mínimo servirá de abrigo aos que resistem a definir um programa de formação de base que ilumine a ação da academia, mas, mesmo que um saber mínimo seja avesso à própria natureza (dispersa) do jornalismo, o quadro de preocupações da formação não o é. Skinner *et al* identificaram a mesma bateria de linhas de análise onde deverá assentar a base da formação académica:

"Os estudantes devem ser estimulados a procederem ao questionamento crítico das formas como um vasto conjunto de forças culturais, políticas e económicas estruturam a prática do jornalismo. Neste sentido, os estudantes devem ser estimulados a, não apenas, identificar, mas também a ultrapassarem os constrangimentos que o sistema coloca à prática e à democracia" (2001: 351).

De facto, a definição de um corpo comum de conhecimentos, que se afirme base de um plano ideal de formação, parte da dificuldade de definir o objeto em causa.

Bromley *et al* (2001) e Skinner *et al* (2001) associam essa dificuldade à impossibilidade de aplicarmos ao jornalismo os critérios que aplicaríamos a uma ciência exata: testar a evidência de determinada informação depende de um exercício de verificação, cujo sucesso fica refém da confiança que o jornalista deposita em pessoas (Skinner *et al*: 346, 347); ou seja: no jornalismo, jamais conseguiremos criar um cenário laboratorial de prova, onde determinadas substâncias produzem determinado resultado objetivo. Um conjunto de fatores externos, incontrolláveis, tem sobre o objeto um efeito decisivo (Bromley *et al*: 252). Por isso, Nelson Traquina reconhece a "impossibilidade" de existir "uma receita" para o ensino do jornalismo.

A partir do estudo de Frölich e Holtz-Bacha, Sanders *et al* alertam, igualmente, para a "miríade de possíveis fortes influências" que moldam o jornalismo que se pratica, mas incluem a formação académica nesse pacote, atribuindo-lhe efeito idêntico ao de outras *variáveis*. Para os autores, a verdadeira avaliação do papel da formação académica na qualidade do jornalismo está por fazer:

"A escassez de investigação neste campo, particularmente fora de uma perspectiva não americana, significa não existirem dados disponíveis suficientes para que se promova uma reflexão" (2008: 134).

Esta evidência torna o desafio mais complexo. Se encontrarmos forma de promover um plano de estudos que contribua para dar respostas aos propósitos comuns enunciados por Purdey e Skinner *et al*, já estaremos a participar na definição do campo, sem deixarmos de respeitar a sua matriz aberta às influências que o moldam. No fundo, precisamos de encontrar linhas de ação, de problematização, de questionamento comuns que nos ajudem a antecipar as respostas às influências que constroem a prática quotidiana.

No próximo capítulo iremos analisar a forma como a formação académica se está a deixar aprisionar pelo mercado, afirmando o estudo das influências da dimensão financeira no jornalismo e na formação como ponto central de um projeto formativo na área.

CAPÍTULO 5

O ENSINO DO JORNALISMO E O MOLDE DO MERCADO

Se o jornalismo está aprisionado pelos efeitos do mercado e se a associação da prática quotidiana às novas tecnologias digitais veio acentuar esse grau de aprisionamento, esse binómio economia-tecnologia terá efeitos diretos na formação dos jornalistas. Este capítulo pretende focalizar-se na dimensão do mercado e avaliar as consequências que ela transporta para a formação académica. O enquadramento geral da problemática assenta no paradoxo que condiciona os programas de estudo. Por um lado, o ensino do jornalismo deve preencher as necessidades do mercado, por outro, deve municiar o aluno com as ferramentas analíticas que o ajudem a conhecer os efeitos do mercado na ação profissional, auxiliando-o na reflexão sobre a forma de lhe resistir. Essas ferramentas devem, igualmente, promover na academia uma dimensão laboratorial, onde sejam testadas novas abordagens profissionais que coloquem no centro do processo a resistência ao mercado e, simultaneamente, o ensaio de processos de ação inovadores e alternativos, que propiciem a estruturação de trabalhos jornalísticos mais criativos, que se distingam do molde imposto pela rotina profissional. Ora, conhecer os efeitos do mercado, com o propósito de lhes resistir, testar abordagens inovadoras que ameacem pôr em causa a "eficácia" garantida pelas práticas de rotina, contraria a lógica estruturadora do mercado. É neste dilema que vive a formação académica na área: servir o mercado e, ao mesmo tempo, resistir-lhe. A análise que fizemos a seis licenciaturas da área em Portugal (capítulo sete) demonstra-nos que a verdadeira dimensão do dilema foi ignorada; os cursos analisados esforçam-se por cumprir aquelas que as respetivas direções e coordenações sentem ser as necessidades do mercado. Essa, como veremos ao longo deste capítulo, é, aliás, a tendência dos diversos modelos de formação que convocámos para esta pesquisa.

CURSOS DE JORNALISMO/COMUNICAÇÃO: NOVO CAMPO DE RECRUTAMENTO

À formação académica tem estado vedada a participação clara na reconstrução de um jornalismo capaz de ultrapassar, pela via da ação crítica, da reflexão, os constrangimentos criados pela economia. Por determinação da variável económica,

refletida na necessidade de tornar sustentáveis, a curto prazo, universidade e empresas de *media*, a academia acaba por se render ao paradoxo: é preciso formar profissionais ágeis, que cumpram as determinações de um mercado que exige um ensino formal, sobretudo técnico, que aprecia, em exclusividade, a dimensão do saber fazer.

Como considera Ralph Lowenstein, o ensino do jornalismo "enfrenta de novo" o complexo problema que "enfrentou na infância", no início do século XX: "como alcançar credibilidade acadêmica e profissional ao mesmo tempo" (2000: 197).

O dilema decorre da própria encruzilhada em que se encontra a formação acadêmica em jornalismo, de um *lado* responde à pressão da academia, do outro à da indústria¹³⁹. Terá sucesso a satisfazer as necessidades de uma ou de outra, mas dificilmente conseguirá satisfazer ambas, ao mesmo tempo (Bromley *et al*, 2001: 252).

Formação Acadêmica em Jornalismo: "Uma Escrava de Dois Senhores"

A chegada do jornalismo à academia abriu brechas na academia e no mundo profissional.

O permanente desequilíbrio entre as duas entidades alimenta um conjunto diversificado de opostos que têm empurrado o ensino do jornalismo para um limbo pantanoso de onde não tem conseguido emergir. O fosso, que separa a indústria da academia e os profissionais dos acadêmicos, tem alimentado outras batalhas. Na base de todas elas subsiste a dicotomia ofício/profissão, que tratamos no primeiro capítulo. A partir desta divisão, sobressai um conjunto de outras: prática/teoria; ação/pensamento; ensino vocacional/ensino geral; professores de jornalismo/acadêmicos; ensino/investigação. Num quadro com estas divisões, a formação deixará de cumprir o propósito de servir o jornalismo e, conseqüentemente, o público, o destinatário do jornalismo. Este alerta suscitará nova oposição: jornalismo/comunicação. Desintermediado da comunicação, por transformar o público numa abstração, o jornalismo ficará a falar sozinho.

¹³⁹ Na nossa aceção, os conceitos de indústria do jornalismo e de academia refletem realidades abrangentes; contudo, o pensamento de diversos autores, como é o caso dos agora citados, parece restringir o âmbito de cada um desses conceitos. Entendemos que o termo indústria integra os *media* informativos, os empresários, mas também o conjunto de profissionais envolvidos no jornalismo, incluindo os próprios jornalistas. Já o termo academia engloba, igualmente, a heterogeneidade nele contida: estabelecimentos de ensino, diretores de curso, professores, alunos. A heterogeneidade presente em ambos os termos determina esta clarificação. Sempre que utilizarmos cada um dos termos recorrendo ao pensamento de diversos autores faremos a tradução literal, clarificando as distinções que se revelem fundamentais para a decodificação do enunciado. Quando expressarmos o nosso próprio pensamento, apenas utilizaremos os termos indústria e academia quando a abrangência de ambos refletir a expressão de um pensamento comum aos diversos agentes.

Ao longo deste capítulo refletiremos sobre cada uma destas oposições. A carga que a dicotomia ofício/profissão transporta tem reflexos diretos na formação. Um processo de profissionalização tem na sua base, como veremos, uma formação académica abrangente. Ao ofício corresponde o ensino das técnicas profissionais. As dicotomias ação/pensamento; ensino vocacional/ensino técnico e, num plano mais específico à própria academia, professores de jornalismo/académicos; ensino/investigação, decorrem da própria indefinição do jornalismo e dessa raiz dicotómica: ofício/profissão. Por sua vez, a dicotomia teoria/prática é a (falsa) linha divisória que tem alimentado a estruturação dos modelos de formação. O sucesso de qualquer projeto formativo dependerá do esbatimento pleno dessa fronteira. A complexidade do jornalismo reclama um modelo de formação que, permanentemente e em todas as unidades curriculares, convoque o pensamento e a reflexão perante casos concretos; a teorização absoluta ou o seu contrário - a prática sem reflexão - são universos abstratos.

No momento em que conseguirmos derrubar as barreiras entre mundo profissional e academia, poderemos construir um efetivo modelo de formação académica. Por ora, o ensino do jornalismo sofre pressões de vários lados e de diversas forças (Stephensen, 1997; Bromley, 2009: pos. 965). A situação complexa em que se encontra, acaba por ter repercussões nas duas entidades a quem tem de prestar contas: ao mercado e, sobretudo, à academia. A formação académica vê-se forçada a questionar a sua própria identidade para poder cumprir os ditames do mercado (Stephenson, 1997; Reese, 1999; Skinner *et al*, 2001; Cole, 2003; Nolan, 2008; Bromley, 2009; Josephi, 2009).

Peter Cole e Skinner *et al* subscrevem a mesma linha de pensamento:

Skinner *et al*, ao mesmo tempo que recorrem ao pensamento de Stuart Adam para descreverem o estado de tensão que observam na relação entre os elementos profissionais e académicos no interior de um currículo - "duas nações em guerra civil por um único Estado" (*apud* 2001: 344) - desenham a imagem que, no entender dos autores, está na base dessa tensão: "a formação académica em jornalismo é uma serva de dois senhores":

"Por um lado, os professores de jornalismo procuram satisfazer as exigências das organizações noticiosas, fornecendo um fluxo consistente de licenciados prontos para entrarem nas redações. Por outro, é exigido às escolas de jornalismo que cumpram os padrões académicos - que classificam o ensino universitário como algo que ultrapassa o mero treino vocacional" (*idem, ibidem*).

"A indústria exige treino e as corporações profissionais exigem treino tradicional (...) A formação académica exige padrões académicos e está sujeita a um rigoroso e independente controlo de qualidade" (Cole, 2003: 59-60).

No momento em que à academia e ao mercado é solicitado que consolidem laços, entrecruzem missões, definam propósitos comuns, as duas entidades entrincheiram-se, destruindo as pontes. Não se nos afigura roteiro de discussão sério apontar responsabilidades apenas a uma das partes. A tensão, como já aqui destacámos, é antiga e tarda em diluir a carga. O mercado só pôde conquistar a supremacia por demissão da academia.

Stephen D. Reese e Skinner *et al* chegam à mesma causa para explicarem o sentido sem foco que parece guiar a academia:

"Os estudantes de jornalismo são treinados, em grande medida, tendo por referência a necessidade de encontrarem emprego (...) são mantidos laços fortes com as corporações profissionais que contratam licenciados" (Reese, 1999: 74).

"O sucesso de qualquer programa de jornalismo é geralmente medido pelo número de oportunidades de estágio que alcançam, e pelo número de licenciados que conseguem colocação no mercado" (Skinner *et al*: 356).

Hugh Stephenson acrescenta um terceiro "amo" - os estudantes - à lista de "senhores" que a formação académica deve servir. Na ótica do autor, os estudantes exigem que a formação os transforme em "profissionais com as competências técnicas necessárias para estarem aptos logo no momento em que forem contratados" (1997: 1).

Críticas do Mercado não Impedem que Academia Seja a Base do Recrutamento

A tendência para que o acesso à profissão ocorra pela via académica na área está longe, como observámos no capítulo anterior, de ser apenas uma realidade portuguesa; o peso crescente dos cursos em jornalismo e comunicação nas redações, ao mesmo tempo que limita a análise dos que, tão acaloradamente, criticam esta opção, parece consolidar a posição da academia como fornecedora de mão-de-obra para o jornalismo. A dúvida de Frith e Meech parte dessa constatação: "Se a formação académica em jornalismo é tão pobre, por que razão foi a indústria tão rápida a delegar as suas responsabilidades na formação académica?" (2007: 141).

Romy Fröhlich e Christina Holtz-Bacha que, em 2003, coordenaram uma coletânea de estudos sobre o ensino do jornalismo na Europa e na América do Norte, assinalaram, exatamente, essa tendência para contratar licenciados na área. Os dados

que apuraram, através da colaboração dos diversos autores envolvidos no estudo, permitiu-lhes generalizar a análise detalhada que fizeram da realidade alemã, colocando a ênfase na dúvida de Frith e Meech:

"Os meios de comunicação social alemães há décadas que recrutam, com sucesso, licenciados em jornalismo, apesar das críticas negativas que fazem aos programas dos cursos. Parece-nos que a Alemanha partilha esta estranha contradição com outros países da Europa, onde o acesso à profissão pela via académica na área também não é tradição" (2003: 202).

A questão que devemos colocar pressupõe, por isso, a inversão dos pólos de ação: Fará sentido que a academia continue refém das necessidades efémeras do mercado, quando já conseguiu consolidar a posição de sua maior fornecedora?

Deveremos sim reclamar, como Érik Neveau (2001: 28) e Sandra Marinho, urgência na discussão da natureza dos planos de formação:

A verdade é que a formação em Jornalismo instalou-se e em força no Ensino Superior (...)
É a maior "fornecedora" das redações e, por isso, tem de ser bem pensada"(Marinho: 2011: 463 e 464).

Angelo Agostini realça que o peso do número tem a vantagem de deixar "fora de moda" a dúvida antiga sobre se já nascemos jornalistas (2000: 1), embora mantendo em aberto a discussão sobre o perfil do acesso.

Portugal Acompanha Tendência Europeia e Americana para Contratar Licenciados em Jornalismo/Comunicação

Inspirada pelas conclusões de um relatório sobre a realidade francesa, coordenado por Claude Sales (1998), Sara Meireles da Graça (2009) explora a possibilidade da academia estar a ser mera fornecedora de mão-de-obra barata, assumindo, aos olhos da indústria, uma relação meramente utilitária. Na análise que faz da realidade portuguesa, Graça segue a linha de pensamento de Sales, mesmo estando o autor francês a caracterizar uma realidade diferente da portuguesa. Sales conclui que o nível de competência técnica ("o exercício da prática profissional") é, na ótica do empregador, o critério de contratação determinante:

"O estudante faz um estágio quando termina a formação académica, mas esse estágio não lhe garante um posto de trabalho (...) O candidato continua a fazer estágios atrás de estágios, integrando uma espécie de "viveiro", onde se juntam candidatos vindos de todas as escolas (...) Durante a espera, a identidade do diploma dissolve-se no exercício da prática profissional, que se torna no único meio de seleção (...) A maioria dos

empregadores reconhece que, no momento da contratação, o diploma não é importante. Muitas vezes, ele vem mesmo em último lugar" (8-10).

Na transposição direta da realidade francesa para Portugal, Sara Meireles da Graça funda a sua posição em dados de 1997, apurados na análise das respostas ao II inquérito feito aos jornalistas portugueses¹⁴⁰. Ora, nessa fase, e de acordo com as respostas, 70% dos inquiridos ingressara na profissão diretamente, sem intermediação da faculdade, existindo, portanto, um "forte indício" de que "o pilar de acesso" à profissão fosse a prática profissional, independentemente dessa prática ter associada uma formação profissional ou académica. O número dos candidatos que chegava ao mercado pela via do estágio curricular era, aliás, residual (14,3%). Graça considera que os dados recolhidos em 1997 constituem prova do desinteresse da indústria face à formação académica de base (2009: 143 e 144).

A autora observa o mesmo grau de desinteresse em 2005¹⁴¹:

"As relações pessoais e as convivências jornalista-empresa acabam por contar mais do que a qualificação escolar (...) A tarimba dita o tipo de formação utilizado nesta "profissão aberta", onde a prática profissional se tem sobreposto a cursos profissionais ou diplomas de ensino superior" (2009: 142, 149).

Mesmo aceitando que os dados relativos à situação europeia, que assinalam a tendência crescente para contratar profissionais diplomados na área, devam ser sujeitos a enquadramento analítico, a conclusão de Sales, que Graça assume, apenas tem correspondência em França (Charon, 2003, Le Bohec, 2009), onde, como vimos no capítulo anterior, o diploma é, de facto, desvalorizado, e na Alemanha (Frölich e Holtz Bacha, 2003, 2009). Em Portugal, a realidade tem-se encarregado de estabelecer como critério informal de admissão a licenciatura na área (Fidalgo, 2004: 69), o mesmo acontece nos Estados Unidos da América, em Espanha e em Inglaterra, as restantes realidades geográficas que apresentámos no capítulo anterior.

Como observa Filipa Subtil, em Portugal, "um dos campos emergentes de recrutamento para a profissão é, na década de 90, (...) o meio do ensino superior, em particular a frequência dos cursos em comunicação e jornalismo" (2009: 94). Este

¹⁴⁰ Os resultados do segundo inquérito aos jornalistas portugueses, coordenado por José Luís Garcia por proposta do Sindicato dos Jornalistas, foram revelados em 1997. A amostra inquirida de 251 elementos é representativa do universo dos jornalistas com carteira, à época 4247. A margem de erro máxima é de 6%. Os resultados do inquérito podem ser consultados em <http://dados.rcaap.pt/handle/10400.20/34> (consultado em agosto de 2013).

¹⁴¹ A autora não é clara relativamente à data a que esta observação se refere. Pelo alinhamento do texto cremos que a mesma seja 2005, uma vez que surge na sequência da assinatura de um protocolo que regula a presença de estudantes em empresas jornalísticas, assinado entre o Sindicato dos Jornalistas, a Confederação Portuguesa de Meios, sob a égide da Inspeção Geral de Trabalho a 8 de junho de 2005.

mesmo cenário é percecionado por diversos autores. Sandra Marinho, Manuel Pinto e Joaquim Fidalgo relatam uma tendência: "As redações estão povoadas de licenciados e as habilitações tendem a aumentar entre os jornalistas" (Marinho, 2011: 463). "A lógica das coisas tem feito com que um cada vez maior número de profissionais seja oriundo dos cursos de comunicação e jornalismo" (Pinto, 2004: 56). "Entre os jovens jornalistas portugueses, hoje praticamente não" se encontra "um só que não tenha feito estudos superiores nesta área" (Fidalgo, 2004: 69). José Luís Garcia observa que a escolaridade tende a aumentar "à medida que diminui o número de anos de exercício de profissão" (2009: 85).

Nelson Traquina¹⁴² gostaria de condicionar o acesso à profissão à obtenção de uma licenciatura na área, mas preferia que o processo avançasse através do estabelecimento de um consenso e não por imposição legal. Para o Professor Jubilado é a essa realidade que estamos já a assistir: "Mesmo não sendo obrigatório para o exercício da profissão, os empregadores acabam por seleccionar licenciados na área".

Manuel Pinto e Sandra Marinho (2009) assinalam isso mesmo na avaliação que fazem da evolução do ensino do jornalismo em Portugal, onde destacam uma "realidade muito diferente" da observada em 2003 (Pinto e Sousa):

"A formação superior tem sido, e está a ser, a maior fornecedora da formação em jornalismo em Portugal. Se juntarmos os jornalistas licenciados nas diversas áreas aos licenciados na área específica de jornalismo/ comunicação é possível afirmar que as universidades e os politécnicos públicos e privados são os maiores fornecedores das redações" (pos. 5427).

Uma equipa coordenada por José Rebelo analisou os dados da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e dá expressão numérica às observações dos autores. Entre 2006 e 2009 o número de estagiários que tinha concluído formação superior subiu de 378 para 452. Em 2009, existiam 638 jornalistas com o título provisório, pelo que a percentagem de jornalistas com menos de dois anos de profissão, que tinha concluído formação superior, ultrapassava os 70 por cento (2011: 143 e 144). A conclusão do coordenador do estudo é por isso óbvia: "Decididamente, o tempo do jornalista de tarimba, autodidata e com jeito para a escrita, com boa voz ou boa imagem está em vias de extinção" (*idem, ibidem*: 81 e 82).

A maior semelhança entre os casos francês e português residirá, pois, no facto da universidade se estar a transformar na fonte principal do recrutamento, oferecendo,

¹⁴² Entrevista que o Professor Jubilado nos concedeu a 11 de novembro de 2010. Ao longo do trabalho serão utilizados outros excertos desta entrevista.

como, aliás, acontece com muitas outras profissões, mão-de-obra que ultrapassa, largamente, as necessidades do mercado, criando hordas de reservistas disponíveis para serem recrutados, independentemente das condições dessa recruta. Essa constatação deixa nas mãos dos empregadores a definição dos seus próprios critérios de recrutamento.

Como veremos, este enquadramento tem idêntica expressão na realidade portuguesa; mas, sem pormos em causa esta similitude, apercebemo-nos que em Portugal, os grupos de *media* estão a fazer depender as admissões para estágios da conclusão de uma licenciatura e, o eventual recrutamento, que possa resultar de um estágio bem-sucedido, mesmo resultando da avaliação do processo de integração do estagiário na dinâmica da redação, já é, pois, resultado da obtenção do diploma.

Constatámos isso mesmo num inquérito que fizemos aos principais grupos de *media* portugueses¹⁴³. O Grupo *Impresa* afirma que a licenciatura em jornalismo comunicação é obrigatória para estágios de informação. O grupo *Controlinveste*¹⁴⁴ fixa o número das admissões com licenciaturas na área nos 90 por cento; os restantes dez por cento são de licenciados em desporto ou economia, que fazem estágios nas publicações especializadas do grupo, como o *Jogo* ou o *Dinheiro Vivo*.

O grupo *Renascença* não admite estagiários com licenciaturas fora do campo da comunicação. O jornalista Pedro Leal, responsável pelos estágios, começa, aliás, a questionar essa opção:

"Embora num primeiro momento as vantagens da contratação de alguém formado em jornalismo sejam evidentes, uma vez que os princípios teóricos e práticos estão, na maioria dos casos, adquiridos, sendo a integração do estagiário mais rápida, a longo prazo, as redações vão ficando mais pobres, uma vez que os seus jornalistas são todos de uma área específica. Ou seja, o que se ganha em rapidez perde-se em pluralidade de conhecimento".

Ao contrário do que acontece em França, em Portugal o diploma na área é importante, mas é igualmente importante a identidade dessa formação, ou seja, o

¹⁴³ No trabalho de campo que desenvolvemos para recolha de informação, e validação de dados, para esta investigação académica optámos sempre por entrevistas presenciais. O único painel em que tal não foi possível, por manifesta incompatibilidade de agenda já numa fase final da recolha, foi o dos representantes das direções de recursos humanos, ou das direções de informação, dos diversos grupos de *media* portugueses. Optámos, assim, pela modalidade do questionário com perguntas abertas, mas iguais para todos os entrevistados. Dos oito questionários que enviámos (*Grupo Media Capital; Impresa; RR; Controlinveste; Cofina; Público; RTP/RDP; Bola*) apenas não obtivemos resposta de três (*Público, Cofina e Media Capital*). As respostas recebidas representam 62,5% do total, mas refletem um peso no mercado superior e representativo de todas as realidades, integrando o grupo público e o maior grupo privado. Algumas das respostas dos grupos de *media* puderam ser cruzadas com os testemunhos dos estagiários que integram o nosso painel de estudo, o que reforça a validação das mesmas.

¹⁴⁴ O grupo *Controlinveste* enviou-nos respostas de dois responsáveis, Ana Figueiredo, do *Jornal de Notícias* e Ricardo Gonzalez, da direção de recursos humanos do grupo. As respostas de ambos complementam-se.

estabelecimento de ensino onde a licenciatura é tirada. O conhecimento que temos do meio contribui para validarmos esta constatação.

No caso português, apenas o grupo *RTP/RDP* afirma não praticar essa diferenciação, considerando que a "concretização do estágio está, geralmente, orientada para outros objetivos e motivações". Os restantes quatro representantes dos grupos de *media*, embora recebam estagiários de diversos cursos, restringem a lista dos projetos formativos que, na sua ótica, melhor preparam os alunos¹⁴⁵.

Um Acesso Aberto a Requerer Questionamento

Ao mesmo tempo que o fosso entre a indústria e a academia persiste, também amparado pelas críticas antigas à irrelevância da formação académica na área, uma maré de contratados com licenciatura em jornalismo/comunicação está a mudar a face das redações em Portugal, Espanha, Inglaterra e nos Estados Unidos da América.

Se excluirmos os casos italiano e grego, onde o acesso à profissão de jornalista "está condicionado à aquisição de um corpo de conhecimentos e à prestação de uma prova" (Stepheson, 2009: pos. 93), nos restantes países da Europa, o jornalismo permanece uma profissão aberta. Stylianos Papathanassopoulos destaca, exatamente, o peso das associações profissionais na definição dos critérios de acesso à profissão na Grécia e em Itália:

"Independentemente das habilitações académicas que possuam, os aspirantes a jornalista devem registar-se nas associações profissionais e sujeitar-se aos seus critérios de admissão, que incluem exames e a avaliação da experiência profissional" (2009: pos. 4042).

Os argumentos em defesa de um acesso não condicionado a quem detém uma licenciatura na área podem agrupar-se em três ordens de razões: a redação deve ser uma mostra da sociedade, e a classe jornalística representar todas as "cores", saberes e credos que a constituem; a história global do jornalismo está povoada de exemplos de profissionais que chegaram à profissão sem qualquer formação académica específica, ou mesmo sem qualquer formação académica, que se afirmaram profissionais extraordinários; por fim, não existindo um saber mínimo que enquadre a ação profissional quotidiana, a formalização do acesso, numa única área, limitaria a capacidade de decodificação do mundo, mote determinante do jornalismo.

¹⁴⁵ Dois desses responsáveis distinguiram os cursos da Escola Superior de Educação de Coimbra, Universidade Nova de Lisboa e Universidade Católica Portuguesa.

Primeiro argumento:

O jornalismo, como todas as profissões intelectuais, nunca foi verdadeiramente aberto a todos os estratos sociais, géneros, etnias, geografias de origem (Esser, 2003: 233, Bromley, 2009: pos. 815; Franklin *et al*, 2010: 129). A cultura geral, que os defensores do acesso livre elegem como a base de trabalho de qualquer jornalista, não se conquista por decreto, muito menos nos países onde a igualdade de oportunidades tem um significado restrito.

Segundo argumento:

A constatação de que existem excelentes jornalistas que nunca legitimaram os conhecimentos adquiridos num processo de educação formal, específico ou não, é verdadeira. Betty Medsger, num esforço para dar consistência às críticas que faz à influência da teoria da comunicação nos programas curriculares de jornalismo, recupera os dados do estudo que coordenou em 1996 sobre o ensino do jornalismo¹⁴⁶, para concluir não existir qualquer relação entre formação académica na área e a qualidade do jornalismo praticado: o estudo assinala que 27 por cento dos jovens jornalistas norte americanos nunca estudou jornalismo¹⁴⁷; igualmente, 59 por cento dos jornalistas que receberam o prémio Pulitzer nunca estudaram jornalismo (2002: 1 e 2). De facto, é possível chegar ao jornalismo, com sucesso, por outras vias que não a formação académica específica, mas a possibilidade de esse caminho ser facilitado com a formalização de um processo de ensino, que seja a base do aluno na descodificação do jornalismo e das exigências e constrangimentos que o cercam, deve ser colocada e enfatizada.

Terceiro argumento:

Reclamar um saber máximo, para compensar a inexistência de um saber mínimo, faria do jornalista um enciclopédico, e, como constata Mário Mesquita¹⁴⁸, "um enciclopédico não seria certamente jornalista".

¹⁴⁶ O estudo *Winds of Change: Challenges Confronting Journalism Education* continua a servir de base de trabalho para muitos académicos e jornalistas que, como Medsger, criticam a influência da teoria da comunicação nos programas de jornalismo, mas recebe, igualmente, críticas duras dos que prezam essa associação (Reese, 1999).

¹⁴⁷ A ênfase que Medsger coloca neste número (27 por cento sem formação académica específica) não contribui, em nosso entender, para legitimar a linha de argumentação da autora; afinal o número subentende que 73 por cento dos jovens no ativo em 1996 frequentara cursos na área. Interpretando dados de 2000, Philip Meyer destaca a tendência que temos vindo a assinalar: "Muitos editores preferem contratar licenciados com uma formação geral, em vez de licenciados provenientes de escolas de jornalismo. Mas a prática demonstra o contrário: Uma sondagem de 2000 revela que 78 por cento dos novos contratados tiraram licenciatura em jornalismo" (2004: 232).

¹⁴⁸ Entrevista que o Professor de jornalismo nos concedeu para elaboração desta dissertação em 4 de maio de 2012. Ao longo do trabalho serão utilizados outros excertos desta entrevista.

Em Portugal, e nos países onde o acesso permanece aberto, a realidade e a crescente complexidade da função tem-se encarregado de colocar baias naturais à entrada da profissão.

Em 2005, entrou no Parlamento português uma proposta de alteração ao Estatuto do Jornalista que defendia um acesso condicionado a licenciados, mas o diploma foi vetado pelo Presidente da República. O Chefe de Estado foi sensível aos argumentos do Sindicato dos Jornalistas, que entendia que a redação do diploma impediria que cidadãos, que tivessem adquirido conhecimentos por outras vias, pudessem ser jornalistas (Graça, 2009: 140-142; Marinho, 2011: 214).

Parece-nos claro que a aquisição de conhecimentos por vias informais, a ser possível para o jornalismo, deveria sê-lo, igualmente, para todas as profissões.

Paralelamente a essa presença crescente de licenciados na área, as redações portuguesas de meados dos anos 80 do século passado começam a assistir a outras duas tendências que, associadas ao grau académico específico, têm influência direta no jornalismo que hoje se pratica em Portugal: juvenialização e feminização. O aumento do abandono prematuro da profissão, acentuado depois dos 50 anos (Rebelo, 2011: 59) é compensado pela entrada de jovens, um grupo etário cada vez mais presente nas redações e que cresceu, de forma sistemática, até 2009 (*idem, ibidem*: 57). Durante a ditadura, o número de mulheres que acedia à profissão era praticamente residual. Entre 1997 e 2001 o aumento constante da contratação de mulheres equilibrou o de homens e, após 2002, as redações portuguesas começaram a contratar mais mulheres do que homens (*idem, ibidem*: 76). O perfil tipo do jornalista português ainda é: homem, jovem, licenciado, a exercer funções na imprensa escrita, residente na área de Lisboa, mas o género e o meio tipo apresentam forte tendência para mudar (*idem, ibidem*: 56).

Na base das três tendências assinaladas (licenciatura na área, juvenialização e feminização) está a necessidade do mercado, que adiante detalharemos, e que promoveu a explosão do número de jornalistas. Numa década, entre 1987 e 1997, esse número mais do que triplicou, passando de 1281 para 4247 (Garcia e Silva, 2009: 121); entre 1998 e 2004, a classe aumentou 517 profissionais ao ano (Rebelo, 2011: 25). O final da década de 90 do século passado, coincidindo com o início do rebranding da bolha tecnológica, estancou esse crescimento: a expansão deu lugar à recessão (*idem, ibidem*: 24).

Peso da Academia na Formação Deveria Deixar o Mercado na Dependência da Academia

Nas décadas de 80-90 do século passado, novas exigências do mercado fizeram, de facto, disparar a procura de novos profissionais; a resposta imediata da academia permitiu que a indústria dos *media* se libertasse dos custos, e da responsabilidade, da formação, sentindo-se livre para, ainda assim, a criticar.

A questão colocada por Stephen Reese é, por isso, pertinente:

"Por que razão os *media* não ensinam as competências técnicas da profissão na redação, onde o treino pode ser cuidadosamente monitorizado por jornalistas profissionais? A resposta, claro, reside no interesse económico dos *media*, que encorajam as universidades a subsidiarem os custos deste treino e a descobrirem talentos" (1999: 76).

O molde que formata o mercado dos *media*, que impõe a consolidação rápida do lucro e que, como assinalámos, se vê amplamente desformatado com a crise de sustentabilidade reaberta com a nova onda tecnológica de final do século XX, atinge, assim, o cerne da formação académica. E a primeira consequência foi essa demissão da indústria dos pesos inerentes à formação dos seus profissionais. Se uma entidade exterior fornece mão-de-obra disponível para entrada direta num mercado ávido de receitas fáceis, as ações de formação de raiz, que mobilizavam recursos humanos, tecnológicos e financeiros, puderam ser, senão suprimidas, pelo menos, desvalorizadas. Neste contexto, a indústria só teria de tentar influenciar a formação, tornando-a eficaz e utilitária.

Na base desta demissão do mercado está, como veremos, a cumplicidade da academia, que aceita, não apenas, substituir-se ao mercado, como se deixa tentar pelos princípios desfocados que o guiam, parecendo demitir-se das suas responsabilidades, abdicando da sua própria autonomia. E, sempre que resistiu, fê-lo sem estratégia, podendo ter impulsionado um movimento em sentido oposto, alargando o fosso.

A partir do exemplo austríaco, Johanna Dorer descreve a cadeia de interações que contextualiza esta contradição. Por um lado, um "novo enquadramento legal" permitiu a criação de universidades privadas, tendo aberto "um vasto leque de possibilidades"; por outro, essa oferta crescente promoveu o desinvestimento dos *media* em formação interna, coincidindo, essa opção, com a "oposição das empresas à formação universitária em jornalismo", e com a resistência dos departamentos de comunicação das universidades em "abdicarem de abordagens mais críticas e teóricas" (2003: 250). Cremos, todavia, que essa resistência é artificial e resultado, apenas, do

distanciamento entre academia e mercado, que ambas as entidades alimentam. Essa resistência é uma afirmação de autonomia que, como veremos, de facto não se verifica.

No momento em que o mercado se demitiu da formação, correu o risco de ficar refém da academia. Como observa Philip Meyer, "as escolas de jornalismo estão a tornar-se numa fonte confiável de emprego barato" (2004: 232) e essa evidência tem potencial para colocar no lado da academia a capacidade de influenciar os programas de formação. A demissão do mercado foi voluntária e justificada pelas razões financeiras, mas o que impede a academia de usar essa demissão em favor da qualidade da formação? Estando o acesso, cada vez mais, dependente da formação académica, ao mercado resta-lhe pressionar para que os planos curriculares se sujeitem às suas regras. E tem-no feito com sucesso, todavia em prejuízo da formação.

O mercado vive da efemeridade dos momentos e, a cada momento, precisa de profissionais que alimentem a sua lógica de ação. A pressão afigura-se um comportamento inerente a essa lógica de ação:

"O mercado receia que os professores de jornalismo ensinem um modelo de organização e de informação da redação que não corresponda à realidade do setor" (Charon, 2003: 162).

Ou, como Reese coloca a questão, analisando o problema a partir do olhar interessado dos editores e dos profissionais: "a formação académica deve produzir melhores candidatos para as nossas redações" (1999: 70 e 71).

No modelo de formação que apresentaremos na reta final desta investigação faremos um esforço para operacionalizar este potencial de mudança que a academia transporta. A base desse modelo reside no estabelecimento de pontes de interação com o mercado, testando princípios comuns de ação que valorizem a formação académica e consequentemente o jornalismo. Sem se distanciar das necessidades do mercado, a academia deve integrar nos programas de estudo a discussão da sua lógica de funcionamento. O nosso modelo apontará alguns caminhos que a formação tem demonstrado dificuldade em percorrer, residindo, nessa dificuldade, o domínio da lógica do mercado. No essencial, a aplicação dessa lógica corre o risco de transformar a formação académica no contrário daquilo que esta deve perseguir: formar jornalistas tecnicamente capacitados, mas incapazes de decodificar o papel social do jornalismo; aptos a operarem os dispositivos tecnológicos que participam na ação quotidiana, mas incapazes de usar as ferramentas analíticas que lhes permitam apreender a relação que o jornalismo deve manter com o público; disponíveis para exercerem as mais diversas

atividades que rodeiam o vasto campo da comunicação, mas impossibilitados de selecionar informação fiável e verdadeira que alimente a democracia.

O peso que a academia começa a ter na formação dos jornalistas permite-lhe aplicar esses princípios e, aos poucos, ir estabelecendo pontes construtivas com o mercado que ajudem a cumprir o propósito de qualquer projeto de formação: a valorização do jornalismo.

Temos insistido que o ensino académico do jornalismo teve de sujeitar-se às regras do mercado, uma vez que o sucesso da formação mede-se no número de empregos que cria. Mas, o mercado do jornalismo, mergulhado numa crise de sustentabilidade, terá condições para escapar à academia? O que impedirá a academia, em concreto os cursos de jornalismo/comunicação, de associar a sua matriz à formação dos jornalistas, construindo pontes com a indústria em nome da qualidade do ensino?

O MOLDE DO MERCADO

O Paradoxo dos Anos 80: mais Ensino num Ambiente Dominado pela Economia

No início do século XIX, quando o mercado começou a sustentar a imprensa industrial, os valores de base do jornalismo cederam aos impulsos financeiros. O ensino do jornalismo surgiu numa fase em que a *yellow press* se deixara aprisionar pelo sensacionalismo e pelas marcas do entretenimento. De alguma forma, a elevação do jornalismo ao estatuto de disciplina académica pretendeu ser a resposta do visionário Joseph Pulitzer, ele próprio um empresário que conquistara sucesso nos seus jornais, utilizando as fórmulas editoriais lucrativas que promoviam a venda em massa da *imprensa de tostão*, ao início dessa deriva comercial do jornalismo.

No último quartel do século XX assistimos ao estabelecimento de uma nova inter-relação entre o ensino do jornalismo e o mercado. Se, no início do século XX, o nascimento do ensino do jornalismo contribuiu para estruturar as bases de uma profissão, neste último quartel, a agitação que o mercado promoveu no ensino não lhe garantiu o grau de autonomia suficiente que lhe permitisse aplicar receitas que contribuíssem na reconstrução da prática quotidiana.

Na resposta aos efeitos desse período complexo da história do jornalismo, o ensino do jornalismo redefiniu o modelo de origem: impôs-se nos países onde ainda não tinha surgido e logo explodiu; explodiu nos restantes, naqueles onde já existia há décadas. A explosão do ensino do jornalismo de finais de 70 foi fruto da época,

consequência direta de um mercado em crescimento desmesurado (Mesquita e Ponte, 1997: 6; Garcia, 2009: 68) e de um ensino universitário democratizado. O número de licenciaturas disparou no setor público e no setor privado, os novos programas de formação na área, mais baratos do que os planos de estudo nas ciências exatas, artes ou engenharias, revelaram-se, também, uma oportunidade de negócio (Rebelo, 2011: 24). A associação de todos esses elementos acabaria por ter efeitos determinantes no ensino do jornalismo, cujos reflexos negativos tardam em desaparecer.

Diversos autores associam a esse crescimento desmesurado dos cursos na área, sobretudo daqueles que investem numa componente mais vocacional, em detrimento do conhecimento e da reflexão, o interesse que a profissão de jornalista desperta nos jovens estudantes e a pressão que, eles próprios, começaram a fazer para que os cursos assumissem uma dimensão mais prática que os capacitasse a servir, rapidamente, as exigências do mercado (Johansen e Dorman (2003: 82), Taylor, (2004: 188), Frith e Meech (2007: 143))¹⁴⁹.

Na fronteira entre dois séculos, XX e XXI, James Carey tirou o retrato do estertor de uma época. A caminhada iniciada na década de 80 estava prestes a sucumbir ao rebentamento da *bolha* tecnológica, que haveria de acentuar o desnorte do jornalismo:

"A situação da imprensa é paradoxal. Os *media* produzem melhor jornalismo, mas esse jornalismo, rodeado e submergido por trivialidades e irrelevâncias, é difícil de encontrar (...) As grandes histórias estão a escapar aos jornalistas (...) Os jornalistas têm mais capacidades, melhor formação (...) mas têm menor controlo sobre as condições do seu trabalho, e são menos livres do que o foram no passado (...) são mais reverentes da economia" (2000b).

David Weaver observa, igualmente, "um significativo declínio da autonomia dos jornalistas norte-americanos desde o início dos anos 70 do século passado". Na ótica do autor, a formação académica dos jornalistas, mesmo sendo diversa, não está a conseguir ultrapassar os constrangimentos que condicionam o trabalho dos jornalistas americanos (2003: 58).

José Carlos Vasconcelos e Joaquim Letria, jornalistas portugueses cuja carreira cresceu antes da formação académica na área se impor em Portugal, e Joaquim Fidalgo, jornalista que transitou para o campo da formação académica, partilham dos receios de Carey e Weaver:

¹⁴⁹ Adriano Duarte Rodrigues e Nelson Traquina, nas entrevistas que nos concederam, destacam, igualmente, essa pressão dos alunos.

"Há gente de grande qualidade, muito melhor do que eu era e muito melhor do que outros que trabalharam comigo... Possivelmente mal aproveitados, mal dirigidos" (Joaquim Letria) (Rodrigues, 2007, 2011: 435);

"Os profissionais têm mais preparação (...) mas há mais falta de rigor e mais sensacionalismo" (José Carlos Vasconcelos) (Gomes, 2006, 2011c: 515).

"Hoje em dia chegam jovens ao mercado mais bem preparados em termos culturais, científicos e técnicos, não é menos verdade de que os espera um terreno mais movediço do que outrora, mais indefinido, mais volúvel, mais precário, mas simultaneamente mais pressionante, mais competitivo, mais exigente" (Fidalgo, 2004: 70).

No fundo, o retrato de James Carey alude ao guião de Wright Mills, que abordámos no capítulo anterior. De facto, subjacente ao paradoxo enunciado por Carey, sobrepõe-se a ideia de que a educação formata sem formar, de outra forma, impulsionado pela formação, o jornalismo teria saído do estado letárgico em que mergulhara.

Michael Bromley assinala, exatamente, que "qualquer enfraquecimento da ação jornalística tem, na sua base, o facto da formação em jornalismo ter sido tomada pela via institucional de submissões e constrangimentos". O processo formal de educação ficou debaixo da vigilância dos imperativos do mercado e do Estado (2009: pos. 255, pos. 262).

Nos anos 80 do século passado, em Portugal e em todo o mundo ocidental, a explosão do ensino do jornalismo, ou como refere José Rebelo, "a profissionalização acentuada, promovida pela disponibilidade de recursos humanos licenciados na área das Ciências da Comunicação" (2009: 42), foi consequência da consumação de uma nova trajetória social de que a variável económica foi motor de ação. José Luís Garcia enumera os acontecimentos que, no caso português, promoveram essa viragem:

"Podem ser referidos fatores como a destatização de toda a imprensa e a sua posterior reprivatização (...), a abertura do espaço radiofónico, a abertura da televisão aos operadores privados, a criação do Estatuto da Imprensa Regional, o desenvolvimento do ensino superior em jornalismo e comunicação social, a reestruturação tecnológica das empresas" (2009: 68).

Mário Mesquita e Cristina Ponte usam duas palavras para caracterizarem a década (1985-1995) do contágio pleno da economia: "mercado e desregulamentação" (1997: 6).

A desregulamentação e a tecnologia estão na base da alteração do figurino dos *media*: novas empresas, maior concorrência, aquisições, fusões, concentração. A explosão do mercado provocou a explosão da oferta de trabalho. Stylianos

Papathanassopoulos analisa o caso específico do sul da Europa, onde o ensino do jornalismo aproveitou a embalagem do mercado para conquistar novo impulso e, no caso português, finalmente emergir:

"Este novo mercado exigiu profissionais especializados com formação que poderia ser concretizada nos departamentos de comunicação da universidade (...) O desenvolvimento do mercado dos *media* conduziu à criação destes novos departamentos" (2009: pos. 4019, 4022).

A pressão do mercado, que eclodiu por toda a Europa, entre meados dos anos 80 e meados dos anos 90, teve especiais reflexos em Portugal, Espanha (Barrera e Vaz, 2003: 31; Barrera e Salaverría, 2009: pos 5769), Inglaterra (Bromley, 2009: pos 788) e Finlândia, um pequeno mercado que, nessa década, vê disparar as necessidades para 250-300 novos profissionais por ano. A universidade, nessa fase, formava apenas 60 candidatos (Salokangas, 2003: 13).

O Que Significa, para o Mercado, uma Formação de Qualidade?

Em França e na Alemanha são crescentes os sinais de desinteresse da indústria relativamente à formação académica (Charon, 2003; Frölich e Holtz Bacha, 2003 e 2009; Le Bohec, 2009), mas, como vimos, no resto da Europa, a formação académica na área impõe-se como fonte principal de recrutamento da indústria, a contrapartida é colocar os cursos na dependência direta dos critérios de seleção do mercado. Nesta lógica, o sucesso dos programas de formação académica passa a ser medido por um critério objetivo: a capacidade que os cursos demonstram para gerar emprego (Skinner *et al*, 2001: 345, 356). A constatação dos autores parece conduzir-nos a um outro dilema: aos olhos dos *media* o que significa, afinal, uma formação de qualidade? Jean-Marie Charon pressente que a indústria dos *media* não tenha condições para responder de forma clara, sobretudo porque exige profissionais à medida do meio; e entre o perfil exigido para uma televisão, rádio, jornal ou publicação especializada existem diferenças que nenhuma formação de base generalista consegue resolver (2003: 151). Ainda assim, diversos autores detetam uma tendência comum na abordagem que o mercado faz da qualidade da formação académica.

David Nolan chama a atenção para o valor meramente utilitário que a formação académica adquire aos olhos da indústria:

"Preocupada em alcançar eficiências de produção, minimizando os seus próprios investimentos em treino, ao mesmo tempo que acede ao capital cultural associado a uma mão-de-obra licenciada, os *media* comerciais têm servido os seus

interesses, moldando os processos de formação. Assim, os empregadores conquistaram forte influência sobre os programas académicos, exigindo à universidade que forme licenciados dotados de competências técnicas" (2008: 733 e 734).

Peter Cole destaca a opção dos *media* por cursos práticos que resolvam, sobretudo, problemas de gramática e pontuação; uma opção que, como assinala o autor, omite o facto de esses problemas serem responsabilidade dos graus de ensino anteriores à universidade (2003: 57 e 58).

Joaquim Fidalgo¹⁵⁰ observa a mesma tendência. Para o Professor da Universidade do Minho, existe um estímulo, permanente, por parte das empresas que impele os estagiários a dominarem "o *bê à bá* da técnica, sobretudo das novas tecnologias, sem sequer serem desafiados a pensar".

Um inquérito, que o Sindicato dos Jornalistas português manteve *online* durante os últimos meses de 2002¹⁵¹, refere que a formação académica em Comunicação Social é desnecessária para 66 por cento dos respondentes. Os dados não identificam, todavia, a origem das respostas. A mesma pergunta feita a professores de jornalismo, estudantes, jornalistas ou empresários de *media* teria, certamente, respostas diferentes. Não sabemos, igualmente, se o Sindicato tivesse optado por colocar, na pergunta, "formação em jornalismo", se as respostas seriam as mesmas, sobretudo porque na justificação das respostas, os que rejeitam a licenciatura parecem rejeitar, sobretudo, a teoria. Ainda assim, com base nesse número, Fernando Cascais destaca o discurso de resistência, que persiste, à licenciatura em ciências da comunicação (2004: 91).

Um inquérito feito a empresários dos *media* no Reino Unido confirma a ênfase colocada nas competências técnicas: 30 por cento consideram-na fator determinante na contratação; apenas sete por cento valorizam o conhecimento (*apud* de Burgh, 2003: 109). No comentário aos dados que cita, Hugh de Burgh destaca a ironia que está por detrás desta situação:

"Depois de todas as preocupações dos professores de jornalismo em assegurarem aos seus alunos conhecimento e competências apropriados, os empresários, pura e simplesmente, desprezam esse esforço" (*idem, ibidem*).

Ao mesmo tempo que deteta os mesmos sinais de dependência das escolas de jornalismo face ao mercado, observados por Nolan, Beate Josephi segue o raciocínio de

¹⁵⁰ Entrevista que o Professor da Universidade do Minho nos concedeu a 26 de abril de 2012. Ao longo do trabalho serão citados outros excertos desta entrevista.

¹⁵¹ os resultados do inquérito já não estão acessíveis (<http://www.jornalistas.eu/?n=917> consultado em março de 2013), tendo sido consultados em Cascais, 2004: 91-93.

Burgh quando observa a resistência do mercado face à validade e utilidade das licenciaturas em jornalismo (2009: 52), sobretudo porque recruta profissionais com as formações de base mais diversas, que é preciso formatar através do contacto direto com a rotina da redação (*idem, ibidem*: 47).

Skinner *et al* exploram a raiz dessa resistência: "os empresários dos *media* não apreciam perspetivas críticas sobre a prática profissional, especialmente quando estas ameaçam o cerne dos objetivos desses meios" (2001: 356). Cunningham diz o mesmo, por outras palavras: "o capital intelectual" produzido pelas escolas de jornalismo "soa estranho à indústria" (2002, *apud* Josephi, 2009: 52).

Mário Mesquita recorda-nos o caso da administração de um grupo de *media* português que demitiu toda direção de um diário, tendo recusado manter os jornalistas despedidos no quadro do jornal "por recusar trabalhar com intelectuais"¹⁵².

Tom Dickson recupera o *princípio clássico*, que parece alimentar o comportamento dos empresários e de alguns profissionais, para justificar essa resistência à formação académica: "Os que não sabem fazer, ensinam" (Dickson, 2000: 101). Simon Frith e Peter Meech acrescentam que essa resistência tem sido moldada por duas outras *verdades absolutas*:

"Os licenciados representam apenas um estrato socioeconómico limitado (...) os académicos não fazem parte do mundo real, pelo que o ensino do jornalismo numa universidade não consegue preparar profissionais para responderem às exigências atuais da profissão" (2007, 140).

Adriano Duarte Rodrigues¹⁵³ considera errados os termos da equação enunciados pelas empresas de *media*, afirmando que esse desprezo que devotam ao pensamento, em detrimento da técnica, acabará por condicioná-las:

"Garante-lhe sucesso imediato, mas não a longo prazo. As empresas que contratam profissionais com formação académica abrangente são as que se distinguem pelo material humano. É para essas empresas que a universidade está talhada".

Carlos Camponez¹⁵⁴ defende, igualmente, uma formação académica abrangente, que equilibre ação e pensamento, por ser "garantia de uma maior qualidade". Camponez

¹⁵² Mário Mesquita não nomeou o grupo de *media* nem o periódico, mas o professor estava a referir-se ao grupo *Controlinveste*, cuja administração destituiu toda a direção do Diário de Notícias, liderada por António José Teixeira, 15 meses depois de a ter escolhido (*Público*, 13 de dezembro, 2007).

¹⁵³ Entrevista que o Professor Jubilado da UNL nos concedeu para elaboração desta dissertação, a 8 de dezembro de 2010. Ao longo do trabalho serão utilizados outros excertos desta entrevista.

¹⁵⁴ Entrevista que o Professor da Universidade de Coimbra nos concedeu para elaboração desta dissertação em 9 de maio de 2012. Ao longo do trabalho serão utilizados outros excertos desta entrevista.

exorta as empresas a perceberem que a preferência por licenciaturas que privilegiem os candidatos que "apenas sabem fazer, é uma garantia que só resiste ao curto prazo".

Jan Bierhoff e Mogens Schmidt apresentam-nos dois padrões de comportamento das empresas, mas afirmam que, na prática, só um deles, aquele que classifica o ensino como reflexo das necessidades atuais, serve de mote de ação para os empresários; mesmo quando afirmam que "o ensino deve ser um laboratório onde os estudantes têm liberdade para crescer e onde novas ideias (...) podem ser testadas" (1992: 2)

Jane Taylor elabora uma dúvida retórica para sugerir um guião alternativo às escolas de jornalismo. É na essência deste enunciado que reside a base da justificação da formação académica em jornalismo:

"O que os estudantes precisam de saber, acima de tudo, é que o jornalismo está dominado por preocupações comerciais que irão sempre influenciar e manipular a sua ação (...) Fará sentido insistir num ensino vocacional se desvalorizarmos as questões reais sobre a natureza do jornalismo, ou se permitirmos que a sua discussão se torne mero suplemento da prática?" (2004: 188).

Os alunos são apanhados neste dilema. As empresas desvalorizam os cursos na área, mas é a eles que, cada vez mais, recorrem quando recrutam. As empresas criticam os programas curriculares, exigem que a academia reforce o ensino das competências técnicas em detrimento do conhecimento, sujeitando a academia a ter de diluir a sua marca de água. O mesmo mercado que, por razões financeiras, delegou na academia a responsabilidade da formação.

Hugh de Burgh escapa aos efeitos deste dilema sem pôr em causa a conclusão de que os programas de formação são orientados pelo molde do mercado. O autor considera, todavia, que, mesmo condicionada pelo mercado, a academia cumpre um papel de salvaguarda do jornalismo.

"As escolas de jornalismo não devem pensar que estão a dar o seu tempo por perdido (...) o que elas fazem melhor é afinar e amadurecer as qualidades e as atitudes que fazem os jornalistas. O conhecimento e as competências são fatores determinantes nesse processo" (2003: 109).

O alerta de Mário Mesquita¹⁵⁵ abre, igualmente, um espaço de resistência. O professor de jornalismo está consciente do peso do mercado, embora considere que, por causa dele, a academia não pode perder o foco:

¹⁵⁵ Entrevista que o Professor de jornalismo nos concedeu a 4 de maio de 2012. Ao longo do trabalho serão citados outros excertos desta entrevista.

"A universidade deve insistir em formar pessoas com qualidade científica, mesmo sabendo nós que, para muitas empresas, isso é relativamente indiferente. É verdade que devemos ter em conta o emprego e a colocação no mercado, mas não podemos ficar reféns dele".

A Qualidade da formação na Ótica dos Grupos de Media Portugueses

Os grupos de *media* confirmam que o recrutamento se está a tornar, cada vez mais, uma exceção e, nos casos em que as oportunidades se abrem, parece valer a qualidade dos candidatos:

"Em casos de especial e excecional qualidade é proposta uma experiência como estagiário remunerado" (Victor Serpa, *A Bola*).

"Apesar de neste momento não se estar a recrutar ninguém, muitas vezes os alunos estagiários, apenas os realmente bons, continuam a escrever alguns artigos para o Jornal, como colaboradores, e posteriormente podem vir a integrar os quadros da empresa. No entanto, sempre que há possibilidade de incluir alguém na equipa, recorre-se a quem já cá esteve e teve um bom aproveitamento" (Ricardo Gonzalez, *Controlinveste*).

"A qualidade e as competências do estagiário ou candidato é que determinam a sua eventual contratação. O nosso objetivo é, no processo de seleção, integrar sempre os melhores. É evidente que hoje em dia há um conjunto de competências técnicas essenciais, mas o valor distintivo está sempre na forma como cada jornalista olha o mundo. Ou seja, ao nosso grupo não interessa o melhor candidato que domine HTML ou saiba todas as componentes do som, mas sim aquele que demonstre capacidade de reflexão. O que tem acontecido, em grande parte dos casos, é que normalmente este tipo de candidatos tem também um à vontade muito grande com as novas tecnologias, pelo que temos conseguido uma boa síntese no processo de recrutamento" (Pedro Leal, grupo *RR*).

Com esta observação, Pedro Leal posiciona a análise num outro patamar. O responsável pelos estágios do grupo *Renascença* reflete sobre a qualidade da formação, mas dá um passo claro na descodificação da matriz dessa formação. Leal propõe, afinal, a interação entre pensamento e ação, a base que sustentará o modelo de ensino que tentaremos construir, em etapa posterior.

Os representantes dos grupos de *media* portugueses, que responderam ao nosso questionário, valorizam a formação académica na área, mas não a isentam de críticas.

Victor Serpa, Diretor do jornal *A Bola*:

"É tradição dizer-se que a melhor escola de jornalismo é a da tarimba. Não é verdade. A experiência é muito importante, mas uma base sólida é decisiva numa profissão em constante evolução e de enorme exigência".

Victor Serpa considera, todavia, a formação académica em Portugal "particularmente deficitária de um sentido prático e do conhecimento das exigências do jornalismo atual".

Francisco Pedro Balsemão, Diretor de Operações (COO) de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos do grupo *Impresa* revela uma posição aproximada à de Victor Serpa, na valorização e nas críticas:

"A base teórica e alguns conhecimentos práticos, que qualquer formação académica com saídas profissionais deverá incluir, revela-se essencial na carreira de um jornalista (...) O principal ponto a melhorar é a fraca preparação prática dos alunos. O currículo dos cursos é sobretudo teórico e, em contexto de estágio, o conhecimento prático é privilegiado. Sentimos também que os alunos são pouco incentivados a estarem atentos à atualidade e às melhores práticas referentes ao trabalho jornalístico, desenvolvidos nacional e internacionalmente".

Ana Figueiredo, do *Jornal de Notícias* (grupo *Controlinveste*) reflete a opinião mais crítica sobre a qualidade da formação académica em Portugal, considerando que "tem vindo a perder qualidades, uma vez que o grau de exigência, durante a formação, parece estar a diminuir".

António Santos, do grupo RTP/RDP é o único a fazer uma apreciação "globalmente muito boa" da formação académica em Portugal, posicionando a mais-valia no "nível de especialização e conhecimento exigidos, tanto na utilização dos meios envolvidos, como no âmbito da produção dos conteúdos".

As críticas apontadas à formação pelos representantes dos *media* parecem ancoradas na necessidade dos planos curriculares deverem refletir uma maior aproximação à realidade profissional, uma visão em tudo semelhante à caracterizada no ponto anterior, onde identificámos as marcas de uma tendência global. De facto, os representantes do mercado reclamam uma maior aproximação às exigências do quotidiano profissional. Essa crítica tem, na sua base, o desejo de colocar a academia ao serviço do mercado. Victor Serpa é especialmente enfático neste particular:

"É absolutamente necessário que as Universidades e as suas escolas superiores de comunicação se liguem de forma mais flexível, sem preconceitos e sem complexos com a realidade social e laboral do país. Alguns padrões de ensino parecem desajustados e criam sérias dificuldades a quem se inicia na profissão. Muitos dizem-me que têm, primeiro, de esquecer muito do que aprenderam para entrarem no "jornalismo real".

Pedro Leal reconhece, a este propósito, que as faculdades que oferecem "cursos mais direcionados para o mercado têm mais facilidade em colocar os seus alunos".

Cursos Académicos mais Próximos da Profissão

É um facto, historicamente relevante, que o surgimento de cursos de matriz mais profissional, a partir de finais da década de 80, inícios de 90 do século passado - à época bacharelatos em comunicação social e jornalismo (Mesquita e Ponte, 1997: 16 e 17) - tenha coincidido com a primeira reforma curricular no curso de comunicação social da Universidade Nova de Lisboa, que ocorreu em 1988, e em que foi criada a variante em jornalismo (2003: 1)¹⁵⁶. Em 1993, na segunda reestruturação, a coincidir com o surgimento da primeira licenciatura em jornalismo, oferecida por uma universidade pública, a ponte da licenciatura da Universidade Nova de Lisboa com as profissões da área da comunicação é consolidada, com a criação de cinco variantes: jornalismo, comunicação aplicada, audiovisual e *media* interativos, cinema e comunicação e cultura¹⁵⁷ (*idem, ibidem*).

Esse movimento de aproximação dos cursos, à partida classificados como teóricos, ao mundo profissional é a expressão europeia, neste caso portuguesa, de uma tendência americana identificada, e comentada, por Stephen Reese:

Em muitos *campus* o jornalismo abandonou a sua morada tradicional das ciências sociais e humanas para se juntar com outras disciplinas do campo da comunicação e dos *media*, em escolas profissionais independentes. Ao fazer isso tornou-se mais fácil estabelecer relações simbióticas com a comunidade profissional, uma relação que trouxe novos recursos, mas também se transformou em fonte de pressões" (2000: 212).

Indústria Investe em Programas Autónomos para Suprir "Falhas" da Academia

No estudo publicado em 2003, Romy Fröhlich e Christina Holtz-Bacha descrevem um quadro geral europeu de desconfiança entre empresas de *media* e academia, observável, também, nos países onde a tradição académica adquiriu maior lastro. Para as autoras, esse quadro parece aproximar-se de um desfecho favorável a uma das partes, aquela que, de facto, tem maior peso neste equilíbrio instável: a indústria. Fröhlich e Holtz-Bacha assinalam que na ânsia de formalizar o ensino do jornalismo, a indústria começou a oferecer, ela própria, planos de formação "que respeitam os princípios homogéneos" reclamados (2003: 317 e 318). Tom Dickson chegou a reear que essa "ameaça" da indústria, disponibilizando-se para formar os seus

¹⁵⁶ *apud* "Apresentação do curso de Jornalismo da Universidade Nova de Lisboa", I Encontro Nacional - O Ensino do Jornalismo em Portugal, Universidade do Minho, 17 e 18 de setembro de 2003.

¹⁵⁷ Atualmente (2013) o curso da UNL oferece quatro variantes: Jornalismo, cinema e televisão, comunicação cultura e artes e comunicação estratégica. Fonte www.fcsh.unl.pt.

próprios profissionais, pudesse "eclipsar" o debate sobre a utilidade das escolas de jornalismo (2000: 103).

Essa resposta da indústria, mesmo nos casos em que são estabelecidas pontes com a universidade, num esforço claro de legitimação dos planos de formação pela via académica, resulta do interesse em controlar, em pleno, a formação. Num sobrevoo detalhado do ensino do jornalismo na Europa e na América do Norte, o estudo de 2003 de Fröhlich e Holtz-Bacha, e o estudo posterior, de 2009, coordenado por Georgios Terzis, exclusivamente dedicado à Europa, incluindo o Estado euro-asiático da Turquia, assinalam diversos exemplos de formação promovida pelo mercado. Essa associação entre os *media* e a academia está, sobretudo, consolidada nos Estados Unidos da América (Gaunt, 1992 *apud* Weaver, 2003: 53), com uma relação assente em "laços fortes" (Weaver, 2003: 53) observável desde os primórdios da formação académica na área (Pulitzer, 1904, 2011); mas outros exemplos podem ser encontrados.

Em Espanha a "tendência para a crescente especialização profissional" está na base da criação de programas de mestrado e pós-graduação impulsionados pela indústria dos *media* (Barrera e Vaz, 2003: 37). No final dos anos 90, os *media* britânicos descobriram nestes cursos uma fonte geradora de receitas, criando lugares de estágio para profissionais recentemente contratados, mas abrindo a possibilidade de frequência a alunos externos, mediante o pagamento de uma verba elevada (3000-3700 libras por cursos profissionais de 15 semanas) (Esser, 2003: 224 e 225). O caso dinamarquês é especialmente ilustrativo da interdependência entre o ensino e a indústria:

"A força do curso da Escola de Jornalismo da Dinamarca reside no treino intensivo que oferece. Colocado o foco na formação profissional (...) os candidatos são bem recebidos pelos *media*" (Holm, 2003: 131).

A Escola de Jornalismo da Dinamarca foi criada em 1962 e os custos desta instituição privada são suportados - integralmente - pelos *media*. As bases do curso de jornalismo, iniciado em 1971, ainda hoje se mantêm (*idem, ibidem*: 123). Em França, os programas de formação existentes, incluindo os oferecidos pela universidade, carecem da credenciação da profissão; existem outros, públicos e privados que, por não terem alcançado esse reconhecimento, revelam maior dificuldade em impor-se num mercado altamente concorrencial (Charon, 2003: 145). Tal como em Espanha, os principais grupos de *media* franceses também optaram por desenvolver os seus próprios programas universitários, convencidos de que as propostas existentes "não preparam os estudantes para o jornalismo praticado nas suas publicações" (*idem, ibidem*: 146).

No estudo de 2009 a tendência para o envolvimento dos *media* na formação, criando cursos autónomos, surge mais diluída. No prefácio do estudo coordenado por Georgios Terzis, Hugh Stephensen justifica esse crescente desinvestimento dos grupos de comunicação social:

"Praticamente a totalidade dos grupos de *media*, incluindo aqueles que dependem de financiamento público, enfrentam problemas orçamentais que determinam a redução de custos. Este não é o ambiente propício para grandes investimentos em formação profissional de elevada qualidade" (pos. 111).

Em 2003, Frank Esser já nos referenciava a tendência dos *media* britânicos para "abolirem programas de formação internos" com o propósito claro de cortarem nos custos (225).

Esta situação identificada por Esser e a análise de Stephensen abrem o espectro da equação desta problemática. Numa etapa posterior avaliaremos a necessidade do reforço dos laços entre a indústria e a academia, discutindo soluções de colaboração que possam fortalecer os dois lados em nome de uma formação que, verdadeiramente, participe na reconstrução do jornalismo. Nesta fase, a discussão detalha o sentido único definido por Stephensen: num mercado oprimido, as propostas de formação académica por ele impulsionadas terão de enquadrar-se nesse contexto de fragilidade económica que enforma o mundo dos *media*. O caso português é, a este propósito, paradigmático. Sem tradição neste estabelecimento de parcerias entre a indústria e a academia, o Departamento de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL) inaugurou, no ano letivo de 2011-2012, a primeira envolvendo um grupo de *media* nacional, o grupo Impresa: uma pós graduação em reportagem multiplataforma¹⁵⁸.

O curso recorre à colaboração de um conjunto de jornalistas e quadros superiores do grupo de comunicação social, mas não integra nenhum docente de carreira da FCSH; os programas de formação foram, integralmente, definidos pelo grupo e enquadrados na sua linha editorial; a FCSH limita a participação à cedência das instalações e à nomeação de um coordenador científico, que promove o enquadramento académico das matérias lecionadas. A pós-graduação decorre em regime intensivo, no período de seis meses, e com estágio integrado nas diversas plataformas do grupo. A vertente profissional é a única valorizada mantendo-se, ou mesmo acentuando-se, apesar

¹⁵⁸ O autor, jornalista sénior do grupo *Impresa* (grande repórter da SIC TV) e assistente convidado da FCSH UNL, participou na definição do programa do curso e integra o painel de formadores. As informações aqui apresentadas refletem o conhecimento privilegiado que o autor tem do curso e do modelo de parceria definido.

da parceria, as barreiras clássicas que definem a relação entre indústria e academia. As propinas, suportadas pelos alunos, não determinam investimentos de nenhuma das partes envolvidas. O baixo encaixe financeiro não justificaria, todavia, o empenhamento do grupo, pelo que a possibilidade de esta pós-graduação se poder transformar, numa fase em que o mercado o permita, numa via de acesso aos meios de comunicação do *portfólio Impresa*, não estará posta de lado. Nesta fase, a parceria ainda não prevê a atribuição de estágios profissionais aos melhores alunos da pós-graduação.

O DESAFIO DA ACADEMIA: INVERTER A CRISE DE AUTONOMIA

Os sinais de que a indústria conquistou supremacia no binário economia/tecnologia serão fruto, igualmente, de uma certa demissão da academia, que vai emitindo sinais contraditórios. No essencial, a academia tem revelado alguma dificuldade em colocar o estatuto privilegiado, conquistado com a delegação, quase exclusiva, das competências de formação, ao serviço de modelos de ensino que ultrapassem a efemeridade das necessidades do mercado.

Na base daquilo que poderíamos classificar como uma crise de autonomia da academia está a questão orçamental. Se, como vimos, o sucesso dos cursos é medido pelo mercado e traduzido no número de empregos que criam, a academia, para sobreviver, optou por se aproximar, excessivamente, das necessidades do mercado e, os programas de estudo, como veremos de forma detalhada no capítulo sete, na análise que fizemos do caso português, ficaram reféns das exigências desse mercado. O problema mais complexo dos programas de formação será o de promover aproximações ao mercado e, ao mesmo tempo, questionar a sua lógica de funcionamento. É, todavia, a via que liberte a academia desta encruzilhada que deve ser explorada. Esse trajeto é iniciado agora e será retomado no capítulo oito, quando definirmos as bases de um modelo de formação.

O Desafio da Autonomia

Lana Rakow, professora da Escola de Comunicação do Estado norte-americano de Dakota do Norte, justifica de forma clara a crise de autonomia da academia: "Temos receio de ofender os nossos donos e empregadores dos nossos estudantes" (2000: 211).

Georgios Terzis, coordenador de uma coletânea sobre o ensino do jornalismo na Europa, está numa posição privilegiada para nos assinalar a forma como a academia não

soube reagir aos efeitos do mercado, deixando-se aprisionar por eles. A conclusão de Terzis recupera a opinião de Rakow:

"A comercialização, a concentração, a convergência e a globalização dos *media* afetaram a paisagem da formação académica em jornalismo (...) hoje, as instituições que, nos diversos países europeus, formam jornalistas, estão a produzir uma pletora de licenciados com legitimidade profissional limitada e uma obediência ordeira face aos empregadores, reverentes perante as forças da política e do mercado" (2009: pos. 196, 204).

O resultado, como observa Stylianos Papathanassopoulos, é uma formação académica minada pelos mesmos constrangimentos que caracterizam a indústria dos *media*:

"A homogeneização da formação académica em jornalismo na Europa pode ser encarada como parte de um horizonte mais vasto de *McDonaldização* da formação em jornalismo que, por sua vez, é parte da globalização do atual sistema de comunicação" (2009: pos. 4060).

Na base desta responsabilidade partilhada, entre uma indústria que quer dominar e uma academia incapaz de resistir aos efeitos nefastos dessa dominação, a contribuição da formação académica na reconstrução criativa do jornalismo é, necessariamente, limitada.

Essa tarefa exige, pela via da reflexão crítica, a antecipação dos efeitos negativos provocados pelas constantes crises de sustentabilidade que afetam o jornalismo e, sobretudo, impele a encontrar as soluções que libertem o jornalismo dos efeitos negativos provocados por essas crises de sustentabilidade. A academia, também ela refém de uma crise financeira, tem-se revelado incapaz de exercer a pesada tarefa de melhorar o jornalismo, formando profissionais para uma indústria agrilhoada pela economia.

O caminho terá de ser outro: promover uma maior aproximação do estudo e da formação à realidade, buscando, nesse contexto, soluções que ultrapassem as limitações do mercado. Esta leitura é explorada por diversos autores (Dickson, 2000; Zelizer, 2004; Godinho¹⁵⁹). Na base da dificuldade revelada pela academia em participar na criação de soluções para o jornalismo está, de novo, o fosso ideológico que a separa do mercado. No capítulo sete, na análise do caso português, veremos que os cursos da área fazem aproximações ao mercado, num esforço claro de satisfazerem aquelas que julgam ser as suas necessidades básicas, mas, entre os dois lados, não existem pontos de contacto. Os esforços da academia parecem, por isso, ser em vão. Simon Frith e Peter

¹⁵⁹ Entrevista que o jornalista e Professor da UNL nos concedeu em novembro de 2010. Ao longo do trabalho serão utilizados outros excertos desta entrevista.

Meech retratam bem a linha ideológica que separa empresas de universidades, mas também jornalistas de académicos:

"Se os jornalistas olham para os cursos de jornalismo e observam que os académicos, simplesmente, não compreendem a realidade do jornalismo, também os académicos consideram que os jornalistas se têm em elevada conta, sustentando a realidade em estereótipos" (2007: 144).

Barbie Zelizer partilha deste pensamento de Frith e Meech sobre a ideia que os jornalistas têm deles próprios (2004: 7), mas reconhece, igualmente, fragilidades na investigação académica, recorrendo sobre os seus efeitos no próprio jornalismo: "A ansiedade" do jornalismo "pode ser resultado das grandes limitações da investigação. Enquanto académicos, investidos da responsabilidade de estudarmos o jornalismo, poderemos ter perdido o foco" (*idem, ibidem*: 205). A maior aproximação entre os que investigam o jornalismo e o objeto que é investigado revela-se, por isso, o caminho a seguir (Godinho). Tom Dickson reconhece a dificuldade em percorrer um trilho marcado pelo equilíbrio entre a tradição académica e a tradição profissional, mas argumenta que só esse equilíbrio legitima o estudo do jornalismo: seguindo os mais elevados padrões académicos e, simultaneamente, estabelecendo laços diretos com os problemas do mundo real, que os alunos enfrentam quando chegam ao mercado (2000: 217).

Os Problemas Orçamentais

Esse caminho, todavia, parece distante. Paolo Mancini, referindo-se especificamente ao caso italiano, mas traduzindo uma realidade mais abrangente, encontra a explicação para a crise de autonomia da academia no interior da própria academia:

"A intervenção da universidade está limitada por problemas orçamentais e pela burocracia que lhe impõe restrições que a impedem de estabelecer relações com o mundo profissional" (2003: 103).

Romy Frölich e Christina Holtz-Bacha constatarem que o "corte severo nos orçamentos", que afetam as universidades em toda a Europa, está a ser "um obstáculo importante ao desenvolvimento e modernização do ensino do jornalismo" (2003: 317).

De facto, como reforça Nolan, a academia, antes de promover a batalha intelectual, que constitui a sua matriz de ação, vê-se forçada a encontrar financiamento que lhe permita sobreviver, num quadro cada vez mais complexo:

"A influência do neoliberalismo nas políticas de educação forçou a academia a contribuir para a produtividade, sujeitando-a ao cumprimento de determinados padrões de *performance*, elevou a competição a estatuto chave na concretização dos propósitos do mercado" (2008: 737).

Este mergulho no mercado perturbou a identidade académica, cercando-a. Tendo ficado refém deste guião, a universidade, como sustenta Manuel Pinto¹⁶⁰, viu-se impelida a "apostar em projetos que garantam verbas que lhe permitam funcionar": "é um problema quando os professores universitários têm de andar a correr atrás do dinheiro".

Stephen Reese sublinha a preocupação de Pinto, mas insiste na inevitabilidade de ir atrás do financiamento externo (1999: 71). A realidade descrita pelo professor norte-americano não tem, todavia, paralelo em Portugal. Um conjunto de fundações privadas, "cuja liderança iluminada tem tido um impacto relativamente benigno" no ensino do jornalismo, está a desviar o centro do financiamento para fora do campus (*idem, ibidem*: 77 e 78). Esse financiamento externo assumiu papel reforçado no momento em que a academia teve de integrar as alterações tecnológicas nos programas de formação (*idem, ibidem*: 71).

A formação académica em França aceitou o financiamento da indústria dos *media* e ficou refém dele (Charon, 2003: 156). Muitas empresas não hesitam em nomear jornalistas, dos seus quadros, professores das escolas que financiam (*idem, ibidem*: 152); algumas associações de empresários de *media* chegam a solicitar às escolas que desenvolvam programas à medida das suas próprias necessidades (*idem, ibidem*: 161). É convicção de muitos professores que estas parcerias estejam a centrar o foco do ensino exclusivamente no interesse comercial dos *media* (*idem, ibidem*: 162).

No contexto europeu, se excluirmos o caso dos países do leste, onde as marcas de um passado comunista - ensino politizado, sustentado por técnicas propagandísticas - tardam em diluir-se (Jakubowicz, 2009), o caso limite é o francês, onde a necessidade das escolas receberem licenças de funcionamento de entidades nomeadas pelo Estado, abre a porta à corrupção:

"Não há dúvida de que (as escolas) conseguirão o rótulo da CNPEJ (credenciação profissional). Têm dinheiro suficiente para apetrechar instalações, pagar a jornalistas famosos e encontrar estágios nas empresas mais importantes. Muitas dessas escolas, as

¹⁶⁰ Entrevista que o Professor da Universidade do Minho nos concedeu para elaboração desta dissertação em 26 de abril de 2012. Ao longo do trabalho serão citados outros excertos desta entrevista.

piores, colocam nos anúncios a expressão *ensino reconhecido* para atraírem estudantes e pais ingênuos " (Le Bohec, 2009: pos. 4571-4573).

A pressão financeira e o desafio da sobrevivência afetarão menos as universidades de elite, que apresentam melhores argumentos para resistirem à indústria (Nolan, 2008: 739), podendo apostar em programas integrados, onde a valência técnica não tenha de ser valorizada (Reese, 1999: 74).

Academia e Indústria: Pontes de Contacto

David Nolan antevê como única solução possível, para se ultrapassar o choque material que limita a autonomia da academia, o "estabelecimento de alianças" com o mercado:

"O mérito deste argumento reside, não apenas, no seu pragmatismo e no reconhecimento do potencial que diferentes formas de experiência e especialização possam ter no ensino do jornalismo, mas, sobretudo, no facto do currículo académico estar sujeito a influências intelectuais, mas também materiais. Esta sugestão (...) não deverá restringir a universidade ao cumprimento do papel de mera fornecedora de serviços ao governo, à indústria ou aos estudantes, os clientes" (2008: 739).

A proposta de Nolan pressupõe ganhos para ambos os lados, academia e mercado. Essa relação, sem registo de subserviência de nenhuma das partes, é observada nas melhores escolas italianas, uma via que, aliás, iremos defender no nosso modelo:

"Convidam os melhores repórteres para o corpo docente, consentindo que os académicos sejam influenciados pelo jornalismo, ao mesmo tempo que colocam a formação ao serviço do mercado, antecipando o ensino das competências técnicas exigidas pela indústria" (Agostini, 2009: 5089 e 5090).

Na base da criação desses laços está a consolidação de um entrecruzamento essencial na reconfiguração do ensino do jornalismo e, como consequência, do jornalismo: a interação teoria-prática nos planos de formação. A discussão do entrelaçamento entre uma dimensão prática e uma dimensão teórica nos planos de formação é transversal à formação e da sua aplicação depende o futuro do ensino do jornalismo (Dickson, 2000: 173).

Frölich e Holtz-Bacha acreditam no futuro da formação académica na área, assumindo que a sua plena imposição dependerá, cada vez mais, da qualidade dos programas do que das pressões voláteis da indústria (2003: 201). Por isso, a qualidade constrói-se e, em nosso entender, depende da forma como conseguirmos demonstrar que

a dicotomia teoria/prática, de facto, é "uma falsa dicotomia". A "natureza híbrida e interdisciplinar"(Reese, 1999: 71) do jornalismo apela ao esbatimento de fronteiras, na ótica enunciada por Denis Ruellan no capítulo um, onde a essência do jornalismo se corporifica na rede de interações que estabelece com saberes e atividades vizinhas. Esta evidência torna ainda mais artificiais as divisões entre teoria e prática. Não sendo mero relector de informação, o jornalista não exerce uma atividade exclusivamente técnica (de Burgh, 2003: 110).

Skinner *et al*¹⁶¹ consideram que a via para promover esse entrecruzamento entre teoria e prática nos planos curriculares deve ser buscada na teoria da comunicação, o eixo condutor do trabalho do futuro jornalista: ajuda-o a perceber "o porquê" do seu trabalho, enquadrando "o como" (dimensão prática) (2001: 343). O desafio de colocar uma unidade curricular, cujo intitulado integra a expressão "teoria" e não reflete uma aproximação direta ao jornalismo, ao serviço do esvaziamento de fronteiras entre teoria e prática antecipa uma conclusão a que chegaremos no capítulo sete, expressa, aliás, pelos autores: a teoria da comunicação fornece aos estudantes as ferramentas concetuais que lhes permitem estabelecer interações entre a prática e os elementos mais abstratos do plano de estudos (*idem, ibidem*). O estudante de jornalismo deve perceber que o jornalista não é mero estenógrafo do real, produz significado pela forma como articula, regista e relata informações e, esse quadro complexo, requer uma interação permanente com as lentes da teoria (*idem, ibidem*: 341).

Eduardo Meditsch descreve as consequências de uma teoria isolada e rígida. Como constata o autor, a formação académica brasileira permanece muito centrada na teoria e a cultivar um desprezo pela prática que constrange, desde logo, estudantes, que se tornam "comunicadores sem mercado de trabalho e sem prática", mas, igualmente, professores-jornalistas, forçados, pela academia, a negarem a prática se quiserem avançar na carreira académica (1999: 5). Esta opção produz uma "prática burra" ao mesmo tempo que a teoria, deslaçada da realidade, se "reproduz indefinidamente sem rumo" (*idem, ibidem*). No outro extremo, o ensino profissional enfatiza as competências técnicas, deixando os alunos reféns da incapacidade de pensar.

Os dois extremos aqui identificados alimentam o fosso entre as duas dimensões. No limite, uma *prática burra* é resultado de uma *teoria burra* e uma *teoria burra* é

¹⁶¹ Esta posição de Skinner *et al* não é alheia à discussão, que já aqui tivemos, relativa ao posicionamento do jornalismo na academia. Os autores, como Reese e Zelizer, mas ao contrário de James Carey, entendem que "a morada natural" do jornalismo na academia é a comunicação.

incapaz de iluminar a prática ou de se deixar iluminar por ela, mas, como veremos no capítulo sete, é igualmente incapaz de cativar os alunos.

O debate à volta da dicotomia teoria/prática, no ensino do jornalismo, tem raiz no fosso que separa a indústria da academia, que resulta das marcas identitárias de cada uma das entidades. Vista do lado da academia, a dicotomia tem sido deliberadamente alimentada pela indústria (Reese, 1999), mas, se observada com um olhar crítico mais distanciado, a paixão da academia pela teorização poderá ser um projeto para ocupar académicos que, de outra forma, ficariam desempregados (Bromley, 2000, *apud* Bromley *et al*, 2001: 252; Sousa, 2004: 6), mesmo demonstrando, muitas vezes, "falta de interesse" e "arrogância" relativamente à prática jornalística e aos *media* em geral (Nobre-Correia, 2007, *apud* Marinho, 2011: 364).

Rompermos o colete de forças, a que esse debate espúrio nos conduz, e gastarmos tempo naquela que deveria ser a missão de base da academia - pensarmos a melhor forma de ensinar os novos jornalistas (Kunkel, s.d.:4) - eis o caminho que, de vez, teremos de assumir.

No capítulo oito apresentaremos um conjunto de propostas que pretendem esbater as fronteiras entre teoria e prática nos planos de estudo, tentando ir ao encontro do primado enunciado por Kunkel.

O Debate de Columbia

O debate, lançado em 2002, por Lee Bollinger tentou seguir esse roteiro, elegendo eixo primordial o esvaziamento da querela teoria/prática. Bollinger deixou a escolha do novo reitor da *Columbia Journalism School* (CJS), uma das mais prestigiadas escolas de jornalismo do mundo, suspensa numa observação que gerou um debate à escala global: o ensino do jornalismo não pode ser meramente técnico.

O processo e o debate sobre o futuro do ensino do jornalismo em Columbia terminaram oficialmente em abril de 2003, com a escolha do novo reitor da CJS, Nicholas Lemmann, um jornalista profissional com experiência académica. O processo de escolha decorreu entre outubro de 2002 e março de 2003. Bollinger nomeara um grupo de trabalho (*task force*), a que ele próprio presidiu. No relato em que justificou a escolha do novo reitor, e o processo que a antecedeu, o presidente de Columbia explicou que uma "grande escola de jornalismo, integrada numa grande universidade deve posicionar-se a uma certa distância da profissão (...) as escolas de jornalismo devem conservar uma perspetiva independente da profissão" (Bollinger: 2003).

O eco global do debate, provavelmente a suscitar a reflexão mais importante dos últimos 50 anos (Rosen, 2002: 1), deve-se à pertinência do tema, mas, igualmente, ao peso da escola, que, desde logo, suscitou o envolvimento dos principais jornais norte-americanos, cujo relato da discussão gerada, envolvendo jornalistas e académicos, conquistou, assim, projeção. Os defensores do ensino vocacional cerraram fileiras contra Bollinger, afirmando que o propósito de intelectualizar o ensino do jornalismo haveria de contar com a resistência dos estudantes (Traub, 2002), criticando o eco desmesurado da iniciativa (Serrin, 2002), contestando a composição da comissão de peritos que o presidente nomeou, por ser constituída, maioritariamente, por académicos ("mestres no domínio") (Campbell, 2002), por não incluir representantes dos novos *media* (Katz, 2002). Os argumentos de Bollinger foram, igualmente, valorizados e ampliados, pelo envolvimento de diversos académicos (Adam, 2002; Glasser, 2002; Mencher, 2002; Overholser, 2002; Rosen, 2002; Stephens, 2002).

Stephen Reese antecipara a necessidade desse debate em 1999, quando recuperou as críticas que alguns académicos iam fazendo ao rumo que a escola de jornalismo de Columbia parecia querer seguir: "Columbia arrisca-se a ser a escola da oportunidade perdida, com escassa influência na profissão e nenhuma na universidade" (Footlick, 1988, *apud* Reese, 1999: 88).

A escolha de um novo reitor transformou-se no primeiro resultado concreto desta segunda vida que Lee Bollinger proporcionou à escola concebida por Joseph Pulitzer. Um século depois da fundação, a CJS alterou, igualmente, o padrão de ensino: o programa de formação tornou-se mais longo, menos técnico, mais reflexivo, reforçando a componente multidisciplinar e aprofundando a especialização - diversificando a oferta ao nível dos mestrados (Marinho, 2011: 220).

A escola de jornalismo de Columbia é uma escola profissional, mas essa especificidade não demoveu o presidente da universidade que a acolhe de afirmar a necessidade de aprofundar o entrelaçamento entre as componentes prática e teórica.

Observamos esse mesmo preceito na Declaração de Princípios da Formação em Jornalismo (Singapura, 2007), nos pontos um e quatro:

"No âmago da formação em jornalismo subsiste um equilíbrio entre conteúdos concetuais, filosóficos e competências".

"Um plano curricular em jornalismo inclui uma variedade de disciplinas técnicas, mas também o estudo da ética jornalística, da história, do sistema dos *media* nacional e internacional, a análise crítica do quotidiano jornalístico e do conteúdo, papel social, político e cultural dos *media*".

A matriz que edifica a Declaração de Princípios de Singapura responde, como Columbia, às exigências de um modelo de ensino profissional, mas salvaguarda essa interação teoria prática, inclusive nas pontes que estabelece entre a formação e as empresas de *media*. Admitindo que o corpo docente destas escolas deve incluir acadêmicos e práticos, reforça, todavia, a necessidade de os representantes desse corpo docente terem experiência jornalística prévia (ponto 3). Os laços dos professores com a indústria são, aliás, valorizados (ponto 8), mas dessa ponte deve constar a "reflexão crítica das práticas da indústria", bem como o aconselhamento sobre a introdução de novas práticas, fruto dessa reflexão.

A proposta de currículo ideal, apresentada por Stuart Adams, tentando, aliás, recuperar o espírito de Joseph Pulitzer, parte, igualmente, dessa interação entre a teoria e a prática, mas não sujeita o jornalismo a nenhuma espécie de colonização por qualquer campo vizinho. Na ótica de Adam, o jornalismo deve moldar o currículo e todas as disciplinas que participarem no plano de estudos devem estabelecer pontes diretas com o jornalismo.

"As disciplinas de formação geral (artes visuais, história, música, filosofia) pelo conhecimento que transmitem, pela expressão que promovem, integram os métodos que utilizamos para formarmos a consciência das coisas e para fazermos as coisas e, entre essas coisas que fazemos, devemos incluir os objetos jornalísticos (...) Existe, por isso, uma ligação forte entre as discretas disciplinas acadêmicas e a prática jornalística profissional" (2001: 335).

A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS JORNALISTAS

A ideia de que a formação acadêmica deve ser um escudo que ajude o jornalista a proteger-se dos efeitos do mercado está diretamente relacionada com a profissionalização. A associação será destacada ao longo das próximas páginas, mas, a forma como Lee Bollinger a balizou representa a síntese clara dos propósitos que essa associação deve alcançar:

"Um dos melhores caminhos para que o jornalismo enfrente a influência, cada vez mais dominante, do mercado e de outros interesses é abraçar um forte sentido de profissionalização, transmissor de fortes padrões e valores que forneçam aos seus membros uma resistência à ação de efeitos negativos que minam a responsabilidade social dos jornalistas" (2003).

Na base da formação acadêmica desponta, exatamente, a ideia de processo de aquisição de um conjunto de saberes e competências, que define a identidade do jornalista, distinguindo-o dos restantes profissionais.

O Impacto das Redes de Socialização dos Jornalistas e as Resistências à Profissionalização

A questão essencial, porém, está a montante desse percurso. Em Portugal, e um pouco por todo o mundo ocidental, os jornalistas têm dado sinais claros de que a integração da formação académica específica no processo de profissionalização não deve ser equacionada.

Barbie Zelizer é especialmente assertiva na forma como classifica a ideia que a classe tem dela própria:

"Muitos consideram-se independentes puros, permanentemente à caça da grande história, mesmo quando a maior parte do tempo é passada em atividades quotidianas, a aguardar o fim de uma qualquer reunião, conferindo citações, citando comunicados de imprensa, ou seguindo o *lead* de outros" (2004:7).

Ou, como refere Dahlgren, o fosso entre "a realidade jornalística e a apresentação oficial que o jornalismo faz dele próprio" é crescente (1990, *apud idem, ibidem*). Stephen Reese e Jacinto Godinho explicam a dimensão desse fosso pela incapacidade que os jornalistas revelam em aceitar criticar a prática quotidiana. Incapazes desse distanciamento (Godinho), os jornalistas não cultivam a autonomia intelectual (Reese, 1999: 86) que lhes permitiria pensar a prática, melhorando-a. Rejeitam, igualmente, que outros, exteriores à comunidade, procedam a esse questionamento e recusam sujeitar-se a regras de ação rígidas que poderiam legitimar a prática: a classe revela uma "tendência" para "evitar os livros de jornalismo, as escolas e os programas de jornalismo, assim como os códigos de conduta jornalística" (Zelizer, 1993, 2000:37). Esta clássica resistência da comunidade jornalística à formação académica, será uma marca persistente a moldar a identidade da classe; mesmo estando hoje mais atenuada, mercê da crescente visibilidade das novas gerações de licenciados na área que começaram a chegar em massa às redações, um pouco por todo o mundo, a partir de final dos anos 80 do século passado.

João Carlos Correia sustenta que os jornalistas têm exorcizado a "sempre eminente crise de legitimidade", que o défice de ensino formal faz sobressair, apostando na "forte socialização", resultando, desse quadro de rotinas que molda a classe, a interiorização de "um conjunto de regras técnicas e de normas éticas" (1998a: 7 e 8).

Ainda que nos casos específicos de Portugal, Espanha, Inglaterra e Estados Unidos da América o acesso à redação esteja, cada vez mais, dependente da conclusão

de uma licenciatura na área, a vasta oferta permite às empresas integrarem no processo de seleção fatores associados à socialização do neófito na redação. Stephen Reese considera mesmo que essa "experiência de socialização" acaba por ser determinante no momento da escolha, que fica, assim, condicionada ao grau de sucesso obtido nessa etapa já em ambiente profissional. E essa avaliação depende dos critérios da entidade patronal (1999: 76). Frölich e Holtz-Bacha destacam, a este propósito, o caso Alemão, onde a lealdade à empresa assume papel determinante para quem contrata:

"Talvez os empresários suspeitem que os jornalistas formados na academia não sejam leais à organização que os contrata. Na universidade, os jornalistas aprendem a pensar criticamente (...) e isso pode não ser uma qualidade para quem contrata. Em suma, os empregadores não substituem a universidade pelo processo de socialização" (2003: 201).

O caso alemão, onde o número de licenciados na área é o mais baixo da Europa, não poderá ser generalizado, mas os empregadores não estarão ainda muito disponíveis para prescindir da aferição que a socialização lhes garante. De alguma forma já encetámos esse caminho quando debatemos a valorização que os empresários de *media* fazem das competências técnicas, em detrimento do conhecimento, na hora de contratar. Justifica-se, por isso, o alerta de Hugo de Burgh. O autor considera que a socialização não pode substituir a formação académica, antes a anula, ou pelo menos, anula os seus efeitos:

"Uma das principais tarefas da universidade é libertar os estudantes dos constrangimentos provocados por estas socializações, que limitam o seu passado e o seu presente" (2003: 109).

José Luís Garcia considera que a insistência dos jornalistas em considerar o jornalismo uma profissão aberta "a diversas formações escolares e não escolares" é acarinhada e valorizada nesses "meios de socialização dos jornalistas" (2009: 85). A perspectiva é interessante e coloca-nos diante de uma contradição de base: a insistência em manter o acesso aberto é exigida no espaço fechado e corporativo de uma classe, que reclama abertura apenas até à entrada; cruzado o acesso, as regras são impostas pelas redes de socialização e incorporadas sem discussão, a tal *aprendizagem por osmose*, de que nos falava Warren Breed, ou por "osmose e facto consumado" (Goldstein, 1985, *apud Zelizer*, 2000: 37).

Claude Sales considera essa socialização um ato forçado, que deixa o neófito sem escolha: "Se chegar à redação a ferver de ideias, irão pedir-lhe que se acalme. As redações são assim mesmo (...) não gostam da diferença" (1998: 25).

Nada disto, porém, altera o quadro geral que temos definido: a chegada ao mercado ocorre, de forma crescente, pela via académica, com a obtenção de diplomas na área.

A questão, necessariamente, tem de ser colocada noutros moldes. O processo de socialização por osmose, que dispensa a formação académica de base, satisfaz a classe, mas será que contribui para que o jornalismo cumpra a missão social que lhe está destinada? À partida, uma classe que quer regular o acesso, ignorando a crescente intermediação das entidades exteriores que o promovem, não correrá o risco de ficar fechada sobre si própria, impossibilitada de promover a autocrítica construtiva que a deveria estruturar? E não ficará essa classe, assim condicionada, mais permeável à influência dos fatores negativos que afetam o jornalismo? Se a profissão assentasse em normas de conduta universais, cujo cumprimento pudesse ser socialmente fiscalizado e monitorizado; se o acesso fosse determinado pela aquisição de um corpo comum de conhecimentos, cuja aferição pudesse assentar em bases sólidas, não seria reforçada a própria base de legitimação dessa profissão?

Profissionalização e Formação Académica: um Percurso pela História

Em Portugal, o ensino do jornalismo e da comunicação precisou da revolução de 1974 para chegar à Universidade, mas, quando o regime já se esgotava, no início da década de 70, o Sindicato dos Jornalistas dinamizou uma proposta que, no essencial, estabelecia a ponte entre o "ensino sistemático" - a formalização da aquisição de um saber e competência mínimos - e a criação das bases da profissionalização da classe. Dessa interação resultaria o reforço da qualidade da prática jornalística quotidiana, questionando-a (Sindicato dos Jornalistas, 1970, *apud* Sobreira, 2004: 31, 34).

Os anos 70 do século passado representam uma viragem significativa no olhar que a classe passou a atribuir à formação académica. O regime, de facto, aprisionara o jornalismo, deixara o acesso na dependência direta de critérios subjetivos ("proteção, simpatia, amizades" (Gazeta Literária, 1962, *apud idem, ibidem*: 24), que transformaram a redação numa "porta escancarada à entrada de falhados" (Rodrigues, 1957, *apud idem, ibidem*: 25). O plano de estudos do início dos anos 70 é um esforço sério, que haveria de revelar-se inglório, de depuração.

O processo de profissionalização dos jornalistas em Portugal permanecerá incompleto até que a ponte entre o acesso e a aplicação de um modelo de formação

académica, que resulte da discussão séria e aberta entre todos os intervenientes, possa avançar.

No caso específico de Portugal, coincidente, aliás, com a matriz que molda a Europa do Sul, a esta profissionalização amputada e tardia não será alheio o próprio enquadramento político e social. Ténues sinais de uma sociedade civil atuante, ao contrário da realidade dos países do Norte da Europa, fortes redes clientelares, forte projeção dos interesses políticos, proteção de interesses particulares em prejuízo do interesse geral são marcas identitárias que fomentaram a difícil imposição da profissionalização dos jornalistas (Papathanassopoulos, 2009: 3969, 3972, 3975).

No início do século XX, as primeiras escolas de jornalismo, que surgiram nos Estados Unidos da América, em França e na Alemanha são bem o sinal dos esforços que começaram a ser feitos em nome da profissionalização do jornalismo. Como assinalam Weaver *et al.* (2007), "as maiores pressões para que o jornalismo se profissionalizasse vieram dos Estados Unidos, o país com o maior número de escolas de jornalismo independentes, mas integradas na academia" (*apud* Josephi, 2009: 48). A este propósito, Barnhurst e Nerone identificam as primeiras grandes marcas que, no mundo ocidental, começaram a definir os contornos da profissionalização do jornalismo:

"No início do século XX, o jornalismo no ocidente estava pronto para arrancar o seu projeto de profissionalização. O processo adquiriu uma expressão alargada: a fundação dos sindicatos da classe, dos clubes e associações de imprensa, das escolas de jornalismo, a redação dos códigos de ética, e, em muitos países, o estabelecimento de critérios oficiais de acesso à profissão" (2009: 21).

De facto, as escolas de jornalismo impõem-se como um elemento, entre vários, na consolidação do processo de profissionalização do jornalismo, contudo, a importância que conquistaram ao nível do acesso conferiu-lhes um grau de responsabilidade superior ao das restantes entidades que participam nesse processo.

Quando a formação académica na área é, por decisão da classe, retirada do processo de profissionalização dos jornalistas, o jornalismo transforma-se numa profissão incompleta. Da nossa parte, não vemos vantagens para que assim seja, sobretudo se pensarmos nas barreiras, cada vez mais dificilmente transponíveis, que se interpõem entre o jornalismo e a descodificação do mundo, que vão tornando mais exigente, complexa e global a missão do jornalista. O que deveríamos reclamar, nesta

fase, seria a reconstrução do processo de profissionalização iniciado há um século, nos moldes definidos por Barnhurst e Nerone, e não o contrário.

Vencer o Desafio da Profissionalização pela Via da Formação Académica

Ora na base de qualquer processo de profissionalização está a aquisição de um conjunto de saberes, práticas, métodos transmitidos de forma sistemática através de uma aprendizagem formal. Como assinalam Sobreira (2004), Cascais (2008), Garcia (2009) e Josephi (2009), profissionalização e formação académica não devem ser encaradas separadamente.

Rosa Sobreira constata que o "desenvolvimento de uma cultura profissional", resultado de um processo de profissionalização, "passa pela existência de um corpo teórico sistematizado, ministrado a nível académico" (2004: 32); Fernando Cascais acompanha esse raciocínio, argumentando que uma profissão só conquista o grau pleno de institucionalização pela via da formação (2008: 57). Garcia e Josephi recorrem ao exemplo das profissões clássicas, medicina, direito, arquitetura, engenharia e concluem que a exigência de uma formação universitária específica, ou a aquisição de um corpo sistematizado de conhecimentos, está na base do fechamento social dessas profissões; admitindo, ambos, que o jornalismo carece desse enquadramento (Garcia, 2009: 85; Josephi, 2009: 48); por isso o reclamam, e justificam a sua necessidade:

"A profissionalização, ou o ensino formal, age como um escudo para o jornalismo, contra as pressões comerciais e as instrumentalizações da política" (Josephi, 2009: 48). "É forçoso reconhecer que as competências e as responsabilidades requeridas pela missão do jornalismo exigem as mais elevadas qualificações intelectuais e universitárias" (Garcia, 2009: 85).

Barbie Zelizer demonstra-nos que este processo de profissionalização dos jornalistas amputado, não é responsabilidade exclusiva da classe e das empresas de *media*. A forma como a academia "se apoderou" da profissionalização dos jornalistas, impondo ao mercado e aos jornalistas padrões que dificilmente seriam cumpridos, feriu o processo, sobretudo na sua fase de arranque:

"A Academia exacerbou uma situação já de si complicada. Não apenas porque exortou os jornalistas a serem profissionais, mesmo quando não queriam sê-lo, mas também porque reforçou os critérios de admissão à profissão, recusando a tarimba. O resultado foi um recrudescimento das posições em defesa de um acesso livre, assente na argumentação de que, numa democracia, todos podem ser jornalistas" (2004: 7).

O processo de profissionalização, impulsionado, desta forma, pela academia, promoveu o choque com a indústria, aumentando a dimensão do fosso; impôs a existência "de regras de acesso e de exclusão" que geraram uma "oposição coletiva" na comunidade jornalística. A "antiprofissionalização" foi o refúgio escolhido pela classe para resistir à pressão académica (*idem, ibidem*: 34).

O papel da academia na profissionalização deverá, pois, desenhar uma outra bisettriz. Ao invés de alimentar a lógica corporativa da classe, terá de vencer o desafio da competência, resistindo ao mercado mas, ao mesmo tempo, integrando-o na missão de formar jornalistas que participem na reconstrução do jornalismo.

A identificação do papel da academia na profissionalização dos jornalistas tem mobilizado um conjunto diverso de autores. Carey (1978), Reese (1999), Whitney e Wartella (2000), Rakow (2000), Esser (2003), Frölich e Holtz-Bacha (2003 e 2009), Holm (2003), Nolan (2008), Jakubowicz (2009) e Rebelo (2011), entre outros, descrevem-nos a profissionalização enquanto "escudo protetor" contra as influências do mercado na ação jornalística quotidiana.

David Nolan sistematiza as variáveis associadas à profissionalização, enaltecendo o papel que esta desempenha na salvaguarda dos valores da profissão e na construção da identidade jornalística:

"Um conjunto de competências e conhecimentos que constituem a marca do profissional e que, simultaneamente, lhe confere as bases que lhe permitem reclamar legitimidade; o conhecimento e o compromisso com um conjunto de normas e padrões profissionais; a exigência de servir o público e, finalmente, a aquisição de competências e técnicas específicas que distinguem os profissionais dos não profissionais" (2008: 740).

Nolan conclui que este processo, mesmo envolvendo diversas entidades, requer, para se tornar efetivo, um envolvimento específico e essencial da universidade. A formação académica deve, assim, agir como "um aferidor" dos efeitos negativos "da comercialização crescente e da desregulação dos *media*" (*idem, ibidem*: 746 e 747).

Jacinto Godinho defende a criação de um "manual" de boas práticas jornalísticas, onde a formação académica, iluminada pela ética, coloque o foco na monitorização do mercado:

"O desafio da formação académica passa por ensinar os estudantes a não cometerem excessos; devem ser preparados para assumirem a responsabilidade de não seguirem as regras do mercado. O desafio é, exatamente, esse: ensinar os alunos a quebrarem as imposições do mercado".

Jacques Le Bohec reforça as preocupações de Godinho com a identificação do caso francês, onde, segundo o autor, o escudo da ética está desativado:

"O cumprimento das regras éticas não integra o conjunto de critérios da Comissão que atribui as carteiras profissionais (...) poucas escolas lhe atribuem grande importância" (2009: pos. 4483).

Conscientes do exigente papel do jornalista na formação da opinião pública e dos riscos associados a essa função, os autores do estudo sobre o perfil do jornalista português consideram que uma "sólida formação, legitimada pela Universidade, funciona (...), em simultâneo, como garante de rigor mínimo e como escudo face a eventuais controvérsias" (Rebelo, 2011: 82). Em 2003, Romy Frölich e Christina Holtz-Bacha reclamavam "uma formação académica em jornalismo independente dos *media* e dos interesses do mercado", que "salvaguardasse a diversidade do conteúdo" em nome da defesa da democracia e da cidadania (2003: 200). Ideia que retomam em 2009 (pos.2329). Lana Rakow considera, igualmente, que o maior desafio da formação académica reside na criação de modelos de comunicação que protejam a democracia: "a responsabilidade dos jornalistas é servir o público e não os interesses do mercado" (2000: 210).

Frank Esser faz uma análise detalhada à deriva dos *media* britânicos e do jornalismo por eles praticado, enfatizando o "desfoque da ética" para concluir que no trilha dessa deriva esteve a ausência prolongada de formação académica. Esser conclui, por isso, que, na ultrapassagem desses efeitos, "adquire relevância a educação formal na área" (2003: 217 e 218). Antecipando estes sinais, James Carey reivindicava para o jornalismo, em 1978, uma formação abrangente ("traditional liberal education") "que resistisse" às "invasões do mercado e da indústria" (*apud* Whitney e Wartella, 2000: 52). Os receios de Carey confirmaram-se: "o jornalismo tornou-se mais comercial, e a universidade americana seguiu o mesmo caminho" (*idem, ibidem*).

Stephen Reese propõe que se descubra a solução para o jornalismo no interior da academia. De novo se sobrepõe a necessidade de se estabelecerem pontes entre os dois polos: academia e indústria:

"Quando o prestígio e a credibilidade dos *media* entram em declínio, a academia é o lugar onde a influência pode ser exercida em nome da recuperação do respeito. Assim, a indústria encontra-se no estranho papel de precisar de ser criticada" (1999: 77).

Reese entende que a academia pode ser "parceira" do jornalismo, mas alerta para o risco de se tornar "mero cliente" do mundo corporativo das profissões":

"O valor da academia reside na possibilidade de, através de um olhar analítico distanciado, que constitui a sua matriz, contribuir para evitar os reflexos dos interesses paroquiais" (*idem, ibidem*: 90).

O Desafio da Inovação e da Competência

As vantagens de integrar a formação académica específica no processo de profissionalização dos jornalistas eleva a academia a parceiro privilegiado do mercado nesse processo. Essa parceria não subentende que aquela se torne refém deste, antes prevê a assunção de que as duas entidades, preservando as suas especificidades e a sua autonomia, devem trabalhar juntas na concretização do mesmo desiderato: servir o jornalismo e, conseqüentemente, o público.

Como assinalam Carlos Barrera e Aires Vaz, a Universidade "não pode ser, não deve ser, um jornal, uma rádio ou uma televisão, mas um centro intelectual e científico" onde se treinam e testam soluções (2003: 45), por isso, a universidade "deve preparar os estudantes para serem jornalistas inovadores, coisa que os *media* não conseguem" (Lönnroth, 1997). Para "os jovens jornalistas, que estão prestes a embarcar numa carreira que, muitas vezes, é intelectualmente estreita", a universidade é "uma oportunidade": "é o lugar de encontro das diferenças" (De Burgh, 2003: 98).

Stephens (2000), Jacinto Godinho, Carla Baptista¹⁶² e Sandra Marinho (2011) discorrem sobre a identidade desse lugar de diferença onde os alunos devem ser estimulados a testar abordagens alternativas àquelas que integram as rotinas profissionais. Michael Stephens clama por "um transplante de coração" do ensino do jornalismo, exigindo "uma abordagem mais avançada e mais aventureira", disposta a "aceitar o risco" (2000: 2 e 3). Jacinto Godinho reage a esse estímulo de Stephens para concluir que um aluno que consegue criar a diferença poderá surpreender o mercado e o público:

"Não devemos ficar satisfeitos quando o aluno sai da Faculdade a achar que consegue fazer igual aos jornalistas encartados. Devemos estimulá-lo a competir pela diferença. O mercado não pode ser o *bode expiatório*. Se o aluno tiver qualidade, o mercado reconhecerá isso".

Carla Baptista caracteriza, por isso, a Universidade como o "espaço da utopia" onde é possível imaginarmos "um outro jornalismo, ou o que deveria ser, numa situação ideal". Como assinala Sandra Marinho, a Universidade "é o lugar onde há o tempo que

¹⁶² Entrevista que a Professora da UNL nos concedeu a 10 de fevereiro de 2011. Ao longo do trabalho serão utilizados outros excertos desta entrevista.

falta nas redações para um olhar crítico", "o espaço de experimentação, inovação e erro, disponível para responder às perguntas da profissão" (2011: 466).

David Nolan atribui, igualmente, à Universidade a missão de cultivar nos estudantes "hábitos de reflexão crítica". Para tal, cabe-lhe manter "uma certa independência crítica face à sociedade". O papel que lhe está destinado ultrapassa o da formação numa área específica, é muito mais ambicioso: forma cidadãos a quem não se limita a transmitir "conhecimentos e competências"; participa, "ativamente", "na formação da sua identidade" (2008: 744-743).

Karol Jakubowicz sustenta que "a identidade profissional", adquirida "pelo treino formal e pela reflexão académica", tem reflexos profundos na qualidade do jornalismo produzido (2009: pos. 6420).

A conclusão de James Ledbetter, que David Weaver subscreve, mobiliza a comunidade académica na transmissão da verdadeira missão da universidade:

"O verdadeiro desafio dos professores de jornalismo é o de convencerem os administradores das universidades, os políticos e, talvez o mais importante, convencerem o público, de que aquilo que se passa nos cursos de jornalismo é importante, mesmo essencial, para o funcionamento democrático do sistema de *media*" (1997, *apud* Weaver, 2003: 61).

Consciente da importância da missão da universidade, Eduardo Meditsch entende que ela só será superada se abraçar "o desafio da competência":

"A imensa responsabilidade que a universidade chama para si, ao assumir a tarefa de formar técnica, académica e profissionalmente os futuros profissionais do jornalismo (...) implica um compromisso com a sociedade como um todo, que sofrerá as consequências do desempenho profissional destes jovens (...) Ao assumir a formação dos jornalistas, a universidade assume também a corresponsabilidade pela qualidade do jornalismo existente" (2004: 25).

A Frágil Identidade da Profissão Promove uma Frágil Identidade da Formação

Ao longo desta investigação temos analisado a forma como o mercado influencia a qualidade do jornalismo e da formação académica. Peguemos agora nesse molde transversal e associemos-lhe a identidade difusa do jornalismo, expressa na resistência dos jornalistas a que o *ofício de fronteira* que exercem seja considerado uma profissão, amputado que está dos quesitos que estruturam uma profissão. Se confrontarmos essa nova associação com a estruturação de um plano curricular em jornalismo, ou mesmo com a sua simples nomeação, encontraremos novo ângulo de problematização. Uma

quase profissão revela fronteiras esbatidas com áreas vizinhas, o que torna mais complexo o posicionamento dos cursos na academia. A opção, muitas vezes assumida, é, como salientámos, a integração do jornalismo nos departamentos do estudo dos *media* ou da comunicação. Esse alojamento, que, num primeiro olhar, seria óbvio, por ser essa a *morada natural* (a raiz) do jornalismo, alimenta o debate, constituindo mais um foco dicotómico que parece, uma vez mais, conduzir a lado nenhum. O desfoque gerado é ampliado pelo mercado e a discussão deixa de ser sobre a comunicação, enquanto *morada natural* do jornalismo, (Reese, 1999; Skinner *et al*, 2001; Zelizer, 2011, *apud* Marinho, 2011) e salta para o risco de contaminação do jornalismo pelo campo da comunicação (Carey, 2000a¹⁶³, Medsker, 2000). Neste contexto, na academia, a associação dos cursos de jornalismo à publicidade, às relações públicas, à assessoria, à propaganda promove essa troca extremada de argumentos. Anthony Delano realça, exatamente, a *contra natura* que essas alianças despertam: essas disciplinas são "a antítese" do jornalismo e muitos gostariam de "as ver desaparecer" para os departamentos de gestão ou economia (2008: 72, 73).

Em Portugal, a classificação de muitos desses cursos reflete, aliás, essa aliança: jornalismo/comunicação; jornalismo/assessoria e *multimedia*; ciências da comunicação (com vertente de jornalismo) e *marketing*; ciências da comunicação (com vertentes de comunicação estratégica, jornalismo, audiovisual e *multimedia*, cinema). Apenas duas licenciaturas, Universidade de Coimbra e Instituto Politécnico de Lisboa, adotam a designação isolada de jornalismo (Coelho, 2013: 80).

Esta mistura presta-se a interpretações distintas. Alguns autores defendem que um currículo que promova o esbatimento das fronteiras entre o jornalismo e outras disciplinas do campo da comunicação - relações públicas, *marketing*, assessoria - favorece a ação jornalística, disponibilizando aos alunos que optam pela vertente de jornalismo o acesso facilitado a disciplinas vizinhas, que lhe permitem reforçar os instrumentos de decodificação do mundo (Agostini, 1997; Mesquita, 2000; Frölich e Holtz-Bacha, 2009). Já os "puristas" (Fidalgo), mesmo reconhecendo que a ação jornalística, impulsionada pelo mercado, cada vez recorre mais a técnicas da persuasão e do *marketing*, entendem que o lugar do jornalismo deve ser descontaminado dos efeitos

¹⁶³ James Carey (2000a) rejeita a *colonização* do jornalismo pelas ciências da comunicação, sugerindo que esse alojamento na "ciência do controlo social" abre caminho à influência dos instrumentos que participam nesse controlo social, em concreto o campo dos *media*, sujeito à lógica do mercado e do entretenimento. Mas, ao contrário de Medsker, Carey, ao defender o posicionamento do jornalismo no campo das ciências sociais e humanas, reclama a sua consolidação enquanto campo académico, alertando-nos, inclusive, para os riscos do jornalismo se deixar aprisionar pela técnica.

da associação a disciplinas que sirvam interesses particulares (Medgser, 2000; Neveu, 2001; Le Bohec, 2009; Correia¹⁶⁴).

Entre os dois grupos sobressai um elemento de interseção que é, todavia, interpretado de forma diferente. Uns e outros consideram que o futuro do jornalismo passa, cada vez mais, pela diluição dos jornalistas no perfil abrangente dos comunicadores. A forma como essa integração, apressada pela associação do jornalismo às novas tecnologias, se processará não será pacífica para nenhum dos grupos, mas se os primeiros enaltecem a possibilidade de jornalistas multicapacitados alcançarem novas possibilidades de mercado, os segundos receiam os excessos, que uma geração de jornalistas precários, seja forçada a cometer em nome dessa polivalência funcional.

Não nos parece que possamos dividir a discussão desta temática em polos tão extremados; Fidalgo e Mesquita ensaiam, aliás, o difícil equilíbrio entre argumentos tão distantes. Sentimo-nos tentados a seguir esse caminho de interseção.

Na base desta discussão está a impossibilidade de classificarmos o jornalismo como uma profissão de fronteiras definidas. A inexistência de uma base de conhecimento, consolidada e legitimada pelos pares, pela academia e pela sociedade, dá azo a este tipo de dúvidas.

Os instrumentos da persuasão podem ser essenciais à ação jornalística quotidiana, mesmo estando ela comprometida com o interesse geral. O simples facto de convencer uma fonte a dar uma entrevista sobre uma matéria que, aos olhos do público, carece de esclarecimento, pode apelar ao uso de técnicas que enquadram a ação do relações-públicas ou do *marketeer*.

Joaquim Fidalgo considera que conhecer como funcionam, o que defendem, que técnicas usam as disciplinas vizinhas do jornalismo "não significa que as misturemos com o jornalismo", pelo contrário:

"Se as conhecermos definiremos melhor as fronteiras. Se insistirmos nas fronteiras estanques, o jornalismo ficará entrincheirado, não necessariamente por bons motivos. Acho que devemos abrir o debate: colocar jornalistas a discutirem com assessores, por exemplo, e aprofundar a identidade de cada um dos campos. As necessidades do mercado também exigem esse debate".

Acolhendo estes argumentos, Mário Mesquita alerta para o excesso contido na "formulação grandiloquente" de que o jornalismo "defende o interesse público",

¹⁶⁴ Entrevista que o jornalista e Professor-coordenador da licenciatura em jornalismo da Universidade Lusófona nos concedeu para elaboração desta dissertação a 25 de novembro de 2010. Ao longo do trabalho serão utilizados outros excertos desta entrevista.

enquanto as relações públicas, ou a comunicação empresarial, "estão ao serviço dos clientes". "O ideal da informação desinteressada, como conclui o autor, suscita ceticismo" (2000: 73).

COMO COLOCAR O PESO DO NÚMERO AO SERVIÇO DA QUALIDADE DA FORMAÇÃO

Na análise global da realidade europeia, ao mesmo tempo que detetam o "aumento rápido dos programas académicos de jornalismo", Sanders *et al* atribuem-lhes papel charneira na reconstrução do jornalismo:

"Essa alteração importante do contexto formativo dos jornalistas tem condições para, em cada um dos países, se transformar no fator decisivo da mudança da cultura jornalística" (2008: 135 e 136).

Está de novo em causa a questão essencial. A formação académica em jornalismo alcançou estatuto pelo peso do número, mas que papel desempenhará realmente na reconstrução do jornalismo?

Stuart Adam não hesita na defesa da formação académica na área, mas vacila na qualidade dessa formação, admitindo que o propósito enunciado vá permanecendo por cumprir:

"O projeto de formação em jornalismo, na parte do mundo que fala inglês, tarda em produzir uma disciplina profissional de grande prestígio e o campo ainda não possui o nível de legitimidade que é marca das escolas de direito, medicina, engenharia e até mesmo economia e gestão. A principal razão reside no facto de os professores de jornalismo (...) terem falhado, enquanto grupo profissional, na expressão adequada das suas missões profissionais e pedagógicas (...) Algumas escolas podem ser fortes a nível local, mas a cultura da formação em jornalismo não o é, e isso é muito negativo, porque o jornalismo é central na vida democrática" (2001: 315 e 316).

Karol Jakubowicz sobrevoa uma realidade exterior ao mundo anglo-saxónico, a dos países da Europa de Leste e, apesar dos sinais perturbadores que observa na ação jornalística quotidiana, o autor descobre na formação académica e no envolvimento dos professores de jornalismo, a possível panaceia.

"Depois da queda do comunismo, os jornalistas e os *media* descobriram-se num vácuo normativo (...) onde os velhos modelos deixaram de funcionar e os novos tardam em ser introduzidos ou adaptados (...) esta situação abre a porta a que seja a formação académica a preencher esse vazio" (2009: pos. 6284).

A dúvida, como assinala Jakubowicz, reside, todavia, em saber se a formação académica está à altura desse desafio e, "caso esteja, há que apurar se o seu impacto isolado seria suficiente para atingir esse efeito" (*idem, ibidem: pos. 6315*). Na resposta a

essa dúvida, o autor reconhece que o jornalismo e a formação académica são moldados pelo regime político dos países (*idem, ibidem*: pos. 6351) e, no caso de alguns países da Europa de Leste, esse molde pode ser especialmente manipulador:

"Vinte anos passados sobre a liberdade de imprensa e a construção de uma sociedade civil, tornou-se óbvia a influência da crescente pressão do mercado: mercado livre do jornalismo não significa liberdade de imprensa. As escolhas e as decisões profissionais dos jornalistas dependem, largamente, dos interesses dos empregadores" (*idem, ibidem*: pos. 6404).

Apesar deste cenário, contrário à progressão de um jornalismo de valores e onde os efeitos do mercado atingem uma dimensão certamente mais visível, e imediata, do que no resto da Europa ou nos Estados Unidos, o autor polaco considera que parte da solução passará pelo reforço do investimento na formação académica, atribuindo aos professores de jornalismo a tarefa de espalhar a mensagem:

"Haverá esperança para a formação em jornalismo, então? Epp Lauk¹⁶⁵ aceita que os professores não consigam alterar o ambiente, mas acredita que podem transmitir aos jovens jornalistas o conhecimento e as competências necessárias para conseguirem enfrentar os desafios da sua profissão, em todas as fases, em todos os lugares" (*idem, ibidem*: pos. 6413).

Entre a avaliação negativa que Stuart Adam faz do panorama da formação académica e da missão dos professores de jornalismo no mundo anglo-saxónico, e a esperança semeada por Karol Jakubowicz no cenário adverso da Europa de Leste, cresce o consenso relativamente à necessidade de formação académica na área. Os sinais que atestam esse consenso afirmam-se, até, nos países europeus que mais resistiram à formação académica, o Reino Unido e Portugal. Importa, todavia, explorar o alcance real desse consenso. Uma análise ao caso português ajudar-nos-á a desenvolver essa linha de análise.

Discussão sobre o Percurso Académico Ideal

Em Portugal, a formação académica na área é entendida por diversos autores como a via de acesso preferencial à profissão de jornalista; uma corrente de opinião, aliás, que vai solidificando posição no seio da própria classe jornalística. O fechamento do acesso à profissão aos diplomados na área é, todavia, um princípio que ninguém assume diretamente, embora a realidade seja cada vez mais essa: mesmo não existindo

¹⁶⁵ Epp Lauk é professor de jornalismo na Finlândia e foi responsável pela caracterização do modelo de formação na Estónia, na coletânea, coordenada por Giorgios Terzis, publicada em 2009 e dedicada ao ensino do jornalismo na Europa.

um diploma legal que restrinja o acesso à profissão a licenciados em jornalismo/comunicação, a maioria dos jovens que chega às redações sai diretamente dos cursos da área.

Nelson Traquina recorre "a estudos empíricos"¹⁶⁶ para justificar que os licenciados em comunicação/jornalismo "defendem mais o jornalismo e as práticas profissionais associadas, assumindo posições mais rigorosas, do que os licenciados noutras áreas das ciências sociais". Manuel Pinto elege igualmente a formação superior na área do "jornalismo e *media*" como a linha de acesso mais direta à profissão de jornalista. Para o professor da Universidade do Minho a complexidade do trabalho do jornalista, "o estudo aturado, pesquisa e reflexão individual" que pressupõe, está na base dessa eleição (2004: 60).

Mário Mesquita destaca, exatamente, a complexidade da missão do jornalista e a abrangência que ela transporta para eleger a universidade "o lugar de ensino para as profissões dos *media* e do jornalismo" (1995)¹⁶⁷. Mas, o autor, não defende que o acesso à profissão seja um exclusivo dos cursos da área. Na entrevista que nos concedeu, Mesquita recorda uma conversa que teve com um diretor de um jornal norte-americano sobre o acesso à profissão, revendo-se na posição do jornalista:

"Disse-me que iria admitir dez jornalistas, cinco seriam licenciados na área e os outros cinco provenientes de outras formações. Garantiu-me que os cinco de jornalismo o fariam ganhar o ano da aprendizagem das técnicas, os restantes, por não estarem presos às rotinas profissionais, iriam permitir um outro olhar sobre a profissão. Para esse diretor, o recrutamento ideal de uma redação deveria poder obedecer a essa mistura".

Adelino Gomes considera que uma redação tem de ser esse "decalque da realidade", integrando profissionais formados "nos diversos ramos do saber"; dessa forma, a redação fica "mais rica", desenvolvendo uma "cultura crítica" que lhe permite responder melhor aos desafios que tem de enfrentar. Esta asserção não impede que o jornalista e investigador eleja os cursos de jornalismo e comunicação como "a melhor porta de entrada na profissão", uma vez que "a maioria das tarefas associadas ao trabalho de uma redação requerem as competências de um generalista".

¹⁶⁶ Um estudo citado por David Weaver, relativo à realidade norte americana, situa a reflexão de Traquina: "Em 1995, a maioria dos editores dos diários (72%) concordava que as licenciaturas em jornalismo e comunicação eram as que melhor preparavam os alunos para as exigências de uma redação". O mesmo inquérito feito a diretores de televisão revelou a mesma conclusão: 67% concordava que os cursos de jornalismo/comunicação tinham vantagens relativamente a outras áreas de saber (2003: 56).

¹⁶⁷ in *Diário de Notícias*, 5 de janeiro de 1995.

Fernando Correia considera, igualmente, que as redações devem viver dessa mistura de saberes assumida por Gomes e Mesquita, mas a visão deste jornalista e professor é ainda menos protetora de uma formação específica na área do que a de Gomes e Mesquita: "O acesso não pode ser exclusivo de licenciados na área porque o jornalismo não é uma ciência, é uma realidade complexa que exige proveniências diversificadas". Mesmo coordenando um curso de jornalismo, Correia não acolhe a tese das "vantagens competitivas" dos cursos da área na abordagem dessa realidade complexa. O jornalista e professor entende, aliás, que, aprendidas as técnicas jornalísticas, o acesso "abre-se a todos os licenciados".

Carlos Andrade avalia as "vantagens competitivas" destes cursos, mas, como os anteriores, não condiciona o acesso à profissão à licenciatura na área. Andrade refere que os cursos de jornalismo ajudam os alunos "a ler o mundo", mas esse motor só é acionado se os alunos colaborarem; ou seja: "as vantagens competitivas" têm tendência a diluir-se se o aluno "não estiver desperto para as notícias".

Domingos Amaral é, igualmente, sensível às vantagens competitivas deste tipo de formação. A "boa dose de intuição" que o jornalista escritor deteta no jornalismo e que é "facilmente captável por quem tiver um mínimo de inteligência, vontade e determinação", impede que um curso superior seja condição determinante para se aceder à profissão; contudo, considera que uma formação académica na área das ciências humanas "pode contribuir, de modo significativo, para o aumento das capacidades intelectuais dos jornalistas". No entender de Amaral, um curso de jornalismo, por aliar a transmissão da visão do mundo à técnica jornalística, "pode ser meio caminho andado" para aceder à profissão (Manuel, 2011: 261).

Jacinto Godinho reflete, igualmente, sobre uma formação de base mais abrangente, na área das ciências sociais e humanas. Godinho considera ser essa a área de saber que melhor responde às exigências que a redação tem de enfrentar. O jornalista da RTP e professor da UNL argumenta que "os melhores jornalistas" vêm dessa área. "Algumas das áreas" deste vasto campo de saber, "como a filosofia", estão "mais vocacionadas" do que outras. "O jornalismo depende muito da arte de pensar, de refletir, depende da descoberta das interligações que o senso comum não descobre. Saber pensar é a porta de entrada no jornalismo".

Joaquim Fidalgo situa a síntese da formação ideal no mesmo quadro de princípios que Godinho. Fidalgo reclama uma formação abrangente, "tanto teórica como prática, tanto nas escolas como nos *media*". O Professor da Universidade do Minho

elege as Ciências da Comunicação e o Jornalismo como caminho de acesso privilegiado, mas, como Jacinto Godinho, inclui no mapa de opções "todas as áreas que permitam uma mais vasta cultura geral e uma melhor compreensão do mundo", uma formação, em suma, que limite a possibilidade do jornalista se deixar "ingenuamente instrumentalizar ou manipular" (2004: 72 e 73).

A seleção destas opiniões relativas ao acesso à profissão, a que facilmente poderíamos juntar outras, teve o exclusivo propósito de assinalar o consenso que existe em Portugal, em torno da definição de uma via de acesso preferencial. A seleção integra académicos, professores-jornalistas e jornalistas. Este conjunto de posições não é contrariado pelos empresários de *media* já aqui citados, ainda que as críticas que estes façam aos projetos de formação em vigor decorram das necessidades e exigências do mercado. Não será, igualmente, contrariado pelos alunos das áreas das ciências humanas que, como veremos, continuam a privilegiar estes cursos.

Não basta, todavia, afirmar que a formação superior na área é condição de acesso preferencial. Como aliás defendem alguns dos autores citados, para se tornar via de acesso preferencial, a formação na área deve obedecer a um conjunto de princípios que, no essencial, respondam à complexidade do jornalismo. No capítulo oito, participaremos na definição desse conjunto de princípios. Resolvida essa questão determinante, defendemos que o acesso à profissão de jornalista deva ficar condicionado à obtenção de uma licenciatura em Jornalismo/Comunicação. A exposição desse quadro de argumentos fica, no entanto, reservado para as conclusões deste trabalho.

Os dados que fomos apresentando, e que enaltecem o crescimento do número de licenciados em jornalismo e comunicação em todos os países da Europa, estarão longe de significar que a formação conquistou, sem reservas, empregadores, jornalistas, academia e estudantes. Não é claro, igualmente, que a formação académica na área esteja a criar raízes sólidas num mercado aberto ao olhar alternativo dos candidatos formados na academia. Já aqui demonstrámos não ser essa a aspiração do mercado, incapaz de romper o grilhão da crise financeira, e sem sentir o estímulo da academia na gestação dessa rutura. O mais correto seria, por isso, afirmarmos que a formação académica em jornalismo e comunicação é hoje encarada com menores reservas por aqueles que, no passado, contra ela se bateram. Como aqui assinalámos, encontramos representantes dos grupos de crítica no interior da própria academia, no seio da comunidade jornalística, no grupo dos empresários de *media*, mas também, como

adiante detalharemos, entre os alunos que frequentam estes cursos. Incapaz de concretizar, ou sequer pensar, uma alternativa, o vasto grupo de críticos não evita que essa crítica seja mero exercício retórico.

Efeitos da Crise de Sustentabilidade do Jornalismo não Afasta Jovens da Profissão

O último quartel do século passado é testemunha da explosão do ensino do jornalismo, com o aumento desmesurado do número de cursos a corresponder ao aumento da procura, mas também ao interesse crescente dos jovens pela profissão. A crise da indústria dos *media* veio, de novo, sensibilizar-nos para os permanentes soluços do mercado e para a necessidade de planificarmos cada presente tendo em conta a cíclica volatilidade da história. Dessa responsabilidade demitiu-se o mercado (e não se demitirá sempre?), demitiu-se o Estado, a academia, a sociedade: uns e outros fomos atrás de um sopro e acabámos por entrar no olho do furacão. O problema mais complexo é que a crise não forçou o reequacionamento da solução comprovadamente desajustada. O interesse dos alunos por estes cursos não diminuiu (Frölich e Holtz Bacha, 2009: pos. 2532; Pinto e Sousa, 2003), mesmo que a licenciatura na área esteja entre as que geram mais desemprego (Barrera e Salaverría, 2009: 5922; Rebelo¹⁶⁸, 2011: 201, 208, 252, 254) e, no jornalismo, sejam crescentes os sinais de precariedade, e generalizada a política dos baixos salários (Sales, 1998: 9,11; Reese, 1999: 75; Dickson, 2000: 110; Charon, 2003: 150; Esser, 2003: 233, 234; Pinto e Sousa, 2003: 181; Barrera e Salaverría, 2009: pos. 5954; Garcia, 2009: 77, 81-82; Garcia, 2009: 157; Rebelo, 2011: 60, 686¹⁶⁹), o número de cursos manteve-se e, no caso português, até cresceu (Mesquita e Ponte, 1997; Coelho, 2013)¹⁷⁰, o número de vagas, anualmente aberto nestas licenciaturas, mantém-se muito acima das necessidades do mercado português. No ano letivo de 2009-2010, o ensino superior, público e privado, disponibilizou, na primeira fase, 1661 vagas (Coelho, 2013: 87).

¹⁶⁸ O estudo coordenado pelo Professor do ISCTE integra um conjunto de depoimentos de jornalistas e de académicos. Nas páginas assinaladas, os depoentes, três jornalistas desempregados, colocam a ênfase no desemprego crescente e na impossibilidade de regressarem à profissão.

¹⁶⁹ O depoimento de Manuel Pinto, no mesmo estudo, descreve um quadro de precariedade que aqui transcrevemos: "Esta precariedade na profissão, que talvez faça, nalguns casos, com que o jornalista venda a alma ao diabo, em nome de alguma estabilidade".

¹⁷⁰ Mesquita e Ponte identificaram 29 licenciaturas na área, no ano letivo de 1995-1996. Em 2009-2010, no estudo que fizemos, identificámos 31. A restrição da nossa seleção aos cursos que, explicitamente, enunciam o acesso à profissão de jornalismo deixou de fora dez que integraram a lista de Mesquita e Ponte; alguns desses dez podem ter sido, entretanto, suprimidos, como aconteceu com os casos das licenciaturas das Universidades Moderna e Independente. Estes dados demonstram-nos que, em 14 anos, a oferta aumentou mais de 40%, com 12 cursos novos.

Estes números complexificam as condições de recrutamento. O excesso de oferta, num ambiente moldado pela crise de sustentabilidade dos *media*, deixa os candidatos à mercê de oportunidades que tardam, aumentando o grau de disponibilidade para exercerem tarefas não conformes com os cânones do jornalismo, conscientes que estão da precariedade galopante. Frölich e Holtz Bacha (2009: pos. 2513, 2516) e Correia (1998b: 2) admitiam a possibilidade de a licenciatura representar um valor distintivo que, aos olhos dos empresários, forçasse um reforço salarial, contudo, no cenário atual, onde despontam hordas de candidatos dispostos a tudo por um lugar na profissão, imperam as regras da oferta e da procura, o que diminui o salário e a capacidade negocial dos que, por fim, conseguem um lugar no mercado.

Existem sinais crescentes de que os filtros de acesso à profissão começam a apertar-se logo no acesso ao estágio; a seleção do candidato depende de uma "entrevista prévia, como se de um emprego se tratasse" (Camponez). Ao mesmo tempo que se demitem de responsabilidades na formação, as empresas encaram os candidatos como se fossem profissionais, impondo-lhes o cumprimento das tarefas de um contratado (Barrera e Salaverría, 2009: 5950, 5958). O estagiário deve estar apto a servir o mercado, dominando um conjunto de competências determinado, diretamente relacionado com as rotinas associadas à profissão (Le Bohéc, 2009: pos.4658, 4660).

Carlos Camponez considera que a universidade deve estar atenta a estes sinais e resistir-lhes. Para o Professor da Universidade de Coimbra, "o estágio não pode ser confundido com um posto de trabalho à borla. É um ponto de observação onde o aluno toma contacto com a realidade da redação". Consciente da dimensão desta oportuna confusão da indústria, Manuel Pinto insiste na necessidade de clarificar o estatuto do estagiário:

"As escolas ou cursos de jornalismo não formam profissionais, formam diplomados que, na melhor das hipóteses, reúnem um conjunto de condições, competências e requisitos para eventualmente o virem a ser, enquadrados pelos seus pares e inseridos nas hierarquias das redações" (2004: 59).

Ora esse período de enquadramento, em que o estagiário é um diplomado que observa a rotina da redação onde, porventura, poderá vir a desempenhar funções, enquanto profissional, terá correspondência residual no panorama nacional. Como veremos, os estagiários que integram o nosso painel de estudo foram chamados a cumprir diversas tarefas na redação e, nos casos onde lhes foram impostas limitações ao exercício quotidiano, fomentando essa posição de observador, ou reduzindo o espectro de

ação a tarefas que não implicassem contacto direto com as fontes e, muito menos, com os leitores, ouvintes ou telespetadores, os sinais de resistência vieram dos próprios alunos, ávidos de mergulharem nas rotinas da função. O problema é que, como nota Carlos Camponez, muitas vezes os estagiários não conseguem dar resposta às exigências que lhes são colocadas e, nesses casos, "passam a ser um problema", sobretudo nos casos em que o coordenador na redação é "responsável por uma dezena de alunos", situação, aliás, muito comum.

A Influência dos Licenciados na Redação

Serão diversas as críticas, vindas dos mais diversos setores da sociedade, mas a verdade é que, nos últimos 30 anos, a influência dos licenciados na área tem mudado a face da redação. Esses sinais foram detetados logo no primeiro estudo sobre o ensino do jornalismo em Portugal:

"As grandes transformações verificadas nos *media* e no jornalismo após a adesão de Portugal às Comunidades Europeias contaram com uma geração de jovens profissionais (...) recém saídos dos cursos de comunicação social" (Mesquita e Ponte, 1997).

Os sobreviventes da tarimba hipervalorizam os sinais de ignorância e a falta de solidez cultural que associam ao perfil dos novos recrutas; insinuem que a geração académica transporta com ela défices de carácter e de moral, mas, nas redações, despontam novas cadeias de interação geracional, onde a memória e a experiência começam a servir de farol à pró-atividade tecnológica dos jornalistas mais novos. Ainda não será o tempo da interação perfeita, até porque os jornalistas mais velhos sempre recearão os baixos salários de uma geração mais disponível para ceder, mas o tempo, agora, já é outro. Para isso muito contribuirá a convivência natural da redação com as licenciaturas na área; a maioria dos profissionais no ativo, com menos de 20 anos de profissão, tem formação superior e, uma percentagem significativa frequentou e terminou cursos na área. Por outro lado, devemos colocar a possibilidade de um número crescente de licenciados em lugares de decisão promover um espírito de corpo (Pulitzer, 1904, 2011: 46) onde se protegem os da mesma escola, os da mesma elite (Le Bohéc: pos. 4446). É mais fácil o diálogo, menos afastados os métodos de trabalho, mais sereno o convívio. Fernando Correia assiste curioso à quebra das velhas barreiras: "o fantasma" do "desprezo dos mais velhos" pelos licenciados "está a ser ultrapassado".

Os dados que recolhemos no terreno, junto de estagiários licenciados por seis cursos da área¹⁷¹, irão permitir-nos, na próxima etapa desta investigação, apreender a impressão que recolhem dessa interação geracional, bem como precisarmos a forma como são acolhidos na redação, e a reação que o seu papel suscita junto das entidades de acolhimento. Esse trabalho no terreno permite-nos, inclusivamente, identificar que laços estabelecem os alunos estagiários entre formação académica e rotinas profissionais.

Essa cadeia de conclusões integra a estrutura de quatro estudos às expectativas e motivações dos estudantes de jornalismo na Escócia (Frech e Meech, 2007), em Espanha e na Grã-Bretanha (Sanders *et al*, 2008), na Austrália (O' Donnell, 2006, *apud* Nolan, 2008) e um estudo de 1994 feito a estudantes de primeiro ano em 22 países dos cinco continentes (Splichal e Sparks, *apud* Zelizer, 2004 e Josephi, 2009). No essencial, as conclusões dos trabalhos abrem um horizonte de confiança que reforça a legitimidade da formação académica junto dos seus destinatários diretos; uma conclusão que, mesmo atenuando o padrão que temos vindo a classificar de uma formação académica tomada de assalto pelo mercado, não poderá, até pela diversidade das amostras de cada estudo e das variáveis analisadas, reclamar a imposição de um outro padrão.

A resposta positiva mais direta ao papel da formação junto dos alunos é dada pelo estudo de Frith e Meech. Os autores entrevistaram 50 jornalistas, que tinham sido alunos de ambos na década de 90 do século passado, e avaliaram o grau de interseção entre a formação académica e o desempenho profissional¹⁷² (2007: 146-156). As conclusões do estudo tornam evidente a responsabilidade da formação académica no sucesso profissional, ainda que os ex-alunos, globalmente, não valorizem a passagem pela faculdade. Os autores entendem que essa perceção negativa seja um reflexo da opinião da indústria (*idem, ibidem*: 158). Como constata, os jovens profissionais absorvem a cultura da redação com facilidade (*idem, ibidem*: 137). Trinta anos depois

¹⁷¹ No trabalho de campo analisámos em detalhe seis licenciaturas na área, através de entrevistas diretas a alunos dos primeiro e terceiro anos, estagiários, professores e coordenadores, visitando cada um dos estabelecimentos de ensino onde os cursos são ministrados e recolhendo impressões sobre meios técnicos e humanos alocados a cada um dos cursos. Complementámos esse trabalho com as respostas aos inquéritos, já aqui citados, que enviámos às empresas de *media*, onde, no essencial, avaliámos a reação da indústria à formação académica na área.

¹⁷² Os autores reconhecem que a amostra não é representativa do universo de licenciados na área pelas universidades escocesas, mas o propósito foi, exclusivamente, fazer um estudo exploratório. Os resultados servem, porém, de base à discussão que importa aprofundar junto dos principais destinatários da formação. O estudo que nós próprios fizemos, onde entrevistámos 67 alunos, incluindo estagiários, de seis cursos, não nos permitirá, igualmente, atingir o universo estatístico, mas nem esse seria o objetivo. O grau de detalhe, associado a estudos com estas características, enunciam tendências, promovem a reflexão e alimentam o debate; justificam-se porque aproximam a investigação da realidade, contribuindo para desfazer verdades absolutas que, por vezes, condicionam a ação do investigador.

da chegada do jornalismo à universidade britânica, os autores observam os primeiros sinais de mudança no jornalismo, mesmo que esses sinais ainda não sejam plenamente claros (*idem, ibidem*: 159).

O estudo de Splichal e Sparks, abarcando uma área geográfica alargada, apresenta conclusões limitadas no que concerne às pontes entre academia e mercado. A avaliação feita às expectativas dos alunos de primeiro ano permite, porém, demonstrar que "a visão idealista" sobre o papel social do jornalismo na democracia, que os estudantes transportam para a faculdade, não sofre abalos, ante o impacto com o processo de formação. Os autores admitem que o contacto direto com a realidade profissional promova a "moderação" dessa visão, mas a conclusão final do estudo atribui à formação académica estatuto de "agente de mudança" (*apud* Josephi, 2009: 46 e 47). Na interpretação que faz das conclusões do estudo, Barbie Zelizer deteta semelhanças no grau de expectativa dos alunos, relativamente ao papel do curso no seu processo de profissionalização, que poderão constituir um padrão que ultrapassa as fronteiras nacionais (2004: 39). A observância deste padrão pode limitar os constrangimentos criados pelas diferenças entre os modelos de formação nos diversos países Europeus e nos Estados Unidos da América (Frölich e Holtz-Bacha, 2003: 315). Trabalhar numa homogeneização dos programas de ensino, com o propósito claro de esbater essas diferenças em direção à consolidação de um saber mínimo comum, que se afirme matriz dos planos de formação, afirma-se tarefa mais facilitada se os estudantes, destinatários diretos da formação, demonstrarem expectativas comuns relativamente aos processos de formação. No detalhe da aproximação à realidade portuguesa poderemos confirmar a existência desse padrão comum de expectativas dos alunos, relativamente à formação, mas, a construção de um modelo de formação, onde surja destacada a transmissão de um saber mínimo, mesmo podendo (e devendo) contar com a participação dos estudantes, não pode ficar na dependência direta das suas expectativas. A opinião dos estudantes, como vimos, é muito condicionada por aquelas que eles entendem ser as necessidades do mercado, que, por sua vez, são reflexo da crise de sustentabilidade.

O estudo de Sanders *et al*, relativo às realidades britânica e espanhola, não subscreve as conclusões de Splichal e Sparks. Os resultados do estudo apontam para a integração da formação académica na lista dos fatores de mudança do jornalismo, mas não lhe atribuem papel determinante (2008: 134). Sanders *et al* concluem que as atitudes e as expectativas dos estudantes, futuros jornalistas, são sobretudo moldadas pela

"percepção cultural" que têm dos *media*, do papel do jornalismo e da prática quotidiana (*idem, ibidem*: 148).

O estudo de O' Donnell apresenta-nos uma realidade geográfica diferente, a Austrália, o que, desde logo, pode estar na base do padrão que revela, mais aproximado dos resultados de Splichal e Sparks. O autor avaliou três grupos de alunos diferentes: alunos de licenciatura, preocupados com o acesso ao mercado; alunos de pós graduação, motivados por uma mudança de carreira; e jornalistas profissionais, já com diversos anos de profissão, que decidiram frequentar pós-graduações com o propósito de desenvolverem a carreira (2006, *apud* Nolan, 2008: 742).

O elemento comum que sobressai na análise das expectativas destes três grupos protege, de forma clara, a formação académica, elegendo-a matriz da identidade profissional (*idem, ibidem*). Os jornalistas que regressam à faculdade com o propósito de desenvolverem a carreira representam, todavia, o grupo de estudantes que mais valoriza a formação, classificando-a como elemento estruturador de uma refundação da prática. Os jovens jornalistas em cursos de pós graduação são os únicos a valorizar um ensino vocacional. Os estudantes de licenciatura pretendem uma formação mais abrangente, que não vede o acesso a outras áreas do campo da comunicação (*idem, ibidem*).

Novos Desafios à Formação Académica: o Primado do Público

Se a introdução da variável tecnológica acentua a deriva do jornalismo, encetada por impulso do mercado, torna-se lógico que essa dimensão digital atinja, na mesma proporção, a formação académica, exigindo desta o reforço do escudo protetor.

Em etapa posterior, identificaremos, em detalhe, a paleta de alterações curriculares suscitada pela associação das novas tecnologias ao jornalismo. As novas tecnologias colocaram novos desafios à universidade, que ultrapassam a mera alteração cosmética dos planos curriculares, e nem é crível que a universidade tenha superado os efeitos desse impacto.

Hugh Stepheson assinala as "profundas implicações" do novo mapa tecnológico na comunidade envolvida na formação dos jornalistas (2009: pos. 103).

Howard Tumber identifica as novas tarefas que, perante esse novo mapa, aguardam a comunidade académica: "fornecer, através de uma variedade de disciplinas, linhas de investigação e de formação que consigam responder aos novos desafios

criados". Tumber elege como prioridades o estabelecimento de pontes entre as diversas instituições formadoras na área e a maior integração dos cursos de jornalismo no campus, "em defesa de um melhor ensino, que desafie e prepare as próximas gerações para um mundo cada vez mais complexo" (2005: 551 e 552).

Eric Newton considera que o inesperado impacto digital "desatualizou" a academia. Para liderar um caminho de "destruição criativa", a universidade terá, ela própria, de, simultaneamente, se "autodestruir e recriar", sem ceder aos argumentos que, habitualmente, impedem a mudança: os orçamentos e a burocracia. Nesse caminho de "destruição criativa" da academia, Eric Newton identifica quatro etapas:

"Expandir o papel de fornecedor de conteúdos à comunidade (...) apostar na inovação (...) promover um ensino aberto, através da aplicação de métodos de colaboração com áreas vizinhas do jornalismo (...) estabelecer pontes com toda a universidade, integrado nos planos de formação professores e investigadores de áreas alojadas fora do campo da comunicação ou das ciências sociais e humanas" (2012: 1 e 2).

De facto, a avaliação do impacto das alterações tecnológicas e, sobretudo, da economia na formação académica tem o propósito de identificar os desafios a que um modelo de formação académica terá de dar resposta; em defesa da formação académica e, como consequência, do jornalismo. Mas este novo quadro de tarefas da academia, desenvolvido por Newton, usa a dimensão tecnológica para promover uma aproximação à comunidade, uma realidade que deixa de ser difusa para se afirmar destinatária concreta dos processos de formação. Este roteiro é resultado do potencial de interação proporcionado pelas novas tecnologias.

O público, mesmo adquirindo maior potencial de intervenção, mercê da associação do jornalismo ao digital, não é, todavia, um produto tecnológico; existe, independentemente dos dispositivos que reforçam a sua participação.

O novo papel do público, que detalhámos no capítulo três, deve ser a aposta. O público desperta a possibilidade do regresso a um ideal - o jornalismo "centrado na comunidade" (Mensing, 2010, *apud* Marinho, 2011: 231). Na fronteira entre as eras analógica e digital, James Carey alertara-nos para a abstração do público no processo de produção da notícia: ainda que o jornalismo usasse o público para justificar a sua existência, na realidade, o público eram números, traduzidos em audiências (1997: 247). Para que a era digital recoloque o público sob o foco central do jornalismo, religando-o às suas raízes democráticas (Mensing, 2010, *apud* Marinho, 2011: 231), é necessário

que um outro olhar sobre o jornalismo, mais distanciado dos constrangimentos impostos pela indústria e pela tecnologia, tenha reflexos na formação académica.

Esse foco no público foi subscrito em 2007 e inscrito na Declaração de Princípios da Formação em Jornalismo, firmada no primeiro congresso mundial que decorreu em Singapura:

"O jornalismo deve servir o público de muitas e importantes formas, mas só o poderá fazer se os seus praticantes dominarem um corpo de conhecimentos crescentemente complexo e competências especializadas. Acima de tudo, ser um jornalista responsável deve envolver um compromisso ético informado com o público".

Jan Servaes já observa alguns sinais que consubstanciam uma ação da comunidade académica mais centrada nos destinatários reais do jornalismo, o público, do que nas necessidades da indústria:

"Ao invés de seguirem a indústria, elegendo-a, muitas vezes, referência principal, muitos académicos estão a voltar a pirâmide ao contrário, começando o processo ao nível do público, dos cidadãos, dos consumidores de produtos jornalísticos (...) Vai sobressaindo a necessidade de apontar o foco ao serviço público, não à indústria" (2009: pos. 9850, 9851, 9846).

O primado do público no jornalismo e na formação académica será o molde estruturador do nosso modelo de formação na área, que apresentaremos no capítulo oito.

Na próxima etapa iniciamos o processo de aprofundamento da realidade portuguesa.

CAPÍTULO 6

O ENSINO DO JORNALISMO EM PORTUGAL

O arranque do ensino do jornalismo em Portugal, Itália e Grã-Bretanha, embora tardio, não deixa de ser resultado das novas necessidades do mercado, identificadas na década de 80 do século passado. A procura desmesurada promoveu a entrada em cena de um agente externo com a capacidade de resposta suficiente para satisfazer essa necessidade. As regras de entrada na profissão deixam de ser compatíveis com as soluções que antes fechavam o acesso nos três países: redes familiares e políticas (Itália); formatação de acordo com as regras do mercado (Grã-Bretanha) e ação política (ditadura) promotora do conformismo da classe jornalística (Portugal).

A HISTÓRIA DO ENSINO DO JORNALISMO EM PORTUGAL

Entre 1979, data da inauguração do primeiro curso da área em Portugal, e 2009, o número de vagas por ano cresceu de 40 (Comunicação Social, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas) para 1661, e o número de cursos, que enunciam o acesso à profissão de jornalista, fixou-se nos 31, ministrados em 30 estabelecimentos de ensino, oito universidades públicas, 12 privadas; oito politécnicos públicos, dois privados (quadro 1)¹⁷³.

¹⁷³ Os 31 cursos identificados, em 2009-2010, apresentam dez nomeações diferentes, com as Ciências da Comunicação na liderança, com dez representações. Cinco licenciaturas mantêm o nome da primeira, Comunicação Social. A lista integra três cursos de Jornalismo, outros três de Comunicação e, outros dois, de Jornalismo e Comunicação. Nos restantes, a Comunicação é o foco de onde emergem diversas associações: Cultura, em quatro casos, Marketing, em dois, *Multimedia*, noutros dois.

Quadro 1-Cursos de Jornalismo/Comunicação, ano letivo 2009-2010

ESTABELECIMENTO	CURSO	ESTATUTO	GEOGRAFIA
Universidade Nova Lisboa	Ciências Comunicação	Univ. Púb.	Litoral Centro
Inst. Superior Ciências Sociais Políticas	Ciências Comunicação	Univ. Púb.	Litoral Centro
Universidade Porto	Ciências Com. Jorn. Assessoria e Mult.	Univ. Púb.	Litoral Norte
Universidade Minho	Ciências Comunicação	Univ. Púb.	Litoral Norte
Universidade Coimbra	Jornalismo	Univ. Púb.	Litoral Centro
Universidade Beira Interior	Ciências Comunicação	Univ. Púb.	Interior Centro
Universidade Trás-os-Montes Alto Douro	Ciências Comunicação	Univ. Púb.	Interior Norte
Universidade Açores	Comunicação Social e Cultural	Univ. Púb.	Ilhas
Escola Superior Comunicação Social	Jornalismo	Polit. Púb.	Litoral Centro
Escola Superior Educação Coimbra	Comunicação Social	Polit. Púb.	Litoral Centro
Escola Superior Educação Setúbal	Comunicação Social	Polit. Púb.	Litoral Centro/Sul
Escola Superior Educação e Comunicação Faro	Ciências Comunicação	Polit. Púb.	Litoral Sul
Escola Superior Educação Leiria	Com. Soc. Educação Multimedia	Polit. Púb.	Litoral Centro
Escola Superior Educação Viseu	Comunicação Social	Polit. Púb.	Interior Centro
Escola Superior Educação Portalegre	Jornalismo e Comunicação	Polit. Púb.	Interior Centro
Escola Superior Tecnologia Abrantes/Tomar	Comunicação Social	Polit. Púb.	Interior Centro
Universidade Lusófona Humanidades e Tecnologia	Comunicação e Jornalismo	Universidade Privada	Litoral Centro
Universidade Lusófona Humanidades e Tecnologia	Ciências Comunicação e da Cultura	Universidade Privada	Litoral Centro
Universidade Lusófona Porto	Ciências Comunicação e da Cultura	Universidade Privada	Litoral Norte
Instituto Superior da Maia	Ciências Comunicação	Universidade Privada	Litoral Norte
Universidade Autónoma Lisboa	Ciências Comunicação	Universidade Privada	Litoral Centro
Universidade Católica Lisboa	Comunicação Social e Cultural	Universidade Privada	Litoral Centro
Universidade Católica Braga	Ciências Comunicação	Universidade Privada	Litoral Norte
Universidade Fernando Pessoa	Ciências Comunicação	Universidade Privada	Litoral Norte
Instituto Superior Miguel Torga Coimbra	Comunicação Social	Universidade Privada	Litoral Centro
Instituto Superior Estudos Interculturais e Transdisciplinares Almada	Ciências Comunicação e MKT	Universidade Privada	Litoral Centro
Instituto Superior Estudos Interculturais e Transdisciplinares Mirandela	Ciências Comunicação e MKT	Universidade Privada	Litoral Centro
Instituto Superior Línguas e Administração Gaia	Comunicação	Universidade Privada	Litoral Norte
Instituto Superior Línguas e Administração Santarém	Comunicação	Universidade Privada	Interior Centro
Instituto Superior Novas Profissões	Jornalismo	Polit. Privado	Litoral Centro
Instituto Superior Ciências Informação Administração	Comunicação Social	Polit. Privado	Litoral Norte

Fonte DGES e Sítios online dos cursos

As marcas da ditadura

O ensino do jornalismo só chegou a Portugal depois da revolução de 1974 e da queda da ditadura. A ditadura afastou o jornalismo da academia, ainda que a classe, mormente os seus representantes mais inconformados, tivesse dado sinais de querer

contrariar o jugo do regime, sugerindo propostas de formação consistentes, refletidas e alinhadas com a tendência europeia. A solidez das propostas diluía-se nos debates espúrios no seio da classe, amparados, claro está, pelo desejo em manter tudo na mesma: uma entrada na profissão controlada pelo argumento do *talento inato*, onde a avaliação subjetiva do empregador abria a porta ao acesso empurrado pela *cunha*, própria dos regimes onde a meritocracia é a ameaça que pode fragilizar os alicerces onde assenta o conformismo. A alimentar a inação da classe estava, igualmente, o híper-conservadorismo dos "jornalistas instalados", que receariam que a invasão das redações por jornalistas formados em escolas específicas pusesse em causa o estatuto conquistado (Sousa, 2009: 17).

Já aqui destacámos a iniciativa de 1941, um curso de dois anos, desenhado pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas (criado em 1934), onde a correspondência entre a componente teórica e prática era consubstanciada na proposta de visitas de estudo às redações e às gráficas e nas conferências livres (Sobreira, 2004: 20). A preconização de pontes entre as duas dimensões (teoria e prática) que, nos primeiros cursos do pós revolução, foram quebradas, aumentando o fosso entre academia e profissão, afirmou-se como pilar desta proposta, refletindo, de algum modo, a matriz de Pulitzer. O projeto de 1941 não chegou a mobilizar a classe, consolidando um espírito de corpo capaz de contrariar a resistência do regime.

O debate continuaria morno até à década de 60, onde assistimos a uma certa radicalização do discurso em defesa da formação académica no acesso à profissão (*idem, ibidem*: 25).

Atento a esses sinais, o regime encarrega um dos seus mais destacados jornalistas, Leopoldo Nunes¹⁷⁴, de elaborar uma proposta de formação que impedisse o ensino do jornalismo de escapar ao controlo e supervisão do Estado¹⁷⁵.

¹⁷⁴ Leopoldo Nunes era jornalista e escritor, defensor dos ideais do regime. Pela cobertura que fez da guerra civil de Espanha, um dos feitos profissionais que marcam o seu currículo, Leopoldo Nunes é apresentado pelo historiador espanhol, Alberto Pena Rodriguez (2003), da Universidade de Vigo, como firme apoiante do salazarismo e do franquismo. Leopoldo Nunes é natural de Montemor-o-Novo, terra natal do autor desta investigação. Acarinhado e valorizado pela população durante o regime fascista, a revolução de 1974 promoveu o seu ostracismo e esquecimento.

¹⁷⁵ Um sobrinho do jornalista Leopoldo Nunes cedeu-nos, para esta investigação, uma cópia do original da proposta de formação, datada de 1967. Não encontramos referência a este texto em nenhuma das obras onde o tema do ensino do jornalismo em Portugal é desenvolvido. O documento possui, em nosso entender, um importância científica assinalável, por ser a visão do regime sobre o ensino do jornalismo, através do olhar de um dos seus mais destacados jornalistas. Não encontramos explicação para esta proposta, claramente sustentada pelo regime, não ter passado, também ela, do papel. Admitimos a possibilidade de se ter tratado de um mero exercício do regime para condicionar a evolução do debate que, nessa época, refletiu o grau de radicalização assinalado por Sobreira. A ser verdadeiro este argumento, acreditamos que Leopoldo Nunes, pelo rigor e empenho apresentados na proposta,

O documento de Leopoldo Nunes parte da necessidade de melhorar a prática jornalística, que o jornalista considerava impossibilitada de cumprir o imperativo da profissão - a defesa do bem comum (1967: 43 e 44). O propósito de uma escola profissional de jornalismo, "fiscalizada pelo Estado", seria formar jornalistas, obedecendo a esse imperativo, e contribuir para "a elevação do nível cultural e técnico dos que já exercem a profissão" (47 e 48). A tônica colocada na necessidade de fiscalização do Estado, alojando o ensino do jornalismo numa "escola oficial", a fazer lembrar a Escola Oficial de Jornalismo de Franco, é complementada com o receio, demonstrado pelo autor, de que a escola autónoma, reclamada no debate que circulava nas páginas dos jornais, promovesse "a intervenção ativa de elementos da imprensa (empresários, jornalistas e outros)", que, servindo-se "desse magnífico instrumento", contribuam para "a manutenção de uma situação em que as expressões ideológicas e os interesses partidários são dominadores" (48 e 49). Na ótica de Leopoldo Nunes, a escola oficial portuguesa, tutelada por um Conselho Geral, presidido pelo Secretário de Estado da Presidência (50), deveria colocar o jornalismo ao serviço do "melhor propósito da Nação" (64). O jornalista autor da proposta recusava que a escola de jornalismo tivesse estatuto universitário (52 e 53), de novo à imagem do instituto patrocinado pela ditadura espanhola.

O plano de estudos (55-61) apresentava a orientação política do autor, refletida no estudo das principais tendências do mundo contemporâneo, com destaque para o bolchevismo, o Portugal ultramarino, a informação diplomática e política, o dogma e a moral, a deontologia profissional, a sociologia, a economia da informação. A abordagem mais abstrata do jornalismo, que o autor classifica como ensino teórico, seria complementada com um "ensino monográfico", promotor de uma associação com a dimensão prática, e com aulas práticas de reportagem e redação de notícias, destinadas aos três meios clássicos e ao cinema, à época, igualmente, um dos veículos de propaganda do regime. Nos três anos do curso, os alunos deveriam igualmente frequentar um conjunto de seminários práticos, colóquios e efetuar visitas de estudo a jornais e oficinas gráficas. O plano de estudos pressupunha que a componente prática do curso fosse concretizada através do estabelecimento de parcerias com os meios de comunicação social.

a tenha desenhado consciente do papel que a formação poderia ter na valorização da profissão, alheio, portanto às reais intenções do regime, sem, todavia, deixar de proteger os interesses dos promotores.

A proposta de Leopoldo Nunes impõe-se contra a corrente do debate, nessa época muito moldado pela necessidade de transformar o jornalismo numa disciplina académica, estabelecendo laços com as faculdades de letras ou de direito (Sobreira, 2004: 26). A Primavera Marcelista criou a ilusão de que esse caminho seria breve. A nova direção do Sindicato Nacional dos Jornalistas, eleita em 1970, nomeou uma comissão, formada por jornalistas de referência, alguns licenciados em universidades estrangeiras, para estudar e preparar um curso superior de jornalismo em Portugal (*idem, ibidem*: 30 e 31; Cascais, 2008: 66 e 67). Esse trabalho ficou concluído em Dezembro de 1970 e foi entregue ao governo em Fevereiro do ano seguinte (Cascais, 2008: 67); teve o destino de todas as outras propostas, apesar de nenhuma delas ter tido a consistência, o grau de sistematização e detalhe desta. O documento foi arquivado pela ditadura e, de forma direta, ninguém voltou a pegar-lhe no pós revolução. Esta proposta do Sindicato tornou claro o sentimento da classe relativamente ao desejo de promover uma reflexão sobre a prática, encontrando, na academia, o lugar de legitimação. Como observa Jorge Pedro Sousa, o Sindicato dos Jornalistas dessa época "parecia mais partidário do ensino superior do jornalismo, como via de acesso à profissão, do que parece hoje" (2009: 30).

O pós revolução e a chegada do jornalismo à academia

Já aqui discutimos a forma indireta como o jornalismo chegou à academia e as dissensões que essa chegada, distanciada de quaisquer compromissos corporativos, haveria de provocar, abrindo um fosso entre a academia e a profissão que a proposta de 1971 parecia, claramente, querer quebrar.

As razões do fundador do curso, o académico Adriano Duarte Rodrigues¹⁷⁶, nomeado para presidir à comissão que deveria avaliar a reestruturação da oferta académica na área das ciências sociais, já aqui ficaram expressas, bem como a resistência que Rodrigues confessou sentir por parte da comunidade académica, relativamente à integração do jornalismo no campus. A Universidade Nova de Lisboa acolheu a ideia de associar a comunicação à oferta da área das ciências sociais e humanas, mas, à época, foi a única universidade a revelar sinais de abertura.

A proposta de Adriano Duarte Rodrigues resultou desse compromisso entre a resistência académica e a aspiração da classe profissional em valorizar a prática pela

¹⁷⁶ Entrevista que o Professor Jubilado da Universidade Nova de Lisboa nos concedeu a 8 de dezembro de 2010. Ao longo do trabalho serão citados outros excertos desta entrevista.

via universitária. Cedo se provou que os interesses dos dois lados não eram passíveis de conciliação e a primeira licenciatura na área cedeu à academia, distanciando-se da profissão.

"A minha opção, bem ou mal, foi não confundir esta oferta com a do politécnico que, nessa altura, estava a desenvolver-se. Este curso era uma criação da universidade, idêntico, aliás, aquela que, à época, era a oferta europeia na área das ciências sociais. Antes que houvesse qualquer aproximação às áreas profissionais, tínhamos de formar a equipa. Era minha convicção que as áreas profissionais que abrissemos teriam de ser resultado de doutoramentos que fizéssemos na área. Por isso, durante os primeiros três, quatro anos, o trabalho mais importante que fizemos foi formar a equipa."

Uma ideia que ficou por concretizar

Rodrigues nunca se terá alheado do sentimento de rejeição que esta *academização* forçada, que Barbie Zelizer nos ajudou a retratar (2004: 7), gerava nos profissionais. Houve um momento em que o fundador dos estudos na área entendeu que poderia promover a ponte com os jornalistas, estabelecendo uma aliança com uma ideia de formação mais vocacional, que entretanto (1996) despontava no Politécnico de Lisboa.¹⁷⁷

"Quando o curso de Jornalismo e Comunicação abriu no Politécnico de Lisboa fui sugerir ao fundador, António Pinto Leite, que fundíssemos os dois cursos numa Faculdade de Comunicação. Posso ter sido ingénuo. Cheguei a falar com o Ministério da Educação, mas a proposta não avançou. Ainda hoje acho que se teria justificado. Tínhamos ocupado um lugar condigno no campus, que certamente iria evitar que surgissem tantos novos cursos na área. Pelos menos, os promotores pensariam duas vezes"¹⁷⁸.

A fusão, preconizada por Adriano Duarte Rodrigues, nunca avançou e, assumindo como modelo o curso da Universidade Nova de Lisboa, foram surgindo diversas ofertas semelhantes. A explosão, que Mário Mesquita classificaria em 1995¹⁷⁹ como "o milagre da multiplicação dos cursos", só aconteceria quase uma década depois, a partir do final dos anos 80, depois dos reflexos da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia.

¹⁷⁷ Adriano Duarte Rodrigues nunca tornou públicos estes esforços, sobretudo porque os resultados não tiveram o desfecho que o académico ambicionava.

¹⁷⁸ No *ranking* que criámos para posicionarmos os cursos na área em Portugal, seguindo a oferta do ano letivo de 2009-2010, verificamos que os cursos de Ciências da Comunicação da UNL e de Jornalismo e Comunicação da Escola Superior de Comunicação Social de Benfica ocupam o primeiro lugar no estatuto respetivo, no que concerne a médias de entrada e ao número total de cadeiras de jornalismo nos planos curriculares. No número de vagas aberto no ano letivo de 2009-2010, a UNL ocupa a primeira posição no conjunto das universidades públicas e a ESCS a segunda nos politécnicos públicos, atrás do Instituto Politécnico de Viseu. Estes dados objetivos, por si só, parecem confirmar a expectativa de Rodrigues.

¹⁷⁹ Diário de Notícias, 5 de janeiro de 1995.

Entre 1979 e 1996 surgiram 14 licenciaturas (seis em universidades públicas, oito em universidades privadas) e 12 bacharelatos (oito em politécnicos públicos, quatro em politécnicos privados) (Mesquita e Ponte, 1997: 16 e 17; 21 e 22).

O caso específico do politécnico e a aproximação ao ensino universitário

Até 1986, ano da inauguração do primeiro bacharelato num politécnico privado, a oferta permaneceu restrita; só explodiria, de facto, a partir de 1989, quer no politécnico, quer na universidade.

Em 1980¹⁸⁰ juntaram-se ao curso da UNL duas novas propostas: uma licenciatura (Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa) e uma pós graduação em Ciências da Informação, oferecida pela Universidade Católica, destinada a licenciados ou a profissionais com mais de cinco anos de experiência. Em 1983, o curso de Ciências Sociais da Universidade do Minho criou uma especialização em Comunicação Social.

Em 1986 é inaugurado, na Escola Superior de Jornalismo do Porto, o primeiro bacharelato na área, em Comunicação Social, uma oferta privada impulsionada pelo Centro de Formação de Jornalistas do Porto, um curso que haveria de ser extinto na sequência da criação da licenciatura em Ciências da Comunicação, Jornalismo, Assessoria e *Multimedia*, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. As restantes três ofertas privadas no politécnico surgiram em 1989 (Instituto Superior de Ciências de Informação e da Administração de Aveiro), 1990 (Instituto Superior de Administração, Comunicação e Empresa da Guarda) e 1991 (Instituto Português de Estudos Superiores, em Lisboa).

Destes primeiros quatro cursos em politécnicos privados, identificados no estudo de Mesquita e Ponte, resiste um, o de Aveiro.

Entre 1992 e 1996 são inaugurados sete cursos na área, ministrados em politécnicos públicos, seis deles integrados em Escolas Superiores de Educação. Carla Patrão¹⁸¹, professora do curso de Comunicação Social da Escola Superior de Educação de Coimbra, formação que integra o nosso corpus restrito de análise, admite que a integração da oferta em comunicação tenha sido o resultado da necessidade de manter o

¹⁸⁰ A listagem dos cursos, que surgiram entre 1980 e 1996, corresponde à identificação feita por Mário Mesquita e Cristina Ponte em 1996-1997, num estudo elaborado para a Representação da Comissão Europeia em Portugal.

¹⁸¹ Entrevista que a Professora da ESEC nos concedeu a 26 de novembro de 2010. Ao longo do trabalho serão citados outros excertos desta entrevista. À época, Carla Patrão, era diretora do curso, tendo sido posteriormente substituída por Gil Ferreira.

emprego dos docentes na área da educação, cursos que, na década de 90 do século passado, começaram a refletir o desinteresse do mercado. Carla Patrão entende que essa matriz acabou por condicionar o plano de estudos destes cursos. Adriano Duarte Rodrigues identifica esta mesma razão para justificar o apetite repentino da universidade pela área da comunicação, sobretudo depois de, no final dos anos 70, a resistência da academia à integração do campo não ter passado despercebida. Para o Professor Jubilado da UNL, a partir dos anos 80, a comunicação transformou-se na "tábua de salvação para professores em risco de desemprego".

Uma proximidade que esbate diferenças e aniquila marcas de identidade

Os sete bacharelatos públicos em jornalismo e comunicação, que surgiram entre 1992 e 1996, pretendiam ser a alternativa à oferta universitária, estabelecendo uma ligação ao mercado e às profissões. Essa lógica acabou por não se efetivar. Alterações na legislação abriram caminho a que os bacharelatos avançassem para licenciaturas, perdendo-se a matriz de origem. Assistimos à proximidade entre o politécnico e a universidade não apenas na atribuição do grau académico, situação que, aliás, a aplicação da declaração de Bolonha acabaria sempre por impor, mas, e sobretudo, ao nível da missão educativa, num claro esbatimento das diferenças legalmente consagradas. Acreditamos que esta proximidade promova uma certa perversão do sistema, a vários níveis. Uma análise detalhada da formação académica em Portugal irá permitir-nos expressar o esbatimento dessas diferenças, destacada, aliás, por diversos autores.

Manuel Pinto e Helena Sousa entendem que o nascimento dos politécnicos está, sobretudo, associado a razões políticas e, essa marca é promotora da relação conflitual com a universidade (2003: 179). No estudo de 2003, os autores ainda consideravam existir espaço de ação para ambos, com os politécnicos a afirmarem a sua vocação mais profissional e a universidade a investir na investigação e na análise da profissão (2003: 179), mas, num trabalho de 2009, Manuel Pinto e Sandra Marinho, identificaram a crescente aproximação nas missões. Essa proximidade levou os autores a questionarem a necessidade de se manter a diferença de estatuto: "Sobretudo quando essa diferença preconiza diferentes condições de trabalho em matéria de investigação, estatuto do pessoal docente e financiamento" (pos. 5626). Em face dessa aproximação, Adriano Duarte Rodrigues reclama o fim da distinção entre ensino politécnico e universitário e a consequente reorganização do setor. Já para Sandra Marinho, a única diferença entre

politécnico e universidade restringe-se à investigação que, "enquanto atividade organizada", apenas existe nas universidades (2011: 396).

Nos seis cursos que constituem o nosso corpus restrito observámos diversas marcas promotoras da aproximação entre projetos formativos universitários e politécnicos, pelo que, este assunto, será retomado.

A evolução da oferta na área no politécnico público e privado

A constituição da nossa lista de 31 cursos na área (quadro 1) resultou do cumprimento de dois critérios associados: a referência ao perfil de jornalista nos objetivos do programa de formação e a expressão clara desse trajeto no plano curricular, observável na integração de disciplinas diretamente relacionadas com o estudo do jornalismo e a ação profissional. Neste âmbito, excluímos os cursos cujo plano de estudos resulta da associação entre comunicação (ou ciências da informação) e as tecnologias *multimedia*.

As duas primeiras ofertas na área, identificadas por Mesquita e Ponte, ambas inauguradas em 1992, não integram a nossa lista, por não encaixarem nos critérios que orientam a nossa classificação. A primeira, ministrada pelo Instituto Politécnico do Porto, hoje Escola Superior de Educação do Porto, assumiu a denominação de Tecnologia da Comunicação Audiovisual¹⁸². A segunda oferta surge na Guarda, na Escola Superior de Educação.¹⁸³ Seguiram-se os cursos das Escolas Superiores de Educação de Coimbra e Setúbal (1993), Portalegre (1994), Faro e Viseu (1995) e, em 1996, foi inaugurado o curso de Jornalismo, na Escola Superior de Comunicação Social de Benfica, Lisboa (quadro 2).

¹⁸² Este curso da Escola Superior de Educação do Porto, ainda se mantém, tendo, todavia, alterado a designação para Artes Visuais e Tecnologias Artísticas. De facto, o plano curricular não estabelece nenhuma ligação direta, ou sequer indireta, ao jornalismo http://www.esep.ipp.pt/cursos/planoestudos/pl.html?cod_turma=L-AVTA&total_anos_curso=3&cod_curso=3510, consultado em abril de 2013.

¹⁸³ Este curso da Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto, não foi incluído na nossa lista, uma vez que no perfil dos profissionais que forma não consta o jornalismo. O plano curricular prepara profissionais na área das relações públicas, marketing, assessoria e comunicação estratégica e empresarial. Não existe nenhuma cadeira de jornalismo no leque de ofertas fixas. A única proposta na área, jornalismo contemporâneo, é uma cadeira de opção que integra o lote das cadeiras condicionadas que, por decisão da escola, podem ou não ser oferecidas. Sobre esta matéria conferir <http://twintwo.ipg.pt/webapps/porta/frameset.jsp> - consultado em abril de 2013. Pelas mesmas razões não incluímos, igualmente, a licenciatura da mesma escola em Comunicação *Multimedia* - <http://twintwo.ipg.pt/webapps/porta/frameset.jsp>, consulta: abril de 2013.

Quadro 2 - Politécnicos Públicos 1996-1997

ESTABELECIMENTO	CURSO	Grau	GEOGRAFIA
Escola Superior Educação Coimbra	Comunicação	Bacharelato	Litoral Centro
Escola Superior Educação Setúbal	Comunicação Social	Bacharelato	Litoral Centro/Sul
Escola Superior Educação Portalegre	Jornalismo e Comunicação	Bacharelato	Interior Centro
Escola Superior Educação Faro	Ciências Comunicação	Bacharelato	Litoral Sul
Escola Superior Educação Viseu	Comunicação Social	Bacharelato	Interior Centro
Escola Superior Comunicação Social	Jornalismo	Bacharelato	Litoral Centro

Fonte Mesquita e Ponte 1997

Depois da divulgação dos resultados do estudo de Mesquita e Ponte surgiram duas novas propostas no politécnico público: o curso de Comunicação Social e Educação *Multimedia*, da Escola Superior de Educação de Leiria, e o curso de Comunicação Social no Instituto Politécnico de Tomar, na Escola Superior de Tecnologia de Abrantes.

Nos anos subsequentes à divulgação do relatório de Mesquita e Ponte, a oferta curricular na área, nos politécnicos privados, sofreu uma redução: dos quatro cursos existentes, três desapareceram, surgindo, apenas, um. No ano letivo de 2009-2010 (quadro 3) existem, apenas, dois cursos ministrados em politécnicos privados. O curso de jornalismo do Instituto Superior de Novas Profissões¹⁸⁴, do grupo Lusófona, inaugurado, exatamente, nesse ano letivo, e o resistente curso do Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração de Aveiro (ISCIA). Esta oferta curricular mudou, todavia, de designação, assumindo a denominação Comunicação, deixando cair a identificação de origem - Jornalismo.

Quadro 3 - Politécnicos Públicos e Privados, 2009-2010

ESTABELECIMENTO	CURSO	ESTATUTO	GEOGRAFIA
Escola Superior Comunicação Social	Jornalismo	Polit. Púb.	Litoral Centro
Escola Superior Educação Coimbra	Comunicação Social	Polit. Púb.	Litoral Centro
Escola Superior Educação Setúbal	Comunicação Social	Polit. Púb.	Litoral Centro/Sul
Escola Superior Educação e Com. Faro	Ciências Comunicação	Polit. Púb.	Litoral Sul
Escola Superior Educação Leiria	Comunicação Social Ed. Mult.	Polit. Púb.	Litoral Centro
Escola Superior Educação Viseu	Comunicação Social	Polit. Púb.	Interior Centro
Escola Superior Educação Port.	Jornalismo e Comunicação	Polit. Púb.	Interior Centro
Escola Superior Tecnologia Abrant/Tom.	Comunicação Social	Polit. Púb.	Interior Centro
Instituto Superior Novas Profissões	Jornalismo	Polit. Priv.	Litoral Centro
Inst. Superior Ciências Inform. Administração	Comunicação Social	Polit. Priv.	Litoral Norte

Fonte DGES e Sítios online dos cursos

¹⁸⁴ O Curso do Instituto Superior de Novas Profissões teve, todavia, uma existência efémera. A Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) decretou a extinção desta licenciatura por não se enquadrar nos critérios que estão na base da acreditação, sobretudo relativos à composição e tipo de contrato do corpo docente. As entidades que viram cursos encerrados não tinham o rácio de doutorados requerido, nem o número suficiente de docentes com vínculo à instituição e a desempenharem função a tempo inteiro (Público, 4 de abril de 2011). No sítio oficial do ISNP o curso de Jornalismo já não integra a lista dos cursos oferecidos no ano letivo de 2012-2013: www.inp.pt (consultado em abril de 2013).

Evolução da oferta universitária a partir do molde da UNL

O relatório de Mário Mesquita e Cristina Ponte demonstra-nos a forma como a primeira licenciatura da área, mesmo sujeita a críticas internas e externas à academia, sobretudo as da classe jornalística, acabou por moldar a oferta subsequente, onde, mesmo existindo variações na denominação dos cursos, subsiste, seguindo a análise dos autores, uma grande semelhança na oferta curricular, em matéria de disciplinas e programas de estudo (quadro 4).

O segundo curso numa universidade pública abriu em 1980, na Universidade Técnica de Lisboa, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), assumindo a mesma designação da oferta da UNL, Comunicação Social. A terceira licenciatura na área inaugura a denominação que haveria de vingar no decurso da década de 90 - Ciências da Comunicação. Surgiu na Universidade da Beira Interior (UBI), em 1989. A Universidade do Minho, que autonomizara a área de Comunicação Social no curso de Ciências Sociais em 1983, dá continuidade a esse processo, inaugurando, em 1991, a licenciatura autónoma em Comunicação Social. O primeiro curso que acolhe a designação Jornalismo data de 1993. Surgiu na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Quadro 4 - Universidades Públicas 1996-1997

ESTABELECIMENTO	CURSOS	ESTATUTO	GEOGRAFIA
Universidade Nova Lisboa	Comunicação Social	Univ. Púb.	Litoral Centro
Instituto Ciências Sociais Políticas	Comunicação Social	Univ. Púb.	Litoral Centro
Universidade Beira Interior	Ciências Comunicação	Univ. Púb.	Interior Centro
Universidade Minho	Comunicação Social	Univ. Púb.	Litoral Norte
Universidade Coimbra	Jornalismo	Univ. Púb.	Litoral Centro

Fonte Mesquita e Ponte, 1997

Depois do ano letivo de 1996-1997 até ao ano letivo de 2009-2010, a oferta na área, nas universidades públicas, aumentou de forma significativa (quadro 5). Assim, aos cinco cursos identificados por Mesquita e Ponte¹⁸⁵, juntaram-se os cursos de Ciências da Comunicação, Jornalismo, Assessoria e *Multimedia*, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Ciências da Comunicação da Universidade de Alto Douro e Trás os Montes e o curso de Comunicação Social e Cultura, da Universidade dos Açores.

¹⁸⁵ Na realidade os autores identificaram seis, mas um deles (Universidade de Aveiro) não integra a nossa lista.

Quadro 5 - Universidades Públicas, 2009-2010

ESTABELECIMENTO	CURSO	ESTATUTO	GEOGRAFIA
Universidade Nova Lisboa	Ciências Comunicação	Univ. Púb.	Litoral Centro
Inst. Superior Ciências Sociais Políticas	Ciências Comunicação	Univ. Púb.	Litoral Centro
Universidade Porto	Ciências Com. Jorn. Assessoria e Mult.	Univ. Púb.	Litoral Norte
Universidade Minho	Ciências Comunicação	Univ. Púb.	Litoral Norte
Universidade Coimbra	Jornalismo	Univ. Púb.	Litoral Centro
Universidade Beira Interior	Ciências Comunicação	Univ. Púb.	Interior Centro
Universidade Trás-os-Montes Alto Douro	Ciências Comunicação	Univ. Púb.	Interior Norte
Universidade Açores	Comunicação Social e Cultural	Univ. Púb.	Ilhas

fonte DGES e sítios onlinedos cursos

Após 1996-1997, registou-se uma explosão na oferta universitária privada na área. Subiu de 8 cursos (Mesquita e Ponte) para 13 (Marinho, 2011; Coelho, 2013).

O primeiro curso universitário, oferecido pelo setor privado, surgiu em 1989, na Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), tendo assumido a denominação de Ciências da Comunicação (quadro 6). Um ano mais tarde, foi a vez da Universidade Fernando Pessoa, no Porto, avançar com a mesma oferta. O curso de Comunicação Social e Cultural da Universidade Católica Portuguesa, uma licenciatura com cinco anos, surgiu em 1991. Em 1993, o nascimento da Universidade Independente alargou a oferta, tendo surgido uma nova licenciatura em Ciências da Comunicação. O curso encerrou em 2007, com o fecho, compulsivo, do estabelecimento de ensino. A Universidade Lusófona entra no mercado em 1995, com o curso de Ciências da Comunicação e da Cultura. Também em 1995 surge a licenciatura de cinco anos em Comunicação, ministrada pelo Instituto Superior de Línguas (ISLA) de Santarém¹⁸⁶. O ISLA foi a primeira instituição privada de ensino superior, inaugurada em 1962, tendo sido, igualmente, a entidade que requereu, ao governo de Marcelo Caetano, a aprovação para abertura daquele que viria a ser o primeiro curso superior de jornalismo em Portugal, que arrancou, formalmente, no ano letivo de 1971-1972 (Cascais, 2008: 70 e 71).

Em 1996, o Instituto Piaget faz a sua primeira incursão na área, com o curso de Comunicação e Desenvolvimento Intercultural, do Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares, o ISEIT. No mesmo ano, o Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra (ISSC), entretanto extinto, inaugura a licenciatura em Ciências da Informação, a quinta oferta na área a apresentar um plano de estudos de licenciatura com cinco anos. De facto, num universo de 14 estabelecimentos de ensino universitário, apenas as licenciaturas da Universidade Nova de Lisboa (pública), da

¹⁸⁶ Esta licenciatura foi uma das que não conseguiu resistir aos problemas financeiros do Instituto (Jornal o Mirante, 11 de abril de 2013), tendo sido extinta no ano letivo de 2010-2011.

Universidade do Minho (pública), da Universidade Católica Portuguesa, do ISLA e do ISSC (privados) apresentaram licenciaturas de cinco anos.

Quadro 6 - Universidades Privadas 1996-1997

ESTABELECIMENTO	CURSOS	ESTATUTO	GEOGRAFIA
Universidade Autónoma Lisboa	Ciências Comunicação	Univ. Priv.	Litoral Centro
Universidade Fernando Pessoa	Ciências Comunicação	Univ. Priv.	Litoral Norte
Universidade Católica Lisboa	Comunicação Social Cultural	Univ. Priv.	Litoral Centro
Universidade Independente	Ciências Comunicação	Univ. Priv.	Litoral Centro
Universidade Lusófona Humanidades Tecnologia	Ciências Comunicação Cultura	Univ. Priv.	Litoral Centro
Instituto Superior Línguas Administração	Comunicação	Univ. Priv.	Litoral Centro
Instituto Superior Estudos Interculturais Transdisciplinares	Com. e Des. Intercult.	Univ. Priv.	Litoral Centro

Fonte Mesquita e Ponte, 1997

O ensino universitário privado na área haveria de assistir a um impulso significativo até ao final da década de 90 do século passado, acompanhando o movimento crescente do mercado, alimentado, na fase final desse crescimento, pela associação da Internet ao jornalismo. O rebentamento de uma *bolha*, que assistira a um crescimento artificial, inverteu abruptamente o rumo e o ensino privado foi forçado a deixar muitas vagas por preencher. Os alunos, interessados em receber formação, aproveitaram a maior oferta do público.

Sandra Marinho (2011), que acompanhou a evolução da oferta universitária, no setor privado, entre os anos letivos de 2005-2006 e 2007-2008, assinala que as oito licenciaturas identificadas por Mesquita e Ponte em 1996-1997 subiram para dez no primeiro ano do estudo da autora. O desaparecimento de um dos cursos, identificado em 1996-1997 (ISSC), foi compensado com o surgimento de três novas licenciaturas: Ciências da Informação, no Instituto Superior Miguel Torga, em Coimbra (ISMT), Comunicação, no Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA) de Vila Nova de Gaia e o curso de Ciências da Comunicação do Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares (ISEIT) de Mirandela¹⁸⁷, do Instituto Piaget (535). No ano letivo seguinte, em 2006-2007, a oferta é, de novo, alargada, passando de 10 para 12 cursos. As duas novas licenciaturas, ambas em Ciências da Comunicação, são inauguradas na Universidade Católica de Braga (UCB) e no Instituto Superior da MAIA

¹⁸⁷ As duas licenciaturas na área, no ISEIT de Mirandela e de Almada, foram descontinuadas no ano letivo de 2011-2012.

(ISMAI). No ano letivo de 2007-2008, o último analisado pela autora, o encerramento compulsivo da Universidade Independente abate uma licenciatura na lista da oferta universitária privada; mas essa extinção é compensada com o surgimento de dois novos cursos: Comunicação e Jornalismo, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e Ciências da Comunicação e da Cultura, na Universidade Lusófona do Porto, formação que já existia no polo central de Lisboa. Assim, em 2007-2008, o ensino superior universitário privado apresenta 13 cursos na área, número que se manteve em 2009-2010 (quadro 7).

Quadro 7 - Ensino Superior Privado, 2009-2010

ESTABELECIMENTO	CURSO	ESTATUTO	GEOGRAFIA
Universidade Lusófona Humanidades e Tecnologia	Comunicação e Jornalismo	Universidade Privada	Litoral Centro
Universidade Lusófona Humanidades e Tecnologia	Ciências Comunicação e da Cultura	Universidade Privada	Litoral Centro
Universidade Lusófona Porto	Ciências Comunicação e da Cultura	Universidade Privada	Litoral Norte
Instituto Superior da Maia	Ciências Comunicação	Universidade Privada	Litoral Norte
Universidade Autónoma Lisboa	Ciências Comunicação	Universidade Privada	Litoral Centro
Universidade Católica Lisboa	Comunicação Social e Cultural	Universidade Privada	Litoral Centro
Universidade Católica Braga	Ciências Comunicação	Universidade Privada	Litoral Norte
Universidade Fernando Pessoa	Ciências Comunicação	Universidade Privada	Litoral Norte
Instituto Superior Miguel Torga Coimbra	Comunicação Social	Universidade Privada	Litoral Centro
Instituto Superior Estudos Interculturais e Transdisciplinares Almada	Ciências Comunicação e MKT	Universidade Privada	Litoral Centro
Instituto Superior Estudos Interculturais e Transdisciplinares Mirandela	Ciências Comunicação e MKT	Universidade Privada	Litoral Centro
Instituto Superior Línguas e Administração Gaia	Comunicação	Universidade Privada	Litoral Norte
Instituto Superior Línguas e Administração Santarém	Comunicação	Universidade Privada	Interior Centro

Fonte DGES e sítios online dos cursos

Em 2009-2010, o setor privado haveria de crescer no politécnico, inaugurando, como assinalámos, a licenciatura em Jornalismo no Instituto Superior de Novas Profissões, cujo encerramento foi ordenado, em 2012, pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

O curso do Instituto Superior de Novas Profissões veio reforçar a oferta do maior grupo privado dedicado ao ensino superior, o grupo Lusófona. Na área do jornalismo/comunicação, o grupo Lusófona oferecia seis licenciaturas: uma no politécnico (ISNP, Lisboa), e cinco no ensino universitário: duas licenciaturas no polo central de Lisboa, uma no polo do Porto e duas no ISLA (Santarém e Vila Nova de

Gaia), igualmente propriedade do grupo. Em 2012-2013 o grupo Lusófona abateu duas licenciaturas no seu portefólio: a do ISLA de Santarém, extinta em 2010-2011, e do ISNP, encerrada compulsivamente em 2012.

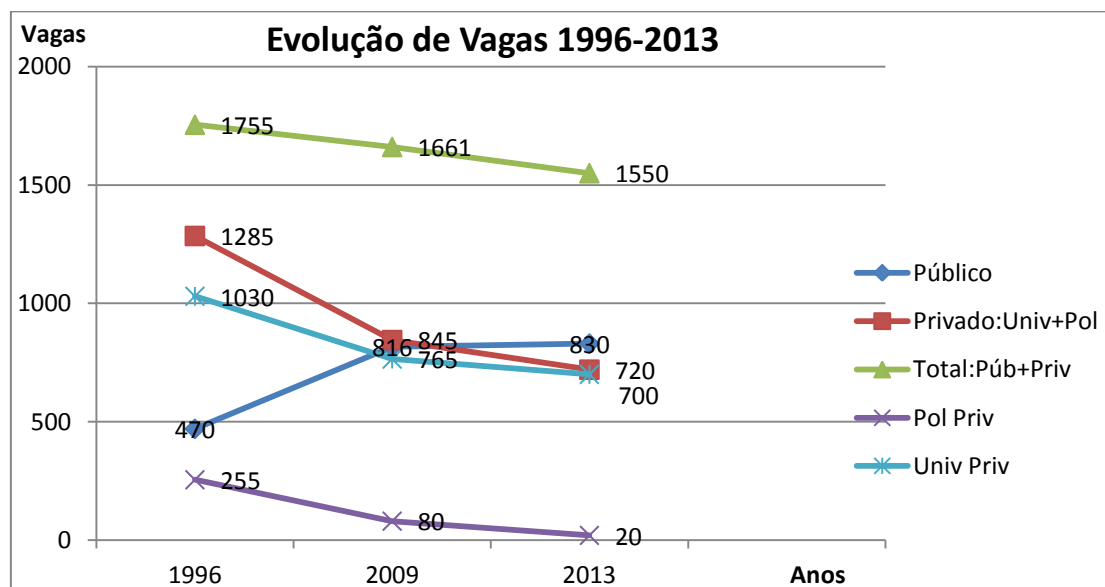
Como é que este aumento da oferta no setor privado, mas também no público, onde, como vimos, passou de um total de 12 cursos (cinco universidades e sete politécnicos), em 1996-1997, para 16 (oito universidades e oito politécnicos) em 2009-2010, encontrou sustentação, impondo-se em pleno cenário de contra ciclo do mercado, que não parou de gerar desemprego na área, desde o rebentamento da *bolha*?

Evolução do Número de Vagas

No ano letivo de 1996-1997 foram admitidos 470¹⁸⁸ alunos no ensino superior público e 1285 no privado, fixando o total das vagas preenchidas nas 1755 (Mesquita e Ponte: 14, 15). Nos treze anos seguintes, a situação geral manteve-se, praticamente, sem alterações. O número de vagas abertas no ano letivo de 2009-2010 foi de 1661, ou seja, menos 94 (gráfico 1).

Gráfico 1

Evolução do nº de vagas nos setores público e privado, 1996-2013



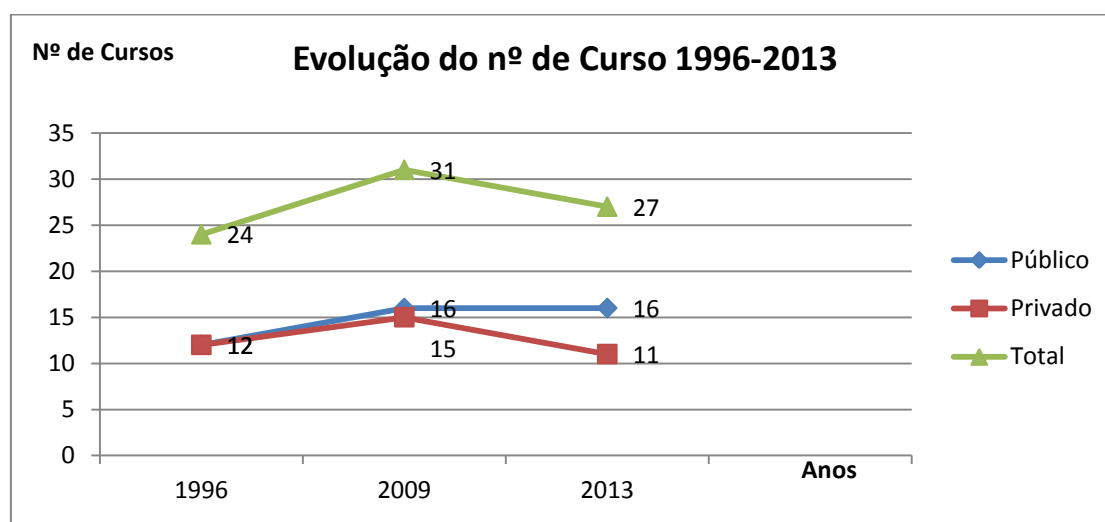
Fonte Mesquita e Ponte (1997) DGES e trabalho de campo

¹⁸⁸ Aplicando o nosso quadro de critérios teremos de excluir, das 596 vagas ocupadas em 1996-1997 (Classificação de Mesquita e Ponte), o número de alunos admitidos nos cursos que não integram a nossa classificação. Assim, excluídas as admissões nos cursos de Tecnologia da Comunicação Audiovisual (30 vagas ocupadas), Comunicação e Relações Públicas na Escola Superior de Educação da Guarda (60 vagas ocupadas) e o curso de Novas Tecnologias da Comunicação da Universidade de Aveiro (36 vagas ocupadas), o número total de vagas na área, no ensino superior público, no ano letivo de 1996-1997, desce para as 470.

Avaliada a soma das partes (ensino superior privado e público) verificamos que a quebra registada está longe de acompanhar os efeitos provocados pela crise de sustentabilidade que molda o jornalismo de hoje, que restringiu o número de novas contratações, aumentou a precariedade laboral e forçou o despedimento de profissionais¹⁸⁹.

Se associarmos a esta observação a análise da evolução do número de cursos (gráfico 2) chegamos a resultados ainda mais preocupantes. Assim, no ano letivo de 1996-1997, Mesquita e Ponte identificaram 24 cursos na área¹⁹⁰. Em 2005-2006, o primeiro ano letivo a integrar o estudo de Sandra Marinho, e o último antes da aplicação da Declaração de Bolonha, o número de cursos da área no ensino superior público e privado subiu para 28 (Marinho, 2011). Na nossa classificação, referente ao ano letivo de 2009-2010, o número total fixou-se nos 31. No espaço de 13 anos, o número de vagas desceu ligeiramente (94), mas o número de cursos subiu quase 25 por cento (de 24 para 31).

Gráfico 2



Fonte Mesquita e Ponte (1997) DGES e trabalho de campo

¹⁸⁹ Não existem dados concretos sobre o impacto do desemprego na classe. O número de desempregados registado não corresponde ao número real porque, como admitem Rebelo *et al*, muitos jornalistas omitem a situação de desempregado no processo de busca de um novo emprego, trocando-a pela situação de regime livre (2011: 78). O dado mais concreto sobre a precariedade da classe, já aqui citado, foi apresentado pelo Sindicato dos Jornalistas: entre 2007 e 2011 o número de jornalistas que requereu o subsídio de desemprego, ou o subsídio social de desemprego, situou-se nos 694 (Sindicato dos Jornalistas, 2012), cerca de 10 por cento do número total de jornalistas em 2009 - 6917 (Rebelo *et al*, 2011: 57).

¹⁹⁰ No ano letivo de 2003-2004, Fernando Cascais (2004) identifica 23 cursos, menos um do que Mesquita e Ponte. Cascais não nomeia as licenciaturas que integram a lista que elaborou. O autor também não é específico relativo ao número total de vagas disponíveis, utilizando, apenas, um valor de grandeza: cerca de um milhar, um número que não incluirá a soma da oferta privada, muito distante, portanto, do referenciado por Mesquita e Ponte, por Marinho e da nossa própria classificação. Assim, desconhecendo os critérios de organização da lista de Cascais, optámos por não estabelecer quadros comparativos com a classificação que o autor apresenta.

A adaptação da oferta às contingências do mercado ocorreu, sobretudo, no setor privado, onde assistimos ao claro desinvestimento no politécnico. No estudo de Mesquita e Ponte, as quatro licenciaturas identificadas no politécnico privado representavam, em conjunto, 255 vagas. Em 2009-2010, as duas licenciaturas existentes, neste setor (ISNP e ISCIA), oferecem escassos 80 lugares. Em 2013, descontadas as vagas oferecidas pelo Instituto de Novas Profissões, o politécnico privado está representado pelas escassas 20 vagas do ISCIA. Em 16 anos, o politécnico privado perdeu 235 vagas. No geral, as vagas do privado desceram das 1285 identificadas no estudo de 1996-1997 para as 845, em 2009-2010. Em 2012-2013 voltaram a descer, fixando-se nas 720.¹⁹¹ Em 16 anos, o ensino privado perdeu, assim, um total de 565 vagas.

A subida, contra a corrente do mercado, foi ampla no setor público. Ocorreu, de forma consistente, até ao ano letivo de 2005-2006, onde o número de vagas mais do que duplicou, face a 1996-1997, passando das 470 identificadas por Mesquita e Ponte para as 1078 (Marinho 2011: 374 e 375). Esse número sofreu uma quebra nos anos letivos seguintes. Em 2009-2010, os estabelecimentos de ensino superior públicos admitiram 816 alunos, ainda assim, mais 346 do que em 1996-1997. Em 13 anos, a oferta passou das 12 licenciaturas em universidades e politécnicos públicos para as atuais (2009-2010) 16 (oito universidades e oito politécnicos)¹⁹². No ano letivo de 2012-2013 a oferta pública mantém o mesmo número de cursos, mas o número de vagas subiu ligeiramente, passando das 816 registadas em 2009-2010, para as 830.

No ano letivo de 2012-2013 existiam, então, 27 licenciaturas da área, 16 públicas e 11 privadas. O total das vagas abertas nesse período fixou-se nas 1550: 830 no setor público, 720 no privado. O aumento da oferta no público (passando de 470 para 830) não foi compensado pela quebra expressiva no privado (1285 em 1996-1997; 720 em 2012-2013). O saldo, nestes 16 anos, traduz-se numa quebra de 205 vagas.

As Razões e os Efeitos de uma Oferta no Público Contra a Corrente do Mercado

Numa situação de retração continuada da economia, num tempo em que o desemprego cresce, desde 2001, de forma continuada, no setor específico da

¹⁹¹ Entre 2009-2010 e 2012-2013, o ensino privado perdeu 125 vagas face a 2009-2010, as 60 do ISNP, as 15 do ISLA de Santarém e as 50 do ISEIT de Almada (30) e de Mirandela (20).

¹⁹² O surgimento das quatro novas licenciaturas, em Vila Real de Trás os Montes, Açores (universidade), Leiria e Tomar (politécnico), representa o reforço de 159 vagas, a juntar às 470 existentes. As restantes 187 resultam do aumento do *numerus clausus*.

comunicação social, que razões estarão por detrás deste reforço da oferta académica pública na área, que, no ano letivo de 2012-2013, quase dobra o número de vagas face a 1996-1997?

A nossa investigação não aprofunda o caminho dessas explicações, contudo, um conjunto objetivo de dados parece associar-se. Identificamos três razões. Desde logo a demora demonstrada pelo Estado em intervir na avaliação e acreditação do ensino superior. A Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior só começou a funcionar em 2009. O trabalho que foi feito, de então para cá, produziu resultados a nível geral mas, no caso concreto do ensino superior, privado e público, na área de jornalismo/comunicação, apenas registamos a extinção de um curso, a licenciatura do Instituto de Novas Profissões. Já as licenciaturas do ISLA de Santarém, e do ISEIT de Almada e Mirandela, foram extintas por razões de mercado. O problema, todavia, parece estar a montante (segunda razão), na fase em que o Ministério da Educação permitiu a disseminação pelo país das diversas licenciaturas na área. De facto, estes cursos representaram a forma mais imediata e fácil de captar alunos, tendo resolvido, em muitas instituições, o problema dos professores que não iriam resistir à diminuição, continuada e drástica, da procura por cursos de humanidades e ciências sociais. A este propósito, Nobre Correia considera que essas licenciaturas passaram a ser "moda", assumindo o estatuto de "novas ciências humanas da modernidade" (2007, *apud* Marinho, 2011: 365). Adriano Duarte Rodrigues considera o crescimento da área a demonstração do "carneirismo cultural" que caracteriza o país. Mário Mesquita (1995)¹⁹³ cria a imagem da "mina de ouro" para justificar o "milagre da multiplicação dos cursos" e Nelson Traquina¹⁹⁴ observa que "os políticos abriram cursos como supermercados". Fernando Correia¹⁹⁵ coloca na base dessa explosão das licenciaturas na área, "o horror" que Portugal tem ao planeamento. Jacinto Godinho¹⁹⁶ teme que este "excesso de oferta" esteja a condicionar a ação profissional, de uma forma que poderá estar a traduzir-se na aceitação de tarefas que, não sendo jornalísticas, representam "um semi-jornalismo", um jornalismo diferenciado que está a promover mutações no campo.

¹⁹³ *in Diário Notícias*, 5 janeiro de 1995

¹⁹⁴ Entrevista que o Professor Jubilado da UNL nos concedeu a 11 de novembro de 2010. Ao longo do trabalho serão citados outros excertos desta entrevista.

¹⁹⁵ Entrevista que o Professor de jornalismo e coordenador do curso de Jornalismo da ULHT nos concedeu a 25 de novembro de 2010. Ao longo do trabalho serão citados outros excertos desta entrevista.

¹⁹⁶ Entrevista que o Professor da UNL nos concedeu em novembro de 2010. Ao longo do trabalho serão citados outros excertos desta entrevista.

De facto, a evolução da oferta na área corresponde ao movimento inverso a que assistimos nos cursos de formação de professores do ensino básico, solucionando, como aqui assinalámos, o problema das Escolas Superiores de Educação, mas solucionando, igualmente, o problema das Ciências Sociais e Humanas que perdiam alunos, de forma galopante, nos cursos de literatura, linguística, história, filosofia, sociologia e antropologia.

A abertura de cursos da área em todas as regiões do país, alguns deles separados por escassas dezenas de quilómetros,¹⁹⁷ teve como consequência direta a descida permanente das médias de acesso na maioria das licenciaturas do ensino público (quadro 8), sobretudo nas localizadas em zonas distanciadas dos grandes centros e onde os estabelecimentos de ensino, que as acolhem, enfrentam naturais problemas de notabilidade¹⁹⁸.

A terceira razão que, na nossa opinião, está por detrás deste crescimento anómalo da área, no ensino superior público, estará relacionada com o custo de funcionamento destas licenciaturas. O desenvolvimento tecnológico, a que íamos assistindo no mercado, não adquiria a mesma consistência na academia e, como tal, essa parcela não assumia volume suficiente que retraísse as sucessivas inaugurações da década de 90 do século passado. O distanciamento em relação à profissão, que integrou a matriz destas licenciaturas, parecia desobrigá-las de investimentos tecnológicos que, certamente, seriam considerados inoportunos. Mesmo não sendo o curso de jornalismo um curso tecnológico, a necessária aproximação à profissão teria exigido um outro grau de preocupação por parte da academia. Na maioria dos estabelecimentos de ensino com cursos na área, esse apetrechamento chegou apenas quando tal se tornou inevitável; atualmente, o equipamento já constitui marca diferenciadora de algumas licenciaturas dos setores público e privado.

¹⁹⁷ No ano letivo de 2012-2013, só o eixo Coimbra, Leiria, Abrantes, Covilhã, Viseu ofereceu 305 vagas na área. Se excluirmos as 110 vagas de Coimbra, polo de atração geográfico e académico, ainda sobram as duzentas vagas da soma dos politécnicos de Leiria, Tomar e Viseu e da Universidade da Beira Interior.

¹⁹⁸ Em escassos três anos, entre o ano letivo de 2009-2010 e o ano letivo de 2012-2013, a média de entrada, na primeira fase, no curso do politécnico de Portalegre desceu quase três valores (2,81), tendo representado a descida mais acentuada de todas. A licenciatura do politécnico de Leiria desceu quase dois valores (1,94), a da Universidade dos Açores 1,37 valores, e o politécnico de Setúbal desceu quase um valor (0,95). Já o politécnico de Tomar/Abrantes, que em 2009-2010 tinha deixado 13 vagas por preencher, tendo o último aluno da primeira fase entrado com 10 valores, em 2012-2013, com o propósito de segurar a média, deixou 16 vagas por preencher. O último aluno colocado na primeira fase teve 11,87 valores. Em 2012-2013, o politécnico de Portalegre teve a média mais baixa do país com 9,8 valores contra os 16,85 valores do curso da UNL (16,80 em 2009-2010), que mantém o primeiro lugar da lista.

No próximo capítulo teremos oportunidade de demonstrar que a integração da componente tecnológica nos programas foi resultado de uma avaliação precipitada, que não obedeceu a uma estratégia que sustentasse as opções assumidas.

A adaptação forçada do ensino privado às contingências do mercado, acompanhada pelo início de um processo de marginalização das escolas públicas menos atrativas geográfica e curricularmente, ocorre no momento em que as três razões que identificámos deixaram de conseguir sustentar uma realidade, cada vez mais, artificial. O mercado impôs as suas regras e estes cursos deixaram de ser atrativos para o setor privado, sobretudo a partir do momento em que o ensino superior público reforçou a oferta, abrindo mais vagas e alargando a rede. Os alunos puderam optar pelo público. Se a área, por razões de mercado, perde parte da aura que lhe garantia um primeiro plano, afigura-se natural a rejeição das ofertas curriculares menos cotadas. Num momento de enorme processo de filtração do mercado, devemos admitir que, a maioria dos alunos, redobre os esforços por cumprir as metas dos cursos da área considerados mais credíveis.

Quadro 8

Evolução das médias de acesso ao Ensino Superior e das vagas disponíveis (2009/10 -2012/13)

CURSO	MÉDIAS	MÉDIAS	VAGAS	VAGAS
	2009	2013	2009	2013
Univ.NovaLisboa/CiênciasCom.	16,80	16,85	85	88
Univ.Porto/CiênciasCom.Jorn.Ass.Mult.	16,20	15,94	75	86
Univ.Minho/CiênciasCom.	15,94	15,86	60	62
Int.Sup.CiênciasSoc.Políticas/CiênciasCom.	15,70	15,65	62	64
EscolaSup.Com.SocialLisboa/Jornalismo	15,65	15,55	60	60
Univ.Coimbra/Jornalismo	15,70	15,30	40	50
EscolaSup.Ed.Coimbra/Com.Social	14,80	14,90	40	41
Univ.BeiraInterior/CiênciasCom.	13,36	13,64	50	50
Univ.TrásMontesAltoDouro/CiênciasCom.	13,50	13,37	61	61
EscolaSup.Ed.Com.Faro/CiênciasCom.	13,56	13,11	35	36
EscolaSup.Ed.Setúbal/Com.Social	13,53	12,58	40	36*
EscolaSup.Tec.Abrantes/Tomar/Com.Social	10,00	11,87	22	16*
EscolaSup.Ed.Leiria/Com.SocialEd.Mult.	13,07	11,13	40	40
Univ.Açores/Com.SocialCultural	12,20	10,87	23	16*
EscolaSup.Ed.Viseu/Com.Social	10,97	10,58	65	69*
EscolaSup.Ed.Portalegre/Jorn.Com.	12,61	9,80	35	31*

Fonte DGES

*cursos que deixaram vagas por preencher

TENDÊNCIAS QUE RESULTAM DA OBSERVAÇÃO DOS PLANOS DE ESTUDO¹⁹⁹

A Matriz

A análise dos planos de estudo das 27 licenciaturas, identificadas em 2012-2013, possibilita a concretização de um primeiro nível de análise. Esse trajeto não nos irá permitir afirmar conclusões, apenas enunciar alguns pressupostos orientadores para um segundo nível de análise. Para ultrapassarmos as limitações impostas pela impossibilidade de estudarmos, em detalhe, os planos, as estratégias e as orientações curriculares de todos os cursos identificados, procedemos à constituição de um corpus restrito de análise, que nos servirá de base para o segundo nível referido. Ainda assim, dada a limitação da amostra (seis cursos em 31)²⁰⁰, mesmo esse segundo nível irá permitir, apenas, afirmar algumas conclusões provisórias que nos ajudarão a definir a realidade portuguesa.

Os dados apurados nesse segundo nível serão, igualmente, determinantes para a constituição de um modelo de formação, que ultrapasse as fragilidades, ou que promova as virtudes identificadas.

Neste primeiro nível de estudo procedemos à identificação das unidades curriculares, que integram os planos de estudo em cada curso, e à leitura dos programas de cada uma delas, nos casos em que estes estavam disponíveis para consulta no sítio online das licenciaturas. Esse processo permitiu-nos identificar os contornos da matriz, que molda cada uma das formações, com o propósito de agruparmos as licenciaturas em campos de estudo (jornalismo, comunicação ou ciências sociais e humanas).

O Campo das Ciências Sociais e Humanas integra as unidades curriculares dessa área específica, apresentadas, na maioria dos currículos, como de tronco comum: sociologia geral, antropologia, filosofia, história, ciência política, direito, economia, geografia, linguística, estudos literários, cultura. O Campo da Comunicação integra

¹⁹⁹ Esta análise tem por base a lista de cursos que identificámos em setembro de 2009, no arranque do ano letivo de 2009-2010. Quanto à avaliação dos planos de estudo, a que procedemos, tivemos de restringi-la às licenciaturas que resistiram até ao ano letivo de 2012-2013, uma vez que, tendo deixado esse trabalho incompleto em 2009-2010, com o propósito claro de o concluirmos numa data mais próxima da conclusão do nosso estudo, as quatro licenciaturas, entretanto descontinuadas, foram retiradas dos sítios online das instituições onde eram ministradas. Assim, no tópico específico da identificação da oferta curricular, a lista restringe-se aos 27 cursos que ainda existem.

²⁰⁰ O trabalho que fizemos nos seis cursos da amostra não estaria ao nosso alcance se fosse concretizado nas 31 licenciaturas identificadas. Visitámos cada um dos cursos selecionados. Entrevistámos alunos do primeiro e terceiro anos e monitorizámos o seu percurso durante o ano letivo de 2010-2011; entrevistámos professores das uc de jornalismo e os coordenadores das licenciaturas. Acompanhámos, posteriormente, alunos estagiários de cada um dos seis cursos na primeira incursão no mercado profissional, via estágio curricular ou espontâneo. Por fim, registámos a avaliação que o mercado faz da formação académica em Portugal, dados parcialmente apresentados no capítulo anterior.

todas as unidades curriculares de Ciências Sociais e Humanas com associações específicas à comunicação, as teorias da comunicação, mais o estudo dos *media* e as tecnologias dos *media*. Este campo integra, ainda, as unidades curriculares de produção e realização radiofónica ou televisiva, ou as de técnicas de expressão radiofónicas ou televisivas, quando não estabelecem qualquer associação ao jornalismo; em alguns cursos, essa oferta está, aliás, integrada nas variantes de comunicação audiovisual. Admitimos a possibilidade de, em algumas licenciaturas, existir uma ligação destas unidades curriculares ao jornalismo, mas, para tal, teríamos de aceder ao programa de cada uma delas, na maioria indisponíveis ou apresentando informação insuficiente e inconclusiva. Estamos conscientes da enorme abrangência deste campo, sobretudo quando as unidades curriculares tecnológicas começam a encontrar espaço nos planos de estudo; contudo, a forma como essas unidades curriculares se organizam no interior desses planos ainda não pressupõe a existência de uma estratégia definida, que exija maior detalhe da investigação. A maioria dos cursos oferece unidades que não estabelecem conexões diretas com o jornalismo e, nos poucos casos onde o intitulado refere associações à comunicação, o foco é colocado na dimensão tecnológica, o que deixa essas uc isoladas no interior dos currículos²⁰¹. A dimensão tecnológica é igualmente associada ao jornalismo, situação que observamos em praticamente todos os cursos²⁰². Nos casos em que esta associação ao jornalismo é reconhecida optámos por integrar essas unidades curriculares no campo do jornalismo.

²⁰¹ Na lista de 27 cursos, a opção de incluir no plano de estudos unidades curriculares tecnológicas sem articulação ao campo do jornalismo foi assumida por 22. As exceções são os cursos das universidades dos Açores, da Beira Interior, da Nova de Lisboa e de Coimbra. No curso da Escola Superior de Comunicação Social existe apenas uma uc tecnológica sem correspondência direta com o jornalismo, mas é uma uc de opção - ateliê de Edição Multimedia. Nos restantes 22 cursos essas unidades curriculares tecnológicas isoladas assumem diversas denominações. O número, em cada plano, varia de curso para curso: oscila entre uma e seis uc. A lista é a que se segue: Animação Multimedia; Oficina de Som e imagem (UTAD); Projeto Multimedia e Informática e Tecnologias em Comunicação (Algarve); Introdução às Tecnologias de Informação e Comunicação; Meios Digitais; Design *Multimedia* (Minho); Design e Comunicação Visual; Comunicações Digitais e Internet; Ateliês de *Multimedia* (Porto); Informática e Comunicação (Viseu); Edição Eletrónica (Portalegre); Comunicação Online; Escrita Digital (Abrantes); Media Digitais (ISCSP); Introdução à Computação; Computação *Multimedia* e Interatividade; Computação de Imagem Digital (ULHT cursos de Ciências da Comunicação e da Cultura (CCC); curso de Comunicação e Jornalismo e Lusófona do Porto (CCC) - acrescenta Cibercultura); Edição *Multimedia*; Infografia/webdesign (Católica de Lisboa); Tecnologias de Informação e Ateliê de *Multimedia* (Católica de Braga); Introdução às Novas Tecnologias da Informação; Tecnologias dos Media e Mediações Tecnológicas (UAL); Produção e Administração de Conteúdos para a Web (ISMiguel Torga); Ateliê de Cibercultura (ESECoimbra); Produção de Conteúdos para a Web; Ciberculturas (Setúbal); Princípios Gerais de Informática; Comunicação *Multimedia*; Comunicação Digital (Fernando Pessoa); Comunicação *Multimedia* (ISCI Aveiro); Técnicas *Multimedia*; Tecnologia e Prática da Web; Plataformas Digitais e Redes Sociais (ISLA, Gaia); Tecnologias da Informação e Comunicação - seis unidades curriculares, uma por semestre (ISMAI).

²⁰² O único curso onde não existe uma unidade curricular especificamente dedicada ao jornalismo online é o do ISMAI, os restantes, mesmo diversificando no intitulado (jornalismo digital; jornalismo online; *webjornalismo*; ciberjornalismo), integram a componente digital do jornalismo em uc autónomas ou nos programas de ateliês de jornalismo dedicados às quatro plataformas (imprensa, rádio, televisão e online).

O terceiro campo, o jornalismo, apenas integra as unidades curriculares da área, teóricas e práticas²⁰³.

Cursos de Jornalismo

Dos 27 planos de estudo analisados, em três o número de unidades curriculares do campo específico de jornalismo (quadro 9) ultrapassa o número de unidades do campo da comunicação, maioritário em 18 (quadro 10)²⁰⁴.

Dois desses cursos adotaram a denominação de jornalismo (Universidade de Coimbra e Escola Superior de Comunicação Social), o terceiro associou comunicação e jornalismo (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia).

Quadro 9 - Cursos de Jornalismo 2012-2013

ESTABELECIMENTO	CURSO	ESTATUTO	UC JORNALISMO	UC COMUNICAÇÃO	UC CSH
Univ.Coimbra	Jornalismo	UPB	11	8	5
EscolaSup.Com.Social Lisboa	Jornalismo	PPB	23 + 1 opção	16	11
Univ.Lus.Hum.Tec.Lisboa	Com.Jorn.	UPV	17	8	10

Fonte DGES e Sítios online dos cursos

A associação do nome dos cursos ao número de unidades curriculares do campo permite-nos classificar estes cursos como cursos de banda estreita, no sentido em que o percurso curricular fecha o ângulo no jornalismo. Uma análise detalhada dos planos de estudo possibilita, todavia, apreender a rede de inter-relações que as unidades curriculares do campo do jornalismo estabelecem com a comunicação e com as ciências sociais e humanas. Nos cursos da Universidade Lusófona e da Escola Superior de Comunicação Social²⁰⁵, dois programas de formação com muitas aproximações, o

²⁰³ Os critérios que presidem à nossa classificação das unidades curriculares são diferentes dos utilizados no estudo de Marinho (2011) e no estudo de Mesquita e Ponte (1997). Sandra Marinho optou por integrar no campo jornalístico todas as cadeiras de Produção Radiofónica e Televisiva. Seguindo o seu ângulo de estudo, Marinho criou um quarto grupo onde alojou todas as cadeiras da área tecnológica e digital, incluindo as que promovem ligações diretas ao jornalismo, como Ciberjornalismo e *Webjornalismo*. Já Mesquita e Ponte optaram por restringir a classificação das unidades a duas categorias, Formação Geral (onde incluíram todas as cadeiras de Ciências Sociais e Humanas e Comunicação) e Estudo dos *Media* e Jornalismo.

²⁰⁴ O número de uc de comunicação só não é maioritário nas licenciaturas da UBI, Universidade dos Açores e Universidade Católica de Lisboa, onde as ciências sociais e humanas ultrapassam o peso dos restantes dois campos; nas licenciaturas do ISCSP e da Universidade Católica de Braga, onde o número de uc de comunicação iguala o número de ciências sociais e humanas, e na Escola Superior de Educação de Portalegre, onde o número de uc é o mesmo nos três campos.

²⁰⁵ A Escola Superior de Comunicação Social chegou a integrar o nosso *corpus* restrito, mas a direção não nos autorizou a visita, nem permitiu que entrevistássemos a coordenadora, professores e alunos, pelo que, na constituição do nosso *corpus* restrito, tivemos de substituir este curso pelo de Comunicação Social, da Escola Superior de Educação de Coimbra. A metodologia que presidiu à estruturação do *corpus* restrito é explicada no capítulo sete. A troca de correspondência com o diretor da ESCS e com a coordenadora do curso pode ser consultada em anexo.

jornalismo está no centro do plano de estudos, derivando dele as escassas inter-relações com matérias de campos vizinhos, cuja presença no plano só tem justificação por associação direta ao jornalismo. No caso do curso da Universidade de Coimbra, a avaliar pela opinião de um docente atual, Carlos Camponez, entrevistado para este trabalho, a cadeia de inter-relações que o jornalismo estabelece com áreas vizinhas é mais abrangente, não refletindo, à partida, como nos outros dois cursos, a submissão dos restantes campos ao jornalismo:

"O curso da Universidade de Coimbra apela à inter-relação com saberes vizinhos, história, sociologia, comunicação, etc. integrando, igualmente, o lado técnico (...) mas não é uma formação profissional avançada, entendemos que esse tipo de formação é do domínio da empresa e não da universidade".

A cadeia de inter-relações que o campo estabelece com a comunicação e com as ciências sociais e humanas é destacada, igualmente, na apresentação do curso:

"Este 1.º ciclo articula conhecimentos profissionais com outros, de banda larga (...) A partir da formação de quadros mentais, sólidos e complexos, os alunos estarão preparados para desempenhar uma profissão que engloba, no seu interior, diferentes perfis"²⁰⁶.

A licenciatura em Jornalismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra não integra o nosso *corpus* restrito, e como tal não nos é possível avaliar todas as variáveis associadas à caracterização da banda estreita. O número de uc de jornalismo é, no entanto, menor do que nos outros dois cursos (11 contra 23 na ESCS e 17 na ULHT). O verdadeiro sinal de diferença entre os três projetos formativos pode, todavia, ser revelado na análise comparativa dos três planos de estudo. Essa análise, meramente quantitativa, permite-nos observar a expressão da interseção do jornalismo com os campos vizinhos, de que nos falava Camponez, especialmente com o campo da comunicação. Assim, as 11 uc de jornalismo no curso da Universidade de Coimbra totalizam 51 créditos, contra os 97 no plano de estudos do curso de comunicação e jornalismo da Lusófona e os 95 do curso da Escola Superior de Comunicação Social. A presença das uc de comunicação nos três planos de estudo contribui para acentuar as diferenças, demonstrando que a ligação do jornalismo à comunicação adquire maior expressão no curso de Coimbra: 69 créditos, contra 13 do curso da Lusófona e 33 do curso da Escola Superior de Comunicação Social.

Já Fernando Correia, coordenador do curso de Comunicação e Jornalismo, da Universidade Lusófona de Lisboa, sente algum conforto na expressão banda estreita,

²⁰⁶ http://www.uc.pt/fluc/ensino/grelhas_cursos/1_ciclo/jornalismo_1ciclo_apresentacao, consultado em abril de 2013.

rejeitando, aliás, a ideia de que uma licenciatura fechada, com as características da que coordena, limite a possibilidade de empregabilidade dos alunos, depois de formados:

"Este ano, tivemos o maior número de inscrições no primeiro ano. Os alunos sabem que se não conseguirem trabalhar na área, podem optar por outra próxima do jornalismo. Para nós, jornalistas, há diferenças, mas o mercado não está nada preocupado com isso. Por isso é que a taxa de desempregados licenciados em jornalismo não é maior do que a de licenciados noutras áreas".

Carla Cardoso²⁰⁷, coordenadora pedagógica da licenciatura, entende que uma das "marcas identificadoras" do curso é, exatamente, a componente técnica (técnica profissional) e tecnológica (equipamento disponível para os alunos): "É isso que distingue os nossos alunos no mercado de trabalho".

Uma análise aprofundada do plano de estudos, complementada com as entrevistas aos alunos desta licenciatura²⁰⁸, onde pudemos confrontar os objetivos das uc com a prática letiva e as expectativas dos alunos, aproxima esta licenciatura dos critérios da banda estreita.

Ainda que este curso não tenha sido a primeira opção dos alunos que entrevistámos²⁰⁹, a maioria acabou por escolhê-lo de entre o quadro de opções que restava. Fizeram-no com a consciência de que o plano de estudos de comunicação e jornalismo fecha mais o ângulo do que de outros cursos da área. Filipe Piteira, aluno do primeiro ano, sente, agora, algum conforto pelo facto de não ter entrado no ensino público: "acho que o público mistura muito jornalismo com relações públicas e marketing. Aqui encontrei a saída quase dirigida". Confrontado com as semelhanças da oferta curricular da Escola Superior de Comunicação Social (politécnico público), o aluno esclarece nunca a ter colocado na lista de opções por "exigir uma média demasiado elevada". Analisando a oferta da Lusófona, Soraia Ribeiro, aluna do primeiro ano de Comunicação e Jornalismo, argumenta que um aluno que pretenda, "mesmo", ser jornalista "deve optar por este curso; o outro (Ciências da Comunicação e da Cultura, igualmente da Universidade Lusófona) é muito abrangente". A saída profissional parece ter condicionado a escolha da aluna, uma vez que acredita na possibilidade de "um curso mais específico" ser "mais do agrado dos empregadores". A

²⁰⁷ Entrevista realizada a 22 e 24 de novembro de 2010. Ao longo do trabalho serão citados outros excertos desta entrevista.

²⁰⁸ Entrevistas realizadas entre 22 e 29 de novembro de 2010.

²⁰⁹ No nosso estudo elegemos seis, como o número mínimo de alunos a entrevistar. No caso concreto de Jornalismo e Comunicação, da Universidade Lusófona, entrevistámos quatro alunos do primeiro ano, três do terceiro e três estagiários, um deles já integrava o nosso painel desde o terceiro ano.

abordagem que a aluna faz das unidades curriculares teóricas é outro indicador dos critérios da banda estreita: "As cadeiras teóricas estão no currículo porque têm ligação ao jornalismo, fazem falta à profissão". Sara Cabral, Ana Rita Carmello e Pedro Fernandes, alunos do terceiro ano, assumem, por outro lado, o risco de terem optado por um curso "de banda estreita", e o que essa opção pode representar na "maior dificuldade" em encontrar saídas no "marketing ou na publicidade", mas a decisão dos três foi condicionada pelo desejo de serem jornalistas. Sara Cabral confessa ter fugido da teoria da licenciatura em Ciências da Comunicação e Cultura. No momento em que o processo letivo está a chegar ao fim é que Pedro Fernandes tomou consciência de que "as rotinas profissionais", associadas ao jornalismo, o impedem de seguir a veia "criativa" que, afinal, parece moldá-lo: "Começo a pensar que sou demasiado criativo para ir para o jornalismo".

Dos 27 planos de estudo analisados, o da Escola Superior de Comunicação Social e o de Comunicação e Jornalismo da Lusófona de Lisboa serão os que mais se aproximam do molde estruturado por Joseph Pulitzer no início do século XX, e que nos ajuda hoje a classificar os critérios definidores de uma banda estreita: as disciplinas do plano de estudos, mesmo as que ultrapassam a ação profissional, expressando uma identidade mais teórica, refletem uma associação direta à prática profissional.

O plano de estudos do curso da ESCS oferece o maior número de uc de jornalismo (23 mais uma de opção) e as uc exteriores ao campo refletem uma associação direta à prática profissional. Destacamos cinco casos, um do terceiro ano, dois do segundo e dois do primeiro, o ano, aliás, onde a presença de uc de jornalismo surge em menor número, apenas três nos dois semestres, contra as 16 que os alunos têm de frequentar nos quatro semestres seguintes para completarem a formação. O programa da unidade curricular de primeiro ano, Portugal Século XX, valoriza o papel da história contemporânea na prática jornalística; já Língua e Expressão do Português, igualmente do primeiro ano, alerta que "num curso de jornalismo, o domínio da língua materna" se "reveste de uma importância que transcende a própria eficácia comunicativa". As uc de Inglês para o Jornalismo I e II, no segundo ano, e Guionismo Aplicado ao Jornalismo (opção, 3º ano) seguem a mesma lógica.

No caso da ESCS, a oferta em jornalismo é de tal forma abrangente que esta é a única licenciatura da área a oferecer uma uc de Jornalismo Literário. O curso da Lusófona, refletindo esse mesmo princípio de abrangência, opta por decompor o

jornalismo em parcelas (especializações): as áreas de política, economia, cultura, desporto, instituições europeias geram, cada uma, uma uc autónoma de primeiro ciclo.

Associação entre Perfil da Escola - Perfil dos Docentes - Estruturação do Plano Estudos

Nos três cursos deste campo existe um elemento comum, a influência do antigo jornalista e Professor Mário Mesquita. Mesquita foi fundador do curso de Jornalismo da Universidade de Coimbra, foi o primeiro coordenador do curso de Comunicação e Jornalismo da Universidade Lusófona e é Professor adjunto no curso de Jornalismo na Escola de Comunicação Social, tendo sido subdiretor do departamento.

Mário Mesquita²¹⁰ começou a carreira de docente na Universidade Nova de Lisboa, antes ainda de ter completado a licenciatura em Comunicação Social na Universidade Católica de Lovaina, na Bélgica. Foi docente do curso da UNL, por dois períodos: entre 1986 e 1995 e entre 1998 e 2003. Na entrevista que nos concedeu recorda a insatisfação que a matriz inicial do curso lhe despertava, assente numa aplicação "quase nula" ao jornalismo e na aposta num "perfil filosófico" da comunicação. Mesquita assume ter sido um dos primeiros a defender uma formação específica em jornalismo, acreditando que a oferta existente não dinamizava a formação prática nem teórica, diretamente associada ao jornalismo. Nessa época, Mesquita questionava, sobretudo, o fosso que, no curso da UNL, se abria entre a componente teórica e prática.

Nas cadeiras teóricas, nos primeiros dois anos, os alunos estudavam os maiores pensadores do mundo, sobretudo os da escola estruturalista francesa. No terceiro ano, quando, finalmente, o jornalismo chegava ao currículo, os alunos deparavam-se com cadeiras práticas onde eram ensinadas matérias rudimentares. Podiam perguntar: mas afinal que professor é este?! Será que estamos a andar para trás? A maneira de pensar o curso parecia-me errada. Considero muito importante que a teoria e a prática não fiquem em departamentos estanques. Acho que essa interação, de facto, ainda não foi conseguida".

Foi com base neste princípio que Mário Mesquita fundou, em 1993, a licenciatura em Jornalismo na Universidade de Coimbra, a primeira em Jornalismo. No momento da criação da licenciatura em Comunicação e Jornalismo, da Lusófona, Mesquita fez novo esforço de aplicação desse mesmo princípio. Nestes dois cursos, Mesquita foi decisivo na definição da matriz e na forma como ela foi aplicada, tendo tido papel determinante na escolha dos docentes, muitos deles jornalistas e seus ex-

²¹⁰ Entrevista concedida a 4 de maio de 2012. Ao longo deste trabalho serão citados outros excertos desta entrevista.

alunos. Acreditamos que a influência do Professor no curso da Escola Superior de Comunicação Social tenha sido igualmente determinante, dada a aproximação deste plano de estudo com o do curso da Universidade Lusófona. O cargo de administrador executivo, que hoje ocupa na Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, deixa-lhe menos tempo para assumir maiores responsabilidades no ensino, mas o papel de Mário Mesquita na definição de uma matriz de formação mais ligada à ação profissional e ao seu questionamento deve ser valorizado. Seria, todavia, excessivo afirmarmos que Mesquita está por detrás da criação da formação em banda estreita. A entrevista que nos concedeu parece distanciá-lo desse propósito, elegendo como quadro ideal de formação um molde bastante mais abrangente:

"Não me parece que o mercado recrute em função da formação em banda estreita ou banda larga, acho que o recrutamento depende, sobretudo, das aptidões. Se, por um lado, há componentes técnicas da profissão que se revelam determinantes, não é menos verdade que existem matérias de outras áreas essenciais para o jornalismo".

Cursos do campo comunicação

Os 18 cursos onde as uc do campo de comunicação ultrapassam o número identificado nos restantes dois campos representam a proposta de formação mais comum no nosso país, onde as ciências da comunicação acabaram por conquistar uma dimensão verdadeiramente estruturante.

O estatuto do estabelecimento de ensino, ou o nome da licenciatura, não determinam distinções. Na lista de 18 cursos há dez públicos (quatro universidades e seis politécnicos) e oito privados (sete universitários e um politécnico). Todos os cursos deste campo adotaram a palavra Comunicação: sete são de Ciências da Comunicação; seis são de Comunicação Social; os restantes associam a palavra Comunicação à cultura (dois) e ao *multimedia* (dois), um é apenas de Comunicação.

Quadro 10 - Cursos campo Comunicação 2012-2013

ESTABELECIMENTO	CURSO	ESTATUTO	uc COMUNICAÇÃO	uc JORNALISMO	uc CSH
UNoalLisboa	CiênciasCom.	UPB	13	6 (+3 opção)	7
UPorto	CiênciasCom.Jorn. Ass.Mult.	UPB	15	4 (+ 2 opção)	6
UMinho	CiênciasCom.	UPB	15	2	7
UTrasMontesAltoDour	CiênciasCom.	UPB	16	2	9
EscolaSup.Ed.Coimbra	ComunicaçãoSocial	PPB	15	9	9
EscolaSup.Ed.Setúbal	ComunicaçãoSocial	PPB	14	5	8
EscolaSup.Ed.Com. Faro	CiênciasCom.	PPB	12	(3 opção)	7
EscolaSup.Ed. Abrantes/Tomar	ComunicaçãoSocial	PPB	12	6 (+ 10 opção)	8
EscolaSup.Ed. Leiria	ComunicaçãoSocial Ed Multimedia	PPB	11	3	10
EscolaSup.Ed.Viseu	ComunicaçãoSocial	PPB	18	3	15
Univ.Lus.Hum.Tec.	CiênciasCom.Cultura	UPV	15	12	6
Univ.Lus.Porto	CiênciasCom.Cultura	UPV	15	10	6
Inst.Sup.Maia	CiênciasCom.	UPV	17	5	10
Univ.AutónomaLisboa	CiênciasCom.	UPV	16	4	10
Univ.FernandoPessoa	CiênciasCom.	UPV	15	1	9
Inst.Sup.MiguelTorga Coimbra	ComunicaçãoSocial	UPV	16	12 (+ 1 opção)	7
Int.Sup.LínguasAd. Gaia	Comunicação	UPV	18	3	10
Int.Sup.CiênciasInform. Aveiro	ComunicaçãoSocial	PPV	13	1	9

Fonte DGES e Sítios online dos cursos

O jornalismo é uma das atividades profissionais do campo da comunicação a que estas licenciaturas tentam dar resposta. O projeto formativo português optou, assim, por seguir, maioritariamente, o molde definido pela UNL, em 1979: a expressão de um tronco comum, alicerçado nas disciplinas do campo da comunicação e das ciências sociais e humanas, e a criação de variantes profissionais. Nesta lista de 18 cursos, a percentagem de uc obrigatórias de jornalismo, no cômputo geral, é inferior a 25 por cento em 14²¹¹.

Um olhar atento aos planos de estudo das licenciaturas públicas na área, ministradas nas Escolas Superiores de Educação e nas faculdades, ou institutos universitários, de Ciências Sociais e Humanas, ajudam-nos a confirmar a tese antes expressa por Carla Patrão e Adriano Duarte Rodrigues, para quem o investimento académico, entretanto concretizado na área da comunicação, foi "tábua de salvação" desses cursos.

Num segundo nível de estudo faremos uma avaliação detalhada da oferta curricular, alicerçada na interpretação dos programas de algumas uc, sobretudo as da

²¹¹ Nelson Traquina, na entrevista que nos concedeu a 11 de novembro de 2010, elegeu como percentagem equilibrada, na estruturação de um currículo de jornalismo, a presença de 25 por cento de uc da área, argumentando ser esse o molde que define a tradição da escola americana.

variante, nas entrevistas a docentes da variante de jornalismo, e nas entrevistas aos alunos e coordenadores das seis licenciaturas que integram o nosso corpus restrito. Para já, identificamos as uc que ameaçam bloquear a lógica estruturadora do plano curricular e o compromisso que este deve estabelecer com o campo de estudos e de formação que se propõe concretizar.

Essa influência das escolas de acolhimento na estruturação dos planos de estudo é especialmente observada em três escolas superiores de educação e duas universidades públicas.

Escola Superior de Educação de Coimbra (politécnico)

Neste curso, para além de ter sido incluído no currículo um conjunto de uc obrigatórias que já integravam a matriz da escola (sobretudo as da área da Psicologia Social), aos alunos do perfil de jornalismo é exigido que cumpram 18 créditos em Formação Geral e Transversal, disciplinas que, na interpretação da coordenadora do curso, Carla Patrão, estão muito distanciadas do jornalismo, privando o currículo, limitado aos seis semestres de Bolonha, de investir noutras matérias "certamente mais importantes" no processo de formação.

Escola Superior de Educação de Viseu (politécnico)

Tal como acontece no plano do politécnico de Coimbra, o currículo do curso de Comunicação Social de Viseu integra disciplinas obrigatórias que poderiam fazer parte de uma formação específica em pedagogia ou gestão: Psicologia Social (Técnicas de Dinâmica de Grupo); Performance Criativa; Gestão de Recursos Humanos; Sociologia das Organizações.

Escola Superior de Educação de Setúbal (politécnico)

Seguindo a mesma lógica de abordagem, esta licenciatura apresenta como uc obrigatórias de tronco comum Pedagogia e Educação ao Longo da Vida e Artes Performativas.

Universidade do Porto (universitário)

Nas entrevistas aos alunos é questionada a lógica de aplicação do programa em algumas unidades curriculares, onde "o excesso" de *multimedia* no plano de estudos é destacado.

Embora o *multimedia* seja uma das vertentes do curso, juntamente com o jornalismo e a assessoria, a presença de uc dessa vertente no tronco comum é maior do

que a revelada em assessoria, ou jornalismo. Assim, nos quatro semestres de tronco comum existem quatro uc obrigatórias da área de *multimedia*, contra duas de assessoria e duas de jornalismo²¹².

A via tecnológica desta licenciatura poderá ter ligações com o protocolo que lhe deu origem. O curso está integrado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mas é o resultado de uma parceria entre quatro Faculdades: Letras, Engenharia, Economia e Belas-Artes, pelo que o peso das novas tecnologias digitais, distanciadas, portanto, da ação jornalística, pode dever-se à influência da Faculdade de Engenharia.

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

A licenciatura em Ciências da Comunicação está integrada no Departamento de Letras, Artes e Comunicação mas, ao contrário do que acontece noutros casos onde o estabelecimento de acolhimento é o mesmo, neste, o peso dos estudos literários é muito relevante, com oito uc obrigatórias e, na lista das 16 cadeiras de opção assinaladas no plano de estudos, 12 são de estudos literários.

Cursos do campo Ciências Sociais e Humanas

Quadro 11 - Cursos campo CSH 2012-2013

ESTABELECIMENTO	CURSO	ESTATUTO	uc CSH	Uc COM.	uc JORNALISMO
Inst.Sup.CiênciasSoc.Pol.	CiênciasCom.	UPB	13	13	2
Univ.BeiraInterior	CiênciasCom.	UPB	12	11	6
Univ.Açores	Com.SocialCultural	UPB	16	5	4
EscolaSup.Ed.Portalegre	JornalismoCom.	PPB	8	8	8
Univ.CatólicaLisboa	Com.SocialCultura	UPV	15	13	2 (+ 2 opção)*
Univ.CatólicaBraga	CiênciasComunicação	UPV	14	13	4

Fonte DGES e Sítios online dos cursos

*No ano letivo de 2009-2010, o curso da Universidade Católica de Lisboa oferecia apenas uma uc de jornalismo

Duas das seis licenciaturas que integram este grupo são ministradas em duas universidades públicas (Açores e Covilhã), a terceira, Comunicação Social e Cultural, integra a oferta da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica de Lisboa, as restantes três apresentam o mesmo número de uc do que o identificado no campo da Comunicação. Neste primeiro nível de estudo pretendemos apreender a existência de marcas específicas nestes cursos do campo das Ciências Sociais e Humanas. A influência das humanidades é especialmente visível em dois casos, Universidade dos Açores e Católica de Lisboa. Os restantes projetos formativos não revelam marcas

²¹² <http://www.c2com.up.pt/planocurricular.html>, plano de estudos consultado em abril de 2013. Cadeiras da área *multimedia*: Tecnologia dos Media; Design e Comunicação Visual; Comunicações Digitais e Internet; Ateliês de *Multimedia*. Jornalismo: Técnicas de Expressão Jornalística I e II. Assessoria: Relações Públicas e Comunicação Empresarial.

específicas associadas à matriz da entidade de acolhimento. No caso da Universidade da Beira Interior, a influência no plano de estudos será, sobretudo, exterior.

De facto, no curso da UBI registamos um quase equilíbrio entre a oferta curricular na área das ciências sociais e humanas (12 uc) e a comunicação (11). O curso de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior foi o terceiro da área a surgir em Portugal, em 1989, dez anos depois do primeiro, o da UNL e nove depois do segundo, o do ISCSP. Foi um curso criado de raiz, numa universidade nova, inaugurada três anos antes, em 1986. O curso da UBI não teve, por isso, de ficar refém de nenhuma matriz de acolhimento. A opção foi seguir o molde definido pela licenciatura da UNL. A composição do plano de estudos ainda hoje é muito semelhante à de Lisboa. A diferença entre ambas residirá no menor investimento da Universidade Nova na área das Ciências Sociais e Humanas.

Já o curso de Comunicação Social e Cultura da Universidade dos Açores está integrado no Departamento de Línguas e Literaturas Modernas e essa filiação tem expressão direta na composição do plano de estudos, com sete das 16 uc de ciências sociais e humanas oferecidas (o maior número na lista dos 27 cursos) a pertencerem ao campo dos estudos literários.

O curso da Universidade dos Açores registou uma das médias de acesso mais baixas da área no território nacional (10, 5 valores em 2012-2013; 10.8 valores em 2009-2010), o que, a par do menor número de vagas preenchido (23, em 2012-2013), atribuiu a esta formação uma identidade periférica que terá reflexos diretos no currículo. Desde logo, a integração no plano de estudos de uc que já existiam no campus antes da inauguração dos estudos em Comunicação. Neste contexto, ao oferecer apenas cinco uc do campo da comunicação e outras quatro de jornalismo, a Universidade dos Açores não criou, propriamente, uma área de estudos em comunicação. O que, realmente, parece existir é uma variante em comunicação/jornalismo dentro de um curso de humanidades.

O curso da Universidade Católica de Lisboa tem o mesmo nome da licenciatura dos Açores e está igualmente alojado nas humanidades (Faculdade de Ciências Humanas), mas, ao contrário do que acontece no curso da universidade pública, este quase equilibra os campos das ciências sociais e humanas com o da comunicação. O acolhimento das humanidades é, todavia, marca distintiva deste curso: nas 15 uc de ciências sociais e humanas, 12 são dos subcampos da literatura, linguística e cultura.

PRESSUPOSTOS ORIENTADORES

1) Inexistências de Diferenças Significativas entre Universidade e Politécnico

Do ponto de vista do estatuto legal, a marca de distinção entre o ensino politécnico e o universitário consiste, essencialmente, no grau de aproximação de ambos ao mundo profissional. O ensino politécnico está especialmente vocacionado para promover a articulação com as profissões de forma mais direta, reforçando, para tal, a oferta de uc do campo profissional e promovendo a frequência dessas unidades mais cedo do que nos cursos universitários. No caso específico do jornalismo, as diferenças que detetamos, ao nível da aproximação à profissão, não são de molde a traçar uma fronteira distintiva entre universidade e politécnico.

É um facto que o quase desaparecimento do politécnico privado veio tornar mais complexos os quadros comparativos - a oferta é maioritariamente universitária - 18 estabelecimentos de ensino universitário (8 públicos, 10 privados), contra nove politécnicos (oito públicos e um privado) - ainda assim, alguns sinais merecem detalhe.

O quadro 12 apresenta o ranking das uc de jornalismo em cada um dos 27 cursos, aquelas que refletem maior aproximação à profissão de jornalista. Essa distribuição apresenta os cursos do politécnico dispersos pelos lugares do ranking. O primeiro curso da lista é politécnico, mas os quatro seguintes são universitários. Os dois últimos lugares do ranking são, aliás, preenchidos por dois cursos politécnicos. Na lista dos dez cursos com mais uc de jornalismo há apenas dois politécnicos; os restantes sete, mesmo pretendendo formar jornalistas, apresentam um rácio de uc da variante inferior ao dos cursos universitários.

Quadro 12 - Ranking uc de jornalismo 2012-2013

CURSO	ESTABELECIMENTO	uc JORNALISMO
Jornalismo	EscolaSup.Com.Social	23 (+ 1 opção)
ComunicaçãoJornalismo	Univ.Lus.Hum.Tec.	17
ComunicaçãoSocial	Inst.Sup.MiguelTorga	12 (+ 1 opção)
CiênciasComunicaçãoCultura	Univ.Lus.Hum.Tec.	12
Jornalismo	Univ.Coimbra	11
CiênciasComunicaçãoCultura	Univ.LusófonaPorto	10
ComunicaçãoSocial	EscolaSup.Ed.Coimbra	9
Jornalismo/Comunicação	EscolaSup.EdPortalegre	8
ComunicaçãoSocial	EscolaSup.Tec.Abrantes/Tomar	6 (+ 10 opção)
CiênciasComunicação	Univ.NovaLisboa	6 (+ 3 opção)
CiênciasComunicação	Univ.BeiraInterior	6
ComunicaçãoSocial	EscolaSupEd.Setúbal	5
CiênciasComunicação	Inst.Sup.Maia	5
CiênciasComunicaçãoJorn.Ass.Mult.	Univ.Porto	4 (+ 2 opção)
ComunicaçãoSocialCultural	Univ.Açores	4
CiênciasComunicação	Univ.CatólicaBraga	4
CiênciasComunicação	Univ.AutónomaLisboa	4
ComunicaçãoSocialEd.Mult.	EscolaSup.Ed.Leiria	3
ComunicaçãoSocial	EscolaSup.Ed.Viseu	3
Comunicação	Int.Sup.LínguasAd.Gaia	3
ComunicaçãoSocialCultural	Univ.CatólicaLisboa	2 (+2 opção) *
CiênciasComunicação	Int.Sup.CiênciasSociaisPolíticas	2 (+1 opção)
CiênciasComunicação	Univ.TrásMontesAltoDouro	2
CiênciasComunicação	Univ.Minho	2
CiênciasComunicação	Univ.FernandoPessoa	1
ComunicaçãoSocial	Int.Sup.CiênciasInform.Aveiro	1
CiênciasComunicação	EscolaSup.Ed.Com.FARO	(3 opção)

Fonte DGES e Sítios online dos cursos

*No ano letivo de 2009-2010 o curso de Lisboa da UC apenas oferecia 1 uc de jornalismo

Num segundo nível de estudo será possível identificar um grau de aproximação à profissão semelhante em dois cursos públicos de referência nos respetivos estatutos: o curso da Universidade do Porto e o curso da Escola Superior de Educação de Coimbra.

As diferenças entre os estatutos (politécnico/universitário) só são observáveis no capítulo dos estágios curriculares, presentes em oito dos nove cursos da área oferecidos no politécnico.

Quadro 13 - Estágios 2012-2013

CURSO	ESTABELECIMENTO	ESTATUTO	ESTÁGIO/PROJETO/OUTRO
CiênciasComunicação	Univ.NovaLisboa	UPB	NÃO
CiênciasComJorn.Ass.Mult.	Univ.Porto	UPB	SIM - 30 créditos
CiênciasComunicação	Univ.Minho	UPB	PROJETO - 10 créditos
CiênciasComunicação	Inst.Sup.CiênciasSoc.Pol.	UPB	SIM - 5 créditos + PROJ. 5
Jornalismo	Univ.Coimbra	UPB	PORTFÓLIO - 12 créditos
CiênciasComunicação	Univ.BeiraInterior	UPB	NÃO
CiênciasComunicação	Univ.TrásMontesAltoDouro	UPB	SIM - 5 créditos + PROJ. 9
ComSocialCult.	Univ.Açores	UPB	NÃO
Jornalismo	EscolaSup.Com.Social	PPB	NÃO
ComunicaçãoSocial	EscolaSup.Ed.Coimbra	PPB	SIM - 30 créditos
CiênciasComunicação	EscolaSup.Ed.Com.Faro	PPB	SIM - 24 créditos
ComunicaçãoSocial	EscolaSup.Ed.Setúbal	PPB	SIM - 10 créditos
ComSocEdMult.	EscolaSup.Ed.Leiria	PPB	SIM - 25 créditos + PROJ. 10
ComunicaçãoSocial	EscolaSup.Tec.Abrantes/Tom	PPB	SIM - 20 Créditos
ComunicaçãoSocial	EscolaSup.Ed.Viseu	PPB	SIM - 14 créditos
JornalismoComunicação	EscolaSup.Ed.Portalegre	PPB	SIM - 16 créditos + PROJ. 9
ComunicaçãoJornalismo	Univ.Lus.Hum.Tec.	UPV	SIM - 9 créditos
CiênciasCom.Cult.	Univ.Lus.Hum.Tec.	UPV	SIM - 12 créditos
CiênciasCom.Cult.	Univ.Lus.Porto	UPV	NÃO
ComSocCult.	Univ.CatólicaLisboa	UPV	NÃO
CiênciasComunicação	Univ.CatólicaBraga	UPV	SIM - 10 créditos/ou PROJETO
CiênciasComunicação	Int.Sup.Maia	UPV	SIM - 9 Créditos
CiênciasComunicação	Univ.AutónomaLisboa	UPV	NÃO
CiênciasComunicação	Univ.FernandoPessoa	UPV	SIM - 6 créditos
ComunicaçãoSocial	Inst.Sup.MiguelTorga	UPV	NÃO
Comunicação	Inst.Sup.LínguasAd.Gaia	UPV	PROJETO DIGITAL 10 créditos
ComunicaçãoSocial	Inst.Sup.CiênciasInforAveiro	PPV	SIM - 6 créditos*

Fonte: sítios online dos cursos

*O plano de estudos não indica o número de créditos atribuídos ao estágio, contudo, no último semestre do curso, que integra o estágio, existe o mesmo número de uc do que nos restantes, pelo que o estágio valerá o mesmo de todas as outras uc: seis créditos.

No grupo dos politécnicos, apenas um, a Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa, dispensa o estágio, os restantes oito, sete públicos e um privado, contemplam-no, ainda que represente peso diferenciado em cada um dos planos de estudo, valendo entre seis créditos (ISCIA) e 30 (ESEC), o equivalente a um semestre letivo.

Nas universidades públicas, o estágio tem uma representatividade reduzida. Dos oito cursos, três mantiveram o estágio depois da aplicação da reforma de Bolonha; contudo, apenas o curso da Universidade do Porto atribui ao estágio o peso máximo de 30 créditos, idêntico, aliás, ao que representa no plano de estudos da ESEC. Nos restantes dois cursos de universidades públicas, o estágio vale escassos cinco créditos.

O estágio tem peso igualmente reduzido nas universidades privadas. Está presente em cinco, das dez com cursos na área, mas a valer entre um mínimo de seis e um máximo de 12 créditos.

Os dados que dispomos não nos permitem aprofundar os efeitos da aplicação de Bolonha na manutenção dos estágios nos planos de estudos. No estudo de 1996-1997, Mesquita e Ponte, mesmo tendo analisado o papel dos estágios nos currículos dos cursos que caracterizaram, não especificaram que cursos, realmente, incluíam o estágio no plano de estudos; a informação vaga, associada a esta análise, não permite uma comparação direta: "Os estágios estão mais presentes nos planos curriculares das licenciaturas do ensino superior público do que nas do privado" (25)²¹³. Os autores utilizaram o mesmo modelo de análise no caso dos bacharelatos: "Nestes cursos de carácter profissionalizante, o estágio faz parte da maioria dos planos curriculares" (19)²¹⁴. Sandra Marinho procede à identificação do estágio nos planos curriculares, mas apenas no ano letivo de 2007-2008, já depois, portanto, da aplicação de Bolonha.

Na impossibilidade de apreendermos os efeitos de Bolonha na manutenção ou extinção dos estágios, curso a curso, estamos limitados às considerações gerais de Marinho e Pinto (2009):

"Com o processo de Bolonha e o corte de semestres (de oito para seis), os estágios desapareceram de muitos cursos do primeiro ciclo (em muitos casos foram transferidos para o segundo ciclo). Neste particular, o politécnico marcou uma diferença, uma vez que a maioria manteve os estágios no final do último semestre" (2009: pos. 5522-5523).

No último capítulo, quando trabalharmos o modelo de formação em jornalismo, refletiremos sobre o papel do estágio na promoção de laços entre a academia e o mercado e discutiremos o molde que essa ponte deve assumir, integrada num currículo de primeiro ciclo.

²¹³ Uma situação inversa à atual, onde o estágio está presente nos planos de estudo de cinco universidades privadas e de três públicas.

²¹⁴ O modelo de apresentação do estágio, utilizado por Mesquita e Ponte, não nos permite separar o estágio de outras componentes curriculares complementares, como a defesa pública de trabalhos finais. No caso específico da ESEC, os autores não identificaram a presença de nenhum elemento complementar, cuja aprovação determinasse a conclusão do curso; como tal, poderemos afirmar, com segurança, que, no ano letivo em que foi criado, 1996, o bacharelato da ESEC já não previa estágio curricular.

2) Escassa representatividade de unidades curriculares com programas de estudo alternativos na área do jornalismo e da comunicação

A oferta curricular atual reflete, como salientámos, a articulação entre os três campos de estudo. O quadro de uc dos três campos é diverso mas, regra geral, nos cursos do mesmo grupo, a composição e estruturação do plano de estudos apresenta semelhanças, sobretudo nas uc de Comunicação e Jornalismo. Ainda que a nossa análise esteja condicionada pela impossibilidade de acedermos aos conteúdos programáticos da maioria das uc, a diversidade de nomes, que ocorre de escola para escola, parece ser artificial: no fundo, na sua essência, as diferentes nomeações parecem querer atingir os mesmos objetivos. Por isso, merece destaque positivo a oferta, em seis cursos, de três áreas de estudo cuja introdução no plano curricular iremos defender, quando construirmos o modelo de formação de primeiro ciclo. Referimo-nos à uc de Comunicação Social Regional e Local (Escola Superior de Educação de Portalegre) e às uc de Educação para os *Media* (Escola Superior de Educação de Setúbal, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - opção - e Universidade Fernando Pessoa) e Literacia dos *Media* (Escola Superior de Educação de Faro). A terceira área de estudo, que irá merecer destaque na última etapa da nossa investigação, é o empreendedorismo, oferecida nas Escolas Superiores de Educação de Setúbal (Economia, Gestão e Empreendedorismo) e de Leiria (Gestão de Empresas e Projetos de Comunicação).²¹⁵

A Literacia dos *Media*, ou Educação para os *Media*, e o Empreendedorismo são áreas de estudo que adquirem especial relevância com a associação da Internet ao jornalismo. A primeira orienta-nos na assunção de um novo compromisso com o público que, mercê da associação à tecnologia digital, adquire estatuto na cadeia de produção informativa. Através de um exercício pedagógico, a literacia alerta-nos, igualmente, para os perigos e armadilhas da rede, passíveis de condicionar e perverter a ação jornalística quotidiana. Conscientes desses alertas, professores, estudantes e jornalistas, devem promover o processo de formação do público, municiando-o com os instrumentos que lhe permitam exercer uma participação ativa. O empreendedorismo releva do potencial da Internet para impulsionar a criação de micro empresas jornalísticas próprias, que, como vimos no capítulo três, são um cenário cada vez mais comum nos *media* norte-americanos. A criação de projetos jornalísticos credíveis e viáveis do ponto de vista financeiro revela-se fundamental para a preservação do

²¹⁵ Na ESCS de Lisboa existe um Seminário de Empreendedorismo no segundo semestre do terceiro ano, mas a apresentação do programa enuncia uma área de estudo mais próxima da estatística do que da economia. <http://www.escs.ipl.pt/cursos/licenciaturas/jornalismo/plano-de-estudos/seminario-empreendedorismo>, consultado em abril de 2013.

jornalismo de qualidade, ao mesmo tempo que limita os efeitos do crescente desemprego na área. Já o conhecimento da especificidade da ação jornalística de proximidade, registrando uma única presença nos 27 cursos da área, contribuirá para dotar o jornalista, que atua profissionalmente fora dos grandes centros, dos instrumentos que lhe permitam ultrapassar os constrangimentos associados às comunidades de proximidade (Coelho, 2005: 158-163).

Conclusões

Este primeiro nível de estudo, a que procedemos, permitiu-nos, sobretudo, agrupar os 27 cursos nos três campos e enunciar os pontos comuns de cada campo. Foi igualmente possível identificarmos algumas influências que as escolas de acolhimento dos cursos exercem nos respetivos planos de estudo, transitando, para um segundo nível de análise, a discussão que essas influências têm nos projetos formativos. Iniciámos, igualmente, a discussão do conceito de banda estreita e refletimos sobre a especificidade do conceito. Ainda que os cursos de banda estreita restrinjam as saídas profissionais à área em foco, no caso o jornalismo, apercebemo-nos que o desenho do programa de formação obedece a critérios diferenciados nos três cursos de banda estreita que identificámos, Comunicação e Jornalismo, da Universidade Lusófona de Lisboa; e Jornalismo, da Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa e Jornalismo, da Universidade de Coimbra. A cadeia de inter-relações que o jornalismo estabelece com áreas vizinhas pode ser mais ou menos abrangente, o que terá consequências diretas no perfil científico do formando.

O trabalho que desenvolvemos permitiu-nos, igualmente, assumir que as marcas distintivas, legalmente atribuídas ao politécnico, não são diretamente associáveis a todos os cursos com esse estatuto, podendo, algumas dessas marcas, ser mais facilmente discerníveis em cursos universitários. A aproximação entre dois estatutos de ensino, cuja diferença está legalmente consagrada, foi consumada a dois tempos. Num primeiro momento, os cursos politécnicos elevaram o seu estatuto académico, passando a atribuir licenciaturas e, num segundo momento, a aplicação da reforma de Bolonha promoveu a anulação das distinções de matriz que, porventura, tivessem resistido à equiparação do grau académico, atribuído pelos dois sistemas de ensino. Bolonha patrocinou a aproximação às profissões, e a dimensão prática, que sustentava o politécnico, foi

adotada, igualmente, pelo ensino universitário. Impõe-se, por isso, uma reflexão sobre a exequibilidade de uma norma que baliza uma distinção que, na prática, não se verifica.

Os estágios curriculares, encarados como ponte direta de comunicação com o universo das profissões, estão presentes em 16 dos 27 cursos, mas a aplicação da reforma de Bolonha, que reduziu os programas de quatro para três anos letivos, teve especiais efeitos no ensino universitário público, onde o estágio apenas integra os planos de estudo de três cursos. A manutenção do estágio nos planos curriculares do ensino politécnico, público e privado, afirma-se, assim, como a única diferença substancial entre os cursos universitários e politécnicos.

CAPÍTULO 7

O POSICIONAMENTO DO JORNALISMO NA ACADEMIA: ESTUDO DE CASO SOBRE A REALIDADE PORTUGUESA

As ciências da comunicação são hoje, como vimos, a matriz predominante na área do ensino do jornalismo/comunicação em Portugal, alojando 18 dos 27 cursos identificados. O jornalismo é o molde estruturador de três licenciaturas, e as ciências sociais e humanas de seis, ainda que, neste último caso, a identidade do campo só possa ser definida, sem ambiguidades, num dos cursos, o da Universidade dos Açores, nos restantes cinco a fronteira com o campo da comunicação é difusa, uma vez que o número de uc dos dois campos é igual, ou apresenta ligeira vantagem das ciências sociais e humanas.

O campo de estudos de jornalismo/comunicação é ainda muito recente em Portugal. O estatuto académico que conquistou, em 1979, demonstrou problemas de afirmação, suscitando dúvidas à academia mas, sobretudo, aos profissionais, que não tiveram participação direta na estruturação do campo. Crescendo num limbo, onde sobressaíam as dúvidas da academia e da profissão, a comunicação conseguiu, ainda assim, promover um processo de autonomização, distanciando-se da área das ciências sociais e humanas, a linha estruturadora inicial. A autonomização do campo da comunicação só pôde, realmente, acontecer quando um conjunto de jovens investigadores, licenciados na área, pôde desenvolver estudos específicos, concluindo mestrados e doutoramentos. Esse grupo foi assumindo responsabilidades letivas em disciplinas do campo da comunicação. A terceira fase, já na década de 90, traduziu-se numa maior aproximação ao campo profissional, com a afirmação da variante de jornalismo nos cursos de comunicação, e com o surgimento do primeiro curso universitário de jornalismo. Neste segundo nível de estudo, que agora iniciamos, vamos avaliar, sobretudo, o estado em que se encontra essa terceira fase.

A Articulação Entre as Diversas Etapas da Investigação

Nos capítulos quatro e cinco analisámos o modelo teórico que formata o ensino do jornalismo nos Estados Unidos da América, tendo observado os efeitos do mercado na estruturação dos processos de formação; analisámos, igualmente, a diversidade

européia e a forma como cada país respondeu às exigências do mercado, nuns casos limitando-se a reforçar a oferta, reforço consubstanciado no aumento significativo do número de cursos, desarticulado, portanto, da reestruturação do campo jornalístico; noutros casos, seguindo a tendência norte-americana de submissão plena aos cânones que regem a indústria dos *media*. No capítulo seis isolámos a realidade portuguesa e caracterizámos a oferta académica na área, detetando as grandes tendências que a estruturam. Neste capítulo, através do estudo aprofundado de seis cursos, identificaremos a articulação entre as dimensões teórica e prática no currículo de cada um deles, e entre os docentes associados às disciplinas de cada uma das dimensões; identificaremos, igualmente, as pontes que estreitam laços entre a academia e a indústria dos *media*; avaliaremos as vantagens de uma formação abrangente, estruturada a partir do campo da comunicação (maioritária em Portugal), no cumprimento das exigências do jornalismo que se pratica em Portugal; avaliaremos, por fim, o papel e importância do jornalismo nos currículos e a forma como a variante associada à ação jornalística interage com a componente tecnológica.

Esse trabalho, articulado com os resultados da investigação macro que concretizámos no primeiro nível, permitir-nos-á, assim, afirmar as bases da construção de um modelo de formação, processo que consumaremos no capítulo oito.

A Constituição da Amostra

A impossibilidade de estudarmos, com o grau de detalhe que decidimos associar ao segundo nível de estudos, cada uma das 31 licenciaturas na área²¹⁶, impôs-nos a constituição de uma amostra representativa. Associando o grau de detalhe do estudo à nossa capacidade de resposta, assumimos que teríamos condições para trabalhar seis cursos. O trabalho de pesquisa foi iniciado no ano letivo de 2009-2010, com a identificação dos planos de formação em jornalismo/comunicação; o trabalho no terreno prolongou-se por todo o ano letivo de 2010-2011.

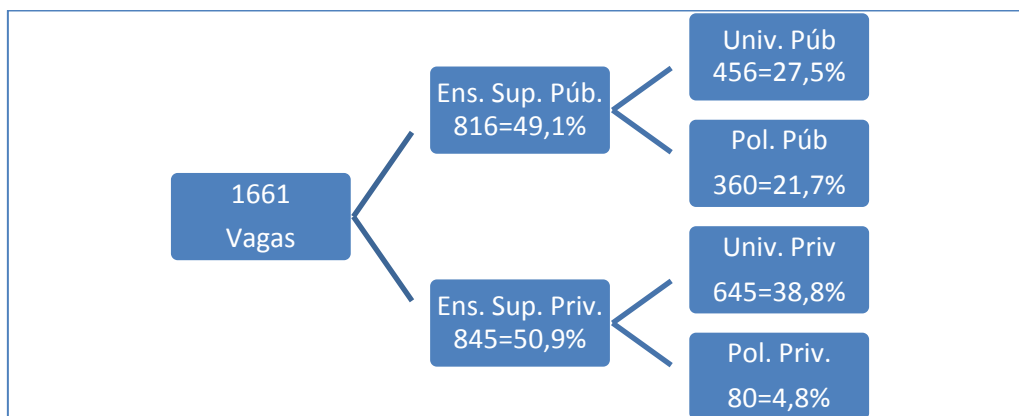
No ano letivo de 2009-2010, 16 dos 31 cursos da área eram públicos, 15 privados. O equilíbrio era visível, igualmente, no número de vagas disponibilizado: 816 no público, 845 no privado²¹⁷. Atendendo às percentagens apuradas em cada um dos

²¹⁶ Este número reporta ao ano letivo de 2009-2010. Em 2012-2013 existem menos quatro cursos, fixando o número total nos 27.

²¹⁷ As vagas da Universidade Católica de Lisboa e Braga foram obtidas através de contacto telefónico, uma vez que as mesmas não se encontravam disponíveis no site da Direção Geral do Ensino Superior.

setores (público e privado) e estatutos (politécnico e universitário) decidimos selecionar três estabelecimentos do ensino público, duas universidades e um politécnico, e três do ensino universitário privado. Uma percentagem inferior a cinco, na representatividade do ensino politécnico privado, determinou a sua exclusão da amostra.

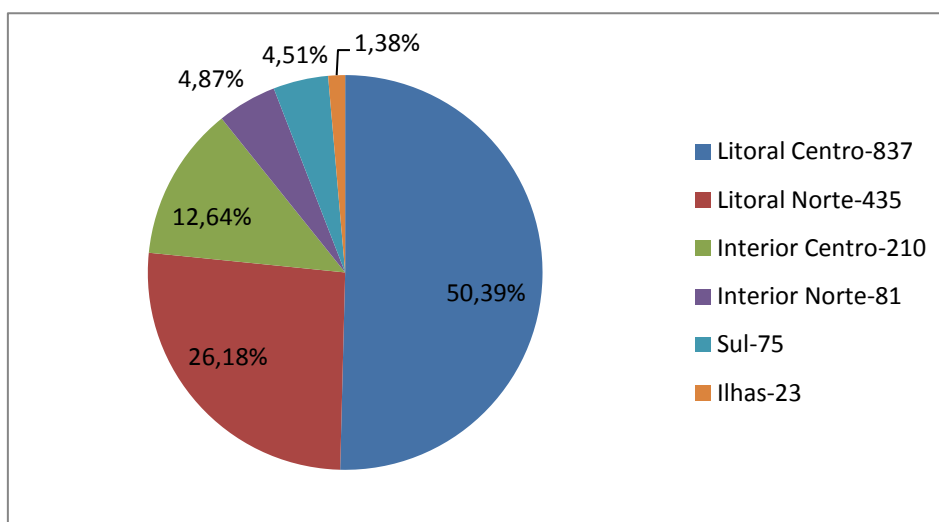
Figura 1: Vagas 2009/2010 (1ª Fase)



fonte DGES e trabalho de campo

A seleção de cada um dos seis estabelecimentos de ensino da amostra obedeceu, igualmente, ao fator localização geográfica, associado ao número de vagas oferecido. Assim, a figura 2 assinala-nos a localização de praticamente 80 por cento das vagas na faixa litoral centro e norte. Com base nesse facto, a nossa amostra inclui, apenas, estabelecimentos de ensino dessas duas áreas geográficas.

Figura 2: Localização geográfica e número de vagas (2009/10)



Fonte DGES e trabalho de campo

A escolha de cada um dos três cursos do setor público, duas universidades e um politécnico, e dos três universitários privados, todos localizados na faixa litoral centro e

norte, resultou da associação de outras variáveis - médias de entrada, número de vagas e número de uc de jornalismo nos planos de estudos, no caso dos cursos do setor público; nos cursos do setor privado, a seleção final ficou dependente das vagas e do número de uc de jornalismo.

Setor Público

O quadro 14 apresenta o resultado da ordenação dos fatores no caso das universidades públicas.

Quadro 14: ranking universidades públicas 2009-2010

CURSO	VAGAS	MÉDIAS	uc JORNALISMO
CiênciasCom./Univ.NovaLisboa	85	16,80	6 (+ 3 opção)
CiênciasComJorn.Ass.Mult./Univ.Porto	75	16,20	4 (+ 2 opção)
CiênciasCom./Inst.Sup.CiênciasSociaisPolíticas	62	15,70	2 (+ 1 opção)
CiênciasCom./Univ.Minho	60	15,94	2
Jorn./Univ.Coimbra	40	15,50	11
CiênciasCom./Univ.BeiraInterior	50	13,36	6
CiênciasCom./Univ.TrásMontesAltoDouro	61	13,50	2
Com.SocialCultural/Univ.Açores	23	12,20	4

Fonte DGES e sítios *online* dos cursos

Na composição da amostra serão selecionadas duas universidades públicas (uma no litoral centro e outra no litoral norte).

O quadro 15 apresenta o resultado da ordenação dos fatores no caso dos politécnicos públicos:

Quadro 15: ranking politécnicos públicos 2009-2010

CURSO	VAGAS	MÉDIAS	uc JORNALISMO
Jorn./EscolaSup.Com.SocialLisboa	60	15,65	23 (+ 1 opção)
Com.Social/EscolaSup.Ed.Coimbra	40	14,80	9
Com.Social/EscolaSup.Ed.Setúbal	40	13,53	5
Com.SocialEd.Mult./EscolaSup.Ed.Leiria	40	13,07	3
Jorn.Com./EscolaSup.Ed.Portalegre	35	12,61	8
CiênciasCom./EscolaSup.Ed.Com.Faro	35	13,56	(3 opção)
Com.Social/EscolaSup.Ed.Viseu	65	10,97	3
Com.Social/EscolaSup.Tec./Abr./Tomar	22	10,00	6 (+ 10 opção)

Fonte DGES e sítios *online* dos cursos

Na composição da amostra será selecionado um politécnico público no litoral centro.

Setor privado

Quadro 16: ranking universidades privadas 2009-2010

CURSO	VAGAS	uc JORNALISMO
Com.Jorn./Univ.Lus.Hum.Tec.	90	17
CiênciasCom.Cultura/Univ.Lus.Hum.Tec.	75	12
CiênciasComCultura/Univ.Lus.Porto	75	10
Inst.Sup.Maia	75	5
Univ.AutónomaLisboa	75	4
Univ.CatólicaBraga	40*	4
Univ.CatólicaLisboa	150*	1
UFernandoPessoa	75	1

Fonte DGES e sítios *online* dos cursos

* Dados obtidos por contacto telefónico, uma vez que não estavam acessíveis no sítio *online* da DGES

O número de vagas no setor privado está, como observámos no capítulo anterior, muito dependente das flutuações do mercado, adaptando-se à procura do momento. No ano letivo de 2009-2010, o grupo Lusófona disponibilizou 345 vagas na área, somando a oferta dos dois cursos do polo de Lisboa da Universidade de Humanidades e Tecnologia (165), o curso do polo do Porto (75), os dois do ISLA (45) e o curso do ensino politécnico, do Instituto Superior de Novas Profissões (60). Relativamente ao número de vagas disponibilizado, o segundo lugar, a uma distância considerável, pertencia à Universidade Católica com 190 vagas - 150 em Lisboa e 40 em Braga. Em 2009-2010, a média de vagas por curso era superior a 55, pelo que decidimos excluir, da nossa seleção, os cursos que, neste universo, representassem ofertas marginais, inferiores a 40 vagas. Assim, o ranking, relativo ao ensino universitário privado, que elaborámos, e que resulta da associação do número de vagas com o número de uc de jornalismo, não integrou as licenciaturas do ISLA (Santarém-15 vagas; Vila Nova de Gaia-30), as duas do ISEIT (Almada e Mirandela: 20 vagas) e a licenciatura do ISMT, de Coimbra (30 vagas). Fora da amostra ficaram, igualmente, os dois únicos politécnicos privados, cuja representatividade no conjunto do ensino privado era, como verificámos (figura 1), inferior a cinco por cento (ISCIA -20 vagas e ISNP - 60 vagas).

A associação do número de vagas ao número de uc de jornalismo oferecidas coloca no primeiro lugar do ranking o curso de Comunicação e Jornalismo da Universidade Lusófona de Lisboa (17 uc de jornalismo e 90 vagas); o segundo lugar é ocupado pelo curso de Ciências da Comunicação e da Cultura da mesma universidade (13 uc de jornalismo e 75 vagas); o terceiro lugar pertence, igualmente, ao grupo Lusófona: Ciências da Comunicação e da Cultura da Universidade Lusófona do Porto

(10 uc de jornalismo e 75 vagas). O quarto lugar é ocupado pelo ISMAI (75 vagas e cinco uc de jornalismo)²¹⁸.

Na composição da amostra serão seleccionadas três universidades privadas (duas no litoral norte, uma no litoral centro)

Composição da Amostra

Tabela 1 - Ranking Setores Público e Privado

UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Ciências da Comunicação - Universidade Nova de Lisboa

Ciências da Comunicação Jornalismo Assessoria e *Multimedia* - Universidade do Porto

POLITÉCNICOS PÚBLICOS

Jornalismo - Escola Superior Comunicação Social - Instituto Politécnico de Lisboa

Comunicação Social - Escola Superior de Educação de Coimbra

UNIVERSIDADES PRIVADAS

Comunicação e Jornalismo - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia

Ciências da Comunicação e da Cultura - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia

Ciências da Comunicação e da Cultura - Universidade Lusófona do Porto

Ciências da Comunicação - Instituto Superior da Maia

Ciências da Comunicação - Universidade Autónoma de Lisboa

No caso das universidades públicas a composição da amostra seguiu a ordenação do ranking. No caso dos politécnicos públicos a amostra integrará o segundo curso do ranking, uma vez que a Escola Superior de Comunicação Social, posicionada na primeira posição, não aceitou integrar o nosso painel de estudo²¹⁹. No caso das universidades privadas, a amostra final incluirá o primeiro, terceiro e quarto cursos do ranking. Entendemos não incluir o curso de Ciências da Comunicação e da Cultura (CCC) do polo de Lisboa da Lusófona, localizado na segunda posição, por ser no mesmo estabelecimento de ensino do primeiro (Comunicação/Jornalismo- CJ). A variante de jornalismo do curso de CCC é ministrada pelos mesmos professores do curso de CJ, facto que condicionaria a investigação. O posicionamento do grupo

²¹⁸ No ano de 2009-2010, a Universidade Católica de Lisboa disponibilizava 150 vagas, liderando a tabela nesse campo, mas posicionava-se em último lugar na oferta curricular em jornalismo, integrando, apenas, uma uc no plano de estudos. No ano letivo de 2012-2013, a UC oferece quatro uc da área (duas obrigatórias, mais uma do que em 2009-2010, e duas de opção). A nossa seleção, todavia, foi feita com os dados do ano letivo de 2009-2010.

²¹⁹ A recusa da direção da Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa em participar no nosso estudo foi-nos transmitida num email enviado pela diretora do curso, a 14 de outubro de 2010(documento em anexo). Por sugestão da diretora enviámos uma carta ao presidente da ESCS, de que nunca obtivemos resposta (documento em anexo). A segunda escola do nosso ranking, a Escola Superior de Educação de Coimbra aceitou colaborar no nosso estudo.

Lusófona no ranking da oferta privada, associando número de vagas e oferta curricular em jornalismo, determinou a integração na amostra do curso de CCC mas no polo do Porto. O terceiro curso do setor na amostra é o do ISMAI.

Tabela 2

OS SEIS CURSOS DA AMOSTRA

1) Ciências da Comunicação - Universidade Nova de Lisboa (UNL)

2) Ciências da Comunicação Jornalismo Assessoria e *Multimedia* - Universidade do Porto (UP)

3) Comunicação Social - Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC)

4) Comunicação e Jornalismo - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (ULHT)

5) Ciências da Comunicação e da Cultura - Universidade Lusófona do Porto (ULP)

6) Ciências da Comunicação - Instituto Superior da Maia (ISMAI)

O CURSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (CC) DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS (FCSH) DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (UNL)²²⁰

O projeto de formação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, foi pioneiro nas licenciaturas da área, mas foi igualmente o primeiro a lançar programas de investigação mais avançados. O primeiro mestrado em Ciências da Comunicação arrancou no ano letivo de 1984, ano que coincidiu com o lançamento do primeiro centro de investigação, o CECL, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, que edita, desde 1985, a Revista de Comunicação e Linguagens. O primeiro mestrado em Jornalismo arrancou em 1991. O final dos anos 80

²²⁰ A caracterização do curso da UNL, nas suas diversas alíneas, resulta dos dados recolhidos no trabalho de campo no ano letivo de 2010-2011. No caso do curso da UNL foram entrevistados sete professores - três responsáveis por cadeiras de ação jornalística (António Granado, Carla Baptista e Paula Sá), um responsável por cadeiras do campo da comunicação (Jacinto Godinho), dois docentes entretanto jubilados (Adriano Duarte Rodrigues e Nelson Traquina), e o coordenador do curso (Francisco Rui Cádima). Entrevistámos, igualmente, treze alunos: quatro alunos de primeiro ano, quatro do terceiro ano, e seis estagiários já licenciados, dois deles já integravam o painel desde o terceiro ano da licenciatura. Neste, como nos outros cursos analisados, os alunos que integraram o nosso painel fizeram-no por decisão própria; não tendo sido a escolha fruto de nenhuma decisão das escolas. No caso específico da UNL, os alunos dos primeiro e terceiro anos foram monitorizados ao longo do ano letivo de 2010-2011; os estagiários foram monitorizados durante três meses, em períodos distintos entre 2010 e 2012. O trabalho de campo foi complementado com os dados fornecidos pelos Serviços Académicos, relativos ao número de licenciados em Jornalismo entre 2003 e 2012, uma entrevista à aluna que organizou a comissão de estágios no ano letivo de 2010-2011 e à responsável pelo Gabinete de Integração Profissional e de Antigos Alunos, GIPAA. Foi solicitada uma entrevista ao docente que presta apoio aos alunos na ligação às empresas na fase de estágios, mas não obtivemos resposta ao nosso pedido. A descrição integra ainda os dados do relatório apresentado no I Encontro Nacional do Ensino do Jornalismo em Portugal, que decorreu na Universidade do Minho a 17 e 18 de setembro de 2003 e os elementos publicados no site do departamento <http://www.unl.pt/guia/2012/fcsh/c-4021>; <http://www.fcsh.unl.pt/faculdade/departamentos/ciencias-da-comunicacao/apresentacao>. O sítio online foi consultado diversas vezes entre os anos 2011 e 2013. Todas as entrevistas foram presenciais, excetuando as concretizadas a dois estagiários, cujas perguntas seguiram por correio eletrónico, tendo sido rececionadas pela mesma via.

marca, igualmente, o lançamento dos primeiros doutoramentos. Os novos doutorados contribuíram, como já aqui realçámos, para relançar a oferta na área específica dos estudos da comunicação.

Esse trajeto, de aproximação à comunicação, começa, aliás, a ser desenhado com a reforma curricular de 1988. A estrutura do curso passou a organizar-se num tronco comum de uc de ciências da comunicação. O plano de estudos manteve disciplinas na área mais geral das ciências sociais e humanas e registou um primeiro reforço da componente jornalística, que surgiu organizada em variante.

Na reforma de 1993, o curso assumiu a designação de Ciências da Comunicação.

Atualmente, o curso apresenta um tronco comum com 120 créditos obrigatórios (20 unidades curriculares de seis créditos cada), 72 estabelecendo ligações diretas ao campo da comunicação (12 uc)²²¹. A conclusão do primeiro ciclo associa aos 120 créditos do tronco comum 30 créditos, relativos à variante escolhida pelo aluno, e outros 30, que podem ser completados com uc do curso de Ciências da Comunicação (completando eventualmente uma 2.^a variante) ou de qualquer outro curso da Faculdade. O departamento oferece quatro variantes: Comunicação, Cultura e Artes; Cinema e Televisão; Comunicação Estratégica e Jornalismo.

A Variante em Jornalismo

(Evolução do peso da variante)

Entre o ano letivo de 2002-2003 e o ano letivo de 2010-2011, 254 dos 496 licenciados pelo departamento obtiveram o diploma na variante de jornalismo. A única variante com uma taxa de representação igualmente significativa, com 174 licenciados, é Comunicação Estratégica; nesse período, as restantes áreas somadas licenciaram, apenas, 68 alunos²²².

²²¹ A Consulta aos planos de estudo das 20 cadeiras permite-nos observar que a ponte com a comunicação não é assumida em oito disciplinas: Métodos Quantitativos, Retórica e Argumentação, Semiótica, Teoria da Imagem e da Representação, Teoria da Notícia, Teoria Política e Economia, totalizando 48 créditos.

²²² Dados disponibilizados pelos Serviços Académicos da FCSH/UNL.

Tabela 3 Licenciaturas Terminadas

ANO	TOTAL	JORNALISMO	COM. ESTRATÉGICA	OUTRAS
2002/03	42	24	13	5
2003/04	28	11	10	7
2004/05	50	29	11	10
2005/06	75	37	20	18
2006/07	41	23	10	8
2007/08*	37	-	-	3
2008/09	67	32	25	10
2009/10	64	31	18	15
2010/11	92	33	33	26

fonte Serviços Académicos da FCSH/UNL

* Nos dados que nos forneceram, relativos a este ano letivo, os Serviços Académicos não dividiram o número de licenciados pelas duas variantes, jornalismo e comunicação estratégica. As duas áreas licenciaram 34 alunos.

O coordenador do curso, Francisco Rui Cádima²²³, assinala uma quebra do peso da variante de Jornalismo, admitindo que essa "inflexão", acompanhada pelo "crescimento" de Comunicação Estratégica, decorra do "condicionalismo do mercado". Uma análise mais detalhada dos dados fornecidos pelos Serviços Académicos não nos permite, todavia, observar a inflexão assinalada por Cádima.

O número de licenciados em Jornalismo superou o de Comunicação Estratégica em todos os anos letivos analisados, exceto no ano letivo de 2010-2011, onde as duas variantes apresentaram o mesmo número de diplomados. Ainda que esse equilíbrio tenha sido observado no último ano de que temos registo, tal não significa que a aproximação entre as duas vertentes seja fruto de um processo continuado; pelo contrário, no ano letivo de 2009-2010, o número de licenciados em jornalismo representou uma das diferenças mais significativas relativamente a comunicação estratégica, com mais 13 licenciados. O quadro, como poderemos observar, não enuncia qualquer tendência, apresentando dados muito flutuantes: em 2002-2003 licenciou-se, apenas, mais um aluno em jornalismo do que em comunicação estratégica, mas em 2004-2005, a diferença, favorável a jornalismo, já foi de 18.

A interpretação de Rui Cádima, relativa ao peso decrescente da variante de Jornalismo, decorrerá do conhecimento de dados posteriores a 2011, que não nos foram disponibilizados pelos Serviços Académicos.

²²³ Entrevista realizada em maio de 2012. Ao longo do texto serão citados outros excertos desta entrevista.

Identificação dos Problemas da Variante

Composição da Variante e Características do Corpo Docente

Um documento do Departamento, apresentado em 2003²²⁴, apontava como um dos principais problemas da variante de jornalismo "a escassez do corpo docente".

A "escassez" do corpo docente da área resultava, sobretudo, da "elevada procura da variante", que se traduzia em turmas numerosas, que exigiam desdobramento das uc. Os seis docentes da área, cinco de carreira (incluindo um catedrático e um associado) e uma assistente convidada, a 30 por cento, estavam assim impossibilitados de reforçar a oferta letiva.

No ano letivo de 2012-2013, as nove uc da área, oito opcionais integradas na variante²²⁵, e uma obrigatória de tronco comum, eram ministradas por sete docentes: quatro professores auxiliares de carreira e três assistentes convidados²²⁶.

Uma década depois do cenário descrito na Universidade do Minho, a caracterização do corpo docente não nos permite afirmar que tenha havido uma evolução. Os dados apontam, aliás, no sentido contrário: a jubilação do único catedrático, a decisão de não incluímos o professor associado que é responsável por uma uc da variante (Comunicação Política), que estabelece associações com os diversos subcampos da comunicação, incluindo o jornalismo²²⁷, e a contratação de mais dois docentes convidados (um assistente e um professor auxiliar) demonstram-nos que o peso académico dos titulares de Jornalismo está longe de corresponder ao perfil da equipa docente, "a mais consistente e mais graduada da área na universidade portuguesa"²²⁸.

O peso da variante na lógica de funcionamento do departamento requer um contexto de interpretação mais abrangente. A situação observada no curso da UNL não difere da verificada nos restantes cursos da área, onde as disciplinas da variante são, normalmente, ministradas por docentes especialistas, jornalistas no ativo que não exercem a docência como atividade profissional principal. Este facto condiciona a

²²⁴ Apresentação do curso de Jornalismo da UNL, documento apresentado no I Encontro Nacional -"O Ensino do Jornalismo em Portugal", Universidade do Minho, 17 e 18 de setembro de 2003.

²²⁵ A variante em Jornalismo integra uma nona cadeira de opção, Comunicação Política, que não pertence ao campo específico do jornalismo.

²²⁶ No final do ano letivo de 2012-2013 as cadeiras de Teoria da Notícia e Produção Jornalística, ministradas por duas professoras auxiliares, deixaram de ter docente atribuído no sítio online do DCC; situação que se mantinha a 10 de setembro de 2013.

²²⁷ Na nossa classificação integrámos no subcampo do jornalismo apenas as unidades curriculares cuja abordagem central é o jornalismo, dissociado, portanto, das restantes disciplinas da comunicação.

²²⁸ in Apresentação do DCC <http://www.fcsh.unl.pt/faculdade/departamentos/ciencias-da-comunicacao/apresentacao>, consultado em maio de 2013.

constituição de equipas docentes que aliem a experiência profissional na área à reflexão sobre a ação profissional, legitimada pela academia em estudos de terceiro ciclo.

No departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa, Paula Sá²²⁹, professora de Ateliê de Ciberjornalismo, e assistente convidada desde 2002, associa a este facto "os sinais de resistência" do corpo docente do departamento, ao desenvolvimento do campo específico do jornalismo:

"Quando fui convidada para dar aulas, apercebi-me que o empenhamento do Professor Nelson Traquina, para que fossem criadas mais cadeiras práticas, não era acompanhado pelo corpo docente das cadeiras mais teóricas; consideravam essas cadeiras dispensáveis: questionavam, por exemplo, a necessidade de existirem desdobramentos. Acho que essa resistência, hoje, está mais atenuada".

Carla Baptista²³⁰, professora auxiliar de carreira, que tem assumido responsabilidades de docência em diversas unidades curriculares da variante (géneros jornalísticos e produção jornalística), considera que o programa das uc práticas está dependente do perfil profissional dos docentes que as assumem. Sem estabelecer qualquer juízo crítico sobre esse facto, a docente admite, todavia, uma certa limitação na abordagem dos conteúdos:

"Por exemplo, no meu caso, a experiência profissional que eu tive foi na imprensa escrita, portanto, tudo o que os alunos fazem nas minhas cadeiras reflete essa minha experiência. Como não tenho competências *multimedia*, todos os conteúdos que são produzidos pelos alunos terão de apelar à autogestão".

Pontes Entre os Docentes da Área

Carla Baptista reconhece que essas limitações, impostas pelo perfil dos professores, adquirem maior destaque num cenário moldado pelo "défice" de diálogo entre os responsáveis por cada disciplina:

"Tenho de admitir que cada um de nós continua a funcionar numa lógica um bocadinho feudal. Há um risco claro de redundância que seria evitado se houvesse entre nós convergência, complementaridade. Deveríamos ter uma discussão séria sobre a especificidade de cada meio e a sua integração numa plataforma comum. Essa discussão não aconteceu nas disciplinas da variante e no departamento funcionamos por coutadas: a coutada da comunicação política, da semiótica, da história dos *media*. A contaminação faria todo o sentido. É evidente que isto deveria partir de quem coordena ou lidera".

²²⁹ Entrevista realizada a 10 de fevereiro de 2011. Ao longo do texto serão utilizados outros excertos desta entrevista.

²³⁰ Entrevista realizada a 10 de fevereiro de 2011. Ao longo do texto serão utilizados outros excertos desta entrevista.

António Granado²³¹ coloca, igualmente, a "falta de estratégia" na base do problema. O professor auxiliar de carreira critica a "excessiva liberdade", que cada docente tem para concretizar o seu próprio programa, situação que não observa noutros países:

"Aqui, a conversa entre pares não existe ou é circunstancial. A forma como o curso se estruturou não parece dar espaço para ligações formais. Trabalhar em quinta, aqui, é absolutamente evidente. Eu desenvolvo o programa de Ateliê de Jornalismo da forma que me parece ser a melhor, ninguém me disse para dar assim. Sem esse diálogo entre pares, no limite o aluno pode terminar a formação sem adquirir competências essenciais. E quando uma cadeira muda de docente é como se fosse uma cadeira diferente".

Para a assistente convidada Paula Sá, a falta de diálogo entre pares assume uma dimensão diferente. A jornalista e docente de Ciberjornalismo considera que a inexistência de pontes de diálogo entre os professores da variante é, desde logo, potenciada pelo tipo de vínculo que tem com o departamento: ser jornalista a tempo inteiro distancia-a da atividade letiva e das rotinas associadas a essa prática académica; mas no cerne do fechamento, caracterizado pelos colegas de carreira, Paula Sá deteta o mesmo problema de estratégia e de "défice de coordenação". Na interpretação da docente-jornalista, o isolamento já integra a matriz do departamento: "Das vezes que fiz perguntas a colegas sobre os programas das uc que lecionam, observei sempre algum incómodo; senti que os estava a interpelar".

A articulação entre docentes era a regra que o primeiro coordenador do curso, Adriano Duarte Rodrigues, tentava aplicar. A articulação defendida por Rodrigues ultrapassa o campo específico do jornalismo. A proposta do professor, entretanto jubilado, exorta à "contaminação" entre saberes, antes defendida por Carla Baptista:

"Articular não é restringir a liberdade de cada um. Como neste departamento ninguém comunica, na cadeira de Teoria da Comunicação²³² esforço-me por antecipar as articulações com outras cadeiras. Os cruzamentos são inevitáveis porque, como digo aos alunos, aprender não é decorar, é relacionar. A reportagem, por exemplo, está constantemente a confrontar-se com questões que abordamos nas cadeiras teóricas: devemos refletir sobre elas, antes de as pormos em prática".

A ponte enunciada por Adriano Duarte Rodrigues é reclamada, genericamente, pelos alunos que entrevistámos. Nas entrevistas que fizemos fica clara a necessidade demonstrada pelo alunos de conseguirem descodificar aplicações práticas para os conceitos apreendidos nas uc teóricas. Ainda que alguns alunos tenham referido o

²³¹ Entrevista realizada em setembro de 2011. Ao longo do texto serão utilizados outros excertos desta entrevista.

²³² Na altura em que o entrevistámos, Adriano Duarte Rodrigues lecionava o último semestre antes da jubilação.

"excesso de teoria" como marca negativa do curso, percebemos, pelo detalhe da explicação, que o óbice não releva de qualquer generalização, mas sim daquilo a que Patrícia Carmo, aluna do terceiro ano, chama "as cadeiras soltas", aquelas onde a articulação entre teoria e prática não é perceptível. Regra geral, essas são as uc que os alunos rejeitam. A única uc que merece destaque positivo de todos os alunos entrevistados é, aliás, teórica, Teoria da Comunicação, ministrada por Adriano Duarte Rodrigues, para o aluno José Maria Ribeiro "o melhor dos teóricos e um ótimo comunicador".

No primeiro contacto que tivemos com Alexandre Poço, aluno do primeiro ano, um mês e meio depois do arranque das aulas, o fosso entre conceitos e a aplicação prática dos mesmos, já o afastava de algumas uc que frequentava no primeiro semestre; contudo valorizava, exatamente, as que promoviam essa articulação:

"A forma como os docentes de duas cadeiras (Teoria da Comunicação e Comunicação e Ciências Sociais) tentam trazer para a situação de aula casos relacionados com o jornalismo poderá ser um dos motivos que me levam a distinguir, pela positiva, estas duas cadeiras".

Miguel Tomar Nogueira, aluno do primeiro ano, que entrou na quota dos maiores de 23 anos, lamenta o distanciamento dos professores relativamente à atualidade:

"Não vou dar exemplos, mas certos professores deviam aprender pedagogicamente a enquadrar as matérias em casos reais e contemporâneos. Repare-se a ênfase em "enquadrar" não em ter que ensinar atualidade".

Um dos alunos do terceiro ano, Pedro Ponte, chega mesmo a propor uma "reflexão alargada" dos docentes no sentido de "encontrarem formas de aplicar os conceitos teóricos a cada uma das vertentes do curso, porque o distanciamento baralha as ideias". Para este aluno, as uc teóricas deveriam fazer uma "passagem de testemunho" para as práticas. Pedro Ponte considera que a inexistência de laços entre teoria e prática é especialmente preocupante nas uc de jornalismo, onde os diferentes professores "nem sequer se preocupam a discutir as diferentes visões que têm do jornalismo; e os alunos perdem-se".

Estratégias da Coordenação

O "défice de coordenação", identificado por António Granado, Carla Baptista e Paula Sá, terá reflexos diretos na estratégia de desenvolvimento do próprio

departamento, contudo, interessa-nos aprofundar os efeitos que essa prática produzirá na promoção da variante. António Granado alerta-nos para um pormenor que, em nosso entender, espelha bem a contradição em que hoje mergulha o Departamento de Ciências da Comunicação, na ligação que estabelece com as profissões.

Granado recorda-nos uma máxima, enunciada pelo coordenador em exercício no ano letivo de 2010-2011, João Mário Grilo, na apresentação do curso aos novos alunos desse ano letivo: "o departamento não forma jornalistas". De facto, especializar profissionais numa determinada profissão não deve constituir o molde de ação de um curso universitário de primeiro ciclo, mas um projeto formativo na área deve promover essa aproximação. Existindo uma variante em jornalismo que permanece como uma das mais frequentadas do curso, existindo, igualmente, um mestrado profissionalizante, e se o curso, a um outro nível, abre caminho a uma reflexão aprofundada sobre a prática profissional em mestrados e doutoramentos na área do estudo dos *media* e do jornalismo, enunciar uma máxima, na solenidade de uma sessão de apresentação do curso a novos alunos, pré-anuncia a menoridade da variante num departamento que, em clara contradição, anuncia, no sítio online, que "os antigos alunos" ocupam "lugares de grande destaque nos meios de comunicação social em Portugal"²³³.

O departamento demonstrou, desde os primeiros anos, alguma dificuldade em fazer uma ponte com o mundo profissional. As explicações do fundador, Adriano Duarte Rodrigues, que já aqui reproduzimos, devem, todavia, ser decodificadas à luz do contexto da época: o curso precisou de integração académica, e o jornalismo, aprisionado pela classe, não era uma disciplina que conquistasse, com facilidade, estatuto académico. A integração do jornalismo nos estudos da comunicação esteve na base desse corte de laços com o mundo profissional. O propósito de Adriano Duarte Rodrigues era, como aqui enunciámos, estabelecer pontes com as empresas, mas levando-as a assumir responsabilidades complementares ao nível da formação profissional.

Trinta anos depois, a frase de João Mário Grilo representa um salto atrás no tempo, mas num contexto plenamente diferente: o jornalismo está na academia; conquistou espaço no departamento; a universidade, e o curso da UNL, em concreto, transformou-se na maior produtora de novos profissionais no setor dos *media*, e do jornalismo em particular.

²³³ <http://www.fcsh.unl.pt/faculdade/departamentos/ciencias-da-comunicacao/apresentacao>, consultado em maio de 2013

Na nossa interpretação, à evolução do curso de Ciências da Comunicação da UNL não tem sido alheio o perfil académico da personalidade que vai desempenhando tarefas de coordenação. A área de interesse de João Mário Grilo está distanciada do jornalismo e, a máxima proferida em 2010-2011 deve ser decodificada nesse contexto. Já o atual coordenador, Rui Cádima, especialista em políticas do audiovisual e meios interativos, tenta aplicar ao departamento um molde tecnológico. A reforma curricular, desenhada pelo Professor Catedrático, e que este nos antecipou na entrevista que nos concedeu em 2012, antes de ser discutida internamente, caminhava nesse sentido²³⁴.

Análise do Plano de Estudos: a Articulação Entre as Dimensões Teórica e Prática (A reforma curricular em curso)

Francisco Rui Cádima afirma que a base da reforma curricular em curso assenta no reforço do peso das variantes, em detrimento do tronco comum:

"Nesta fase (maio, 2012) ainda não lhe posso desenhar o modelo, apenas enunciar a tendência. Estamos a tentar dar resposta a uma crítica que é recorrente, de que o nosso modelo de formação é muito teórico. Com esta alteração da estrutura poderemos agilizar esse processo, permitindo aos alunos a aquisição de novas competências na componente, reduzindo as cadeiras de tronco comum²³⁵. No caso específico do jornalismo, serão criadas novas cadeiras práticas e concretizaremos *workshops*. O jornalismo é uma área estratégica para o departamento. Vamos apostar no digital e no empreendedorismo. Os alunos adquirirão competências para concretizarem o seu próprio negócio"²³⁶.

Esta aproximação à profissão, que está na base do novo modelo apresentado por Francisco Rui Cádima, questiona a génese do departamento, ameaçando pôr em causa aquela que tem sido, até aqui, a sua marca distintiva, a componente teórica.

²³⁴ A reforma curricular defendida pelo coordenador executivo do DCC ainda não avançou (setembro de 2013). Na sequência da sua apresentação, um conjunto de docentes de carreira produziu, a 22 de outubro de 2012 (cinco meses depois da entrevista que fizemos a Francisco Rui Cádima), um documento em que sugeria o aprofundamento da discussão, enunciando um conjunto de alterações. No entender desses professores, "qualquer projeto de reforma" terá de "preservar" as linhas que, ao longo dos anos, garantiram "resultados continuados, qualidade e eficácia estratégicas à oferta curricular do DCC". Assim, o grupo de autores do documento entendeu que a aplicação do projeto da coordenação implicaria "uma verdadeira alteração do modelo até agora promovido no primeiro ciclo". O grupo admitia a necessidade de melhorar o que deve ser melhorado, não pondo em causa "o peso obrigatório" da formação fundamental" (tronco comum), e ao mesmo tempo, promovendo o "crescimento equilibrado e viável do peso curricular das áreas de especialização".

²³⁵ A formalização da proposta, um documento concretizado em data posterior a esta entrevista, previa a redução dos créditos do tronco comum de 120 para 72 (que passariam a ser realizados em regime de unidades de crédito opcionais) e a criação de quatro grupos disciplinares (Comunicação, Cultura e Artes; Comunicação e Sociedade; Estudo dos *Media*; Teorias da Comunicação), três com cinco cadeiras e um com seis, em que o aluno deveria completar, apenas, três em cada grupo, o equivalente a 18 créditos, totalizando, nos quatro, os tais 72.

²³⁶ Uma das alterações propostas pela comissão executiva consistia, exatamente, na criação de uma quinta variante - *Media Digitais*.

A mudança de coordenador determinou que o jornalismo passasse a ser, no discurso, uma área estratégica do DCC, mas também as restantes variantes. A reforma curricular defendida pelo coordenador do DCC não implicava, todavia, o reforço significativo da componente da especialização. No atual mapa da oferta, a conclusão da variante exige a soma de 30 créditos, o plano de Francisco Rui Cádima acrescentava-lhe, apenas, mais seis. A verdadeira inovação do plano do coordenador, que viria a ser divulgada em outubro de 2012 aos docentes de carreira do DCC, consistia na introdução de uma nova abordagem à componente profissional do curso. Cádima propunha-se atribuir 18 créditos ao Portefólio na Área (Portfólio I, II e III), permitindo ao aluno desenvolver o seu projeto na respetiva especialidade. Esta nova abordagem transformou-se no elemento mais sensível da proposta do coordenador. Na reunião de análise ao projeto, o grupo de docentes de carreira, que produziu o documento onde era exigido o aprofundamento da discussão, entendeu que os 18 créditos do Portfólio iriam "desvirtuar o perfil de formação do primeiro ciclo", prejudicando o reforço do peso curricular das variantes mas, sobretudo, sugerindo a introdução no plano de estudos de "um recurso (...) técnico-profissional que não está na vocação do DCC", o que se traduz numa "visão moldada pelo modelo de ensino politécnico". No entender destes docentes, o molde em que assenta o Portfólio dá a ideia aos alunos de que a conclusão do primeiro ciclo é "habilitação suficiente para a inserção no mercado de trabalho".

Na nossa interpretação, e seguindo o fio da entrevista que nos concedeu em maio de 2012, a alteração de rumo, que Francisco Rui Cádima defendia, assentava, sobretudo, no reforço da componente digital, numa proporção que, relativamente ao jornalismo, induziria a transformação deste numa atividade tecnológica. A criação de *workshops* digitais que, de acordo com Francisco Rui Cádima, "evoluirão para seminários", representa a valorização da técnica, apartada de uma dimensão reflexiva. Acreditamos que este encaminhamento para a banda estreita, eminentemente técnica, não favorece a descodificação de uma das mais complexas profissões da atualidade, nem contribui para a reestruturação do jornalismo, nem para a consolidação do campo de estudos.

Francisco Rui Cádima atribuiu a esse centramento na componente tecnológica a supressão de um défice nessa área, que tem condicionado a evolução dos alunos:

"A qualidade dos nossos alunos não está em causa. São alunos de excelência e, como tal, estarão aptos a produzir conteúdos de qualidade. Necessitam, todavia, de adquirir competências para os poderem produzir. Teremos de criar uma máquina que produza muitas horas de conteúdo, que possam ser colocados numa espécie de *web tv* que gere centenas de horas de produção. Esse seria, de facto, um projeto interessante".

Na era digital que atravessamos, o elo de ligação entre os alunos de todos os cursos da academia portuguesa é, exatamente, a capacidade que, regra geral, demonstram para desvendar os enigmas da tecnologia. O manejo, a prática, não constituem entrave à progressão dos alunos; onde eles verdadeiramente se distinguem é, exatamente, na qualidade dos conteúdos que criam. Numa variante de jornalismo, aumentar o fosso entre técnica e conteúdo, reforçando a primeira em detrimento do segundo, configura a afirmação de um trajeto que, como veremos na análise dos restantes cursos do corpus restrito, começa a impor o seu domínio.

Um ano antes da entrevista que fizemos ao coordenador do DCC, a docente-jornalista Paula Sá já nos alertava para os riscos de formarmos jornalistas tecnológicos:

"Hoje começa-se a dar muita ênfase ao *multimedia*, às técnicas e aos programas que utilizamos para alojar os diversos materiais, mas estamos a deixar o conteúdo para plano secundário. Isso é fatal, porque nos esquecemos do jornalismo. Os alunos podem ser muito aptos no domínio da técnica, mas se não souberem como concretizar bons conteúdos, esse domínio não lhes irá servir para nada".

Como Francisco Rui Cádima, António Granado valoriza a qualidade dos alunos do DCC, mas o professor auxiliar entende que essa qualidade exige que o plano de estudos obedeça a uma lógica de estruturação "que tenha sentido para eles":

"A questão essencial não deve ser se o curso é muito ou pouco teórico. O que interessa aos alunos é perceberem o que é que determinadas disciplinas estão a fazer no currículo. Fui tutor de alguns alunos do primeiro ano e senti-os completamente perdidos, sem conseguirem perceber o que é que algumas cadeiras tinham a ver com comunicação ou jornalismo. Eu próprio sinto que há cadeiras no currículo que não fazem lá nada, e há áreas de saber que lhes faltam; por exemplo: saem do curso sem saberem onde procurar informação, chegam ao terceiro ano sem perceberem que o plágio é um crime, ou a pensarem que podem recorrer à *wikipedia* como fonte exclusiva de informação".

A Avaliação do Plano de Estudos Pelos Alunos²³⁷

As entrevistas que fizemos aos alunos confirmam a sensação expressa por António Granado, relativamente ao impacto do curso, sobretudo, no primeiro semestre do primeiro ano. Os quatro alunos de primeiro ano que entrevistámos, cerca de mês e meio depois de terem chegado à Faculdade, associam à dificuldade de adaptação, o esforço suplementar que fizeram para relacionar os conceitos com a prática profissional,

²³⁷ Como acontecerá em todos os cursos, a avaliação dos alunos ao plano de estudos será feita recorrendo, sobretudo, às opiniões dos alunos dos primeiro e terceiro anos. O questionário que organizámos para os estagiários pretende, sobretudo, avaliar o molde das interseções entre o curso e o mercado, pelo que, as questões concretas, associadas ao plano de estudos, foram episodicamente referidas. Neste ponto, o recurso à opinião dos estagiários é, por isso mesmo, episódico.

direcionada para o campo da comunicação. Esse esforço foi sendo compensado no decurso do ano, com a introdução de matérias mais próximas do campo de estudo. No final do primeiro ano subsistia, todavia, nos quatro alunos, a dúvida sobre a integração, no plano de estudos, de algumas uc que tinham frequentado.

Se, como observámos, Teoria da Comunicação mereceu destaque positivo unânime do painel de alunos entrevistados²³⁸, Sistémica e Modelos de Informação recolhe o pleno de opiniões negativas. Métodos Quantitativos, Semiótica, Teoria da Imagem e da Representação são referenciadas, igualmente, pela negativa, pela maioria dos alunos. Se, no caso de Sistémica e Modelos de Informação, Métodos Quantitativos e Semiótica os alunos entrevistados reconhecem ter tido dificuldade em apreender o conteúdo do programa, já em Teoria da Imagem consideraram as matérias interessantes, mas não conseguiram encontrar aplicação prática.

A integração de Teoria da Notícia no tronco comum é questionada por dois alunos de terceiro ano da variante de jornalismo, Diogo Alpendre e Pedro Ponte; os alunos não detetam a presença das outras variantes no conjunto das uc obrigatórias. De facto, no tronco comum apenas estão representadas as variantes de Jornalismo e de Comunicação, Cultura e Artes, as outras duas, Comunicação Estratégica e Cinema e Televisão, estão ausentes. O plano de estudos da UNL é, todavia, como veremos, aquele, dos seis analisados, onde as variantes profissionais têm menor expressão no tronco comum.

A existência de uc no tronco comum "desenhadas à medida do perfil de alguns professores do departamento" mereceu o comentário crítico dos alunos José Maria Ribeiro e Diogo Alpendre. Sem especificarem, ambos entendem existir uc "feitas para os professores e não para os alunos". Na ótica dos dois alunos, algumas matérias estão demasiado associadas às áreas de interesse dos docentes responsáveis, com "reflexos negativos" visíveis "na forma como transmitem o conhecimento aos alunos".

Os alunos de terceiro ano e os estagiários entrevistados coincidem na falha geral que apontam ao programa de estudos: a ausência das línguas estrangeiras e da disciplina de história. Uma aluna, Patrícia Tavares, considerava, depois de completado um segundo estágio, que uma disciplina relacionada com novas tecnologias, igualmente ausente do plano de estudos, seria hoje uma mais-valia no processo de acesso ao

²³⁸ A cadeira de Economia (numa proporção quase equivalente - 10 alunos em 13 - a Teoria da Comunicação) e as cadeiras de Comunicação e Ciências Sociais e Sociologia da Comunicação são igualmente destacadas pela positiva pela maioria dos alunos entrevistados.

mercado, uma vez que o jornalista de hoje "tem de ser um mega jornalista", sendo chamado a desempenhar "tarefas multimédia". De facto, o plano de estudos de CC da UNL é o único dos seis analisados que não oferece nenhuma uc de contacto direto dos alunos com programas informáticos e novas tecnologias. A reforma curricular, desenhada por Francisco Rui Cádima, pretendia, como afirmámos, suprir essa ausência.

Os alunos do terceiro ano da vertente de jornalismo e os estagiários já licenciados apontam o desequilíbrio do peso da variante no conjunto do curso, como o maior problema do processo formativo. Os alunos realçam, pela positiva, o papel das uc de ação jornalística na consolidação de pontes entre o curso e a profissão. A expectativa positiva, relativamente a essas uc, assumida pelos dois alunos do primeiro ano, que já tinham definido a vertente que pretendiam seguir (a aluna do primeiro ano, Rita Marques, aguardava com expectativa a "lufada de realidade" dos ateliês, e o aluno Alexandre Poço destacava o desejo de se aproximar da área), permite-nos concluir que as opiniões do painel reforçam um dos pilares da reforma curricular enunciada por Francisco Rui Cádima, em concreto a maior aposta nas vertentes e o consequente desinvestimento no tronco comum; contudo, o nosso painel não legitima aquela que, em nosso entender, é a área mais sensível da reforma: o investimento no digital e a abertura de um fosso entre técnica e concretização de conteúdos. A introdução de uma uc prática de contacto com novas tecnologias, reclamada por uma aluna, não implicaria o descentramento do foco do curso, enunciado na reforma de Rui Cádima.

A análise da opinião dos alunos entrevistados é muito clara no que concerne à necessidade de articulação entre teoria e prática nos programas de estudo: eis, portanto, uma lógica de estruturação dos planos de estudo a ter em conta em qualquer redesenho do curso.

A Avaliação ao Curso Pelos Alunos

A média de entrada no curso da UNL, a mais elevada da área, permite-lhe receber os melhores alunos; um elemento distintivo que deve ser tido em conta em qualquer análise, uma vez que, à partida, um bom aluno é mais exigente com a instituição de acolhimento, e, simultaneamente, mais inconformado, certamente mais empreendedor e pró-ativo.

O reflexo dessa pro-atividade está na forma como alguns dos alunos do painel se mobilizam em torno da concretização de tarefas extracurriculares, com o propósito de

adquirem competências complementares. Os interesses de Miguel Tomar Nogueira, do primeiro ano, centram-se na "leitura crítica" de artigos da revista *New Yorker*, e de trabalhos jornalísticos distinguidos com o prémio Pulitzer: "O aluno deve trabalhar para criar um estilo próprio, para quando chegar ao mercado de trabalho conseguir deixar uma marca". Alexandre Poço, do primeiro ano, e José Maria Ribeiro, do terceiro, optaram por criar, e alimentar, blogs pessoais e participar em coletivos, onde exercitam a escrita jornalística e dão visibilidade aos trabalhos que vão fazendo. Susana Cigano começou a colaborar com revistas académicas e Pedro Ponte integrou um projeto multimédia desenvolvido pelo CITI, o Centro de Investigação de Tecnologias Interativas, com sede na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Patrícia Carmo enviou uma reportagem para a *Notícias Magazine* e aguardava "ansiosamente" a resposta da editora e a consequente publicação.

As críticas que os alunos fazem ao plano de estudos, e que reproduzimos no ponto anterior, constituem, igualmente, uma marca precisa da capacidade de observação e de crítica dos alunos da UNL, comparativamente aos de outros estabelecimentos de ensino com cursos na área; todavia, apesar das críticas, nenhum dos 13 alunos entrevistados entendeu que deveria ter optado por outro projeto formativo. Mesmo num quadro onde a vasta oferta na área estaria ao alcance de cada um deles, o prestígio do curso segurou-os até ao fim e deu-lhes algum conforto na hora do balanço.

Os oito alunos dos primeiro e terceiro anos concordam que a escolha deste curso resulta da associação entre o prestígio e a oferta de uma formação mais abrangente (banda larga). Seis alunos afirmam ter estabelecido uma comparação com a licenciatura da ESCS, tendo optado pela UNL por recearem os efeitos de um projeto de formação exclusivamente direcionado para o jornalismo. No painel de 13 alunos, apenas seis sabiam, à chegada, que queriam seguir jornalismo.

O Equipamento Técnico Disponível para as Disciplinas da Variante e a Visibilidade dos Trabalhos dos Alunos

O relatório apresentado no I Encontro Nacional do Ensino do Jornalismo em Portugal, que decorreu na Universidade do Minho a 17 e 18 de setembro de 2003, já apresentava como uma das principais lacunas do DCC o equipamento técnico disponível para a variante de jornalismo. A avaliar pela opinião dos professores da variante que entrevistámos, pela opinião dos alunos que frequentaram a variante e que integram o nosso painel, mas também pela opinião dos nossos alunos, nas

de Jornalismo Radiofónico e Novas Narrativas dos *Media*, a situação não sofreu alterações. Como nos alerta António Granado, a questão não reside, apenas, na qualidade e na quantidade de equipamento disponível, mas também no auxílio prestado aos alunos para concretizarem os trabalhos exigidos em cada uc da área:

"A Faculdade tem gravadores mas as câmaras são poucas e têm problemas técnicos permanentes. Os alunos, como são muitos, têm de utilizar câmaras e gravadores próprios. Apesar da maioria dos alunos dominar bem as novas tecnologias, há sempre alguns que apresentam mais dificuldades, e isso nota-se na qualidade técnica dos trabalhos *multimedia* que me chegam. Seria muito útil que houvesse alguém que pudesse auxiliar os alunos na concretização dos trabalhos mais complexos".

Já depois desta entrevista, a coordenação do DCC reforçou o núcleo de apoio técnico que integra agora três elementos. Um deles pertence aos quadros da Faculdade, mas ainda não adquiriu as competências técnicas necessárias para prestar apoio aos alunos; os restantes dois têm contratos precários a tempo parcial. Este condicionalismo determina que os horários disponíveis para acompanhamento dos trabalhos dos alunos seja insuficiente para o número de solicitações, uma vez que o núcleo de apoio serve todas as variantes do DCC. Os alunos acabam por produzir os trabalhos sem supervisão técnica e essa situação não lhes permite atingir níveis de qualidade elevada, que facilite a constituição de um *portfólio* que, terminada a parte letiva do curso, tenha influência no acesso ao mercado de trabalho.

No ano letivo de 2011-2012 a coordenação do DCC criou dois *workshops*, um audiovisual e outro digital, destinados aos melhores alunos, mas o contrato com os técnicos seleccionados para supervisionarem essas sessões não foi renovado no ano letivo seguinte. A intenção da coordenação era promover a evolução desses *workshops* para seminários, facto que ainda não se verificou.

Os trabalhos dos alunos acabam por não ter uma montra digital onde possam ser alojados. A plataforma que tinha sido criada para cumprir esse propósito, o *DCCmedialab*, está praticamente inoperacional, aguardando (maio de 2013) um novo impulso. O esforço de dar visibilidade ao trabalho dos alunos fica assim a cargo dos docentes. A docente Paula Sá criou um sítio online para os trabalhos dos alunos de Ciberjornalismo, o *Fora de Linha*, que ela própria gere; e o docente António Granado incentiva os alunos, que produzem os melhores trabalhos, a promoverem a publicação nos jornais nacionais. O número de artigos publicados em cada semestre oscila entre os

sete e os nove. As notícias feitas pelos alunos de Ateliê de Jornalismo são publicadas na plataforma "N", um sítio online que foi concebido para ser a revista digital da UNL²³⁹.

O Papel Atribuído ao Estágio

Com a adaptação do programa à reforma de Bolonha, o curso da UNL foi um dos que retirou o estágio do plano curricular.

Carla Baptista defende a opção, considerando que um projeto de apenas três anos é "demasiado comprimido" para poder prescindir de três meses. A professora auxiliar de carreira entende que "não deve ser a universidade a validar os conhecimentos adquiridos no estágio", uma vez que a partir do momento em que os alunos são admitidos nas empresas, "a organização do trabalho fica completamente dependente da empresa". Carla Baptista relata situações diversas, desde alunos que começam a tratar assuntos "jornalisticamente relevantes logo nos primeiros dias de estágio", até a casos de "extrema indiferença", em que não são atribuídas quaisquer tarefas aos alunos. Carla Baptista observa, por isso, que as empresas revelam uma "total ausência de enquadramento". O problema não tem tido, como a própria reconhece, o acompanhamento devido por parte do departamento: "Acho que nos omitimos; já que nós não podemos ser um ator com muita intervenção, poderíamos, pelo menos, ser observadores mais informados dessas experiências".

A "omissão" do DCC no capítulo dos estágios de primeiro ciclo não tem, pois, impedido os alunos de os concretizarem:

"Os alunos perceberam que o estágio é uma mais-valia e não quiseram abdicar dele. Organizaram-se e todos os anos têm uma comissão muito ativa que garante estágios voluntários a cada aluno. Esse espírito de autonomia e de pro-atividade é interessante e deve ser estimulado, mas não nos deve obrigar a validar essa experiência".

²³⁹ Na unidade curricular de Ateliê de Jornalismo Radiofónico (AJR), a uc de licenciatura cuja docência assumimos desde o ano letivo de 2005-2006, os melhores trabalhos estavam a ser alojados na plataforma *DCCmedialab*. A colaboração do técnico que prestava apoio aos docentes no alojamento desses conteúdos foi descontinuada e a função transitou para o núcleo de apoio técnico, que não tem conseguido dar resposta. Os últimos trabalhos publicados no *DCCmedialab* datam de novembro de 2012. Antes da existência do *DCCmedialab*, os trabalhos dos alunos de AJR eram alojados na plataforma "N"; entendemos, todavia, que a existência de uma plataforma do DCC, destinada a cumprir o propósito de dar visibilidade aos trabalhos dos alunos, teria mais condições, por ser uma iniciativa da coordenação do DCC, para cumprir esse propósito. Seguimos idêntico raciocínio quando abandonámos o blog "Radiologias", que tínhamos criado, especificamente, para os trabalhos de Ateliê de Jornalismo Radiofónico. Num departamento com uma variante de jornalismo, afigura-se-nos mais eficaz o alojamento dos conteúdos dos alunos na plataforma que lhes garanta maior visibilidade; pareceu-nos ser o caso do *DCCmedialab*. O impacto que presidiu à sua criação isso fazia prever; todavia, o momento que a plataforma atravessa não faz jus a essa expectativa. Os trabalhos dos alunos de Ateliê de Jornalismo Televisivo não são alojados em nenhuma plataforma específica da uc.

A reforma curricular, que Francisco Rui Cádima planeou e que não chegou a ser aplicada, pretendia, todavia, assumir um compromisso diferente ao enunciado por Carla Baptista. Na entrevista que nos concedeu, Francisco Rui Cádima não especificou a modalidade que estava prevista para o estágio no percurso de três anos do primeiro ciclo, mas assumiu que o objetivo passaria pela sua integração no plano curricular.

"Na pior das hipóteses seria integrado num período letivo. A nossa aposta, todavia, é assumirmos um período letivo que reforce muito a componente do trabalho tutorial. Os alunos serão acompanhados na concretização de um projeto ou de um portfólio. Ou seja, o tempo do aluno para criar projetos próprios, tutoriais ou em estágio, vai aumentar. Quando a reforma entrar em vigor, o estágio contará créditos na concretização do curso"²⁴⁰.

Francisco Rui Cádima manifesta especiais preocupações com o estágio, argumentando que, apesar de não integrar o plano de estudos, o DCC tem feito um "acompanhamento geral" das comissões voluntárias, "pressionando" os alunos para que continuem ativas.

Carolina Moreira e Patrícia Carmo, duas alunas que integraram a comissão de estágios no ano letivo de 2010-2011, esperariam, ainda assim, um maior envolvimento do DCC:

"Entendemos que não deve ser o Departamento a fazer os contactos com as empresas, até porque o estágio não é curricular, mas, se existe um docente que faz a ponte com os alunos em matéria de estágios, seria muito útil que esse docente nos desse mais contactos e orientasse as nossas escolhas. Sabemos que é isso que acontece noutras variantes".

A Faculdade de Ciências Sociais e Humanas tem um gabinete, o GIPAA²⁴¹ (Gabinete de Integração Profissional e Antigos Alunos) que recebe ofertas de estágios curriculares e profissionais, que divulga através de uma *mailing list*. Os técnicos do Gabinete ajudam os alunos na preparação das entrevistas de acesso aos estágios. Os professores do DCC, que "têm contactos mais oleados" com as empresas, "auxiliam" o GIPAA no estabelecimento de pontes com o mercado. Os estágios dos alunos, conseguidos através do gabinete, ou diretamente pelos alunos, são todos oficializados pelo GIPPA, a entidade que, no seio da Faculdade, tutela os protocolos com as empresas, integrando os estágios no âmbito desses protocolos.

²⁴⁰ Este desenho, que Francisco Rui Cádima (FRC) nos apresentou em maio de 2012, foi posteriormente concluído e, a versão final, apresentada aos docentes de carreira. O Portfólio I, II e III, que atrás apresentámos, parece ser a concretização da ideia aqui expressa por FRC.

²⁴¹ Entrevista a Camila Bougart realizada a 13 de dezembro de 2011.

As Pontes Entre o Curso e as Empresas na Fase de Estágio

(O reflexo da inexistência de pontes)

Dos seis estagiários, licenciados pela UNL, cujo percurso acompanhámos, dois deles já integravam o nosso painel desde o terceiro ano do curso. Os seis tinham sido alunos de Ateliê de Jornalismo Radiofónico, a uc de licenciatura pela qual somos responsáveis no DCC. No acompanhamento que fizemos dos estágios dos seis alunos observámos o processo de adaptação; a forma como o mercado os acolheu; o papel desempenhado pela empresa no processo de formação profissional, complementar à licenciatura; o acompanhamento que a empresa dispensou a cada um; os direitos e responsabilidades de cada estagiário; o acompanhamento que a entidade formadora lhes dispensou; a forma como a formação académica de base se impôs no decurso do estágio.

Carla Baptista alertava-nos para a diversidade de situações que os alunos estagiários lhe relatam, desde a extrema indiferença da entidade patronal até à atribuição de responsabilidades que, à partida, não deveriam ser solicitadas a um estagiário. Nos relatos que nos fizeram, os alunos aprofundam esse largo espectro de situações. Os nossos dados permitem-nos concluir que a diversidade de situações depende dos modelos de estágio aplicados nas empresas, que atribuem a responsabilidade do acompanhamento dos alunos a profissionais que variam consoante o plano de estágio, ficando a prestação do aluno dependente da personalidade do jornalista que, em determinado momento, o acompanha. Num mesmo estágio de três meses, um aluno pode ser acolhido com indiferença num dia e, no outro, se entretanto mudar de editor ou de secção, participar na concretização da notícia do dia. Regra geral, os alunos estão disponíveis para acolher novas experiências e a avidez é tal que passam rapidamente do estado de euforia ao desespero, ou frustração.

No estágio curricular que fez na Antena 1, o aluno João Correia observou a mudança súbita de estado de ânimo quando passou dos programas de informação para o online²⁴²:

²⁴² Na avaliação que fizemos da forma como as empresas de comunicação social em Portugal se relacionam com a formação académica, cujos resultados detalhámos no capítulo cinco, utilizámos dados recolhidos num questionário que fizemos a oito grupos de comunicação social. Obtivemos respostas de cinco: *Controlinvest*, *RR*, *Impresa*, *RTP/RDP*, *A Bola*. Estas empresas estabelecem como norma a rotação dos estagiários pelas diversas secções do meio.

"Todos me dizem que o online é o futuro; se é o futuro, talvez eu queira outra coisa para a minha vida. A secção online é pouco atrativa ou estimulante para um estagiário e nem sequer se trata de gostar, ou não, da área do *multimedia*. Trata-se de ficar parado durante largos minutos à espera que apareça uma entrevista, uma declaração, uma peça, o que quer que seja, para depois escrever um título e três frases e colocar online. Quando não sei nada e tenho tudo para aprender, como é que posso chegar ao fim de um dia do meu primeiro contacto com a realidade e sentir que nada mudou e que amanhã o dia vai ser igual ao de hoje?"

No relato anterior, respeitante ao primeiro mês de estágio, o mesmo aluno, tinha-se deixado fascinar pela rádio e pela ação jornalística no meio. Colocado primeiro no programa "Portugal em Direto" e depois na editoria de cultura, João Correia tinha tomado contacto com uma realidade onde acreditava ter-lhe sido aberto um vasto horizonte de possibilidades:

"Em momento algum me senti invisível. Para mim é um mito os estagiários andarem a servir cafés ou a passearem-se pela redação. Acho que dei nas vistas porque entrei num nicho (*Portugal em Direto* e editoria de cultura) onde há poucos jornalistas e muito trabalho. E consegui dar nas vistas a um nível mais geral: A minha editora disse-me: - *João, não te vou criar expectativas, mas vou fazer campanha por ti*. O diretor falou comigo e o editor da secção onde estou agora (online) disse-me que já tinha ouvido falar bem de mim".

No relato enviado no último dia do estágio, João Correia tinha perdido todo este entusiasmo. O estágio profissional, que chegaram a prometer-lhe, não se concretizou. Nos relatos seguintes constatámos que a experiência no online deixara marcas profundas: a rádio, que se afirmara plena de virtudes no primeiro mês, passara a ser um meio desinvestido de criatividade. João Correia pôs de lado a rádio e reformatou a ligação ao jornalismo:

"Ao contrário do que eu esperava, não senti nenhum fascínio pelo dia-a-dia na redação. Não vi pessoas com o tal *bichinho da rádio*, não vi essa paixão pelo jornalismo; pelo contrário, vi pessoas sentadas confortavelmente nas suas cadeiras a fazerem o mesmo todos os dias e a não passarem dali. Decidi fazer um curso de escrita de viagens. Escrevi um texto sobre Marraquexe que acabou por ser publicado no Fugas (suplemento do jornal *Público*). Entretanto tenho estado a trabalhar e a preparar uma viagem de cinco meses ao continente africano. Estou em contacto com o jornal *Público* para tentar uma parceria".

Esta alteração súbita do ânimo, em face do trabalho desempenhado, foi relatada por quatro dos seis estagiários²⁴³. Num dos casos onde essa situação não foi referida, o

²⁴³ Os dois casos que não referenciaram essa situação correspondem às únicas entrevistas realizadas por correio eletrónico. O questionário não integrava nenhuma pergunta que, diretamente, apelasse a essa descrição dos alunos.

da aluna Patrícia Tavares, a explicação pode estar relacionada, exatamente, com a descrição positiva que a aluna faz do acompanhamento contínuo que lhe foi concedido nas duas empresas de acolhimento, onde realizou dois estágios sucessivos, o primeiro no jornal *Público* e o segundo na *Rádio Renascença*; neste último, a forma como a aluna foi acompanhada pelos profissionais da estação, terá evitado, inclusivamente, a reação negativa ao impacto da mudança de plataforma:

"Fui sempre muito acompanhada: a redação mostrava-se disponível, tanto para fazer a revisão dos meus textos, como para fazer um elogio porque tinham gostado do meu trabalho. Ao fim dos dois meses passei para o "movimento" da redação da tarde e consegui ambientar-me na perfeição. Foi graças a esse acompanhamento contínuo, que considero que qualquer estagiário deve ter.

O sucesso do processo de adaptação de Patrícia Tavares dependeu, uma vez mais, das pessoas que, nas empresas, acompanharam o estágio. Nos restantes casos registámos a alternância súbita entre euforia e frustração, observada por João Correia.

A aluna Patrícia Carmo terminou a curta passagem pelo jornal *A Bola* a questionar a ligação ao jornalismo. Antes do estágio, Patrícia revelava uma grande vontade de iniciar carreira no jornalismo desportivo: "a imprensa desportiva está no topo da minha lista; será um desafio para mim". Concorreu ao estágio n' *A Bola* na perseguição desse desejo. Foi aceite, mas, o sentimento de euforia, que experimentava, durou pouco tempo:

"Passado poucos dias desisti. O ambiente e as condições não me agradaram. O que falhou no estágio foram basicamente as condições que tínhamos, nomeadamente em termos de horários. Bem sei que, tratando-se de um diário, o ritmo é alucinante e é preciso muito trabalho. No entanto, pretendiam que estivéssemos desde manhã cedo até à meia noite/uma da manhã todos os dias, sem folgas, feriados ou fins-de-semana. Depois, o ambiente também não era bom, no sentido em que não nos trataram muito bem. Não sei se foi falta de coragem da minha parte, mas soube que não aguentaria três meses nesse ritmo e sem receber nada".

O último relatório que nos enviou representa a consequência clara do abandono e do isolamento a que a aluna tinha sido votada pelo mercado, mas também pela instituição onde fizera a formação curricular. Patrícia Carmo mudara de ângulo; estava já a colaborar numa empresa na área do *marketing* e das relações públicas. O estágio fracassado n' *A Bola* ainda estava muito presente, alimentando as incertezas: "Ainda não desisti do sonho de ser jornalista, mas não sei se terei mesmo aptidão para o jornalismo".

A meio do estágio, e depois de já ter passado por duas secções da SIC, a aluna Joana Damas destacava a indiferença com que fora acolhida: "Temos de andar por aí a pedir trabalho; quem me ensinou a editar²⁴⁴ as minhas notícias foram outros estagiários". Na fase final do estágio de seis meses, Joana Damas haveria de ficar fixa na editoria de sociedade, tendo sido acompanhada, até ao final, pela editora. Na reta final do percurso, a aluna destacava "o muito" que tinha aprendido.

Filipa Crespo Ramos experimentou todas as fases no estágio da SIC, mas resistiu-lhes. Valorizou a experiência na agenda, não apreciou o trabalho das edições da SIC Notícias e ficou "fascinada" pela "versatilidade da economia". "Apostei na SIC. Não mandei currículos para nenhum outro sítio". Quando terminou o estágio cumpriu dois contratos de substituição e acabou por ficar na empresa: "A ideia que tinha da SIC mudou um bocadinho, ainda assim, acho que continua a ter a informação mais imparcial".

O relato destes quatro alunos não releva, exclusivamente, da falta de enquadramento, ou de foco, das empresas no que concerne ao papel que devem assumir na formação dos estagiários, facto salientado por Carla Baptista. A partir do momento em que o estágio deixou de integrar o plano de estudos, o Departamento de Ciências da Comunicação deixou, como salientámos, de acompanhar a interseção com o mercado de trabalho. A pro-atividade dos alunos não é suficiente para vencerem, sozinhos, as primeiras barreiras, as primeiras frustrações, ou, sequer, para lidarem com a efemeridade da euforia, provocada pelas primeiras vitórias. O envolvimento da instituição onde receberam formação contribuiria, em nosso entender, para suavizar os efeitos dessa passagem. Num contexto como o atual, onde a própria corrida aos estágios, como salientámos no capítulo cinco, já exige dos alunos um reforço da capacidade de resistência, promover uma rotura entre a parte letiva do curso e o acesso à primeira etapa da profissão dificultará, ainda mais, o processo de integração do aluno no mercado de trabalho. Se o DCC destacasse um docente que acompanhasse o percurso dos alunos, enquadrando euforia e frustração; se esse docente fosse ativo no contacto com os interlocutores nomeados pelas empresas para monitorização do percurso dos alunos; se as duas partes zelassem pelo cumprimento da carta de direitos e deveres do estagiário, talvez assim as empresas percebessem que os alunos não estão sozinhos e sentissem a necessidade de refrear o ímpeto de editores mais voluntariosos, que exigem

²⁴⁴ A aluna refere-se à edição digital utilizando o *software* de edição de imagem que os jornalistas da SIC utilizavam no período em que a aluna estagiou na estação, o *Clip Edit*.

de mais dos estagiários, ou intervissem no sentido de evitar os reflexos da indiferença continuada em processos que deveriam ser de formação complementar. É claro que esta alteração de modelo implica novo compromisso das duas partes, que não passa pela simples assinatura de um protocolo, cujo cumprimento parece desinteressar empresas e universidades.

Na resposta aos nossos questionários, os cinco grupos de *media* asseguram-nos que os contactos com interlocutores da parte das entidades formadoras são inexistentes na maior parte dos casos, sendo os alunos os únicos atores do processo. No caso da UNL, onde o estágio não integra o plano de estudos, a figura do interlocutor não existe. Como veremos nos restantes cursos analisados, mesmo nos casos onde o estágio é curricular, o papel desse interlocutor não é destacado de forma positiva pelos alunos do nosso painel.

A forma como os alunos, no final dos estágios, se relacionam com as matérias apreendidas na componente curricular do curso é outro sinal das vantagens em seguir-lhes o rasto no acesso ao mercado de trabalho. Nos pontos anteriores salientámos que os alunos, à medida que percorriam o plano de estudos, iam conseguindo, regra geral, encontrar aplicação prática para as matérias tratadas nas uc teóricas; no final do estágio, nenhum dos seis alunos destacou, positivamente, o papel da teoria aprendida em três anos letivos.

Joana Damas, que estagiou na SIC, conclui simplesmente que o curso não a marcou. A aluna não se arrependeu de ter optado pelo curso da UNL, mas confessa que o estágio lhe revelou "um curso pouco prático e sem ligação entre as áreas. Mesmo as disciplinas de jornalismo são poucas. Gostava de ter tido uma melhor preparação para o trabalho".

João Correia afirma que as únicas uc que o prepararam para a profissão foram as práticas, assumindo "maior dificuldade" em aplicar o que aprendeu nas teóricas.

Filipa Crespo Ramos chegou ao final do estágio com a mesma sensação: "Cá fora não conseguimos aplicar a teoria que lá se aprende".

Patrícia Tavares valoriza a componente prática do curso e conclui que, na Faculdade aprendeu "a escrever uma notícia"; no quotidiano profissional soube como torná-la "atrativa para quem a lê ou ouve".

A aluna Carolina Moreira, a cumprir um estágio profissional de seis meses na *TSF Açores*, revelava o mesmo grau de isolamento psicológico dos colegas, acentuado pelo isolamento físico provocado pelo regresso à terra onde nasceu:

"Vi-me forçada a voltar para cá para conseguir trabalhar na área e ganhar algum dinheiro. Não foi uma decisão fácil, nem está a ser algo que me preencha a sede de trabalho e de aprendizagem. Não é, nem de perto nem de longe, o sítio onde pretendo trabalhar e vingar na área".

Carolina Moreira, o elemento mais ativo da comissão voluntária de estágios do ano letivo de 2010-2011, perdeu o ânimo que a mobilizava enquanto estudante e, no primeiro emprego, sente a frustração da distância, provocada pelo facto de não ter vingado nos estágios que fez nos grandes meios de comunicação social nacionais. Ter emprego remunerado não lhe basta, porque as expetativas foram colocadas num patamar demasiado elevado.

O caso de Carolina Moreira determina que questionemos, de novo, a forma como o curso prepara os alunos para enfrentarem o mercado. A aluna alimentou o sonho legítimo de trabalhar nos meios nacionais e tem dificuldade em enquadrar essa impossibilidade imediata. Em nosso entender, o curso deveria ter-lhe descrito os contornos do mercado e preparado para a possibilidade de um regresso ao lugar de origem, onde porventura poderão abrir-se as possibilidades de emprego que os grandes meios lhe negaram. A universidade poderia ter participado na diminuição do grau de frustração da aluna, caso tivesse oferecido uma uc de jornalismo de proximidade, que alimentasse, nos alunos, o desejo do regresso às origens ou, pelo menos, os ajudasse a interagir positivamente com esse regresso, definindo estratégias de desenvolvimento de projetos jornalísticos viáveis, ou apresentando-lhes modelos de participação na recuperação de outros já existentes.

Nos seis estagiários que acompanhámos apenas um dos alunos vacilou, tendo desistido do primeiro estágio, escassos dias depois do arranque; os restantes resistiram. Admitimos que uma maior ligação com a entidade formadora, o DCC, tivesse tornado mais suave esse processo de resistência, contribuindo para que os alunos pudessem assumir decisões mais informadas, que lhes permitissem relacionar-se com a experiência de forma positiva.

Dos seis estagiários que acompanhámos, três continuavam desempregados no último contacto que tivemos, dois estavam insatisfeitos com a situação profissional presente. Apenas uma, a aluna Filipa Crespo Ramos, confessava ter conseguido cumprir o sonho de trabalhar na SIC. No grupo dos disponíveis, Patrícia Tavares, depois de ter cumprido, com sucesso, dois estágios não remunerados começava a perder as esperanças de conseguir uma colocação no jornalismo:

" Não acho que tenha colocado as minhas expectativas demasiado elevadas. Acho sim que faltam oportunidades. É certo que não quero desistir do jornalismo, mas cada vez se torna mais difícil lutar por ele".

Já os outros dois alunos que permaneciam desempregados no momento do último contacto, João Correia e Joana Damas, admitiam voltar a estudar, mas não colocavam a possibilidade de esse regresso ocorrer na UNL. A resistência destes alunos a um regresso ao DCC parece espelhar a realidade atual do departamento. Como reconhece Carla Baptista, os alunos que completam o primeiro ciclo raramente regressam:

"Não me parece abusivo usar a ideia da distância, do abandono. Acho que abandonamos completamente os alunos. E estamos a perder a possibilidade de eles voltarem. É a nossa própria sobrevivência enquanto instituição que aqui se joga. Se, num contexto de crise económica, os alunos raramente são integrados no mercado de trabalho, temos de encontrar a forma de promover o seu regresso".

O CURSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO: JORNALISMO, ASSESSORIA, *MULTIMEDIA* (CCJAM) DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (UP)²⁴⁵

A licenciatura da Universidade do Porto arrancou no ano 2000. O "interesse estratégico" que a Universidade do Porto revelou pelo estudo da comunicação manifestou-se apenas na década de 90 do século passado. Como assinala Rui Centeno²⁴⁶, coordenador da licenciatura desde 2004, o Conselho Científico da Faculdade de Letras tinha tentado criar um curso de jornalismo, mas a ideia acabou por

²⁴⁵ A caracterização do curso da UP, nas suas diversas alíneas, resulta dos dados recolhidos no trabalho de campo no ano letivo de 2010-2011. No caso do curso da UP foram entrevistados quatro professores - dois responsáveis por cadeiras de ação jornalística (Fernando Zamith e Sandra Sá Couto), um professor de cadeiras de jornalismo e do campo da comunicação (Rui Novais) e o coordenador do curso, Rui Centeno. Entrevistámos, igualmente, onze alunos: quatro do primeiro ano, três do terceiro, e cinco estagiários já licenciados, um deles já integrava o nosso painel desde o terceiro ano da licenciatura. Os alunos dos primeiro e terceiro anos foram monitorizados ao longo do ano letivo de 2010-2011; um dos estagiários foi monitorizado durante três meses, e os restantes quatro tinham já ingressado num mestrado, depois de completado o estágio do primeiro ciclo. O trabalho de campo foi complementado com a consulta dos seguintes documentos: Documento Síntese das Primeiras Jornadas de Avaliação e Reflexão sobre a Licenciatura em Jornalismo e Ciências da Comunicação (LJCC) de 2005; Regulamentos do Curso e da Área Curricular de Projeto, ambos publicados, igualmente, em 2005. Alguns dos dados foram obtidos diretamente nas diversas consultas feitas ao sítio online do curso <http://www.c2com.up.pt/>. No sítio oficial do curso não estão disponibilizados os programas das cadeiras do plano de estudos, nem o nome e *curriculum vitae* dos docentes de cada uma delas. Essas informações apenas estão acessíveis através do sítio da Faculdade de Letras da Universidade do Porto que pode ser consultado em http://sigarra.up.pt/flup/pt/cur_geral.cur_planos_estudos_view. Ambos os sítios foram consultados diversas vezes entre 2011 e 2013.

Todas as entrevistas foram presenciais, excetuando a concretizada a um dos alunos do terceiro ano, cujas perguntas seguiram por correio eletrónico, tendo sido rececionadas pela mesma via.

²⁴⁶ Entrevista realizada em novembro de 2010. Ao longo do trabalho serão citados outros excertos desta entrevista.

não avançar, por se entender, na altura, "que o jornalismo deveria ser ensinado no politécnico, e não na universidade".

A licenciatura em Ciências da Comunicação: Jornalismo, Assessoria e Multimédia (CCJAM) resulta do protocolo de colaboração firmado, em 1999, entre quatro faculdades: Letras, Engenharia, Belas-Artes e Economia. Do acordo resulta a atribuição à Faculdade de Letras do estatuto de "ancora institucional", mas a gestão do curso, e o próprio plano de estudos, é consequência da colaboração das quatro faculdades.

As negociações que conduziram à assinatura do protocolo, associando representantes de cada uma das entidades envolvidas, coincidiram com o processo de encerramento, em 1997, do curso da Escola Superior de Jornalismo do Porto (ESJ), um politécnico privado. A intenção do presidente da ESJ era integrar a Escola na Universidade do Porto (UP), mas o facto de ser um estabelecimento privado do ramo politécnico, não permitiu a concretização dessa integração. Tal não impediu que as duas entidades estabelecessem um regime de colaboração privilegiado, tendo os alunos da ESJ sido acolhidos pela UP, que, igualmente, recrutou alguns dos docentes.

Rui Novais²⁴⁷, professor auxiliar convidado, responsável por uc teóricas de interseção entre o jornalismo e a comunicação, avalia criticamente a "herança" transmitida pela ESJ:

"Ainda cá estão docentes que foram meus professores na ESJ quando tirei o curso. Utilizam os mesmos métodos de trabalho, completamente ultrapassados. A matriz prática e os métodos de trabalho da ESJ estão de tal forma enraizados que não se consegue promover qualquer alteração".

Em 2005, já depois da saída da primeira vaga de licenciados, a UP organizou as primeiras jornadas de avaliação e reflexão do curso, tendo recebido as críticas de docentes, alunos, ex-alunos e professores de outros cursos da área. O documento, produzido na sequência desse encontro, sintetiza as críticas feitas e enaltece a marca distintiva da licenciatura. Aquela que é entendida como a "mais-valia" do curso - ser o resultado da

²⁴⁷ Entrevista realizada a 23 de fevereiro de 2011. Ao longo do trabalho serão citados outros excertos desta entrevista. Rui Novais era responsável por duas cadeiras: Jornalismo Comparado e Teorias da Comunicação. A relação de Rui Novais com o curso sofreu alterações depois da entrevista. No ano em que o entrevistámos, Novais tinha perdido a regência da cadeira de Teorias da Comunicação, mas mantinha a colaboração, partilhando a docência com o novo regente. No ano letivo seguinte, 2011-2012, mantinha as duas cadeiras, nos mesmos moldes. No plano de estudos de 2012-2013, Rui Novais já não tem nenhuma cadeira atribuída. Num contacto posterior, em junho de 2013, Rui Novais afirmou-nos que abandonara o curso e que esse abandono estava relacionado com a forma como ele interpretava, criticamente, o modelo de estruturação do mesmo. Essas opiniões críticas de Rui Novais serão expostas ao longo deste trabalho.

colaboração entre quatro faculdades - é igualmente interpretada, pelo grupo de docentes do curso que participou nas jornadas, como razão de fragilidade:

"Vários colegas notaram de imediato a desorganização na forma como o curso estava a ser gerido, sentiram que a LJCC (Licenciatura em Jornalismo e Ciências da Comunicação) era um filho "enteado" de várias faculdades".

Os participantes nas jornadas destacaram, igualmente, a componente tecnológica da formação como "a grande vanguarda" do curso, embora tenham reconhecido que teria de ser assumido, como prioridade, o reapetrechamento técnico, dado o "défice sério de meios técnicos e recursos humanos" associados a cada uma das disciplinas.

O curso funciona em instalações próprias. Não é uma faculdade, nem um centro de investigação, mas oferece todos os graus de ensino. O doutoramento em Comunicação e Plataformas Digitais resulta de uma parceria com a Universidade de Aveiro.

A Variante em Jornalismo

Evolução do peso da variante

A vertente de jornalismo tem gozado de um estatuto especial junto dos alunos, mesmo que a componente tecnológica e *multimedia* seja aquela com a qual o curso assume maior compromisso académico. Esse compromisso é, como veremos, a marca distintiva do curso, sendo, igualmente, aquele que, na nossa análise, exigirá maior grau de questionamento.

O curso oferece três vertentes: jornalismo, assessoria e *multimedia*. Os alunos frequentam um tronco comum, que já inclui unidades curriculares associadas às variantes, nos primeiro e segundo anos do curso. A escolha e frequência da variante são assumidas, apenas, nos dois semestres do terceiro ano. No primeiro, os alunos frequentam cinco uc - duas obrigatórias de jornalismo e uma opcional, uma de tecnologia e outra de economia - no segundo têm duas opções: projeto ou estágio.

A variante em jornalismo é a mais frequentada. No ano de 2010-2011 existiam duas turmas, de 20 alunos cada, num total de 40 alunos, o equivalente à soma das variantes de assessoria e *multimedia*.

Os efeitos do peso do jornalismo, relativamente às duas outras áreas, foram questionados pelos alunos das restantes variantes nas primeiras jornadas de avaliação do curso, em 2005. Esse peso estava, desde logo, refletido na designação do curso -

Jornalismo e Ciências da Comunicação - apesar de na altura, já serem oferecidas as três vertentes:

"É necessário, encontrar uma designação que permita a um aluno que, por exemplo, não se interessa especificamente por jornalismo, possa ter a noção de que a LJCC não se circunscreve apenas a essa área, disponibilizando também outras especializações".

Os alunos de assessoria criticavam, sobretudo, a inexistência de uc da área no tronco comum, facto que não se observava nas duas outras variantes.

Atualmente, o tronco comum já oferece duas unidades curriculares de assessoria, contra quatro de *multimedia* e duas de jornalismo. As duas uc de jornalismo são, todavia, desdobradas nas diferentes plataformas, online, televisão, rádio e imprensa²⁴⁸.

Identificação dos Problemas da Variante

Composição da Variante e Características do Corpo Docente

Um aluno que opte pela variante de jornalismo juntará às duas unidades curriculares da área, que frequentou no tronco comum (Técnicas de Expressão Jornalística I e II - 20 créditos), as duas uc obrigatórias no primeiro semestre do terceiro ano, já integradas no percurso de jornalismo (Jornalismo Comparado e Ateliê de Jornalismo - 10 créditos). O aluno que opte pelo jornalismo pode, como os alunos de qualquer outro percurso, concluir duas uc de opção da área (História do Jornalismo - opção do terceiro semestre - cinco créditos - e fotojornalismo, opção do primeiro semestre do terceiro ano, cinco créditos). No limite, o jornalismo no curso da UP vale quarenta créditos (30 obrigatórios e dez opcionais). O estágio, ou projeto, representam, cada um, 30 créditos, o equivalente a um semestre letivo.

As unidades curriculares de Técnicas de Expressão Jornalística I e II e a de Ateliê de Jornalismo são dadas por vários docentes, ficando a cargo de cada um deles a responsabilidade pelo ensino teórico-prático da ação jornalística em cada uma das plataformas. Técnicas é dada por quatro docentes e Ateliê por três.

No documento produzido em 2005, na sequência da avaliação dos primeiros quatro anos do curso, coincidindo com a saída da primeira vaga de licenciados, o diretor do curso alertava para a qualificação do corpo docente, assumindo "limitações" nesse

²⁴⁸ uc tecnológicas - 30 créditos: Tecnologia dos *Media*; Design e Comunicação Visual (primeiro ano); Comunicações Digitais e Internet; Ateliês de *multimedia*. uc de jornalismo - 20 créditos: Técnicas de Expressão Jornalística I e II (primeiro e segundo anos); uc de assessoria - 10 créditos: Comunicação Empresarial (primeiro ano) e Relações Públicas (segundo ano).

campo, decorrentes do "número muito baixo de doutorados" e concluindo que o reforço dessa qualificação deveria ser uma das principais apostas.

Esta característica afetava, sobretudo, a variante de jornalismo. No ano letivo de 2004-2005, ano em que foi divulgada a avaliação, nenhum dos oito docentes²⁴⁹ da variante possuía o grau de doutor. Apenas um tinha contrato a tempo inteiro, os restantes sete eram assistentes convidados a tempo parcial, acumulando a docência com outra atividade profissional.

No ano letivo de 2012-2013, o corpo docente associado à variante baixou para cinco²⁵⁰ mas o desafio, enunciado por Rui Centeno em 2005, foi superado: quatro dos docentes completaram o doutoramento e entraram na carreira, com a categoria de professores auxiliares; a única docente que não possui o grau de doutor é assistente convidada a tempo parcial²⁵¹.

Fernando Zamith foi um dos que acolheu o desafio da direção do curso, tendo terminado o doutoramento em 2011, no ano em que o entrevistámos:

"Foi complicado conciliar a profissão com o doutoramento e com as aulas, mas foi possível corresponder. Mesmo que opte, um dia, pela academia, deixando o jornalismo em *stand by*, não irei desligar-me do jornalismo. Essa ligação à profissão é fundamental para assumir estas cadeiras teórico-práticas. Ficar só na universidade, fechando os olhos ao resto, nem pensar. Um dos meus orientadores (da tese de doutoramento), Rosental Alves, alerta-me para o facto óbvio de os nossos alunos terem sempre 20 anos, por isso terei de estar sempre a aprender, a atualizar-me".

Entre 2005 e 2013, o grupo docente da variante sofreu algumas alterações. Três dos cinco docentes atuais já tinham ligações ao curso em 2005; os restantes cinco, que exerciam funções em 2005, foram, entretanto, dispensados. Durante estes oito anos, para além das contratações de Sandra Sá Couto e Helena Lima, o curso contratou, igualmente, Rui Novais, um doutorado que manteve a categoria de professor auxiliar convidado até 2012, ano em que foi dispensado de funções. Em 2011, quando o entrevistámos, Rui Novais era diretamente responsável por uma uc de jornalismo, jornalismo comparado, e por uma outra de comunicação, teorias da comunicação²⁵².

²⁴⁹ Lista dos docentes em 2004-2005: Ana Isabel Reis; Fernando Zamith; Pedro Leal; Hélder Bastos; Albertino Mendes; Dinis Sottomayor; Manuel Neto Silva e Richard Zimler.

²⁵⁰ Fernando Zamith; Hélder Bastos; Ana Isabel Reis; Helena Lima e Sandra Sá Couto.

²⁵¹ Sandra Sá Couto, que acumula a docência com o jornalismo, na RTP.

²⁵² A cadeira de Jornalismo Comparado é atualmente assumida por Ana Isabel Reis (regente) e Fernando Zamith. A cadeira de Teorias da Comunicação passou a ser assumida por outros dois docentes: António José Rosa (regente) e Helena Lima.

Estas alterações constantes na composição do corpo docente associado à variante, prática a que assistimos nos seis cursos analisados, decorrem da ligação dos professores jornalistas ao mundo profissional que, a qualquer momento, podem ter de prescindir da docência por razões profissionais; mas, como aconteceu no curso da UP antes da estabilização do grupo de trabalho a que hoje assistimos, o vínculo precário que a maioria destes docentes mantém com os cursos torna-os mais dependentes dos efeitos da crise de financiamento que afeta a academia. Nos anos em que é necessário cortar nos custos, os docentes convidados são as primeiras vítimas. Ora, esta situação não é protetora da estruturação de um grupo de trabalho sólido e crescentemente participativo na academia.

No ano letivo de 2010-2011, ano em que desenvolvemos o trabalho de recolha de informação no terreno, dos sete docentes da área, três dividiam a docência com o jornalismo²⁵³. Rui Novais, investigador das universidades do Minho e de Liverpool e professor auxiliar convidado a tempo parcial na Universidade do Porto, não subscreve a linha de argumentação que, no seu entender, serve de rótulo aos docentes jornalistas, e que lhes atribui menores responsabilidades na ação profissional na academia, por não ser essa a sua profissão principal:

" Aquilo que eu acho que falha, independentemente das solicitações de cada um, é o estímulo certo. O que estamos aqui a fazer é a condicionar o futuro desempenho profissional de uma pessoa. Isso é uma coisa muito séria. Estou a lidar com a vida e com o futuro de pessoas. Já não sou jornalista no ativo, mas tenho outras solicitações tão ou mais exigentes, que me tomam tanto ou mais tempo do que se ainda o fosse. E isso não me impede de estar sempre disponível e de criar oportunidades, suscitar ideias e envolver os alunos numa série de atividades".

Sandra Sá Couto²⁵⁴ e Fernando Zamith assumem que as uc de aproximação à profissão, os ateliês de jornalismo das diversas plataformas, devem ser dadas por docentes que sejam jornalistas no ativo. Zamith elege o seu próprio perfil, como o adequado para a docência destas uc: "Defendo professores com o meu perfil porque estas cadeiras estão muito ligadas à prática, ao dia a dia profissional. Transmitir experiências aos alunos, é fundamental".

Sandra Sá Couto assume como propósito essencial da sua uc de jornalismo televisivo a preparação dos alunos para o mercado:

²⁵³ Fernando Zamith, jornalista da agência LUSA; Pedro Leal, RR, e Sandra Sá Couto, RTP. Hélder Bastos, Helena Lima, Isabel Reis e Rui Novais desempenhavam, apenas, funções académicas, ainda que, no caso dos dois últimos, a tempo parcial.

²⁵⁴ Entrevista feita a 23 de fevereiro de 2011. Ao longo do trabalho serão citados outros excertos desta entrevista.

"Quero que eles cheguem às redações a dominar um bocadinho da técnica televisiva. A minha cadeira é teórico-prática, mas, de facto, o que eu faço é ensiná-los a fazer jornalismo televisivo, não a refletir sobre televisão, ainda que a reflexão sobre o objeto não possa estar de fora desse processo de aprendizagem".

Pontes Entre os Docentes da Área

O facto de as uc de ação jornalística serem dadas por mais do que um docente impõe, desde logo, a articulação entre eles. Ainda que cada um dos docentes seja responsável por cada uma das plataformas, a construção conjunta do programa revela-se decisiva, sobretudo porque há um quadro comum de conceitos associado à ação jornalística, independentemente da plataforma.

Sandra Sá Couto destaca o exemplo da área de televisão, onde a articulação teoria- prática é feita com outra docente, Helena Lima:

"Quando os alunos chegam às minhas mãos já sabem o que é o meio televisivo, porque essa componente teórica é trabalhada, diretamente, pela outra docente. Já trabalhamos juntas há algum tempo; entre as duas existe já uma relação profissional muito forte".

Esta articulação necessária, que releva da matriz das uc de ação jornalística, não tem, no entender de Rui Novais, correspondência nas restantes do plano de estudos de índole mais teórica, nem entre estas e as do campo profissional. O investigador considera que na base dessa compartimentação dos saberes em "ilhas" está o "défice de investigação" dos docentes do curso:

"Não é cultivada a interdisciplinaridade porque os docentes não têm tradição de investigação. Os docentes aqui ocupam a sua zona de conforto; tentam lecionar com o menor esforço possível, não propõem projetos, não é fomentada a interação. Só se preocupam em ir a seminários ou em publicar quando, por um qualquer motivo, têm de ser avaliados".

Estratégias de Coordenação

(A aposta na aproximação à profissão e o peso da componente prática)

Se a matriz do curso da UNL, formatada por uma componente teórica que evoluiu (até se centrar) para a área das ciências da comunicação, está, como assinalámos, associada aos episódios que marcaram a conquista de estatuto académico por parte desse campo de estudos, que se afirma central no projeto formativo, no curso da UP assistimos a idêntico reflexo na matriz do contexto que moldou o surgimento da licenciatura. Por um lado, a influência da Escola Superior de Jornalismo, por outro a parceria entre as quatro faculdades que estruturam o plano de estudos.

Ao contrário do que assistimos no curso da UNL, onde a norma tem sido a renovação dos ciclos de coordenação, no caso da UP, Rui Centeno está na liderança desde 2004, pelo que, ao longo destes dez anos, tem conseguido impor a sua marca. Um dos objetivos do diretor do curso tem sido promover a aproximação às profissões. A componente prática impõe-se desde o início, tendo resistido, como assinala Rui Centeno, à reforma de Bolonha, mantendo "o perfil praticamente igual".

Fernando Zamith "gostaria" que o plano de curso "apostasse mais na teoria", mas realça que o figurino pós Bolonha permite "a articulação" dessa aposta com o segundo ciclo: "quem quiser desenvolver uma componente mais reflexiva pode frequentar um mestrado". O conhecimento que Zamith assume ter do mercado leva-o, todavia, a defender o grau de investimento na componente prática: "o mercado é tremendo e não absorve aqueles que lá chegam com dúvidas".

A aluna Aline Flor, do terceiro ano, está dividida relativamente ao desfecho desta opção pela dimensão prática. Se, por um lado, um curso teórico "seria demasiado abrangente, vago e, como consequência, praticamente inútil, uma vez que não elegeria nenhuma área de especialização", por outro, a aluna entende que o "excesso de prática", "deixa de fora alguma teoria importante".

A opção pela componente prática é, no entender de Rui Centeno, uma estratégia que está a ter um eco positivo junto dos empregadores:

"Entendemos que a nossa formação é a que melhor responde ao mercado. Os nossos estagiários são polivalentes; e essa polivalência é valorizada pelos empregadores. Temos taxas de empregabilidade elevadas, a maioria dos nossos estagiários acaba por ficar no lugar onde faz o estágio"²⁵⁵.

Rui Centeno rejeita que a adaptação do projeto formativo às necessidades do mercado possa deixar o curso excessivamente dependente dessas necessidades, como acontece nos Estados Unidos da América:

"Cumprir as necessidades do mercado não significa que fiquemos reféns dele. Formamos alunos com capacidade para responder ao mercado; gostamos de ouvir os elogios dos empregadores, mas o nosso projeto formativo é o que nós entendemos que deve ser. É verdade que lhes damos formação nas diferentes plataformas e eles saem daqui com essas competências. Reconheço que a pecha deste curso, de todos os cursos, é a formação cultural e humanística, mas esse também tem de ser trabalho do aluno. Bolonha abre

²⁵⁵ Dos cinco estagiários licenciados pela UP que integram o nosso painel apenas uma conseguiu lugar no local onde fez estágio. Dois dos cinco representantes dos cinco grupos de *media* portugueses que responderam ao nosso questionário destacaram, de forma positiva, apenas três cursos: Universidade Nova de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Escola Superior de Educação de Coimbra. Estes dados estão longe, todavia, de retratar o panorama nacional, pelo que não podem pôr em causa a observação de Rui Centeno.

espaço a que o aluno procure essa formação complementar, lendo jornais, frequentando bibliotecas".

O aluno do terceiro ano, Nuno Matos valoriza a opção estratégica do curso, de eleger a prática como elemento estruturador do programa, mas, ao contrário do diretor, deteta algumas cedências ao mercado: "As cadeiras práticas estão muito condicionadas às exigências do mercado, que não me parece serem elevadas". A aluna Aline Flor assume, igualmente, esse défice de exigência das uc práticas: "são insuficientemente práticas e insuficientemente exigentes".

Rui Novais, professor auxiliar convidado até 2012, subscreve a leitura destes dois alunos, entendendo que a componente mais prática do plano curricular peca, ao mesmo tempo, por excesso e por defeito:

"Sinto que os alunos estão a chegar ao mercado com competências *multimedia* que o mercado ainda não precisa; mas também, noutras áreas práticas, são ministradas competências insuficientes. Há aqui um hiato que deveríamos saber preencher".

Em 2011, quando o entrevistámos, Rui Novais sentia que as opções estratégicas do curso o estavam a deixar "cada vez mais isolado":

"Estou como D. Quixote, sou uma exceção. Não defendo que se abandone a componente prática, mas acho que desvalorizamos a teoria. Estamos reféns das nossas origens. A matriz foi imposta pela Escola Superior de Jornalismo, e agora não conseguimos mudar, porque a mudança, no mundo académico, é lenta e difícil. Mas deveríamos caminhar para um equilíbrio. Deveríamos promover atividades curriculares e extra curriculares que enunciassem pontes entre as matérias teóricas e as práticas. Se tivéssemos uma tradição de investigação conseguiríamos antecipar as necessidades do mercado. Teríamos, por exemplo, uma cadeira de empreendedorismo, essa é uma das tendências do mercado. Saber antecipar as tendências do mercado significa, igualmente, sermos nós, universidade, através da investigação, a marcar essa tendência".

Sandra Sá Couto deixa em aberto a conclusão deste debate interno. A docente de jornalismo televisivo considera que a reforma de Bolonha veio tornar ainda mais complexa esta discussão sobre a presença da teoria e da prática no plano de estudos:

"Acabámos por ter de cortar um bocadinho nas duas. Entendo que os professores das teorias da comunicação considerem que têm pouco espaço, mas na minha cadeira queixo-me do mesmo. De facto, não é possível termos o melhor de dois mundos".

A estratégia da direção do curso, de eleger a componente prática como matriz, não favorece os alunos da variante de jornalismo. Como veremos na análise do plano de estudos, a componente prática associada às novas tecnologias, sem correspondência direta com o estudo e a ação jornalísticos, é aquela que é, verdadeiramente, valorizada.

A Avaliação do Plano de Estudos Pelos Alunos

Os sete alunos do primeiro (quatro) e terceiro anos (três) elegem como marca distintiva do curso a componente prática, embora, no momento do balanço, nem todos a caracterizem da mesma forma. A valorização da componente prática, e, consequentemente, a possibilidade de essa estratégia facilitar a integração no mercado, destaca-se na lista de razões que levaram os alunos a optar por este curso, em contraponto com a licenciatura da Universidade do Minho, o curso público da área de jornalismo/comunicação geograficamente mais próximo.

A componente prática, direcionada para o *multimedia*, é observada de forma diferente pelos sete alunos.

Diogo Martins, do primeiro ano, que tinha escolhido o curso da UP focado no *multimedia*, no final do segundo semestre garantia que as expectativas tinham sido superadas. Reconhece que "o *multimedia* não está direcionado para o jornalismo", mas a situação não o preocupa, sobretudo porque o plano de estudos despertou nele o desejo de abrir as possibilidades de futuro: "para além do jornalismo, comecei a pensar noutras áreas; tenho receio do mercado". António, igualmente do primeiro ano, também não destaca, de forma crítica, o facto de o *multimedia* não ter, na sua aceção, uma relação direta com o jornalismo: "Será sempre útil ao jornalismo, uma vez que o jornalista precisa, cada vez mais, de conhecimentos nas áreas mais tecnológicas". A aluna Aline Flor, do terceiro ano, por seu lado, considera "excessiva a carga do *multimedia* ", lamentando existir "uma repetição de matérias" nas quatro cadeiras obrigatórias da área que existem no tronco comum.

O peso do *multimedia* no plano de estudos, que já aqui assinalámos, representa trinta créditos no tronco comum, divididos por quatro uc (Tecnologia dos *Media* - 10 créditos; Design e Comunicação Visual - 5 créditos; Comunicações Digitais e Internet - 5 créditos; Ateliês de *Multimedia* - 10 créditos), contra os vinte de jornalismo (duas uc) e os 10 de assessoria (duas uc).

O peso do *multimedia* reflete-se, inclusivamente, no terceiro ano, quando os alunos optam por um dos três percursos do curso. Os alunos de jornalismo têm duas uc de jornalismo, uma prática, Ateliê de Jornalismo, e outra teórica, Jornalismo Comparado, ambas a valerem cinco créditos cada uma. O percurso de jornalismo inclui, todavia, uma outra uc prática, Laboratórios de Som e Imagem, que é dada, em conjunto, aos alunos de *multimedia*. Esta uc, que não integra o campo específico do jornalismo,

vale dez créditos. Na lista de opções do primeiro semestre do terceiro ano, os alunos de jornalismo podem escolher outra uc tecnológica: *Novos Media*.

Ao contrário do que observámos no tronco comum do curso da UNL, onde as uc obrigatórias refletem escassas relações diretas às variantes profissionais, o tronco comum da UP é construído tendo por base a expressão profissional das variantes, uma vez que, dos 120 créditos do tronco comum, 60 refletem uma ligação direta às três variantes. O *multimedia*, como observámos, conquista metade desses 60 créditos.

No percurso *multimedia*, o peso das uc da variante soma 25 créditos, em 30, enquanto no percurso alternativo de jornalismo, a soma das duas uc da variante representa apenas dez créditos, ou seja, um terço do total. Outro sinal, portanto, da opção estratégica do curso.

Este peso do *multimedia*, refletido no tronco comum e no percurso de jornalismo, deixa, como assinalámos, pouco espaço para a introdução, no plano de estudos, de outras uc de jornalismo. A oferta de apenas uma teórica obrigatória nesta área, Jornalismo Comparado (primeiro semestre, terceiro ano)²⁵⁶ remete para Técnicas de Expressão Jornalística (TEJ) I e II e para Ateliê de Jornalismo o questionamento sobre a profissão. O exercício revelar-se-á complexo, sobretudo porque cada uma destas uc semestrais é desdobrada pelas quatro plataformas. A discussão de uma dimensão reflexiva sobre a profissão afigura-se mais exequível no curso da Universidade Nova de Lisboa. Neste caso, o plano de estudos permite que um questionamento geral sobre a ação possa ser iniciado nas uc de Teoria da Notícia (obrigatória), Géneros Jornalísticos, Produção Jornalística, Jornalismo Televisivo e Fotojornalismo: História, Teoria e Prática (opcionais), remetendo o questionamento sobre a ação concreta, e a própria ação, para os quatro ateliês (opcionais) que oferece, associados a cada uma das plataformas.

Este condicionalismo do plano de estudos é assinalado pelos três alunos do terceiro ano e, de alguma forma, antecipado pelos quatro alunos do primeiro.

No final do primeiro semestre do primeiro ano, a aluna Sara Pereira sentira uma "quebra de expectativa" refletida na inexistência de uc associadas ao jornalismo, esperando que a uc de TEJ I, no segundo semestre, promovesse uma interação com a prática profissional. O grau de expectativa, relativamente a TEJ, é extensivo aos outros três alunos do primeiro ano, tendo sido a única disciplina que os quatro destacaram no

²⁵⁶ A uc História do Jornalismo, igualmente teórica, integra o lote de opções do primeiro semestre do segundo ano.

final do primeiro semestre, e que voltaram a destacar no final do ano letivo. No balanço do primeiro ano, os quatro alunos foram igualmente unânimes na forma positiva como caracterizaram a formação, legitimando a opção pelo curso da UP.

No relatório final que nos enviaram, o balanço dos três alunos do terceiro ano já reflete uma abordagem mais negativa. Nuno Matos considera que o curso acentuou a visão crítica que já tinha do jornalismo; no terceiro ano optou por assessoria. No final do ano letivo terminou o percurso com dois sentimentos complementares: "frustração e expectativas não confirmadas". Aline Flor associa às críticas já aqui expressas sobre a desvalorização do estudo do jornalismo no plano de formação, a "fraca" participação do curso na "estimulação dos alunos em partirem à descoberta de temas alternativos". A aluna assinala criticamente a inexistência de uma uc que ensine os alunos como funcionam as instituições: "temos uma cadeira de Políticas e Instituições da União Europeia (uc de opção oferecida no segundo semestre do segundo ano), mas ninguém nos explica como é que as coisas funcionam no nosso país". No balanço final, Mariana Ascensão lamenta o "fraco investimento" do curso "nas componentes científica e de investigação". A aluna considera "importante a multidisciplinaridade" do plano de estudos, mas assinala a existência de "conteúdos desnecessários". Os alunos do terceiro ano reproduzem a crítica antes expressa pelos colegas da UNL, relativamente a algumas unidades curriculares teóricas: "não promovem aplicações da teoria à prática; estão muito distantes da realidade", sintetiza a aluna Aline Flor. Como aconteceu no curso da UNL, os sete alunos da UP destacam, pela positiva, duas uc dadas pelo mesmo professor: Teorias da Comunicação Social, do primeiro semestre do primeiro ano e Jornalismo Comparado, do primeiro semestre do terceiro ano, comum aos ramos de jornalismo e assessoria. O professor em causa, Rui Novais, foi dispensado de funções no ano letivo de 2012-2013.

A Avaliação do Curso Pelos Alunos

Alunos e docentes destacam, de forma positiva, a existência de órgãos de comunicação social internos, as plataformas digitais do jornal e da rádio: Jornalismo Porto Net (JPN), Jornalismo Porto Rádio (JPR). A partir do primeiro ano, todos os alunos colaboram com o jornal. No caso da rádio, a colaboração é permitida a partir do segundo ano, depois dos alunos adquirirem as competências técnicas necessárias para

poderem cumprir os requisitos do meio. O JPN²⁵⁷ e o JPR²⁵⁸, impõe-se como marca distintiva do curso. A qualidade de alguns dos trabalhos concretizados pelos alunos, que observámos nas diversas consultas aos respetivos sítios online, é bem o sinal do investimento do curso nas montras internas que garantirão, aos alunos da UP, maior grau de visibilidade externa, comparativamente aos alunos de outras licenciaturas na área.

O investimento nos meios internos conduz diretamente os alunos para essas plataformas, tornando quase desnecessário o esforço suplementar de cada um em apresentar matérias jornalísticas a órgãos de comunicação social exteriores ao campus. A aluna Aline Flor, que chegou a assumir cargos de coordenação nas plataformas académicas, reconhece que só sentiu necessidade de publicar fora do campus depois de terminar a componente letiva do curso:

"Gostava de ter trabalhado umas semanas num meio de comunicação social a sério, para ver como é que as coisas, de facto, se passam na realidade, ou seja, fora do contexto académico".

A existência destas plataformas internas, e a importância estratégica que a direção do curso lhes delega, associada à necessidade de todos participarem na produção de conteúdos, não nos permite avaliar, fielmente, o grau de pro-atividade destes alunos, sobretudo se comparado com os alunos de outros estabelecimentos de ensino, onde a inexistência dessas plataformas internas, ou a sua quase invisibilidade, tornam obrigatória a demonstração de um esforço empreendedor desses alunos, se quiserem lançar pontes com o mercado.

A média de entrada neste curso, sempre posicionada entre as cinco melhores da área, determina que os alunos que aqui chegam não tenham condicionado a escolha à nota de acesso. O curso da Universidade do Minho, o projeto formativo público que os poderia ter feito vacilar, regista uma média de entrada próxima, pelo que os alunos que optam por um ou por outro, fazem-no por convicção. O curso da Universidade do Minho foi, aliás, o único que serviu de modelo de comparação aos sete alunos dos primeiro e terceiro anos que entrevistámos. Os sete alunos quase coincidem nas razões que os levaram a escolher a UP: o prestígio do curso, em todos os casos; seis associam a proximidade geográfica. Se os quatro alunos do primeiro ano consideram ter feito a opção correta, os três alunos do terceiro ano, terminado o primeiro semestre, oscilam

²⁵⁷ <http://jpn.c2com.up.pt/>

²⁵⁸ <http://jpr.c2com.up.pt/>

entre as críticas pontuais expressas por Mariana Ascensão e Aline Flor, nem uma nem outra pondo em causa a escolha de partida, e a crítica estrutural de Nuno Matos que, de forma clara, chumba o projeto formativo.

O Equipamento Técnico Disponível Para as Disciplinas da Variante e a Visibilidade dos Trabalhos dos Alunos

Em 2005, no balanço que foi feito à primeira fornada de licenciados, alunos, docentes e direção da licenciatura concordaram na necessidade de investir em equipamento técnico, tendo a direção assumido o compromisso de reforçar essa componente, incluindo o reforço dos meios humanos disponíveis para ajudarem os alunos na concretização dos trabalhos.

Em 2010-2011, quando concretizámos o nosso trabalho de campo, os alunos não revelaram especiais preocupações com esta matéria, o que pode significar que os problemas, identificados em 2005, ficaram resolvidos.

O diretor do curso, Rui Centeno, considera que o reforço da componente técnica fica a dever-se às parcerias que foram firmadas com órgãos de comunicação social nacionais:

"Estabelecemos protocolos com o Público, com a LUSA e com a COFINA (proprietária do Correia da Manhã, CMTV, Jornal de Negócios, Record). Cedem-nos equipamento e lugares de estágio e nós organizamos sessões de formação *on job*, ações de reciclagem para os profissionais desses meios. Por exemplo, a formação que os jornalistas da agência LUSA fizeram na componente vídeo foi organizada por nós. Essas ações de formação são pagas, mas tendo em conta a parceria firmada, praticamos preços abaixo do mercado. Os nossos técnicos também frequentam ações de formação nesses órgãos. Assim mantemo-nos sempre atualizados".

Este modelo de ligação ao mercado é um caso sem equivalente a nível nacional. Nos casos europeus, que analisámos, existem exemplos semelhantes na Dinamarca e em França onde é estabelecida, igualmente, uma colaboração privilegiada com alguns órgãos de comunicação social. Em Espanha detetamos a existência de uma parceria entre o curso da Universidade Complutense, de Madrid, e um jornal, o El País, mas apenas ao nível do segundo ciclo.

A aproximação ao mercado, desenhada e concretizada por Rui Centeno, introduz, ainda, uma outra componente:

"Conseguimos cativar as empresas para se instalarem no campus. Criámos um pequeno *Mediapark*. A agência LUSA e o jornal Público aceitaram o convite e instalaram aqui as suas delegações. Estamos em negociações com o Sapo e As Produções Fictícias. Isto aproxima-nos do mercado, aproxima os nossos alunos do mercado: as matérias que aqui

ensinamos têm uma ligação direta ao que esses meios fazem. Vamos ser nós a produzir um suplemento do Público, o P3. A Universidade não pode estar fechada às empresas. Essa foi sempre a minha luta. Temos muitas iniciativas que são comuns ao setor e ao ensino, por exemplo, organizamos congressos sobre a profissão".

A ligação privilegiada que a UP estabelece com o mercado não significa, no entender de Rui Centeno, que o curso se posicione no ambiente de concorrência própria do setor. O diretor do curso assume que o objetivo consiste, exclusivamente, na "criação de um ambiente de trabalho que apresente as condições mais próximas possível do quotidiano profissional". Centeno admite que a ponte firmada possa suavizar a chegada dos alunos ao mercado quando, finalmente, esta ocorrer.

Fernando Zamith elege como instrumento privilegiado de promoção de pontes entre a UC do curso e o curso, e entre ambos e o mundo profissional, os órgãos de comunicação social internos, o universo JPN e JPR, com especial relevância para o primeiro.

"O JPN tem-se mostrado muito útil para os alunos. Nas minhas cadeiras de jornalismo *on-line* os trabalhos passam sempre pelo JPN. Os alunos acabam por ter um contacto direto com a publicação, com as reações dos leitores, os comentários. Sentem na pele o que é fazer jornalismo; ficam a conhecer os efeitos associados. Quando chegam ao estágio já tiveram o primeiro embate, já estão mais robustecidos".

O Papel Atribuído ao Estágio

A integração do estágio no plano de estudos é resultado direto da estratégia de coordenação que expusemos, expressa na aproximação ao mercado, sobretudo através da forte estimulação tecnológica dos alunos, dimensão que a direção do curso considera a sua marca distintiva.

O curso da UP é um dos três da área na universidade pública, num universo de oito, que mantém o estágio no programa de formação, mas nenhum dos outros dois lhe atribui o peso de 30 créditos que a UP lhe atribui. Nos casos dos cursos da UTAD e do ISCSP, o estágio representa, apenas, cinco créditos. Esta opção da UP aproxima este curso da lógica de estruturação do politécnico, onde, como vimos, sete dos oito cursos públicos mantêm o estágio nos planos curriculares; todavia, apenas um curso, o da Escola Superior de Educação de Coimbra, lhe atribui, igualmente, 30 créditos. Nos restantes politécnicos públicos, o estágio tem valor variável: de dez créditos, no politécnico de Setúbal, a 25, no de Leiria.

Este facto é desvalorizado pelo diretor do curso. Rui Centeno sustenta que o plano de estudos pós Bolonha resulta do equilíbrio entre a componente teórica e o

estágio. "O estágio é a mais-valia do nosso curso; é a nossa resposta ao mercado de trabalho".

Os alunos podem optar por concretizar um projeto de investigação, em vez do estágio, mas, como salienta Rui Centeno, a maioria dos alunos de jornalismo opta pelo estágio; a solução projeto é assumida, sobretudo, pelos alunos de multimédia.

Os lugares de estágio são definidos em função das médias da parte letiva. Em cada ano letivo, o curso organiza duas turmas de estágio. Os alunos da primeira turma completam a licenciatura depois dos três meses de estágio; os da segunda turma fazem um primeiro estágio nas plataformas do curso e, quando avançam para o estágio, nos lugares que escolheram, já têm a licenciatura concluída e o relatório, relativo à prestação nas plataformas internas, entregue. Os alunos da primeira turma entregam o relatório antes de terminado o estágio, coincidindo a entrega com o final do semestre.

O curso nomeia um orientador, associado à área do estágio, que deve articular a adaptação e o modelo de estágio do aluno com o orientador escolhido pelo órgão de comunicação social de destino. O orientador nomeado pelo curso deve acompanhar o aluno durante todo o percurso. Esse acompanhamento deve ter uma base semanal, mas a periodicidade depende mais do aluno do que do docente orientador, ou seja, o docente orientador responde ao aluno quando este o interpela. Essa orientação é, sobretudo, destinada à redação do relatório de estágio, dependendo do aluno colocar, ou não, outro tipo de dúvidas, relativas ao processo de adaptação à empresa. O docente que orienta é o docente que avalia o relatório; contudo, o documento pode ser lido por outros professores. Nenhum dos cinco estagiários que acompanhámos estabeleceu qualquer relação entre o acompanhamento do orientador interno e a forma como o estágio decorreu. Essa primeira interseção com o mercado de trabalho revelou-se, em todos os casos, um processo muito solitário.

As Pontes Entre o Curso e as Empresas na Fase de Estágio

Identificámos o percurso de cinco estagiários licenciados pela UP. Em três casos foi possível fazermos a monitorização durante o percurso curricular de três meses, nos restantes dois casos, o registo das etapas foi concretizado depois de realizados os estágios. Uma das alunas já integrava o nosso painel desde o terceiro ano, pelo que foi possível acompanharmos o momento da interseção entre a parte letiva e a parte profissional do curso; outros três alunos encontravam-se a realizar um mestrado, decisão assumida depois de não terem surgido quaisquer oportunidades de inserção no mercado.

Apenas uma aluna, com a licenciatura terminada antes da aplicação de Bolonha, arranhou colocação no local onde fez o estágio.

Quatro alunos, num universo de cinco, não conseguiram colocação terminada a licenciatura.

No último relatório que nos enviou, no final de 2011, a aluna Aline Flor, que começámos a acompanhar em fevereiro desse ano, ou seja, no final do primeiro semestre do terceiro ano, mantinha vivo o interesse profissional no jornalismo, mas, não tendo conseguido colocação depois de concluído o estágio, já admitia iniciar carreira numa Organização Não Governamental. A alternativa, se essa opção também não desse certo, seria concretizar um mestrado em relações internacionais, na Universidade do Minho. O sonho de ser jornalista não esmoreceu durante o estágio, antes se solidificou, mas o receio de permanecer desempregada, levava-a a equacionar outras opções. Os três alunos de mestrado tinham concretizado, cada um, dois estágios, antes de optarem pela continuação dos estudos. No final de 2011, já com o mestrado concluído, duas alunas, Rita Oliveira e Carolina Figueiredo preparavam-se para deixar o país. Rita Oliveira pretendia concretizar uma pós graduação profissional em Inglaterra; Carolina Figueiredo ia procurar oportunidade de trabalho na China. No último contacto que mantivemos com Tiago Oliveira, o aluno continuava a perseguir o sonho do jornalismo desportivo.

Os três alunos que optaram pelo mestrado depois dos estágios, e a aluna que admite a possibilidade de concretizar esse mesmo percurso, escolheram fazê-lo noutros estabelecimentos de ensino que não a UP: UNL, no caso dos três alunos que já concluíram a formação de segundo ciclo, e Universidade do Minho, no caso da aluna que admite vir a inscrever-se. Tal como aconteceu com os alunos da UNL, o projeto formativo da UP também não conseguiu cativar os seus alunos, convencendo-os a transitar para o segundo ciclo.

Apenas um dos cinco alunos que acompanhámos caracterizou o estágio como a sequência direta e lógica do percurso letivo. O aluno Tiago Oliveira fez um primeiro estágio nas plataformas internas (JPN) e um segundo estágio no Jornal de Notícias (JN). Na iniciação profissional, o aluno não destaca o papel de nenhuma das matérias apreendidas na componente letiva do curso; valoriza, exclusivamente, a complementaridade promovida entre o primeiro estágio no JPN e o segundo, no JN:

"Quando entrei para o JPN ia com expectativas nulas, uma vez que achava que era uma mera plataforma para o meu verdadeiro estágio, que ia ser no JN. O facto de ser no edifício

da faculdade e de ter muitos colegas meus lá a trabalhar, fazia-me pensar que o JPN não passava de uma extensão do curso, onde nunca teria a pressão e a importância inerente a um órgão de comunicação como o JN. Como estava errado! Afinal, o que lá aprendi revelou-se muito importante para o período que trabalhei no JN e ajudou-me a perceber o papel essencial que o JPN desempenha no nosso curso. O JPN dá-nos uma noção exata de *deadline*, que ouvimos falar muitas vezes nas cadeiras, mas nunca tínhamos sentido na pele. O JPN reforça o nosso espírito de iniciativa e aumenta muita a nossa autonomia".

Tal como iremos observar em todos os cursos analisados, a inter-relação dos alunos da UP com o estágio depende mais dos jornalistas que, em cada momento, acompanham o aluno, do que do molde definido pelas empresas. Esta asserção adquire especial significado no caso descrito pela aluna Rita Oliveira, igualmente relativo ao JPN, lugar do seu primeiro estágio. Num órgão de comunicação social interno, diretamente supervisionado pelos professores do curso, a aluna apresenta uma realidade inteiramente diferente da relatada por Tiago Oliveira:

"Devo confessar que a experiência no JPN²⁵⁹ ficou um pouco aquém das expectativas, pois esperava uma atitude menos passiva por parte dos editores. Não nos diziam onde errávamos e onde devíamos melhorar quando fazíamos alguma coisa mal. Sei que o interesse é do estagiário, mas mesmo tendo eu perguntado sempre onde "tinha feito asneira" senti sempre que os editores não nos diziam tudo. Acho que essa ajuda teria sido decisiva para um melhor desempenho na segunda parte do estágio" (na redação do Porto do RCP).

A inexistência dessa atenção crítica por parte dos editores do JPN é uma falha apontada, igualmente, pela aluna Aline Flor. Esta aluna não fez estágio no JPN mas, ao longo do percurso letivo, colaborou, diversas vezes, com as plataformas internas.

Marta Côuto acabou por ficar na SIC, onde estagiou, mas o período de estágio revelou-se, especialmente, complexo:

"O processo de adaptação foi longo e muito difícil. Os jornalistas cultivavam uma enorme distância. Cada um trabalhava para si próprio, eram muito autónomos nas suas rotinas. Não tive ninguém a acompanhar-me. Senti-me, muitas vezes, desamparada. Aos poucos fui-me habituando; consegui ir ignorando a tensão que isso me provocava. Depois, as coisas começaram a correr melhor; acabei por perceber a quem deveria recorrer, quem, realmente, me poderia ajudar. Descobri que alguns dos jornalistas mais velhos estavam mais disponíveis para ajudar do que os mais novos".

Carolina Figueiredo descreve-nos um percurso de estágio diferente dos de mais, mas, igualmente, solitário. O desânimo e a frustração só conseguiram, realmente, ser

²⁵⁹ O JPN é dirigido por um docente do curso, Paulo Frias. A coordenação geral é assumida por Isabel Reis, também docente. Os coordenadores de área são Fernando Zamith, Hélder Bastos, Helena Lima e Sandra Sá Couto, todos docentes. Os editores Liliana Pinho, Daniel Cerejo e Amanda Ribeiro são antigos alunos do curso.

eliminados nos momentos finais. A aluna estagiou na RTP, onde os deveres do estagiário não se enquadram no modelo vigente. O estágio na RTP é assumido como um posto de observação, onde o aluno se limita a ver de perto o movimento das rotinas quotidianas, sem nunca participar nelas diretamente. No caso específico desta aluna, o percurso foi integralmente desenhado por ela. O relato que nos fez é especialmente elucidativo na configuração desse processo solitário:

"Acabou por ser um estágio incompleto. Houve tarefas que não experimentei. Podia acompanhar os jornalistas, observá-los em ação, mas não podia intervir durante o serviço. Posteriormente, poderia pegar no material recolhido e escrever a minha própria peça, que nunca podia ser emitida. Hoje reconheço que esse exercício de observação me permitiu refletir, recorrendo aos ensinamentos que trazia da faculdade, mas, durante o estágio, senti momentos de grande frustração. Só no final do estágio é que acabei por concordar que, com o que aprendi na faculdade, jamais teria condições para agir sozinha".

No caso da aluna Aline Flor, o desânimo e a frustração relevam da aparente inadaptação ao meio, a rádio. Um estado de espírito mais confortável apenas se impôs no final do estágio, quando as escalas de serviço a colocaram no online:

"Na rádio, cada mudança de turno gerava novo processo de adaptação, o que exigia, da minha parte, novas injeções de motivação. Quando, finalmente, fui colocada no online, num ambiente familiar, mais próximo do da faculdade, é que o processo de adaptação foi mais facilitado. Ao longo do estágio nunca estive parada, tentei ser pró-ativa, mas só quando cheguei ao online é que senti que o meu trabalho fazia sentido. Antes, os textos eram sempre alterados antes da emissão. Senti que demorava muito a encontrar o estilo da escrita radiofónica".

O fácil processo de adaptação da aluna ao online decorrerá de duas situações; por um lado, a escassez de recursos humanos, muito comum aos sítios online dos meios de referência em Portugal, correspondendo ao "ambiente familiar" descrito pela aluna; por outro, neste cenário, um estagiário dotado das competências técnicas e tecnológicas, normalmente associadas à lista de tarefas inerentes à produção de conteúdos digitais, é, certamente, bem recebido.

Já as dificuldades demonstradas pela aluna na rádio, mesmo depois de ter terminado a licenciatura com uma média de 17 valores em jornalismo radiofónico, poderão refletir uma situação mais complexa e a requerer um aprofundamento. Uma uc prática esforça-se por transmitir ao aluno a técnica profissional, recreando, tanto quanto possível, o quotidiano de uma redação. Os depoimentos dos diversos estagiários contactados, licenciados por cada um dos seis cursos da área, confirmam a nossa própria interpretação dessa realidade, ou seja: a sala de aula jamais conseguirá ser a reprodução

fiel da redação, nem essa deve constituir, em nosso entender, a matriz de funcionamento dessas disciplinas.

Os cinco estagiários do curso reconhecem, igualmente, que a componente jornalística do curso não consegue ultrapassar a barreira da sala de aula. Marta Côuto observa "um certo distanciamento entre as cadeiras práticas e a prática propriamente dita. Carolina Figueiredo assegura-nos que "o curso nunca nos prepara para a realidade da redação". Tiago Oliveira reconhece que a passagem pelo JPN "suavizou" o impacto, mas não deixa de registrar esse impacto. Rita Oliveira sustenta que o curso "está longe" de reproduzir "a pedalada da redação". Aline Flor insiste que a mais valia tecnológica "deixa os estagiários tecnicamente aptos", mas aponta como "a maior lacuna" do curso "a superficialidade da componente jornalística".

Na redação, cada jornalista cultiva um estilo e esse estilo determina a forma como estrutura um texto. De facto, existe um conjunto limitado de regras universais, que se aprendem rapidamente, mas, a aplicação dessas regras é muito individual. O depoimento da aluna Aline Flor confirma isso mesmo:

"A maior dificuldade foi a redação de textos. Apesar de "atinar", desde cedo, com a necessidade de frases curtas – mais fáceis de ler e de entender –, o início foi marcado por uma certa dificuldade em filtrar a informação, especialmente a exclusão de pormenores supérfluos. Há situações em que é complicado distinguir as alterações realmente necessárias daquelas que são motivadas pelo estilo pessoal do jornalista. Importa deixar de lado a arrogância e manter antes uma atitude recetiva e, ao mesmo tempo, questionadora, para que dali resulte uma aprendizagem efetiva".

Ensinar apenas a técnica ameaça revelar-se tempo perdido. Um estagiário que chegue a uma redação traz o rótulo de estagiário, matéria prima que, aos olhos do profissional, vem em bruto, esperando ser moldada. O conhecimento que temos do meio permite-nos afirmar que a reconstrução parcial ou integral do texto do estagiário é uma situação recorrente em todas as redações. Das componentes teórica e prática do curso, o estagiário deve trazer a capacidade de questionamento e reflexão necessárias à concretização de abordagens jornalísticas diferentes. A prática aperfeiçoará a técnica e, com o tempo, o que, realmente, fará de um estagiário um jornalista será a capacidade de impor uma marca própria, fruto de longos processos de questionamento e reflexão, cujo pilar começa a ser construído na faculdade. A avaliar pelas posições críticas dos alunos, já aqui citadas, o programa da UP não promove a estimulação de um percurso individual de reflexão.

A conclusão final da aluna Aline Flor encerra, para já, a discussão desta problemática, que retomaremos no próximo capítulo: "O empenho do curso no *multimedia* está a tornar o jornalismo básico. E o jornalismo não deve contentar-se com o básico".

O CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (CS) DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE COIMBRA (ESEC)²⁶⁰

O curso de Comunicação Social da ESEC é, juntamente com o curso da Escola Superior de Educação de Setúbal, o mais antigo dos cursos politécnicos da área. Foram ambos inaugurados em 1993; na altura, o curso atribuía, apenas, o grau de bacharel. O processo de reconversão para licenciatura começou em 1997, com a criação dos CESE, o curso de estudos superiores especializados, que atribuía um grau equivalente a licenciatura.

As escolas superiores de educação são uma ideia de final dos anos 70 do século passado; surgem com o propósito de suprirem necessidades de recursos humanos de nível superior, em áreas carenciadas de formação de professores²⁶¹.

No final da década de 80, inícios da década de 90, as mudanças na comunicação social portuguesa, associadas às alterações legislativas que permitiram a abertura do espectro radiofónico, a privatização de meios de comunicação social na posse do Estado, e a abertura da televisão à iniciativa privada, fizeram disparar a procura por profissionais das diversas áreas da comunicação. As escolas superiores de educação compensaram "o menor interesse por cursos de formação de professores" (Mesquita e Ponte, 1997: 18), com as novas necessidades da comunicação social, integrando a área na sua oferta formativa. Como assinalam Mesquita e Ponte, a expansão da área nessas

²⁶⁰ A caracterização do curso da ESEC, nas suas diversas alíneas, resulta dos dados recolhidos no trabalho de campo no ano letivo de 2010-2011. No caso do curso da ESEC foram entrevistados três professores - Susana Borges, docente de cadeiras de ação jornalística; Carla Patrão, coordenadora do curso no ano em que recolhemos os dados no terreno; Gil Ferreira, sucessor de Carla Patrão, atualmente presidente do Departamento de Comunicação e Ciências Empresariais. Entrevistámos, igualmente, onze alunos: cinco do primeiro ano, uma do segundo, quatro do terceiro, e cinco estagiários, dois integravam o nosso painel desde o terceiro ano e outros dois desde o primeiro. Os alunos dos primeiro e terceiro anos foram monitorizados ao longo do ano letivo de 2010-2011; dois dos quatro estagiários foram monitorizados até ao início do estágio, uma foi monitorizada durante os seis meses de estágio, um foi monitorizado no primeiro ano e entrevistado no final do estágio, uma foi simplesmente entrevistada no final do estágio.

Alguns dos dados foram obtidos diretamente nas diversas consultas ao sítio online do curso <http://www.esec.pt/pagina.php?id=49>. O sítio foi consultado diversas vezes entre 2011 e 2013.

Todas as entrevistas iniciais foram presenciais. O acompanhamento aos alunos ao longo do ano letivo e durante a fase de estágio foi feito por correio eletrónico, excetuando num caso, onde foi possível proceder ao acompanhamento direto do percurso da aluna ao longo de todo o período de duração do estágio, que decorreu na estação televisiva SIC.

²⁶¹ <http://www.esec.pt/pagina.php?id=4> - consultado em junho de 2013.

escolas foi rápida; só houve que fazer coincidir "o espírito do tempo com as disponibilidades e características dos corpos docentes desses estabelecimentos de ensino" (*idem, ibidem*).

Esta adaptação forçada pelos sinais do tempo teve, como assinalámos no capítulo anterior, consequências diretas no plano de estudos destes cursos, cujos efeitos, no caso do curso da ESEC, resistiram à reforma de Bolonha.

Carla Patrão²⁶², diretora do curso em 2010-2011, atribui aos 18 créditos obrigatórios das uc de formação geral transversal (FGT)²⁶³ e aos 12 da psicologia²⁶⁴ a influência direta das ciências da educação no plano de estudos: "A matriz do curso é definida pelas ciências da educação, e isso impõe limites ao programa". A soma dos créditos das uc impostas pela educação totaliza 30, o equivalente a um semestre, o que numa licenciatura com apenas cinco semestres letivos (o sexto é estágio) força o desinvestimento nas uc do campo da comunicação. O total dos créditos das uc do campo da comunicação²⁶⁵ representa pouco mais do dobro, 63. O peso do jornalismo é semelhante ao da educação, 39 créditos. Num curso de Comunicação Social, onde as dez saídas profissionais anunciadas no sítio online estão diretamente associadas a essa área, a influência das ciências da educação carece, de facto, de enquadramento; sobretudo porque suscita dúvidas aos alunos. Susana Prazeres, do terceiro ano "dispensaria as psicologias"; Mónica Ribau, do primeiro ano, defende que as FGT deveriam ser específicas para cada curso. Esta aluna, que entrou no curso vinda da área das ciências, critica, sobretudo, a uc transversal de Ciências, Tecnologia, Saúde e Ambiente: "Escolhi-a porque tenho conhecimentos na área, mas, de facto, não percebo o que faz neste curso. Simplesmente detestei. Foi uma total perda de tempo"; Se pudesse desenhar o plano de estudos, Diana Teixeira, do segundo ano, "suprimiria" as FGT: "não sei para o que é que servem".

Os alunos podem escolher os 18 créditos das FGT de um total de 24; ou seja, o curso não está propriamente a oferecer uma lista de opções, está a restringir a escolha

²⁶² Entrevista realizada a 26 de novembro de 2010. Ao longo do trabalho serão citados outros excertos desta entrevista.

²⁶³ Comunicação Oral e Escrita em Língua Portuguesa; Relações Interpessoais; Ética e Cidadania; Temas e Problemas Sociais nas Sociedades Contemporâneas; Tecnologias da Informação e Comunicação; Ciências, Tecnologia, Ambiente e Saúde; Língua Estrangeira (seis créditos; as anteriores valem, cada uma, três créditos); para completarem os 18 créditos necessários, os alunos têm de frequentar, pelo menos, quatro das seis uc de três créditos.

²⁶⁴ Psicologia Social dos Grupos e Equipas de Trabalho; Psicologia Social da Comunicação.

²⁶⁵ A soma inclui as cadeiras de ciências sociais humanas que promovem associações com o campo da comunicação, mas inclui, igualmente, as cadeiras do subcampo dos *media*, que não autonomizámos.

dos alunos a seis uc de três créditos cada uma (total 18) e a uma de seis (Francês ou Inglês). As uc de FGT integram os planos de estudo de todos os cursos da escola.

No plano de estudos pós Bolonha, os alunos de Comunicação Social têm ainda de completar seis créditos, ou seja, duas uc, de formação de escolha livre (FEL). A lista, publicada em Diário da República²⁶⁶, apresenta, todavia, uma oferta muito mais vasta, 31 uc. Se, por um lado, a opção na área das ciências de educação não pode ser classificada como, verdadeiramente, uma opção, a oferta de opções livres, a maioria uc do campo das profissões da comunicação (22 em 31), maximaliza o conceito de opção. Através da consulta a um fórum de debate sobre o curso²⁶⁷ obtemos, todavia, o registo crítico dos participantes, relativamente às FEL. As FEL integram o quinto semestre letivo. De acordo com as informações que recolhemos no fórum, só no momento da escolha é que os alunos percebem que a oferta é artificial: normalmente abrem cinco, das 31 uc oferecidas.

No referido fórum, os alunos comentaram, igualmente, as FGT, sugerindo que a escola permita que a seleção dos 24 créditos opcionais (18 de FGT; 6 de FEL) resulte da fusão das duas listas, diminuindo, assim, o peso das FGT.

Uma das alterações que resultou da reforma de Bolonha foi a divisão do curso de Comunicação Social em dois percursos alternativos: Jornalismo e Informação e Criação de Conteúdos para os Novos *Media*.

A Variante em Jornalismo

O curso estrutura-se num tronco comum aos dois percursos, que ocupa os dois semestres do primeiro ano, totalizando 60 créditos. A escolha é concretizada no terceiro semestre. Os 180 créditos são obtidos com a soma dos 60 créditos do tronco comum com os 90 dos três semestres letivos, correspondentes ao percurso alternativo escolhido; os restantes 30 correspondem ao estágio.

Na lista das 18 unidades curriculares de cada percurso, onze voltam a ser comuns aos dois, o que, na prática, aumenta o peso do tronco comum²⁶⁸. As sete que

²⁶⁶ Diário da República, 2ª série, nº 214, 8 de novembro de 2011.

²⁶⁷ <https://www.facebook.com/#!/groups/101595659912396/> fórum lançado em maio de 2013 e destinado aos alunos da licenciatura em Comunicação Social, perfil Jornalismo, 2010-2013. O fórum foi lançado por uma das alunas que integra o nosso painel, com o propósito de esclarecer as nossas dúvidas sobre as FEL e as FGT.

²⁶⁸ uc comuns aos dois percursos: Ateliê de Cibercultura; Comunicação Organizacional; Metodologias de Investigação Científica na Comunicação Social; Opção FGT; Sociologia dos *Media*; Comunicação com a Imagem; Direito da Comunicação Social; História dos *Media* (todas do segundo ano); Deontologia da Comunicação Social; Opção FEL; Representação e Cultura Visuais (primeiro semestre do terceiro ano).

não coincidem, correspondem às uc específicas a cada um dos percursos²⁶⁹. O tronco comum do primeiro ano integra duas uc de jornalismo. Assim, um aluno do percurso de jornalismo terminará o curso tendo frequentado nove unidades curriculares da área.

Composição da Variante e Características do Corpo Docente²⁷⁰

As nove uc da variante representam 39 créditos, dos 180 necessários para conclusão do plano de estudos.

O jornalismo radiofónico e impresso é desdobrado em duas cadeias: Jornalismo de Imprensa (seis créditos) e Ateliê de Redação Jornalística (três créditos); Ateliê de Jornalismo Radiofónico (três créditos) e Técnicas de Jornalismo Radiofónico (três créditos).

As duas uc de jornalismo radiofónico eram dadas, no ano letivo de 2010-2011, pela mesma docente, Susana Borges. Na primeira (Ateliê - segundo semestre do segundo ano), os alunos tomam contacto com o meio e com a aplicação dos géneros jornalísticos ao meio: "trabalham para o imediato"; na segunda cadeira (Técnicas de Jornalismo Radiofónico - primeiro semestre, terceiro ano) os alunos trabalham para um grupo específico: "é um desafio muito mais mental: os alunos têm de introduzir os géneros que apreenderam em ateliê dentro de um programa de rádio". Os trabalhos são feitos nas aulas e em grupo. A professora acompanha os trabalhos dos alunos em todas as fases, estabelecendo pontes entre a teoria e a prática: "A prática está cheia de teoria.

²⁶⁹ Percurso Jornalismo e Informação: Jornalismo de Imprensa; Ateliê de Jornalismo Radiofónico; Jornalismo Digital; Jornalismo Televisivo (todas do segundo ano); Ateliê de Investigação Jornalística; Fotojornalismo; Técnicas de Jornalismo Radiofónico (primeiro semestre de terceiro ano). Percurso Criação de Conteúdos para os Novos *Media*: Realização Televisiva Multicâmara; Ateliê de *Crossmedia*; Guionismo; Pós-produção Vídeo (todas do segundo ano); Ateliê de Televisão Interativa; Produção de Informação para Documentários; Produção e Administração de Conteúdos Online (primeiro semestre do terceiro ano).

²⁷⁰ O sítio online do curso não disponibiliza informações relativas ao programa das cadeiras (apenas disponibiliza uma curta sinopse em seis das nove cadeiras da área), nem identifica os docentes responsáveis por cada uma delas. Os dados que incluímos neste ponto decorrem, por isso, da informação prestada por alunos e professores contactados. Como não assumimos o propósito de entrevistar todos os docentes da área, uma vez que semelhante tarefa seria de impossível execução, dadas as características da nossa investigação, ficaríamos, sempre, dependentes da informação oficial disponibilizada. O levantamento dos dados, a que procedemos nas nossas deslocações à ESEC, não pretendia ser exaustivo a ponto de acumularmos informações que facilmente conseguiríamos obter na consulta ao sítio online. Os programas das cadeiras são responsabilidade direta do docente, podendo sofrer alterações quando a cadeira muda de docente. Como a análise exaustiva dos programas de todas as cadeiras do plano de curricular não integra o nosso ângulo de estudo, o facto de não estarem transcritos no sítio online não limitou a nossa análise. A consulta dos mesmos revelar-se-ia decisiva, sobretudo para identificarmos as matérias comuns/sobrepostas em cada um deles, fruto da eventual inexistência de pontes de contacto entre os docentes do curso e destes com a coordenação/direção. As estratégias de coordenação e as pontes internas (no curso) constituem elemento central do nosso estudo. Nos casos onde os programas das cadeiras não estão disponíveis, como acontece no curso da ESEC, o ponto específico do cruzamento das matérias das diversas cadeiras foi assim solucionado através das entrevistas aos coordenadores/diretores, professores e alunos.

Criamos fronteiras artificiais. Há um estigma nos politécnicos com a teoria, mas nas minhas cadeiras essa relação é permanente".

No ano de 2012-2013, quando Susana Borges já não era a docente responsável por jornalismo radiofónico²⁷¹, o método de trabalho de ambas as uc mudou, adaptando-se aos objetivos da docente que substituiu Susana Borges, Dina Cristo. Na uc de Técnicas de Jornalismo Radiofónico, a docente dedicou as primeiras aulas à teoria e as aulas seguintes foram passadas a acompanhar os trabalhos dos alunos. Cada aluno deveria concretizar, ao longo do semestre, uma notícia, uma entrevista e uma reportagem. Nas aulas, a docente fazia um acompanhamento personalizado a cada aluno, o que desmotivava os restantes: "a maioria não ia às aulas nos dias em que não tinha de mostrar nada à professora; ou se íamos, dedicávamo-nos a trabalhar para outras cadeiras", refere Mónica Ribau, aluna cujo percurso acompanhámos desde o primeiro ano até à conclusão do estágio.

O desdobramento nas uc de jornalismo impresso (Ateliê de Redação Jornalística e Jornalismo Impresso) promove, essencialmente, a separação entre teoria e prática. Em Jornalismo Impresso, o docente responsável discorre sobre os modelos, os métodos e as práticas de produção de informação e observa as principais tendências associadas aos efeitos da tecnologia na prática jornalística. O Ateliê é essencialmente prático, transmitindo aos alunos as técnicas associadas ao processo produtivo da notícia.

A maioria dos alunos que integra o nosso painel adverte para a sobreposição de conteúdos e de metodologias entre diversas uc de jornalismo. Os alunos colocam especial ênfase em duas uc que, nos anos letivos de 2011-2012 e 2012-2013 foram ministradas pela mesma docente: Jornalismo de Imprensa e Ateliê de Investigação Jornalística. De acordo com a descrição dos alunos, o programa de ambas as cadeira uc consistia na exposição teórica e na concretização de um trabalho prático de pesquisa, recolha, seleção e apresentação (redação) da informação. A diferença entre as duas uc consistia, essencialmente, nos temas abordados pelos alunos.

A uc de Fotojornalismo é assegurada por Renata Pimenta, assistente convidada, antiga aluna da ESEC. A docente alia a componente teórica (exposição) com a componente prática (acompanhamento dos alunos na concretização de uma

²⁷¹ Susana Borges mantém vínculo precário à ESEC, mas a colaboração com o curso de Comunicação Social é quase residual: no ano letivo de 2012-2013 apenas assumiu a docência de uma unidade curricular. Quando a entrevistámos, Susana Borges era responsável por três uc no percurso de Jornalismo e Informação: as duas de jornalismo radiofónico e Ateliê de Jornalismo de Investigação.

fotorreportagem e de um trabalho de grupo de análise de uma imagem, em que os alunos são desafiados a aplicar os conceitos teóricos apreendidos na uc).

As uc de Jornalismo Televisivo e Jornalismo Digital são dadas pelo mesmo docente, Gil Ferreira, atual diretor do curso de Comunicação Social, presidente do departamento de Comunicação e Ciências Empresariais e presidente da comissão científica, um académico, sem experiência jornalística, especializado em sociologia dos novos *media* e práticas audiovisuais.

Gil Ferreira afirma que o perfil tipo do docente das unidades curriculares da variante se afasta, cada vez mais, do cenário dos docentes profissionais. Gil Ferreira observa, aliás, o esbatimento progressivo das fronteiras entre docentes de uc práticas e teóricas:

"O ideal será um perfil que combine as duas dimensões: que possua a dimensão crítica e conceitual da teoria, aliada a um conhecimento quer dos procedimentos práticos para a execução de trabalhos, quer das incidências próprias. Cada vez mais, o docente tipo corresponde a este perfil, simultaneamente prático e crítico, resultado dos estudos académicos, da ligação a centros de investigação, características que estão a marcar as novas gerações de docentes. A dicotomia (entre o académico e o profissional) perde um pouco relevância neste tipo de ensino, dado, por um lado, o carácter prático do ensino e, por outro, a dimensão teórica/reflexiva que lhe está cada vez mais associada - e essa é, portanto, cada vez mais, a matriz de cada docente".

Na análise que fizemos aos seis cursos, o perfil do docente das unidades curriculares associadas à ação jornalística é, todavia, ainda muito moldado pelas ligações à profissão²⁷².

Carla Patrão, diretora do curso em 2010-2011, considera importante que a licenciatura possa acolher, como docentes colaboradores, profissionais da região, a trabalharem nas diversas plataformas. Carla Patrão recorda que o curso já teve dois docentes com essas características, um jornalista de rádio e outro de televisão.

Susana Borges, equiparada a assistente de primeiro triénio, defende que as uc práticas devam ser dadas "por alguém com experiência profissional".

As nove unidades curriculares da área são ministradas por três professores de carreira, um deles diretor e presidente do departamento, Gil Ferreira, professor adjunto, duas equiparadas a professor adjunto (Dina Cristo e Sara Meireles da Graça) e uma

²⁷² O caso da ESEC, a este nível, é a exceção. No curso da UNL, dos sete docentes da variante, cinco são jornalistas; no curso da UP, apesar da estabilidade do corpo docente, a que assistimos nos últimos cinco anos, ainda há dois docentes profissionais, num universo de cinco. No curso de CJ da Lusófona de Lisboa 22 docentes, dos 36 do curso, têm outra profissão, a maioria são jornalistas. No curso de CCC da Lusófona do Porto três dos cinco docentes são jornalistas. No ISMAI, os três docentes da variante são jornalistas.

assistente convidada, Renata Pimenta. Gil Ferreira assegura as uc de Jornalismo Digital e Jornalismo Televisivo; Sara Meireles da Graça é responsável por Géneros Jornalísticos, Jornalismo de Imprensa e Ateliê de Investigação Jornalística; Dina Cristo assegura Ateliê de Jornalismo Radiofónico e Técnicas de Jornalismo Radiofónico e Renata Pimenta, Fotojornalismo.

Estratégias de Coordenação

(A integração do digital no plano de estudos)

O plano de estudos da ESEC cumpre a matriz do ensino politécnico, promovendo a aproximação do plano de estudos ao mundo profissional. O grau de aproximação, todavia, não será maior do que o registado no curso da Universidade do Porto, o que, desde logo, contribuiu para reafirmarmos a tese do esbatimento de fronteiras entre o ensino universitário e o politécnico, na área específica do jornalismo/comunicação.

Os dez alunos do nosso painel²⁷³ afirmam que a razão que os fez optar por este curso foi a componente prática do mesmo. A alternativa seria o curso da Universidade de Coimbra, onde a média de entrada é aproximada, mas o facto do curso da ESEC integrar o estágio no plano de estudos contribuiu para desfazer as dúvidas do grupo. Na monitorização que fizemos a estes dez alunos, durante o ano letivo de 2010-2011, a maioria valorizou, exclusivamente, a componente prática (oito alunos), propondo, inclusivamente, a extinção de algumas uc teóricas do curso; apenas duas alunas de primeiro ano, Mónica Ribau e Rosália Costa, destacaram, de forma positiva, o equilíbrio entre prática e teoria. As duas alunas referem ter constatado a existência desse equilíbrio na uc de Teorias da Comunicação: "de longe a cadeira que me deu mais gozo fazer por transportar conceitos teóricos para a prática", considera Mónica Ribau.

Esta predisposição dos alunos para as uc práticas, que os faz optar por este projeto formativo, prescindindo da frequência de outros, eventualmente, mais teóricos, é a realidade que conduz (condiciona) a ação dos responsáveis pelo curso.

Quando estivemos na ESEC, a proceder à recolha de elementos para este trabalho, os alunos alertaram-nos para uma situação relativa à escolha dos percursos, que sugere um crescimento artificial do percurso alternativo de criação de conteúdos

²⁷³ O nosso painel integra 11 alunos, mas um deles, um dos estagiários, apenas integrou o painel no momento em que estava a concluir o estágio e o contacto que tivemos pretendeu, apenas, fazer um balanço desse período do seupercurso.

para os novos *media*. A observação crítica foi feita pelos quatro alunos do terceiro ano que integram o nosso painel e justificada pela diretora do curso.

Os alunos asseguraram-nos que, quando chegaram ao segundo ano e tiveram de optar por um dos dois percursos alternativos, foram aconselhados, "por alguns professores", a escolherem Criação de Conteúdos para os Novos *Media* em vez de Jornalismo e Informação. Esse conselho, segundo os alunos, tinha na base a *constatação visionária*²⁷⁴ de que o jornalismo tradicional estava a morrer, pelo que deveriam optar pelo futuro, ou seja, pelos novos *media*.

Susana Borges²⁷⁵, docente equiparada a assistente de primeiro triénio, foi confrontada com essas dúvidas dos alunos. A docente afirma desconhecer qualquer decisão oficial da direção do curso, relativa à valorização do perfil de novos *media*, contudo estranha que o número de candidatos dos dois percursos tenha registado uma aproximação "num curto espaço de tempo":

"Cheguei a ter 70 alunos de jornalismo e na cadeira de produção interativa quase não havia alunos. De repente deu-se uma alteração radical e tivemos dois anos seguidos com muitos alunos a escolherem novos *media*. Este ano (2010-2011) já foi mais equilibrado".

A valorização do percurso associado aos novos *media* foi, afinal, decisão da própria direção do curso. A forma como a diretora apresenta o percurso terá alimentado a confusão criada no espírito dos alunos:

"Os nossos alunos vêm, sobretudo, à procura das práticas que os aproximam da profissão. A criação do percurso associado aos novos *media* foi uma tentativa que fizemos para responder ao mercado. Respondemos às alterações tecnológicas que estão a marcar a profissão. Os jornalistas hoje têm de saber trabalhar em multiplataforma e o nosso curso responde a esse desafio. Comparando o nosso curso com o curso da Universidade de Coimbra acho que os nossos alunos estão mais aptos para enfrentarem o mercado de trabalho".

O percurso alternativo Criação de Conteúdos para os Novos *Media*, iniciado em 2007-2008, permanecia, em 2010-2011, como a grande aposta da direção do curso. A forma como Carla Patrão discorre sobre as características do percurso são um indicador que confirma o empenho da escola, mas indicia, igualmente, uma interpretação da essência do percurso que parece contrariar a sua verdadeira matriz.

Carla Patrão enuncia a transformação do percurso de Criação de Conteúdos para os Novos *Media*, que deveria ser um percurso alternativo ao jornalismo, em Jornalismo

²⁷⁴ A expressão é nossa.

²⁷⁵ Entrevista realizada a 26 de novembro de 2010. Ao longo do trabalho serão utilizados outros excertos desta entrevista.

nos Novos *Media*. Susana Borges receia que seja essa a mensagem que está a chegar aos alunos, deixando-os confusos:

"Há uma diferença clara entre os dois percursos: é a diferença entre jornalismo, informação e produção de conteúdos, uma hiperespecialização. Acho que os alunos vão atrás do nome, "novos *media*", e quando me perguntam a minha opinião digo-lhes sempre: a diferença não é entre velhos e novos *media*, é entre jornalismo e produção".

As dúvidas da aluna do terceiro ano, Carolina Albuquerque, relativamente à criação de dois percursos distintos, reforçam a interpretação de Susana Borges:

"O curso seria perfeito se pudesse juntar os dois ramos. Nós temos de aprender a editar sozinhos as nossas peças, eles têm cadeiras onde aprendem a editar; mas nós aprendemos a fazer reportagem, e eles não".

Gil Ferreira²⁷⁶, diretor do curso desde o ano letivo de 2011-2012, desconhece o contexto em que os alunos foram aconselhados; na fase em que esse processo terá ocorrido, Gil Ferreira não exercia funções de gestão, no entanto admite que os alunos tenham feito uma interpretação parcelar da mensagem que a escola lhes transmitiu:

"Creio que talvez tenha sido dito aos alunos que os modos convencionais de fazer jornalismo, assim como os próprios jornais e as competências do jornalista, se encontram hoje num momento de grande transformação, que há um debate importante acerca disso, e que não mais haveria espaço para as velhas formas de fazer jornalismo, dado o aparecimento dos novos *media* e a abundância de informação gratuita que circula pelas plataformas digitais".

Gil Ferreira esclarece que a distribuição dos alunos pelos dois percursos tem sido equilibrada. Desde que a divisão começou, com a aplicação da reforma de Bolonha, a divisão simétrica dos alunos pelos dois percursos apenas não ocorreu num ano, onde se registou uma desproporção favorável a novos *media*. O diretor do curso conclui que o jornalismo continua a ser "um dos pilares da formação em comunicação social na ESEC".

A possibilidade de a mudança de direção ter promovido uma alteração de estratégia, situação observada, no curso da UNL, por exemplo, deve ser, por isso, assumida.

No nosso trabalho, a opção por uma via mais tecnológica de formação será desenvolvida e questionada no próximo capítulo. Essa opção integra as estratégias de

²⁷⁶ Questionário recebido a 24 de setembro de 2012. Ao longo do trabalho serão utilizados outros excertos deste questionário. Nas visitas que, em 2010-2011, fizemos à ESEC para recolha de elementos para este trabalho, Gil Ferreira foi o nosso elo de ligação; contudo, o registo das suas opiniões só ocorreu em fase posterior, no momento em que já tinha assumido a direção do curso e a presidência do departamento.

coordenação dos três cursos que até aqui analisámos. A intenção da coordenação do DCC da UNL seria aprovar uma reforma curricular onde a tecnologização do programa se afirmaria central; o curso da UP impõe, de forma clara, essa matriz tecnológica; e a licenciatura da ESEC, ao criar um percurso, no primeiro ciclo, que chegou a cativar alunos inicialmente destinados ao jornalismo, sem que a distinção entre jornalismo e novos *media* tenha ficado clara no espírito dos destinatários, promoveu o mesmo roteiro. A obsessão dos três cursos públicos pela criação de conteúdos tecnológicos, onde a possibilidade do foco ser colocado mais na operatividade das plataformas do que nos conteúdos, afigura-se uma tendência que importa, desde já, identificar.

A questão que, em nosso entender, sobressai desta *obsessão* tecnológica está a montante do impulso que criou nos três cursos. Fará sentido a divisão entre novos e velhos *media*? Não estaremos sempre a falar de jornalismo, independentemente da plataforma de acolhimento? Uma vez mais, o grau de especialização e de desdobramento, a que estamos a assistir no primeiro ciclo, ameaça criar fronteiras que, não sendo reais, prejudicam, seriamente, o jornalismo. De cada vez que fazemos depender o jornalismo da plataforma, como cada desdobramento prognostica, estamos a caminhar no sentido da tecnologização da função, o que pode significar a secundarização da ação jornalística. O conhecimento que o jornalista deve ter de cada uma das plataformas não deve apartá-lo da sua missão central. Não estará o primeiro ciclo, nos diversos cursos, a formar técnicos altamente capacitados no alojamento de conteúdos nas diversas plataformas e cada vez mais distantes do jornalismo e da reflexão que lhe é inerente?

Susana Borges parece seguir o roteiro destas dúvidas, quando nos esclarece que a preocupação central das suas *uc* é o jornalismo:

" Eu dou cadeiras de jornalismo e não as dou para os novos ou para os velhos *media*. Não dou entretenimento. Nas minhas cadeiras são produzidos conteúdos informativos. Nas cadeiras práticas o que, muitas vezes, preocupa os alunos é a questão dos botões. Esse é o lado mais técnico, que eles aprendem a dominar rapidamente; isso não deveria preocupá-los. Não tenho dúvidas de que, quando saem daqui, os que têm mais hipóteses são os alunos que têm na cabeça algo mais do que botões".

Susana Borges reconhece, todavia, que o apego dos alunos da ESEC pelas *uc* práticas os deixa menos disponíveis para uma reflexão mais abrangente. A docente tece críticas duras à estratégia da direção:

"Acho que neste momento o curso é excessivamente prático. Estamos a ficar reféns daquilo que os alunos querem. Nas minhas cadeiras trabalhamos conceitos teóricos e

aplicamo-los na prática. Alimentando fronteiras artificiais entre teoria e prática estamos a extremar excessivamente os caminhos".

Gil Ferreira não subscreve a interpretação que Susana Borges fazia do curso em 2010, quando a entrevistámos. O atual diretor reconhece a importância de uma dimensão prática num curso politécnico, mas afirma que o objetivo é colocá-la em ligação permanente com a teoria:

"Considero adequado o equilíbrio entre as duas dimensões: se o ensino técnico permite a aquisição das competências instrumentais necessárias à conceção de produtos jornalísticos, é a teoria que permite ultrapassar a mera reprodução tipificada de um ato profissional, abrindo espaço tanto à análise crítica das práticas convencionais como à abertura à experimentação e a novas abordagens (cumprindo aquela que começa por ser uma das funções da universidade enquanto espaço de criação e experimentação)".

Avaliação do Plano de Estudos Pelos Alunos

Como assinalámos, apenas duas alunas do nosso painel valorizaram a integração de uc teóricas no plano de estudos, os restantes consideram que a teoria deveria estar ausente. No último relatório que nos enviou, a aluna do primeiro ano, Ana Pombo, revelava especial incómodo "com as discussões à volta do fim dos jornais: isso não me motiva absolutamente nada". Ana Pombo colocava em causa, inclusivamente, "a rigidez das regras" do jornalismo: "gosto de escrever, gosto de criar, o jornalismo tem muitos espartilhos". Andreia Roberto, do primeiro ano e Diana Teixeira, do segundo, não descobrem utilidade na maioria das uc teóricas, sentindo-se motivadas, apenas, pelas uc práticas. Tiago Rentes, do primeiro ano, chegou ao fim do segundo semestre do primeiro ano "muito desiludido" por ter tido "poucas" práticas.

No final do percurso nenhum dos alunos do terceiro ano está inteiramente satisfeito com o plano formativo. Destacam, pela positiva, os ateliês, embora considerem que a componente prática deveria ter sido reforçada. Nenhum destes alunos valorizou qualquer uc teórica. Dois dos quatro alunos do primeiro ano, Tiago Rentes e Ana Pombo, chegaram ao fim do segundo semestre experimentando idêntico sentimento geral de frustração, colocando em causa a opção que tinham assumido. Rosália Costa era a única a demonstrar um elevado grau de satisfação: "o primeiro ano fez crescer o meu interesse pelo jornalismo, não estou nada arrependida de ter optado por este curso". O primeiro ano não contribuiu para que Mónica Ribau solidificasse a opção pelo jornalismo. As dúvidas que a aluna, dividida entre a Biologia e o Jornalismo, transportava desde o 12º ano, cresceram ao longo do ano. Na entrevista que lhe fizemos, em novembro de 2010, confessava não ter certezas "do que andava a fazer". Colocava a

hipótese de voltar atrás e candidatar-se a Biologia, uma vez que essa era a sua área de origem: "tenho medo de mudar porque ninguém quer acertar só à segunda". Nos relatórios que nos foi enviando, ao longo do ano letivo, as dúvidas continuaram presentes no discurso. No final do primeiro ano, depois de ter tirado notas elevadas à maioria das uc, decidiu manter-se no curso: "Não foi a escola que me tirou as dúvidas, foi a possibilidade de fazer um estágio no final do terceiro ano que me agarrou".

O curso da ESEC foi a primeira opção apenas para uma aluna, dos dez que integram o nosso painel. Todos hesitaram entre este curso e o da Universidade de Coimbra. Apenas duas alunas, Mónica Ribau do primeiro ano e Natasha Meunier do terceiro, tinham optado pelo curso da Universidade de Coimbra, os restantes escolheram a ESEC. Natasha Meunier não entrou em Coimbra por uma décima. "Só queria a universidade por causa da mística académica. Quando me apercebi que este curso era mais prático, nem tentei mudar". Mónica Ribau assumiu a mesma decisão, pelas mesmas razões. Rosália Costa, do primeiro ano, ficou na ESEC, a segunda opção, por não ter tido média suficiente para a Universidade do Porto. Carolina Albuquerque, Sara Coimbra e Susana Prazeres, do terceiro ano, e Tiago Rentes, do primeiro, só tinham média para os dois cursos de Coimbra, mas a componente prática fê-los optar pela ESEC.

Ao contrário do que aconteceu nos cursos da UNL e da UP, as primeiras opções para todos os alunos dos dois painéis, a ESEC surge em segundo ou mesmo em terceiro lugar da lista. O grau de insatisfação dos alunos do painel da ESEC com o projeto formativo também é superior ao dos alunos dos dois cursos que antes analisámos. Ainda que a amostra não possa ser representativa da realidade, fica evidente a relação direta que, nos três painéis até aqui apresentados, existe entre a escolha desejada (UNL e UP) e a escolha forçada (ESEC) e o grau de satisfação dos alunos com o projeto formativo. Na ESEC, os alunos procuram a aproximação à profissão e ficam desiludidos com todas as matérias que, nesta visão parcelar, os afastam desse objetivo; na UNL, o grau de compromisso dos alunos com as uc teóricas é, desde logo, maior, estando, por isso, mais predispostos para um relacionamento positivo com essas matérias; sem, contudo, deixarem de reclamar o reforço das pontes entre teoria e prática. A reação, em geral positiva, dos alunos da UP ao projeto formativo, de características muito semelhantes ao da ESEC, pode advir do prestígio do curso, expresso, aliás, na média de entrada, sempre entre as cinco melhores a nível nacional, e, a um outro nível, da exposição que os órgãos de comunicação social internos, a ocuparem lugar de destaque no panorama dos

media académicos em Portugal, vem garantindo ao curso. As pontes que o curso da UP estabelece com o mercado, que descrevemos, devem, igualmente, ser tidas em conta nesta análise comparativa.

O Equipamento Técnico Disponível para as Disciplinas da Variante e a Visibilidade dos Trabalhos dos Alunos

A ESEC e a Associação Académica de Coimbra apresentam, em conjunto, uma oferta extracurricular vasta que mobilizou nove dos dez alunos do nosso painel. Apenas uma aluna do terceiro ano, Carolina Albuquerque, trabalhadora estudante, teve de prescindir desse complemento.

Os restantes alunos dividiram-se entre a ESEC TV e a oferta da Associação Académica (ACC): jornal *A Cabra*, Televisão da AAC (TVAAC) e a Rádio Universidade de Coimbra - RU(. A maioria dos alunos tentou experimentar todas as plataformas, como colaboradores ou concorrendo a cursos de formação, *wokshops*, ou a *castings* para seleção de apresentadores de programas. A aluna do terceiro ano, Natasha Meunier, resume o papel que estas participações têm para a maioria dos alunos: "Aprendemos mais lá do que no curso inteiro".

O grau de motivação que este quotidiano extracurricular cria nos alunos ultrapassa, de facto, o desafio que o curso lhes coloca. A questão mais sensível, e complexa, surge a montante desta participação. Ao contrário do que observámos na UP, onde existia uma ligação direta e formal entre os docentes e as disciplinas do curso com as plataformas JPN, no caso da ESEC os pontos de contacto são menos visíveis, sobretudo com a ESEC TV, uma estrutura autónoma dentro da escola²⁷⁷. Em termos de lógica de funcionamento, a ESEC TV capta os procedimentos e tenta cumprir os objetivos dos meios de comunicação social profissionais; ou seja, é uma estrutura que, como reconhece Carla Patrão, "gera receitas para a própria escola", uma vez que "está presente no mercado, entrando em concorrência com os restantes operadores". No limite, os alunos da ESEC estão a colaborar gratuitamente com uma entidade que contribuirá de forma, pelo menos, pouco sistematizada no processo de formação desses alunos. Essa participação nem sequer ocorre na área específica da ESEC TV, o apoio

²⁷⁷ A ESECTV conta com a colaboração de alunos dos diversos cursos da escola, sobretudo Comunicação Social e Comunicação e Design Multimédia, mas recebe, igualmente, estagiários de outros cursos, exteriores à escola. É um projeto financiado pela Escola, mas também por um conjunto vasto de patrocinadores. Tem uma direção própria e uma estrutura profissional associada. Produz conteúdos que comercializa e, em 2005, começou a produzir um programa semanal de 30 minutos para a RTP 2.

técnico às aulas. Como reconhece Gil Ferreira, o apoio dos técnicos da ESEC TV "acaba por não ser muito requisitado pelos docentes, porque cada um consegue apoiar diretamente os seus alunos".

A forte dedicação dos alunos que colaboram com a ESEC TV e com os meios da Associação Académica²⁷⁸, frequentando, igualmente, *workshops* e cursos de formação organizados por esses meios, restringe-lhes o tempo para as aulas e acentua a distância com o plano de estudos, contribuindo, certamente, para reforçar a carga negativa que os alunos associam às aulas teóricas, mas enfraquecendo, inclusivamente, o impacto positivo, normalmente associado às práticas. Natasha Meunier, do terceiro ano, é, de novo, porta-voz desse descontentamento: "Aqui, nos ateliês dão-nos muita teoria; lá não há tempo para isso. É só fazer".

O Papel Atribuído ao Estágio

A reforma de Bolonha não teve qualquer efeito nos politécnicos ao nível do estágio. A supressão dessa componente curricular, a que assistimos no ensino universitário público, não ocorreu no politécnico. O estágio integra o plano de estudos de sete dos oito politécnicos com cursos na área. A exceção é a Escola Superior de Comunicação Social, do Instituto Politécnico de Lisboa; mas este curso já não incluía o estágio antes da reforma.

Carla Patrão justifica a opção da escola, reafirmando os argumentos que definem a estratégia do curso:

"Queremos ser um curso profissionalizante. Os alunos procuram-nos por isso; não faria sentido suprimirmos o estágio. Eu sei que o semestre do estágio deixa os alunos menos bem preparados, mas o contacto com o meio profissional é uma mais valia para eles. Para mantermos o estágio tivemos de cortar nas disciplinas mais associadas à reflexão".

O curso nomeou uma comissão de estágios que faz os contactos com as empresas, estabelece protocolos e encontra lugares de estágio para os alunos, de acordo com as escolhas dos alunos. A maioria dos estágios é fora de Coimbra; os alunos preferem, sobretudo, estágios em televisão. Carla Patrão confessa não ter dados relativos à taxa de empregabilidade dos alunos da ESEC, mas admite ter sinais de que "muitos" conseguem ficar nos lugares onde estagiam. Os alunos poderão fazer estágio na ESEC TV, seguindo as mesmas regras dos estágios nos meios de comunicação

²⁷⁸ Os depoimentos que recebemos são especialmente enfáticos na descrição dessas experiências; havendo alunos que, interpretando nessas participações a ponte de acesso ao mercado mais imediata, tentam dedicar-se a todas com o mesmo grau de empenho, só desistindo, de alguma delas, quando as exigências se sobrepõem. Nenhum aluno assume ter desistido de colaborar com qualquer um dos meios por causa do curso.

externos.

Os alunos só iniciam o estágio depois de completarem a parte curricular da licenciatura; podem, apenas, deixar uma uc para a época especial, já depois de concretizado o relatório. Depois de terminado o estágio, o aluno tem duas semanas para escrever um relatório, que terá de defender em provas públicas.

A escola nomeia um orientador, que deve acompanhar todo o percurso do aluno na fase de estágio. Carla Patrão alerta que esse acompanhamento deve ser continuado e, de preferência, assumir uma base semanal.

As Pontes Entre o Curso e as Empresas na Fase de Estágio

A monitorização do percurso dos cinco estagiários da ESEC obedeceu a procedimentos diferenciados²⁷⁹, que forçaram a limitação do conjunto de variáveis que temos utilizado neste ponto.

Os três estagiários, cujo percurso pudemos acompanhar de forma mais detalhada, avaliam de forma negativa a prestação do orientador nomeado pela escola.

Catarina Rodrigues, que estagiou na TVI, critica a ausência da escola durante todo o seu percurso:

"A escola não está presente se não a procurarmos. Estive grande parte do meu estágio sem saber quem era o meu orientador. Sinto que a escola não saberá ao certo que tipo de estagiária fui, não me acompanhou semanalmente, não viu a minha evolução. Não basta um relatório para mostrar isso".

Tiago Rentes, igualmente estagiário na TVI, e que já integrara o nosso painel no primeiro ano, faz uma observação semelhante à de Catarina Rodrigues:

"A ponte que a escola estabeleceu comigo foi quase nula. Só a três semanas do fim do estágio é que tive conhecimento de quem seria o meu orientador. Acho que a escola revelou falta de interesse. É uma grande lacuna num estágio curricular, pois tive colegas

²⁷⁹ No momento em que procedemos ao acompanhamento dos dez alunos do painel, no início do ano de 2010-2011, não foi possível obter, junto da escola, o contacto de alunos que estivessem a completar o estágio e, simultaneamente, a licenciatura. Solicitámos, por isso, às quatro alunas do terceiro ano, que integravam o nosso painel, que nos permitissem acompanhar o estágio, uma vez que iriam iniciá-lo no decurso do ano letivo vigente. As alunas aceitaram a nossa proposta. Todavia, no momento em que iniciaram o estágio, apenas duas se disponibilizaram para colaborar na nossa pesquisa; fizeram-no, contudo, de uma forma que não se enquadrou, totalmente, nos nossos critérios de monitorização. Com uma dessas duas alunas apenas foi possível acompanhar o momento da transição entre a escola e a empresa, depois a aluna cessou o contacto; com a outra, depois de várias semanas sem contacto, enviou-nos um relatório final com dados insuficientes. Esta situação determinou que, no caso da ESEC, transferíssemos a monitorização dos percursos de estágio para etapa posterior. Aguardámos que os alunos do primeiro ano, que tinham integrado o nosso painel, entrassem em estágio e seguimos o percurso de dois deles. Para confirmarmos alguns dados, entrevistámos uma terceira aluna do mesmo ano, mas que não integrara o nosso painel. Assim, o painel inclui, de facto, cinco estagiários, mas o grau de acompanhamento de cada um deles foi, como relatámos, diferente.

estagiários de outras escolas em que os orientadores (professores) vieram ao local de estágio para ver como tudo estava a correr".

Mónica Ribau, que acompanhámos desde o primeiro ano, está a terminar um estágio na SIC (junho de 2013). A aluna valoriza o papel da escola, na forma como se envolveu na seleção do seu lugar de estágio, mas assinala criticamente o papel que a orientadora nomeada assumiu durante os seis meses de estágio:

"Enviei relatórios semanais, como me tinham dito para fazer, mas a orientadora prescindiu dessa informação, tendo remetido os contactos para o fim do período de estágio; deveria contactá-la, apenas, numa circunstância extraordinária. Nessa altura quebrei o contacto com a orientadora e comecei a pedir ajuda a um outro professor, que esteve sempre disponível para acolher as minhas dúvidas e me aconselhar. Agora, que estou a chegar ao fim do estágio, tentei marcar uma reunião de preparação do relatório com a orientadora, mas ela voltou a mostrar resistência. Acabei por ficar na SIC, fiquei muito contente, mas hesito em dizer-lhe. De facto, nunca tive qualquer apoio da minha orientadora".

Quatro dos cinco estagiários conseguem identificar pontos de contacto relevantes entre algumas matérias do plano de estudos, sobretudo as práticas, e a ação profissional nos meios de acolhimento. A aluna que acompanhámos, apenas, no momento da transição para o estágio, valorizou o "empenhamento da escola" na integração dos alunos num estágio. Natasha Meunier decidiu fazer um estágio em Coimbra, no Rádio Clube Português (RCP), contrariando a tendência dos alunos que, como referia Carla Patrão, procuram, sobretudo, estágios nas sedes dos grandes meios, localizadas, maioritariamente, Lisboa:

"Queria ter ido para a SIC, mas receei ser engolida. Assim, no RCP, que foi um estágio que eu arranjei, acho que vou fazer um percurso modesto mas honesto. Os primeiros passos quero dá-los com segurança. Depois de ultrapassar esta barreira, acho que estarei apta a dar o salto".

No final do estágio do Diário de Notícias, a aluna Sara Coimbra, tinha conseguido cumprir os propósitos que enunciara nos contactos que mantivéramos no decurso do ano letivo. A aluna queria fazer um estágio na secção de desporto do Diário de Notícias e, como assinala, a escola conseguiu ajudá-la "a cumprir esse sonho". No relatório que nos enviou no final do estágio, a aluna nada refere sobre o papel da escola durante o estágio, valorizando, exclusivamente, a evolução profissional, dissociada do restante trajeto académico anterior:

"Durante o estágio notei um grande evolução e, sem dúvida alguma, que o DN foi um ótimo local de estágio. Graças à partilha de conhecimentos por parte dos meus colegas do DN, sinto que o culminar daquela etapa foi muito produtiva e útil".

Os restantes três alunos identificam pontes diretas entre o curso e o estágio. Catarina Rodrigues e Tiago Rentes, ambos estagiários na TVI, valorizam, sobretudo, as práticas que, como assinala Catarina, lhe "proporcionaram autonomia mais cedo", embora detetem pontos de contacto com algumas matérias teóricas. Tiago Rentes destaca a importância do curso na "transmissão de conhecimento sobre as empresas de comunicação social"; e Catarina Rodrigues realça o papel da componente teórica na pedagogia que exerceu ao nível da relação com as fontes de informação, aquisição de métodos de pesquisa e aprendizagem das diversas funções exercidas num canal de televisão. Mónica Ribau, que durante o primeiro ano do curso permanecia muito vinculada à componente prática do curso, no final do estágio, na SIC, destaca, sobretudo, as aulas teóricas onde consegue observar relações diretas com as matérias do quotidiano profissional:

"As competências teóricas que adquiri durante o curso são importantes no estágio, ainda que seja uma importância difusa. Durante o curso senti, muitas vezes, que aprendia nada sobre tudo. Hoje tenho uma perceção diferente: a formação é muito importante. Para além das questões práticas a que somos sujeitos, é interessante ver que muitas das situações "hipotéticas" com que nos confrontam na faculdade nos desafiam mal pisamos a redação. As cadeiras de "Direito da Comunicação", "Deontologia" e "Teorias da Comunicação" fizeram a diferença em várias situações. Valeram-me, ainda, as cadeiras que tive durante o Erasmus (Universidade Autónoma de Barcelona): Política Internacional Europeia, Políticas da Comunicação e Jornalismo de Economia, com conteúdos mais específicos que deviam, a meu ver, ter estado presentes no plano da ESEC".

A relação dos três alunos com o estágio processou-se sob lógicas diferentes. Mónica Ribau e Catarina Rodrigues colocaram o foco na ação profissional, e os sentimentos de desânimo e euforia, que foram experimentando, decorrem da interação com as rotinas do quotidiano e da forma como as mesmas eram elogiadas, criticadas, ou vistas com indiferença pelos colegas. O medo de falhar esteve presente em todos os momentos do estágio destas alunas. Já Tiago Rentes deixou-se dominar pela permanente sensação de deslumbramento:

"Posso dizer que me adaptei bem. Não me lembro de ter desanimado. Euforia sim, tive muita; finalmente cheguei ao sítio onde sempre quis estagiar, era tudo novo, tudo foi um espanto. Posso dizer que fui um estagiário muito feliz, como a televisão sempre foi uma paixão para mim, só o simples facto de todos os dias, durante três meses, ir trabalhar para a televisão me deixava feliz".

O peso da responsabilidade atravessou todo o percurso de Catarina Rodrigues. As sensações de abandono, de indiferença, a alteração súbita de estados de espírito, todos esses elementos, alguns deles, igualmente, observados nos percursos dos

estagiários da UNL e nos da UP, integraram a experiência desta aluna:

"O processo de adaptação foi, como em tudo o que é novo, lento e confuso e com situações opostas todos os dias: euforia de estar num sítio novo, novos colegas, novos métodos, novas tarefas, até mesmo o facto de estar cara a cara com pessoas que via todos os dias na televisão; e depois o desânimo de querer participar e fazer mais e a empresa, ou o departamento, não terem trabalho para mim, não me poderem dar tarefas antes de me ensinarem outros passos mais básicos. Vivi horas vazias e o embaraço de perguntar, constantemente, no que poderia ajudar, correndo o risco de ser um empecilho ao trabalho, em vez de uma mais valia. Mas julgo que quanto mais quisermos aprender, maior grau de autonomia iremos conquistando, e o trabalho vai surgindo, e com ele vem mais responsabilidade. Esse peso custou muito a digerir. A fronteira entre ser uma peça do puzzle, ou a fissura que pudesse causar um desmoronamento, era muito ténue".

O depoimento de Mónica Ribau reforça a necessidade de o aluno ter um farol que lhe ilumine o percurso. A transição entre a faculdade e o estágio é de tal forma intensa que o aluno, empenhado e responsável, dificilmente terá condições para a viver sozinho:

"Vivo exatamente com a mesma ansiedade com que entrei. Não consigo deixar de me avaliar e de pensar que estou continuamente a ser avaliada por quem me rodeia. Uma espécie de fase de exames com seis meses. O estágio é a hipérbole de qualquer momento. Se faço alguma coisinha bem e me elogiam... nunca fui tão feliz. Se não faço algo como deve ser, então tenho o maior problema do mundo! Vivo nas antíteses".

Num estágio curricular, onde os regulamentos da escola preveem a nomeação de um orientador que participe nessa transição, auxiliando o aluno durante o percurso, menos se compreende a ausência dessa figura. Se a escola se limita a ajudar o aluno na escolha do local de estágio, distanciando-se dele durante essa primeira imersão no mundo profissional, limitando-se a esperar que o aluno regresse para defender o relatório, o curso perde um semestre letivo, acentuando o afunilamento, denunciado por Carla Patrão, provocado pela reforma de Bolonha.

Mónica Ribau lamenta nunca ter recebido sinais de confiança da parte da orientadora, que "nunca acreditou que eu pudesse ficar depois do estágio". O desfecho, neste caso, é positivo. A aluna assinou um contrato de colaboração com a SIC.

Tiago Rentes terminou o estágio na TVI e não aceitou o convite da estação para o continuar. Catarina Rodrigues vai continuar, prolongando a expectativa. Sara Coimbra frequenta o mestrado em Comunicação e Jornalismo na Universidade de Coimbra. Perdemos o contacto com a aluna Natasha Meunier.

**CURSO DE COMUNICAÇÃO E JORNALISMO (CJ) DA ESCOLA DE
COMUNICAÇÃO, ARQUITETURA, ARTES E TECNOLOGIAS DA
INFORMAÇÃO (ECATI) DA UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE
HUMANIDADES E TECNOLOGIAS (ULHT) DE LISBOA²⁸⁰.**

O curso de CJ veio diversificar a oferta do grupo Lusófona no polo central de Lisboa, onde já existia o curso de Ciências da Comunicação e da Cultura (CCC), um curso de banda larga, que associa o marketing e as relações públicas ao jornalismo. Como já aqui assinalámos, o grupo Lusófona continuou a crescer na área, tendo inaugurado o curso de Ciências da Comunicação e da Cultura no polo do Porto e adquirido outros três estabelecimentos de ensino com cursos na área, o ISLA de Santarém, o de Vila Nova de Gaia e o Instituto Superior de Novas Profissões. No ano letivo de 2009-2010, o grupo ofereceu 345 vagas em jornalismo/comunicação. O grupo Lusófona é o maior grupo de ensino privado em Portugal. As 22 instituições de ensino em Portugal, no Brasil e nos países africanos de língua oficial portuguesa, propriedade do grupo, formam cerca de 25 mil alunos²⁸¹.

O grupo Lusófona esforçou-se por responder a todas as ramificações do mercado. O curso de CJ aproxima-se do grau máximo de especialização no jornalismo, só comparável à oferta da Escola Superior de Comunicação Social do Politécnico de Lisboa²⁸².

As diversas ramificações foram feitas a partir do curso de CCC; CJ foi uma delas, mas o primeiro ciclo na área da comunicação atingiu graus elevados de

²⁸⁰ A caracterização do curso de CJ da ULHT, nas suas diversas alíneas, resulta dos dados recolhidos no trabalho de campo, no ano letivo de 2010-2011. No caso do curso de CJ foram entrevistados três professores - Carlos Andrade, docente de cadeiras de ação jornalística; Fernando Correia, diretor do curso no ano em que recolhemos os dados no terreno; Carla Cardoso, sucessora de Fernando Correia. Em 2010-2011, Carla Cardoso era coordenadora pedagógica da licenciatura, tendo sido nessa qualidade que a entrevistámos. Entrevistámos, igualmente, nove alunos: quatro do primeiro ano, três do terceiro e três estagiários, um integrava o nosso painel desde o terceiro ano. Os alunos dos primeiro e terceiro anos foram monitorizados ao longo do ano letivo de 2010-2011; os três estagiários foram monitorizados durante todo o período de estágio, que decorreu entre junho e dezembro de 2011, em dois casos, e entre setembro e dezembro, num caso.

Alguns dos dados foram obtidos diretamente nas diversas consultas ao sítio online do curso <http://www.ulusofona.pt/escolas-e-faculdades/ecati/licenciaturas/licenciatura-em-comunicacao-e-jornalismo-1o-ciclo.html>. O sítio foi consultado diversas vezes entre 2011 e 2013.

Todas as entrevistas iniciais foram presenciais. O acompanhamento aos alunos ao longo do ano letivo e durante a fase de estágio, de um dos alunos, foi feito por correio eletrónico. Dois dos alunos estagiários foram monitorizados diretamente e durante todo o período de estágio, uma vez que realizaram o estágio na estação televisiva SIC.

²⁸¹ Os dados constam da mensagem do administrador do grupo e podem ser consultados em <http://www.ulp.pt/pt/a-universidade/administracao.html>. Consultado em junho de 2013.

²⁸² Como vimos no capítulo anterior, o curso de Jornalismo da Universidade de Coimbra promove interligações com a comunicação numa expressão sem equivalente nos outros dois cursos, ambos muito mais fechados no jornalismo do que o de Coimbra.

especialização em diversos subcampos²⁸³.

Carla Cardoso²⁸⁴, coordenadora pedagógica de CJ, afirma que essa subdivisão, que acompanha o crescimento do grupo, acaba por se impor como a sua marca, permitindo que a Lusófona "se distinga da restante oferta privada".

Outro dos elementos distintivos, apresentado por Carla Cardoso, é o acordo que a ULHT fez com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), recebendo, em condições preferenciais, alunos com perfis de ensino diferentes do português e revelando um diferente grau de domínio da língua portuguesa. Como reconhece Carla Cardoso, a qualidade do ensino é igualmente prejudicada pela qualidade dos alunos:

"É verdade que temos esse estigma, e os próprios alunos reconhecem-no. Mas os alunos entram aqui com médias muito baixas; escolhem-nos porque não têm as médias elevadas necessárias para alguns dos cursos públicos. Admito que alguns possam optar por nós, em vez da Católica, mas, para a maioria, de facto, não somos a primeira opção. Por isso, para nós, é um desafio acrescido conquistar os alunos e provar-lhes que não somos um curso de segunda. Temos de seduzir, igualmente, as empresas. Não é fácil. A qualidade dos alunos é igualmente comprometida pelos externos, que todos os anos nos escolhem: são os alunos com mais de 23 anos, alguns sem o décimo segundo ano, que vêm frequentar cadeiras e cuja aprovação fica dependente da conclusão do décimo segundo ano. Normalmente, esses alunos são ainda mais fracos do que os outros".

O curso de CJ tem uma turma diurna, com 46 alunos (2010-2011), e uma turma noturna, com 16²⁸⁵.

A Composição do Curso e as Características do Corpo Docente

O curso de Comunicação e Jornalismo da Universidade Lusófona, criado já depois da aplicação da reforma de Bolonha, é o único curso de banda estreita do nosso corpus restrito. No plano de estudos, as 17 uc diretamente associadas ao jornalismo totalizam 88 créditos. O Seminário de Jornalismo/Estágio vale mais nove créditos, o que atribui ao jornalismo um peso de 97 créditos.

As 16 disciplinas que, no plano de estudos, não estabelecem uma ponte direta com o jornalismo promovem uma aproximação indireta, dando cumprimento ao modelo

²⁸³ A ECATI, escola de acolhimento destes cursos, oferece as seguintes licenciaturas: animação digital; aplicações multimédia e videojogos; cinema, vídeo e comunicação multimédia; comunicação aplicada: marketing, publicidade e relações públicas; comunicação e artes: criação, produção e marketing das artes; fotografia.

²⁸⁴ Entrevista realizada nos dias 22 e 24 de novembro de 2010. Ao longo do trabalho serão citados outros excertos desta entrevista. Na altura que a entrevistámos, Carla Cardoso era coordenadora pedagógica da licenciatura. No ano letivo de 2012-2013 assumiu a direção do curso, em substituição de Fernando Correia.

²⁸⁵ A turma de 16 alunos do curso noturno junta os alunos de Comunicação e Jornalismo e de Ciências da Comunicação e da Cultura.

de ensino definido por Joseph Pulitzer, no início do século XX. O empresário americano propunha um plano de estudos onde a história dos Estados Unidos, o domínio da língua, a lei e a ética deveriam auxiliar o jornalista no cumprimento da sua missão de informar. O plano de CJ apresenta essa expressão do modelo de Pulitzer, oferecendo duas uc de história, uma de direito, uma de técnicas de expressão escrita e uma de análise textual e acrescenta-lhe elementos complementares que consubstanciam essa lógica: uma língua estrangeira (cinco semestres de inglês), quatro uc tecnológicas e uma de metodologias de pesquisa e investigação, ou seja, acrescenta três grupos de uc meramente instrumentais, cuja integração no plano de estudos decorre das necessidades inerentes a uma determinada atividade profissional.

Classificar este plano formativo como Comunicação/Jornalismo afigura-se um exagero no que se refere ao campo da comunicação. Se descontarmos as quatro uc tecnológicas e a de metodologias de pesquisa e investigação, a presença do campo da comunicação fica restringida a três de interseção direta com o jornalismo e com o campo dos *media*: Responsabilidade Social dos *Media*; Sociologia do Jornalismo e da Opinião Pública e Direito da Comunicação e da Informação, ou seja: 13 créditos, contra os 97 de jornalismo²⁸⁶.

Os 97 créditos são alcançados à custa da decomposição do jornalismo em uc altamente especializadas, como jornalismo económico, político, cultural, das instituições europeias, desportivo, de ciência e fotojornalismo, associadas a disciplinas que desdobram o jornalismo pelas plataformas: rádio (duas uc); televisão (duas uc)²⁸⁷ e jornalismo digital. A imprensa é tratada em Redação Jornalística e Géneros Jornalísticos, uc que complementam a reflexão sobre a profissão com uma componente prática dedicada às técnicas associadas à escrita para meios impressos.

Uma análise ao programa de oito uc²⁸⁸ permite-nos apreender zonas de

²⁸⁶ Neste grupo de três cadeiras, a única que associámos ao campo específico do jornalismo foi Sociologia do Jornalismo e da Opinião Pública, contudo o programa da cadeira, centrado no conhecimento do perfil do jornalista, impõe, tal como as outras duas citadas, pontes de contacto com a comunicação. A decisão de integrarmos apenas esta na lista das 17 cadeiras de jornalismo resulta da aplicação do método de classificação que temos seguido, integrando, apenas, no subcampo do jornalismo as cadeiras que integram a palavra *jornalismo* na denominação oficial. Avaliados os respetivos programas, verificamos que o grau de interseção que as três estabelecem entre jornalismo e comunicação é semelhante.

²⁸⁷ A cadeira de Técnicas de Expressão Televisiva, dada pelo mesmo conjunto de docentes que Jornalismo Televisivo, debruça-se, essencialmente, sobre as características do meio, abordando os diversos conteúdos televisivos sem particularizar os jornalísticos. Já a cadeira de Técnicas de Expressão Radiofónicas, embora abordando o meio, foca, sobretudo, a ação jornalística na rádio, pelo que foi integrada na lista das cadeiras de jornalismo do curso.

²⁸⁸ Redação Jornalística; Géneros Jornalísticos; História do Jornalismo; Géneros Jornalísticos; Investigação Jornalística; Responsabilidade Social dos *Media*; Direito da Comunicação e da Informação; Teorias do Jornalismo e Sociologia do Jornalismo e da Opinião Pública.

sobreposição, levantando-nos dúvidas sobre a necessidade de existirem as oito; mesmo sendo dadas por professores diferentes, essa sobreposição é evidente. Alguns exemplos: a questão dos constrangimentos profissionais e a defesa da profissão de jornalista é tratada diretamente em cinco das oito uc: Teorias do Jornalismo; Investigação Jornalística; Responsabilidade Social dos *Media*; Sociologia do Jornalismo e Redação Jornalística. Este mesmo lote de uc explora, igualmente, o conceito de objetividade, que é detalhado, também, em História do Jornalismo. As questões da ética, da deontologia profissional e das liberdades de imprensa e de informar são comuns a Responsabilidade Social dos *Media*, Direito da Comunicação e da Informação, Teorias do Jornalismo e Redação Jornalística. A resposta à questão *o que é o jornalismo e para que serve* é transversal a todos os programas.

O tratamento pontual das mesmas matérias em diferentes unidades curriculares, sobretudo se explorado nos seus diferentes ângulos, é marca de qualquer programa de formação; contudo, a repetição detalhada dos mesmos conteúdos, como acontece nos casos que assinalámos, deve ser questionada. Esta acumulação dos mesmos saberes em diversas disciplinas resultará da inexistência de pontes de comunicação entre os docentes do curso. No caso específico deste curso, onde 22 dos 36 docentes estão a tempo parcial, acumulando a docência com outras profissões, sobretudo o jornalismo, a tendência para a criação de ilhas não parece ser atenuada pelo facto de, algumas uc, serem dadas por mais do que um docente.

A "instabilidade do corpo docente" é apontada por Fernando Correia²⁸⁹, diretor do curso, como "um dos maiores problemas" do projeto formativo:

"Não conseguimos ter um corpo docente sólido. Os contratos são anuais. Se não houver alunos, os professores são despedidos. Por isso, os docentes não se podem prender ao curso, vêm cá dar uma ou duas aulas no intervalo das suas profissões. A maioria são jornalistas; e isso é uma vantagem, mas também uma desvantagem. Um jornalista, mesmo nos casos em que já tem a carreira estabilizada, não tem horas. As aulas ficam condicionadas às alterações que eles vão tendo nas suas carreiras profissionais. A profissão deles é o jornalismo, não é o ensino. O resultado direto é a pouca disponibilidade para promovermos um trabalho coletivo, como eu sei que acontece, por exemplo, na Universidade do Minho, onde esse trabalho coletivo tem reflexos muito positivos no processo de formação".

O corpo docente do curso apresenta uma média de qualificação mais baixa do que a verificada nos três cursos públicos que analisámos. No grupo de 36 professores,

²⁸⁹ Entrevista realizada a 25 de novembro de 2010. Ao longo do trabalho serão citados outros excertos desta entrevista. Fernando Correia deixou a direção do curso no ano letivo de 2012-2013.

apenas cinco são doutorados, 17 são mestres e 14 licenciados.

Estratégias de Coordenação

(A aposta na aproximação à profissão e o peso da componente prática)

Até ao ano letivo de 2012-2013, o curso de CJ foi dirigido por jornalistas. Primeiro por Mário Mesquita, que teve uma longa carreira no jornalismo antes de optar pela via académica, que agora acumula com a administração da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, depois por António José Teixeira, antigo diretor da TSF e do Diário de Notícias, e atual diretor da SIC Notícias e, até ao ano letivo de 2012-2013, por Fernando Correia, jornalista desde 1966 e professor universitário desde 1997. Em 2012-2013, a saída de Fernando Correia colocou na direção Carla Cardoso, docente da instituição desde 1997, que ocupava o cargo de coordenadora pedagógica de CJ, função que acumulava com a coordenação da redação do portal Lusófona Online: Conteúdos (LOC).

Os três diretores que antecederam Carla Cardoso edificaram um plano de formação focado, essencialmente, no jornalismo. O compromisso com uma banda estreita de formação é assumido, de forma muito clara, por Fernando Correia e, como assinalámos no capítulo anterior, interpretado, de forma positiva, pelos alunos do nosso painel. A diversidade da oferta do grupo Lusófona é de tal forma expressiva que este curso só poderia marcar a diferença com os restantes cursos da instituição na área da comunicação, se, de facto, promovesse uma aproximação à profissão.

Esse trajeto não significa, todavia, na opinião de Fernando Correia, a redenção do jornalismo ao primado da técnica:

"No plano de estudos não abdicámos das teorias da comunicação e do jornalismo, da deontologia, da sociologia da comunicação. As cadeiras de jornalismo são teórico-práticas. Tentamos transmitir aos nossos alunos que o jornalismo é indissociável de uma componente teórica".

O princípio é subscrito por Carla Cardoso e Carlos Andrade²⁹⁰. O jornalista e professor de jornalismo radiofónico entende que o curso "não forma amanuenses de notícias", antes "ajuda os alunos a lerem o mundo", municiando-os com um conjunto "decisivo" de ferramentas de "leitura e de interpretação da realidade, fundamentais na ação quotidiana".

²⁹⁰ Entrevista realizada a 26 de novembro de 2010. Ao longo do trabalho serão citados diversos excertos desta entrevista.

Carla Cardoso destaca, sobretudo, o papel do curso na identificação plena dos constrangimentos que limitam a ação profissional:

"Há uma relação direta entre o jornalismo e a democracia e é importante que os alunos percebam isso na faculdade. É importante que os alunos percebam que é a economia que controla o jornalismo".

As justificações do diretor e de dois docentes do curso não solucionarão o maior problema da banda estreita de formação: se o campo jornalístico é permanentemente atravessado (e influenciado) por campos vizinhos, que participam na sua reconstrução, fará sentido retirar de um plano de formação na área as disciplinas desses campos vizinhos que, necessariamente, são convocadas na afirmação da missão de informar? A maior vantagem da banda larga de formação não será, certamente, a possibilidade de um plano de formação mais abrangente abrir novas perspectivas de mercado, ainda que esta asserção também possa ser verdadeira; mas, em nosso entender, a mais valia da banda larga de formação decorre dos cruzamentos, das inter-relações entre os diferentes subcampos da comunicação, onde a complexidade, que perpassa cada um deles, requer cruzamentos com os restantes, para que a leitura da realidade, de que nos falava Carlos Andrade, seja plenamente concretizada. Uma banda larga que se limite a promover entrecruzamentos entre as diversas componentes profissionais da comunicação (jornalismo, relações públicas, marketing) não será, verdadeiramente, uma banda larga. O conceito de banda larga que estamos a definir não exclui as vertentes profissionais da comunicação, mas estabelece inter-relações entre essas vertentes e outras disciplinas do campo da comunicação e das ciências sociais e humanas, que participam na interpretação das áreas profissionais.

A Avaliação do Curso e do Plano de Estudos Pelos Alunos

Os nove alunos do nosso painel foram todos acompanhados no decurso do ano letivo de 2010-2011. Nenhum deles escolheu o curso de CJ como primeira opção. Um dos alunos, Ana Maria Tavares, a frequentar uc de diversos anos, entrou na quota dos maiores de 23 anos. Apenas um aluno, Tiago Palma, em estágio na SIC, teve média para uma universidade pública; entrou no curso da Escola Superior de Comunicação de Coimbra, mas, sendo de Lisboa, a distância fê-lo optar pelo setor privado. Escolheu CJ em vez do curso da Universidade Católica "por causa de alguns professores de CJ, e por ser um curso direcionado para o jornalismo". Os restantes oito alunos optaram pelo curso de CJ, mas a alternativa teria sido o curso de Ciências da Comunicação e da

Cultura, na mesma instituição. A opção por CJ, em todos os casos, está relacionada, como vimos no capítulo anterior, com o facto de ser um curso direccionado para o jornalismo.

Nos relatos finais apenas uma aluna, Marisa Serrenho, mestre em recursos humanos pela Universidade do Algarve, rececionista de um hotel na região, considerava que os resultados do primeiro ano tinham compensado o esforço das constantes viagens entre Lisboa e o Algarve. Esta aluna representa um caso especial em termos de motivação. O percurso profissional, que prosseguia, não a satisfazia e o jornalismo revelou-se a solução para uma remobilização. Marisa Serrenho manteve um elevado grau de entusiasmo até meados do segundo semestre do primeiro ano. A aluna valorizava o curso e a universidade: "Ao contrário do que esperava, nesta universidade privada não há facilitismos. O balanço é muito positivo". Tiago Palma, estagiário, contraria esta visão, enfatizando a "falta de exigência dos professores" e criticando o facto do "erro" passar "incólume". Filipe Piteira, do primeiro ano, deteta "falta de entusiasmo e alguma preguiça" em alguns professores, pelo que o balanço que faz, no final do segundo semestre, é negativo. Ana Rita Carmello, do terceiro ano, deixou-nos um relato negativo, onde se sobrepõe um sentimento de frustração: "entrei para aqui a pensar que queria ser jornalista, mas já desisti dessa ideia". Sara Cabral, também do terceiro ano, assume "nunca" ter tido "grandes expetativas sobre o curso": "A grande desilusão foi não ter entrado na pública, por isso, tudo o que aqui aconteceu, atendendo ao meu baixo grau de expetativas, foi bom".

Apenas uma aluna do primeiro ano, Soraia Ribeiro, deteta utilidade nas uc teóricas: "fazem sentido, porque são úteis à profissão". A forma como a aluna expressa este pensamento confirma a vertente instrumental das uc teóricas, que antes assinalámos. A interpretação do papel das uc teóricas na melhoria da prática profissional é imediata; não deixa dúvidas.

Na análise que fazem ao plano de estudos, os alunos valorizam as uc práticas, embora critiquem a forma como, algumas delas, são dadas. Mais do que em qualquer outro curso, dos que até aqui analisámos, os alunos focam-se muito na qualidade dos docentes, e as críticas e os elogios que lhes fazem são eloquentes. Admitimos que este destaque que os alunos atribuem aos docentes, maior do que às matérias lecionadas, decorra do conjunto de jornalistas no ativo, alguns com imagem pública reconhecida, que colaboram com o curso. Os alunos do primeiro ano destacam, exatamente, as expetativas positivas, que têm relativamente a alguns docentes. Os depoimentos

confirmam que, quando essas expectativas se cumprem, os alunos sentem-se recompensados.

O docente de jornalismo radiofónico, Carlos Andrade, é destacado de forma (muito) positiva pelos seis alunos que já o tiveram como professor. A apreciação que os alunos fazem de uma das docentes da UC de televisão é, pelo contrário, (muito) negativa. Os alunos confessam que as expectativas, relativamente à docente, eram muito elevadas, o que acentuou a carga negativa com que classificaram a sua prestação. Os relatórios finais dos alunos de terceiro ano confirmam o que os dois estagiários afirmaram no primeiro contacto que mantivemos: os alunos criticam a opção do curso em entregar a docência a "professores pouco disponíveis", "figuras públicas", "estrelas televisivas", que "apreciam falar da sua própria experiência". Tiago Palma sintetiza o pensamento do grupo: "Há muita personalização e pouca profissionalização".

O Equipamento Técnico Disponível e a Visibilidade dos Trabalhos dos Alunos

No conjunto dos seis cursos analisados, CJ da ULHT é o que disponibiliza equipamento tecnologicamente mais avançado e em maior quantidade. Os desdobramentos tecnológicos do primeiro ciclo são, como assinalámos, de tal forma especializados que a universidade viu-se forçada a proceder a investimentos muito elevados. Luís Santos, um dos técnicos que acompanha o trabalho dos alunos, e dá apoio às disciplinas de televisão em CJ e aos alunos dos cursos de cinema e animação, apresenta-nos uma das câmaras de cinema tecnologicamente "mais avançadas": "em Portugal só existem duas. E agora vamos adquirir uma que representa a última palavra no cinema digital²⁹¹".

O equipamento, mesmo o mais complexo, é operado diretamente pelos alunos, que recebem formação para o efeito. Luís Santos coordena o armazém do equipamento, um espaço amplo, gerido através de uma plataforma informática, onde os alunos requisitam o que precisam para os trabalhos que têm de desenvolver. A oferta é vasta e, a avaliar pelo nosso conhecimento do meio, muito mais abrangente do que em qualquer canal de televisão em Portugal: 50 câmaras de vários formatos, 10 são HD. Como nos explica Frederico Roque do Vale, monitor de edição de imagem, os materiais recolhidos pelos alunos são descarregados num *server* para depois serem trabalhados nas ilhas de

²⁹¹ Frederico Roque do Vale, monitor de edição de imagem, explicar-nos-ia, posteriormente, tratar-se de uma câmara RED.

edição²⁹². A universidade disponibilizava 28 postos de edição, oito deles classificados pelos técnicos, como "equipamento de ponta". A qualidade técnica do equipamento é valorizada pelo estagiário Tiago Palma através do recurso a uma metáfora: "É como se me dessem um Ferrari para as mãos".

Os conceitos relativos à operatividade técnica do equipamento têm conquistado espaço nas aulas de televisão e de jornalismo televisivo. As duas uc semestrais são dadas por cinco professores: um é responsável pelo módulo de câmara, outro pelo módulo de edição, um terceiro assegura as aulas de som e os outros dois são responsáveis pelo acompanhamento dos conteúdos concretizados pelos alunos. Em 2010-2011 havia apenas um docente responsável pelos conteúdos, que assegurava a maior parte das aulas. Atualmente, a questão técnica adquire maior expressão.

Alguns dos trabalhos produzidos pelos alunos são premiados em concursos nacionais. Embora a universidade tenha condições para entrar no mercado, concorrendo com produtoras nacionais, como acontece com a ESEC TV, Luís Santos explica-nos que "essa nunca foi a opção". "Não queremos que os nossos alunos percam mercado". A aquisição do equipamento tecnicamente mais sofisticado é concretizada através de candidaturas a programas europeus de apoio ao ensino.

Os alunos tecnologicamente mais dotados são convidados para desempenharem tarefas no estúdio, tendo direito a um desconto nas propinas.

Carla Cardoso e Fernando Correia consideram a componente tecnológica outra das marcas distintivas do curso, relativamente a outras licenciaturas na área. Carla Cardoso confia que a importância que o curso concede ao apetrechamento tecnológico dos alunos lhes facilite a imersão no mercado de trabalho.

Carla Cardoso coordena, igualmente, o portal LOC (Lusófona Online: Conteúdos)²⁹³. O LOC está desenhado para alojar os trabalhos dos alunos; o objetivo da coordenadora é "alargar o público alvo", e, conseqüentemente, aumentar a dimensão da mostra de exposição dos alunos.

Os alunos são incentivados a colaborar com o LOC, mas, no nosso painel, apenas dois participaram nessa experiência de forma regular: Ana Rita Carmello, do terceiro ano, e Tiago Palma, estagiário. Ao contrário do que assistimos nos outros três cursos, em que a maioria dos alunos demonstrou envolver-se nos meios de comunicação

²⁹² Em novembro de 2010, quando visitámos as instalações técnicas da ULHT, a estação televisiva SIC ainda não dispunha deste equipamento. Na SIC, atendendo à dimensão do investimento, só foi possível proceder ao descarregamento e gestão das imagens em *server* depois de 2011.

²⁹³ <http://loc.grupolusofona.pt/>

social internos e externos, no caso da UNL, de forma muito empenhada, dedicando, como acontece na ESEC, mais tempo e dinâmica a essas colaborações do que às próprias aulas, no caso dos alunos de CJ, registamos algum acomodamento, como se à partida pensassem que não vale a pena. O receio de estarem a estudar para o desemprego é destacado, com ênfase, por seis dos nove alunos do painel. Esse receio está presente nos testemunhos de quase todos os alunos dos três cursos que já aqui analisámos, mas, no curso de CJ, o grau de resignação, alimentado pela desilusão com o curso e com a faculdade, adquire uma maior proporção. O depoimento de Ana Rita Carmello é elucidativo a este propósito: "Tenho uma visão negra disto tudo; acho que estou a tirar um curso para ficar desempregada. Já penso mudar de área numa pós graduação". Depois de terminar a licenciatura, a aluna ficou a estagiar no LOC: "Pretendo arranjar um estágio profissional, mas sei que não vai ser possível". O medo do desemprego está a absorver as expectativas de Pedro Fernandes, igualmente do terceiro ano. O aluno começou a pôr em causa a opção pela banda estreita que, como confessa, tinha assumido, no primeiro ano, de forma muito consciente:

"Agora acho que se tivesse optado por CCC teria mais hipóteses no mercado, poderia optar por marketing ou publicidade. E o jornalismo não tem a criatividade que eu imaginava, só a grande reportagem, mas isso está fora do meu alcance".

A aluna do primeiro ano Marisa Serrenho, que manteve um grau de otimismo muito elevado durante todo o primeiro semestre e até meados do segundo, relacionando-se com o curso e com a faculdade de forma positiva, chegou ao fim do segundo semestre cheia de dúvidas e a assumir que a universidade deveria fazer mais para integrar os seus alunos no mercado de trabalho:

"Inscrevi-me na bolsa de emprego da faculdade, mas foram raras as abordagens que tive e nenhuma para jornalismo. Acho que a universidade deveria fazer mais para angariar, pelo menos, estágios para os seus alunos. Começo a acreditar que o mercado de trabalho é muito mais difícil do que eu, ingenuamente, quis acreditar. Já não sei se fiz bem em vir para Lisboa, para este curso".

O Papel Atribuído ao Estágio e as Pontes Entre o Curso e as Empresas na Fase de Estágio

No plano de estudos de CJ, o estágio vale os nove créditos da unidade curricular de Seminário de Jornalismo/Estágio.

Num curso em que o percurso letivo define uma aproximação clara à profissão, o peso limitado do estágio releva do perfil do próprio projeto formativo; como acontece no curso da Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa, cujo plano não

contempla estágio, a opção foi reforçar a componente jornalística no percurso letivo: em ambos os cursos a somar mais de 90 créditos nos seis semestres.

Em 2010, o curso tinha um gabinete de estágios que auxiliava os alunos a encontrarem um estágio. Ao abrigo de um protocolo firmado com o CENJOR, os alunos de CJ podiam frequentar, em condições especiais, um curso intensivo de formação complementar, numa das quatro plataformas.

Dois dos três estagiários do nosso painel optaram por seguir essa via. Tiago Palma fez o curso intensivo do CENJOR antes de ir estagiar seis meses para a SIC, Sara Cabral, inscreveu-se nessa formação na sequência de um estágio de três meses que completou na Rádio Renascença. A terceira aluna do nosso painel, Filipa Garcia, que completou um estágio de seis meses na SIC, não frequentou o centro de formação.

Filipa Garcia e Tiago Palma, a estagiarem no mesmo órgão de comunicação social, a SIC, e na mesma fase, descrevem-nos experiências de estágio muito diferentes, o que confirma, uma vez mais, a inexistência de um modelo que, verdadeiramente, enquadre esta etapa extracurricular, atribuindo ao curso e à empresa um conjunto de deveres que ambos se sintam vinculados a cumprir. O que acontece, em todos os cursos analisados, é que o acompanhamento do estágio acaba por ser da exclusiva competência dos editores das diversas secções que vão recebendo os estagiários; a relação que estes editores estabelecem com os alunos depende, sobretudo, de cada editor, da sua personalidade e atitude profissional. O percurso de estágio de Filipa Garcia foi diretamente moldado pela forma como os diversos editores/coordenadores interagiram com ela. Já Tiago Palma, desde o início que ousou percorrer uma via alternativa. Nos primeiros dias de estágio, já parecia disposto a vencer todas as adversidades:

"O primeiro dia foi um susto, mas passou. Não quero ser mais um estagiário dos que por aqui andam; quero conquistar autonomia. A maioria dos estagiários vê o mundo a partir da secretária; eu não quero que isso me aconteça. Agora estou na agenda²⁹⁴, e estou finalmente a fazer uma abordagem ao país real, coisa que não aprendi na faculdade".

O registo de Tiago Palma relativamente ao curso, que expusemos ao longo da caracterização que fazemos a esta licenciatura, coloca-se na lista dos mais críticos. O aluno considera que o curso falhou:

²⁹⁴ O percurso de todos os estagiários na SIC é semelhante. Passam um mês na agenda; um mês nas madrugadas; um mês no online e, nos restantes três meses, rodam pelas editorias e pelos turnos dos jornais da SIC generalista e da SIC Notícias. Nas editoriais e na agenda, o acompanhamento dos estagiários é mais personalizado, nas edições da SIC e da SIC Notícias, são entregues aos coordenadores de turno.

"Não cumpriu o papel de nos preparar para o acesso à profissão. Acho que não aprendi realmente jornalismo. Há muita dispersão, muitos cursos, não se promove, como na UNL, por exemplo, a competitividade entre os alunos".

Carla Cardoso, que participou na escolha do local de estágio de Tiago Palma, compreende o estado de espírito do aluno, considerando que ele "nunca terá vencido o estigma de estudar numa universidade privada. Foi sempre muito crítico. Isso não me surpreende".

Filipa Garcia mostra-se, igualmente, desiludida com o projeto formativo e, como Tiago Palma, não encontra laços entre o que aprendeu no curso e as tarefas de um estagiário. Ao contrário de Tiago Palma, cujos sinais de autoconfiança, revelados logo nas primeiras semanas, não passaram despercebidos na empresa, Filipa Garcia fez um percurso muito discreto, ainda assim com altos e baixos, dependendo de quem a acompanhava na empresa:

"Primeiro estive na agenda, um mês e uma semana e, depois um mês na madrugada. Foram processos importantes, sobretudo para ganhar alguma autonomia com o sistema de edição. O pior foi a edição da tarde da SIC Notícias, em que a coordenadora nem sabia que eu lá estava. Nunca tinha nada para eu fazer e tinha de andar sempre a pedir trabalho. Acabei por começar a fazer notícias que, depois, ninguém corrigia. Se o estágio é importante para nós aprendermos, esse período não serviu para nada. Depois comecei a acompanhar jornalistas seniores e, aí, recomecei o processo de aprendizagem".

Sara Cabral, que acompanhávamos desde o terceiro ano, transportou para o estágio, de três meses, na Rádio Renascença o desânimo e o receio que já carregava desde os últimos meses do curso: "Sei que, mesmo tendo dado o meu melhor, não vou ficar. Faltam poucos dias para acabar; vou ser mais uma, na lista dos desempregados".

O percurso da aluna não terá sido alheio a esse sentimento negativo que a dominava. A Rádio Renascença foi dos órgãos de comunicação social mais valorizados pelos estagiários dos seis cursos, todavia, Sara Cabral, destaca, sobretudo, os elementos negativos:

"Conseguir o estágio na Renascença foi muito fácil, mas só depois de cá chegar é que percebi porquê: esta empresa vive do trabalho dos estagiários. É verdade que acabei por aprender alguma coisa; se assim não fosse, isto não serviria mesmo para nada".

Sara Cabral inscreveu-se num curso do CENJOR depois de sair da Rádio Renascença. Tiago Palma e Filipa Garcia deixaram a SIC, no final do estágio de seis meses.

**CURSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA (CCC) DA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, ARQUITETURA, ARTES E
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO (FCATI) DA UNIVERSIDADE
LUSÓFONA DO PORTO (ULP)²⁹⁵**

A estratégia de crescimento do grupo Lusófona no Porto conduziu à inauguração, no ano letivo de 2007-2008, da mesma licenciatura, Ciências da Comunicação e da Cultura, que, no polo central de Lisboa, tinha servido de molde ao desdobramento da comunicação em diversos subcampos especializados, dando origem a diversas licenciaturas.

No polo do Porto ainda não assistimos ao grau de especialização de Lisboa, mas a comunicação já abriu diversas ramificações no primeiro ciclo: Comunicação Aplicada; Comunicação Audiovisual e Multimédia e Design de Comunicação. Esta abertura afigura-se, no entanto, um processo artificial²⁹⁶.

O curso de Ciências da Comunicação e da Cultura oferece três variantes, escolhidas no terceiro ano: Comunicação Aplicada: Marketing, Publicidade e Relações Públicas; Comunicação e Jornalismo; Gestão Cultural. O curso está organizado num tronco comum, nos primeiros quatro semestres. A variante é escolhida no terceiro ano mas, no segundo semestre do segundo ano, os alunos assumem a primeira escolha do percurso, frequentando, no caso dos alunos que optarem por Comunicação e Jornalismo,

²⁹⁵ A caracterização do curso de CCC da ULHT, do Porto, nas suas diversas alíneas, resulta dos dados recolhidos no trabalho de campo, no ano letivo de 2010-2011. No caso do curso de CCC foram entrevistados cinco professores - Isabel Babo Lança, diretora do curso, Ivone Ferreira, secretária pedagógica, e docente de cadeiras de ação jornalística, Catarina Moura, docente de uma cadeira teórica, Hélder Silva e Daniel Catalão, ambos docentes de cadeiras de ação jornalística. Em 2012-2013 o curso tem um novo diretor, Luís Loureiro, e uma nova secretária pedagógica, Regina Machado, a anterior, que entrevistámos, Ivone Ferreira, foi afastada do grupo Lusófona. A anterior diretora é agora reitora da ULHT Porto. Entrevistámos, igualmente, 11 alunos: quatro do primeiro ano, dois do segundo, quatro do terceiro e um estagiário. Os alunos dos primeiro, segundo e terceiro anos foram monitorizados ao longo do ano letivo de 2010-2011; o estagiário foi entrevistado, via correio eletrónico, no decurso do estágio e não integrava o nosso painel.

Alguns dos dados foram obtidos diretamente nas diversas consultas ao sítio online do curso <http://www.ulp.pt/pt/ensino/faculdades-e-institutos/faculdade-de-comunicacao-arquitectura-artes-e-tecnologias-da-informacao/licenciatura-em-ciencias-da-comunicacao-e-da-cultura-1-ciclo.html>. O sítio foi consultado diversas vezes entre 2011 e 2013. Todas as entrevistas iniciais foram presenciais. O acompanhamento aos alunos ao longo o ano letivo foi feito por correio eletrónico.

²⁹⁶ No sítio online, o curso de Comunicação Aplicada tem identificada uma direção, mas não tem docentes atribuídos <http://www.ulp.pt/pt/ensino/faculdades-e-institutos/faculdade-de-comunicacao-arquitectura-artes-e-tecnologias-da-informacao/licenciatura-em-comunicacao-aplicada.html>, consultado em setembro de 2013. Uma docente da ULP esclareceu-nos que já foram feitas diversas tentativas para abrir o curso, facto que não ocorreu devido à inexistência de alunos. O processo de contratação de docentes está, por isso, dependente dos alunos; o curso de Design da Comunicação identifica dez docentes para 36 unidades curriculares (três de opção), apenas três dos docentes têm contrato a tempo integral. O próprio diretor do curso tem contrato a tempo parcial. <http://www.ulp.pt/pt/ensino/faculdades-e-institutos/faculdade-de-comunicacao-arquitectura-artes-e-tecnologias-da-informacao/licenciatura-em-design-de-comunicacao-1-ciclo.html>, consultado em setembro de 2013. No curso de Comunicação Audiovisual e *Multimedia*, o sítio online identifica 12 docentes, três a tempo integral <http://www.ulp.pt/pt/ensino/faculdades-e-institutos/faculdade-de-comunicacao-arquitectura-artes-e-tecnologias-da-informacao/licenciatura-em-comunicacao-audiovisual-multimedia-1-ciclo.html>, consultado em setembro de 2013.

a primeira unidade curricular da variante, História do Jornalismo. As duas outras variantes oferecem a mesma uc: Marketing Estratégico. As restantes unidades curriculares do tronco comum representam 54 créditos. O tronco comum não oferece nenhuma uc de jornalismo, mas inclui duas de Gestão Cultural (Cibercultura e Arte, Cultura e Comunicação, ambas no primeiro semestre do segundo ano) e uma de Comunicação Aplicada (Comunicação e Assessoria, no segundo semestre do segundo ano).

O tronco comum integra duas unidades curriculares de matriz tecnológica, Computação (primeiro semestre do primeiro ano) e Computação, Multimédia e Interatividade (segundo semestre do primeiro ano), ambas a valerem sete créditos, cada uma; o valor mais elevado do plano de estudos²⁹⁷.

Isabel Babo Lança²⁹⁸, diretora do curso (2010-2011), considera que o que distingue esta licenciatura da restante oferta na área é a associação entre o jornalismo e a cultura.

" Desde logo, a oferta em banda larga permite que o jornalismo se abra a outras áreas, aumentando, igualmente, as possibilidades de mercado para os nossos alunos. Ao termos assumido o jornalismo e a cultura como a matriz do curso, estamos a tentar antecipar uma tendência. Considero que a cultura é uma área em expansão, será a área de emprego do futuro. Espero que esse cruzamento dê frutos e que não tenhamos fracassado na abordagem".

Dois anos depois, os dados que dispomos apontam para que esta tenha sido, de facto, uma abordagem fracassada. A área da cultura enfrentará problemas de afirmação no plano de estudos, uma vez que, no início do ano letivo de 2013-2014, a variante de gestão cultural não resistiu à atualização do sítio online, ocorrida em julho de 2013, não constando da oferta do curso. Os sinais de que o investimento na cultura não estava a corresponder às expectativas dos alunos é anterior à atualização do sítio. Nas consultas que fizéramos ao sítio entre abril e junho de 2013, oito das nove uc do percurso não tinham docente atribuído. O mesmo acontecia com as duas uc de cultura que integram o tronco comum: Arte, Cultura e Comunicação e Cibercultura. Na consulta que fizemos em setembro de 2013, essas duas uc continuam no tronco comum. O facto de não terem

²⁹⁷ O plano oferece 30 cadeiras: 26 valem seis créditos cada; duas valem sete e outras duas, cinco. O campo da comunicação e o subcampo dos *media* representam 42 créditos; as ciências sociais e humanas, 40, a tecnologia 14, as variantes profissionais no tronco comum, 18, a única cadeira de opção do currículo (segundo semestre do terceiro ano), seis, o que totaliza 120 créditos. As dez cadeiras da variante, nove no terceiro ano e uma no segundo semestre do segundo ano, somam 60 créditos.

²⁹⁸ Entrevista realizada a 2 de dezembro de 2010. Ao longo do trabalho serão citados outros excertos desta entrevista. No momento da entrevista, Isabel Babo Lança era diretora da licenciatura em CCC. Em julho de 2012 foi nomeada reitora da ULHT no Porto.

docente atribuído resultará, todavia, da nova opção de apresentação do sítio, em que já nenhuma unidade curricular tem docente atribuído.

A justificação que nos foi dada por uma docente da ULP para a inexistência de docentes no curso de Comunicação Aplicada explicará o súbito desaparecimento do sítio online da variante de gestão cultural no curso de CCC: a inexistência de alunos²⁹⁹. Esta possibilidade parece enquadrar-se na estratégia do grupo Lusófona, enunciada por Fernando Correia, diretor do curso de CJ, no polo central de Lisboa: quando os alunos não são em número suficiente, os professores são demitidos.

A estabilidade do corpo docente, que Isabel Babo Lança valorizava em 2010, e que, na ótica da então diretora do curso, constituía uma das marcas de referência que contribuía para aproximar este curso da qualidade dos cursos das universidades públicas, será hoje uma das principais fragilidades da licenciatura. A extinção do percurso de cultura é apenas um sinal, a que devemos juntar outros dois. Por um lado, a acumulação de uc no primeiro e segundo ciclos pela atual reitora. Isabel Babo Lança permanece responsável por três uc de primeiro ciclo, e duas de mestrado, uma no Porto e outra em Lisboa³⁰⁰. Por outro, na Universidade Lusófona do Porto assistimos à replicação do que acontece no polo central de Lisboa: a precariedade do vínculo do corpo docente, de todos os cursos, à universidade³⁰¹. No caso específico de Ciências da Comunicação e da Cultura, dos 16 docentes associados ao curso apenas três estão a tempo integral. O próprio diretor atual está a tempo parcial. No conjunto há seis doutores, cinco mestres e cinco licenciados.

Composição da Variante e Características do Corpo Docente

Os cinco professores da variante de jornalismo (ano de 2010-2011) asseguram as dez unidades curriculares, um total de 60 créditos, um terço do percurso formativo. Nenhum dos cinco docentes tem contrato a tempo integral; todos têm a mesma categoria

²⁹⁹ Fomos confrontados com esta situação apenas durante a fase de revisão do trabalho, pelo que não foi possível apurarmos as razões que estão por detrás do facto de a variante de gestão cultural já não integrar a oferta disponível.

³⁰⁰ Em anos anteriores, as acumulações da diretora do curso foram compensadas com a intervenção de outros docentes que asseguraram as horas a mais no horário de Isabel Babo Lança. O facto do nome da atual reitora ainda (junho de 2013) constar em diversas disciplinas, do plano de estudos de primeiro ciclo, releva, na interpretação de uma docente da ULP, da necessidade de atribuir responsabilidades letivas a professores doutorados, uma vez que a percentagem de docentes com esse grau académico é baixa. Só no início do ano letivo de 2013-2014 é que o nome da reitora deixou de constar da lista de docentes do curso.

³⁰¹ Esta informação pode ser confirmada num documento da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência publicado em http://w3.dgeec.mec.pt/rebides/2011/rebid_m2.asp?CodR=210&CodP=4032 e consultado em junho de 2013. O documento atesta o grau académico e vínculo dos 261 docentes da Universidade Lusófona do Porto. De acordo com os dados publicados nesse documento, referentes a 31 de dezembro de 2011, a maioria dos docentes, 156, exercia a função a tempo parcial, com contrato letivo de 50 por cento. Apenas 105 tinha contrato a tempo integral.

e o mesmo vínculo: assistente convidado a 50 por cento³⁰². Em 2010-2011, nenhum dos docentes da variante tinha concluído o doutoramento. Dois eram licenciados. Um dos docentes, Ivone Ferreira³⁰³, concluiu, entretanto o doutoramento, coincidindo a defesa pública da tese com o seu afastamento de funções. Ivone Ferreira assegurava duas uc da variante, Géneros Jornalísticos e Investigação Jornalística, missão que acumulava com a docência de outras duas uc de Comunicação Aplicada - Teoria da Publicidade e Ateliê de Publicidade, e com o desempenho do cargo de secretária pedagógica do curso, assessorando a diretora. No ano letivo de 2012-2013, as duas cadeiras que Ivone Ferreira assegurava na vertente de jornalismo foram assumidas pelo novo diretor do curso, Luís Loureiro.

Em 2012-2013, as responsabilidades de docência das dez unidades curriculares de jornalismo eram assumidas, então, pelo diretor do curso, Luís Loureiro (Géneros Jornalísticos e Investigação Jornalística), por Maria José Azeredo (História do Jornalismo e Teorias do Jornalismo); Ana Fonseca (Redação Jornalística e Ciberjornalismo); Daniel Catalão (Jornalismo Especializado e Técnicas de Expressão Radiofónica) e Hélder Silva (Técnicas de Expressão Televisiva e Jornalismo Televisivo)³⁰⁴.

Três dos cinco docentes atuais são jornalistas da RTP Porto: Luís Loureiro, Daniel Catalão e Hélder Silva. Estes dois reconhecem que a atividade profissional os impede de assumir compromissos com o curso, para lá das aulas, mas Hélder Silva³⁰⁵ destaca o papel que a direção do curso tem tido na sua integração:

"Sinceramente não me sinto à margem... ou melhor, se muitas vezes estou à margem é por culpa minha. Por falta de disponibilidade para participar em reuniões, em conselhos pedagógicos que certamente seriam muito úteis, não apenas para a minha integração na academia, mas também para o meu crescimento profissional na área da docência. Mas o tempo infelizmente não é elástico".

³⁰² Dados de 31 de dezembro de 2011 consultados em junho de 2013 em http://w3.dgeec.mec.pt/rebides/2011/rebid_m2.asp?CodR=210&CodP=4032

³⁰³ Ivone Ferreira foi uma das docentes que entrevistámos. Entrevista realizada a 2 de dezembro de 2010. Ao longo do trabalho serão citados diversos excertos desta entrevista. Ivone Ferreira foi demitida de funções em julho de 2012, tendo a defesa pública do doutoramento ocorrido em outubro. Ivone Ferreira é hoje docente, a tempo parcial, do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

³⁰⁴ As cadeiras de Técnicas de Expressão Radiofónica e Técnicas de Expressão Televisiva, que existem, igualmente, no plano de estudos de CJ, no polo central de Lisboa, foram ambas, no caso de CCC, integradas na lista das cadeiras de jornalismo, porque os respetivos docentes integram o nosso painel de entrevistados. Nas entrevistas que lhes fizemos foi possível apreendermos os elementos essenciais do programa das duas cadeiras, pelo que pudemos identificar uma associação direta com o jornalismo. Recordamos que, no caso específico de CJ, apenas integrámos na lista das cadeiras de jornalismo Técnicas de Expressão Radiofónica, uma vez que o programa de estudo de Técnicas de Expressão Televisiva tratava, exclusivamente, das características do meio, sem articulação direta com a ação jornalística.

³⁰⁵ Entrevista realizada a 9 de dezembro de 2010. Ao longo do trabalho serão citados outros excertos desta entrevista.

Daniel Catalão³⁰⁶ reconhece que a "intensa atividade profissional" o impede, igualmente, de exercer uma maior participação na academia e não sente que esse défice de participação seja criticamente recebido pela restante comunidade académica:

"Parece-me que o número crescente de profissionais que está a entrar na carreira académica está a diminuir o grau de desconfiança de ambos os lados. Parece-me consensual que o docente destas cadeiras deva ser alguém com contacto direto com a profissão. A experiência é vital para conseguir transmitir aos alunos pequenos pormenores que só a praxis nos ensina. Temos de manter-nos permanentemente atualizados".

Isabel Babo Lança considera que as uc de ação jornalística devem ser asseguradas, preferencialmente, por docentes que mantenham contacto direto com a profissão. A diretora do curso, reconhece, todavia, a necessidade de qualificar o corpo docente:

"Precisamos de docentes doutorados. Serem profissionais da área é uma vantagem para os alunos. Bem sei que não têm o mesmo tempo que os outros docentes, mas como a maioria dos restantes docentes está cá mais tempo, temos de ser flexíveis e fazermos um esforço para integrar os profissionais que não conseguem estar cá sempre".

Ivone Ferreira regista a importância que um docente profissional tem para os alunos, mas a secretária pedagógica sustenta que esse impacto será rapidamente diluído se o docente se limitar a ser profissional fora da universidade:

"O ideal é conseguirmos ter aqui um bom jornalista que consiga ser, simultaneamente, um bom docente, que mesmo com as dificuldades de agenda consiga ter tempo para os alunos, para que eles sintam que não estão sozinhos. Os alunos não podem ser informados, em cima da hora, que, afinal, o docente não pode vir dar a aula. Neste sentido, o perfil que defendo para esta cadeira é o de alguém que já tenha sido jornalista e que tenha conseguido fazer a transição para a docência, mantendo-se atualizado relativamente à profissão de jornalista".

Catarina Moura³⁰⁷, até 2010-2011 docente de Teorias do Jornalismo e atualmente responsável pela uc de Teorias e Modelos de Comunicação, observa, em algumas licenciaturas, que não nomeia, o reforço constante do papel do docente profissional:

"Os docentes encarregues da componente prática de uma licenciatura são cada vez mais numerosos dentro da equipa, a valorização desta componente é cada vez mais consensual, o próprio facto de termos um corpo docente cada vez mais jovem (e, eventualmente, recetivo a esta perspetiva do ensino superior) faz com que esta tendência se acentue, ao

³⁰⁶ Entrevista realizada a 10 de janeiro de 2011. Ao longo do trabalho serão citados outros excertos desta entrevista.

³⁰⁷ Questionário recebido a 5 de janeiro de 2011. Ao longo do trabalho serão citados outros excertos destas respostas.

ponto de me perguntar se não serão os docentes teóricos aqueles que, nalgumas licenciaturas, verão o seu papel cada vez mais questionado e desvalorizado".

Os casos que até aqui analisámos demonstram-nos que o receio de Catarina Moura começa a ter expressão. Se o estabelecimento de linhas de fronteira rígidas entre académicos e professores de jornalismo, sobretudo os docentes profissionais, contribuiu para acentuar as dificuldades de estruturação do jornalismo enquanto campo académico, os diversos exemplos que analisámos demonstram-nos que a aproximação à profissão, desencadeada por todos os cursos da área, participou, de facto, no reforço do papel dos docentes profissionais. Em Portugal, o número de contratações de docentes com esse perfil cresce, de forma sustentada, desde a década de 90 e, mesmo que a maioria dos que acumulam a docência com a profissão não tenha alcançado o estatuto académico equivalente ao dos responsáveis pelas disciplinas mais teóricas, as direções dos cursos têm contribuído para que as matérias, que estes docentes lecionam, conquistem espaço, e importância, nos planos de estudo.

Estratégias de Coordenação

(A aposta na aproximação à profissão e o peso da componente prática)

No curso de CCC, a aproximação à profissão não resulta, exclusivamente, do peso da variante no plano de estudos. Aos 60 créditos da variante devemos somar os 18 das três unidades curriculares do tronco comum associadas às variantes de Comunicação Aplicada e Gestão Cultural, e os 14 das duas disciplinas tecnológicas, o que totaliza 92 créditos profissionais. O peso das novas tecnologias, neste curso, não é tão relevante quanto nos cursos da UP, da ESEC, ou de CJ. Entendemos que essa opção curricular possa ter sido condicionada pela inexistência de equipamento tecnológico que permita a concretização de aulas práticas, uma vez que, como salienta a diretora do curso, as unidades de Computação e de Computação, Multimédia e Interatividade são "cadeiras laboratoriais com uma forte componente prática".

Na afirmação dessa aproximação às profissões, Isabel Babo Lança, que esteve na fundação deste curso, apresenta, como marca distintiva, as componentes laboratorial e teórico-prática:

"O nosso curso forma investigadores, mas forma, sobretudo, profissionais. A única cadeira verdadeiramente teórica do plano de estudos é História dos Meios de Comunicação, as restantes ou são práticas ou têm uma forte componente prática. Por exemplo, nas minhas cadeiras, os trabalhos que peço aos alunos cruzam o saber com a necessidade de aplicar conceitos e para isso os alunos têm de adquirir determinadas competências. Já não dou as

aulas da forma que dava dantes. Tenho de pensar em soluções que promovam as competências. Bolonha, uma reforma que valorizo, obriga-nos a ser mais criativos".

Confrontada com a crescente aproximação dos cursos na área às profissões, cujo trajeto está presente nestas declarações da diretora, a docente Catarina Moura sente necessidade de salvaguardar o papel da teoria nos planos de formação:

"É verdade que o meio académico é, por tradição, facilmente associado à teoria, mas este universo tem vindo a sofrer alterações profundas que, pelo menos para já, deixam, acima de tudo, um profundo sentimento de indefinição. Na atual lógica de rentabilização em que vivemos, o saber prático, operacional, é tido como útil e o saber teórico como supérfluo e, portanto, inútil. Confesso que esta visão me causa bastante angústia, porque me parece tão limitada como a que um dia associou teoria a capacidade intelectual e prática à sua ausência".

O curso de CJ, do polo central de Lisboa, oferece um plano de estudos inteiramente condicionado pelo jornalismo, de onde estão praticamente ausentes abordagens mais transversais dos campos da comunicação e das ciências sociais e humanas. O curso de CCC do Porto aplica, para as diversas variantes, o mesmo modelo. No tronco comum observamos o peso, igualmente residual, das disciplinas mais transversais dos campos da comunicação e das ciências sociais e humanas, o que vem afirmar o mesmo propósito instrumental das unidades curriculares não profissionais; ou seja, a integração dessas uc no plano de estudos decorre das necessidades inerentes a uma determinada atividade profissional, tal como havíamos observado em CJ.

Esta interpretação decorre do esforço de aplicação da "lógica de Bolonha" à estruturação do plano de estudos, assumido por Isabel Babo Lança:

"O nosso primeiro ciclo foi concebido no estrito cumprimento de Bolonha: no tronco comum do primeiro ciclo há cadeiras que se cruzam com as três vertentes; o terceiro ano é o ano da especialização, dedicado a cada uma das vertentes".

Num plano de estudos, estritamente orientado para as vertentes profissionais, devemos interpretar cada unidade curricular como um instrumento diretamente associado a cada uma das profissões. Analisado sob essa perspetiva, o tronco comum torna, de facto, residual o peso das unidades curriculares vocacionadas para uma análise mais abrangente da realidade, que ultrapasse o afunilamento das profissões. Essa abrangência deve ser reduzida a três uc, de seis créditos cada uma, totalizando 18 créditos: Comunicação Interpessoal; Teorias e Modelos de Comunicação e Retórica. As

restantes 17 unidades curriculares do tronco comum cruzam-se diretamente com as três vertentes do curso.

No sítio oficial, o curso propõe-se "promover uma formação elementar e de base interdisciplinar em banda larga"³⁰⁸, mas o conceito de banda larga não deve ser entendido como a participação de saberes transversais, dos campos da comunicação e das ciências sociais e humanas, na decodificação de quotidianos profissionais cada vez mais exigentes e complexos; a banda larga de CCC limitar-se-á a alargar possibilidades de mercado.

Os cinco cursos que já avaliámos parecem reféns da mesma trajetória: um esforço absoluto de aproximação às profissões.

O estabelecimento de pontes com o mercado deve ser incentivado, mas sem que os planos de formação fiquem na estrita dependência dos interesses efémeros que o guiam. Quando as bolhas tecnológicas rebentam; quando a associação da Internet ao jornalismo tarda em atingir (será que algum dia atingirá?) o patamar de rentabilidade que lhe estaria destinado; quando a Internet acentua a crise de sustentabilidade do jornalismo, pondo em causa o jornalismo de qualidade, deixar os planos de formação aprisionados pela efemeridade da mera operatividade tecnológica, como está a acontecer no curso da UP e da ESEC, como esteve para acontecer no curso da UNL, e, como veremos, acontece no curso do ISMAI, afirma-se risco demasiado elevado. Este é o tempo dos cursos de jornalismo se virarem, de vez, para o campo jornalístico e para a cadeia de interligações que o molda, condiciona e faz crescer. E esse caminho de banda larga não pode ser percorrido seguindo o efémero guião do mercado.

A Avaliação ao Curso e ao Plano de Estudos Pelos Alunos

O curso de CCC na Lusófona do Porto não foi a primeira opção para nenhum dos 11 alunos do nosso painel. Sem média para entrarem na Universidade do Porto, ou na Universidade do Minho, as duas propostas públicas geograficamente mais próximas, o curso de CCC foi a opção que assumiram, analisada a oferta privada na área, que, no Porto, inclui, igualmente, os cursos do ISMAI e da Universidade Fernando Pessoa. Ao contrário do que observámos no curso de CJ, onde os alunos rejeitaram maioritariamente o projeto formativo, nunca tendo conseguido vencer o estigma de estudarem numa universidade privada, no caso dos alunos de CCC, essa rejeição não se

³⁰⁸ <http://www.ulp.pt/pt/ensino/faculdades-e-institutos/faculdade-de-comunicacao-arquitectura-artes-e-tecnologias-da-informacao/licenciatura-em-ciencias-da-comunicacao-e-da-cultura-1-ciclo.html>, consultado em junho de 2013.

verifica e as críticas que os alunos fazem ao projeto formativo são muito mais moderadas do que as expressas pelo painel de CJ.

O grau de pro-atividade destes alunos, que os leva a procurar colaborações em órgãos de comunicação social internos ou externos à universidade, no decurso do percurso formativo, é, como no caso dos alunos de CJ, praticamente inexistente: apenas uma aluna evidenciou o interesse em assumir uma colaboração num órgão de comunicação social de proximidade. Esta é outra marca de diferença entre os alunos dos cursos públicos e os alunos do setor privado, nos projetos formativos até agora, analisados. O baixo nível de pro-atividade dos alunos de CCC é descrito por Ivone Ferreira: "Queixam-se muito mas não lutam por nada; por exemplo, têm as tardes livres mas não as aproveitam para fazer algo complementar ao curso. Deixam-se derrotar, sem luta".

Isabel Babo Lança observa a mesma falta de dinâmica: "Há uma certa preguiça; ficam à espera que tudo lhes caia no colo".

Os professores, conscientes de estarem a formar alunos que não conseguiram ter média para uma universidade pública, questionam as bases e os interesses que parecem motivá-los. Ivone Ferreira recebe os alunos apenas no terceiro ano, já na fase final do seu processo formativo:

"Quando me chegam percebo que desconhecem a realidade jornalística. Veem pouca informação televisiva; preferem o sensacionalismo; leem pouco jornais; escrevem mal. Chegam ao terceiro ano com a ilusão de querer ser ricos e famosos, sem fazerem a mínima ideia de que os salários dos jornalistas são baixos; gostariam de ser *pivot* de jornal televisivo. E sou eu quem lhes destrói os sonhos".

De facto, dos 10 alunos dos primeiro, segundo e terceiro anos do nosso painel, 6 assumiram o desejo de trabalhar em televisão, outros dois gostariam de fazer grande reportagem de investigação, apenas um se mostrou disponível para trabalhar em qualquer plataforma; uma aluna assumiu ter interesse em mudar de área assim que chegasse ao mercado: o jornalismo deixara de a motivar.

Nenhum dos dez alunos, que acompanhámos ao longo do ano letivo de 2010-2011, pôs, todavia, em causa a opção por CCC. As quatro alunas do primeiro ano revelaram um grau de ligação ao curso superior aos alunos de primeiro ano de qualquer um dos cursos até agora analisados. As alunas confessam ter conseguido resistir à teoria do primeiro ano, tendo valorizado as unidades curriculares onde detetaram a aplicação dos conceitos a situações do quotidiano profissional. A uc de Comunicação Interpessoal

(segundo semestre do primeiro ano), e a docente responsável, recolheram o pleno das opiniões positivas. A maior expectativa destas alunas era, todavia, as uc práticas do terceiro ano. As críticas, relativamente ao plano de estudos, são maiores junto das duas alunas do segundo ano, sinal de que a capacidade de resistência para as uc teóricas começa a vacilar. A aluna Inês Oliveira confessa "que as cadeiras teóricas são muito massudas, sobretudo Retórica". A única uc que a aluna valorizou foi Públicos e Audiências (segundo semestre do segundo ano), dada pela mesma docente de Comunicação Interpessoal: "Esta professora consegue transformar uma cadeira teórica numa cadeira prática". O balanço das quatro alunas do terceiro ano é positivo. As quatro alunas coincidem em três pontos: a forte ligação às uc práticas, sobretudo rádio (destacada por três alunas); a crítica às uc teóricas dos primeiro e segundo anos, e o destaque unânime da professora que as fez perceber "que a teoria pode ter aplicação prática", e "a influência que as notícias têm no público". As alunas referem-se, tal como as colegas dos primeiro e segundo anos, à diretora do curso e atual reitora.

O estagiário do nosso painel faz uma análise mais distanciada do plano formativo. Aluno do primeiro curso de CCC, Tiago Barbosa, a estagiar num jornal de Paredes, representa a opinião mais crítica do grupo:

"Ter sido do primeiro curso não terá ajudado muito; alguns professores revelaram dificuldades na exposição dos temas que queriam abordar. Confesso que o curso não correspondeu às minhas expectativas. Pensava que seria mais prático e as teorias que aprendemos têm pouco efeito no mercado de trabalho. Mesmo nas cadeiras práticas, o grau de satisfação foi mediano. A falta de equipamento técnico condicionou muito o nosso trabalho".

O Equipamento Técnico Disponível para as Disciplinas da Variante e a Visibilidade do Trabalho dos Alunos

O equipamento técnico é uma crítica comum aos alunos que já tiveram uc práticas. A aluna Catarina Marinheiro, do terceiro ano, elege como situação mais negativa do curso "as limitações do equipamento".

Se o curso de CJ, em Lisboa, disponibiliza equipamento aos alunos sem paralelo em qualquer um dos restantes cinco cursos, e se esse aparato tecnológico é enquadrado pelo apoio de monitores a tempo inteiro, com especializações nas diversas valências, o curso de CCC, do mesmo grupo de ensino, posiciona-se no outro lado do espetro. Ivone Ferreira descreve essas limitações:

"Quando aqui cheguei, deparei-me com a inexistência de apetrechos básicos, como fichas triplas, por exemplo. Mas também não havia rede *wireless*, e os computadores não tinham

software instalado. Os alunos tinham que trazer os computadores de casa. A situação melhorou, mas vivemos daquilo que o polo de Lisboa já não precisa".

Luís Santos, formador de televisão no curso de CJ, em Lisboa, e coordenador do armazém de equipamento no polo central da Lusófona, confirma que o equipamento, quando chega ao fim da vida útil para as necessidades de Lisboa, é instalado no Porto:

"Vamos instalar a régie de televisão no Porto; durou dez anos aqui. Para eles basta, porque o curso é mais pequeno. A concentração do investimento tem de ser aqui, em Lisboa. No Porto também já lá fomos montar um estúdio de rádio com equipamento que já não usávamos".

Os docentes de rádio e televisão são apoiados por um técnico que os substitui nos dias em que não podem dar aula.

Os alunos podem colaborar com o portal da universidade, o LOC (Lusófona Online: Conteúdos), ainda que nenhum nos tenha revelado interesse nessa colaboração. Ivone Ferreira reconhece que o LOC tem pouco impacto no Porto. A solução, para que os trabalhos dos alunos de CCC conquistem alguma visibilidade poderá passar, segundo a secretária pedagógica, pela criação de um jornal próprio³⁰⁹. O portal integra, todavia, conteúdos de todos os estabelecimentos de ensino do grupo Lusófona, incluindo da Universidade Lusófona do Porto.

O Papel Atribuído ao Estágio e as Pontes Entre o Curso e as Empresas na Fase de Estágio

O curso de CCC não integra o estágio no plano curricular, contudo a direção do curso incentiva os alunos a procurarem locais de estágio ainda durante a licenciatura, para que o aluno "comece a descobrir a profissão". Como já aqui afirmámos, nenhum aluno do nosso painel sentiu necessidade de estabelecer pontes com o mercado no decurso da licenciatura, uns por serem trabalhadores estudantes e não terem tempo disponível, mas a maioria por, de facto, não ter detetado utilidade nesse objetivo. Admitimos que a rejeição do propósito da escola possa estar relacionada com a dificuldade em localizar locais de estágio. Se o curso, como assinala Ivone Ferreira, admite essa dificuldade, a tarefa seria, certamente, mais complexa para os alunos:

"Este ano (2011) decidimos criar uma comissão de estágios para os alunos de CCC, por percebermos que estavam a ter dificuldade em ingressar no mercado de trabalho. Da comissão fazem parte oito docentes. Reunimos uma vez com os finalistas para lhes

³⁰⁹ No sítio oficial não existe nenhuma indicação de que esse jornal tenha sido, de facto, criado, pelo que devemos admitir que o curso continue sem meio de divulgação dos trabalhos dos alunos. Depois desta entrevista, Ivone Ferreira iria ser nomeada coordenadora da redação do LOC no Porto, facto que acabou por não se concretizar.

anunciar que conseguimos oito estágios curriculares, dois na Câmara Municipal do Porto, dois no portal AEIOU, um no Museu do Douro, um na Escola de Moda e um na Escola de Comércio do Porto".

Na lista dos lugares de estágio, conseguida pela comissão, não existe nenhum em jornalismo, embora Ivone Ferreira acrescente o interesse do jornal de Famalicão em receber alunos de CCC.

Até ao ano letivo de 2010-2011 tinham terminado o curso apenas dez alunos. A escola conseguiu localizar três deles: Paulo Oliveira, que já era funcionário do gabinete de imprensa da Câmara Municipal de Matosinhos antes de terminar o curso; Joana Freitas, que decidiu ir para Macau procurar emprego e Tiago Barbosa, estagiário no Jornal de Paredes. Tiago Barbosa foi o único que aceitou responder ao nosso questionário, sendo, por isso mesmo, o único estagiário do nosso painel.

Nos relatórios de final de ano letivo que nos enviaram, duas das quatro alunas do terceiro ano, que integraram o nosso painel, Zanaida Augusto e Joana Silva, confirmaram as dificuldades referidas, relativamente à localização de um lugar de estágio em jornalismo. Zanaida Augusto, nascida em Angola mas a viver em Portugal desde os 13 anos, ponderava, seriamente, a possibilidade de um regresso: "Vou continuar a tentar o estágio. Se não conseguir, farei um mestrado e, depois, irei para Angola. Gostava de ser jornalista da TV Zimbo". Joana Silva candidatara-se a um lugar de estágio no jornal de Famalicão, mas ainda não tivera resposta. Estas duas alunas não manifestaram interesse nos oito estágios, direcionados para a comunicação estratégica, protocolados pela comissão da universidade.

Tiago Barbosa reconhece não ter tido grande dificuldade em conseguir o estágio no Jornal de Paredes, que, aliás, prolongou para lá do prazo inicialmente previsto:

"É fácil para os jornais terem estagiários; não precisam de pagar, e, quando os prazos chegam ao fim, mandam-nos embora, porque há mais para vir. O mercado está saturado e ninguém aceita estágios profissionais. Assim, temos muita dificuldade em obter a carteira profissional".

Tiago Barbosa é, como referimos, o único aluno do nosso painel a criticar o projeto formativo, assinalando défices nas uc teóricas, mas também nas práticas. O aluno destaca, todavia, o papel dos professores jornalistas na transmissão de informação importante sobre o estado do mercado: "Por já estarem a trabalhar há alguns anos, as experiências que nos relataram contribuíram para que não ficasse muito surpreendido com o estado das coisas".

CURSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (CC) DO INSTITUTO SUPERIOR DA MAIA (ISMAI)³¹⁰

O curso de CC do ISMAI foi inaugurado no ano letivo de 2005-2006, mas, no ano seguinte, em 2006-2007, adaptou o programa de estudos à reforma de Bolonha. O ISMAI é um instituto propriedade de uma cooperativa de ensino fundada em 1995, por 17 cooperadores com ligações à Maia. Em 20 anos, o ISMAI cresceu até construir de raiz as instalações mais modernas de todas as que visitámos. O curso de Ciências da Comunicação é um dos 20, de primeiro ciclo, em funcionamento no instituto.

O curso de CC oferece três variantes - Jornalismo; Comunicação Organizacional; Marketing e Publicidade. No plano de estudos nenhum dos três percursos pode ser feito isoladamente. Assim, o jornalismo gera dois percursos diferentes: Jornalismo + Comunicação Organizacional; Jornalismo + Marketing e Publicidade. O terceiro percurso cruza Comunicação Organizacional com Marketing e Publicidade. A estruturação de cada plano é, todavia, muito semelhante: cada percurso oferece, apenas, quatro uc específicas, duas no segundo e duas no terceiro ano. No caso de jornalismo, a oferta está limitada a Jornalismo I, Jornalismo II, Jornalismo III e Jornalismo IV. As unidades curriculares específicas dos percursos de Comunicação Organizacional e de Marketing e Publicidade apresentam a mesma denominação numérica de Jornalismo. As restantes 25 uc do plano de estudos são comuns aos três percursos.

A Variante em Jornalismo

Composição da Variante e Características do Corpo Docente

As quatro uc de Jornalismo têm pesos diferentes no plano de estudos. Jornalismo I vale sete créditos, Jornalismo II e III já valem, cada uma, oito, enquanto jornalismo IV só vale seis créditos. Cada uma das disciplinas semestrais, oferecidas uma por semestre, a partir do primeiro semestre do segundo ano, promove o

³¹⁰ A caracterização do curso de CC do ISMAI, nas suas diversas alíneas, resulta dos dados recolhidos no trabalho de campo, no ano letivo de 2010-2011. No caso do curso de CC foram entrevistados três professores - Luís Humberto Marcos, coordenador do curso, Hugo Gilberto, docente de jornalismo televisivo e Nuno Brás, docente de jornalismo radiofónico. Entrevistámos, igualmente, 12 alunos: cinco do primeiro ano, quatro do terceiro e três estagiários. Os alunos dos primeiro e terceiro anos foram monitorizados ao longo do ano letivo de 2010-2011; os estagiário foram entrevistados, via correio eletrónico, no decurso do estágio e não integravam o nosso painel.

Alguns dos dados foram obtidos diretamente nas diversas consultas ao sítio online do curso <http://www.ismai.pt/NR/exeres/7162E0A4-6D46-4825-B3AA-C641D496FC5E.frameless.htm>. O sítio foi consultado diversas vezes entre 2011 e 2013. O sítio não inclui o programa das cadeiras do plano de estudos, o curriculum vitae dos docentes, nem o estatuto ou vínculo que cada docente mantém com a instituição.

Todas as entrevistas iniciais foram presenciais. O acompanhamento dos alunos ao longo do ano letivo foi feito por correio eletrónico.

desdobramento do jornalismo por plataformas. O programa de cada unidade curricular integra módulos práticos de imprensa, assegurados pelo coordenador do curso, Luís Humberto Marcos, de rádio, ministrados pelo jornalista da Antena 1, Nuno Braz, e televisão, a cargo do jornalista da RTP, Hugo Gilberto. O jornalismo digital está ausente deste desenho. O módulo rádio é dado em três das quatro unidades curriculares; os de imprensa e de televisão são dados nas quatro.

Os programas curriculares de rádio e de televisão são, sobretudo, práticos. O objetivo dos docentes responsáveis é preparar os alunos para a integração no mercado. Hugo Gilberto³¹¹, licenciado em jornalismo pela Universidade de Coimbra, tenta que o programa que desenvolve no ISMAI consiga suprir as falhas que ele detetou na sua própria formação académica:

"Preocupei-me em saber quais são as grandes lacunas que os estagiários têm quando chegam às grandes televisões. Assim, no primeiro e no segundo semestres (do segundo ano) ensino-lhes as peculiaridades da escrita televisiva, em comparação com o texto de rádio e o texto impresso. Depois trabalhamos o direto televisivo. Nos dois semestres do terceiro ano trabalhamos a reportagem e eles saem em reportagem com um repórter de imagem. Devem igualmente preparar o guião de um especial de informação, para perceberem que a televisão é um trabalho de equipa".

O programa de Nuno Brás³¹² recorre ao mesmo tipo de planificação. A maior diferença residirá no facto da rádio ser dada em três semestres. Nos dois semestres do primeiro ano, os alunos trabalham a notícia, a reportagem e a entrevista e ficam a perceber a importância do som. No terceiro ano fazem um programa de informação de uma hora e meia³¹³. O objetivo do docente é criar na sala de aula uma antecâmara da profissão:

"A minha dúvida, que é constante, é: como é que nós preparamos os alunos para a realidade? Cheguei à conclusão que, se eles vão trabalhar numa redação, devo ir, lentamente, promovendo aproximações à realidade".

Luís Humberto Marcos³¹⁴, coordenador desde a fundação, defende um curso exatamente nestes moldes, com a componente prática preponderante. A expressão dessa preponderância, nas disciplinas diretamente associadas à profissão, transforma, de facto,

³¹¹ Entrevista realizada a 26 de fevereiro de 2011. Ao longo do trabalho serão citados diversos excertos desta entrevista.

³¹² Entrevista realizada a 25 de fevereiro de 2011. Ao longo do trabalho serão citados diversos excertos desta entrevista.

³¹³ Na aula a que assistimos, Nuno Brás apresentava aos alunos um conjunto de separadores (jingles) informativos para que os alunos apreendessem a importância dos elementos sonoros à disposição dos editores/realizadores de programas de informação.

³¹⁴ Entrevista realizada a 25 de fevereiro de 2011. Ao longo do trabalho serão citados diversos excertos desta entrevista.

a sala de aula nessa antecâmara da redação, mas, como sustenta Luís Humberto Marcos, propõe-se ultrapassá-la, investindo no acompanhamento aos estudantes, impossível de alcançar em qualquer redação:

"Na sala de aula o docente tem tempo para acompanhar todo o processo de progressão do aluno na produção e conceção. O aluno é testado e avaliado. As aulas antecipam as exigências do quotidiano profissional".

A matriz definida por Luís Humberto Marcos, que à frente detalharemos, apela de novo ao modelo de ensino profissional estruturado, há mais de um século, por Joseph Pulitzer. Entendia o empresário, naturalizado norte-americano, que, nas redações, faltava o tempo para formar novos profissionais, pelo que a universidade deveria suprir essa falha.

Luís Humberto Marcos, licenciado em psicologia, é mestre em Ciências da Comunicação, pela Universidade Nova de Lisboa e doutorado pela Universidade Complutense de Madrid. É o único docente da variante com doutoramento. Acumula o cargo de coordenador de CC, com a presidência do Museu da Imprensa. Metade dos docentes do ISMAI tem doutoramento; um quarto são mestres e um quarto são licenciados³¹⁵.

Os restantes dois docentes da variante, Nuno Brás e Hugo Gilberto, são licenciados. Ambos são jornalistas profissionais, estando no ISMAI a tempo parcial.

A ligação à profissão é condição essencial, defendida por Hugo Gilberto e Nuno Brás, para os docentes das uc práticas. Nuno Brás argumenta que a "exigência ética" da profissão e a permanente evolução tecnológica são as razões que impõem a necessidade dessa ligação ao quotidiano profissional. Hugo Gilberto, empenhado na realização de um mestrado na Universidade de Coimbra, defende um perfil misto:

"Acho que ser só jornalista não chega; como ser apenas um académico, sem contacto com a profissão, também não chega. Tem de ser alguém interessado em estar, permanentemente, a atualizar-se".

Luís Humberto Marcos defende uma formação superior, não necessariamente um mestrado ou doutoramento, associada ao exercício da profissão: "deve ser alguém que seja testemunha das boas práticas profissionais; alguém que consiga ser um tutor dos interesses e das expectativas dos alunos".

³¹⁵ Estes dados referem-se ao ISMAI, na sua globalidade.

Estratégias de Coordenação

(A aposta na aproximação à profissão e o peso da componente prática)

O princípio de Joseph Pulitzer, de que o curso deve estabelecer uma aproximação direta à profissão, está, como salientámos, presente no modelo de CC do ISMAI; mas o grau mais expressivo de aproximação ao mercado ultrapassa, largamente, a profissão de jornalista. O ângulo central do plano de estudos é a componente tecnológica, o que transforma este curso num curso eminentemente tecnológico, enunciando a preparação dos alunos para o desempenho de uma qualquer profissão onde essa componente desempenhe papel central.

Luís Humberto Marcos, o criador do modelo, confirma o relevo da base tecnológica transversal ao plano de estudos e a forma como essa base se afirma elemento estruturador do curso, numa resposta direta a um mercado que, na ótica do coordenador, apresenta fronteiras cada vez mais esbatidas:

"Em Portugal, o nosso é o único curso que tem seis semestres de tecnologia. Não conheço nenhum curso que tenha essa matriz. Foi pensado tendo em conta a realidade. Fomos criativos, não quisemos fazer um curso igual aos outros. A base do curso é aquilo a que chamamos a cultura tecnológica, transversal a todos os domínios. As tecnologias têm um potencial para estruturar e alicerçar a nossa criatividade como nunca até agora assistimos. Com este curso estamos a dar mais hipóteses de mercado aos nossos alunos. As tecnologias obrigam-nos a pensar que, inevitavelmente, teremos várias profissões ao longo da vida. O curso está nessa linha".

Nos cursos da UP e da ESEC detetámos a existência de uma marca tecnológica muito vincada, em cada um dos planos de estudo, mas a matriz tecnológica estabelecia inter-relações com o jornalismo (e com as outras profissões da comunicação) através de unidades curriculares teóricas, algumas do campo jornalístico, e práticas, diretamente associadas à profissão. No curso da ESEC essa marca nem está diretamente associada ao percurso de Jornalismo Informação, embora a distinção entre os dois percursos alternativos (Jornalismo e Informação e Novos *Media*) não seja clara para os alunos. A lógica do plano de estudos do ISMAI, enunciada pelo coordenador do curso, permite-nos concluir que, neste caso concreto, a tecnologia representa um papel diferente do identificado nos cursos da ESEC e da UP. Aquilo que o plano do ISMAI parece configurar é a criação de três núcleos de formação que não estabelecem quaisquer ligações entre si; internamente, cada um desses três núcleos isolados promove uma relação direta com a dimensão tecnológica, a única que, verdadeiramente, se afirma transversal.

O primeiro núcleo é o da comunicação; o segundo corresponde às ciências sociais e humanas e o terceiro é o núcleo profissional. O núcleo da comunicação oferece uma componente teórica (Teorias da Comunicação I e II; Direito da Comunicação; História dos *Media*) e uma componente prática (Práticas da Comunicação I e II), não precisando de promover pontes com os outros dois núcleos do plano de estudos, porque a integração das dimensões prática e teórica autossustentam-no. Nesta lógica, o núcleo das ciências sociais e humanas, o segundo núcleo, (literatura/linguística, cultura, ciência política)³¹⁶ é mero instrumento de auxílio a uma qualquer profissão de base tecnológica. Também não são detetáveis linhas de contacto entre este núcleo e o terceiro, o núcleo profissional. A profissão de base tecnológica, de que o segundo núcleo é mero instrumento, pode ser o jornalismo (Jornalismo I, II, III e IV), a comunicação aplicada (I, II, III e IV), o marketing ou a publicidade (I, II, III e IV), mas pode ser, igualmente, outra qualquer atividade laboral que requeira uma sustentação tecnológica, porque a base do plano de estudos, como sustenta o próprio coordenador, é as seis UC de Tecnologias da Informação e da Comunicação (I, II, III, IV, V, VI, uma por semestre)³¹⁷. Nesta ótica, as duas unidades curriculares que restam, e que não integrámos em nenhum núcleo, Sociologia da Informação e Estatística Aplicada, colaboram na interpretação da dinâmica da sociedade de informação, a primeira contribuindo para dilatar (e caracterizar) o horizonte profissional ao alcance do aluno, a segunda prosseguindo a lógica instrumental identificada noutros cursos, fornecendo ferramentas aos alunos que os auxiliarão no desempenho de uma qualquer profissão tecnológica.

A inexistência de um módulo de jornalismo online em todo o plano de estudos, o único projeto formativo dos seis que analisámos onde isso acontece, contribui, em nosso entender, para a valorização da tecnologia, assumindo-a, de facto, como uma disciplina transversal a todas as profissões tecnológicas, ou seja, a ausência de um módulo de jornalismo digital enuncia que a base tecnológica do jornalismo é idêntica à de qualquer outra profissão. O relato da aluna Filipa Seabra, do terceiro ano, segue a linha de raciocínio do diretor do curso, fortalecendo a nossa interpretação. A aluna considera que jornalismo digital "é transferido para as cadeiras de Tecnologia da Informação e da Comunicação, onde aprendemos a construir *sites*". A estratégia da coordenação

³¹⁶ Estudos Linguísticos I, II e III; Língua Estrangeira I e II; Cultura Contemporânea; A Europa e a Comunidade Internacional; Introdução às Ciências Sociais; Métodos e Técnicas de Investigação Social.

³¹⁷ Cada uma das unidades curriculares pretende aproximar o aluno dos modelos informáticos: programação, operatividade, procedimentos tecnológicos associados à criação de sítios online. As unidades curriculares não analisam os efeitos das novas tecnologias no jornalismo nem em nenhuma das profissões da comunicação.

consiste, uma vez mais, na submissão do jornalismo à tecnologia, ignorando as fronteiras que separam o jornalismo de outras atividades profissionais, deixando a técnica de ser um instrumento para ser uma profissão.

A Avaliação ao Curso ao Plano de Estudos Pelos Alunos

As estratégias de coordenação, que elevam a tecnologia à categoria de elemento estruturador do plano de estudos, são aprovadas pelos cinco alunos do primeiro ano, que integram o nosso painel, mas questionadas pelos quatro alunos do terceiro ano e pelos três estagiários. No momento em que tinham frequentado, apenas, o primeiro semestre de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) , os alunos mostraram-se abertos a novas imersões nessa temática. Três dos cinco alunos chegam mesmo a eleger a disciplina como aquela que mais os motivou, aguardando, com elevada expectativa, as próximas unidades curriculares da sequência. A questão coloca-se, de forma diferente, aos alunos do terceiro ano e aos estagiários. No segundo semestre do terceiro ano, estes alunos estão a frequentar TIC pela sexta vez. Tiago Moura e Filipa Seabra consideram que o plano de estudos "tem TIC a mais e jornalismo a menos", propondo, ambos, uma reformulação do programa que passe, exatamente, pelo desinvestimento nas tecnologias e pelo reforço dos módulos de jornalismo. Diogo Nóbrega confessa ter apreendido a lógica do curso apenas no final do primeiro ano, e a forma que encontrou para vencer a desilusão, provocada pelos dois primeiros semestres, foi aceitar as diversas lacunas do curso:

"Não poderia continuar iludido, a pensar que iria ter uma coisa que o curso não me iria dar. Aceitei. Agora que estou a chegar ao fim, não me parece que o curso esteja completamente errado, mas há lacunas muito evidentes. Por exemplo, faltam disciplinas que promovam uma reflexão, falta história, falta cultura contemporânea, falta filosofia. Falta um equilíbrio entre teoria e prática, porque o curso tem sobretudo práticas".

Como veremos, a ligação ao mercado despertou em dois dos três estagiários do nosso painel, uma reação negativa ao plano formativo. Apenas um equilibra a crítica com alguns comentários positivos. Na avaliação que fazem ao percurso letivo, os três, tal como os colegas do terceiro ano, questionam o "excesso" de TIC. Um deles, Luís Lima, estagiário do Público, em contraponto com o excesso de multimédia, lamenta a inexistência de jornalismo online nos módulos de jornalismo, que antes assinalámos.

Dos nove alunos de primeiro e terceiro anos apenas dois admitem ter optado pelo ISMAI por não terem média para entrar numa universidade pública. Os restantes

contornam a questão, ou asseguram ter rejeitado os cursos públicos, por se terem sentido mais atraídos pelo projeto formativo do ISMAI. As razões da escolha são variadas, mas a abrangência do plano de estudos convenceu cinco dos alunos. O prestígio da instituição é valorizado por outros dois. Todos destacam a qualidade das instalações, tendo sido esse um fator que participou na decisão da escolha do curso.

Uma das alunas, Raquel Sousa, do terceiro ano, que admite ter escolhido o curso do ISMAI como primeira opção, teme agora que o mercado a estigmatize por ter feito formação no ensino privado.

Luís Humberto Marcos considera que o curso está a impor-se junto do mercado, tendo recebido reações muito favoráveis dos empregadores. A taxa de empregabilidade do curso, que consta do guia informativo do ISMAI, relativo ao ano letivo de 2010-2011, aproxima-se dos 73 por cento (72,8%), ainda assim a quinta mais baixa, num universo de 14 formações avaliadas.

O coordenador sabe que o curso integra uma área de ensino onde a oferta é vasta e onde se impõem diversas marcas já consolidadas, mas rejeita a ideia de que o curso que estruturou seja um projeto menor, passível de estigmatização pelo mercado: "Sabemos que é difícil romper com determinadas imagens, mas, aos poucos, vamos consolidando o nosso projeto".

Os alunos do nosso painel apresentam, regra geral, como os dos restantes cursos privados analisados, um baixo grau de pro-atividade, não sentindo necessidade, ou vontade, de promoverem colaborações com órgãos de comunicação social internos ou externos ao instituto. Apenas uma aluna afirma ter tido duas colaborações pontuais com um jornal local.

O Equipamento Técnico Disponível para as Disciplinas da Variante e a Visibilidade dos Trabalhos dos Alunos

Os alunos de CC do ISMAI têm acesso a equipamento profissional: gravadores, câmaras, computadores com *software* de edição de texto, som e imagens. O coordenador do curso destaca, todavia, o estúdio multiplataforma, "criado de raiz", que funciona como complemento das uc tecnológicas.

Nos módulos de rádio, os alunos são incentivados a operar sozinhos o *software* de edição, mas o trabalho em aula é, permanentemente, acompanhado por um técnico que os auxilia na concretização de tarefas tecnicamente mais complexas, sobretudo ao nível da pós-produção áudio.

Os alunos de televisão dispõem, igualmente, do apoio de técnicos especializados, operadores de câmara, que os acompanham na concretização dos trabalhos para os módulos de jornalismo televisivo. Os alunos recebem formação sobre a forma de operar o equipamento, mas os trabalhos são sempre acompanhados no terreno. A edição dos trabalhos dos alunos é, igualmente, assegurada por especialistas, que explicam aos alunos o funcionamento dos programas (de edição de imagem) utilizados no processo.

Os alunos de rádio e televisão não dispõem de qualquer mostra que garanta visibilidade aos trabalhos que executam. Já os de imprensa, cujos módulos são assegurados pelo coordenador do curso, colaboram com o jornal *Ágora*³¹⁸. O jornal é distribuído, gratuitamente, desde a sua edição número cinco, com o Jornal de Notícias.

O jornal integra o plano de estudos do curso nas três vertentes, incluindo no percurso Comunicação Organizacional/ Marketing e Publicidade. No primeiro semestre do terceiro ano, a unidade curricular Seminário *Ágora*, da responsabilidade do coordenador do curso, acompanha a concretização dos trabalhos dos alunos que serão publicados nas edições do jornal, cujo fecho coincide com o final do ano letivo³¹⁹.

O Papel Atribuídos ao Estágio e as Pontes Entre o Curso e a Empresa na Fase de Estágio

O curso de CC do ISMAI integra no plano de estudos, no segundo semestre do terceiro ano, uma disciplina de Projeto, que oferece duas modalidades: projeto de investigação, ou estágio curricular num órgão de comunicação social escolhido pelo aluno, podendo, ou não, existir envolvimento da escola na escolha e no contacto com o meio em causa. A disciplina de projeto vale nove créditos.

Para terminarem o curso de acordo com o calendário escolar, os alunos que optarem pela modalidade estágio curricular devem articulá-lo com quatro uc: as práticas de jornalismo (jornalismo IV) e de uma outra variante (Marketing e Publicidade IV ou Comunicação Organizacional IV), Teorias da Comunicação II e TIC VI.

Três dos quatro alunos do terceiro ano optaram por acumular o estágio com o segundo semestre. Apenas um, Tiago Moura, decidiu transferir o estágio, no Porto Canal, para junho, optando por concluir o curso apenas em setembro, depois de entregar

³¹⁸ Os pdf das 19 edições podem ser consultado online <http://www.ismai.pt/NR/exeres/6017738F-8D2E-4304-AABF-22B1058171CE.frameless.htm> consultado em junho de 2013.

³¹⁹ Todas as edições foram publicadas entre finais de abril e julho, excetuando a edição número cinco, publicada em janeiro de 2008.

o relatório. No dia em que a entrevistámos, Filipa Seabra, estava a 24 horas de iniciar um estágio na secção de desporto do JN:

"Estou muito ansiosa. A partir do momento em que começar sei que irei faltar a algumas aulas, espero que os professores compreendam. Já sei que, inevitavelmente, terei de deixar algumas cadeiras para trás".

Diogo Nóbrega tenta conciliar o estágio no Jornal de Letras, em Oeiras, com a frequência das últimas quatro uc:

"Fico três dias em Lisboa e dois dias na Maia. Mas o que eu queria era cultura, por isso tive de arriscar. Optei por fazer seis meses de estágio, em vez de três. Não sei se vou conseguir acabar o curso".

Para conseguir conciliar com o curso e evitar o impacto de um meio nacional, Rita Alves optou por um jornal da Maia. A aluna não concorda que a escola force esta acumulação do estágio com as aulas, ainda assim, optou por concluir o curso no tempo regulamentar.

A solução de cruzar o estágio com as aulas foi pensada e concretizada por Luís Humberto Marcos:

"Se nós lançássemos os nossos alunos para o mercado na mesma altura dos outros, certamente os órgãos de comunicação social não poderiam acolher catadupas de jovens. Esta conciliação é estudada caso a caso. Tentamos que as aulas não coincidam com os horários das empresas. Os alunos podem prescindir da avaliação continua e optar pelo exame".

De facto, em nenhum outro curso dos que analisámos, está prevista a acumulação das aulas com o estágio. A primeira imersão no mercado de trabalho é de tal forma intensa que os alunos, até a avaliar pelas experiências que temos relatado, não encontram espaço para outras funções, muito menos, certamente, para a frequência de aulas práticas, onde a assiduidade ocupará papel determinante e onde o risco de redundância, com as funções na redação, servirá de argumento aos alunos para desvalorizarem as aulas. A uc de Teorias da Comunicação II poderia servir de incentivo a uma reflexão aprofundada sobre a prática profissional, assim o curso tivesse promovido, ao longo do trajeto, essa reflexão, situação que, como observámos, não se verificou. A introdução das uc de Teorias da Comunicação I e II no terceiro ano (primeiro e segundo semestres, respetivamente), é, aliás, outra das marcas distintivas do curso, uma vez que, nos restantes planos de estudo, esta unidade curricular é oferecida no primeiro ano e apenas num semestre.

Nos diversos cursos, o estágio e as aulas têm constituído dois universos paralelos. Defendemos cruzamentos entre ambos, mas temos sérias dúvidas de que o esquema do curso do ISMAI seja promotor desse entrelaçamento, sobretudo porque a dedicação dos alunos ao estágio determina a desvalorização das aulas.

Dois dos três estagiários do nosso painel chumbam o plano formativo. Apenas um conseguiu encontrar conexões entre algumas das matérias trabalhadas ao longo de seis semestres e as exigências do mercado.

Luís Cerdeira, que estagiou no JN e num jornal de Matosinhos, faz uma crítica abrangente: " Se pudesse mudar alguma coisa mudaria a estratégia geral do curso. Fizemos trabalhos muito limitados e amadores. A discussão não foi incentivada". Luís Cerdeira está desempregado e equaciona a possibilidade de mudar de área. Bruno Carvalho, estagiário no Público, entende existirem diversas uc sem qualquer relação com o curso, que "deveriam ser suprimidas". O aluno reformularia, igualmente, a componente prática: "Não adianta fazer nas aulas o que fazemos na redação, porque é na redação que se aprende". Bruno Carvalho entende que o curso "não correspondeu às expetativas", uma vez que não o preparou para as exigências do mercado de trabalho. Bruno Carvalho está desempregado e confessa que a entrada no mercado, e a situação de saturação em que se encontra, o deixou sem ilusões: "Já não tenho idealismo nenhum, apenas pragmatismo".

Luís Lima, também estagiário no Público, sente que o gosto pelo jornalismo saiu reforçado no final do percurso:

"Só tive dificuldade no início, porque estive dois meses no online e não tinha tido jornalismo online no curso; de resto, no Público senti-me como peixe na água. Mas de pouco me serve a paixão pelo jornalismo, ou a eventual vocação enquanto não tiver onde a pôr à prova".

Luís Lima afirma que o curso foi essencial "na transmissão da arte de comunicar", mas entende que falhou no excesso de multimédia, falhou, igualmente, na reflexão, na análise e na discussão.

CONCLUSÕES

As observações críticas dos alunos dos ISMAI não diferem das assinaladas pelos restantes. Um projeto formativo cumpre o seu propósito quando os alunos, no final desse percurso, conseguem articulá-lo com a componente profissional. Essa articulação foi observada num número limitado de casos.

Ao longo desta nossa análise, uma percentagem residual de alunos valorizou um ensino meramente técnico; e nos casos em que a expectativa, relativamente às uc práticas, era elevada, foi quebrada quando os docentes se limitaram a estruturar antecâmaras da redação, ou nos casos em que os responsáveis pelas disciplinas eram figuras públicas que, em ambiente de sala de aula, não corresponderam à imagem que os alunos tinham construído deles.

As três faixas de alunos, que integram o nosso painel, criaram três tendências de análise que, nesta fase final, se afirmam de forma clara. Os alunos do primeiro ano relacionam-se negativamente com as uc teóricas onde não detetam uma preocupação dos docentes em aplicarem os conceitos a situações do quotidiano, incluindo do quotidiano profissional; e, por outro lado, aguardam, com elevado grau de expectativa, as uc práticas, ansiando a aproximação às profissões, que, normalmente, as uc do primeiro ano não promovem. Já os alunos do terceiro ano filtram, de forma muito pragmática, as uc teóricas que poderão representar uma mais valia no mundo profissional e, depois de frequentarem as práticas, reagem negativamente quando não detetam o estabelecimento de pontes com quadros conceituais que despertem uma reflexão mais aprofundada sobre o quotidiano profissional; mas são sobretudo os estagiários a viverem a primeira imersão na profissão, que concretizam as críticas mais negativas. Por um lado, porque já deixaram a escola, sentindo-se mais livres para a criticarem, por outro, porque o trajeto complexo que estão a cruzar é propenso a balanços emocionais, onde sobressai a tentação para encontrar culpados. Nos casos em que foi possível monitorizarmos os estágios, foi interessante observarmos as matérias, e os professores, que, na memória final dos alunos, resistiram ao desânimo, à frustração e à euforia. Certamente seriam mais do que os revelados, se as escolas não tivessem quebrado os laços com os alunos, que, assim, atravessaram sozinhos a mais complexa de todas as etapas, comprometendo, definitivamente, o seu regresso.

Na análise global aos seis projetos formativos destaca-se, igualmente, a tendência para uma aproximação às profissões da comunicação, reforçando o peso das variantes em detrimento do tronco comum ou, como acontece em quatro cursos, aumentando a componente tecnológica, distanciada dos conteúdos profissionais que, no caso da licenciatura do ISMAI, atinge a expressão máxima. A necessidade de integrar as novas tecnologias nos planos de estudo, parece estar a disseminar programas de estudo que ensinam a operar meios técnicos e *software* informático, que a evolução tecnológica ameaça tornar obsoletos no curto prazo.

O corpo docente associado à variante é, regra geral, academicamente menos qualificado e o vínculo que a maioria mantém com o estabelecimento de ensino é precário; na maior parte dos casos, a docência não é a profissão principal, pelo que estes docentes ficam impedidos de participar na estruturação da variante, preocupando-se, exclusivamente, com a unidade curricular de que são responsáveis.

Os alunos dos três cursos públicos estão mais predispostos a assumir desafios extracurriculares, que funcionem como um complemento do programa de estudos, do que os alunos dos três cursos privados. O grau de rejeição dos projetos formativos é igualmente maior no setor privado, ainda que os alunos da ESEC tenham assinalado uma resistência superior aos da UNL e da UP. Os alunos da UNL e da UP não deixam, todavia, de criticar tópicos precisos da estratégia de coordenação. A forma como os alunos da ULP aceitam, sem questionar, o programa de estudos releva, na nossa opinião, do grau de conformismo e acomodamento, identificado pelos próprios professores da instituição.

O quadro 17, em anexo, sintetiza os dados de análise mais relevantes referentes a cada um dos seis cursos.

CAPÍTULO 8

CONTRIBUTOS PARA A ESTRUTURAÇÃO DE UM MODELO DE FORMAÇÃO DE PRIMEIRO CICLO EM JORNALISMO

A MATRIZ DE FORMAÇÃO EM JORNALISMO

Cinco dos seis cursos que analisámos assumem-se projetos formativos de banda larga, ancorada nas ciências da comunicação; todavia, como observámos, existem diversas aplicações do conceito de banda larga. Ainda que, na interpretação das coordenações e das direções dos cinco cursos, possam existir premissas comuns, a forma como estas são aplicadas diferem de curso para curso.

Na sua essência, a banda larga, ancorada nas Ciências da Comunicação, significa um projeto de formação abrangente, onde as humanidades e as ciências sociais se inter-relacionam com o campo da comunicação e este com o campo específico das profissões. Adriano Duarte Rodrigues, criador da área de estudos em Portugal, classificava, exatamente, "o paradigma comunicacional" como "um ramo de saber inscrito na herança das ciências humanas, em torno de um paradigma transdisciplinar" (1988: 182). Neste sentido, a inter-relação entre as ciências sociais e humanas e a comunicação deve municiar o aluno com os instrumentos analíticos que lhe permitam agir criticamente sobre o campo da comunicação, procedendo à sua descodificação. Ou seja, a comunicação deve ser assim interpretada como campo de chegada, de acolhimento das diversas influências das humanidades e das ciências sociais, e campo de partida para o estabelecimento de pontes com os subcampos específicos das profissões.

Ao posicionarmos o jornalismo no campo académico da comunicação estamos, igualmente, a valorizar a função comunicativa do jornalismo, reflexo do processo de partilha de saberes entre os membros de comunidades específicas, ou da sociedade no seu todo, que caracteriza a própria comunicação. Como referimos no capítulo três, as novas tecnologias, associadas ao jornalismo, transportam esse potencial de interação comunicativa que pode valorizar a produção jornalística. Neste sentido, o jornalismo, enquanto processo de comunicação, pode, finalmente, eleger o público como centro da mensagem jornalística. Perante os sinais crescentes de que o jornalismo está a desligar-se do público, assumindo-o uma abstração, James Carey defende, exatamente, que o jornalismo assuma o primado do público, devendo, verdadeiramente, servi-lo, deixando

de o tratar como audiência (1997: 247). A estruturação de um modelo de formação em jornalismo, que prosseguiremos ao longo deste último capítulo, terá em conta essa ideia de jornalismo, crescentemente próximo do público.

O nosso modelo pressupõe que o percurso formativo se aproxime, progressivamente, do subcampo profissional; ou seja, uma formação de primeiro ciclo, que defina a sua idiossincrasia em função da profissão, alterando esta lógica de aproximação progressiva que enunciámos, não será uma formação de banda larga, será, certamente, uma formação em banda estreita, ou a um outro nível, uma formação técnico-profissional. Em qualquer um dos casos, estamos a falar de projetos formativos inteiramente diferentes.

A Banda Estreita

A formação técnico-profissional desvaloriza as pontes com os elementos que, permanentemente, se entrecruzam com o jornalismo, ficando este reduzido a um mero conjunto de técnicas profissionais, que as linhas editoriais dos diversos órgãos de comunicação social interpretam e aplicam de forma diferente, variando, inclusivamente, essa interpretação e aplicação, de jornalista para jornalista. Daí que, transformar as práticas em meras antecâmaras técnicas da redação, situação que observámos, sobretudo, nos três cursos do setor privado que analisámos, cria nos alunos o sentimento de frustração que identificámos no capítulo anterior: a sala de aula nunca conseguirá reproduzir o ambiente de produção da redação, porque cada redação reclama um certo direito de admissão e a integração depende de um processo de socialização exigente, cada vez mais moldado por elementos externos à ação jornalística, que condicionam, inclusivamente, a aplicação das técnicas profissionais. Daí que, os apetrechos analíticos que o aluno deva transportar, preferencialmente, para a profissão sejam aqueles que o ajudem na tarefa de apreender os efeitos desses elementos externos à ação jornalística, que a condicionam e pervertem.

A formação de banda estreita, apenas assumida por um dos seis projetos formativos que analisámos, resulta da aplicação do modelo definido por Joseph Pulitzer, em que as diversas disciplinas do plano de estudos estabelecem pontes diretas com o jornalismo, sem que, no caso específico deste curso, seja detetável o efeito da intermediação da comunicação.

Stuart Adam, num esforço de aplicação do modelo definido por Pulitzer aos tempos atuais, estabelece um conjunto de ligações das diversas disciplinas das ciências

sociais aos elementos do jornalismo, adaptando-as ao papel de instrumentos descodificadores dos desafios da ação quotidiana. O académico canadiano considera, por exemplo, que o currículo ideal precisa da disciplina de história para enquadrar, no espaço e no tempo, a avaliação do que é notícia e a própria narrativa jornalística. Adam propõe, igualmente, o estabelecimento de laços com o empirismo das ciências sociais e exatas, enquanto modelo de legitimação da recolha de informação. O estudo da poesia e da ficção literária participa no reforço das competências linguísticas e desenvolve a própria capacidade de escrita, como a pintura e o cinema contribuem para o desenvolvimento de métodos de representação visuais. Por fim, o estudo das ideias (filosofia) reforça a capacidade interpretativa e analítica dos jornalistas (2001: 326-328). O princípio do currículo ideal de Adam é o mesmo que foi definido por Joseph Pulitzer cem anos antes, o que difere é a evolução do contexto económico, social e tecnológico que molda o jornalismo; na ótica de Stuart Adam, o currículo deve, apenas, abraçar matérias novas que correspondam ao novo quadro de exigências do jornalismo.

O modelo de currículo desenhado pela UNESCO (2007) recupera, igualmente, estas linhas de força afirmadas por Pulitzer no início do século e reafirmadas por Stuart Adam em 2001. O programa estrutura-se em três eixos, em que o primeiro representa a imersão plena do aluno na prática profissional, propondo, inclusivamente, o estabelecimento de parcerias com profissionais de competência reconhecida e com as empresas de *media*; o segundo eixo alarga o universo de estudo, refletindo o contexto social e institucional que molda a prática jornalística e as relações de forte ligação entre jornalismo e democracia. O terceiro eixo rompe as fronteiras do campo jornalístico, estabelecendo pontes com as diversas disciplinas académicas (7 e 8). A proposta da UNESCO distancia-se da profissão à medida que o percurso do aluno evolui. A preocupação central deste modelo reflete um esforço de contextualização da ação quotidiana. O programa reconhece que o jornalismo é mais do que técnica profissional, afirmando a abertura do campo de formação ao entrecruzamento com disciplinas das ciências sociais, mas, como no modelo de Pulitzer, essa relação fica dependente das necessidades diretas do jornalismo, ou seja, sem que se verifique a intermediação da comunicação.

Independentemente da existência de alguns elementos que subvertem a lógica de estruturação de um modelo de formação, e que assinalámos, o curso de Comunicação e Jornalismo da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT) é o único a cumprir o molde que o estrutura: formação em banda estreita; onde, apesar do

elemento comunicação constar na denominação, as disciplinas do plano de estudos estabelecem pontes diretas com o jornalismo, sendo desvalorizada a reflexão crítica, inerente ao estabelecimento de inter-relações entre as humanidades e as ciências sociais com a comunicação. Este é, aliás, o único dos seis cursos que analisámos que não oferece a unidade curricular de Teoria da Comunicação. No plano de estudos, a comunicação representa, como assinalámos, escassos 13 créditos.

A Banda Larga em Ciências da Comunicação

Já os restantes cinco cursos, onde as direções e coordenações respetivas elegem a banda larga como veio condutor, apresentam mais dificuldade em cumprir esse desiderato. Nas formações da Universidade do Porto (UP), da Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC), da Universidade Lusófona do Porto (ULP) e do Instituto Superior da Maia (ISMAI), a banda larga reproduz o mero alargamento de opções profissionais³²⁰, uma vez que os planos de estudo refletem, embora em graus muito diferentes, aproximações diretas às profissões, não sendo amplamente observáveis articulações com uma dimensão mais reflexiva. O curso da Universidade Nova de Lisboa (UNL) é o único a manter um tronco comum onde a relação entre as humanidades e as ciências sociais com a comunicação adquire expressão efetiva, sendo a ponte com as variantes profissionais assumida no final do percurso académico, refletindo a aproximação progressiva às profissões associada à banda larga. Neste projeto formativo, o que devemos questionar é sobretudo a composição de cada um dos campos e a articulação que estes estabelecem entre si, não o molde. Detalharemos essas opções estratégicas da coordenação em etapa posterior.

Discutimos aqui, nos capítulos quatro e cinco, a pressão, nalguns casos direta, na maioria indireta³²¹, que o mercado, orientado pela lógica estruturadora da indústria dos

³²⁰ Este alargamento das opções profissionais parece configurar uma intenção definida, em 1999, por Manuel Pinto, numa altura em que o mercado começava a reclamar um "perfil de comunicador generalista, um polivalente *topa-a-tudo*, capaz de se adaptar futuramente a todo o tipo de oportunidades com que venha a deparar-se" (1999: 88). Atualmente, as intenções do mercado serão as mesmas, ainda que as fronteiras entre os subcampos da comunicação, que à época apenas começavam a esbater-se, tornando urgente, para a indústria, o aparecimento desses profissionais, estejam hoje diluídas; neste nosso tempo, a necessidade que desponta é, pois, a formação de profissionais que, mesmo conhecendo cada um dos subcampos, apreendam os limites e as barreiras que definem cada um deles. As lógicas efémeras que estruturam o mercado continuarão, todavia, a reclamar generalistas polivalentes.

³²¹ A pressão direta pode ser consubstanciada no apoio de alguns órgãos de comunicação social, ou associações de meios, a determinados projetos formativos onde a influência sobre o plano de estudos é condição *sine qua non* para que esses cursos existam; a pressão indireta pode ser medida pelas taxas de empregabilidade de cada curso: cada escola sente que o sucesso do projeto formativo dependerá do número de profissionais que consegue colocar no mercado. Nestes casos, a tentação de seguir aquelas que se afiguram como as necessidades do mercado pode condicionar a estruturação dos modelos de formação. Assistimos aos efeitos deste condicionalismo indireto do

media, exerce sobre as entidades formadoras, no sentido de estas optarem por projetos formativos excessivamente associados à dimensão do saber-fazer profissional. Os projetos formativos que analisámos esforçam-se por responder àquelas que as direções e coordenações julgam ser as necessidades do mercado, sem assumirem as premissas que deveriam estruturar a formação académica. Por um lado, a antecipação das necessidades do mercado, por outro, e essa deveria ser, a nosso ver, a missão essencial dos projetos formativos nesta área, o questionamento da lógica do mercado e a discussão das soluções de ação profissional que permitam resistir aos efeitos negativos que essa lógica provoca no jornalismo, salvaguardando, todavia, a matriz estruturadora da profissão. A antecipação das necessidades do mercado e o questionamento da lógica que o estrutura devem ser transversais no plano de estudo e, ambas as dimensões, têm de promover laços concretos com a ação profissional, sobretudo testando, em laboratório, abordagens alternativas que representem marcas diferenciadoras, que configurem traços de reconstrução da ação quotidiana.

Cumprir esse roteiro integral, depois da aplicação da reforma de Bolonha, tornou-se, claramente, mais complexo.

A solução que preconizamos para mantermos o modelo de formação em banda larga, que defendemos, pressupõe a estruturação de duas linhas de ação complementares. Primeira: um maior empenho dos cursos na afirmação de articulações com o segundo ciclo, dando continuidade à lógica de aproximação progressiva às profissões. Essa maior interligação com o segundo ciclo, ao mesmo tempo que abre uma via de investimento na especialização em áreas de interesse do futuro profissional, elege o estágio elemento de ligação ao mercado; a um outro nível, o segundo ciclo pode criar, igualmente, as condições para um trajeto académico mais centrado na investigação. Segunda: o redesenho do politécnico, promovendo a recuperação do modelo legal que o enforma, ancorado na formação de nível superior mais voltada para as exigências imediatas do mercado de trabalho, sem que esse enfoque deva ficar refém da sua lógica estruturadora, ou do ensino de cariz técnico-profissional. No fundo, o que defendemos para o politécnico é que a aproximação à profissão constitua a essência dos percursos académicos, sem prejuízo de deverem ser integrados no plano de estudos elementos das humanidades, das ciências sociais e da comunicação, que promovam associações diretas à ação jornalística. Ou seja, o que assumimos como lógica

mercado nos seis cursos que analisámos. A reforma curricular na UNL, que não chegou a ser aplicada, pode ser entendida como um esforço absoluto de aproximação às necessidades do mercado.

definidora do politécnico é a aplicação do modelo de Joseph Pulitzer. O que não fará sentido é aquilo a que assistimos nos seis cursos que analisámos: cursos politécnicos a assumirem um modelo de formação que pretende valorizar a componente reflexiva em detrimento da componente profissional, mesmo que, efetivamente, tal não se verifique, ou cursos universitários que valorizam a componente profissional, ainda que, na prática, não o assumam.

Os dois modelos de formação (banda larga e banda estreita) terão de conviver, assumindo e preservando as suas marcas distintivas. O mercado terá, assim, maior amplitude de escolha. Um aprofundamento do diálogo do mercado com a academia pressupõe a disponibilidade daquele em receber licenciados com os dois perfis: os primeiros mais aptos a responderem às necessidades imediatas da profissão; os segundos mais preparados para exercerem uma ação crítica sobre a prática, municiados de ferramentas que lhes permitam criar abordagens alternativas, que ultrapassem as limitações quotidianas impostas pela rotina. Este segundo caso pressupõe que o aluno só esteja apto a aceder ao mercado depois de completado o segundo ciclo. O estágio curricular formal, promotor da primeira interseção autónoma no mercado, em períodos de três meses, ou superiores, deve ocorrer, aliás, apenas no final do segundo ciclo. Como veremos na conclusão deste trabalho, estes dois perfis são complementares e a diversidade que enunciam é, certamente, menor do que a verificada atualmente, em que os alunos licenciados na área que chegam às redações trazem de base percursos académicos muito distintos, traduzíveis numa vasta amplitude de competências profissionais. Mesmo entre os alunos dos cursos que apostam na componente profissional existem diferenças: uns tecnologicamente mais apetrechados, outros dominando melhor a técnica profissional associada ao jornalismo. As diferenças são ainda maiores nos casos dos alunos dos cursos onde a base do percurso formativo é, sobretudo, teórica; nesses casos, a distância relativamente ao ambiente profissional pode adquirir forte expressão.

O modelo de banda larga, que defendemos, tem-nos imposto, em termos discursivos, a exposição de uma certa submissão do jornalismo à comunicação, assumindo que o jornalismo é um subcampo específico, que emerge do universo mais vasto da comunicação. A classificação do jornalismo enquanto subcampo específico tem estado associada à matriz profissional; ou seja, encarado numa perspetiva meramente profissional, o jornalismo é, na nossa aceção, um subcampo da comunicação, de estatuto idêntico ao de outros subcampos que, igualmente, emergem da

comunicação. A lógica que tem estruturado a formação académica em Portugal parece seguir, igualmente, este enquadramento analítico. Em Portugal, os cursos de ciências da comunicação atribuem ao jornalismo o estatuto de subcampo profissional, isto é, a matriz estruturadora dos diferentes projetos formativos nesta área, mesmo não sendo, como verificámos, integralmente cumprida, elege, como base da formação, um tronco comum onde a comunicação é (deveria ser) campo de chegada das influências das humanidades e das ciências sociais, e campo de partida para o estabelecimento de laços com os subcampos profissionais.

Ora, a composição de um projeto formativo de banda larga em jornalismo está ancorada na comunicação e, nessa perspetiva, o jornalismo recorre aos instrumentos analíticos que aquela lhe fornece para refletir e apreender a complexidade da ação profissional quotidiana.

A assunção deste modelo de formação não nos impede, pelo contrário impele-nos, a caracterizarmos o jornalismo como campo social autónomo; ainda que essa autonomia, mercê da influência de fatores externos, sobretudo económicos, esteja, como considera Pierre Bourdieu, fragilizada. Ao mesmo tempo que destaca a autonomia do campo, por se tratar de "um microcosmos com leis próprias" cuja posição no mundo global se define pelas interações ("atrações" e "rejeições") que estabelece com outros microcosmos (1996a: 14), o sociólogo avalia criticamente o peso do mercado na estruturação desse campo:

"O objeto que aqui nos ocupa (...) é a influência que os mecanismos de um campo, cada vez mais submetido às exigências do mercado (leitores e anunciantes), exercem sobre os jornalistas (...) O campo jornalístico está permanentemente submetido às provas e veredictos do mercado, através da sanção direta da clientela, ou indireta do *rating* (...) Este parâmetro converteu-se no juízo final do jornalismo (...) O *rating* está em todos os cérebros. Atualmente há uma mentalidade *rating* em todas as redações (...) Em todos os lados pensa-se em termos de êxito comercial (...) Hoje, cada vez mais, o mercado converteu-se em instância de legitimação" (*idem, ibidem*: 9, 26 e 27).

Na ótica de Bourdieu, esta cedência do campo jornalístico ao mercado, "foi profundamente modificada pela intromissão da televisão", e esses efeitos fizeram-se sentir, inclusive, nas "regiões mais autónomas do campo", ou seja no chamado jornalismo de referência. O que, na ótica de Bourdieu, cria condições para que o ataque ao campo jornalístico tenha sucesso é a sua própria característica de base, ou seja a sua "frágil autonomia" (1996b: 2). Para Bourdieu, a influência do mercado ultrapassa, todavia, o campo jornalístico; através dele, essa influência estende-se aos restantes

campos de produção cultural. A cadeia de interações, descrita por Pierre Bourdieu, demonstra, uma vez mais, a centralidade que o jornalismo ocupa no espaço social, reforçando a necessidade de o estudarmos e, simultaneamente, formarmos profissionais capacitados para decodificarem essa rede de interligações (1996a: 20, 29).

Um campo delimitado por um grau de autonomia fragilizado pelo mercado não é, todavia, um campo absolutamente refém do mercado. Estando permanentemente sob ameaça, como reconhece Patrick Champagne, essa autonomia tem de estar sempre a ser reconquistada (1995: 50). Neste sentido, um campo social, assim condicionado, requer agentes preparados para resistirem aos efeitos desse condicionalismo, municiados de instrumentos analíticos que lhes permitam exercer um amplo e complexo processo de decodificação, que funcione como escudo protetor da ação profissional quotidiana. O cerne de qualquer projeto formativo na área deve respeitar, acima de tudo, essa necessidade. Se a formação académica deve afirmar-se pilar da reconquista da autonomia do jornalismo, importa assinalar os sinais de resistência que despontam no interior do próprio campo, expressos na ação quotidiana de jornalistas que desafiam a lógica estruturadora do mercado, que denunciam interesses instalados e que, permanentemente, rompem a muralha dos constrangimentos profissionais e até pessoais.

O modelo de formação que responde, de forma mais efetiva, a este propósito é aquele que elege a interdisciplinaridade do campo da comunicação, e a capacidade que o campo revela para produzir uma síntese das ciências sociais e humanas, como base estruturante; sobretudo porque o único projeto formativo, dos seis que analisámos, onde a matriz é o jornalismo, se fecha demasiado sobre si próprio, contrariando a lógica de interpenetrações e entrecruzamentos com outros campos que, na ótica de Bourdieu, reveste o próprio campo social autónomo.

ESTRATÉGIAS DE COORDENAÇÃO

A nossa contribuição para a estruturação de um modelo de formação em jornalismo elege, portanto, como matriz preferencial de formação na universidade, a banda larga em ciências da comunicação. O politécnico deverá assumir uma marca diferenciadora, desenvolvendo, para as diversas disciplinas da comunicação, modelos de formação em banda estreita, onde a aproximação às profissões constitua o cerne dos planos de formação e onde as diversas unidades curriculares não profissionais, presentes no plano de estudos, promovam ligações claras às profissões. As diferenças entre o ensino universitário e o ensino politécnico devem, pois, ser assumidas. A nossa

contribuição na estruturação de um modelo de formação parte da afirmação dessa diferença, mas centrar-se-á na formação universitária.

O Peso da Componente Profissional nos Projetos Formativos Analisados.

A análise que fizemos aos seis cursos coloca, todavia, cinco deles mais próximos desta matriz estruturadora do politécnico do que do conceito de banda larga que defendemos para a universidade, sendo que, dos cinco, apenas um é politécnico. Pelo molde que o estrutura, sobretudo pelas inter-relações que estabelece entre ciências sociais e humanas e a comunicação, assumindo a centralidade da comunicação; pela ponte que esta tenta estabelecer com as profissões, o curso da UNL é o que mais se aproxima da banda larga. Uma análise quantitativa dos planos curriculares dos seis cursos permite-nos confirmar esta observação³²².

No caso do curso de CJ, os 97 créditos diretamente associados ao jornalismo e os restantes 83 promovendo associações indiretas, não deixam margem para dúvida de que a banda estreita é a matriz estruturadora do plano de formação. Nos outros cinco, organizados em tronco comum, as variantes profissionais têm peso diferenciado.

No curso da Universidade do Porto (UP) os alunos que optem pelo perfil de jornalismo devem somar aos 30 créditos da área, 40 obrigatórios da área profissional de *multimedia*, dez de assessoria e 30 do estágio, o que totaliza 110 créditos profissionais, praticamente dois terços do plano de estudos (61 por cento).

No curso da Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC), aos 39 créditos da variante, os alunos, que optem pelo jornalismo, devem somar 6 créditos de produção televisiva e comunicação organizacional e os 30 do estágio, o que totaliza 75 créditos profissionais, ou seja, 42 por cento do total.

No curso da Universidade Lusófona do Porto (ULP) a variante de jornalismo totaliza 60 créditos, mas os alunos que optem por este perfil devem completar outros 18 relativos às variantes profissionais de comunicação e cultura e de assessoria e 14 tecnológicos, o que perfaz 92 créditos estritamente profissionais, mais de metade do total (51 por cento).

As uc da variante de jornalismo no curso do ISMAI valem 43 créditos, mas a conclusão do projeto formativo exige a concretização de outros 72, resultado da soma

³²² Os resultados que apresentamos referentes aos seis cursos não integram as cadeiras de opção, apenas as obrigatórias. Em todos os cursos há cadeiras de opção que correspondem, igualmente, a este perfil profissional; essas, todavia, não foram contabilizadas.

dos créditos das unidades tecnológicas com os restantes ramos profissionais da comunicação, o que perfaz um total de 115 créditos profissionais, 64 por cento do total.

No curso da UNL, o peso das vertentes profissionais nos 120 créditos do tronco comum está reduzido a duas uc teóricas, de seis créditos cada, uma do ramo de jornalismo, outra do de comunicação, cultura e artes³²³. No caso do percurso em jornalismo, o peso direto das profissões está assim reduzido a estes 12 créditos do tronco comum e aos 30 da variante, o que totaliza 42 créditos, 23 por cento do total, uma percentagem abaixo da registada nos restantes cinco cursos.

Esta análise quantitativa poderia, por si só, permitir-nos afirmar o peso maioritário da componente profissional em cinco dos cursos que analisámos o que, numa formação de primeiro ciclo, seria condição suficiente para questionarmos o conceito de banda larga que quatro desses cinco cursos afirmam aplicar, já que o curso de CJ assume, sem condicionalismos, a banda estreita.

Assim, os cursos da UP, ESEC, ULHT, ULP e ISMAI são, na verdade, cursos de banda estreita, onde a aproximação às profissões da comunicação é preponderante, sendo essa aproximação concretizada, sobretudo, através de uma componente técnica ou tecnológica. No curso da UNL, a aproximação às profissões, em moldes idênticos aos dos restantes cursos, ainda pode avançar; basta que a reforma curricular, desenhada pela atual coordenação, seja aplicada.

Relativamente aos seis cursos, o número de uc teórico-práticas de jornalismo, em cada um dos planos de estudos, é manifestamente menos expressivo do que o das uc exclusivamente dedicadas à prática. No curso da UNL, o aluno tem uma uc teórica de tronco comum e, na variante, nove opcionais: três teórico-práticas e seis práticas³²⁴. Para completar a variante, o aluno tem de somar 30 créditos (seis uc); a soma das nove uc da variante totaliza 54. Assim, no limite, o aluno pode optar por fazer, apenas, as seis uc práticas, prescindindo da componente reflexiva mais associada às uc teórico-práticas.

³²³ Teoria da Notícia (Jornalismo); Teorias do Drama e do Espetáculo (Comunicação, Cultura e Artes). O perfil estritamente teórico destas duas cadeiras não tem equivalente na maioria das restantes unidades curriculares profissionais que identificámos nos outros cinco cursos; optámos, todavia, por seguir o mesmo método de classificação, uma vez que, mesmo sendo estritamente teóricas, estas duas cadeiras refletem uma ligação direta às profissões.

³²⁴ Teórico-práticas (Comunicação Política; Fotojornalismo: História, Teoria e Prática; Géneros Jornalísticos) e práticas (Ateliê de Ciberjornalismo; Ateliê de Jornalismo; Ateliê de Jornalismo Televisivo; Ateliê de Jornalismo Radiofónico; Jornalismo Televisivo e Produção Jornalística).

No curso da UP apenas existe uma uc teórico-prática de jornalismo (jornalismo comparado: 5 créditos em 65 - inclui estágio); no curso da ESEC quatro uc em nove³²⁵, mais estágio (21 créditos em 69); no curso da ULP quatro uc em dez ³²⁶(24 créditos em 60); no curso do ISMAI não existem uc teórico-práticas de jornalismo e no curso da ULHT existem seis³²⁷ em 18 (incluindo Seminário Jornalismo/Estágio); ou seja, 35 créditos em 97, podem ser associados a uc teórico-práticas.

Nestes seis cursos, a componente reflexiva do jornalismo é secundarizada. Mesmo que em algumas das uc práticas, das que identificámos nos seis cursos, possam ser estabelecidas pontes com essa dimensão mais reflexiva, o que foi possível observar é que a preocupação central dos docentes destas uc, na maioria jornalistas no ativo, reflete a tentação para que a universidade se transforme na antecâmara da redação. Essa caracterização é confirmada pela avaliação dos alunos que, aliás, reflete, como observámos, uma certa frustração com esta situação, uma vez que, chegados ao mercado, a maioria refere as limitações observadas nos programas curriculares meramente práticos.

Reflexos do Fosso entre Teoria e Prática e da Inexistência de Pontes entre os Diversos Cursos e Respetivos Docentes da Área

Nos capítulos quatro e cinco identificámos as consequências do fosso existente nos planos de estudo entre as dimensões teórica e prática e refletimos sobre a necessidade de promover aproximações entre ambas. No capítulo sete detetámos a expressão dessas marcas nos planos de estudo dos seis cursos analisados. Nesta fase, apresentamos algumas propostas concretas para atenuar os efeitos negativos do fosso entre teoria e prática, nos planos curriculares e, para a concretização plena desse propósito, identificaremos modalidades de ação que pré-estabeleçam ligações formais entre a coordenação/direção dos cursos e o corpo docente.

Em 2009, Kaarle Nordenstreng, na conclusão de um estudo detalhado sobre os modelos de formação na Europa, atribuiu à divisão teoria/prática um papel central na

³²⁵ As uc de jornalismo digital e jornalismo televisivo são teórico-práticas porque o perfil do docente responsável (sem experiência profissional no jornalismo) assim define esse roteiro. A uc de jornalismo televisivo, antes ministrada por um docente profissional, já teve um programa estritamente prático. As restantes uc teórico-práticas são géneros jornalísticos e jornalismo de imprensa. Os ateliês (de redação jornalística; jornalismo radiofónico; de investigação jornalística); técnicas de jornalismo radiofónico e fotojornalismo são práticas.

³²⁶ Teórico-práticas: História do Jornalismo; Géneros Jornalísticos; Teorias do Jornalismo; Investigação Jornalística. Práticas: Redação Jornalística; Técnicas de Expressão Radiofónica; Técnicas de Expressão Televisiva; Ciberjornalismo; Jornalismo Especializado; Jornalismo Televisivo.

³²⁷ Teórico-práticas: Redação Jornalística; Géneros Jornalísticos; História do Jornalismo; Investigação Jornalística; Teorias do Jornalismo; Sociologia do Jornalismo e da Opinião Pública.

estruturação dos diversos planos de estudo, classificando-a como a "influência mais penetrante". O académico finlandês admite que possamos, todavia, estar a assistir à "diminuição gradual" dessa influência, mercê da "crescente consciencialização de que ambas as dimensões se afirmam vitais" em qualquer processo de formação na área (2009: pos. 9578).

Na análise que fizemos aos planos de estudo dos seis cursos, identificámos essa mesma desarticulação entre teoria e prática, geradora de um fosso entre as duas dimensões, expresso na dificuldade revelada por alguns docentes de uc teóricas e de práticas em entrecruzarem quadros conceituais com a dinâmica profissional do quotidiano.

Um sinal claro, a que atribuímos uma importância decisiva, eventualmente promotora de uma alteração de estratégia, é a abordagem crítica, negativa, dos alunos aos efeitos dessa desarticulação. O contexto dessa abordagem crítica dos alunos decorre daquilo que Hugh de Burgh classifica como a "frustração" experimentada quando interagem com algumas uc teóricas (2003: 104). No entender do autor, essa frustração revela-se, exatamente, nos casos em que as uc teóricas não conseguem estabelecer pontes com a realidade, o que transporta os alunos para o universo da "abstração" (*idem, ibidem*).

O nosso estudo apresenta-nos um espectro dilatado de observações críticas. Desde a integração de unidades curriculares exclusivamente associadas à matriz das escolas, ou ao perfil académico de determinados professores, e que os alunos consideram desligadas das demais e sem estabelecerem qualquer articulação com a comunicação ou com o jornalismo, até às situações, mais complexas, de clara separação entre teoria e prática. Nestes casos identificámos, sobretudo, duas situações: o isolamento da variante num nicho desarticulado do plano de estudo, e o isolamento das próprias unidades curriculares, cujo programa, e respetivo docente responsável, se fecham na dimensão estritamente teórica, ou estritamente prática. Estes casos são comuns aos docentes jornalistas, responsáveis pelas uc mais práticas, que dedicam pouco tempo à academia, mas podem ser observados, igualmente, em perfis mais académicos, cujo foco se limita à sua área de saber, sem contarem que a transmissão da mesma carece do estabelecimento de pontes com contextos mais vastos, incluindo os profissionais. Os relatos críticos dos alunos ajudaram-nos a identificar esses perfis isolados, cuja

influência na academia é, igualmente, confirmada por Manuel Pinto³²⁸: "(Esses docentes) fecham-se na sua zona de conforto, de onde não ousam sair; resistem à troca de experiências e ao contacto com os colegas".

O docente de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho reflete sobre a necessidade de quebrar os muros, que apartam docentes da dinâmica académica e que impedem a progressão de pontes entre teoria e prática, enaltecendo aquela que afirma ser a experiência do curso onde leciona:

"Tentamos acabar com a divisão entre cadeiras teóricas e práticas. Discutimos os programas em conjunto, porque uma cadeira teórica não é eminentemente teórica, e uma cadeira prática apela, permanentemente, a conceitos teóricos".

Esta experiência da Universidade do Minho, que Fernando Correia, diretor do curso de Comunicação/Jornalismo da Universidade Lusófona de Lisboa caracterizava e elogiava no capítulo anterior, não foi, todavia, observada em nenhum dos cursos que analisámos. A autonomia dos docentes na concretização e aplicação dos programas das respetivas unidades curriculares é total nos seis cursos. Por isso, quando a unidade curricular muda de docente muda, igualmente, o programa. Prova dessa desarticulação é, igualmente, a sobreposição de conteúdos programáticos, observada em diversas disciplinas nos diversos cursos.

De facto, as estratégias de coordenação, que identificámos e classificámos no nosso estudo, não cuidam de promover a destruição de muros.

Algum grau de autonomia é positivo e consequência direta da linha estruturadora da academia, mas aquilo a que assistimos é ao entrincheiramento dos cursos e dos respetivos docentes em ilhas desarticuladas, cuja expressão, na interpretação de Manuel Pinto e Sandra Marinho é “a forma autista” com que os responsáveis pelos cursos definem os planos de estudo, e os docentes, isoladamente, constroem os programas das suas unidades curriculares, ficando impedidos de “aprender com a experiência dos outros, estruturando padrões comuns de referência” (2009: pos. 5651).

Os resultados do estudo de 2009, aos diversos modelos de formação na Europa, que anteriormente citámos, impele Jan Servaes a propor a quebra definitiva de todas as barreiras promotoras do isolamento dos cursos e dos docentes da área. O investigador da Universidade do Massachusetts e do Centro de Estudos de Jornalismo de Bruxelas conclui que a colaboração é “o desafio” dos professores de jornalismo. Servaes propõe, inclusivamente, que essa colaboração ultrapasse as fronteiras do curso e do próprio país:

³²⁸ Entrevista realizada a 26 de abril de 2012. Ao longo do texto serão citados outros excertos desta entrevista.

“A formação em jornalismo deve quebrar a sua carapaça nacional e internacionalizar-se”, “fugindo dos estereótipos nacionais” que a moldam (pos. 9865, 9868). Esta internacionalização das pontes revela-se decisiva para absorver práticas de colaboração interna, já enraizadas noutras geografias.

Na nossa análise, os alunos do painel valorizaram as uc teóricas, onde os respetivos docentes promovem associações com outras áreas de estudo e com as profissões da comunicação, e criticaram todas cujas matérias de estudo perdem o foco do curso, refugiando-se na dimensão estritamente teórica ou estritamente prática.

O nosso estudo contribuiu, igualmente, para esbatermos o mito de que os alunos querem uc estritamente práticas. Antecipam-nas, positivamente, mas rejeitam-nas quando estas não apelam a quadros conceituais apreendidos durante o percurso formativo.

O percurso formativo de primeiro ciclo deve ser resultado de um conceito de formação e de uma estratégia de coordenação que o aplique. A afirmação desse conceito carece do estabelecimento de linhas de interação regulares entre a coordenação e os diversos docentes do curso, que, por um lado, monitorizem a aplicação do conceito e que, por outro, articulem áreas de saber, explorem formas de associar teoria e prática, evitem a sobreposição de matérias e promovam a participação de docentes de áreas específicas em ações letivas determinadas, onde esses saberes são reclamados.

Não basta, por isso, que os programas de estudo atribuam uma percentagem à dimensão teórica e outra à dimensão prática. O esbatimento de fronteiras entre as duas dimensões pressupõe que a interligação entre ambas seja permanente. Num curso de ciências da comunicação, as uc teóricas devem promover aproximações ao subcampo profissional questionando-o, tornando claro o contributo da área de saber específica na descodificação da complexidade da ação profissional. Também as uc práticas devem associar ao ensino das competências técnicas os quadros teóricos que exploram o questionamento da ação profissional, em todas as suas dimensões.

PROPOSTAS DE INTERLIGAÇÃO TEORIA-PRÁTICA A PARTIR DO ESTABELECIMENTO DE PONTES DE COLABORAÇÃO ENTRE A DIREÇÃO/COORDENAÇÃO E O CORPO DOCENTE³²⁹

1) Definição conjunta dos programas das unidades curriculares (pontes internas):

- Integração do programa da unidade curricular na concretização da estratégia de coordenação;

- Identificação das matérias que requerem a colaboração pontual de outros docentes especializados em determinadas áreas de saber;

- Identificação das zonas de sobreposição nos programas curriculares e apresentação de soluções que as evitem, transformando-as em zonas de complementaridade;

- Identificação do papel da unidade curricular no estabelecimento de pontes entre o curso e a comunidade, incluindo com o campo profissional;

2) Estabelecimento de laços entre teoria e prática (pontes internas e com o exterior):

- Ações regulares de colaboração pontual de docentes com competências específicas, em unidades curriculares cujo programa requeira essa interseção. Essa participação pode assumir o modelo de uma conferência informal, suscitando a participação dos alunos, desafiando-os a interagir com áreas de saber com que antes se confrontaram, ou a refletirem sobre outras que ainda desconhecem, mas que possam revelar-se importantes no processo formativo. Em termos concretos, estas colaborações pontuais devem dinamizar docentes normalmente associados a cada uma das dimensões. Nas unidades curriculares classicamente classificadas como teóricas, a aplicação dos conceitos a casos do quotidiano deve contar com a experiência dos docentes que tenham estabelecido, ou estabeleçam, laços diretos com as profissões. O mesmo princípio deve ser válido para as unidades curriculares classicamente classificadas como práticas, onde a reflexão sobre a ação deve acionar a participação de docentes especializados nas áreas de saber suscitadas;

- Alteração do modelo de ensino, reforçando a responsabilidade dos alunos, desafiando-os a trabalhar, previamente, áreas específicas do programa, que enriqueçam o debate no momento em que a discussão for suscitada em ambiente de sala de aula³³⁰;

³²⁹ As diversas propostas que aqui apresentamos pretendem dar resposta àquela que entendemos ser o maior desafio da formação académica na área: a articulação entre a academia e o mercado. A aplicação destas propostas é um processo que pressupõe a reinterpretação do papel e missão da academia e da empresa. Estão em causa duas entidades demasiado centradas sobre si próprias que apenas conseguirão promover aproximações se assumirem que o futuro de ambas depende do diálogo e da partilha.

- Alteração do perfil das unidades curriculares mais próximas de uma dimensão prática, associando a essa corresponsabilização dos docentes das teóricas, que enunciámos, a preocupação de motivar os alunos a pensar em diferentes formas de aplicação das técnicas jornalísticas, criando abordagens alternativas aos formatos que, diariamente, integram o quotidiano jornalístico. Essas abordagens alternativas pressupõem, não apenas, a exploração de áreas temáticas de trabalho, que rompam a rede informativa que cobre a ação profissional regular, mas, sobretudo, a reinterpretção dos géneros jornalísticos, nomeadamente da reportagem. O aluno que consiga fazer diferente do padrão regular, sem perverter as normas reguladoras da ação profissional, estará mais capacitado para ultrapassar os constrangimentos de um mercado de trabalho em franca regressão. Normalmente, chegados ao mercado, os estagiários sentem que cumprem a missão quando a sua própria produção jornalística se aproxima do grau de eficiência e de estruturação dos conteúdos concretizados pelos profissionais no ativo; ora, o curso, em geral, e as unidades de ação profissional em particular, devem promover no aluno essa vontade de criar a diferença, explorando-a³³¹.

³³⁰ Esta proposta foi, igualmente, defendida por Mário Mesquita na entrevista que nos concedeu a 4 de maio de 2012. Mesquita alertava-nos, exatamente, para o potencial do modelo de ensino nos EUA, alicerçado nesse maior grau de compromisso do aluno com o processo de aprendizagem. A maior responsabilização do aluno, dedicando mais tempo ao trabalho fora da sala de aula, é, aliás, um dos preceitos de Bolonha, que não vimos aplicado nos casos que analisámos.

³³¹ John Maxwell Hamilton e Ralph Izard refletiram sobre a necessidade do curso pensar a diferença, colocando-a ao serviço da profissão. Os autores entendem que a sala de aula deve "ser forçada" a pensar novas abordagens. "A profissão precisa de todas as novas ideias que a academia lhe possa fornecer (...) Os cursos de jornalismo devem patrocinar as melhores práticas jornalísticas". Os autores concluem que a concretização desse propósito deve iluminar os professores jornalistas, consciencializando-os que a sua chegada à academia deve significar algo mais "do que simplesmente contar histórias de guerra" (1996: 16 e 17).

Na entrevista que nos concedeu, em novembro de 2010, Jacinto Godinho assume o esforço académico para refletir, com os alunos, sobre a criação de abordagens jornalísticas alternativas, capazes de promoverem a diferença após a imersão no mercado: "Os alunos devem detetar os estereótipos do quotidiano profissional e, em vez de fazerem igual, transformando a carreira num mero gesto mecânico, devem esforçar-se para fazer diferente, sem que essa diferença seja radical, mas surpreendendo o recetor". Godinho desenvolve o caso concreto da reportagem televisiva, enfatizando a necessidade de se produzir um "manual de jornalismo", que seja o resultado de uma prática discutida e pensada: "Transportámos para o ensino uma prática jornalística televisiva deformada, sobre a qual nunca refletimos. O jornalismo televisivo em Portugal começou com jornalistas de imprensa que se limitavam a encontrar imagens para *pintar* um texto. No jornalismo televisivo nunca tivemos a consciência de que as imagens e o som têm uma linguagem própria, e essa deve ser a base". Wayne Robin, por seu lado, considera que os cursos de jornalismo estão demasiado centrados na preparação de jornalistas para lidarem com as notícias do dia e, quando os ex-alunos são confrontados com a reportagem, normalmente, vacilam. A proposta de Robins pressupõe essa mesma abordagem alternativa de Godinho, avançando com o recentramento dos programas na essência da reportagem e nas exigências associadas ao género jornalístico: preparação, enquadramento, recontextualização. O autor considera que os debates sobre formação estão excessivamente centrados na notícia como se esta "fosse a essência e a única definição de jornalismo, mas não é". Wayne Robins recomenda, por isso, "currículos mais ousados", que auxiliem o estudante a decodificar a complexidade com que o jornalismo se confronta. O autor dá um exemplo demonstrativo dessa ousadia: "a imersão do estudante na realidade complexa dos bairros étnicos das grandes cidades", para que consiga "apreender mais do que a superfície" (1998: 1 e 2). Manuel Pinto, Carlos Camponez, Joaquim Fidalgo e Anthony Delano reagem a esse desejo dos alunos em dominarem o saber fazer, considerando que seguir, exclusivamente, essa via seria transformar o ensino do jornalismo numa formação profissional avançada. A técnica aprende-se "em poucas semanas" num qualquer curso não académico (Delano, 2008: 72). "Fazer uma notícia é fácil; difícil é perceber o mundo" (Fidalgo, entrevista realizada a 26 de abril de

- Contribuir para a consolidação de um perfil de docente misto, associado às uc profissionais, onde o docente mantenha fortes laços com a profissão, valorizando, igualmente, a participação na dinâmica académica. Nos casos em que o docente continue na profissão, este deve estudar formas de participação construtiva, que resultem em benefício do curso, sem prejudicar a relação profissional com a empresa; bastando, para tal, que academia e empresa apreendam as vantagens que um perfil misto (professores híbridos ou anfíbios)³³² pode ter para ambos os lados. Ao mesmo tempo

2012). Ou, como assinala Carlos Camponez, "a técnica de construção do *lead* aprende-se rapidamente, o que torna exigente a tarefa do jornalista é perceber o que é notícia" (entrevista realizada a 9 de maio de 2012). Como conclui Manuel Pinto, "é no desenvolvimento destas capacidades e competências", que permitem "ver o que é notícia em tudo aquilo que se revela não ser o que aparenta", "que o ensino do jornalismo pode ser um contributo decisivo" (2004: 59). Os programas de formação em reportagem radiofónica, uma realidade que conhecemos a partir da experiência de docência de uma cadeira na área, podem, igualmente, afirmar um propósito alternativo. Os alunos devem ser desafiados a produzir conteúdos jornalísticos onde o entrecruzamento entre os três elementos base da narrativa radiofónica (ambiente, texto e vivos) seja o fio condutor da reportagem. A rádio portuguesa é uma rádio seca, onde o ambiente (som) é, normalmente, desvalorizado. Se os alunos forem desafiados a pensar a reportagem pelo som associado ao conteúdo, a reportagem radiofónica será uma realidade improvável se não existir uma expressão sonora que transporte o ouvinte para o lugar onde as coisas acontecem. Cada vez mais, os meios de comunicação social portugueses apostam menos na reportagem e, no caso da rádio, quando apostam, o resultado é a simples ligação texto-vivos, sem a componente sonora que representa a essência do meio. Trabalhar o som, assumindo-o elemento central da narrativa jornalística em rádio, é um processo lento, cujos resultados não são imediatamente discerníveis no momento em que o aluno chega ao mercado de trabalho; todavia, pré-definem uma via alternativa que deve ser explorada.

³³² O termo anfíbio é usado por exemplo por Jane Taylor. A autora refere o caso específico de um programa de doutoramento, na City University, destinado a jornalistas no ativo, dispostos a contextualizarem a prática quotidiana pela via da reflexão académica: "tornando-se anfíbios" (2004: 192). Jackie Errigo e Bob Franklin classificam estes professores como os *hackademic*, os professores híbridos, cujo papel decisivo reside no esforço de equilibrar o ensino com a investigação e a publicação académicas. Habitados a comunicarem com um público indiferenciado, estes *hackademics* são agora confrontados com a aferição dos pares, o que, no entender dos autores, torna a tarefa de publicar mais complexa (2004: 43, 45, 47). Peter Johansen e Christopher Dornan consideram que o maior desafio dos professores mistos é, exatamente, a conquista de legitimidade académica, esse reconhecimento dos novos pares, de que falam Errigo e Franklin. Esses docentes, alertam todavia os autores, devem estar conscientes de que a transição suscitará "o desdém" dos pares de origem. A investigação académica e a reflexão sobre a prática são, assim, encaradas por Christopher e Dornan como os elementos essenciais para que os docentes mistos "conquistem o respeito e a atenção" dos responsáveis pelos departamentos de acolhimento (2003: 84). Stuart Adam define estes professores anfíbios como aqueles que "refletem sobre as melhores práticas jornalísticas e, simultaneamente, procuram a assistência da academia para formalizarem metodologias analíticas". O autor considera, por isso, não dever existir grande diferença entre os professores das cadeiras classificadas como práticas e os professores de disciplinas mais formais. Ambos devem "construir um corpo de conhecimentos e de crítica que representa a voz da experiência jornalística. Esse corpo de conhecimentos deve incluir conteúdos de outras disciplinas que fortalecem a metodologia (...) a crítica e a prática jornalísticas" (2001: 331 e 332). O perfil de professor misto é igualmente defendido no ponto três da na Declaração de Princípios sobre Formação em Jornalismo: "Os professores de jornalismo devem ser o reflexo da mistura entre académicos e práticos; é importante que tenham experiência profissional em jornalismo" (Singapura, 2007). No estudo que concretizámos, a maioria dos docentes entrevistados valorizaram o seu próprio perfil, sobretudo os docentes profissionais, que não consideraram essencial a ligação à academia. Este perfil híbrido, que aqui defendemos, foi assumido, contudo, por diversos docentes que integraram o nosso painel, alguns deles com responsabilidades em cadeiras da dimensão teórico-prática. Registamos duas opiniões: "Entendo que o perfil ideal requer a reunião dos dois mundos. O docente destas cadeiras não pode estar desligado da universidade, deve, aliás, consolidar as suas competências académicas e, em simultâneo manter uma ligação à profissão" (Carla Baptista entrevista realizada a 10 de fevereiro de 2011); O jornalista e Professor da UNL, Jacinto Godinho, numa entrevista que nos concedeu em novembro de 2010, considera existir, em Portugal, um "divórcio pleno" entre os professores das *cadeiras técnicas* e as *teóricas*. Para Godinho, estas cadeiras teórico-práticas (ateliês) não deveriam ser dadas por jornalistas distanciados da academia: mesmo trazendo a experiência profissional para a sala de aula, não refletem o grau de distanciamento necessário para poderem refletir sobre ela, não conseguindo, por isso, "promover a pedagogia do jornalismo". A opção ideal,

que a reflexão académica contribui para o questionamento da ação quotidiana, melhorando-a, inclusivamente permitindo que o profissional, munido de competências académicas, promova ações de formação no interior da empresa, a integração de profissionais na docência, com tempo para investigar, dispostos a consolidar as competências académicas, significa, igualmente, a afirmação da ponte com o mercado, fundamental no modelo de formação que propomos. Na nossa aceção, o perfil misto associado às uc profissionais integra, igualmente, docentes com experiência profissional e que tenham assumido a opção pela academia, mantendo, todavia, um contacto próximo com a profissão³³³. Entendemos que a docência das uc do campo profissional requerem um grau elevado de contacto com a experiência, pelo que o perfil do académico clássico, exclusivamente centrado na investigação, não se adapta. Na nossa aceção, a docência não deverá, igualmente, ser assegurada por docentes profissionais, condicionados pela plena imersão no quotidiano da redação, incapazes de estabelecer laços com a dinâmica académica, e que, permanentemente, secundarizam a missão de ensinar ao desempenho profissional³³⁴. O risco das aulas serem mera antecâmara da redação é demasiado elevado para que os cursos persistam na contratação de docentes com este perfil. Reconhecemos que encontrar docentes de perfil híbrido, na dupla aceção que preconizamos, não se revela tarefa fácil, todavia, a crescente envolvimento de profissionais com a academia, prosseguindo estudos e defendendo

no entender de Godinho, seria, pois, a do "professor anfíbio", mantendo o docente uma ligação à profissão, mas repartindo o tempo com a academia, onde reflete, através da investigação académica, sobre a prática.

³³³ Nestes casos específicos deixamos, todavia, um alerta: A academia portuguesa deveria encontrar forma de integrar a experiência profissional, valorizando-a, nos casos em que esta é complementada com estudos de terceiro ciclo. Na nossa aceção não faz sentido que um ex-jornalista, com anos de experiência, tenha de começar carreira nos mesmos moldes que o jovem doutorado com vínculo ao estabelecimento de ensino onde leciona. Uma experiência profissional legitimada pela academia, necessariamente sujeita à prestação de provas especiais de integração num grau superior da carreira, facilitaria, certamente, a contratação de docentes de perfil misto. Na entrevista que nos concedeu (setembro de 2011), António Granado, docente da UNL e jornalista da RTP, entende que a universidade portuguesa deveria "encontrar forma de acolher a experiência". Granado refere o exemplo americano, onde "a experiência é valorizada porque a universidade entende que ela será essencial para o curso".

³³⁴ Esta situação foi recorrentemente observada no nosso estudo. Fernando Correia, diretor do curso de Comunicação e Jornalismo da ULHT, o projeto formativo com maior número de cadeiras de jornalismo e onde a percentagem de docentes profissionais, com vínculo precário à universidade, é o mais elevado, assinala isso mesmo na entrevista que nos concedeu em 25 de novembro de 2010: "Por um lado é bom que haja professores jornalistas, por outro, isso provoca grande instabilidade no curso. Para estes docentes, as aulas são sempre o segundo emprego, ficando, por isso, condicionadas aos ritmos da profissão que exercem. A profissão deles é serem jornalistas. Há por isso pouca disponibilidade para o trabalho coletivo". Manuel Pinto (entrevista realizada a 26 de abril de 2012) lamenta que os docentes profissionais fiquem afastados da dinâmica académica e da participação nas decisões estratégicas do curso, mas o professor da Universidade do Minho considera que essa situação resulta, exclusivamente, da divisão que molda o quotidiano desses profissionais: "Essa divisão é muito difícil de gerir. A profissão de jornalista garante-lhes, na maior parte dos casos, o rendimento mais avultado e, quando têm de optar, faltam às aulas. É muito importante não perder o contacto com o meio, mas tal ligação não pode ser alimentada por uma divisão difícil de gerir".

trabalhos de investigação académicos sobre a profissão em mestrados e doutoramentos, parece consubstanciar a concretização deste objetivo³³⁵;

- Alteração do conceito de laboratório, elevando-o a lugar privilegiado de interseção entre teoria e prática. Neste contexto, as aulas em laboratório devem ser assumidas por docentes com diversas competências, que incentivem os alunos a desenvolver trabalhos específicos (jornalísticos ou académicos) promotores dessa articulação teoria-prática³³⁶;

- Os órgãos de comunicação social internos, criados no âmbito dos cursos, devem abrir a sua zona de influência, normalmente restringida às uc práticas. Assim, devem ser representativos do curso e coordenados por docentes de uc associadas às duas dimensões, dando visibilidade a trabalhos jornalísticos e académicos de elevada qualidade, concretizados pelos alunos;

3) Estabelecimento de laços com a comunidade

- Nas comunidades de proximidade, o curso (vertente de jornalismo) deve transformar-se num agente de desenvolvimento, animando projetos jornalísticos que promovam a discussão, a troca de ideias, e que questionem as elites, integrando no debate as opiniões dos agentes sociais que, habitualmente, são excluídos dos processos de decisão³³⁷;

- Criando órgãos de comunicação social internos que contribuam para promover o curso e os seus alunos, divulgando estudos académicos e trabalhos jornalísticos que se

³³⁵ Na análise da realidade americana, Weinberg (1991) constata que "os reitores sofrem a pressão das administrações das universidades no sentido de contratarem, exclusivamente, docentes doutorados, sem terem em consideração que o número de jornalistas doutorados é muito baixo". O autor assinala, igualmente, que "a maioria dos académicos doutorados tem pouca ou nenhuma experiência profissional, o que torna difícil ensinar aos estudantes as técnicas profissionais necessárias à imersão no mundo profissional" (*apud* Dickson, 2000: 113). Para Stephen Reese a contratação de doutorados "em campos académicos, relativamente imaturos como o jornalismo", tem, todavia, a vantagem de "elevar o estatuto do jornalismo na academia" (1999: 81).

³³⁶ Esta proposta foi defendida, igualmente, por Carlos Chaparro, nestes moldes: "Ter bons laboratórios constitui uma peça importante não apenas para aprender a fazer, mas também para aprender a pensar, no sentido em que constroem um espaço para o qual pode convergir a integração das várias vertentes do saber". "Os laboratórios são a espinha dorsal do curso" (2004: 101, 103). A ideia está presente, igualmente, no discurso de Adriano Duarte Rodrigues. Na entrevista que nos concedeu (8 de dezembro de 2010), o Professor jubilado refere a vantagem dos "seminários laboratoriais", uma ideia que o fundador do primeiro curso de comunicação no país não terá conseguido aplicar no curso da UNL: "Nos seminários laboratoriais há tempo para fazer, discutir e refletir, o que não acontece na empresa; o aluno é desafiado a fazer (uma reportagem) utilizando o que aprendeu em todas as cadeiras".

³³⁷ Num trabalho publicado em 2005, apresentámos as vantagens de uma aliança entre os órgãos de comunicação social de proximidade (televisões de proximidade) e as licenciaturas na área, ministradas nos estabelecimentos de ensino dessas comunidades. Os cursos deveriam ser parceiros dos meios de comunicação social de proximidade, formando quadros, produzindo conteúdos e testando, em laboratório, novas abordagens jornalísticas e tecnológicas de apoio à ação profissional. Dessa parceria deveria resultar, igualmente, a criação de postos de trabalho, contribuindo para que alguns profissionais da região pudessem fixar-se nas comunidades de origem. A plena concretização destas parcerias subentende, todavia, o investimento dos cursos no desenvolvimento da área específica do jornalismo de proximidade (Coelho, 2005: 205 e 206).

afirmem marca do projeto formativo. Esses órgãos devem estabelecer pontes preferenciais com o serviço público de rádio e televisão, nas suas diversas plataformas, produzindo dois programas de informação (um por semestre), em versão multimídia, televisiva e radiofônica, que sejam a montra dos melhores trabalhos do curso. Esta proposta assume a necessidade da coordenação/direção do curso patrocinar a criação desses órgãos de comunicação social internos, representativos do projeto formativo, evitando assim que cada docente crie a sua própria montra, diretamente relacionada com a unidade curricular que leciona;

- Incentivando a participação regular de jornalistas, empresários de *media*, políticos, académicos de diversas áreas e outros profissionais em unidades curriculares específicas, definidas pela coordenação e pelos docentes do curso;

- Incentivando a presença regular de docentes do curso em diversos órgãos de comunicação social, observando e investigando as rotinas profissionais com o propósito claro de, nesse posto de observação privilegiado, estreitarem laços com o mercado, refletindo sobre a profissão, devendo o resultado dessas investigações ser apresentado e discutido com os grupos de *media* de acolhimento³³⁸;

- Incentivando os grupos de *media* a promoverem, junto dos seus profissionais, a criação de condições para um regresso à academia, frequentando programas de pós-graduação, estudos de segundo e terceiro ciclo, simultaneamente adquirindo novas

³³⁸ Esta proposta foi defendida por Manuel Pinto, na entrevista que o académico nos concedeu a 26 de abril de 2012. Pinto defende a presença dos académicos em períodos não superiores a um mês em missões de observação que os ajudem a perceber a dinâmica de organização de uma redação. A ideia foi igualmente assumida no ponto oito da Declaração de Princípios da Formação em Jornalismo (Singapura, 2007). Também Tom Dickson expressara, no ano 2000, idêntico propósito: "Seria importante que os professores da área dos *media* (...) pudessem passar algum tempo junto dos profissionais (...) Se a Faculdade não estabelecer essas relações com a indústria deixa de conseguir acompanhar a prática corrente, moldada pelas rápidas alterações tecnológicas" (171). Jane Taylor, assumindo o pleno esbatimento das fronteiras entre as prática de docência, associadas a professores teóricos ou práticos, ao mesmo tempo que incentiva os docentes profissionais a estabelecerem pontes com a reflexão académica, no sentido de darem contexto à sua própria experiência, apela, igualmente, a que os chamados teóricos tenham contacto com a redação: "Não será irrelevante para os teóricos serem expostos ao mundo real do jornalismo de tempos a tempos" (2004: 194). Stephen Reese e J. Cohen (2000) consideram que o estabelecimento de alianças e parcerias entre profissionais de ambos os lados, em concreto jornalistas, profissionais de *media* e académicos será vantajoso para todas as partes: "Reforçando o seu próprio profissionalismo, os académicos devem criar pontos de contacto com o jornalismo e com os profissionais dos *media*. Até os críticos mais severos, que integram as corporações profissionais, deverão aceitar que elementos mais esclarecidos e bem intencionados aceitem trabalhar com os académicos, com o propósito de melhorarem a prática profissional. Esta interação não terá o propósito de enfraquecer nenhuma das partes, apenas disponibilizará mais informação a cada uma delas no sentido de, em conjunto, promoverem a reforma" (*apud* Nolan, 2008: 734 e 735). No que concerne à realidade espanhola, Carlos Barrera e Ramón Salaverría consideram existir "uma tendência crescente de aproximação entre os mundos profissional e académico, seja pela presença de profissionais na academia, com o estatuto de professores convidados, seja pelas relações que os professores de jornalismo tentam manter com os jornalistas no ativo e com as empresas" (2009: pos. 5945). A interação, como conclui Brooke Kroeger, beneficiará ambos os lados, mas beneficiará, igualmente, o público: "as ferramentas do jornalista podem ser instrumentos preciosos nas mãos do académico", e os "métodos de pesquisa do académico" serão fundamentais para o jornalista, sobretudo para a investigação jornalística (1997: 1 e 2).

competências académicas e refletindo sobre a prática quotidiana, contribuindo para a sua melhoria³³⁹.

- Incentivando os grupos de *media* a permitirem que profissionais com competências específicas promovam, por curtos períodos de tempo, ações de formação complementares, associadas a unidades curriculares específicas, contribuindo, essas ações, para estabelecer pontes diretas de contacto dos alunos com o quotidiano profissional³⁴⁰;

- Incentivando os grupos de *media* a disponibilizarem meios técnicos e humanos que participem na formação de profissionais que, na academia, auxiliem os alunos na concretização de trabalhos curriculares, como contrapartida à participação de docentes do curso em ações de formação específicas junto desses meios de comunicação social;

- Avaliar a criação de um Conselho Consultivo do curso que integre coordenação/direção, representantes de centros de investigação associados ao curso, Professores Jubilados, antigos alunos, jornalistas de referência e empresários de *media* com o propósito de avaliar a forma como o plano de estudos se inter-relaciona com as necessidades do mercado sem ficar refém delas e, simultaneamente, participa no questionamento da lógica que o estrutura. Um olhar externo afigura-se decisivo para a consolidação do próprio projeto formativo³⁴¹;

- Promover a permanência dos alunos, por curtos períodos de tempo, em ambiente profissional, com o propósito de observarem as rotinas e desenvolverem pequenos trabalhos de investigação, que resultem dessas missões de observação. Essas participações, a ocorrerem em períodos específicos, que não coincidam com o tempo letivo (eventualmente cinco dias antes da pausa letiva do Natal e outros cinco após a pausa letiva da Páscoa), devem ser associadas a unidades curriculares específicas, acompanhadas pelos docentes responsáveis por essas uc, e os trabalhos concretizados pelos alunos integrar o plano de avaliação das unidades curriculares em causa.

³³⁹ Esta experiência teve resultados positivos na Finlândia, nos anos 90. Os empresários de *media* encorajaram os seus jornalistas mais experientes a completarem estudos de doutoramento, conscientes da importância dos resultados da investigação académica no quotidiano profissional (Salokangas, 2003: 16).

³⁴⁰ A proposta é igualmente assumida por Jean-Marie Charon, numa perspetiva abrangente, assumindo, em parte, as sugestões que fazemos no ponto seguinte: "Este entrelaçamento deverá incluir o envio de jornalistas para as escolas, o empréstimo de equipamento sofisticado e a garantia de contratos de trabalho, a tempo limitado, ou estágios intensivos para licenciados" (2003: 164).

³⁴¹ A proposta foi, em parte, assumida por António Granado na entrevista que o jornalista da RTP e professor da UNL nos concedeu em setembro de 2011. Granado limitava, todavia, a composição deste conselho consultivo aos agentes do mercado, facto que, em nosso entender, condicionaria o âmbito de ação de um órgão com estas características, sobretudo por colocar o foco, excessivamente, no mercado.

Na entrevista que nos concedeu a 4 de maio de 2012, Mário Mesquita alertava-nos para a necessidade de reforçar os laços com os antigos alunos, defendendo a concretização de inquéritos cujos resultados pudessem monitorizar a forma como o curso participou na integração profissional dos antigos alunos.

Idealmente, essas presenças devem ser associadas a diversas áreas de saber e envolver diversos docentes. Detalharemos estes modelos de interação no ponto relativo aos estágios;

- Organizar a visita de alunos a diversas entidades públicas (Parlamento, autarquias, ministérios, tribunais, hospitais, forças armadas, polícias, proteção civil, etc.) no sentido de observar, no local, formas de organização, funcionamento e missão pública. Esta tarefa deve ser associada a uma uc específica, que apresentaremos na última fase deste capítulo.

4) O caso específico dos estágios no primeiro ciclo

A análise das experiências relatadas pelos alunos estagiários, que integram o nosso painel, permite-nos identificar duas tendências comuns aos seis cursos: por um lado, a forma como o curso não evita que os alunos cortem os laços com o estabelecimento de ensino, durante toda a fase de estágio, limitando-se a nomear orientadores que não exercem a função ou, simplesmente, abandonando os alunos à sua sorte, permitindo que enfrentem sozinhos a complexidade da incursão no mundo profissional; por outro, consequência direta desse abandono, a incapacidade, revelada pelos cursos, em cativar os alunos para prosseguimento de estudos de segundo ciclo.

Estas duas situações induzem o reequacionamento do papel do estágio no primeiro ciclo.

A aplicação da reforma de Bolonha é particularmente sensível no capítulo da redução do tempo letivo dos cursos de primeiro ciclo. Esta redução é comentada, de forma crítica, pela maioria dos professores do nosso painel, mas recebe o mesmo enfoque negativo das empresas de *media* que responderam ao nosso questionário. Estas opiniões contribuem para que questionemos a existência do estágio no primeiro ciclo, nos moldes praticados pelos seis cursos. Observámos a existência de três modelos de estágio: o corte, liminar, dessa via de contacto privilegiado com o mercado, com o argumento de que esse corte resulta da redução imposta por Bolonha (UNL; ULP); fazer depender a obtenção do diploma da frequência de um semestre de estágio (o que reduz a expressão letiva do curso a cinco semestres), que o estabelecimento de ensino acompanha à distância, sem estabelecer pontes com o aluno no local de estágio, ou com a empresa de acolhimento (ESEC, UP); e a situação intermédia de atribuição ao estágio de um conjunto de créditos equivalente a uma unidade curricular (ISMAI, CJ - nove créditos). Esta situação intermédia deveria pressupor uma ligação dos alunos às empresas correspondente ao peso curricular do estágio, com o consequente reforço da

supervisão do estabelecimento de ensino; contudo os alunos têm de cumprir as regras das empresas, que não distinguem estágios curriculares. Nestes casos, não são detetáveis os sinais de reforço do acompanhamento aos alunos por parte das duas escolas.

Na nossa proposta, o estágio assume um papel determinante no primeiro ciclo, distanciando, todavia, das práticas que observámos.

Entendemos que o contacto com o mercado é fundamental para o aluno, mas deve ser estabelecido de forma faseada e progressiva, ao longo de todo o primeiro ciclo, a juntar aos outros momentos de ligação que enunciámos. Assim, como já salientámos, a estratégia de coordenação deve definir o modelo de incursão dos alunos no mercado e associá-lo às diversas unidades curriculares do plano de estudos, independentemente de se tratar de uma disciplina mais teórica ou mais prática. Os primeiros dois semestres do percurso formativo, normalmente mais teóricos, não deverão dispensar o estabelecimento dessas pontes, proporcionando aos alunos a possibilidade de trabalharem modelos teóricos associados à ação jornalística, observando práticas quotidianas. O que preconizamos, para estes dois primeiros semestres, é o estabelecimento de pontes de contacto entre os docentes das uc teóricas, que tenham no programa o estabelecimento dessas pontes, a definição conjunta das práticas que serão observadas e dos ângulos de observação, de forma a limitar o tempo de permanência dos alunos na redação. Preferencialmente, esses docentes poderão requerer a colaboração dos docentes mistos, responsáveis pelas uc práticas, para aprofundamento da idiossincrasia da redação e agilizar o contacto com as empresas jornalísticas. Na lógica da aproximação progressiva ao mercado, que defendemos no nosso modelo, a permanência dos alunos na redação deve ir aumentando à medida que as uc, classificadas como práticas, adquiram uma maior expressão nos planos curriculares, devendo, no terceiro ano, existir um período máximo de permanência do aluno na redação de um mês, coincidindo com o final do ano letivo, podendo ocorrer entre 15 de junho e 15 de setembro, de forma a que as notas finais possam ser lançadas até final de setembro. Essa permanência na redação deve estar associada a uma das unidades curriculares do terceiro ano que reflita a maior aproximação à profissão. Essa uc terá um docente regente, mas pela sua abrangência, contará, como iremos ver, com a colaboração de outros docentes, sobretudo dos que, nesse ano letivo assumirem responsabilidades de orientação dos estágios. Os alunos poderão escolher o meio de comunicação social e a plataforma onde farão esse estágio, de entre o leque de opções

que integrem o protocolo estabelecido pelo curso. O orientador do estágio poderá ser escolhido de acordo com a área de trabalho que o aluno desenvolver nesse contacto com a empresa. Anualmente, a coordenação nomeará docentes das diversas áreas para assumirem responsabilidades de orientação. Durante esse mês de estágio, o aluno desenvolverá um programa de trabalho previamente definido com o orientador. A permanência na empresa incidirá, sobretudo, na observação das práticas quotidianas, com o propósito claro de produzir um trabalho académico de reflexão sobre essas práticas. Ao contrário do que acontece nos casos que analisámos, o trabalho académico não deve restringir-se ao relato diacrónico da experiência do aluno, sem a associação a uma dimensão reflexiva que, verdadeiramente, atribui sentido e utilidade a essa experiência. Nos casos que analisámos, o mero relato resulta da edificação de uma linha de fronteira entre os dois mundos: o académico, que o aluno deixou definitivamente para trás, e o profissional, que, obsessivamente, pretende integrar.

Os diversos contactos, que o aluno de primeiro ciclo estabelecer com o mercado, representam, exclusivamente, momentos de entrecruzamento da prática com os modelos teóricos aprofundados ao longo do percurso, devendo o respetivo desenho, e aplicação do mesmo, ser da responsabilidade do estabelecimento de ensino. Os docentes responsáveis pelas unidades curriculares promotoras dessas pontes nos primeiros quatro semestres do curso, e o docente orientador do estágio de um mês, associado a uma unidade curricular do sexto semestre, devem interagir com o aluno como em qualquer outro processo de aprendizagem, integrado no programa da respetiva unidade curricular.

A análise que fizemos dos diversos planos curriculares e o aprofundamento do impacto nos alunos das matérias apreendidas demonstra-nos, de forma clara, que um percurso de seis semestres não prepara o aluno para uma integração autónoma no mercado. O contacto diário com a rotina profissional só deve ser assumido depois de exploradas as vias de interligação entre prática e teoria, e esse processo deve ser aprofundado no segundo ciclo. O estágio é o tempo em que o aluno pode, finalmente, provar que está apto a apreender a complexidade da profissão. Um bom desempenho representa uma oportunidade de contratação, pelo que, incursões autónomas titubeantes, porque assumidas antes do tempo, podem representar o efeito contrário.

Nos casos em que o aluno, de segundo ciclo, optar por seguir jornalismo (ação profissional), o estágio curricular de três meses, equivalente a um semestre, não deve,

apesar da autonomia defendida, representar um corte com a componente letiva da formação³⁴².

5) Estabelecimento de pontes com universidades estrangeiras e portuguesas.

Com o propósito de estudar formas funcionais de interligação entre teoria e prática no interior dos currículos e analisar pontes bem sucedidas da academia com o mercado, os cursos devem promover laços com universidades estrangeiras, onde essas experiências ocorram, e desenvolver idêntico esforço de entrecruzamento, com os mesmos propósitos, a nível nacional. Para tal deverão ser dados alguns passos concretos:

- Incentivar a aplicação de programas de intercâmbio de docentes entre universidades estrangeiras onde a experiência portuguesa possa ser confrontada com a de outras realidades geográficas, contribuindo, como sugeria Jan Servaes, para que os programas de estudo quebrem a *carapaça nacional* que os limita. A introdução de práticas de docência e de conteúdos curriculares de países que já consolidaram o jornalismo, enquanto disciplina académica, será decisiva no necessário processo, de longo prazo, de refundação do ensino da área em Portugal. Os programas de intercâmbio, que atualmente existem, dependem muito do voluntarismo dos docentes, não integrando a estratégia de coordenação; a nossa proposta pressupõe que essa troca de experiências se transforme numa prática regular, consubstanciada, não apenas, na deslocação de docentes a outros países, para desenvolverem programas curriculares específicos, como já acontece, mas, igualmente, na frequência de ações de formação em áreas estratégicas para as coordenações dos cursos, cujo resultado possa, posteriormente, ser transmitido ao corpo docente. Deverá ser feito um esforço para que as boas práticas, observadas nessas incursões, sejam discutidas e integradas no plano de estudos;

- Tornar regular o intercâmbio de docentes entre os diversos cursos da área a nível nacional, seguindo o guião definido no ponto anterior;

- Promover a criação de associações de docentes dos diversos cursos, organizadas por área de saber, com o propósito de estabelecer algum grau de

³⁴² Uma aproximação progressiva do aluno de primeiro ciclo ao mercado é defendida por Carlos Camponez (entrevista realizada a 9 de maio de 2012). O professor da Universidade de Coimbra entende que as pequenas incursões do aluno na redação devem ter, igualmente, uma função vocacional, ajudando-o a definir se a prática quotidiana é, realmente, o rumo profissional que quer assumir. Joaquim Fidalgo (entrevista realizada a 26 de abril de 2012) assume que o primeiro ciclo não deve prescindir do estágio, mas, o professor da Universidade do Minho, entende que a Universidade e a empresa têm de estreitar laços: "A nomeação de um coordenador do curso e outro da empresa, que se encontrem e discutam o que o aluno anda a fazer, seria útil para os dois lados; não podemos continuar a viver em mundos opostos".

uniformização de programas curriculares específicos e da bibliografia nas unidades curriculares dessas áreas; o resultado dessas discussões seria, posteriormente, transmitido às direções/coordenações dos cursos, podendo as conclusões ser aplicadas depois de previamente discutidas com o corpo docente³⁴³.

A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE ESTUDOS

A Comunicação Enquanto Síntese

No modelo que estamos a desenhar, a formação em banda larga na área do jornalismo de primeiro ciclo, ministrada na universidade, assume como matriz a comunicação, ponto de chegada das influências das humanidades e das ciências sociais, e ponto de partida para o estabelecimento de pontes com o subcampo profissional. Como salientámos, no capítulo quatro, a definição da *casa natural* do jornalismo na academia tem resgatado a atenção crítica de diversos autores. O nível da discussão é consequência direta do processo frágil de conquista de estatuto académico do jornalismo. Ora, a consolidação do jornalismo enquanto campo académico resultará do permanente entrecruzamento com as humanidades, as ciências sociais, a comunicação e a técnica profissional. A opção que assumimos, de posicionar o jornalismo na comunicação, resulta da essência desse campo de acolhimento, ele próprio resultado de interpenetrações e numa posição privilegiada para acrescentar ao jornalismo a dimensão reflexiva que ele exige para apreender a crescente complexidade do mundo e agir sobre ela. O jornalismo é comunicação; é o motor que a promove, alcançando efetividade sobretudo agora, neste tempo dominado pelas tecnologias digitais, que possibilitam a integração no processo produtivo da notícia de um público ativo, a quem a unidirecionalidade vedava a participação.

A interpretação que o jornalismo faz do mundo resulta da síntese das interpretações, que a comunicação está apta a construir, feitas pelas "cinco lentes" das ciências sociais e humanas (sociologia, história, linguística, ciência política, análise cultural), sugeridas por Barbie Zelizer. Essas "cinco lentes" expressam, no entender da

³⁴³ Manuel Pinto pretende atingir o propósito que aqui enunciamos por uma outra via, menos formal. A proposta do académico passa pela criação de uma base de dados que registe a identidade dos docentes e investigadores de jornalismo, os cursos, os centros e projetos de investigação, a bibliografia dos estudos jornalísticos produzidos em Portugal e a bibliografia básica para o ensino do jornalismo. O objetivo desta base de dados é constituir "instrumentos de referência" que contribuam para definir "parâmetros mínimos para a existência e funcionamento de cursos de formação em jornalismo" (2004: 61). Já Sandra Marinho propõe uma abordagem mais abrangente, defendendo a criação de um "Fórum de Gestores de Projetos de Ensino em Jornalismo" que reúna, pelo menos uma vez por ano, diretores/coordenadores dos cursos na área, mas também os responsáveis pelos projetos de formação profissional. Estas reuniões informais produziriam linhas de força comuns, "sem prejuízo da diversidade de projetos e da autonomia de cada instituição de ensino" (2011: 403 e 404).

autora, a cadeia de interligações que reveste o quadro que contextualiza o jornalismo. Associadas, essas "cinco lentes" fornecem-nos "todos os ângulos essenciais para produzir argumentos autorizados sobre a forma como funciona o jornalismo", representando as suas "múltiplas faces" (2004: 204, 206, 213).

Em 2009, a autora clarificou este pensamento, atribuindo a cada uma das *lentes* uma missão específica:

"A sociologia cria um quadro do jornalismo que coloca o foco nas pessoas, e não nos documentos, nas relações, nas rotinas laborais e nas interações formais entre os membros da comunidade, envolvidos na recolha e divulgação da informação (...) A história (...) usa o passado como forma de interpretação do jornalismo contemporâneo (...) Ao contrário da sociologia, (a história) está sobretudo dependente de documentos, e não de pessoas (...) A história contribuiu para legitimar o jornalismo enquanto campo de estudos (...) Os estudos linguísticos assumem que a mensagem jornalística não é transparente nem simplista, mas sim o resultado de uma construção (...) A ciência política interroga-se sobre a forma como o jornalismo deve operar em condições ideais. Através dela, os académicos interrogam-se sobre a melhor forma do jornalismo servir o público (...) Por fim, a análise cultural, interroga-se sobre o conceito que o jornalismo tem de si próprio (...) explorando os sistemas culturais simbólicos que, para os repórteres, atribuem sentido à profissão (2009: 35-37).

A associação destas cinco *lentes* ao jornalismo cria um espaço próprio na academia, concebido a partir de um princípio de interdisciplinaridade dinamizado pela comunicação, e das pontes que ela estabelece com as humanidades e as ciências sociais. Como conclui Zelizer, "se o jornalismo, enquanto forma de expressão" está diretamente relacionado com as humanidades, "a avaliação do impacto do jornalismo" requer o envolvimento das ciências sociais (*idem, ibidem*: 38). A estruturação de um plano de estudos reclama esse entrecruzamento permanente, mesmo que às lentes decodificadoras, sugeridas por Zelizer, devam ser associadas outras, igualmente decisivas na estruturação do campo académico, na definição de linhas de investigação e na concetualização de modelos de formação. A ação quotidiana exige um enquadramento teórico, que a interprete e lhe dê contexto, mas necessita, igualmente, de experimentar novas abordagens, testadas no laboratório privilegiado da academia.

Mesmo reconhecendo existirem sociólogos "demasiado implicados no jogo jornalístico, que caracterizam os jornalistas com as imagens que eles querem ter deles próprios", Pierre Bourdieu valoriza o papel da sociologia na decodificação do jornalismo, afirmando que o sociólogo deve funcionar como um "desencantador" (1996b: 1):

"Cada jornalista tem palas nos olhos que o impele a ver umas coisas e a ignorar outras (...), operando uma construção do que seleciona (...) A sociologia, como todas as ciências, tem por função revelar as coisas ocultas" (1996a: 5).

Nos Estados Unidos, o ensino do jornalismo na academia começou por se posicionar distanciado do campus e, como consequência, impedido de estabelecer pontes com disciplinas vizinhas (Weaver, 2003: 53), mas a crescente associação do jornalismo à comunicação constitui a marca mais recente (Weaver, 2003: 53; Marinho, 2011: 368). Essa associação, com o campo da comunicação e deste com o das ciências sociais e humanas, decorre da própria natureza do jornalismo (Reese, 1999; Johansen e Dorman, 2003; Zelizer, 2004). Essa interdisciplinaridade será construída a partir do estabelecimento de "pontes intelectuais", entre as diversas disciplinas, (Johansen e Dorman: 83), por onde seja possível circular o "melhor pensamento das ciências sociais e humanas" (Reese, 89 e 90).

Stuart Adam, cujo modelo de formação estabelece ligações diretas à lógica estruturadora da banda estreita, no sentido em que cada disciplina do plano de estudos deve servir os propósitos claros do jornalismo, sem a intermediação da comunicação, elege, ainda assim, a interação permanente entre o jornalismo e as disciplinas académicas tradicionais como o enquadramento de base, devendo, esse entrecruzamento, assumir linhas orientadoras específicas:

"Assumir um pensamento abrangente, ancorado na conceção de pontes entre jornalismo e academia; assumir um discurso abrangente que reflita o desejo de misturar as disciplinas académicas tradicionais com as disciplinas associadas ao jornalismo e patrocinar a imersão dos estudantes nesse discurso, onde a moral filosófica é parceira da ética jornalística; a teoria política afirma o julgamento e interpretação apropriados para o conhecimento da democracia; a literatura contribui para a consolidação de um sentido superior da linguagem e para a plena aceitação dos métodos da narrativa jornalística" (2002: 1).

Neste contexto, o princípio, enunciado por Manuel Pinto, a aplicar a um modelo de banda larga, parece-nos particularmente incisivo:

"Torna-se necessário trabalhar uma perspetiva ecuménica abrangente da formação em jornalismo. Mas não uma formação eclética. Não um somatório, mas um concerto de dimensões, em que os vários naipes - filosofia, sociologia, cultura, política, linguagem, comunicação, tecnologia, estudos jornalísticos - encontrem modo de se articularem entre si" (2004: 60).

Jane Taylor considera, exatamente, esse compromisso do jornalismo com a interdisciplinaridade a fonte de "legitimação de um campo de estudo reconhecido e distintivo" (2005: 194).

Hugh de Burgh classifica esse "entrecruzamento disciplinar" como a "quintessência" do jornalismo enquanto disciplina académica: "provavelmente

assentando base, sobretudo, nas ciências sociais, mas aberto a outras influências" (2003: 96).

Seguindo uma ótica de abrangência, Brooke Kroeger amplia essa rede de influências "aos vastos recursos intelectuais da comunidade universitária", propondo a constituição de "painéis interdepartamentais" (2002: 3) que valorizem o campo.

O resultado da interdisciplinaridade constitui o âmago de qualquer programa de estudos na área, cujo propósito final, Thumas Kunkel concentra numa ideia: "devemos ensinar competências que ajudem os alunos a pensar de forma crítica e que lhes espicacem as consciências, de forma a serem lançados, com sucesso, no quotidiano" (s.d.:4).

A afirmação de um tal grau de abrangência, que eleva a vastidão da comunicação (incluindo o campo dos *media*), das ciências sociais e humanas, mais a tecnologia, a estatística à qualidade de elementos estruturadores do campo académico do jornalismo, transforma o desenho de qualquer programa de estudos na área numa tarefa dificilmente alcançável. Impõe-se, assim, um processo de depuração das matérias que realmente devem participar na estruturação do modelo de formação. Colocado no centro do plano de estudos, o campo da comunicação sobressai como filtro (síntese) que recebe as influências dos campos vizinhos, adaptando-as à sua própria génese e disponibilizando-se para transportar o resultado das interseções intelectuais para o subcampo profissional. A tecnologia, o instrumento que promove e amplia a comunicação, e a estatística, que ajuda o jornalismo a interpretar e a elaborar quadros concetuais de apreensão da realidade, constituirão, assim, um outro nível, meramente instrumental, dentro do plano curricular, jamais funcionando desarticulado das necessidades momentâneas da profissão. Ou seja, são complementos essenciais à ação profissional, mas não constituem, elas próprias, elementos estruturadores da ação profissional, como verificámos ocorrer, por exemplo, no plano de estudos do ISMAI, onde o peso das unidades curriculares tecnológicas lhes garantia uma participação autónoma no currículo.

A Tecnologia Enquanto Complemento

No capítulo três detalhámos os efeitos que as novas tecnologias digitais tiveram no jornalismo, onde, a juntar ao reflexo positivo da introdução do público no processo produtivo da notícia, sobressai o fracasso da dinâmica calculista do mercado, que, no esforço vão de aumentar rapidamente as receitas, se encontrou, de repente, mergulhado

numa crise de sustentabilidade que colocou, ainda mais, em causa o jornalismo de qualidade. Como observámos, a crise do jornalismo é acentuada pela integração das tecnologias digitais, mas o processo de deriva, a que assistimos, é anterior, assentando raízes na valorização da componente financeira que alimenta o grande negócio em que o jornalismo se tornou, sobretudo a partir dos anos 80 do século passado.

O efeito criado pela introdução das novas tecnologias digitais no jornalismo foi gerido de forma deficiente pelo mercado, mas também pela academia. Se o mercado investiu de forma irrefletida e precipitada na Internet, acreditando na rápida explosão de receitas, também a academia revelou dificuldade em integrar a dimensão tecnológica nos planos curriculares. No caso português, os reflexos dessa integração deficiente são bem visíveis nos cursos que analisámos.

Se o curso da UNL tarda em associar a dimensão tecnológica aos currículos e, no momento em que a coordenação pensou em fazê-lo, apresentou uma proposta que ameaçou pôr em causa a matriz do projeto formativo, os restantes cinco cursos, embora em diferentes proporções, assumiram a tecnologia como âncora do plano de estudos, autonomizando-a do jornalismo. O estatuto que essas formações concederam à dimensão tecnológica contraria a lógica que preside à estruturação do nosso modelo de formação.

Sandra Marinho e Hélder Bastos, que avaliaram o impacto da tecnologia digital nos cursos de jornalismo, mesmo seguindo linhas de investigação diferentes, assinalam a falta de estratégia que presidiu a essa integração. Sandra Marinho deteta "um crescimento do número de unidades curriculares associadas às novas tecnologias", mas reconhece que esse aumento não foi resultado de "uma estratégia clara e pensada" (2011: 270). Hélder Bastos também reconhece que a universidade ainda não reflete uma "perceção suficientemente clara e uniforme", relativamente "ao enquadramento a dar ao ciberjornalismo", mas, o autor faz depender esse desempenho da academia da dificuldade de absorção do mercado. Não nos revemos na singularidade que o autor atribui à ação jornalística em ambiente *multimedia*, dando sinais de que a mesma deva colocar-se num patamar diferente, eventualmente superior³⁴⁴, ao da ação quotidiana,

³⁴⁴ Hélder Bastos aceita a caracterização que "vários autores" fazem do jornalista multimédia: "um novo jornalista, muito mais flexível do que os seus colegas da televisão, da rádio ou da imprensa" (2010: 94). Na nossa opinião, a especificidade do jornalista *multimedia* não pode ser medida pelo grau de flexibilidade, uma vez que aos jornalistas de um canal de rádio, ou de televisão, com notícias em contínuo, é exigida a mesma atitude. Cada meio apresenta, todavia, especificidades que condicionam a ação, mas essas não são de molde a colocarmos os perfis em patamares superiores.

ainda assim, o desinteresse do mercado nessa formação específica, que Bastos realça, coincide com a nossa visão:

"Nalguns (poucos) casos, a formação universitária em ciberjornalismo está para lá daquilo que são as exigências e a realidade do mercado de trabalho (...) Noutros casos, as cadeiras de ciberjornalismo, pura e simplesmente, não existem ou têm uma relevância residual na arrumação curricular dos cursos de jornalismo e/ou ciências da comunicação (...) A oferta ao nível da formação superior em ciberjornalismo excede a capacidade de absorção de estudantes por parte das empresas jornalísticas (...) A apetência dos alunos de jornalismo e ciências da comunicação pelas cadeiras de ciberjornalismo parece não ser grande, o que, em parte, se deverá às ainda frágeis perspetivas de emprego na área" (2010: 93)³⁴⁵.

Mesmo reconhecendo que o mercado em Portugal não está disponível para rever as opções relativamente ao digital por manifesta dificuldade em integrar essa dimensão na rotina quotidiana, Hélder Bastos propõe um investimento académico singular nesta área³⁴⁶. O autor eleva o perfil do ciberjornalista, distanciando-o "cada vez mais do perfil do jornalista tradicional", associando-lhe um conjunto de funções que poderíamos classificar como não sendo eminentemente jornalísticas: "facilitador ou intermediário do processo de comunicação, integrador de conhecimento, processador de informação (...) gestor de conteúdos" (*idem, ibidem*: 94). Tendo por referência este conjunto de funções, Bastos reclama uma "formação específica" - "alargada e multidisciplinar", "orientada para o domínio cruzado dos diferentes *media*" (*idem, ibidem*: 95).

Bastos não está sozinho na defesa de uma formação académica específica de primeiro ciclo para jornalistas online. João Canavilhas (2004: 117 e 118) e Charlie Beckett (2008: 157 e 158), entre outros, entendem que a especificidade do jornalismo online exige projetos de formação que disponibilizem ao aluno ferramentas tecnológicas que lhe permitam integrar o público no processo produtivo da notícia.

O novo papel do público, promovido pelas novas tecnologias, a pré-anunciar a alteração do paradigma do jornalismo, tem de ser integrado nos planos de estudo, mas converter essa base de refundação do jornalismo em unidades curriculares de jornalismo

³⁴⁵ A forma como as redações em Portugal estão organizadas, sobretudo nos grupos *multimedia*, restringem o trabalho do jornalista digital a um conjunto de funções de secretária (utilização de conteúdos produzidos por colegas de outras plataformas e adaptação à plataforma *multimedia*), que os impede de fazer reportagem, o que pode tornar a função menos atrativa para um jovem jornalista.

³⁴⁶ Sandra Marinho, que orienta o seu modelo de investigação sobre a formação académica em jornalismo para a avaliação dos efeitos da tecnologia nos planos curriculares, questiona o investimento isolado na componente tecnológica. A autora recorre ao pensamento de Sarachan (2001): "Sarachan adverte para os perigos de tratar os novos *media* como um caminho separado, já que isso coloca a tecnologia como o elemento definidor do *curriculum*". Como reconhece a autora, "trata-se, enfim (...) menos uma questão de aprender novas tecnologias e *softwares*, e mais uma questão de aprender a pensar numa lógica *multimedia* e a desenvolver a versatilidade suficiente para procurar soluções em ambientes em mudança" (2011: 235 e 236). Ora essa versatilidade é transversal ao jornalismo da nossa era, independentemente da plataforma em que a ação é exercida, o que limita o efeito de uma formação de primeiro ciclo subordinada à especificidade das plataformas.

digital, ameaça restringir o potencial de mudança que é inerente ao envolvimento do público.

Romy Frölich e Christina Holtz Bacha interpretam a complexidade das novas tarefas associadas ao jornalista, mas não defendem um percurso de formação específico que as enquadre, antes alargam os desafios dos modelos existentes. As autoras assinalam a acumulação de um diverso conjunto de compromissos, de ações profissionais que, antes, eram exercidas por outras categorias profissionais:

"O que torna tudo mais difícil é o facto de os estagiários e estudantes terem de receber formação nas três plataformas (rádio, televisão e imprensa) de forma a aumentarem a possibilidade de conseguirem um emprego em jornalismo" (2003: 316 e 317).

A exigência do mercado, todavia, não passa, exclusivamente, pela polivalência funcional dos jovens. Na base desse novo quadro de funções reclamado está o perfil amplo do "comunicador versátil, capaz de se adaptar a diferentes condições de trabalho" (Barrera e Vaz, 2003: 45), o que pressupõe o esbatimento de fronteiras entre jornalismo e persuasão, impondo novos desafios à formação académica.

José Rebelo alerta, exatamente, para as consequência dessa diluição de fronteiras:

"A comunicação³⁴⁷ invadiu o jornalismo de forma inexorável. Introduziu fatores de tensão na formação dos jornalistas, privilegiando a formatação de estudantes numa perspetiva instrumental e operatória, segundo as necessidades do mercado, em detrimento de uma visão crítica da realidade, na qual o jornalismo imerge profundamente e com a qual permanentemente interage" (2011: 32).

Sara Meireles Graça recorre a uma expressão de Denis Ruellan para descrever aquela que a autora entende ser a nova realidade das empresas de *media*, reclamada pelos empresários: "uma *amálgama*³⁴⁸ de perfis profissionais", consubstanciada na concretização de "atividades afins", não certificadas pelo título profissional, "que, apesar das diferenças, se ocupam, igualmente, da produção de conteúdos" (2009: 155).

Este mergulho do jornalismo nas disciplinas que o infetam, que a polifuncionalidade sugere, é anterior à imposição do novo quadro tecnológico. Como assinala Annelie Ewers, a versatilidade do jornalista é reclamada desde que o

³⁴⁷ No capítulo dois apresentámos as diferentes interpretações do conceito de comunicação. Rebelo, como Carey, Medsger e Neveau, associa o conceito ao entretenimento e à persuasão, assumindo-o, neste contexto, fator de contaminação do jornalismo. A nossa interpretação do conceito, como temos insistido, é diferente: o jornalismo é, ele próprio, um processo promotor de comunicação.

³⁴⁸ Itálico nosso.

movimento de mercantilização do jornalismo se impôs, tendo adquirido novo impulso no último quartel do século XX:

"As mudanças impõem-se a vários níveis (...) Estes jovens não têm qualquer problema em fazerem *infotainment* de manhã, comerciais à tarde, e notícias à noite. Estão a ser flexíveis, a responderem às condições do mercado (...) A flexibilidade é necessária, até é lógica (...) mas esta visão desfocada do que é o jornalismo é a maior diferença que separa a prática de hoje da prática de ontem" (1997).

A tecnologia digital aproximou as plataformas, criando um ambiente *multimedia* com reflexos na ação quotidiana em todos os meios. Os planos de formação não podem ignorar as vantagens da convergência entre as diferentes plataformas, nem os inconvenientes *da divergência*, no sentido proposto por Ivar John Erdal e a que demos destaque no capítulo três. O autor refere a apropriação que alguns empresários de *media* fizeram da tecnologia digital, no sentido de forçarem a requalificação dos profissionais, por um lado, esbatendo fronteiras entre tarefas, por outro, colocando os jornalistas a acorrerem, em simultâneo, aos ritmos e necessidades dos diferentes meios de grupos *multimedia*. A formação académica deve refletir sobre os efeitos dessa convergência na ação profissional mas, igualmente, aprofundar a discussão de modelos de ação profissional convergentes que não deixem o jornalismo enleado nos constrangimentos provocados pelo fator tempo. Vai ficando clara a necessidade do estudante conhecer a especificidade de cada meio, mas o que sobressai no nosso modelo, é, como afirmámos, a preocupação com o jornalismo. Como realça Elizabeth Birge, "quando as pessoas pensam em convergência, acreditam que os jornalistas têm de fazer tudo (...) mas isso não reflete a realidade". Citado pela autora, Dominick, conclui que "se tivéssemos alguém a fazer tudo, seria o caos" (2004: 13).

Aceitamos que a ação jornalística, na era digital, requeira a integração de novas funções tecnológicas, mas essas não são de molde a absorvê-la, contaminando-a ou deformando-a. O processo de recolha, apresentação e distribuição de informação, que constitui a base da ação jornalística quotidiana, sempre exigiu a associação a uma dimensão tecnológica (paginação, composição, edição de texto, de áudio, de vídeo), a integração da componente digital continua a reclamar essa associação, certamente mais complexa, certamente mais determinante no resultado final, mas o princípio é, forçosamente, o mesmo. Confrontada com o ambiente digital, a ação jornalística nos próprios meios clássicos forçou os jornalistas a adquirirem novas competências tecnológicas, apreendendo a lógica de funcionamento de novos programas de edição e

de modelos de interligação (convergência) entre as diversas plataformas mediáticas. O jornalismo, todavia, deve resistir e jamais aceitar que a associação a novas tarefas tecnológicas suscite equiparação das mesmas ao padrão que molda a ação profissional.

Neste sentido, no modelo que preconizamos, um grau de especificidade na formação de primeiro ciclo, como o defendido por diversos autores, revela-se uma decisão inconsequente.

Em primeiro lugar, porque as novas tecnologias digitais, aplicadas ao jornalismo, influenciaram todo o mapa dos meios, promovendo alterações substanciais na ação jornalística quotidiana, desde logo no processo produtivo da notícia, reforçando o peso do público, que o jornalismo tradicional colocava em segundo plano. Na nossa aceção é o jornalismo, no seu todo, que requer um processo de formação que integre a dimensão tecnológica, estendendo os seus efeitos a todo o plano de estudos, ao invés de criar áreas de estudo autónomas, associadas a um único meio, ou, o que se nos afigura ainda mais complexo, oferecendo simples unidades curriculares de prática tecnológica (programação; análise e descodificação de *softwares*, etc.), de onde parecem estar ausentes uma dimensão reflexiva, bem como as associações diretas à prática jornalística. A este propósito, a linha de argumentação de Betty Medsger complementa a nossa visão. A autora entende que a integração da dimensão tecnológica nos planos de estudo não deve transformá-la "num elemento externo, incontrolável" com poder para "limitar ou erradicar" do jornalismo o compromisso com os valores que o enformam (2000: 202), ou, recuperando o pensamento de Bill Kovach e Tom Rosenstiel, apresentado no capítulo um: a "finalidade do jornalismo" mantém "uma constância admirável" que "não é definida pela tecnologia, nem pelos jornalistas nem pelas técnicas que estes empregam" (2001: 15). Informar o público respeitando os mais elevados padrões éticos e profissionais, eis, pois, o que sustenta o jornalismo.

Em segundo lugar, a assunção de um tal grau de especialização, num único meio, numa formação de primeiro ciclo, pode pressupor, de novo, que o ciberjornalista, colocado num patamar superior, concentra o conhecimento associado aos meios clássicos, ou que a existência dessa formação específica teria equivalentes para os restantes meios. Em qualquer dos casos, uma formação especializada no primeiro ciclo, por um lado, restringiria as possibilidades de absorção do mercado, e, por outro, seria contrária à lógica do primeiro ciclo, onde a aproximação ao subcampo profissional deve ocorrer de forma faseada, estando o momento de interseção previsto para os dois últimos semestres, onde, a formação especializada nos diferentes meios não poderá ter o

grau de detalhe que Helder Bastos, João Canavilhas e Charlie Beckett sugerem para os ciberjornalistas. Eventualmente, essa especialização poderá acontecer no segundo ciclo, ainda assim, alicerçada na interconexão permanente com uma dimensão reflexiva.

O embaraço que as novas tecnologias criaram à academia é difícil de aceitar. O mercado funciona por impulsos efémeros e, normalmente, está desatento. A academia, enquanto lugar da reflexão, tem por missão antecipar as tendências, que ameaçam transformar-se em moldes reestruturadores do campo de estudos, avaliando fórmulas de as enquadrar, suavizando os seus efeitos, no momento em que se impõem. Tal não aconteceu. De facto, no caso português, a integração da dimensão tecnológica nos planos de estudo dos seis cursos analisados limitou-se, como vimos, à introdução de uc de jornalismo digital ou ao reforço de uma componente *multimedia* eminentemente tecnológica, sem articulação com o jornalismo, revelando um estado de atavismo que urge quebrar.

A avaliar pelas observações críticas que, ao longo deste século, têm sido expressas por um diverso conjunto de autores, o embaraço criado pelas novas tecnologias à formação académica em jornalismo não é um exclusivo português.

Em 2000, Doug Newsom reclamava, de facto, à academia que reforçasse os seus instrumentos de interpretação da realidade, no sentido de antecipar as tendências: "A nossa investigação, o nosso ensino, a nossa preparação têm de ser visionários, na percepção dos efeitos das novas tecnologias na comunicação" (*apud* Dickson, 2000: 205).

Billy Ross fazia eco das oposições que, no final do século XX, circulavam na academia relativamente à Internet: "uma bênção para a formação"; "simples meio de comunicação pessoal" (2000: 216).

Igualmente na viragem do século, no conjunto de dúvidas que enumera, relativas à formação na área da comunicação e dos *media*, Tom Dickson destaca, exatamente, as indefinições do modelo de integração da Internet nos planos de estudo. Dickson admitia que a Internet viesse a ter o mesmo "impacto dramático", que antes tinham tido a rádio e a televisão. À luz do cenário que já então se desenhava, a interpretação do autor realçava, sobretudo, os efeitos do novo meio nas plataformas clássicas, num tempo, todavia, em que a Internet assumia, no pensamento de alguns académicos e de muitos empresários de *media*, ainda que por razões diferentes, uma porta de acesso ao futuro do jornalismo (2000: 180).

Em 2002, James Traub questionava a influência que "a forma de pensar e de agir da Internet" estava a ter nos planos de estudo, admitindo que o novo meio pudesse pôr em causa o jornalismo tradicional (1).

Em 2004, Elizabeth Birge entendia que a convergência, enquanto característica diferenciadora da Internet, "ainda não tinha provocado uma revolução nos currículos" por manifesta impreparação dos professores (10 e 11, 13).

O aviso de Jan Birhoff e Mogens Schmidt, na fase em que a Internet apenas despontava, antecipa o trilha da reflexão de Elizabeth Birge: "Os professores de jornalismo devem buscar um novo paradigma³⁴⁹ para concretizarem os seus planos de formação" (1997: 5). Os autores do prefácio da coletânea, organizada pelo Centro Europeu de Jornalismo, dedicada a avaliar os reflexos da Internet na ação jornalística, percecionaram, à época, que o digital estava a promover a institucionalização de dois modelos de formação: "um que continua a produzir jornalistas clássicos, e outro que começa a formar os novos organizadores de informação que os *media* reclamam" (*idem, ibidem*: 6). Esta constatação demonstra, desde logo, a dificuldade que a academia então demonstrou para incorporar nos currículos, desde a raiz, os efeitos da dimensão tecnológica, alimentando o crescimento de dois mundos separados, cujos efeitos negativos no percurso formativo foram acentuados pela passagem do tempo.

Em 2009, Lennart Weibull reconhece que "os modelos de formação têm estado na dependência do desenvolvimento dos *media*", sobretudo da rádio e da televisão, o que pressupõe que o crescente peso da Internet acabe por "significar mais formação nessa área" (pos. 1272). Ora esta estreita relação entre a formação e as plataformas mediáticas, que, de facto, tem tido, também em Portugal, uma marca efetiva, promovendo desdobramentos, no primeiro ciclo, de unidades curriculares autónomas associadas a cada um dos meios clássicos e à Internet, exige reavaliação. Os programas de jornalismo de primeiro ciclo devem ser rampas de lançamento intelectual, que dotem os alunos com os instrumentos de interpretação do mundo que lhes permitam agir sobre ele. Fazer depender o processo de formação de primeiro ciclo na universidade da lógica das plataformas, resultará num percurso formativo amputado de uma dimensão mais

³⁴⁹ A ideia de que a tecnologia digital pressupõe "um novo paradigma" de formação tem sido questionada na nossa investigação. O novo paradigma reclamado resulta, em nosso entender, das necessidades atuais do jornalismo, e do esforço de reestruturação que deve ser assumido; ora essas necessidades, e esse esforço, decorrem de efeitos que, embora incorporando a dimensão tecnológica, claramente a ultrapassam. Se as novas tecnologias exigem um reforço do compromisso do jornalismo com os valores que o enformam, jamais poderíamos estar a defender a alteração de paradigma. A esse nível, o que percecionamos é a necessidade de uma evolução da ação, em defesa do jornalismo. A integração do público no processo produtivo, possibilitada pela tecnologia, é que pode pré-anunciar um novo paradigma. Disso trataremos, todavia, na fase final desta investigação.

abrangente, de reflexão e questionamento. As experiências que analisámos demonstram-nos essa dependência do jornalismo às plataformas distribuidoras.

A opção mais fácil foi integrar a Internet nos currículos, simplesmente como se de um novo meio se tratasse. A decisão foi criar uma unidade curricular de jornalismo digital (ou ateliê), paralela às de jornalismo impresso, radiofónico e televisivo, situação observada em cinco dos cursos que analisámos; apenas o ISMAI, numa clara submissão do jornalismo à tecnologia, dispensa a unidade curricular de jornalismo digital. A decisão de acrescentar a Internet ao currículo, pela via do reforço do desdobramento, ou pela imposição de um aparato tecnológico, deixa de fora do plano de estudos as dúvidas que o digital levanta à ação profissional, promotoras de novas linhas de reflexão que deveriam criar áreas de análise específicas, associadas a diversas unidades curriculares. A observação dos programas das unidades curriculares dos seis cursos que analisámos e, sobretudo, as entrevistas que fizemos a docentes dos seis cursos demonstram-nos que a componente reflexiva, associada à avaliação dos efeitos da Internet no jornalismo, está presente em algumas disciplinas, contudo a discussão da matéria está longe de se transformar numa das âncoras temáticas dos cursos, sendo episódica e fruto do desejo voluntário de alguns docentes, chegando a refletir abordagens semelhantes em diferentes unidades curriculares³⁵⁰.

Novos desafios, de facto, se atravessam no roteiro da formação académica com a associação do jornalismo às novas tecnologias (Papathanassopoulos, 2009: pos 4060). Como salientámos no capítulo três, as novas tecnologias configuram o crescente envolvimento do público no processo jornalístico, sendo essa centralidade do público o impulso que deve forçar as entidades formadoras a repensarem a oferta e a assumirem novas responsabilidades. De entre esse quadro de novas responsabilidades, Betsy Plank inclui a missão de formar o público, investido do poder de participação no processo produtivo da notícia. A autora entende que a assunção dessa responsabilidade dever ser supervisionada pelos professores de jornalismo: "Quem melhor do que os professores de jornalismo" para transmitirem ao público "o conhecimento único" que lhe permitirá "aceder à informação de forma crítica e com o ceticismo saudável" que lhe permita

³⁵⁰ No capítulo sete salientámos a existência de linhas programáticas comuns a diversas unidades curriculares em cada um dos seis cursos. O estudo dos efeitos da Internet no jornalismo é especialmente redundante nos cursos da UNL (História dos *Media*; Mutação dos *Media*; Teoria da Notícia; Géneros Jornalísticos; Ateliê de Jornalismo; Ateliê de Ciberjornalismo; Ateliê de Jornalismo Radiofónico) e de CJ da Universidade Lusófona de Lisboa, onde o tema é abordado em sete cadeiras teóricas do plano curricular: Redação Jornalística; Géneros Jornalísticos; História do Jornalismo; Investigação Jornalística; Responsabilidade Social dos *Media*; Teorias do Jornalismo e Sociologia do Jornalismo e da Opinião Pública.

relacionar-se com os conteúdos produzidos de forma positiva ? (*apud* Dickson, 2000: 210). Repensar os planos de estudo, em função da nova centralidade do público, impõe o investimento em unidades curriculares de *media* literacia, que adiante detalharemos, mas possibilita, igualmente, que as unidades curriculares da variante adquiram maior abrangência temática, integrando as contribuições das ciências sociais e humanas e da comunicação, podendo, finalmente, distanciar-se da dependência relativamente às plataformas, elevando, em suma, o jornalismo a um patamar que não o torne refém dos meios onde é exercido e, como consequência, da tecnologia que lhes está associada.

A nova centralidade do público irrompe mercê do potencial tecnológico, mas, como salientámos no capítulo três, não é uma criação tecnológica, uma vez que o desinvestimento do jornalismo nos públicos era decisão unilateral dos meios onde a ação jornalística era exercida. Assumir o público como objeto central da missão do jornalismo torna-o participante ativo no processo de produção de notícia. O processo de diálogo gerado entre jornalista (emissor da mensagem) e o público força a releitura da ação jornalística e da formação académica. A ética e a deontologia profissionais adquirem, necessariamente, novo peso e essa influência deve ser absorvida pelos planos de formação. Adriano Duarte Rodrigues fez esse alerta, em 1999:

"A velocidade das inovações atualmente em curso no domínio da informação acarretará, certamente, consequências imprevisíveis sobre o futuro das gerações vindouras, criando, por conseguinte, uma nova modalidade de responsabilidade ética" (1999: 20-21).

Como observa Doug Newsom, "ensinar ética sempre foi um desafio, mas agora a dimensão desse desafio ainda é maior" (*apud* Dickson, 2000: 205).

Jan Servaes destaca, exatamente, que um sistema de *media* independente exige, "para lá das condições políticas e económicas apropriadas", a formação de jornalistas que respeitem "os mais elevados padrões éticos e profissionais" (2009: pos. 10005).

Jean-Marie Charon considera que os sucessivos colapsos do sistema dos *media*, a que vamos assistindo, acontecem quando a ética profissional e a formação falham; uma e outra não podem ser vistas em separado: "a formação deve ser encarada como a resposta a comportamentos éticos inadequados" (2003: 139). João Carlos Correia elege, igualmente, o questionamento de dimensão ética componente essencial da formação (1998b).

Sandra Marinho associa a necessidade desse novo foco nas questões éticas à "complexidade (crescente) das tarefas a desempenhar por um jornalista" e à qualidade

das decisões que tem de tomar em períodos de tempo cada vez mais apertados (2011: 227).

As novas tecnologias permitiram que o mercado criasse uma paleta de novas exigências e, uma vez mais, as necessidades da indústria reclamaram a resposta imediata da formação académica. O novo quadro tecnológico não pode ser desenquadrado da variável (económica) que deseja, de novo, ser servida, forçando a adaptação da academia.

O mercado foi lesto na integração da tecnologia na ação quotidiana, mormente nos momentos em que foi possível dinamizar a criação de jornalistas multicapacitados, mas os sinais de que a mesma rapidez tenha presidido à integração do novo quadro de preocupações éticas, igualmente suscitado pelas novas tecnologias, já se afiguram mais opacos: "A cultura jornalística dominante sublinha a importância das competências técnicas nos estágios, em detrimento de uma abordagem ética" (Taylor, 2004: 192).

PROPOSTA DE UNIDADES CURRICULARES QUE CONSUBSTANCIEM O MODELO QUE DEFENDEMOS³⁵¹

Neste ponto específico, apresentaremos as unidades curriculares associadas à variante de jornalismo e que não integram os seis planos de estudos que analisámos, ou que, integrando, apontam caminhos de estudo dissociados do nosso modelo. Seguindo os parâmetros do modelo que definimos, identificaremos, ainda, as novas unidades curriculares que poderiam passar a integrar o tronco comum.

Os seis cursos que analisámos oferecem um conjunto diversificado de unidades curriculares, com alguns (poucos) pontos comuns. Apenas três áreas curriculares integram os planos de formação dos seis cursos: investigação em ciências sociais (ou comunicação e ciências sociais, ou metodologias da investigação, ou métodos de pesquisa e investigação) direito da comunicação (ou do jornalismo), estudos da linguagem (ou técnicas de expressão do português, ou textualidades). Teoria da comunicação (apenas ausente do curso de Comunicação e Jornalismo da Universidade Lusófona de Lisboa - CJ), sociologia da comunicação ou do jornalismo (ausente dos

³⁵¹ A apresentação das diversas unidades curriculares que propomos, e que identificamos nos tópicos que se seguem, não constitui a definição de um programa de estudo detalhado. O nosso propósito decorre do compromisso, que temos enunciado, de definir as linhas orientadoras de um modelo de formação, nomeando (ou apresentando uma curta sinopse) as unidades curriculares de tronco comum que não estão presentes nos planos de estudo analisados, mas que se revelam essenciais para a concretização do nosso modelo de estudo. Nesta fase, a nossa linha orientadora é a variante de jornalismo e a apresentação das uc que resultam do trajeto de investigação que até aqui percorremos.

planos da Universidade do Porto e do ISMAI), história dos *media* (ausente no plano da UP e de CJ) e história de Portugal (ausente na UNL e no ISMAI) são as unidades curriculares mais presentes nos planos de estudo dos seis cursos. As razões que justificam as opções curriculares de cada curso foram detalhadas no capítulo sete e as diferenças observadas refletem, desde logo, a inexistência de vasos comunicantes entre os projetos formativos, manifestada na falta de diálogo entre os cursos e entre estes e o Ministério da Educação. O estabelecimento de princípios comuns de formação iria, certamente, determinar uma aferição de cada projeto formativo pelos pares, tornando óbvia a existência de cursos a mais, expondo, inevitavelmente, as fragilidades de cada um. Sandra Marinho propõe que esse processo de seriação ocorra por uma via formal, defendendo a existência de uma entidade de certificação independente, específica para o jornalismo/comunicação, que avalie determinados pressupostos:

"As reais condições de funcionamento; a qualidade do corpo docente e dos recursos; a qualidade do ensino, em função dos planos de estudos propostos; e a avaliação das competências e capacidade dos licenciados para virem a ser jornalistas" (2011: 399).

O Tronco Comum

O curso de ciências da comunicação, variante de jornalismo, deve adotar um tronco comum nos primeiros três semestres, devendo o aluno ter a possibilidade de começar a frequentar unidades curriculares específicas da variante mais cedo do que nos cinco cursos, com este modelo de estruturação, que analisámos³⁵². Libertadas da componente exclusivamente prática, que caracteriza a maioria das uc da variante de jornalismo nos cursos que analisámos e estabelecendo interligações com a comunicação e com as ciências sociais e humanas, que lhes garantem maior abrangência, as unidades curriculares de jornalismo poderão, assim, assumir uma maior expressão nos planos de estudo. Neste sentido, a nossa proposta prevê a atribuição de um peso semelhante à variante e ao tronco comum.

³⁵² A definição das outras variantes do curso, para lá do jornalismo, constitui um outro tópico de estudo que não explorámos. Admitimos, todavia, que uma formação de primeiro ciclo deva promover uma oferta representativa do campo da comunicação, em que, apesar dos entrecruzamentos crescentes entre os subcampos profissionais, possam ficar definidas as fronteiras delimitadoras de cada um deles. Assim, a criação de quatro variantes - Jornalismo; Relações Públicas (Comunicação Estratégica/Assessoria); Publicidade/Marketing e Produção de Conteúdos para as plataformas mediáticas - expressa o duplo propósito de apreensão da rede de interligação entre os subcampos e, ao mesmo tempo, destaca a especificidade de cada um. A variante de Produção de Conteúdos visa, sobretudo, proteger o jornalismo da sua maior fonte de contaminação: o entretenimento. Excluímos da lista a variante de Gestão Cultural (Cultura), por entendermos que as humanidades poderiam servir melhor os propósitos dessa área específica de formação, pela ponte direta que deve ser assumida entre cultura, estudos culturais e literatura.

Assim, na nossa proposta, o tronco comum soma 75 créditos e a variante 85, totalizando 160 créditos. Para completar os restantes 20, o aluno pode selecionar unidades curriculares de entre a oferta do estabelecimento de ensino de acolhimento do curso, incluindo unidades das outras variantes; em ambos os casos, o aluno pode investir em áreas de interesse individual, ou que considere complementares do jornalismo. A seleção desses 20 créditos pode gerar um aprofundamento da articulação com o segundo ciclo, se a escolha promover a constituição de uma base teórica de áreas especializadas do jornalismo³⁵³.

Ao nível do tronco comum, a nossa proposta recupera parte da oferta já identificada nos diversos cursos (Comunicação e Ciências Sociais; Teoria da Comunicação; Sociologia da Comunicação; Antropologia da Comunicação; Filosofia da Comunicação; Economia da Informação; Semiótica; Discurso dos Media) e sublinha a necessidade de existirem outras unidades complementares:

Novas Unidades Curriculares de Tronco Comum, Complementares ou Clarificadoras da Oferta já Existente

1) História da Comunicação

Esta uc reflete sobre a matriz que molda a comunicação, enquanto campo de estudos, a forma como conquistou autonomia no conjunto das ciências sociais e humanas, e as condições em que se impôs na academia, incluindo na academia portuguesa. A transdisciplinaridade associada à comunicação, e que constitui a essência do campo, é *casa natural* de outros subcampos, que começaram por ter expressão meramente operativa, ou seja, no âmbito da técnica profissional, como a publicidade, as relações públicas (comunicação estratégica) e o jornalismo e que, entretanto, conquistaram, eles próprios, autonomia, alcançando estatuto académico. Esta uc refletirá sobre o papel (influência) da comunicação na ação profissional, associada às profissões da comunicação.

³⁵³ Se o aluno pretender desenvolver estudos de segundo ciclo na área da reportagem é conveniente que reforce a componente teórica no domínio da antropologia; se optar pelo investimento no jornalismo político, o quadro concetual de acesso poderá ser a ciência política; se a opção for o jornalismo cultural, poderá investir no campo dos estudos literários. Idealmente, a seleção desses 20 créditos deveria poder recair em unidades curriculares de todo o campus académico, abrindo a possibilidade de frequentar disciplinas de direito, economia, gestão, ambiente, etc., permitindo, dessa forma, um investimento direto em áreas de interesse individual, promotoras de articulação, no segundo ciclo, com ramos especializados do jornalismo. Esta abrangência acentuaria, todavia, a criação de zonas de sobreposição nos horários letivos, sobretudo nos casos em que as diferentes faculdades se encontram geograficamente dispersas.

2) Público, Cidadania e Ética Profissional

Esta unidade curricular detalha a nova centralidade do público, consagrada pela ação das novas tecnologias digitais. A partilha de saberes comuns, a troca racional de argumentos, que alimenta a comunicação, pode, enfim ser concretizada por intermédio de dispositivos tecnológicos mediáticos que a ampliam, reforçando os vínculos entre os membros de comunidades específicas de alcance potencialmente global.

O aluno deve despertar para esta centralidade do público e refletir sobre o papel que, enquanto profissional de comunicação, lhe compete exercer para promover, de facto, processos de comunicação. Desde logo, esta unidade curricular deve alertar o aluno para a necessidade de dotar o público com os instrumentos que lhe permitam participar. Esta uc deve, para tal, assumir um investimento na literacia mediática, um saber específico a requerer continuação nas variantes, cujo propósito é iluminar a ação do público, permitindo-lhe assumir o novo estatuto na produção de mensagens mediáticas.

A nova centralidade do público força a assunção de um novo compromisso com a ética profissional, não apenas porque a tecnologia digital abre o acesso às profissões da comunicação aos que, anteriormente, estavam remetidos à receção passiva, o que associa ao processo de produção de conteúdos uma miríade de novos agentes, cuja participação requer supervisão e, sobretudo, verificação dos conteúdos produzidos, mas também porque o digital permite a explosão de mensagens; a ética profissional é o selo distintivo de credibilidade, que legitima a mensagem junto dos destinatários.

3) Jornalismo/Relações Públicas/Publicidade

Esta unidade curricular avalia as fronteiras entre os três campos profissionais da comunicação e reflete sobre as razões (e as causas) que têm promovido o esbatimento dessas linhas de separação entre as áreas. A tendência crescente para uma cada vez maior interpenetração entre os subcampos profissionais, por intervenção direta das novas tecnologias e do mercado, deve ser encarada de forma positiva, uma vez que os laços de vizinhança, entre os três subcampos, relevam da essência do próprio campo de acolhimento; contudo, a diluição de cada um dos campos numa amálgama onde as marcas específicas desaparecem, ameaça perverter a essência do próprio campo de acolhimento. O jornalismo deve conhecer a matriz das relações públicas e da publicidade, e estas devem, igualmente, estar familiarizadas com a matriz do jornalismo, no sentido em que a utilização de determinadas estratégias de cada subcampo podem valorizar a ação quotidiana específica a cada um dos três, mas o

esbatimento pleno de fronteiras cria uma figura profissional que, colocada ao serviço dos interesses do mercado, mais não fará do que conceber estratégias de vender a notícia, da mesma forma que vende um produto de grande consumo, um político ou uma instituição. Consciente dos efeitos do mercado e das novas tecnologias que ampliam a lógica de estruturação que o define, a comunicação assumirá o seu pleno papel social: um campo de acolhimento dos três subcampos, e onde cada um deles buscará os instrumentos de questionamento que valorizem a ação profissional quotidiana.

4) Comunicação e Política

A interconexão entre política e comunicação abre nova linha de estudo que, como outras, requer continuidade nas variantes. A uc de comunicação política trata dos cruzamentos entre dois campos de fronteiras definidas, mas onde o grau de entrecruzamento crescente pressupõe a complexa diluição das especificidades. Neste sentido, a uc de comunicação política deve questionar a mensagem política e a forma como esta se adapta (acomoda) à lógica dos dispositivos mediáticos que a difundem, perdendo identidade e, simultaneamente, deixando de participar na promoção do espaço público. Comunicação Política questiona, em suma, a espectacularização da política e a rendição desta ao entretenimento.

5) Portugal Contemporâneo no Contexto Global

Esta proposta concentra programas de estudo oferecidos em cinco dos seis cursos analisados - história do mundo contemporâneo, na UP, história contemporânea de Portugal, na UP, na ESEC, na ULHT, introdução ao pensamento contemporâneo, na ULP e cultura contemporânea no ISMAI. A rede de interconexões suscitada na imersão das identidades nacionais num contexto global, impõe-nos uma reflexão clara sobre a matriz do posicionamento de Portugal no contexto da Europa e do mundo. Esta unidade curricular apresenta ao aluno as principais tendências da globalização, refletindo sobre as suas consequências na identidade nacional. A disciplina propõe, igualmente, o início de um percurso de questionamento, que deve ser continuado nas variantes, sobre a influência da cultura ocidental na estruturação do pensamento global e consequente marginalização de outras linhas de pensamento. A uc deve iniciar também a discussão sobre identidade nacional, comunidade, nacionalismos, xenofobia e exclusão social.

6) Literatura (complementar às uc de análise textual, gramática do português, textualidades)

A unidade curricular de literatura pode integrar um ponto específico no programa sobre jornalismo literário, mas a essência desta disciplina é, sobretudo, a relação do aluno com o texto de grandes escritores portugueses e estrangeiros, observando e discutindo novas modalidades de escrita e, simultaneamente, interpretando-as. Esta unidade curricular não ensina os alunos a escrever em português, embora pretenda despertar o gosto pela escrita, encaminhando-os para abordagens que possibilitem investir na criação de um estilo próprio, adotando, para as profissões da comunicação, formas de estruturação da mensagem que acrescentem valor à modalidade de escrita corrente. Sem colocar em risco a técnica de escrita associada à profissão, nesta unidade curricular o aluno pode treinar modelos complementares inovadores. Esta unidade curricular poderá, igualmente, incentivar o gosto pela leitura de grandes escritores, o que, simultaneamente, participará no treino da boa escrita³⁵⁴.

7) Narrativas Visuais

Esta unidade curricular reflete sobre o papel da imagem na comunicação e a forma como ela se destaca na mensagem associada aos subcampos profissionais. O objetivo desta uc é avaliar o poder crescente da imagem, a partir da análise das suas diversas expressões: pintura, cinema, fotografia, televisão, imagem digital. O aluno deve sentir-se motivado a interpretar a imagem, nas suas diversas expressões, educando o olhar na descoberta de um significado estético.

A matéria desta uc já está presente em alguns dos planos de estudo analisados, assumindo, todavia, outras denominações - teoria da imagem e da representação e filmologia (UNL); comunicação com a imagem (ESEC); metodologias de análise da imagem (ULP e ULHT).

³⁵⁴ No caso específico do jornalismo, a ponte com a literatura torna-se mais clara do que entre estas e os restantes subcampos profissionais. Howard Good destaca, a este propósito, "a ligação indissociável" ("são ramos da mesma árvore") entre literatura e jornalismo, dada a sua natureza comum: "capturar a vida na linguagem, seja por um momento, seja por muitas gerações". Para cumprirem a missão de informar, os jornalistas devem conhecer "todos os modelos disponíveis para descreverem o mundo por palavras" (1985: 46-47). Ron Rosenbaum entende, igualmente, que a integração da literatura nos planos de estudo permite ao aluno preparar-se para as exigências de escrita de grande reportagem (2002: 2). Brian Wiston propõe a introdução de uma área de saber que faz a ponte entre a literatura e a estética visual, denominada "comunicação imaginativa", o resultado da "mistura" das três plataformas clássicas. Wiston afirma que a diferença entre o jornalismo e a comunicação imaginativa "não deve ser encontrada na técnica, mas naquilo a que poderemos chamar o apelo do jornalismo pelo real". Na ótica do autor, ainda que o objeto do jornalismo seja a não ficção, existem determinados modelos criativos que podem valorizar a ação profissional (s.d. 1).

A Variante de Jornalismo

A estruturação da variante deve obedecer a um conjunto de critérios que fomos enunciando ao longo da nossa investigação:

- As unidades curriculares da variante devem promover interligações entre a comunicação e o jornalismo;

- Devem existir articulações entre estas disciplinas e as do tronco comum;

- As unidades curriculares da variante deverão associar ao ensino da técnica profissional uma dimensão reflexiva, que apele a saberes apreendidos no tronco comum e no curso, ultrapassando, por essa via, a caracterização limitada de mera antecâmara da redação;

- As unidades curriculares que mobilizem técnicas profissionais tratarão a ação jornalística em geral, independentemente do meio (plataforma) em que essa ação é concretizada, o que, por um lado, libertará o ensino (e o próprio jornalismo) da dependência dos meios e que, por outro, responderá às exigências de um mercado cada vez mais exíguo e, como tal, a necessitar de jornalistas preparados para responderem aos desafios de todas as plataformas, ainda que a lógica de estruturação do primeiro ciclo, como enunciámos, não aconselhe o acesso direto ao mercado após a obtenção de um diploma universitário;

- As unidades curriculares da variante devem valorizar a ação jornalística e a capacidade do aluno em responder aos desafios que ela coloca, enfatizando o questionamento permanente, a capacidade de criar conteúdos jornalísticos (e abordagens) originais e a exploração de novos temas;

- As unidades curriculares da variante devem acentuar o estabelecimento de pontes com o mercado, promovendo a presença dos alunos, por curtos períodos, em ambiente profissional, sob supervisão do curso e promovendo a participação regular de jornalistas profissionais nas aulas. Os próprios docentes devem transferir-se, por breves períodos, para a redação, observando e analisando especificidades da ação quotidiana.

1) Jornalismo e Mercado

A introdução desta unidade curricular é consequência direta do trajeto de análise que assumimos desde o primeiro capítulo e que percorreu toda a investigação. A identificação do papel que o mercado exerce no jornalismo e dos constrangimentos que essa dimensão provoca à ação profissional quotidiana, determinará a análise cuidada do pensamento de diversos autores que, ao longo dos tempos, têm analisado essa

abrangência. Confrontado com os reais efeitos do mercado no jornalismo, o aluno é desafiado a refletir sobre a necessidade de discutir alternativas que contribuam para ultrapassar os constrangimentos, tentando encontrar resposta para o dilema que perpassa o jornalismo: ao mesmo tempo que deve servir o público tem de servir o mercado.

A avaliação do impacto do mercado na profissão deverá ser transversal ao currículo (De Burgh, 2003: 102, Newton, 2012: 3). No caso da Dinamarca, o mercado dos *media* motivou mesmo a criação de uma licenciatura. Nesse curso são discutidos os efeitos da liberalização das novas tecnologias no aumento da oferta de conteúdos, o *infotainment* e os efeitos da concentração na qualidade da informação (Holm, 2003: 133).

2) Jornalismo e Tecnologia

O propósito desta área de saber é a interpretação da relação que a tecnologia estabelece com o jornalismo e do lugar que aquela ocupa. Entendemos que o percurso de investigação que seguimos deixa claro esse lugar. A tecnologia influencia o jornalismo, mas a associação de uma nova plataforma não altera a essência da profissão. Neste contexto, a análise, precipitada, de que as novas tecnologias criam novos paradigmas, carece de profundo questionamento. Ao analisar o papel de cada plataforma na ação profissional quotidiana e a forma como o mapa dos meios foi reestruturado, mercê da introdução das novas tecnologias digitais, esta unidade curricular promove esse questionamento. Como referimos, se as novas tecnologias não alteram a finalidade do jornalismo, antes o desafiam a preservar a sua finalidade - produzir informação credível - a mera associação das novas tecnologias ao jornalismo não representará uma alteração de paradigma.

3) Funcionamento do Estado e Problemas Sociais

Esta unidade curricular pretende analisar o funcionamento do país e do Estado e identificar os problemas sociais que podem pôr em causa esse funcionamento. A nossa proposta engloba duas grandes áreas de estudo:

a) Organização do País e do Estado:

-as instituições representativas do Estado e a articulação entre elas e os cidadãos; funcionamento e missão da Presidência da República, Assembleia da República, governo, ministérios, secretarias de Estado, autarquias, partidos políticos; as funções públicas dos representantes dos cidadãos (políticos escolhidos pelos eleitores, nomeados, altos quadros da administração pública); o funcionamento dos departamentos do Estado que prestam serviços públicos (agrupamentos escolares,

universidades, centros culturais, museus, hospitais, forças de segurança, militares, proteção civil, etc.); entidades geridas por parcerias público-privadas; institutos particulares de apoio social participados pelo Estado; confissões religiosas; organizações não governamentais; clubes desportivos (...);

Na proposta de modelo de currículo na área, que a UNESCO apresentou em 2007, "o conhecimento das instituições políticas, económicas, culturais, religiosas e sociais, a nível nacional e internacional", é um dos requisitos de base de um plano de estudos na área (2007: 8).

Stuart Adam elege, igualmente, "a compreensão da linguagem, propostas e práticas das instituições democráticas" como um dos desafios centrais de um "bom programa de formação" na área (2001: 317).

Joaquim Fidalgo defende uma unidade curricular de características semelhantes à que sugerimos, uma vez que a matéria do programa "não cabe em nenhuma outra", revelando-se essencial para facilitar a incursão dos jovens no mercado de trabalho.

Assumindo o modo de incursão do aluno no mercado de trabalho como o desafio central de qualquer projeto formativo, James Carey recorda a conferência³⁵⁵ de um historiador de Nova York, Marvin Gelfand, onde o conferencista pretendeu transmitir conhecimento sobre a cidade:

"Numa hora e meia conduziu-nos por Manhattan, fazendo-nos uma visita guiada à sua periferia, sublinhando os padrões habitacionais, caracterizando a identidade dos grupos sociais que habitam os bairros (...) Esta viagem foi um precioso exercício sobre a forma como devemos ler uma cidade (...) Foi uma oportunidade para ensinar aos estudantes a forma de lerem a cidade para que pudessem sobreviver-lhe, assim que tivessem de interagir com ela" (2000: 14 e 15).

Carey considera que este modelo de ensino representa "um dos raros momentos" em que a formação académica em jornalismo conseguiu ultrapassar-se. O método do historiador Marvin Gelfand foi, curiosamente, utilizado numa universidade que "nunca" ensinou jornalismo, a Universidade de Chicago; ensinava, todavia, "a sociologia do lugar", "profundamente enraizada na cidade, em profunda interligação com as instituições da cidade", em suma, "uma sociologia muito próxima do jornalismo (...) pela sua devoção em compreender os diversos mundos da cidade" (*idem, ibidem*: 17 e 18).

b) Identificação das Disfunções Urbanas

³⁵⁵ James Carey assistiu à referida conferência, destinada a toda a comunidade escolar, em 1992, no ano em que começou a dar aulas em Columbia.

O plano de estudos do curso de jornalismo da Universidade de Austin, do Texas, adotado em 2011, oferece três unidades curriculares sobre o conhecimento e a descodificação da cidade e do Estado e das instituições que os representam. A Universidade do Texas justifica a existência desta área de estudos com a necessidade que os alunos têm de, conhecendo o funcionamento básico das instituições, conseguirem "detetar as disfunções urbanas antes que as crises se transformem em notícia". Neste sentido, o programa de estudos de Austin propõe a imersão nesses problemas urbanos, desde o conhecimento do estado das grandes infraestruturas, aos problemas de tráfego, à pobreza e exclusão social, conflitos sociais, crimes, problemas ambientais.

Esta uc é precursora das uc mais direccionadas para o jornalismo, sobretudo a Notícia e a Reportagem. O Funcionamento do Estado, primeiro ângulo de estudo da uc, apresenta ao aluno a pirâmide organizacional da administração pública e a forma como os representantes, eleitos e nomeados, interagem entre eles e com os organismos representativos do setor privado e promotores da cidadania. Nesta ótica, este ângulo concentra material disperso, essencial para facilitar a imersão no quotidiano profissional. Já o segundo ângulo de estudo, aborda problemas e crises sociais que estão na base do trabalho do repórter: aprender a identificá-los, a compreendê-los, a detetar-lhes as origens dota o futuro profissional de uma capacidade reforçada de apreensão de detalhes relevantes da realidade.

4) Jornalismo, Mutação dos *Media* e Especificidade das Plataformas Mediáticas

Esta unidade curricular é complementar de Jornalismo e Tecnologia, no sentido em que detalha a especificidade das plataformas mediáticas que difundem a mensagem jornalística, mas mobiliza, igualmente, os conceitos relativos ao papel dos *media* na sociedade, apreendidos em uc de tronco comum. Mutação dos *media* analisa a evolução tecnológica que, ao longo das épocas, teve especiais reflexos nos dispositivos tecnológicos de distribuição das mensagens e avalia os efeitos dessa evolução no conteúdo dessas mensagens.

A componente prática da uc adquire expressão na adaptação de conteúdos jornalísticos, produzidos pelos alunos, à especificidade das plataformas, identificando os elementos narrativos que constituem o cerne dessa especificidade - texto, fotos, infografias (imprensa escrita); texto, som (rádio); texto, som, imagem, grafismo (televisão); texto, hipertexto, imagem, som, fotos (Internet); e apreendendo as articulações e complementaridades entre cada uma dessas plataformas. Os conteúdos

produzidos não perspetivam, ainda, o contacto dos alunos com o terreno. O docente utiliza trabalhos jornalísticos já publicados/emitidos que segmenta e distribui pelos alunos, para que os adaptem ao perfil das plataformas.

5) Elementos do Jornalismo

Esta unidade curricular constitui a base do projeto de formação na área, promovendo uma interligação entre o tronco comum e as uc da variante. Identifica cada um dos elementos centrais do jornalismo (princípios, valores, missão e métodos de ação) e analisa-os profundamente, detalhando a forma como o mercado e as novas tecnologias influenciaram a aplicação desses elementos. Essa análise deve assumir a discussão de exemplos retirados da ação quotidiana portuguesa e estrangeira e abrir a possibilidade de confrontar jornalistas profissionais com os resultados da sua ação quotidiana. Os alunos poderão ser desafiados, igualmente, a observar - no terreno - a ação de jornalistas de diversas plataformas, produzindo ensaios críticos com os resultados dessa observação.

Elementos do Jornalismo é o lugar, por excelência, de interseção entre o tronco comum, as unidades curriculares de Jornalismo e Mercado e Jornalismo e Tecnologia com o quotidiano profissional. A uc mobiliza os quadros conceituais antes apreendidos e promove a sua utilização no trabalho de observação crítica dos alunos. Fazendo a ponte entre a teoria e a prática, esta uc está na antecâmara da ação: observa-a, observa os contornos que a moldam e produz pensamento crítico sobre ela.

6) Direito e Deontologia Profissional

Esta unidade curricular existe nos planos de formação dos seis cursos analisados. Na sua essência, a uc analisa o campo legal do jornalismo, o edifício legislativo que regula a ação profissional e o funcionamento dos *media*, o estatuto dos jornalistas (direitos e deveres). Entendemos conveniente associar a esta unidade curricular o ponto específico da responsabilidade social dos *media* e a missão do jornalista. No capítulo da missão do jornalista deve ser analisada a ética e deontologia profissionais e o relacionamento destas com o direito. A uc deve debruçar-se, igualmente, sobre os valores matriz da profissão, refletindo sobre a convergência entre jornalismo e democracia. Nesse sentido apela a conceitos apreendidos em Comunicação Política e estabelece uma estreita ligação com Elementos do Jornalismo.

7) Jornalismo e Literacia Mediática

Esta unidade curricular convoca, de novo, o conceito de público, já trabalhado no tronco comum, e foca-se na interseção entre a nova centralidade, potenciada pelas

novas tecnologias digitais, e a produção jornalística, detalhando a nova responsabilidade do jornalista e do público. A uc trabalha, essencialmente, o conceito de jornalista-cidadão e a ação que o jornalista deve exercer sobre os conteúdos produzidos por esses diversos atores desinvestidos de estatuto profissional. Ao mesmo tempo que a literacia mediática deve iluminar o público, desvendando-lhe as armadilhas da rede, e contribuir para que o cidadão, investido do poder de participar na mensagem jornalística, compreenda a responsabilidade associada a esse seu novo papel, cumprirá idêntica missão junto do jornalista, ajudando-o a assumir um compromisso reforçado com a ética profissional, que proteja a essência do jornalismo³⁵⁶.

Confiemos, como Manuel Pinto, na necessidade de "dotar o cidadão de competências básicas de análise crítica da informação a que tem acesso" (2004: 57), sobretudo porque, na nossa observação, é possível detetar níveis de participação dos cidadãos no processo produtivo da notícia ainda muito primários, expressos no comentário pessoal (desabafos) a notícias e reportagens, que pouco acrescentam ao filão da matéria jornalística; mas o olhar crítico que os cursos de jornalismo devem incentivar nos cidadãos, investidos do poder de participar, não é de molde a criar profissionais de estatuto equiparado. Nem nos parece, como afirmámos no capítulo três, que tal equiparação favoreça o exercício da cidadania, muito pelo contrário.

A Literacia dos *Media* contribui para que o aluno, futuro jornalista, apreenda o papel do público e a necessidade de produzir conteúdos jornalísticos que tenham em conta esse papel, e, simultaneamente, dota o aluno com as ferramentas analíticas que o irão auxiliar na sua futura missão de iluminar o público na participação deste no processo de produção da notícia.

³⁵⁶ A integração da literacia mediática nos programas de estudo de jornalismo consta do ponto cinco da Declaração de Princípios sobre a formação em jornalismo, assinada em 2007, em Singapura. A Declaração atribui especiais responsabilidades aos professores de jornalismo, enquanto promotores da literacia mediática junto do público, mas igualmente, junto da academia. Eric Newton destaca, a este propósito, os exemplos de três universidades americanas: o curso de jornalismo da Universidade do Estado de Arizona interconectou-se com o *campus*, ensinando, com sucesso, os princípios da literacia dos *media* aos membros dessa comunidade académica; A Universidade de Stony Brook ensina literacia das notícias a 10 mil alunos e a Universidade de Queens conseguiu alargar o ensino da matéria a toda a comunidade de Charlotte (2012: 5). Charlie Beckett valoriza, igualmente, esta necessidade de um ensino da literacia mediática alargado à comunidade, tendo como epicentro o curso de jornalismo, mas, no afã de valorizar o novo estatuto do público, o autor volta a deixar-se tentar pelo desejo de equiparar o papel do jornalista-cidadão com o do jornalista profissional: "Quando o estudante terminar o curso e chegar à redação (...) deve ensinar o jornalista cidadão. Se o cidadão for para o trabalho investido da missão do jornalismo, será importante que perceba o significado dos princípios essenciais do jornalismo tais como precisão, profundidade, justiça, transparência e ceticismo" (2008: 158).

8) Sustentabilidade do Jornalismo e Empreendedorismo

Esta uc apela a conceitos trabalhados em Economia (tronco comum), Jornalismo e Mercado e Jornalismo e Tecnologias fechando o foco na necessidade de preservar o jornalismo de qualidade dos constrangimentos provocados pelo mercado, que a associação com as tecnologias digitais veio acentuar.

A introdução desta unidade curricular no plano de estudos corporifica, afinal, o maior desafio lançado pela nossa investigação: a partir do momento em que a associação da Internet ao jornalismo limitou o papel central que a publicidade exercia no financiamento do jornalismo, outras formas de sustentação terão de ser encontradas.

Esta uc reflete sobre o futuro do jornalismo de qualidade. A discussão de novas soluções de negócio que, por um lado, salvaguardem a essência do jornalismo e que, por outro, não imponham a transformação do jornalista num gestor é um ângulo central de mobilização da academia que deve, necessariamente, mobilizar os alunos e, no âmbito mais geral, a própria sociedade.

Esta disciplina deve integrar a temática do empreendedorismo, motivada pela crise financeira que afeta as plataformas tradicionais e os grupos de *media* que as sustentam.

Os alunos serão desafiados a criar negócios próprios, autossustentáveis, que, colocados ao serviço da comunidade, cumpram a missão de participar no seu progresso e desenvolvimento. Os projetos norte-americanos de jornalismo de investigação, alguns de âmbito local e hiper local, que apresentámos no capítulo três, correspondem a este desafio. Ainda que estabelecidas as necessárias diferenças, cremos que a aplicação desses princípios ao caso português poderá, igualmente, materializar-se em projetos consistentes. Assim, o estabelecimento de ligações fortes entre os jornalistas empreendedores e comunidades específicas poderá servir de esteio a projetos de investigação jornalística, por exemplo, cujo custo possa ser suportado por essas comunidades. Esta unidade curricular deve explorar ideias semelhantes e avaliar a sua rentabilidade económica e social, com o propósito claro de defender os valores supremos do jornalismo.

A fronteira entre a ação jornalística e a rentabilidade dos projetos jornalísticos deve permanecer demarcada, mas a formação académica ajudará o aluno a perceber que a ação profissional, que o irá mobilizar, só cumprirá os propósitos de base se, desde logo, garantir a subsistência do próprio jornalista. Se, antes da influência das novas

tecnologias digitais no jornalismo, os profissionais deveriam ter consciência da necessidade de participarem, com o seu trabalho, nos proveitos das empresas onde exerciam a sua atividade, esforçando-se para que as matérias que publicavam fossem interessantes para o maior número possível de destinatários, esse princípio, da necessidade de gerar receitas, deve manter-se. Como salienta Claude Sales, o princípio não é o de transformar os jornalistas em gestores, "mas o de lhes transmitir o conhecimento das condições económicas em que exercem a sua profissão" (1998: 27).

Skinner *et al* reconhecem, exatamente, a tendência crescente para "o esbatimento" das fronteiras tradicionais entre o lado editorial e o comercial das empresas de jornalismo e, por isso, os autores entendem que os cursos têm de redesenhar os programas de estudo investindo mais na formação de "freelancers" e no desenvolvimento de capacidades que permitam aos estudantes assumirem a iniciativa de "criarem publicações alternativas e as suas próprias oportunidades de negócio", onde as divisões tradicionais entre patrão e funcionário são esvaziadas:

"À medida que a concentração da propriedade reduz as oportunidades de trabalho para os jovens licenciados, nos *media* principais vai havendo espaço para que um número crescente de jornalistas licenciados entre no mercado de trabalho para desempenhar o seu papel na Internet, explorando nichos de mercado: revistas sindicais, publicações domésticas, rádios de notícias, canais de televisão para públicos específicos" (2001: 356 e 357).

Charlie Beckett defende a integração do tópico do empreendedorismo nos planos de estudo pela possibilidade aberta pela Internet ao desenvolvimento de "iniciativas empresariais criativas" (2008: 158). O pensamento de Beckett afasta-se, todavia, da nossa linha de análise, uma vez que o autor apela à figura do jornalista empreendedor dividido entre a função editorial e a comercial, reclamando, inclusivamente, uma associação entre escolas de jornalismo e escolas de gestão (*idem, ibidem*). A figura do jornalista empreendedor, de facto, promove a aproximação entre os dois pilares da equação, que o jornalismo tradicional tentou que permanecessem separados, contudo, essa aproximação não suscita equiparação de funções. Um melhor conhecimento das ferramentas de gestão revela-se, nesta ótica, oportuno, mas um jornalista/gestor colocará o lucro da função na dianteira, silenciando, certamente, os valores que moldam a profissão. Esta unidade curricular deve refletir, exatamente, sobre os riscos que tal mistura acarreta para o jornalismo.

A uc de Empreendedorismo Jornalístico, que integra o novo plano de estudos da Escola de Jornalismo da Universidade do Texas, apresentado em 2011, propõe cumprir,

exatamente, o objetivo de guiar o aluno na criação de um projeto jornalístico que não despromova o jornalismo. O foco da unidade curricular é a criação de projetos jornalísticos lucrativos ou não lucrativos (suportados por entidades sem fins lucrativos). O programa reflete sobre as alterações na paisagem mediática e sobre as possibilidades por elas criadas, avaliando projetos de sucesso e as razões que determinaram o insucesso de outros. Os alunos são igualmente desafiados a desenhar protótipos e respetivo plano de negócio.

9) A Notícia

A uc avalia a função social da notícia ao longo das épocas e a forma como ela se transformou na base do jornalismo profissional, cujas raízes remontam ao século XIX. Neste contexto, a disciplina identifica a técnica que preside, desde então, à construção da notícia e a forma como as regras associadas a esse modelo de construção resistiram à evolução tecnológica dos dispositivos de distribuição; ainda que as novas tecnologias *multimedia* possam ter integrado no processo de produção e distribuição da notícia um novo conjunto de técnicas, que mobilizam o jornalista e, simultaneamente, abrem novos roteiros de descodificação da informação por parte do destinatário, a essência do modelo de estruturação (pirâmide invertida, *lead* e técnicas de redação) mantém-se³⁵⁷.

A questão essencial da notícia não é, pois, a técnica, essa, como insistimos ao longo da nossa investigação, apreende-se com alguma fluência, sendo, sobretudo, explorada e consolidada em ambiente profissional; o parâmetro que deve determinar a especificidade desta unidade curricular é a definição do que é notícia e a discussão dos critérios que presidem a essa definição. Ao mesmo tempo que interpreta a função social da notícia, o contexto que a transforma num objeto construído e discute os critérios de noticiabilidade, a uc deve, todavia, explorar as técnicas de redação, ensaiando, para as diversas plataformas, abordagens alternativas inovadoras.

10) A Reportagem

Esta unidade curricular aprofunda as origens da reportagem reconhecendo os elementos distintivos que, ao longo das épocas, lhe foram conferindo a especificidade que a transformou no chamado "género nobre" do jornalismo. O programa identifica,

³⁵⁷ João Canavilhas defende a introdução nos currículos de jornalismo de uma disciplina de Técnicas de Redação com Hipertexto por entender que o hipertexto requer "um novo sistema de construção", onde "a tradicional técnica da pirâmide invertida dá lugar a uma arquitetura noticiosa mais aberta". Contudo, o autor não reclassifica a notícia, ou seja, na ótica de Canavilhas, a resposta simplificada ao Quem, Onde, O quê e Quando deve constar do primeiro parágrafo, ou infografia, da notícia com hipertexto, podendo o leitor, na resposta ao Como e ao Porquê, seguir um percurso de leitura livre (2006: 117 e 118). Na proposta de unidade curricular que defendemos incentivamos o tratamento dessa especificidade.

igualmente, os percursos de grandes repórteres estrangeiros e portugueses, clarificando as marcas de ação que tornaram único o trabalho jornalístico por eles desenvolvido. A unidade curricular investe também nos cruzamentos entre a reportagem e a literatura e compara a narrativa literária com a narrativa jornalística, no género específico da reportagem. A uc de reportagem faz uma aproximação aos métodos de trabalho do cientista social, em concreto do antropólogo, apresentando o quadro de ações comuns que está na génese no trabalho do repórter.

Na análise que fizemos aos seis cursos foi possível observarmos o claro investimento das uc profissionais na notícia. Na nossa aceção, colocarmos o foco da variante na reportagem contribuirá para formar jornalistas mais ousados, potencialmente mais disponíveis para, chegados ao mercado, aplicarem abordagens inovadoras e alternativas.

Integrando as influências diretas que recebe das ciências sociais e humanas e dos outros géneros jornalísticos, a reportagem ocupa o epicentro da ação jornalística.

A unidade curricular explicita as técnicas da reportagem e os métodos de ação do repórter. Os alunos apreendem as distinções entre a reportagem quotidiana e a grande reportagem, ao nível da recolha, seleção e apresentação da mensagem jornalística.

Os alunos devem discutir criticamente o trabalho de repórteres portugueses e estrangeiros, podendo, preferencialmente, confrontar repórteres portugueses selecionados, com as opções que estes assumiram. Tal como na uc de Notícia, esta não pressupõe, ainda, a concretização de reportagens no terreno. Os docentes selecionam conteúdos jornalísticos (reportagens) já publicados nas diversas plataformas, incentivam os alunos a participarem nessa escolha, seguindo os critérios discutidos em ambiente de sala de aula, mas, nesta fase, ainda não serão concretizados conteúdos de raiz.

11) Jornalismo de Investigação

Os problemas associados à sustentabilidade do jornalismo afetam, sobretudo, o jornalismo de qualidade e, em concreto, o jornalismo de investigação, lugar privilegiado de vigilância da ação dos agentes que mais diretamente influenciam o espaço público e, como consequência, o principal escudo protetor da democracia.

Esta unidade curricular deve partir da missão do jornalismo e do papel que ele desempenha na preservação da democracia, para enunciar as especificidades associadas à investigação - ao nível dos métodos de trabalho, missão e grau de compromisso com os valores que moldam a profissão. Jornalismo de Investigação deve apresentar ao aluno exemplos portugueses e estrangeiros de trabalhos na área, clarificando a forma como o

quadro de constrangimentos, que macula a ação jornalística quotidiana, adquire, neste género particular, maior relevância, exigindo do jornalista uma resistência superior.

A disciplina apresentará, igualmente, os exemplos de investigações levadas a cabo em diversos *media* norte-americanos alternativos, a maioria deles utilizando a Internet como plataforma difusora, e que dissociam o jornalismo de investigação da imagem clássica do elevado custo que comporta.

Os alunos são desafiados a produzir, em conjunto (grupos de cinco alunos máximo) o guião de trabalhos de investigação jornalística originais, definindo tema, ângulo de abordagem, contactando fontes, utilizando e manejando meios auxiliares de acesso à informação (Internet), confirmando informações no terreno e estruturando a narrativa jornalística com base na informação recolhida.

12) Jornalismo de Proximidade

A montante da criação de uma uc específica de jornalismo de proximidade, Karin Wahl-Jorgensen e Thomas Hanitzsch colocam a necessidade de estudar as práticas dos jornalistas locais, estudo que, segundo os autores, "tem sido particularmente negligenciado". Centrando o discurso na realidade europeia, os autores entendem que a política editorial da academia não devia aceitar que as "práticas profissionais colocadas na margem" da ação" permaneçam fora do espectro de estudo (2009: 12).

Os argumentos de Simon Frith e Peter Meech parecem justificar essa opção académica. Os autores alertam-nos para uma interpretação da ação jornalística, concretizada fora dos grandes centros, que registou poucas alterações ao longo da história. Frith e Meech consideram que o jornalismo urbano, praticado nos meios de referência, tem tendência a olhar para o jornalismo local como se de uma atividade menor se tratasse: "Subsiste um argumento de classe, que caracteriza os jornalistas nacionais como a elite culta, e os jornalistas locais como os incultos" (2007: 161). Ultrapassado o constrangimento provocado pelo argumento de classe, expresso nessa divisão entre jornalistas de primeira e de segunda, é um facto que a análise do caso português nos transporta para um universo onde a diferença, de facto, existe³⁵⁸.

³⁵⁸ A nossa própria experiência profissional e académica ajuda-nos a confirmar esta visão. Na SIC, estação de televisão onde trabalhamos desde 1992, a maioria dos correspondentes locais das delegações cumpre tarefas jornalísticas quotidianas, estando-lhes vedada a concretização de trabalhos complexos, a requerer competências que a estação entende que eles não têm. O trabalho académico que desenvolvemos, para concretização da nossa investigação de mestrado, descreve uma classe profissional a atuar fora dos grandes centros que acumula o jornalismo com o exercício de outras profissões, a maioria sem formação académica específica e revelando fortes sinais de dependência face às elites locais (Coelho, 2005: 165 e 166).

A este propósito, João Carlos Correia considera que a única forma de evitarmos a "condescendência paternalista" com que encaramos a ação dos *media* nos espaços públicos de proximidade é investir na formação dos jornalistas que exercem a sua ação fora dos grandes centros: "As regiões e o jornalismo que nelas se pratica pressupõem especificidades que não devem (...) implicar cedências na formação dos jornalistas" (1998a: 8).

Associada ao frágil estatuto profissional dos jornalistas de proximidade está a fragilidade económica dos próprios meios e as dependências que estes têm de assumir, relativamente às elites locais, para conseguirem sobreviver³⁵⁹.

Sem novos meios de proximidade, financeiramente mais maduros, socialmente mais atuantes, jornalisticamente relevantes, dificilmente teremos novos jornalistas. A realidade, todavia, redesenha-se mercê da influência de fatores externos, também eles mutantes. No trabalho que publicámos em 2005, defendemos a intervenção do Estado, apoiando, sem esperar contrapartidas políticas, o jornalismo de proximidade, depois de um trabalho de seleção dos órgãos de comunicação social que, realmente, prestassem um serviço à comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento (Coelho, 2005: 204). Não o tendo aceite antes, o quadro de crise que atravessamos dificilmente levará o Estado a aceitar agora esse desafio. A economia local não é, todavia, uma realidade de expressão idêntica em todas as regiões do país, existindo centros económicos pujantes, com capacidade de criarem riqueza, e, com ela, alimentarem a existência de uma massa crítica, cujas ideias circulem pelo espaço mediático de proximidade, cada vez mais aberto e acessível. A unidade curricular que, no nosso modelo, associámos ao empreendedorismo, deve despertar nos alunos o desafio de criarem o seu próprio negócio. Ora, o espaço público de proximidade pode ser o ideal para desenvolver esses projetos.

Leonard Downie Jr. e Michael Schudson valorizam aspetos da realidade norte americana, relativos ao envolvimento dos cursos de jornalismo com as comunidades de acolhimento, que vêm ao encontro do que nós próprios defendemos em 2005, quando

³⁵⁹ Na nossa investigação de mestrado detalhámos a relação de cumplicidade que os meios de comunicação social de proximidade, em nome da sobrevivência dos próprios projetos informativos, estabelecem com as elites locais, rejeitando integrar as opiniões marginais que possam por em causa o estado das coisas. Como, então, escrevemos, "As relações sociais nos espaços de proximidade respondem muitas vezes, seguramente vezes de mais, à velha máxima *quem não está comigo é contra mim*. Com isto eternizam-se as elites no poder, demonstrando estas à sociedade que todas as ações que desempenham são assumidas em nome da comunidade, e, submetendo-se os meios de comunicação social a essa mesma máxima, silencia-se a contra-argumentação enaltecendo-se o trabalho das elites com a emissão de uma mensagem única" (Coelho, 2005: 165).

incentivámos os cursos de jornalismo, das universidades inseridas nas comunidades de proximidade, a assumirem um conjunto definido de missões, fruto do entrecruzamento que deveriam estabelecer com as televisões de proximidade, o objeto do nosso estudo:

"A rede descentralizada de cursos na área deveria afirmar-se suporte ao nível da formação dos quadros da televisão, da produção de conteúdos, da experimentação tecnológica e da introdução das novas tecnologias. Reforçando, inclusive, estes canais, as ofertas de emprego para os recém-licenciados, contribuindo para que os mesmos se fixassem na região" (Coelho, 2005: 205).

Downie Jr. e Schudson falam, de facto, do mesmo princípio quando caracterizam experiências norte-americanas, mas alargam o âmbito das pontes estabelecidas entre a universidade e a comunidade, mercê do desempenho das novas plataformas digitais:

"Um número crescente de universidades publica as reportagens dos seus estudantes nos diversos canais do Estado, da cidade, do bairro onde a escola está inserida. Os estudantes trabalham na faculdade e nos órgãos locais sob supervisão de jornalistas profissionais, que, entretanto, estabeleceram canais de ligação à universidade. As reportagens dos estudantes são publicadas nos sítios online de notícias locais da universidade e dos outros meios de proximidade" (2009: 59).

A conclusão dos autores coincide com aquela a que nós próprios chegámos em 2005, relativa ao apoio público a projetos jornalísticos de âmbito local, cuja mais valia social fosse objetivamente reconhecida. De facto, a observação das experiências norte-americanas, envolvendo a universidade e as comunidades de proximidade, levou os autores do relatório sobre a reconstrução do jornalismo americano a sugerirem um apoio público a projetos jornalísticos não lucrativos, especialmente de âmbito local, que realmente sirvam o interesse público (*idem, ibidem*: 77, 94).

Tendo por base a realidade europeia na viragem do século, Angelo Agostini, à época vice-presidente da Associação Europeia de Formação em Jornalismo, destacava, exatamente, o papel da universidade na produção de informação de serviço público, com efeitos sociais relevantes nas comunidades:

"De facto, muitas escolas intensificaram a produção de informação ao nível local, fornecendo às comunidades, onde estão sediadas, um conjunto de vozes jornalísticas independentes e socialmente saudáveis. As escolas de jornalismo estão, aliás, a transformar-se num ator determinante na difusão do conhecimento, que garantirá às comunidades o acesso à sociedade da informação" (1998: 1 e 2).

Na nossa ótica, a necessidade de formar jornalistas capacitados para interpretarem a idiossincrasia das comunidades de proximidade, agindo em conformidade, é pois, e por demais, evidente.

A unidade curricular que propomos não pretende encarar o jornalismo, praticado fora dos grandes centros, como uma atividade diferente, onde os valores da profissão, de repente, sejam substituídos por outros, deturpadores da ação quotidiana; insistimos neste ponto: o jornalismo permanece, independentemente do meio, do espaço, ou do regime político onde é exercido. Se a plataforma não pressupõe, em nosso entender, a existência de uma formação específica, o regime político e a identidade das comunidades de proximidade forçam os jornalistas a tomarem consciência das limitações impostas à sua ação profissional, com o propósito claro de preservar os valores que a moldam.

Brooke Kroeger parece identificar bem o problema quando defende programas de formação em jornalismo que "combatam o paroquialismo local" (2002: 2), de facto uma perversão social que resume a idiossincrasia dominante no espaço público de proximidade.

Ação Jornalística

Na construção deste modelo de formação hesitámos bastante sobre a integração, no plano de estudo, de uma unidade curricular inteiramente associada ao jornalismo digital. A maioria dos 27 cursos contempla essa oferta e, no nosso estudo de caso, apenas o curso do ISMAI optou por não criar essa área de formação, pelas razões que evidenciámos no capítulo sete.

A nossa opção final foi seguir o trilho de investigação que enunciámos no capítulo sete, abolindo os muros entre as plataformas e tratar o jornalismo independentemente do meio onde ele é exercido. É verdade que o jornalismo digital associa à ação um conjunto de competências técnicas específico, mas também o jornalismo televisivo e radiofónico; cada vez mais dependentes da ação de uma única pessoa, na rádio, e de duas (repórter de imagem e jornalista) na televisão, requerem o domínio de um conjunto de competências de edição, dependentes de ações de formação específicas, concretizadas, na sua maior parte, já em ambiente profissional, uma vez que os programas de edição apresentam diferenças significativas em todos os meios.

É verdade, igualmente, que o jornalismo digital associa às competências técnicas uma ação diferenciada ao nível da construção da matéria jornalística, o mesmo

acontece, todavia, com a imprensa escrita, a televisão e a rádio, cujas especificidades nos habituámos a aceitar, sem considerarmos que a ação jornalística, em cada uma dessas plataformas, pressupunha a alteração da missão de base do jornalismo.

A nossa proposta de modelo de formação de primeiro ciclo exclui, por tudo isto, a existência de uma unidade curricular dedicada, em exclusivo, ao jornalismo digital, como exclui, igualmente, as unidades curriculares clássicas de jornalismo impresso, radiofónico ou televisivo. A nossa matéria de base, em termos das disciplinas associadas à ação jornalística, é - como temos insistido - o jornalismo.

1) Escrita Jornalística

Esta unidade curricular deve mobilizar conhecimentos adquiridos em duas outras de tronco comum e uma terceira já da variante: Textualidades, Literatura e Especificidade das Plataformas Mediáticas. Escrita Jornalística debruça-se sobre as características do texto jornalístico, que detalha, e a forma como ele se deve adaptar à especificidade de cada uma das plataformas mediáticas, relacionando-se com os elementos que integram cada uma das narrativas associadas às plataformas: texto, fotos, legendas, títulos e infografias na imprensa escrita; texto, som e vivos³⁶⁰, na rádio; texto, imagem e vivos, na televisão; texto, hipertexto, infografia, fotos, som, imagens, no *multimedia*. Partindo do lugar central que ocupa na imprensa escrita, à medida que percorre as especificidades das plataformas mediáticas, o texto jornalístico vai cedendo à pressão dos restantes elementos da narrativa, perdendo essa centralidade e assumindo o papel de legenda construtiva do som, no caso da rádio, e da imagem, no caso da televisão.

2) Laboratório Jornalístico: A Notícia

Esta uc, preferencialmente colocada no último semestre do último ano do percurso de primeiro ciclo, mobiliza conhecimentos adquiridos em todas as outras disciplinas da variante, mas estabelece laços, igualmente, com as uc de tronco comum. Os docentes responsáveis por este laboratório, oriundos das diversas áreas do plano de estudos, devem ser facilitadores do trajeto do aluno, promovendo a associação da ação jornalística aos diversos quadros teóricos apreendidos no percurso curricular. Esse auxílio dos docentes facilitadores deve ser prestado a diversos níveis: decodificação dos critérios de noticiabilidade; identificação e interpretação do efeito dos

³⁶⁰ A expressão "vivos" foi adotada pela gíria jornalística radiofónica e televisiva e refere-se aos excertos das entrevistas, selecionados pelos jornalistas, para integrarem a estrutura da peça jornalística. Na rádio, o termo "vivos" veio substituir a sigla RM (registro magnético), utilizada antes da digitalização.

constrangimentos financeiros, tecnológicos e sociais, que se interpõem no processo de produção de notícias; identificação das marcas específicas da personalidade do aluno/jornalista (preconceitos sociais, por exemplo) que, porventura, possam influenciar a ação quotidiana.

A ação em laboratório, fruto dessa associação à reflexão crítica permanente, é o lugar onde o tempo desperta o pensamento, prevê espaço para o erro, para o teste e para a inovação. O objetivo final deste processo centrado na notícia e em todo o seu processo de produção, é a publicação nos órgãos de comunicação social internos ou naqueles com quem o curso estabeleça laços privilegiados. Esta unidade curricular, à imagem das duas que a seguir detalharemos, pressupõe o contacto direto com jornalistas profissionais e, sobretudo, curtas incursões em ambiente profissional. O laboratório deve trabalhar a notícia de acordo com a especificidade de todas as plataformas.

3) Laboratório Jornalístico: A Entrevista

Esta unidade curricular funcionará nos mesmos moldes da anterior, detalhando, todavia, a diversidade do género jornalístico - entrevista³⁶¹ e estabelecendo, igualmente, uma aproximação direta aos modelos de entrevista utilizados nas ciências sociais, comparando metodologias e objetivos.

4) Laboratório Jornalístico: a Reportagem/Estágio

Esta unidade curricular deve ser classificada como a síntese integral de todo o percurso formativo. Na nossa proposta defendemos que tenha o dobro do tempo letivo das restantes disciplinas, valendo, por isso, o dobro de créditos. Tal como nos laboratórios de notícia e entrevista, o aluno é desafiado a mobilizar todos os conceitos apreendidos no curso, estando, para tal, prevista a participação de docentes das diversas áreas. Pelo facto dos três laboratórios coincidirem no semestre (segundo semestre do terceiro ano), a coordenação deve estudar formas de articular os três laboratórios, gerindo, sobretudo, a participação dos diversos docentes, a quem devem ser atribuídas funções específicas, relacionadas com a respetiva área de estudo e associadas à temática do laboratório.

Esta uc estabelece, igualmente, as pontes privilegiadas de interseção dos alunos com o ambiente semiprofissional (órgãos de comunicação social internos) e profissional (meios de comunicação social exteriores ao *campus*), nas diversas modalidades:

³⁶¹ Entrevista enquanto género jornalístico autónomo (entrevista política e social); entrevista enquanto género construtor de outros géneros: recolha de informação para produção de notícias e reportagens, onde devem ser analisadas as estratégias de comunicação com as fontes.

observação de rotinas, discussão das mesmas em ambiente de sala de aula, produzindo reflexão sobre elas; ação jornalística: produzindo e concretizando reportagens nos órgãos de comunicação social internos e acompanhando repórteres em ambiente profissional, estruturando, posteriormente, guiões de apresentação das reportagens acompanhadas, que serão apresentados e discutidos em aula.

Este laboratório de reportagem, funciona com diversos docentes, assumindo um deles a regência. Este enquadramento permite que a uc seja o ponto de contacto direto com o estágio de um mês, que o aluno deve concretizar no final do segundo semestre do terceiro ano. Preferencialmente, esse estágio deve ocorrer em ambiente profissional (órgão de comunicação social nacional ou de proximidade), podendo, em alternativa, ocorrer nos órgãos de comunicação social internos, se a expressão dos mesmos for de molde a proporcionar essa experiência. O aluno deve produzir um trabalho académico de reflexão sobre a experiência adquirida, que será avaliado em conjunto com os outros trabalhos produzidos nesta unidade curricular. A experiência do aluno e a concretização do trabalho académico serão supervisionados pelo docente-orientador, escolhido pelo aluno de entre o conjunto dos docentes que, nesse ano letivo específico, a coordenação/direção selecionou para cumprirem essa tarefa e que dividem responsabilidades letivas na uc, em diálogo com o regente.

Síntese

A nossa proposta de plano de estudos para a variante, resultado do modelo de formação que defendemos, integra, assim, 16 unidades curriculares obrigatórias, quatro delas de ação jornalística. Cada uc vale 5 créditos, exceto Laboratório de Reportagem, que vale dez. O total das 16 uc da variante aproxima-se, assim, da metade do total do primeiro ciclo (85 créditos em 180).

A componente ação jornalística reflete a dimensão teórico-prática inerente ao jornalismo, mas promove, igualmente, a primeira associação do aluno à componente do fazer, refletindo a sequência de aproximação à profissão que definimos como modelo para o primeiro ciclo. Nestas quatro uc da variante, o aluno é avaliado pela forma como ultrapassa o desafio de aplicar, na ação quotidiana, os quadros conceptuais apreendidos nas restantes uc do curso. Em cada uma destas quatro uc, o aluno produz conteúdos, mas produz, igualmente, análises críticas sobre a prática quotidiana - a que observa, nas curtas incursões no mundo profissional, e a que ele próprio cria, a partir da realidade laboratorial da sala de aula. As restantes 12 uc da variante (60 créditos) utilizam o

mesmo método de avaliação, mas a componente prática expressa-se na observação e na produção de conteúdos jornalísticos teste cujo epicentro de ação é a sala de aula, onde à supervisão do docente responsável pela uc se junta a discussão crítica sobre os trabalhos produzidos. Nestas 16 uc, a concretização deste enunciado valoriza, em termos de avaliação, a presença do aluno na aula e, sobretudo, a participação na mesma. Ao longo do semestre serão concretizados diversos trabalhos. A frequência final pode ser substituída por um trabalho final individual onde seja percebida a articulação entre o quadro conceitual e a ação quotidiana (conteúdos produzidos a partir de trabalhos publicados nos diversos órgãos de comunicação social nacionais e estrangeiros; ou criados de raiz pelos alunos, dependendo dos objetivos da uc em causa).

Cada uc da variante terá um docente responsável (regente) que, antes do arranque do ano letivo, articulará, com a coordenação do curso e com a coordenação da variante, a integração de outros docentes com competências específicas. Essa reunião servirá, igualmente, para identificar as pontes a estabelecer com o mercado, nos diversos níveis que enunciámos.

CONCLUSÃO

Este trabalho reflete uma especial preocupação em articular o ensino e o estudo do jornalismo com a ação jornalística cotidiana.

Condicionado pelo mercado, que colocou as novas tecnologias ao serviço dos seus interesses, num esforço falhado de maximização da receita, o jornalismo está dependente de um processo de reconstrução. O primeiro pilar desse processo consiste, exatamente, no estabelecimento de pontes entre a academia e o mercado, que permitam ao jornalismo ultrapassar os constrangimentos criados pelo dilema que o perpassa: servir o público, a democracia e o mercado; ou seja, encontrar forma de se tornar social e financeiramente sustentável.

O lugar onde nós próprios nos posicionamos, um ponto de interseção entre a redação e a academia, terá sido esteio condutor do nosso percurso analítico. Um jornalista preserva, acima de tudo, o jornalismo, ansiando descontaminá-lo dos efeitos que o condicionam e pervertem; um académico deteta os sinais dessa perversão e, se, de facto, os perceber, procura as suas causas, com o propósito claro de avaliar a verdadeira dimensão dos seus efeitos. O objetivo do académico é estudar soluções que recolhem o jornalismo no trilho dos valores que o moldam, antecipando as consequências que essas soluções poderão ter no futuro do jornalismo.

O jornalista observa o efeito das novas tecnologias na redação e vê a memória das gerações profissionalmente mais autónomas ser substituída pela ausência de quadros de referência empíricos e analíticos de jovens multicapacitados, prolongamentos da máquina; esse entrecruzamento homem-máquina cria um ambiente artificial, que parece funcionar, satisfazer todas as partes, mas que deixa na penumbra a ausência de valores morais e éticos, ameaçando torná-los irrelevantes. Mas terá esse sinal desestruturador do jornalismo uma base tecnológica?

O académico observa o efeito das novas tecnologias na redação e avalia o potencial de reconstrução do jornalismo que elas transportam. A integração do público no processo produtivo da notícia tem tendência a criar um espaço público de participação crítica construtiva; alarga, a uma escala planetária, o número de vigilantes do espaço público, aumenta a consciência cívica, enriquece a sociedade civil, protegendo a democracia. Mas terá essa recriação do espaço público uma base tecnológica?

Os dois lugares constituem pontos privilegiados de observação, mas, assim descritos, correm o risco de se transformar em meras abstrações. Num e noutro lugar há agentes promotores de interseções, construtores de linhas que nos apontam roteiros alternativos; mas igualmente despertos para o verdadeiro papel da tecnologia no jornalismo.

A Internet junta vozes dispersas, pensamentos alternativos, abala a visão unitária que os meios tradicionais ampliavam; mas o acesso livre e ilimitado que a define aumenta o risco de interesses particulares, obscuros, conquistarem visibilidade, influenciando opiniões e decisões; serão sempre fontes de ruído impercetíveis que deturpam a ação comunicativa gerada na rede. É neste contexto que o jornalismo deve afirmar-se filtro da comunicação. Este é pois o tempo da urgência de um jornalismo distinto, de fronteiras precisas, que associe ao faro para desvendar o que é notícia no meio da miríade, o sentido ético para perceber o que o não é; um jornalismo que facilite a comunicação, que a promova; um jornalismo que contribua para iluminar o público, que assuma o compromisso com a sua formação; um jornalismo que comunique com o público, aceitando a sua contribuição no processo de construção da notícia, exercendo sobre os conteúdos gerados pelos cidadãos o exercício de verificação jornalística que torna credíveis as informações, passíveis, portanto, de serem integradas na notícia.

A participação do público foi facilitada pela tecnologia, mas a vontade de participação não é uma criação tecnológica. A semiobscuridade em que os meios tradicionais deixavam os recetores era resultado da atitude de distanciamento dos *media* face aos públicos que deveriam servir e tinha um argumento de base tecnológica a justificá-la: a unidirecionalidade. Quando os canais de diálogo se abriram, o público despertou de uma hibernação imposta.

É esse o lugar da tecnologia no jornalismo: um instrumento promotor da comunicação (uma plataforma de interação comunicativa) que o jornalismo deve gerar.

O paradigma normativo, que serve de referência à ação jornalística quotidiana, e que estabelece a interligação entre o jornalismo e a democracia, afirmando o papel que lhe cabe numa sociedade democrática, não foi, pois, colocado em causa pela tecnologia. Como sustentam Bill Kovach e Tom Rosenstiel, o papel que as notícias desempenham na sociedade sobrepõe-se a todas as mutações, apresentando uma "constância admirável" (2001: 15).

As novas tecnologias vieram, todavia, colocar novos desafios ao jornalismo, tornando urgente a necessidade de o reconstruir.

O nosso quadro analítico adquiriu, por isso, um outro grau de abrangência. Por um lado, identificámos o estado do jornalismo no século XXI; por outro, localizámos as causas que hoje lhe redefinem os contornos.

O lugar de onde observamos esta problemática, essa ponte de interseção entre a redação e a universidade, condiciona, de novo, o nosso posicionamento analítico.

Na redação assistimos a um jornalismo aprisionado por uma crise de sustentabilidade: os jornais reféns da perda de leitores, das quebras de tiragem, da dificuldade em substituírem as velhas receitas por outras que proporcionem uma inversão do ciclo; as rádios, mesmo assumindo um papel relevante na distribuição quotidiana de informação, vão sendo forçadas a desinvestir no jornalismo; nas televisões é visível a abertura de brechas no espaço nobre da informação e a interseção, cada vez mais consentida, cada vez mais natural, do jornalismo com as receitas fáceis do entretenimento; na Internet assistimos à dificuldade em delimitar o jornalismo, distinguindo-o: o jornalismo permanece um subproduto, feito de *corta e cola*, que ocupa comunicadores versáteis multicapacitados, mas que não se aproximam do lugar da notícia.

A academia, que deveria estar atenta a estes sinais, refletindo sobre a forma de preservar o jornalismo, é um mundo paralelo que julga servir o jornalismo mas que se limita, cada vez mais, a responder às necessidades efémeras do mercado.

Num e noutro lugar é preciso destruir para reconstruir.

O processo de destruição impõe-nos que questionemos a forma como jornalistas, empresários, professores, estudantes e a sociedade em geral interpretam o paradigma normativo. Que papel ocupam, afinal, as notícias na sociedade? Que contributo deve o jornalismo desempenhar na preservação da democracia? Não será a missão do jornalismo mera referência ilusória, que nos guia para o cadafalso?

Observemos, isoladamente, as respostas típicas de cada um dos agentes:

Os jornalistas. A heterogeneidade da classe não nos permite detetar um padrão: entre o diretor/gestor de conteúdos dos *media* nacionais e o jornalista estagiário há uma linha divisória de quadros interpretativos; no fosso que se abre entre ambos cabem os jornalistas que se afirmam marcas de determinadas empresas - apresentadores de programas de informação nas televisões; entrevistadores; grandes repórteres; editores - e a massa, igualmente heterogénea, dos demais. Será idêntica a ideia que todos têm da finalidade do jornalismo? Servirá, exatamente, para quê? Para informar; para gerar lucro

à empresa; para promoção pessoal; para garantir um posto de trabalho; para cumprir um sonho?

E a sociedade em geral, recebendo, diariamente, sinais contraditórios que acentuam a quebra de fronteiras do jornalismo, não julgará que o papel do jornalismo é, sobretudo, o de entreter?

Os empresários de *media* defendem um negócio cuja base se apresenta hoje extremamente fragilizada, e, sobretudo aqueles que não diversificaram as fontes de receita sentir-se-ão tentados a associar à finalidade do jornalismo a sobrevivência do negócio.

A diversidade, que observámos nos jornalistas, tem expressão semelhante no grupo dos professores dos cursos de jornalismo/comunicação: entre os catedráticos e associados, distanciados da prática das profissões da comunicação e os professores profissionais, mais ligados à empresa do que à academia, o fosso interpretativo será, igualmente, relevante. Se, entre os primeiros, haverá grupos que atribuem, exclusivamente, às empresas os sinais desestruturadores do campo jornalístico, culpabilizando-as pelo papel limitado que o jornalismo vai exercendo na democracia; os professores profissionais terão tendência para observar nos académicos tradicionais uma dificuldade em questionar a prática, por assumirem que estes nunca a exerceram, duvidando do sentido dessa crítica.

Por fim os alunos. Vêm atrás de um sonho indefinido. Para muitos, jornalismo é imagem, é televisão, é aparecer; para outros, jornalismo é o epicentro da democracia. Uns e outros ficarão frustrados no final dos cursos: ou porque estes não os colocaram diretamente no centro do palco dos *media*; ou porque a prática jornalística quotidiana não corresponde ao ideal romântico que lhes alimentou o sonho.

A amplitude destas interpretações, percecionadas a partir do lugar de cada um dos agentes, impõe um olhar mais abrangente sobre a finalidade do jornalismo. Monitorizar a democracia, formando cidadãos que participem na sua permanente construção, é uma responsabilidade demasiado ambiciosa para o jornalismo. No momento em que lhe pedimos contas, deveríamos fazer um esforço conjunto para perceber que colocámos a fasquia demasiado alta. Como sustenta Michael Schudson, a interpretação restritiva que os jornalistas, e os académicos que se dedicam ao estudo do jornalismo, fazem da função normativa está a deixar o jornalismo sem foco. No que concerne aos jornalistas, Schudson assinala a dificuldade que estes demonstram em definir "uma ampla função normativa para o seu ofício, que o situe em relação à

realidade da democracia representativa" (2008: 40). Na ótica do autor, o papel do jornalismo é apenas complementar ao de todas as entidades públicas que agem como "freios e contrapesos" do poder executivo, fiscalizando-o e fiscalizando-se entre si (*idem, ibidem*: 41). Neste sentido, a interpretação limitada do paradigma normativo é uma armadilha para o jornalismo, para os jornalistas e para os acadêmicos que estudam o jornalismo:

"Enquanto os jornalistas ou os acadêmicos (...) falarem das virtudes democráticas, ignorando ou subalternizando as virtudes liberais ou constitucionais, o papel do jornalismo na democracia continuará à deriva (...) hoje, em todas as sociedades avançadas (o governo representativo) funciona através de um vasto poder executivo que a imprensa, só por si, não está em condições de vigiar atentamente (...) compreender o papel do jornalismo na democracia (...) consistirá em situar as tarefas informativas do jornalismo numa ecologia informativa mais vasta" (*idem, ibidem*: 42).

Esta reavaliação do papel do jornalismo na sociedade, que Schudson nos propõe, limitará a abordagem crítica dos diversos agentes, porque diminui, igualmente, a dimensão da responsabilidade do jornalismo, mas não nos impede de identificar uma deriva no jornalismo: mesmo num quadro em que a função fiscalizadora do jornalismo é partilhada com um vasto conjunto de entidades, numa ecologia informativa mais vasta, se o jornalismo descarta a sua missão, há que discutir as causas e encontrar soluções.

Neste trabalho encontramos essas causas na forma como o mercado se associou ao jornalismo e no dilema criado por essa associação: ter de servir o público, cumprindo a finalidade do jornalismo, e, ao mesmo tempo, o mercado, sendo que esse mercado é suportado por uma massa indistinta de consumidores que tem o direito de exigir que o jornalismo a sirva. Há, como veremos, muitas zonas de resistência no jornalismo, e num público ativo disposto a participar, que atenuam a conclusão geral, mas, na sua essência, o jornalismo não conseguiu resolver esse dilema.

O quadro de valores do jornalismo mantém o mesmo grau de constância observado na finalidade do jornalismo; se já encontrámos quadros interpretativos diversos sobre a finalidade do jornalismo, encontramos, igualmente, momentos em que os valores de base da profissão são adulterados por interpretações convenientes. Num mercado fragilizado pela associação do jornalismo às novas tecnologias, a possibilidade de estarmos perante uma ampla distorção dos valores deve ser colocada. Sensacionalismo, interesse humano, *infotainment*, notícia *que vende*, comunicadores versáteis, jornalistas tecnológicos multicapacitados, polivalência imposta para redução de custos, jornalistas *de mochila às costas*, jornalismo de *corta e cola* distanciado do

lugar da notícia são apenas alguns dos conceitos, impostos pelo mercado, que se apoderaram do jornalismo e que espelham o grau de distorção.

O futuro do jornalismo exige a recuperação dos valores que o moldam e que o mercado tomou de assalto, mas exige, igualmente, recuperar a finalidade do jornalismo - esse papel, que detalhámos no capítulo dois, de vigilante da democracia, que, ao mesmo tempo que deve contribuir para iluminar a ação política, promove a comunicação entre os membros da comunidade, participando na sua formação cívica. Neste contexto, o desafio do jornalismo é a sua própria reconstrução. E é um desafio de tal forma complexo que o jornalismo, sozinho, não terá condições de lhe dar resposta.

O que tentámos promover neste trabalho foi esse exercício de reconstrução. À ação crítica, potencialmente erosiva, que exercemos sobre o jornalismo nos capítulos dois e três, juntou-se uma missão, de contornos idênticos, nos capítulos quatro a sete, relativa à academia.

A análise dos modelos de formação académica em Portugal e nas restantes geografias, europeias e americana, esteve na base desse trajeto crítico.

As dificuldades reveladas em promover articulações, no interior dos planos de estudo, entre teoria e prática são consequência direta do fosso que separa a academia do mercado. A deficiente articulação entre teoria e prática promove níveis elevados de abstração - teórica e prática - que, nos casos portugueses analisados, são especialmente apontados criticamente pelos alunos, sobretudo pelos estagiários. É certo que o estágio alimenta mais a emoção do que a razão, mas o grau crítico com que a maioria dos estagiários, dos seis cursos analisados, avaliou a contribuição da formação académica no desempenho profissional é uma marca clara das barreiras que subsistem entre os dois mundos. Os estagiários passaram seis semestres no curso, mas as opiniões críticas mais acaloradas foram registadas junto de alunos com escassos dias de empresa; para tanto, bastou-lhes ultrapassar o impacto (que antecipavam negativo) do primeiro dia.

É certo que a profissão é o futuro do aluno, representando o curso o seu passado, mas os cursos afirmam-se, cada vez mais, como uma máquina de gerar licenciados a quem perdem o rasto, que não cativam, e em quem fomentam avaliações emocionais negativas.

Os percursos de estágio, mesmo nos casos onde o estágio integra o plano curricular, são monitorizados, exclusivamente, pelas empresas que, regra geral, aplicam o mesmo modelo a todos os alunos, o que os deixa muito dependentes do voluntarismo dos diversos editores e coordenadores que, a cada etapa, recebem e orientam os alunos.

Esse voluntarismo, e a personalidade dos coordenadores ou editores, acaba por condicionar o percurso do aluno na empresa. Regra geral são percursos solitários, onde o receio de perguntar aos mais velhos, temendo reações negativas, impõe o reforço de laços com os do mesmo grupo: as dúvidas acabam por ser esclarecidas pelos alunos com mais semanas de empresa. No final do percurso, as escolas onde o estágio permanece no currículo avaliam os relatórios dos alunos e nenhuma articulação é promovida com a empresa, eventualmente aconselhando alterações no modelo de acolhimento. A escola não faz essa articulação, e as empresas não a solicitam.

À instabilidade do corpo docente associado à variante apenas escapam os cursos da Universidade do Porto e da Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC), nos restantes, a maioria dos docentes destas uc tem ligações precárias ao estabelecimento de ensino, acumulando a docência com o jornalismo, o que relega a atividade letiva para um plano secundário. No caso da ESEC, o que sobressai é, sobretudo, a necessidade de desmultiplicação dos docentes da variante, não apenas pelas diversas uc que a compõem, mas também por disciplinas de outros cursos do departamento. Essa acumulação é, igualmente, a regra no curso da Universidade Lusófona do Porto (ULP), onde apenas existem 16 docentes para o curso, apenas três a tempo integral, e a maioria a ter de se desdobrar por diversas uc de diversos cursos. Esta polivalência imposta ao corpo docente é bem o sinal do estado embrionário em que este curso se encontra, que adquire expressão, igualmente, no equipamento técnico disponível para os alunos, instalado no curso quando a vida útil chega ao fim no polo central da Universidade Lusófona, em Lisboa.

O perfil profissional dos docentes da variante incentiva ao desenvolvimento de programas estritamente práticos, que ameaçam transformar a sala de aula numa antecâmara da redação.

As características do corpo docente não permitem que o jornalismo se transforme numa área de estudo dentro do campus com capacidade para participar na reconstrução do jornalismo.

Essa participação é igualmente prejudicada pela barreira entre academia e mercado. Essa será, certamente, a inexplicável razão de fundo. Ainda que o mercado esteja a delegar a formação dos novos jornalistas na academia, a manutenção do fosso está a impedir que esta assuma o seu papel na reconstrução do jornalismo. Este cenário de afastamento, que anula o efeito das escassas pontes de contacto que porventura existam, assemelha-se a um entrincheiramento. Por um lado, o mercado que recebe

licenciados com cursos na área critica os programas de formação, insistindo na máxima de que estes devem aproximar-se da realidade das empresas de jornalismo; por outro, como observa Johanna Dorer, a partir do exemplo austríaco, os departamentos de comunicação das universidades "detestam abdicar de abordagens mais críticas e teóricas" (2003: 250). Conscientes da importância crescente que vão tendo no mercado, os cursos de jornalismo, sem abdicarem da teoria, foram criando uma dimensão prática abstrata, paralela ao abstracionismo teórico. É nesse sentido que, em diversos cursos, surgiram as uc de prática jornalística antecâmaras da redação, onde a articulação com quadros conceituais mais abrangentes está ausente dos programas. Essa decisão representa o esforço (aparentemente inglório) dos cursos em responderem, no imediato, às críticas das empresas e dos alunos, mas não resolve o problema de fundo do jornalismo: a necessidade de reconstrução.

Este contexto - planos de estudo onde as dimensões teórica e prática permanecem entrincheiradas - motivou o nosso esforço analítico de estruturação de um novo modelo de formação, cuja base é a articulação entre as duas dimensões e o esbatimento do fosso entre a academia e as empresas. Essas aproximações pré-anunciam um outro papel para a academia, definitivamente parceira do jornalismo na prossecução do urgente processo de reconstrução.

Seguimos, a este propósito, o pensamento de Stephen Reese. O autor propõe que se descubra a solução para o jornalismo no interior da academia: "Quando o prestígio e a credibilidade dos *media* entram em declínio, a academia é o lugar onde a influência pode ser exercida em nome da recuperação do respeito" (1999: 77).

O percurso de investigação que seguimos apresentou-nos a realidade desestruturada do jornalismo e a dificuldade que a academia revela em contribuir para que o jornalismo recupere o respeito. Em ambos os lados, jornalismo e academia, subsistem, todavia, zonas de resistência; é nelas que o processo de reconstrução do jornalismo deve assentar âncora.

Por um lado, parcelas certamente significativas da classe jornalística começam a admitir que o jornalismo precisa da crítica para evoluir. Alguns estão de regresso à academia, guiados por esse propósito. Completam estudos de segundo e terceiro ciclo, onde produzem trabalhos de reflexão sobre a ação profissional quotidiana, que lhes permite distanciarem-se do objeto, aceitando criticá-lo. No ano de 2009, o número de jornalistas no ativo com mestrado representava 3,4 por cento do total da classe (Rebelo 2011: 81, 82); uma percentagem ainda pouco significativa, mas a representar uma

tendência de crescimento relativamente a 2006 - 2,1 por cento (*idem, ibidem*)³⁶². Entre 1997 e 2009, o número de jornalistas no ativo com licenciatura ou bacharelato passou de 43, 6 para 59, 3 por cento (*idem, ibidem*). Estes factos, por si só, assinalam o peso crescente da academia na profissão. Adelino Gomes, no estudo que fez nas redações dos três canais de televisão portugueses, observou o efeito desse peso nas redações: "Além de mais habilitadas no plano escolar (...) as novas gerações têm-nos oferecido excelentes jornalistas" (2012: 21). O investimento na formação académica não oculta, todavia, a crescente perda de autonomia que constitui marca de referência das novas gerações precárias. O mercado reforça a contradição que atravessa a história do jornalismo desde o século XIX: exige profissionais capacitados, mas, simultaneamente, condicionados pela necessidade de o servir.

Pelo peso crescente que vai assumindo, a formação académica transporta um elevado potencial de participação na reconstrução do jornalismo, e esse é um forte sinal de resistência; mas, tal como acontece com o jornalismo, jamais conseguirá fazê-lo sozinha. A solução encaminha-se, de facto, para uma aliança estratégica entre as duas entidades.

No lado do jornalismo subsistem, igualmente, expressivos sinais de resistência. São detetados sempre que o jornalismo revela detalhes do quotidiano que, de outra forma, permaneceriam zonas de sombra. Para Adelino Gomes, o jornalismo constrói a sua autonomia sempre que o jornalista, com o seu trabalho, "descreve, vocaliza, mostra um acontecimento, dá voz, pela escrita, pelo microfone, pela imagem, a quem não tem voz, independentemente do seu valor de mercado" (2012: 58). É nessa autonomia que se inscreve, aliás, "a relevância do jornalismo" (*idem, ibidem*: 61).

Na entrevista que nos concedeu para este trabalho, Joaquim Fidalgo discorre sobre essa relevância, colocando a fronteira entre o "cidadão que comete atos de jornalismo" e o jornalista na pró-atividade do jornalista, "quando mostra o que ninguém mostra, quando vai onde ninguém vai". O "cidadão que comete atos de jornalismo" é "meramente reativo": "relata porque ia a passar"³⁶³. Neste sentido, José Luís Garcia alerta para as consequências de deixarmos o conhecimento do mundo na dependência "de um quiosque virtual de distribuição", como o *Google*:

³⁶² Em 2009, a percentagem de jornalistas no ativo com doutoramento era residual, apenas 0,4 por cento (Rebelo, 2011: 82).

³⁶³ Entrevista realizada a 26 de abril de 2012.

"A menos que se tenha uma absoluta fé nas pessoas (...) o que é melhor em termos de informação não virá à superfície sem um constante trabalho de seletividade, o qual não pode dispensar profissionais competentes e exigentes" (2009: 30).

Em 2006 publicámos um texto onde identificámos alguns exemplos dessa pro-atividade dos jornalistas de que nos fala Fidalgo, que tornam relevante a missão do jornalista, especialmente vocacionada para acorrer a situações limite. As dúvidas que então expressámos decorrem dos exemplos seleccionados, que consubstanciam o esforço de atribuir ao jornalismo um lugar de resistência:

Por que vamos? Perguntarão muitos. E se não fôssemos? Quem contaria a história?

Provavelmente, apenas os vencedores.

O conflito do Darfur matou milhares de pessoas, porque, sem jornalistas presentes, o mundo inteiro fechou os olhos à barbárie.

Quem conseguiu mobilizar a opinião pública norte-americana e acabar com o envolvimento dos EUA no Vietnam?

Quem contribuiu para formar uma corrente na opinião pública norte-americana contra a guerra do Iraque? (Coelho, 2006)³⁶⁴

O mercado cerceia a ação jornalística, mas a história do jornalismo está povoada de exemplos onde o jornalismo conseguiu assumir um grau de autonomia que lhe permitiu participar na preservação da democracia. O caso *Watergate* é o exemplo de resistência que desvendou a rede de interesses obscuros que mascarara a reeleição de Richard Nixon, trigésimo sétimo presidente norte-americano. O escândalo, revelado pelo jornal *Washington Post*, conduziu à resignação do Nixon, o primeiro e único presidente norte-americano a resignar. As pressões para que a investigação parasse vieram de todos os lados, mas o jornalismo resistiu (Meyer, 2004: 205).

A investigação jornalística prossegue nos *media* tradicionais de todo o mundo, e, cada vez mais, é complementada com a vigilância crítica dos cidadãos, que recorrem à credibilidade conquistada pelos meios tradicionais para credibilizarem os seus próprios conteúdos e dar-lhes visibilidade³⁶⁵. Aos meios tradicionais cabe, depois, exercer uma ação jornalística sobre esses conteúdos, verificando a sua veracidade, proveniência e avaliando os propósitos dos emissores.

³⁶⁴ O texto foi originalmente publicado na SIC Online, em novembro de 2006, mas já não está acessível. Foi republicado em diversos blogs, podendo ser consultado em <http://historiasdeumjornalista.blogspot.pt/2006/12/os-privilegios-dos-jornalistas-por.html>, consultado em setembro de 2013.

³⁶⁵ Adelino Gomes recorre a um exemplo recente e de impacto global para demonstrar as vantagens desta associação entre a vigilância de agentes individuais do espaço público e a credibilidade dos meios de comunicação social de referência. O autor refere o *Wikileaks*: "Difícil (...) teria sido obter, no passado, uma constelação tão cintilante de jornais na divulgação de denúncias como aquela que a *wikileaks* atraiu - *The New York Times*, *The Guardian*, *Der Spiegel*, *Le Monde*, *El País*" (2012: 384).

Uma aliança, ainda titubeante, mas aos poucos adquirindo relevância, entre novas e velhas plataformas, entre novos e velhos jornalistas, entre novos e velhos métodos de trabalho, desponta e participa na reconstrução do jornalismo.

Sensível ao peso crescente da investigação jornalística na Internet, em 2009 a Universidade norte-americana de Columbia, que atribui, anualmente, os prémios Pulitzer, alargou os critérios de participação de meios exclusivamente digitais (Visão, 3 de dezembro de 2009). Três anos depois, o agregador de conteúdos *Huffington Post*³⁶⁶ conquista o primeiro Pulitzer, com um conjunto de trabalhos sobre as consequências da guerra do Iraque em militares que regressaram severamente feridos. Na sequência da atribuição deste prémio, Jay Rosen destacou a crescente proximidade entre velhas e novas plataformas, tornando as linhas de fronteira cada vez mais indistintas (2012)³⁶⁷.

De facto, o futuro do jornalismo parece despontar nesse entrecruzamento do velho e do novo, recuperando o melhor de ambos os mundos: a credibilidade dos velhos meios de referência e a versatilidade, oportunidade, agilidade e acessibilidade propiciadas pelas novas plataformas.

O mapa mediático português está ainda longe de um grau de entrelaçamento que nos permita confiar, plenamente, ser essa a via de acesso ao futuro do jornalismo.

Em Portugal, a Internet é apenas miragem de jornalismo; a participação do público está longe de atingir um grau de maturidade que consolide o processo da sua integração. A rede está ainda povoada de desabafos, intrigas, boatos; os meios tradicionais tardam em emergir da crise de sustentabilidade que tem limitado o jornalismo e em aplicar fórmulas que incentivem a participação do público.

Este é, pois, o tempo da aliança estratégica entre os cursos de jornalismo e o jornalismo. Dela depende a relevância do jornalismo.

Soluções testadas com sucesso noutros países, como aquelas a que demos visibilidade ao longo deste trabalho, devem ser avaliadas e aplicadas à realidade portuguesa. A aliança estratégica que preconizamos é um novo lugar de interseção entre a reflexão e a prática; entre o teste e o erro; entre velhas e novas receitas, velhos e novos perfis.

³⁶⁶ O sucesso que o sítio online conquistou como "agregador liberal de notícias e rumores", tornando o texto "mais cativante" (Alterman, 2011: 6), permitiu-lhe investir no jornalismo, produzindo conteúdos originais de qualidade, como o trabalho premiado com o Pulitzer de 2012, de David Wood, *Beyond the Battlefield*, que pode ser consultado em <http://www.huffingtonpost.com/news/beyond-the-battlefield/>, consultado em setembro de 2013.

³⁶⁷ <http://idgnow.uol.com.br/internet/2012/04/16/site-the-huffington-post-ganha-premio-pulitzer/>, consultado em setembro de 2013.

O jornalismo vive para servir o público e pode reconstruir-se vivendo cada vez mais da contribuição do público. A comunicação é o futuro do jornalismo. Comunicar pressupõe, todavia, que o público aceda à informação, de forma a que esta lhe permita participar na dinâmica do espaço público, evoluindo e promovendo a evolução das diversas comunidades de partilha, a que o alcance global das plataformas mediáticas confere visibilidade.

Ao longo da nossa investigação descrevemos a forma como o mercado se apropriou da associação entre as novas tecnologias digitais e o jornalismo, contribuindo para colocar ainda mais em risco o jornalismo. É chegado o tempo do jornalismo e dos cursos de jornalismo se apropriarem das novas tecnologias, colocando-as ao serviço do contrato que o jornalismo assinou com o público. No capítulo oito, apresentámos algumas das soluções de aproximação dos cursos do jornalismo ao mercado e à comunidade, utilizando as novas tecnologias como ponte de contacto.

É este o desafio.

Assumi-lo pressupõe uma alteração significativa no acesso à profissão. O jornalismo terá de ser reconstruído a partir da sua base de sustentação, a formação de jornalistas.

O modelo que apresentamos no capítulo oito é o nosso contributo para a reconstrução dessa base. No essencial, o modelo que propomos estabelece linhas dinâmicas de interligação entre academia e mercado e entre teoria e prática no interior dos planos de estudo, tendo como esteio promotor dessas interligações a comunicação, o eixo científico, a partir do qual, se estrutura o programa do curso.

Esta investigação reflete a posição de vários autores sobre as linhas gerais do percurso formativo ideal para aceder a uma profissão, que exige a mobilização de diversos saberes e técnicas. O grau de complexidade intelectual associado à ação quotidiana cria uma certa unidade de pensamento. O problema coloca-se quando a abrangência de saberes e competências requeridos pressupõe a delimitação de um trajeto de formação. Nesse ponto, a via de acesso transforma-se numa estrada aberta à vastidão das ciências sociais e humanas, à comunicação, aos estudos jornalísticos e, nalguns casos, à matemática e à estatística; uma amplitude ingerível, que impossibilita a definição de um saber mínimo comum, que possa fechar o ângulo desta formação enciclopédica.

Enquanto esse saber mínimo comum não estiver definido e a matriz legitimada e consolidada, o acesso à profissão terá de permanecer aberto, como, aliás, tem

acontecido. Em janeiro de 2007, o parlamento português chegou a aprovar um diploma legal que definia alterações no acesso, tornando a licenciatura obrigatória. O diploma foi vetado pelo Presidente da República, na sequência da forte pressão exercida, a nível nacional, pelo Sindicato dos Jornalistas. A estrutura sindical insistiu na linha de pensamento que defende desde o 25 de abril, assumindo que a definição rígida do acesso deixaria de fora profissionais que adquirissem competências por outras vias³⁶⁸.

No atual cenário, a formação académica na área é essa estrada aberta de saberes que não facilita a tarefa do legislador e que, ao mesmo tempo, permite à direção do Sindicato dos Jornalistas esgrimir velhos argumentos. Para confirmarmos a distância entre os projetos formativos na área basta-nos regressar aos dois cursos da universidade pública que analisámos, o curso da Universidade Nova de Lisboa e o curso da Universidade do Porto. As médias elevadas que, anualmente, condicionam o acesso a estes dois projetos formativos é o elemento comum que os une; mas será o único. O curso da UNL reflete um distanciamento das profissões da comunicação em geral e do jornalismo em particular, limitando a oferta curricular profissional aos 30 créditos da variante e a 12 que integram o tronco comum. O curso da UP integra 110 créditos profissionais no plano de estudos, mais de 60 por cento do total do percurso formativo. A aposta do curso da UP na vertente *multimedia* e tecnológica não tem qualquer expressão no plano de estudos do curso da UNL. São ambos cursos de Ciências da Comunicação com vertente de jornalismo.

É certo que o jornalismo reclama um grau de abrangência de saberes e competências, mas, certamente que algumas das matérias da enciclopédia serão mais decisivas do que outras. Esta vasta amplitude de base corre o risco de tornar indistinta a formação específica, colocando-a, no momento do acesso à profissão, ao nível de outros percursos formativos da área das ciências sociais e humanas, opção, aliás, assumida por alguns dos autores que citámos no decurso deste trabalho.

A nossa proposta assume um caminho em direção à definição de um saber mínimo mas que salvguarde a abrangência do jornalismo. Esse compromisso resulta de um conjunto de premissas:

- A estreita interligação entre os cursos da área ministrados no ensino politécnico e universitário é um sinal de salvaguarda da abrangência reclamada pelo jornalismo. Essa articulação pressupõe a existência de cursos com a mesma matriz de base (a

³⁶⁸ Sindicato dos jornalistas, 4 de julho de 2006.

comunicação), mas onde a aproximação e a ligação à profissão obedeçam, como referimos no capítulo oito, a diferentes ritmos. Um aluno que optar pelo politécnico sabe que estará a investir num projeto formativo que lhe permite responder às necessidades imediatas da profissão, simultaneamente dominando as técnicas essenciais ao desempenho quotidiano, mas municiado das ferramentas analíticas que atribuam significado a essa ação. O aluno do politécnico pode optar por frequentar um segundo ciclo que desenvolva o modelo de formação do primeiro ciclo, acentuando a ligação ao meio profissional. O aluno que escolher o percurso universitário terá de articular, preferencialmente, o primeiro ciclo com o segundo ciclo. No primeiro ciclo adquirirá competências sobretudo reflexivas, que lhe permitirão agir sobre o jornalismo com o propósito de participar na melhoria da sua prática. O contacto com a técnica profissional ocorrerá, apenas, no último semestre do primeiro ciclo, ainda assim, em interligação permanente com a componente reflexiva. A aquisição de competências profissionais acontecerá, então, no segundo ciclo, onde o aluno poderá testar abordagens inovadoras e alternativas e aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do percurso.

- Os cursos universitários e politécnicos estabelecem a comunicação como eixo central do plano de estudos, mas o papel que esta exerce, em cada um deles, é diferente. No caso dos cursos politécnicos, a comunicação associa-se diretamente à prática profissional, atribuindo-lhe significado; nos cursos universitários, a comunicação produz a síntese das influências das humanidades e das ciências sociais e transporta esses resultados para a variante profissional, tornando-a mais reflexiva.

- Nos cursos universitários, que constituem a base da nossa proposta, a equiparação da variante ao tronco comum reduz, desde logo, o grau de dispersão normalmente associado ao tronco comum;

- A variante não se restringe às unidades curriculares profissionais. A sua base é, aliás, a interligação entre a profissão e a comunicação, o eixo síntese que convoca as áreas de saber que mais diretamente auxiliam o jornalista a ultrapassar os constrangimentos impostos pelo mercado; resistindo-lhes, mas consciente de que deve servi-lo.

A proposta que apresentámos resulta do trajeto analítico que traçámos, ele próprio condicionado pelo hibridismo do lugar onde nos encontramos, pleno de condicionalismos, portanto.

Estamos conscientes deles. Mas é também esse lugar onde nos encontramos que nos impele a buscar caminhos que alimentem o debate à volta desta questão, que consideramos decisiva, de encontrar uma via de acesso ao jornalismo.

A profissão que reclama saberes e competências diversos é, todavia, exercida quotidianamente fazendo uso de um conjunto limitado de técnicas, que apelam à prescrição de receitas práticas quase universais, que tornam o jornalismo cada vez mais igual, independentemente dos meios, das gerações envolvidas, dos países. Esta matriz, regulada pela abrangência do mercado, limita o alcance do jornalismo. Sem exigir um quadro concetual que lhe dê enquadramento, a prática jornalística quotidiana fica, assim, na dependência direta de uma entidade abstrata, superior, que a comanda.

A base de um programa comum de formação deve questionar essa entidade abstrata, promover abordagens alternativas inovadoras que protejam o jornalismo, tornando-o cada vez mais útil, relevante e decisivo.

Nos cursos que analisámos, observámos alguns princípios de ação que configuram um caminho para a reconstrução do jornalismo. No curso da UNL, o eixo central do plano de estudo é a comunicação e, em algumas unidades curriculares, é possível detetar uma articulação entre quadros concetuais e a realidade do mundo profissional, que contribui para a apreensão crítica do mesmo. O corpo docente associado ao campo da comunicação apresenta um grau de qualificação dos mais elevados do país. Os alunos entrevistados distinguem-se pela pró-atividade e espírito crítico, a que não será alheia a sua qualidade de base, que lhes permitiu passar o filtro do acesso ao curso que permanece como o mais prestigiado do país.

No curso da Universidade do Porto deve ser valorizada a estabilidade e qualificação do corpo docente associado à variante, o que configura a possibilidade de transformar o jornalismo num campo de estudo importante no campus. O modelo de interligação entre o curso, os docentes da variante e as plataformas jornalísticas internas deve ser, igualmente, valorizado, assim como as pontes firmadas com o mercado. Destacamos de forma positiva a preocupação em quebrar as linhas divisórias fixas entre plataformas, o que permite desenvolver unidades curriculares centradas no jornalismo e não no meio distribuidor da mensagem, sem que a especificidade desse meio fique ausente do programa de estudos. Essa valorização do jornalismo, em unidades curriculares que lhe são inteiramente dedicadas, impõe a mobilização de diversos docentes, com diversas competências, o que enriquece o processo formativo.

No curso da ESEC, o corpo docente associado à variante, mesmo apresentando as limitações assinaladas, é estável e participa na dinâmica do projeto formativo, o que configura o estabelecimento de pontes entre a variante e as restantes áreas de saber que integram o plano formativo, diminuindo o potencial de entrincheiramento observado noutros cursos.

O curso de Comunicação/Jornalismo da ULHT reflete uma especial preocupação em valorizar os trabalhos produzidos pelos alunos nas unidades curriculares de jornalismo, disponibilizando-lhes meios técnicos e humanos, de apoio à concretização desses trabalhos, sem paralelo em nenhum dos cursos analisados.

Os sinais positivos que observámos no nosso corpus restrito de análise constituem um alicerce de esperança, um trilho de acesso a um caminho sólido.

O passo seguinte pode, pois, ser assumido partindo destes sinais positivos, embora colocando a sua base a montante: a definição de um saber mínimo. Resolvida essa questão, devemos assumir esse passo sem reservas: o jornalismo deve ser exercido, exclusivamente, por licenciados em jornalismo/comunicação. Essa decisão decorre da aliança estratégica entre jornalismo e academia e, a sua aplicação, constitui o sustentáculo do processo de reconstrução.

BIBLIOGRAFIA

- ADAM, Stuart, 2001, "The education of journalists", *vol.2 (3)*, ("Journalism: theory, practice and criticism"), 315-339.
- ADAM, Stuart, 2002, "A provost's advice on Bollinger's quest, in Amy Atkins, Andrew O' Hehir e Jay Rosen (org.), *Zoned for Debate (essays)*, New York, NYU, disponível em <http://journalism.nyu.edu/publishing/archives/debate/forum.1.index.html>, policopiado em outubro de 2005.
- AGOSTINI, Angelo, 1997, "A joint perspective; networking the European journalism Schools", in Jan Bierhoff e Mogens Schmidt (org.), *European Journalism Training in Transition, the inside view*, Maastricht: European Journalism Centre, 1997, 55-59.
- AGOSTINI, Angelo, 2009, "The Italian Journalism Education Landscape", in Georgios Terzis (org.), *European Journalism Education*, Chicago, Intellect kindle posição 4881-5109.
- ALLAN, Stuart e ZELIZER, Barbie, 2010, *Keywords in news & journalism studies*, New York, Open University Press.
- ALTERMAN, Eric, 2008, "Out of Print, the death and life of american newspaper, in Robert W. McChesney e Victor Pickard, (org.), *Will the Last Reporter Please Turn Out The Lights, the collapse of journalism and what can be done to fix it*, New York, New York Press, 2011, 3-18.
- ALVES, Rosental Calmon, 2006, "Jornalismo digital: dez anos de web ... e a revolução continua, 9-10 ("Jornalismo e Internet" Revista Comunicação e Sociedade), Braga, Universidade do Minho, 93-103.
- ANDERSON, Bonnie M., 2004, *News Flash, journalism, infotainment, and the bottom-line business of broadcast news*, San Francisco, Jossey-Bass.
- ANDERSON, Peter .J. e Ward, G., (org), 2007, *The Future of Journalism in the Advanced Democracies*, Hampshire: Ashgate Publishing.
- ANDERSON, Peter J. e Ward, Geoff, 2007, "Introduction", in P.J. Anderson, & G. Ward, (org) *The Future of Journalism in the Advanced Democracies*. Hampshire: Ashgate Publishing, 3-17.
- ANDERSON, Peter J. *et al*, 2007, "The Changing World of Journalism", in P.J. Anderson, & G. Ward, (org) *The Future of Journalism in the Advanced Democracies*. Hampshire: Ashgate Publishing, 17-39.
- ANDERSON, Peter J., 2007, "Challenges for Journalism", in P.J. Anderson, & G. Ward, (org), *The Future of Journalism in the Advanced Democracies*. Hampshire: Ashgate Publishing, 51-73.
- ANDRINGA, Diana, 2001, *Ignacio Ramonet Entrevistado por Diana Andringa*, Campo da Comunicação, Porto.

- ANDRINGA, Diana, 2006a, "Emídio Rangel: O jornalista não é um missionário mas deve observar códigos éticos", in José Rebelo (org.) *Ser Jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos*, Lisboa, Gradiva, 2011, 280-295.
- ANDRINGA, Diana, 2006b, João Bruno Videira: o ruído à nossa volta não nos deixa refletir", in José Rebelo, (org.), *Ser Jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos*. Lisboa, Gradiva, 2011, 328-339.
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 1990, "Estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico". Lei n.º 54/90, Diário da República, I Série, n.º 205.
- BALANDIER, Georges. 1980, *O poder em cena*, Coimbra, Minerva, 1990.
- BARNHURST, Kevin G. e NERONE, John, 2009, "Journalism History", in Thomas Hanitzsch e Karin Wahl-Jorgensen, (org.), *The Handbook of Journalism Studies*, New York, Routledge, 17-29.
- BARRERA, C. e VAZ, A., 2003, "The Spanish Case: a recent Academic Tradition ", in R. Fröhlich e C. Holtz-Bacha, (org.), *Journalism Education in Europe and North America - an International Comparison*. The Hampton Press Communication Series - Mass Communication and Journalism, New Jersey, Hampton Press, 21-48.
- BARRERA, Carlos e SALAVERRÍA, Ramon, 2009, "The Spanish Journalism Education Landscape", in Georgios Terzis (org.), *European Journalism Education*, Chicago, Intellect kindle, posição 5745-5990.
- BASSETT, Caroline; MARRIS, Paul; THORNHAM, Sue, 1996, *Media Studies, a reader*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2009.
- BASTOS, Hélder, 2006, "Ciberjornalismo: dos primórdios ao impasse", 9-10 ("Jornalismo e Internet" Revista Comunicação e Sociedade), Braga, Universidade do Minho, 103-113.
- BASTOS, Hélder, 2010, *Ciberjornalistas em Portugal, Práticas, Papeis e Ética*, Lisboa, Livros Horizonte.
- BATISTA, Carla; MARTINS, Carla; PINA, Sara, 2008, "Michael Schudson: 'Temos de ser cuidadosos com o excesso de interpretação no jornalismo'", in *Media & Jornalismo*, nº13, Lisboa, CIMJ, 17-23 .
- BBC, "Guidelines, Section 17: Interact with our audiences", disponível em <http://www.bbc.co.uk/guidelines/editorialguidelines/page/guidelines-interacting-phone-in/#user-generated-content-online> (último acesso maio de 2012).
- BEASLEY, Maurine, 2000, "Visions of mass media education", in Tom Dickson, *Mass media education in transition, preparing for the 21st Century*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 182-184.
- BEATE, Josephi, "Journalism Education", 2009, in Thomas Hanitzsch e Karin Wahl-Jorgensen, (org.) *The Handbook of Journalism Studies*, New York and London, Routledge, 42-59.
- BECKETT, Charlie, 2008, *SuperMedia, saving journalism so it can save the world*, UK, Blackwell Publishing.
- BENS, Els; Golding Peter; McQuail, Denis, 2005, *Communication Theory and Research*, California, Sage.

- BERNSTEIN, Carl e WOODWARD, Bob, 1974, *Watergate, o processo de uma presidência*, Amadora, Livraria Bertrand, 1979.
- BIANCO, Nelia R. Del, 2004, "A Internet como fator de mudança no jornalismo", in *Radiojornalismo em mutação, a influência cultural e tecnológica na transformação da noticiabilidade no rádio*, tese doutoramento defendida em maio de 2004 na Universidade de S. Paulo, disponível em www.bocc.ubi.pt (policopiado em fevereiro de 2012).
- BIERHOFF, Jan e SCHMIDT, Mogens, (org.), 1997, *European Journalism Training in Transition, the inside view*, Maastricht: European Journalism Centre.
- BIERHOFF, Jan e SCHMIDT, Mogens, 1997, "Preface", in Jan Bierhoff e Mogens Schmidt, (org.) *European Journalism Training in Transition, the inside view*, Maastricht: European Journalism Centre, 5-9.
- BIRGE, Elizabeth, 2004, "Teaching convergence - but what is it', educators struggle with ambiguous definitions from the profession", ("Quill Magazine, Society of professional journalists"), 10-13.
- BLUMLER, Jay G. e GUREVITCH, Michael, 1995, "Political Communication Systems and Democratic Values", in *The Crisis of Public Communication*, New York, ed. Routledge.
- BOHEC, Jacques Le, 2009, "The French Journalism Education Landscape", in Georgios Terzis (org.), *European Journalism Education*, Chicago: Intellect kindle posição 4412-4724.
- BOLLINGER, Lee, 2003, "Statement on the future of Journalism Education", ("Columbia Journalism Review"), disponível em http://www.columbia.edu/cu/news/03/04lcb_j_task_force.html (último acesso, maio de 2013).
- BORGES, Jorge Luis, 1960, "Do Rigor na Ciência", in *O Fazedor*, Lisboa, Difel, 2002.
- BOURDIEU, Pierre, 1996a, "Acerca de la Televisión, transcrição integral das emissões de 18 de março de 1996 da Paris Première", Paris, CNRS audiovisual.
- BOURDIEU, Pierre, 1996b, "Journalism et étique", nº 1, ("Les cahiers do journalism"), Lille, Centre de Recherche de l'École Supérieure de Journalism.
- BREED, Warren, 1955, "Controlo social na redação: uma análise funcional", in Nelson Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*, Lisboa, Vega, 1999, 152-167.
- BRODDASON, Thorbjörn, 2005, "The sacred side of professional journalism", in Els Bens, Peter Golding e Denis McQuail, *Communication Theory and Research*, California, Sage, 155-164.
- BROMLEY, Michael, 2009, "Introduction: The North Atlantic Liberal Media Countries", in Georgios Terzis (org.), *European Journalism Education*, Chicago: Intellect kindle, posição 222-443.
- BROMLEY, Michael, 2009, "The Uninet Kingdom Journalism Education Landscape", in Georgios Terzis (org.), *European Journalism Education*, Chicago, Intellect kindle, posição 639-1133.
- BROMLEY, Michael; TUMBER Howard; ZELIZER, Barbie, 2001, "Journalism Education", vol. 2, nº 3, ("Journalism"), 251-254.

- BURGH, H.d., (org.), 2005, *Making Journalists*, New York, Routledge.
- BURGH, H.W.de, 2003, "Skills are not enough: the case for journalism as an academic discipline", Vol. 4, nº. 1 ("Journalism"), 95-112.
- BUSTAMANTE, Enrique, 1993, *A economia da televisão*, Porto, Campo de Letras.
- CÁDIMA, Francisco Rui, 1999, *Desafios dos Novos Media – a Nova Ordem Política e Comunicacional*, Lisboa, Editorial Notícias.
- CALVO, Santiago Tejedor, 2006, "Hácia un currículo de ciberperiodismo. Estado, problemas y retos en la enseñanza del periodismo online: El caso de España", 9-10, ("Jornalismo e Internet, Revista Comunicação e Sociedade"), 39-49.
- CAMPBELL, Cole, 2002, "One heresy for every verity: what if Columbia's team of journalism all-stars went to school?, in Amy Atkins; Andrew O' Hehir; Jay Rosen (org.), *Zoned for Debate (essays)*, New York, NYU, disponível em <http://journalism.nyu.edu/publishing/archives/debate/forum.1.index.html>, policopiado em outubro de 2005.
- CAMPONEZ, José Carlos, 2009, *Fundamentos de Deontologia do Jornalismo, a auto-regulação frustrada dos jornalistas portugueses (1974-2007)*, Dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra.
- CANAVILHAS, João Manuel Messias, 2006, "Do jornalismo online ao webjornalismo: formação para a mudança", 9-10, ("Jornalismo e Internet, Revista Comunicação e Sociedade"), 113-121.
- CAREY, James, 1996, "Where Journalism Education Went Wrong", Disponível em: <http://www.mtsu.edu/~masscomm/seig96/carey/carey.htm>. (policopiado em novembro de 2008).
- CAREY, James W. 2000b, "Recensão" de *Rich Media, Poor Democracy: Communication Politics in Dubious Times*, de Robert W. McChesney, vol 54, nº 2, ("Nieman Reports") 67-68, disponível em <http://www.nieman.harvard.edu/reports/article/101943/Journalism-and-Democracy-Are-Names-for-the-Same-Thing.aspx> (policopiado em fevereiro de 2013).
- CAREY, James, 2000a, "Some personal notes on US journalism education", in *Journalism*, vol. 1, London/Califórnia, Sage, 12-23.
- CAREY, James, 2007, "A Short History of Journalism for Journalists: A Proposal and Essay", *The Harvard International Journal of Press/Politics*, Vol. 12, nº 1, Sage, 3-16.
- CASCAIS, Fernando, 2004, "O ensino do/para o jornalismo e a formação profissional", in *O Ensino do Jornalismo*, Revista Comunicação e Sociedade, 5, Braga, Universidade do Minho, 85-93.
- CASCAIS, Fernando, 2008, "Ensino do jornalismo em Portugal. História de um fracasso dos jornalistas", in *Media & Jornalismo*, nº13, Lisboa, CIMJ, 55-77.
- CASTELLS, Manuel, 1996, "An Introduction to the Information Age", in Bassett, Caroline, Marris, Paul, Thornham, Sue, *Media Studies, a reader*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2009, 152-164.
- CASTELLS, Manuel, 1996, *The Rise of Network Society – The Information Age: Economy, Society and Culture, vol 1*, Oxford, Blackwell Publishers Ltd.

- CASTELLS, Manuel, 1999, *O poder da identidade*, São Paulo, Editorial Paz e Terra.
- CEPPOS, Jerry, 2000, "Visions of mass media education", in Dickson, Tom, *Mass media education in transition, preparing for the 21st Century*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 184-185.
- CHALABY, Jean K., 1998, *The Invention of Journalism*, New York, Palgrave Macmillan.
- CHAMPAGNE, Patrick, 1995, "The double dependency: the journalistic field between politics and markets", in Rodney Benson e Érik Neveu (org.), *Bourdieu and the journalistic field*, Cambridge, Polity Press, 2005, 46-63.
- CHAPMAN, Jane L. e Nutall, Nick, 2011, *Journalism Today, a themed history*, UK, Wiley-Blackwell.
- CHARON, J.-M., 2003, "Journalist Training in France", in R. Fröhlich e C. Holtz-Bacha, (org.), *Journalism Education in Europe and North America - an International Comparison*. The Hampton Press Communication Series - Mass Communication and Journalism, New Jersey, Hampton Press, 139-168.
- CHRIST, William G., 2000, "Visions of mass media education", in Dickson, Tom, *Mass media education in transition, preparing for the 21st Century*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 185-190.
- CIMJ, 2008, "Editorial", nº 13, ("Media& Jornalismo,"), 5-11.
- CIRILLO, Melissa, 2004, "those who do teach, journalism schools save money through teaching partnerships with area newspapers", ("American Journalism Review"), 12-13.
- COELHO, Pedro, 2005, *A TV de Proximidade e os Novos Desafios do Espaço Público*, Lisboa, Livros Horizonte.
- COELHO, Pedro, 2006, "Os Privilégios dos Jornalistas", disponível em <http://historiasdeumjornalista.blogspot.pt/2006/12/os-privilegios-dos-jornalistas-por.html>, último acesso setembro de 2013.
- COELHO, Pedro, 2013, "Números e factos do ensino superior de jornalismo em Portugal: de como o excesso de procura resultou em excesso de oferta", in Enio Moraes Júnior et al (org.), *Antes da Pauta: linhas para pensar o ensino do jornalismo do século XXI*, São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 79-102.
- COLE, Peter, 2003, "The media training jungle", vol. 14, nº 1, ("British Journalism Review"), 54-60.
- CONDRY, John e POPPER, Karl, 1995, *Televisão: Um Perigo para a Democracia*, Lisboa, ed. Gradiva Publicações.
- CORREIA, Elizabeth Saad, 2006, "O jornalismo contemporâneo no Brasil: as mídias digitais como elo entre a crise e a busca de uma nova identidade", 9-10 ("Jornalismo e Internet, Revista Comunicação e Sociedade"), 49-63.
- CORREIA, Fernando, 1995, "Contributo para o Ensino do Jornalismo em Portugal", nº 44, ("O Professor"), 53-61.
- CORREIA, Fernando, 2000, "Ensino e investigação do jornalismo em Portugal - elementos para o estudo da sua evolução", nº 1, ("Jornalismo & Jornalistas").

- CORREIA, Fernando, 2009, "Crise de identidade profissional e emergência de um novo paradigma", in José Luís Garcia, (org.) *Estudos sobre os jornalistas portugueses*, Lisboa, ICS.
- CORREIA, F. e BAPTISTA, C., 2005, "O ensino e a valorização profissional do Jornalismo em Portugal (1940/1974)", nº 21, ("Cultura") 233-256.
- CORREIA, F. e BAPTISTA, C., 2007, *Jornalistas. Do ofício à profissão*, Santa Maria da Feira: Caminho.
- CORREIA, João Carlos (1998b). "O ensino do jornalismo visto pelos jornalistas", BOCC <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-ensino-jornalismo.pdf> (policopiado em 2010).
- CORREIA, João Carlos, (1998a), "Algumas reflexões sobre a formação universitária dos jornalistas", BOCC <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-formacao-universitaria-jornalistas.pdf> (policopiado em 2010).
- CORREIA, João Carlos, 2000, "O poder do jornalismo e a mediatização do espaço público", in Nelson Traquina, (org.), nº 27, ("Jornalismo2000, Revista de Comunicação e Linguagens") 193-213.
- DAMAS, Susana Herrera, 2006, "Internet e las nuevas formas de participación de los oyentes en los programas de radio", 9-10, ("Jornalismo e Internet, Revista Comunicação e Sociedade"), 83-93.
- DARDENNE, Robert, 2000, "Visions of mass media education", in Dickson, Tom, *Mass media education in transition, preparing for the 21st Century*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 190-192.
- DELANO, Anthony, 2008, "Different horses, different courses", vol. 19, nº 4, ("British Journalism Review") 68-73.
- DELONG, Ray, 1984, "Some Journalists not happy with switch to teaching career", vol 39, nº 1, ("Journalism Educator"), 15-17.
- DEUZE, Mark, 1999, "Journalism and the web: an analysis of skills and standards in an online environment", 61, nº 5 ("International Communication Gazette"), 373-390.
- DEUZE, Mark, 2005, "What is journalism?: Professional Identity and ideology of journalists reconsidered", vol. 6, nº 4, ("Journalism"), 442-464.
- DEUZE, Mark, 2006, "O jornalismo e os novos meios de comunicação social", 9-10, ("Jornalismo e Internet, Revista Comunicação e Sociedade") 15-37.
- DICKSON, Tom, 2000, *Mass media education in transition, preparing for the 21st Century*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- DORER, J., 2003, "The Historical Development and Present State of Journalism Training in Austria", R. Fröhlich e C. Holtz-Bacha (org.), *Journalism Education in Europe and North America - an International Comparison*. The Hampton Press Communication Series - Mass Communication and Journalism, New Jersey, Hampton Press 237-255.
- DORER, Johanna; Gotzenbrucker, Gerit; Hummel, Roman, 2009, "The Austrian Journalism Education Landscape", in Georgios Terzis (org.), *European Journalism Education*, Chicago: Intellect kindle posição 1296-1550.

- DOWNIE JR., Leonard e SCHUDSON, Michael, 2009, *The Reconstruction of American Journalism*, ("Columbia Journalism Review"), New York.
- ERDAL, Ivar John, 2007, "Researching media convergence and crossmedia news production", 28, nº 2, ("Nordicom Review"), 51-61.
- ERRIGO, Jackie e Franklin, Bob, 2004, "Surviving in the Hackademy", vol.15, nº 2, ("British Journalism Review"), 43-48.
- ESSER, F., 2003, "Journalism Training in Great Britain: a system rich in tradition but currently in transition", in R. Fröhlich e C. Holtz-Bacha, (org.), *Journalism Education in Europe and North America - an International Comparison*, The Hampton Press Communication Series - Mass Communication and Journalism, New Jersey, Hampton Press, 209-236.
- ESTEVES, João Pissarra, 1988, "Comunicação Regional e Local em Portugal – A Situação da Imprensa e os Grandes Desafios do Audiovisual", nº8, ("Jornalismos, Revista de Comunicação e Linguagens"), 55-71.
- ESTEVES, João Pissarra, 1997, "Opinião Pública e Democracia na Sociedade de Informação", ("Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais"), Lisboa, ed. Câmara Municipal de Cascais.
- ESTEVES, João Pissarra, 1998, *A ética da comunicação e os média modernos*, Lisboa, FCG.
- ESTEVES, João Pissarra, 1999, *A Ética da Comunicação e os Media Modernos – Legitimidade e Poder nas Sociedades Complexas*, Lisboa, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- ESTEVES, João Pissarra, 2003, *Espaço público e democracia*, Lisboa, Edições Colibri.
- ESTEVES, João Pissarra, 2011, *Sociologia da comunicação*, Lisboa, FCG
- EWERS, Annelie, 1997, "What prospects for young journalists?", in Jan Bierhoff e Mogens Schmidt, (org.), *European Journalism Training in Transition, the inside view*, Maastricht: European Journalism Centre, 9-13.
- FERNANDES, José Luíz, 2007, "João Mesquita: Uma ideologia para o jornalismo", in José Rebelo, (org.) *Ser Jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos*. Lisboa, Gradiva, 2011, 358-373.
- FERNÁNDEZ, Luís Fernando Ramos, 1996, *A Ética dos Periodistas - La elaboración del código deontológico influencias y desarrollo histórico*, Pontevedra, Diputation de Pontevedra.
- FERREIRA, Vanda, 2006, "José António Cerejo: os jornalistas estão cada vez mais dentro do sistema", in José Rebelo, (org.) *Ser Jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos*. Lisboa, Gradiva, 2011, 456-473.
- FIDALGO, A, 2001, "O ensino do jornalismo no e para o século XXI". BOCC - Biblioteca online de Ciências da Comunicação. Disponível online: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-ensino-jornalismo-internet.pdf> (policopiado em novembro de 2008).
- FIDALGO, Joaquim, 2004, "Jornalistas: um perfil socioprofissional em mudança", nº 5 ("O Ensino do Jornalismo, Revista Comunicação e Sociedade"), 63-74.
- FIDALGO, Joaquim, 2008, *O Jornalista em Construção*, Porto, Porto Editora.

- FIDALGO, Joaquim, 2009, *O Lugar da Ética e da Auto-regulação na Identidade Profissional dos Jornalistas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- FIGUEIRA, J. e Granado, A, 2007, "Vale a pena uma licenciatura em jornalismo?", Congresso Internacional Premium - A Integração Profissional dos Licenciados em Jornalismo/Ciências da Comunicação, Jorge Marinho e Salomé Pinto da Silva (org.), Porto, 132-138.
- FIGUEIRA, J. e Granado, A. (2004). "Quem são, onde estão e o que pensam os licenciados em Jornalismo por Coimbra", III SOPCOM. Covilhã, 22 e 23 de Abril.
- FRANKLIN, Bob *et al*, 2005 (2010), *Key concepts in journalism*, London, California, Sage.
- FRITH, Simon e MEECH, Peter, 2007, "Becoming a journalist - Journalism education and journalism culture", vol.8, nº 2, ("Journalism"), 137-164.
- FRÖHLICH, R. e HOLTZ-BACHA, C., (org.), 2003a, *Journalism Education in Europe and North America - an International Comparison*. The Hampton Press Communication Series - Mass Communication and Journalism. New Jersey: Hampton Press.
- FRÖHLICH, R. e HOLTZ-BACHA, C. (2003b). "Journalism Education in Germany: a wide range of different ways", in R. Fröhlich e C. Holtz-Bacha, (org.), *Journalism Education in Europe and North America - an International Comparison*. The Hampton Press Communication Series - Mass Communication and Journalism. New Jersey: Hampton Press, 187-206.
- FRÖHLICH, Romy e HOLTZ-BACHA, Christina, 2003c, "Summary: Challenges for today's journalism education", in Romy Fröhlich e Christina Holtz-Bacha (org.), *Journalism Education in Europe and North America: an International Comparison*, New Jersey: Hampton Press.
- FRÖHLICH, Romy e HOLTZ-BACHA, Christina, 2009, "The German Journalism Education Landscape", in Georgios Terzis (org.), *European Journalism Education*, UK/Chicago: Intellect kindle posição 2264-2640.
- FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA, 2010, *Cidadania e Jornalismo*, Michael Schudson, Lisboa, Fundação Luso-Americana.
- GARCIA, José Luís; (org.), 2009a, *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses. Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do séc. XXI*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- GARCIA, José Luís; 2009b, "Principais tendências de profissionalização dos jornalistas no período pós-transição democrática ", José Luís Garcia (org.), *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 63-91.
- GARCIA, José Luís; Silva, Pedro Alcântara da, 2009, "Elementos de composição socioprofissional e de segmentação", in Garcia, José Luís, (org.), *Estudos sobre os jornalistas portugueses*, Lisboa, ICS.
- GENTON, Bernard, 2011, «Introduction », in Joseph Pulitzer, *Sur le journalism (Essai)*, Circé, 7-27.

- GILLMOR, Dan, 2000, "Visions of mass media education", in Dickson, Tom, *Mass media education in transition, preparing for the 21st Century*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 192-193.
- GILLMOR, Dan, 2004, *We the Media, grassroots journalism by the people, for the people*, California, O'Reilly Media.
- GITLIN, Todd, 2009, "A surfeit of crises: circulation, revenue, attention, authority and deference", in Robert W. McChesney e Victor Pickard, (org.), *Will the Last Reporter Please Turn Out The Lights, the collapse of journalism and what can be done to fix it*, New York, London, New York Press, 2011, 91-103.
- GLASSER, Theodore, 2002, "What difference does a journalism education make?", in Amy Atkins; Andrew O' Hehir; Jay Rosen, (org.), *Zoned for Debate (essays)*, New York, NYU, disponível em <http://journalism.nyu.edu/publishing/archives/debate/forum.1.index.html>, policopiado em outubro de 2005.
- GOMES, Adelino, 2004, "O essencial e o acessório na formação de jornalistas, doutores em atualidade", nº 5, ("O Ensino do Jornalismo, Revista Comunicação e Sociedade"), 109-110.
- GOMES, Adelino, 2006a, "Edite Soeiro: o jornalista de hoje é mais culto do que quando comecei", in José Rebelo, (org.), *Ser Jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos*. Lisboa, Gradiva 2011, 266-279.
- GOMES, Adelino, 2006b, "Manuel Pinto: cada vez faz mais sentido haver filtros", in José Rebelo, (org.), *Ser Jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos*. Lisboa, Gradiva, 2011, 678-695.
- GOMES, Adelino, 2006c, "José Carlos Vasconcelos: as novas tecnologias são ótimas mas não mudam o essencial", in José Rebelo, (org.), *Ser Jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos*. Lisboa, Gradiva, 2011, 498-521.
- GOMES, Adelino, 2012, *Nos bastidores dos telejornais*, Lisboa, Tinta da China.
- GONZÁLEZ, Maria de los Ángeles, 2000, *Convivencia de la prensa escrita y la prensa online en su transición hacia el modelo de comunicación multimedia*, em http://www.ucm.es/info/period/Period_I/EMP/Numer_07/7-4-Comu/7-4-01.htm (último acesso em Maio de 2012).
- GOOD, Howard, 1985, "Use literature to teach journalism", ("Journalism Educator"), 46-47.
- GRABER, Doris A., 1998, "Para onde vai a cobertura televisiva das eleições? Lições da campanha eleitoral de 1996", in Nelson Traquina, (org.), nº 27, ("Jornalismo 2000, Revista de Comunicação e Linguagens"), 181-193.
- GRAÇA, Sara Meireles, 2009, "Os problemas-chave de ingresso no jornalismo", in José Luís Garcia (org), *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses. Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do séc. XXI*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 133-168.
- GREGORIAN, Vartan, 2002, "Journalism, the quintessential knowledge profession, has an information problem", in Amy Atkins; Andrew O' Hehir; Jay Rosen, (org.), *Zoned for Debate (essays)*, New York, NYU, disponível em <http://journalism.nyu.edu/publishing/archives/debate/forum.1.index.html>, policopiado em outubro de 2005.

- GROSS, Peter e HIEBERT, Ray, 2003, "Remedial Education: the remaking of eastern european journalists", in Romy Fröhlich e Christina Holtz-Bacha (org.), *Journalism Education in Europe and North America: an International Comparison*, New Jersey: Hampton Press 257-285.
- GURA, Les, 2002, Journalism is thinkology. Now how do you teach that?, in Amy Atkins; Andrew O' Hehir; Jay Rosen, (org.), *Zoned for Debate (essays)*, New York, NYU, disponível em <http://journalism.nyu.edu/publishing/archives/debate/forum.1.index.html>, policopiado em outubro de 2005.
- HABERMAS, Jurgen, 1962, *Mudança Estrutural da Esfera Pública – Investigações Quanto a uma Categoria da Sociedade Burguesa*, Rio de Janeiro, ed. Tempo Brasileiro, 1981.
- HABERMAS, Jurgen, 1973, "The Public Sphere", in Caroline Bassett; Paul Marris; Sue Thornham, *Media Studies, a reader*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2009, 45-51.
- HABERMAS, Jurgen, 1992, "L' Espace Public, 30 Ans Après", nº18, ("Quaderni").
- HABERMAS, Jurgen, 1998, "Sobre el Papel de la Sociedad Civil y de la Opinión Pública Política", in *Facticidad y Validez*, Madrid, ed. Trotta.
- HALL, Stuart *et al*, s.d. (1999), "A produção social das notícias: o 'Mugging' nos media", in Nelson Traquina, (org.), *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*, Lisboa, Vega, 224-251
- HAMILTON, John Maxwell e IZARD, Ralph, 1996, "Bridging the gap, professional journalists and journalism educators should join forces to strengthen both of their domains", ("American Journalism Review"), disponível em <http://www.ajr.org/article.asp?id=5>, (policopiado em outubro de 2005) 16-17.
- HANITZCSCH, Thomas e WAHL-JORGENSEN, Karin, 2009, "Comparative Journalism Studies", in Thomas Hanitzsch e Karin Wahl-Jorgensen, Karin, (org.), *The Handbook of Journalism Studies*, New York and London, Routledge 413-428
- HANITZCSCH, Thomas e WAHL-JORGENSEN, Karin, 2009, "Introduction: On Why and How We Should do Journalism Studies, in Thomas Hanitzsch e Karin Wahl-Jorgensen, (org.), *The Handbook of Journalism Studies*, New York and London, Routledge 3-17.
- HANITZCSCH, Thomas e WAHL-JORGENSEN, Karin, (org.), 2009, *The Handbook of Journalism Studies*, New York and London, Routledge.
- HANNA, M. e SANDERS, K., 2007, "Journalism Education in Britain", vol. 1, nº 3, ("Journalism Practice"), 404-420.
- HILGERT, Ingeborg, 1997, "A general or specialist training", in Jan Bierhoff, e Mogens Schmidt, (org.), *European Journalism Training in Transition, the inside view*, Maastricht: European Journalism Centre, 27-35.
- HOLM, Hans-Henrik, 1997, "Education journalists a new Europe", in Jan Bierhoff e Mogens Schmidt, (org.), *European Journalism Training in Transition, the inside view*, Maastricht: European Journalism Centre, 47-51.

- HOLM, Hans-Henrik, 2003, "Journalism Education in Denmark: the challenges of the market and politics", Romy Fröhlich e Christina Holtz-Bacha (org.), *Journalism Education in Europe and North America: an International Comparison*, New Jersey: Hampton Press, 121-137.
- HUTCHISON, David e O'DONNELL, Hugh (org.), 2011, *Centres and Peripheries, metropolitan and non-metropolitan journalism in the 21st century*, Newcastle, Cambridge Scholars Publishing.
- ISMACH, Arnold H., 2000, "Visions of mass media education", in Dickson, Tom, *Mass media education in transition, preparing for the 21st Century*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 193-195.
- JAKUBOVICZ, Karol, 2009, "Introduction: The Eastern European post communist media model countries", in Georgios Terzis (org.), *European Journalism Education*, UK/Chicago: Intellect kindle posição 6267-6462.
- JIRAK, Jan, 1997, "The music of change; journalism training in eastern Europe", in Jan Bierhoff, Jan e Mogens Schmidt (org.), *European Journalism Training in Transition, the inside view*, Maastricht: European Journalism Centre, 51-55.
- JOHANSEN, P. e DORNAN, C., 2003, "Journalism Education in Canada", Romy Fröhlich e Christina Holtz-Bacha (org.), *Journalism Education in Europe and North America: an International Comparison*, New Jersey: Hampton Press, 65-90.
- JÚNIOR, Enio Moraes *et al* (org.), 2013, *Antes da Pauta: linhas para pensar o ensino do jornalismo do século XXI*, São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.
- KAPUSCINSKI, Ryszard, 2000, *Los cínicos no sirven para este oficio, sobre el buen periodismo*, Barcelona, Anagrama, 2002.
- KATZ, Jon, 2000, "Analysis: the rise of open media", ("Slashdot"), disponível em <http://www.columbia.edu/itc/journalism/j6075/edit/readings/katzmedia.html> (último acesso em maio de 2012).
- KATZ, Jon, 2002, "Bollinger's windbags won't do much without the young", in Amy Atkins; Andrew O' Hehir; Jay Rosen, (org.), *Zoned for Debate (essays)*, New York, NYU, disponível em <http://journalism.nyu.edu/publishing/archives/debate/forum.1.index.html>, policopiado em outubro de 2005.
- KEES, Beverly, 1996, "Some universities begin to rewrite the story of journalism education", ("Freedom Forum"), disponível em <http://www.thefreelibrary.com/Some+universitries+begin+to+rewrite+the+story+of+journalism...-a018510190> (policopiado em outubro de 2005), 4-8.
- KENNEDY, Dan, 2002, "Strip it down, go eclectic: J-School should stop getting in the way of a real education", in Amy Atkins; Andrew O' Hehir; Jay Rosen (org.), *Zoned for Debate (essays)*, New York, NYU, disponível em <http://journalism.nyu.edu/publishing/archives/debate/forum.1.index.html>, policopiado em outubro de 2005.
- KOPENHAVER, Lillian Lodge, 2000, "Visions of mass media education", in Dickson, Tom, *Mass media education in transition, preparing for the 21st Century*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 195-197.

- KOPPER, Gerd G., 2003, Eurojournalism: Aims and Programs for future european journalists", in Romy Fröhlich e Christina Holtz-Bacha (org.), *Journalism Education in Europe and North America: an International Comparison*, New Jersey: Hampton Press 285-307.
- KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom, 2001, *Os Elementos do Jornalismo, o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público exigir*, Porto, Porto Editora, 2004.
- KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom, 2007, *The Elements of Journalism (completely, updated and revised)*, New York, Three Rivers Press.
- KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom, 2010, *Blur, how to know what's true in the age of information overload*, New York, Bloomsbury.
- KROEGER, Brooke, 2002, "Journalism with a scholar's intent", in Amy Atkins; Andrew O' Hehir; Jay Rosen, (org.), *Zoned for Debate (essays)*, New York, NYU, disponível em <http://journalism.nyu.edu/publishing/archives/debate/forum.1.index.html>, policopiado em outubro de 2005.
- KUNKEL, Thomas, 2003, "What is journalism education?", ("American Journalism Review"), disponível em <http://www.ajr.org/article.asp?id=2751> (último acesso em setembro de 2013).
- KUPFER, Peter, 2009, "Barney Kilgore: the man who made the Wall Street Journal", ("CultureKiosque.com"), disponível em http://www.culturekiosque.com/nouveau/books/barney_kilgore339.html (último acesso setembro de 2013).
- LEMANN, Nicholas, 2006, "On Balance", ("Columbia Journalism Review"), disponível em <http://elcherebel.blogspot.pt/2006/02/on-balance-by-nicholas-lemann-columbia.html> (último acesso setembro de 2013).
- LESTER, Marilyn e MOLOTCH, Harvey, 1974, "As notícias como Procedimento Intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos", in Nelson Traquina, (org.), *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*, Lisboa, Vega, 1999, 34-52.
- LLOSA, Mário Vargas, 2012, *A civilização do espetáculo*, Lisboa, Quetzal.
- LÖNNROTH, Ami, 1997, "Rethinking the journalism education", in Jan Bierhoff e Mogens Schmidt, (org.), *European Journalism Training in Transition, the inside view*, Maastricht: European Journalism Centre, 59-62.
- LOPES, Anabela de Sousa, 2000, "Notícias na internet: um novo jornalismo?", nº 27("Jornalismo 2000, Revista de Comunicação e Linguagens"), 323-327.
- LOPES, Felisbela, 2007, *A TV das Elites*, Porto, Campo de Letras.
- LÓPEZ, Xosé, 2004, "Desafíos na formación de comunicadores para a era dixital. Panorama diante da aplicación do documento de Bolonia: viaxe de Santiago ás capitais da Unión Europea", nº 5,("O Ensino do Jornalismo, Revista Comunicação e Sociedade"), 39-47.
- LÓPEZ, Xosé, 2006, "Algunhas propostas para vencer os desafíos na formación dos ciberxornalistas", 9-10, ("Jornalismo e Internet, Revista Comunicação e Sociedade"), 121-129.

- LOWENSTEIN, Ralph L., 2000, "Visions of mass media education", in Dickson, Tom, *Mass media education in transition, preparing for the 21st Century*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 197-198.
- MANCINI, P., 2003, "Between Literary Roots and Partisanship: Journalism Education in Italy", Romy Fröhlich e Christina Holtz-Bacha (org.), *Journalism Education in Europe and North America: an International Comparison*, New Jersey: Hampton Press, 93-104.
- MANOFF, Robert, 2002, "Democratic journalism and the republican subject: or, the real American dream and what journalism educators can do about it", in Amy Atkins; Andrew O' Hehir; Jay Rosen, (org.), *Zoned for Debate (essays)*, New York, NYU, disponível em <http://journalism.nyu.edu/publishing/archives/debate/forum.1.index.html>, policopiado em outubro de 2005.
- MANUEL, Alexandre, 2006, "Domingos Amaral: Fazer jornalismo nos tempos atuais exige grande investimento financeiro", in José Rebelo, *Ser Jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos*. Lisboa, Gradiva, 2011, 256-279.
- MCCHESNEY, Robert W e NICHOLS, John, 2011, in Robert W. McChesney e Victor Pickard, (org.), *Will the Last Reporter Please Turn Out The Lights, the collapse of journalism and what can be done to fix it*, New York, London, New York Press, 2011, 103-113.
- MCCHESNEY, Robert W. e PICKARD, Victor, (org.), 2011, *Will the Last Reporter Please Turn Out The Lights, the collapse of journalism and what can be done to fix it*, New York, London, New York Press.
- MCLUHAN, Marshall, 1972, *A Galáxia de Gutenberg*, a formação do homem tipográfico, S. Paulo, Editora Nacional, 1977.
- MCMANNUS, J.H., 1994, *Market-driven journalism: let the citizen beware?*, London, Sage.
- MCMASTERS, Paul K., 2000, "Visions of mass media education", in Dickson, Tom, *Mass media education in transition, preparing for the 21st Century*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 198-200.
- MCNAIR, Brian, 2000, *Journalism and Democracy: an evaluation of the political public sphere*, London, New York, Routledge.
- MCNAIR, Brian, 2010, *Journalists in Film, heroes and villains*, Edinburgh, Edinburgh University Press.
- MEDITSCH, Eduardo, 2004, "A formação para a praxis profissional do jornalista: uma experiência inspirada em Paulo Freire", nº 5, ("O Ensino do Jornalismo, Revista Comunicação e Sociedade"), 25-38.
- MEDSGER, Betty, 1996, *Winds of change: challenges confronting journalism education*, Arlington, The Freedom Forum.
- MEDSGER, Betty, 2000, "Visions of mass media education", in Dickson, Tom, *Mass media education in transition, preparing for the 21st Century*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 200-203.
- MEDSGER, Betty, 2002, "Getting journalism education out of the way", in Amy Atkins; Andrew O' Hehir; Jay Rosen, Jay (org.), *Zoned for Debate (essays)*, New

- York, NYU, disponível em <http://journalism.nyu.edu/publishing/archives/debate/forum.1.index.html>, policopiado em outubro de 2005.
- MEERBACH, G., 2003, "The Development of Journalism in the Netherlands: a century-long duel pitting beleaguered "rejectionists" against pro-education proponents", Romy Fröhlich e Christina Holtz-Bacha (org.), *Journalism Education in Europe and North America: an International Comparison*, New Jersey: Hampton Press, 105-120.
- MENCHER, Melvin, 2000, "Visions of mass media education", in Dickson, Tom, *Mass media education in transition, preparing for the 21st Century*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 203-204.
- MENCHER, Melvin, 2002, "What should be taught in journalism schools?, an aspiring reporter doesn't need to learn how he needs to learn what", ("Nieman Report"), 102-103.
- MESQUITA, Mário e PONTE, Cristina, 1996/97, *Situação do ensino e da formação profissional na área do jornalismo*. Estudo elaborado para a representação da Comissão Europeia em Portugal, disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/mesquita-mario-ponte-cristina-Cursos-Com1.html> (documento policopiado em novembro de 2009).
- MESQUITA, Mário, 1995 "Comunicação e jornalismo (I): milagre da multiplicação dos cursos", ("Diário de Notícias, Lisboa, 5 de Janeiro de 1995").
- MESQUITA, Mário, 2000 "As profissões dos média na era da comunicação transnacional", nº 27, ("Jornalismo 2000, Revista de Comunicação e Linguagens"), 63-75.
- MESQUITA, Mário, 2010, "Michael Schudson: o sociólogo historiador", in Fundação Luso-Americana, 2010, *Cidadania e Jornalismo, Michael Schudson*, Lisboa, Fundação Luso-Americana, 11-17.
- MEYER, Philip, 2004, *The Vanishing Newspaper, saving journalism in the information age*, University of Missouri Press.
- MILLS, C. Wright, 1956, *A elite do poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- MOLINOS, Manuel; MARQUES, Nuno; FERREIRA, Paulo, 2006, "Dez anos de jornalismo digital no Jornal de Notícias", 9-10, ("Jornalismo e Internet, Revista Comunicação e Sociedade"), 141-147.
- MONTALBÁN, Manuel Vázquez, 1963, (2008), *Informe sobre la, información*, Barcelona, Debols!llo.
- MORETZSOHN, Sylvia, 2006, "O mito libertário do jornalismo cidadão", 9-10, ("Jornalismo e Internet, Revista Comunicação e Sociedade"), 63-83.
- MORLEY, David e ROBBINS, Kevin, 1995, *Spaces of Identity – Global Media, Electronic Landscapes and Cultural Boundaries*, London, ed. Routledge.
- MUNSON, Eve Stryker e WARREN, Catherine A. (org.), 1997, *James Carey, a critical reader*, University of Minnesota Press.
- NEVEU, Érik, 2001, *Sociologia do jornalismo*, Porto, Porto Editora, 2005.
- NEWTON, Eric, 2012, "Journalism education reform: how far should it go?", ("Knight

- Foundation"), disponível em <http://www.knightfoundation.org/press-room/speech/journalism-education-reform-how-far-should-it-go/> (último acesso setembro de 2013).
- NOBRE-CORREIA, J.-M. (2007). "Ensino do Jornalismo. Os equívocos de uma formação", n.º. abril/junho, ("JJ"), 28-36.
- NOLAN, David, 2008, "Journalism, education and the formation of 'public subjects'", vol.9, n.º6, ("Journalism"), 733-749.
- NORDENSTRENG, Kaarl, 2009, "Conclusions: Soul-searching at the crossroads of the European journalism education", in Georgios Terzis (org.), European Journalism Education, UK/Chicago: Intellect kindle posição 9503-9621.
- NUNES, Leopoldo, 1967, *O Ensino do Jornalismo*, documento manuscrito pelo autor, policopiado do original em janeiro de 2013 -folhas 43 a 64.
- OLIVEIRA, Madalena, 2004, "Metajornalismo: o ofício que nasceu na sombra da modernidade", n.º 5, ("O Ensino do Jornalismo, Revista Comunicação e Sociedade"), 75-83.
- OVERHOLSER, Geneva, 2002, "The worthiness of Bollinger's challenge, for craft training to be accorded due respect does not mean all else must be shunned", ("Nieman Reports"), 101-102.
- PAINE, Fred, 1986, "Students, media professionals are paired in mentor programs", ("Journalism Educator"), 24-25.
- PAPATHANASSOPOULOS, S., 2009, "Introduction: The Mediterranean/Polarized Pluralist Media Model Countries", in Georgios Terzis (org.), European Journalism Education, Chicago, Intellect kindle posição 4724-4881.
- PEW RESEARCH CENTER'S PROJECT FOR EXCELLENCE IN JOURNALISM, 2008, "The Changing Newsroom", disponível em <http://www.journalism.org/node/11961> (último acesso, maio de 2012).
- PICARD, Robert G., 1985, "Students must be taught to think about journalism", ("Journalism Educator"), 30-33.
- PINTO Manuel et al, 2004, "Debater a formação em jornalismo é debater o próprio jornalismo, entrevista com o professor Manuel Chaparro", n.º5, ("O Ensino do Jornalismo, Revista Comunicação e Sociedade"), 95-107.
- PINTO, Manuel e Marinho, S., 2009, "The Portuguese Journalism Education Landscape", in Georgios Terzis (org.), European Journalism Education, UK/Chicago: Intellect kindle posição 5353-5744
- PINTO, Manuel e Santos, Luís António, 2006, "Introdução", 9-10, ("Jornalismo e Internet, Revista Comunicação e Sociedade"), 5-15.
- PINTO, Manuel e Sousa, Helena, 2003, "Journalism education at universities and journalism schools in Portugal", in Romy Fröhlich e Christina Holtz-Bacha (org.), Journalism Education in Europe and North America: an International Comparison, New Jersey: Hampton Press 169-187.
- PINTO, Manuel, 1999, "O jornalismo como campo social e como domínio de formação", Vol.12 (1-2), ("Cadernos do Noroeste"), 75-95.
- PINTO, Manuel, 2004, "O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal: crise

- de crescimento e notas programáticas", nº 5, ("O Ensino do Jornalismo, Comunicação e Sociedade"), 49-62.
- PINTO, Manuel, 2004, "O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal: crise de crescimento e notas programáticas", nº 5, ("O Ensino do Jornalismo, Revista Comunicação e Sociedade"), 49-62.
- PULITZER, Joseph, 1904, « L'École de journalism de l'Université de Columbia, in Pulitzer, Joseph, *Sur le journalism* (Essai), Circé, 2011, 27-105.
- PULITZER, Joseph, 1904, "Le Pouvoir de l'opinion publique", in Pulitzer, Joseph, *Sur le journalism* (Essai), 1904, Circé, 2011, 105-123.
- PULITZER, Joseph, 1904, *Sur le journalism* (Essai), Circé, 2011.
- PULITZER, Joseph, 1904, "Planning a Scholl of Journalism - the basic concept", DLXX, "The North American Review".
- PURDEY, Heather, 2004, "Book Review: Journalism Education in Europe and North America: An International Comparison", vol. 19, nº 4, ("European Journal of Communication2).
- Queiroz, Eça de, Os Maias, 1888, Lisboa, ed. Círculo de Leitores, 1988;
- Ramminger, Helmut, 1997, "Mid-career training and the media industry", in Jan Bierhoff e Mogens Schmidt, (org.) *European Journalism Training in Transition, the inside view*, Maastricht: European Journalism Centre, 31-35.
- RAMONET, Ignacio, 1999, A tirania da comunicação, Porto, Campo de Letras.
- RAMONET, Ignacio, 2011, L'Explosion du Journalism, des médias de masse à la masse de médias, Paris, Éditions Galilée.
- REBELO, José (org.), 2011, Ser Jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos. Lisboa, Gradiva.
- REBELO, José, 2011, "Apresentação", 2011, in José Rebelo, (org.), 2011, *Ser Jornalista em Portugal, Perfis Sociológicos*, Lisboa, Gradiva 11-41.
- REESE, Stephen D., 1999, "The progressive potential of journalism education: recasting the academic versus professional debate", vol. 4, nº 4, ("The International Journal of Press/Politics"), 70-94.
- REESE, Stephen et al, 2001, "Education for journalism and communication in the crossroad", 56/3, ("Journalism and mass communication educator"), (policopiado em novembro de 2008).
- ROBINS, Wayne, 2002, "Wimps of the roundtable and other challenges for journalism schools", in Amy Atkins; Andrew O' Hehir, Jay Rosen (org.), *Zoned for Debate (essays)*, New York, NYU, disponível em <http://journalism.nyu.edu/publishing/archives/debate/forum.1.index.html>, policopiado em outubro de 2005.
- RODRIGUES, Adriano Duarte, 1985, "O Público e o Privado", nº 2, ("Revista de Comunicação e Linguagens, Espaço Público"), 7-15.
- RODRIGUES, Adriano Duarte, 1988, "O acontecimento", nº8, ("Jornalimos, Revista de Comunicação e Linguagens"), 9-15.
- Rodrigues, Adriano Duarte, 1999, *As técnicas da comunicação e da informação*,

Lisboa, Editorial Presença.

- RODRIGUES, Adriano Duarte, s.d., *O Campo dos Media – Discursividade, Narratividade, Máquinas*, Lisboa, Vega.
- RODRIGUES, Avelino, 2006, "Baptista-Bastos: Um murro nos queixos", in José Rebelo, (org.), *Ser Jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos*. Lisboa, Gradiva, 2011, 210-232.
- RODRIGUES, Avelino, 2007, "Joaquim Letria: Por um jornalismo de autor", in José Rebelo (org.), *Ser Jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos*. Lisboa, Gradiva, 2011, 424-455.
- ROSEN, Jay, 2000, *What are journalists for?*, New Haven: Yale University Press.
- ROSEN, Jay, 2000, "Para além da objetividade", nº 27, ("Jornalismo 2000, Revista de Comunicação e Linguagens"), nº27, 139-151.
- ROSEN, Jay, 2002, "Taking Bollinger's course on the American press", in Amy Atkins, Amy; Andrew O' Hehir; Jay Rosen (org.), *Zoned for Debate (essays)*, New York, NYU, disponível em <http://journalism.nyu.edu/publishing/archives/debate/forum.1.index.html>, policopiado em outubro de 2005.
- ROSEN, Jay, 2004, "Journalism Is Itself a Religion: Special Essay on Launch of The Revealer", ("Pressthink"), disponível em http://archive.pressthink.org/2004/01/07/press_religion.html (último acesso maio de 2012).
- ROSENBAUM, Ron. 2002, "Columbia's J-School needs to consider trollopian retooling", in The New York Observer, 26 de agosto de 2002, New York, (policopiado em novembro de 2008).
- RUELLAN, Denis, 1993, *Le Professionnalisme du flou*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.
- RUELLAN, Denis, 1997, "Grupo profissional e mercado de trabalho no jornalismo", nº 5, ("O Ensino do Jornalismo, Revista Comunicação e Sociedade"), 2006, 9-24.
- RULER, Betteke Van, 1997, "Journalism and public relations: two training strands", in Jan Bierhoff; Mogens Schmidt, (org.), *European Journalism Training in Transition, the inside view*, Maastricht: European Journalism Centre, 35-39.
- SALAVERRÍA, Ramón, 2006, "Construyendo un nuevo periodismo. Diez años de logros y retos en la prensa digital", 9-10, ("Jornalismo e Internet, Revista Comunicação e Sociedade"), 129-141.
- SALES, Claude, 1998, "La formation des journalistes. Mission d'étude et de réflexion", in Rapport du Ministère de la Culture et de la Communication, Paris, Ministère de la Culture et de la Communication (policopiado em novembro de 2008).
- SALOKANGAS, R., 2003, "Finland: the road to consensus in journalism education", Romy Fröhlich e Christina Holtz-Bacha (org.), *Journalism Education in Europe and North America: an International Comparison*, New Jersey: Hampton Press, 3-20.
- SANDERS, Karen et al, 2008, "Becoming Journalists: A comparison of the professional attitudes and values of British and Spanish journalism students", vol. 23, nº 2, ("European Journal of Communication"), 133-152.

- SCHELL, Orville, "Some ruminations on journalism schools as Columbia turns", in Amy Atkins; Andrew O' Hehir; Jay Rosen, (org.), *Zoned for Debate (essays)*, New York, NYU, disponível em <http://journalism.nyu.edu/publishing/archives/debate/forum.1.index.html>, policopiado em outubro de 2005.
- SCHLESINGER, Phillip, 1977, "Os jornalistas e a sua máquina do tempo", in Nelson Traquina, (org.), *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*, Lisboa, Vega, 1999, 177-191.
- SCHMIDT, Mogens, 1997, "Distance learning models in journalism training", in Jan Bierhoff, Mogens Schmidt, (org.), *European Journalism Training in Transition, the inside view*, Maastricht: European Journalism Centre, 43-47.
- SCHUDSON, Michael, 1978, *Discovering the News: a social history of American Newspapers*, New York, Basic Books.
- SCHUDSON, Michael, 1988, "Porque é que as notícias são como são", nº 8, ("Jornalismos, Revista de Comunicação e Linguagens"), 17-29.
- SCHUDSON, Michael, 2010, "Formas de Cidadania Democrática e Funções do Jornalismo", in Fundação Luso-Americana, 2010, *Cidadania e Jornalismo*, Michael Schudson, Lisboa, Fundação Luso-Americana, 23-45.
- SEDO, Denel Rehberg, 2003, "Book Review: A Heretic in American journalism education and research", vol. 27, nº 1, ("Journal of Communication Inquiry"), 109-112.
- SERRIN, William, 2002, "Time to retire all the old arguments about journalism school, in Amy Atkins; Andrew O' Hehir; Jay Rosen (org.), *Zoned for Debate (essays)*, New York, NYU, disponível em <http://journalism.nyu.edu/publishing/archives/debate/forum.1.index.html>, policopiado em outubro de 2005.
- SERVAES, Jan, 2009, "Epilogue: back into the future? Reinventing journalism education in the age of globalization", in Georgios Terzis (org.), *European Journalism Education*, UK/Chicago: Intellect kindle posição 9621-10183.
- SHENTON, Stephen G-M., 2009, vol. 20, nº 19, ("Cultural Studies, Critical Methodologies"), 1-13.
- SHIRKY, Clay, 2009, "Newspapers and thinking the unthinkable", in Robert W. McChesney e Victor Pickard, (org.), *Will the Last Reporter Please Turn Out The Lights, the collapse of journalism and what can be done to fix it*, New York, London, New York Press, 2011, 38-45.
- SILVA, Filipe Rodrigues, 2006, "Jornalismo digital. Poder, responsabilidade e desafios", 9-10, ("Jornalismo e Internet, Revista Comunicação e Sociedade"), 161-169.
- SILVEIRINHA, Maria João, 2010, "Do cidadão informado ao cidadão monitorizado", in Fundação Luso-Americana, 2010, *Cidadania e Jornalismo*, Michael Schudson, Lisboa, Fundação Luso-Americana, 45-53.
- SIMON, David, 2009, "Build the Wall", in Robert W. McChesney e Victor Pickard, (org.), *Will the Last Reporter Please Turn Out The Lights, the collapse of journalism and what can be done to fix it*, New York, London, New York Press 45-55.

- SINDICATO DOS JORNALISTAS,(org.), 1982, 1.º Congresso dos Jornalistas Portugueses (Livro de Atas). Lisboa: Sindicato dos Jornalistas.
- SINDICATO DOS JORNALISTAS, 1983, Conclusões do I Congresso dos Jornalistas Portugueses, Sindicato dos Jornalistas.
- SINDICATO DOS JORNALISTAS, (org) (1986), 2.º Congresso dos Jornalistas Portugueses (Livro de Atas), Lisboa, Sindicato dos Jornalistas.
- SINDICATO DOS JORNALISTAS, (org), 1998, 3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses (Livro de Atas). Lisboa, Sindicato dos Jornalistas.
- SINDICATO DOS JORNALISTAS, 2006, Posição do Sindicato dos Jornalistas sobre a Proposta de Lei n.º 76/X/1, que altera o Estatuto do Jornalista.
- SINDICATO DOS JORNALISTAS, 2012, "Desemprego dos jornalistas agrava-se", disponível em <http://www.jornalistas.eu/?n=8905&imprimir> (texto policopiado).
- SKINNER, David; GASHER, Mike J.; COMPTON, James, 2001, "Putting theory to practice: a critical approach to journalism studies", in Journalism: theory, practice and criticism, vol. 2 (3), California, Sage 341-360.
- SOARES, Isabel, 2011, "The Island of Loneliness? Literary journalism from the Azorean Periphery", in Hutchison, David, O'Donnell, Hugh (org.), *Centres and Peripheries, metropolitan and non-metropolitan journalism in the 21st century*, Newcastle, Cambridge Scholars Publishing, 215-226.
- SOBREIRA, R.M., 2004, "O ensino do jornalismo e a profissionalização dos jornalistas em Portugal (1933-1974)", n.º 3, ("Media & Jornalismo"), 17-36.
- SOLOSKI, John, 1989, "O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos ao trabalho jornalístico", in Traquina, Nelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*, Lisboa, Vega, 1999, 91-101.
- SOUSA, Jorge Pedro, 2004, "Desafios do ensino universitário do jornalismo ao nível da graduação no início do século XXI", disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-desafios-do-jornalismo.pdf> (policopiado em novembro 2008)
- SOUSA, Jorge Pedro, 2009, "A discussão sobre a introdução do ensino superior do jornalismo em Portugal: das primeiras menções ao primeiro curso de graduação", BOCC, disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-a-discussao-sobre-a-introducao-do-ensino-superior-do-jornalismo-em-portugal.pdf> (policopiado em agosto de 2013).
- STARR, Paul, 2009, "Goodbye to the age of newspapers (hello to a new era of corruption): Why american politics and society are about to be changed for the worse", in Robert W. McChesney e Victor Pickard, (org.), *Will the Last Reporter Please Turn Out The Lights, the collapse of journalism and what can be done to fix it*, New York, London, New York Press, 2011, 18-38.
- STEPHENS, Mitchell, 2000, "A J-School manifesto", ("Columbia Journalism Review"), (policopiado em novembro de 2008).
- STEPHENSON, Hugh, 1997, "Journalism education and the groves of academe", in Jan Bierhoff e Mogens Schmidt, (org.), *European Journalism Training in Transition, the inside view*, Maastricht: European Journalism Centre, 23-27.
- STEPHENSON, Hugh, 2009, "Foreword", in Georgios Terzis (org.), *European*

- Journalism Education, Chicago, Intellect kindle posição 69-136.
- SUBTIL, Filipa, 2009, "Anotações sobre o processo de feminização do jornalismo na década de 1990", in José Luís Garcia, (org.), *Estudos sobre os jornalistas portugueses*, Lisboa, ICS.
- TAYLOR, Jane, 2004, "The vocalization of undergraduate study, some gains and losses in the first round of the development of journalism as a discrete area of media practice in higher education", vol. 4, nº 3, ("Journal of Media Practice"), 187-195.
- TENGARRINHA, José, 1965 *Histórias da imprensa periódica portuguesa*, (2ªed), Lisboa, Editorial Caminho, 1989.
- TERZIS, G., (ed.), 2009, *European Journalism Education*. Chicago: Intellect/The University of Chicago Press.
- TERZIS, Giorgios, 2009, "Introduction: European journalism education in a mess media world", in Georgios Terzis (org.), *European Journalism Education*, Chicago: Intellect kindle posição 136-222.
- THOMPSON, John B., 1984, "The Globalization of Communication", in Caroline Bassett; Paul Marris; Sue Thornham, *Media Studies, a reader*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2009, 138-151.
- TOCQUEVILLE, Alexis de, 1835-40, *De la démocratie en Amérique*, 2 vol.s, Paris, Garnier-Flammarion, 1981.
- TORRES, Eduardo Cintra, 2002, "Que Futuro para o Serviço Público de TV", in Audiovisual que Estratégia?, Lisboa, Celta Editora, Grupo Parlamentar do Partido Socialista.
- TORRES, Eduardo Cintra, 2011, *A televisão e o serviço público*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- TRAQUINA, Nelson, 1997, *Big Show Media – Viagem Pelo Mundo do Audiovisual Português*, Lisboa, Editorial Notícias.
- TRAQUINA, Nelson, (org.) 1999a, *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*, Lisboa, Vega
- TRAQUINA, Nelson, 1999b, "As Notícias", , in Nelson Traquina, (org), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Lisboa, Vega 167-177.
- TRAQUINA, Nelson, 1999c, "Introdução", in Nelson Traquina, (org.), *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*, Lisboa, Vega, 19-27.
- TRAQUINA, Nelson, (org.), 2000, nº 27, ("Jornalismo 2000, Revista de Comunicação e Linguagens"), Lisboa, Relógio de Água.
- Traquina, Nelson, 2002, *Jornalismo*, Lisboa, Quimera.
- TRAUB, James, 2002, "The crises is not here, but out there: journalism as pedagogy", in Amy Atkins, Amy; Andrew O' Hehir; Jay Rosen, Jay (org.), *Zoned for Debate (essays)*, New York, NYU, disponível em <http://journalism.nyu.edu/publishing/archives/debate/forum.1.index.html>, policopiado em outubro de 2005.
- TUCHMAN, Gaye, 1972, "A Objectividade como Ritual Estratégico: uma Análise das Noções de Objectividade dos Jornalistas", in Nelson Traquina, (org),

- Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, ed. Vega, 1999, 74-91.
- TUMBER, H., 2005, "Do the Study of Journalism and the Education of Journalists Matter?", vol. 67, nº 6, ("Gazette: The International Journal for Communication Studies"), 551-553.
- UNESCO, 2007, *Model Curricula for Journalism Education for Developing Countries & Emerging Democracies*. Paris: UNESCO, Communication and Information Sector.
- UNIVERSIDADE DO MINHO, 2003, "A licenciatura em Comunicação Social da Universidade do Minho: 12 anos depois", ("I Encontro Nacional O Ensino do Jornalismo em Portugal, Braga, 17 e 18 de setembro, Universidade do Minho") (policopiado em outubro de 2005).
- UNIVERSIDADE DO MINHO, 2003, "Apresentação do curso de jornalismo da Universidade Nova de Lisboa", ("I Encontro Nacional O Ensino do Jornalismo em Portugal, Braga, 17 e 18 de setembro, Universidade do Minho") (policopiado em outubro de 2005).
- UNIVERSIDADE DO MINHO, 2003, "Curso de Ciências da Comunicação da Universidade do Algarve", ("I Encontro Nacional O Ensino do Jornalismo em Portugal, Braga, 17 e 18 de setembro, Universidade do Minho") (policopiado em outubro de 2005).
- UNIVERSIDADE DO MINHO, 2003, "O curso de Ciências da Comunicação na Universidade Fernando Pessoa", ("I Encontro Nacional O Ensino do Jornalismo em Portugal, Braga, 17 e 18 de setembro, Universidade do Minho") (policopiado em outubro de 2005).
- UNIVERSIDADE DO MINHO, 2003, "O Ensino do Jornalismo na UBI", ("I Encontro Nacional O Ensino do Jornalismo em Portugal, Braga, 17 e 18 de setembro, Universidade do Minho") (policopiado em outubro de 2005).
- UNIVERSITY OF TEXAS, "Undergraduate Curriculum", College of Communication, School of Journalism, Austin, disponível em <http://journalism.utexas.edu/undergraduate/curriculum> (policopiado junho de 2012).
- VIDAL, Dominique, 1997, "Journalism training and critical thought", in Jan Bierhoff e Mogens Schmidt, (org.), *European Journalism Training in Transition, the inside view*, Maastricht: European Journalism Centre, 13-17.
- VOLTAIRE, 1759, *Cândido*, Linda-a-Velha, Abril/ControlJornal, 2000.
- WARTELLA, Ellen e WHITNEY, Charles, 2000, "On US journalism education", vol. 1, nº 1, ("Journalism"), 52-55.
- WEAVER, D.H., 2003, "Journalism Education in the United States", in Romy Fröhlich e Christina Holtz-Bacha (org.), *Journalism Education in Europe and North America: an International Comparison*, New Jersey: Hampton Press, 49-64.
- WEIBULL, Lennart, 2009, "Introduction: the northern European democratic corporatist media model countries", in Georgios Terzis (org.), *European Journalism Education*, Chicago: Intellect kindle posição 1133-1296.
- WHITE, David Manning, 1950, "O Gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias", in Nelson Traquina, (org.), *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*,

- Lisboa, Vega, 142-152.
- WISTON, Brian, 1997, "What shall we teach? Mapping the curriculum", in Jan Bierhoff e Mogens Schmidt, (org.), *European Journalism Training in Transition, the inside view*, Maastricht: European Journalism Centre, 17-23.
- WOLFF, Michael, 2008, *The Man Who Owns the News, inside the secret world of Rupert Murdoch*, London, Vintage Books.
- WOLTON, Dominique, 1990, *Elogio do Grande Público – uma Teoria Crítica da Televisão*, Porto, Asa, 1994.
- WOODROW, Alain, 1991, *Informação Manipulação*, Lisboa, Dom Quixote.
- WORLD JOURNALISM EDUCATION CONGRESS, 2007, "Declaration of Principles of Journalism Education", Singapore.
- YEON-HO, Oh, 2004, "The revolt of 727 news guerillas. A revolution in news production and consumption", ("OhMyNews"), disponível em: http://english.ohmynews.com/articleview/article_view.asp?no=153109&rel_no=1 (último acesso maio de 2012).
- ZELIZER, Barbie, 1993, "Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa", nº 27, ("Jornalismo 2000, Revista de Comunicação e Linguagens"), 2000, 33-62.
- ZELIZER, Barbie, 2004, *Taking journalism seriously, news and the academy*, Londres, Sage.
- ZELIZER, Barbie, 2009, "Journalism and the Academy", in Thomas Hanitzsch, e Karin Wahl-Jorgensen, (org.), *The Handbook of Journalism Studies*, New York, Routledge 29-42.

ENTREVISTAS

-Académicos e Jornalistas

- Carlos Camponez, Professor Auxiliar Universidade de Coimbra (ex-jornalista), entrevista realizada a 9 de maio de 2012;
- Joaquim Fidalgo, Professor Auxiliar Universidade do Minho, (ex-jornalista), entrevista realizada a 26 de abril de 2012;
- Adelino Gomes, Jornalista e Investigador do Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES-IUL), entrevista realizada a 26 de novembro de 2011;
- Mário Mesquita, Professor-adjunto ESCS-IPL, membro conselho executivo da FLAD, (ex-jornalista), entrevista realizada a 4 de maio de 2012;
- Manuel Pinto, Professor Catedrático Universidade do Minho, (ex-jornalista), entrevista realizada a 26 de abril de 2012;
- Adriano Duarte Rodrigues, Professor Jubilado UNL, entrevista realizada a 8 de dezembro de 2010;
- Nelson Traquina, Professor Jubilado UNL, entrevista realizada a 11 de novembro de 2010;

-Coordenadores/diretores de cursos, Professores de Jornalismo e discentes com funções de apoio aos alunos

- Carlos Andrade, Jornalista e docente Convidado, curso de Comunicação e Jornalismo da ULHT, responsável pela área de jornalismo radiofónico, entrevista realizada a 26 de novembro de 2010;
- Carla Baptista, Professora Auxiliar da UNL, responsável pelas unidades curriculares de géneros jornalísticos e produção jornalística, entrevista realizada a 10 de fevereiro de 2011;
- Susana Borges, Equiparada a Assistente de primeiro triénio, Curso de Comunicação Social da ESEC, responsável pelas áreas de jornalismo radiofónico e jornalismo de investigação, entrevista realizada a 26 de novembro de 2010;
- Camila Bougart, Gabinete de Integração Profissional e de Antigos Alunos (GIPAA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, entrevista realizada a 13 de dezembro de 2011;

- Nuno Bráz, Jornalista da RDP e Assistente convidado do ISMAI, responsável pela área de jornalismo radiofónico, entrevista realizada a 25 de fevereiro de 2011;
- Francisco Rui Cádima, Coordenador Executivo do curso de Ciências da Comunicação UNL, entrevista realizada em maio de 2012;
- Carla Cardoso, Secretária Pedagógica e responsável pelas unidades curriculares de Géneros Jornalísticos, Teorias do Jornalismo, Jornalismo Cultural, curso de Comunicação e Jornalismo da ULHT, entrevista realizada nos dias 22 e 24 de novembro de 2010;
- Daniel Catalão, Jornalista da RTP e Assitente convidado do curso de Ciências da Comunicação e da Cultura da Universidade Lusófona do Porto, responsável pela área de jornalismo radiofónico, questionário recebido a 10 de janeiro de 2011 após conversa presencial prévia;
- Fernando Correia, Jornalista, diretor do JJ, Diretor do curso de Comunicação e Jornalismo da ULHT, entrevista realizada a 25 de novembro de 2010;
- Rui Centeno, Diretor do curso de Ciências da Comunicação, Jornalismo, Assessoria e *Multimedia*, entreista realizada em novembro de 2010;
- Sandra Sá Couto, Assistente Convidada, responsável pela área de jornalismo televisivo, entrevista realizada a 23 de fevereiro de 2011;
- Ivone Ferreira, Secrertária Pedagógica e docente das unidades curriculares de Géneros Jornalísticos e Jornalismo de Investigação do curso de Ciências da Comunicação e da Cultura da Universidade Lusófona do Porto, entrevista realizada a 2 de dezembro de 2010;
- Hugo Gilberto, Jornalista da RTP e Assistente convidado do curso de Ciências da Comunicação do ISMAI, responsável pela área de jornalismo televisivo, entrevista realizada a 26 de fevereiro de 2011;
- Jacinto Godinho, Professor Auxiliar da UNL e jornalista da RTP, áreas de: géneros jornalísticos e géneros televisivos, entrevista realizada em novembro de 2010;
- António Granado, Professor Auxiliar da UNL e jornalista da RTP, responsável pela unidade curricular de Ateliê de Jornalismo, entrevista realizada em setembro de 2011;

- Isabel Babo-Lança, Diretora do curso de Ciências da Comunicação e da Cultura da Universidade Lusófona do Porto, entrevista realizada a 2 de dezembro de 2010;
- Luís Humberto Marcos, Jornalista, diretor do Museu de Imprensa, Diretor do curso de Ciências da Comunicação do ISMAI, entrevista realizada a 25 de fevereiro de 2011;
- Catarina Moura, Assistente convidada do curso de Ciências da Comunicação e da Cultura da Universidade Lusófona do Porto, responsável pela unidade curricular de Teorias do Jornalismo, questionário recebido a 5 de janeiro de 2011, após conversa presencial prévia;
- Rui Novais, Professor Auxiliar Convidado, responsável pelas unidades curriculares de Jornalismo Comparado e Teoria da Comunicação, Universidade do Porto, entrevista realizada a 23 de fevereiro de 2011;
- Carla Patrão, Diretora do curso de Comunicação Social da ESEC, entrevista realizada a 26 de novembro de 2010;
- Gil Ferreira, Professor Adjunto da ESEC, atual Diretor do curso de Comunicação Social e do Departamento de Comunicação e Ciências Empresariais, questionário recebido a 24 de setembro de 2012;
- Paula Sá, Assistente Convidada UNL, responsável pela unidade curricular de Ciberjornalismo, entrevista realizada a 10 de fevereiro de 2011;
- Luís Santos, responsável pela gestão do equipamento e monitor de câmara nas unidades curriculares de jornalismo televisivo do curso de Comunicação e Jornalismo da ULHT, entrevista realizada em novembro de 2010;
- Hélder Silva, Jornalista da RTP e Assistente convidado do curso de Ciências da Comunicação e da Cultura da Universidade Lusófona do Porto, responsável pela área de jornalismo televisivo, questionário recebido a 9 de dezembro de 2010, após conversa presencial prévia;
- Filipe Roque do Vale, responsável técnico pelas unidades de edição vídeo e monitor de edição vídeo no curso de Comunicação e Jornalismo da ULHT, entrevista realizada em novembro de 2010;
- Fernando Zamith, Professor Auxiliar, responsável pela área de jornalismo digital, Universidade do Porto, entrevista realizada a 23 de fevereiro de 2011;

-Alunos

ESEC

Ana Pombo – 1º ano
Rosália Costa – 1º ano
Andreia Roberto – 1º ano
Mónica Ribau* – 1º ano
Tiago Rentes* – 1º ano
Diana Teixeira – 2º ano
Carolina Albuquerque – 3º ano
Sara Coimbra – 3º ano
Natacha Meunier* – 3º ano
Susana Prazeres – 3º ano

ISMAI

Sara Luísa – 1º ano
Raquel Sousa – 1º ano
Filipa Vieira – 1º ano
Ivone Mariano – 1º ano
Diogo Nóbrega – 3º ano
Filipa Seabra – 3º ano
Rita Alves – 3º ano
Tiago Moura – 3º ano

LUSOFONA LISBOA CJ

Marisa serrenho – 1º ano
Soraia ribeiro – 1º ano
Filipe Piteira – 1º ano
Ana Maria Tavares – 3º ano
Ana Rita Carmelo – 3º ano
Pedro Fernandes – 3º ano
Sara Cabral* – 3º ano

LUSOFONA PORTO CCC

Zanaida Augusto – 3º ano
Catarina Marinheiro 3º ano
Joana Silva - 3º ano
Lara Costa – 3º ano
Inês Oliveira – 2º ano
Ana Pinto – 2º ano
Inês Luso -1º ano
Juliana Filipe -1º ano
Marta Alves -1º ano
Mónica Oliveira - 1º ano

UNL CC

Miguel Tomar Nogueira – 1º ano
Alexandre Poço – 1º ano
Rita Marques – 1º ano
Susana Cigano – 1º ano
Pedro Ponte* – 3º ano
José Maria Ribeiro – 3º ano
Diogo Alpendre* – 3º ano
Patrícia do Carmo* – 3º ano

UP JORNALISMO

Aline Flor* – 3º ano

Nuno Matos – 3º anos

Mariana Ascensão – 3º ano

Diogo Martins – 1º ano

Sara Pereira – 1º ano

Marta Gonçalves – 1º ano

António – 1º ano

* Alunos cujo percurso de estágio monitorizámos total ou parcialmente

ESTAGIÁRIOS

Tiago Palma – Com/Jorn ULHT (SIC)

Joana Damas - CC UNL (SIC)

Filipa Garcia – CCC ULHT (SIC)

Marta Couto – UP (SIC)

João Correia – CC UNL (RDP, Antena 1)

Filipa Crespo Ramos CC UNL (SIC)

Patrícia Tavares - CC UNL (RR e Público)

Carolina Moreira - CC UNL (TSF Açores)

Tiago Carvalho – ESEC (Blitz)

Ana Tulha – UP (TVI)

Ana Rita Oliveira – UP (JPN e Rádio Clube)

Tiago Oliveira – UP (JN e JPN)

Carolina Figueiredo – UP (RTP PORTO)

Luís Lima - ISMAI (Público)

Luís Carlos Pinto Cerdeira ISMAI (Jornal de Notícias)

Bruno Carvalho- ISMAI (Público)

Tiago Barbosa - CCC ULP (Jornal de Paredes)

- Grupos de Media

-A BOLA - Vítor Serpa - Diretor de Informação; (questionário recebido a 25 novembro de 2011);

-CONTROLINVESTE - Ana Figueiredo (Direção de Recursos Humanos do JN) e Ricardo Gonzalez (Direção Recursos Humanos Controlinveste) (questionários recebidos a 29 de novembro de 2011 e 21 dezembro de 2011);

-IMPRESA - Francisco Pedro Balsemão Diretor de Operações (COO) e Assuntos Jurídicos grupo Impresa (questionário recebido a 23 de dezembro de 2011);

-RÁDIO RENASCENÇA - Pedro Leal, responsável pelos estágios da Direção de Informação (questionário recebido a 11 de janeiro de 2012);

-RTP/RDP - António Santos (Direção de Recursos Humanos) (questionário recebido a 21 de dezembro de 2011).

ANEXOS

MENSAGENS ENVIADAS AOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO³⁶⁹

Mensagem diretores/coordenadores

"Sou doutorando em Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa e estou a fazer uma investigação para dissertação de doutoramento sobre formação superior em jornalismo. Interessa-me, sobretudo, analisar as pontes entre as licenciaturas da área e o mercado - seja ao nível das propostas lectivas, ao nível do perfil dos docentes responsáveis pelas disciplinas de acção técnica, ao conteúdo dos programas dessas uc, ao acompanhamento dado aos alunos nos estágios (curriculares ou outros), etc.

O meu objectivo é monitorizar experiências de docentes e alunos do terceiro ano das licenciaturas ao longo de um ano, tentando apreender como se verifica, na prática, a concretização dessas ligações ao mercado. Farei idêntico trabalho nos órgãos de comunicação social onde os alunos seleccionados irão desenvolver os seus estágios.

Depois de ter analisado, genericamente, ainda que com algum grau de profundidade, o perfil das 31 licenciaturas, que assumem o objectivo de formar jornalistas, seleccionarei um corpus mais restrito, com vista à concretização de um trabalho com um grau de detalhe que me permita, no terreno, identificar as ligações entre a formação e as entidades profissionais que acolhem os licenciados.

Tendo sido o curso que coordena um dos seleccionados para integrar este corpus restrito, gostaria que um docente, por si seleccionado, pudesse ser meu interlocutor, de forma a que eu possa dar seguimento a este trabalho.

Gostaria, igualmente, de aproveitar o arranque do ano lectivo para iniciar o meu processo de monitorização.

Agradeço a atenção dispensada,

Pedro Coelho

PS Devo, desde logo, fazer um registo de interesses - sou assistente convidado de CC da UNL, onde lecciono duas uc de acção jornalística: Ateliê de Jornalismo Radiofónico (lic) e Novas Narrativas dos Media (mestrado). Sou, igualmente, grande repórter do universo SIC".

³⁶⁹ Mensagens enviadas entre outubro e novembro de 2010, antes da aplicação do acordo ortográfico

Mensagem Alunos

"Caros alunos,

Estou a fazer uma investigação, com vista à elaboração de uma tese de doutoramento, sobre formação académica em jornalismo. Debruço-me, principalmente, sobre as pontes entre a universidade e as empresas. Interessa-me perceber se as expectativas, que os alunos trazem para os cursos, se vão mantendo vivas ao longo do percurso académico de primeiro ciclo; e, numa segunda fase, apreender como se processa a passagem para o mercado de trabalho. Neste particular analiso as dificuldades encontradas, as barreiras criadas pelas empresas, e as pontes que os dois lados promovem.

O meu objectivo é monitorizar experiências.

Assim, fiz uma análise geral aos 31 cursos que, em Portugal, promovem a formação de jornalistas e, na fase em que me encontro, estou a refinar a investigação.

Selecionei apenas 6 cursos e, em cada um deles, mergulharei no detalhe.

O objectivo é monitorizar 8/10 alunos de cada um dos seis cursos (3/4 do primeiro ano e 3/4 do terceiro e 2 estagiários). Será uma monitorização à distância. Teremos uma primeira conversa, de preferência face-a-face, e depois, à passagem de cada mês – e durante um ano – coloco-vos, por mail, simples questões de resposta fácil e curta. Este acompanhamento não exclui a possibilidade de me contactarem, via mail, sempre que algo de extraordinário vos aconteça.

Já comecei a fazer este trabalho com alunos e ex-alunos de outras faculdades e os resultados estão a revelar-se muito interessantes. A troca de experiências é sempre um processo aliciante.

Conto convosco!

Obrigado.

Pedro Coelho

Doutorante em CC UNL

Assistente convidado em CC UNL

Grande repórter do universo SIC"

Mensagem professores de uc de ação jornalística

"Caros colegas,

Estou a fazer uma investigação, com vista à elaboração de uma tese de doutoramento, sobre formação académica em jornalismo. Debruço-me, principalmente, sobre as pontes entre a universidade e as empresas.

Numa primeira fase fiz uma análise geral aos 31 cursos que, em Portugal, promovem a formação de jornalistas e, na fase em que me encontro, estou a refinar a investigação.

Com base na análise geral, meramente quantitativa, elaborei um ranking de universidades públicas e privadas, de politécnicos públicos e privados. Seleccionei apenas os 6 cursos que, na respectiva categoria, ocupam os primeiros lugares do ranking: duas universidades privadas (Lusófona Jornalismo e Lusófona CCC Porto); duas públicas (Nova e Porto); 1 politécnico público (ESEC) e um privado (ISMAI).

Porque os professores das uc de jornalismo são o primeiro contacto dos alunos com a profissão, interessa-me perceber de que forma é que cada docente da área alimenta as expectativas dos alunos e, ao mesmo tempo, vai conseguindo lidar com as frustrações que eventualmente vão acumulando.

Para cumprir esse objectivo, gostava de vos entrevistar e de assistir a uma aula vossa.

Como qualquer estudo académico, os dados observados servirão apenas para o cumprimento do objectivo a que se destinam. Se a tese vier a ser publicada parcial ou totalmente solicitarei a vossa autorização para tornar público o vosso contributo.

Alguma dúvida, por favor, disponham

Pedro Coelho – pedrocoelho@sic.pt

Doutorando em CC UNL

Assistente convidado em CC UNL

Grande repórter do universo SIC"

**Resposta da coordenadora do curso da escola superior de comunicação social,
instituto politécnico de lisboa**

-----Original Message-----

> From: Anabela Sousa Lopes [<mailto:alopes@escs.ipl.pt>]
> Sent: quinta-feira, 14 de Outubro de 2010 12:16
> To: Pedro Coelho
> Subject: Re: pedido de um doutorando da UNL
>
> Caro Colega,
>
> Apresentei o seu pedido à Direcção da ESCS. Infelizmente,
de momento
> não existe disponibilidade para o acompanhar na sua
investigação.
> Contudo, como está a ser implementado um Sistema para
Controlo de
> Qualidade, os resultados poderão ser disponibilizados
quando o
> processo terminar.
> Votos de bom trabalho.
>
> Cordialmente,
> Anabela de Sousa Lopes
>
>

Carta enviada ao diretor da escola renovando o pedido (14 de outubro de 2010)

"Exmo Sr.

Professor Doutor Jorge Veríssimo

Presidente da ESCS

Sou doutorando em Ciências da Comunicação da UNL e estou a fazer uma investigação, com vista à elaboração de uma tese de doutoramento, sobre formação académica em jornalismo. No trabalho de campo, que entra agora numa fase de detalhe, analiso as pontes entre a universidade/politécnico e as empresas. Numa primeira fase fiz uma análise quantitativa das 31 licenciaturas que preconizam a formação de jornalistas. Quantifiquei médias de entrada, identifiquei o número de unidades curriculares de jornalismo, comunicação, ciências humanas, artes que existem nos respectivos planos de curso e, com bases nesses dados, elaborei um ranking.

Na fase de detalhe em que me encontro restringi a análise a seis licenciaturas: duas universidades públicas e duas privadas; um politécnico público e um privado.

A ESCS de Lisboa ficou em primeiro lugar no ranking mas, ao contrário do que aconteceu com as restantes licenciaturas (UNL, UP, Lusófona jornalismo Lisboa, Lusófona Comunicação, Porto e ISMAI) fui informado pela coordenadora do curso que a direcção da ESCS entendeu não colaborar nesta investigação.

O trabalho que estou a fazer nos outros estabelecimentos de ensino consiste na monitorização de experiências. São seleccionados cinco alunos – dois do primeiro e três do terceiro anos – e monitorizados à distância, com trocas mensais de mails; pretendo ainda entrevistar, na ESCS, os professores mais directamente ligados à área de jornalismo e a coordenadora do curso. Apenas isto.

O trabalho está agora a começar nos outros cinco estabelecimentos.

Aguardo que estas explicações possam inverter a posição da direcção da ESCS.

Fico a aguardar a resposta definitiva de V. Exa, recordando-lhe que, sempre que professores e alunos da ESCS me solicitaram apoio para participar em actividades lectivas nunca tal apoio lhes foi negado.

Com os melhores cumprimentos,

Pedro Coelho"

Mensagem enviada aos diretores de informação/recursos humanos³⁷⁰

"Pedro Coelho,

Doutorando em Ciências da Comunicação na Universidade Nova de Lisboa, Mestre em Ciências da Comunicação, Docente de jornalismo na UNL e Grande Repórter do Universo SIC.

Assunto: Investigação Académica

À Direção de Informação d
Exmos. Srs.

Estou a investigar o ensino do jornalismo e a criação de pontes entre os estabelecimentos de ensino e os órgãos de comunicação social.

Numa primeira fase analisei as estruturas curriculares dos 31 cursos que, em Portugal, promovem a formação de jornalistas e, na fase em que me encontro, detelho o trabalho de campo em seis cursos, tentando identificar o grau de conhecimento teórico e prático que os alunos licenciados, que chegam ao mercado de trabalho, trazem para a profissão, e o modo como, nas redações, interagem com as técnicas jornalísticas, dando seguimento à formação académica que trazem de base.

Estou a entrevistar diversos estagiários dos seis cursos que integram a amostra, e gostaria, igualmente, de apreender a forma como eles são recebidos e integrados nas rotinas profissionais. Para concretizar este objetivo gostaria de entrevistar o (a) responsável pela seleção e acompanhamento dos estagiários nesta redação.

Em anexo envio o questionário tipo que serve de guião às conversas com as diversas direções de informação.

Agradeço a atenção dispensada.

Atenciosamente,

Pedro Coelho"

³⁷⁰ Ao longo do ano de 2010 foram feitas várias tentativas de contacto com os órgãos de comunicação social, mas não obtivemos respostas. Prescindimos, então, das entrevistas presenciais e aguardámos as respostas ao questionário que enviámos. As respostas foram rececionadas entre 25 de novembro de 2011 e 11 de janeiro de 2012.

QUESTIONÁRIOS/TÓPICOS DE CONVERSA (entrevistas presenciais)
Tópicos gerais: alunos de: 1º, 3º e estagiários

- O que fez vir para o curso ... por que quer ser jornalista?;
- Ideal mantém-se? Quando mudou;
- Escolha do curso: razões;
- Vantagens e desvantagens da banda larga ou da banda estreita;
- Expectativas relativamente ao curso. O que mudou;
- Ação prática – expectativas e grau de cumprimento das mesmas;
- Cadeiras que mais entusiasmaram e porquê;
- Professores e porquê;
- Que cadeiras antecipa de forma mais positiva;
- Cadeiras que estão a mais e porquê;
- O que alteraria na estruturação curricular do curso;
- Missão do jornalista – qual ... o que é o jornalismo;
- Análise do jornalismo hoje;
- Diferenças impostas pela Net;
- Trabalhos já publicados em ocs exteriores ao campus ou do próprio campus;
- Dificuldades que prevê enfrentar quando chegar ao mercado;
- Preparado para quebra de expectativas? /maior receio?;
- Houve desilusão quando chegou ao mercado ... o que resta desse idealismo;
- O que ficou do curso e que é aplicado no quotidiano profissional;

Tópicos professores uc de ação jornalística

- Análise do programa e aplicação do mesmo
- Sobre a identidade das cadeiras de ação jornalística: o que devem ser
- Sobre a necessidade de estabelecer pontes com a teoria (do jornalismo e da comunicação)
- Sobre o ensino do jornalismo aplicado às cadeiras de ação jornalística: ensino exclusivamente técnico vs laboratório de experiências e reflexão
- Sobre o posicionamento dos docentes das cadeiras de ação jornalística no corpo docente do curso (para analisar as diferenças de papel que os docentes de cadeiras práticas (ação) desempenham na universidade e no politécnico)

- Sobre os trabalhos que deixam os alunos mais motivados
- Sobre os meios técnicos de auxílio ao trabalho dos jornalistas disponíveis no curso e sobre a forma como os alunos os operam: o professor e o técnico: a diferença de papéis.
- Sobre o perfil do professor das cadeiras de ação jornalística: acadêmico? Jornalista? Mistura dos dois?
- Sobre as pontes criadas com o mercado: elementos específicos que demonstrem a criação de pontes

Tópicos coordenadores/diretores dos cursos

- Sobre a mais valia do curso. Marcas distintivas
- Sobre o prestígio do curso e dos efeitos desse rótulo junto dos potenciais empregadores
- Análise da estrutura curricular e do posicionamento do curso (dimensão prática/dimensão teórica/ mistura das duas: percentagem de cada uma)
- Sobre as vantagens e desvantagens de um curso de banda de larga/banda estreita. Análise comparativa.
- Sobre o ensino do jornalismo aplicado às cadeiras de ação jornalística: ensino exclusivamente técnico vs laboratório de experiências e reflexão
- Sobre a necessidade de, nas cadeiras de ação jornalística, serem estabelecidas pontes com a teoria (do jornalismo e da comunicação)
- Sobre o perfil dos docentes das cadeiras de ação jornalística
- Sobre a necessidade de serem estabelecidas pontes com o mercado (protocolos estabelecidos com OCS nacionais e regionais: descrição e âmbito dos mesmos)
- Sobre o risco de os cursos mais práticos ficarem reféns das exigências do mercado (exemplo americano)
- Sobre o acompanhamento dos alunos que acedem ao mercado, como estagiários, e sobre o efeito dessas reações (do mercado) no curso.
- Sobre o equipamento técnico existente de auxílio aos trabalhos práticos dos alunos
- Sobre o corpo de discentes que operam esse equipamento e auxiliam os alunos na concretização dos trabalhos
- Sobre a existência de ocs internos (jornais, rádios, televisões, *sites*)
- Sobre as vantagens e desvantagens do estágio curricular (estágio integrado)
- Sobre o processo de Bolonha e os efeitos na formação

-Sobre a articulação entre o primeiro e segundo ciclos. Que efeito tem essa articulação num curso de banda larga? (se houver “excessiva” especialização no primeiro ciclo o que resta para o segundo)

Tópicos de conversa com professores e jornalistas de referência

-Recolha de informação sobre ensino do jornalismo de acordo com experiência do entrevistado;

-Recolha de opiniões sobre ensino do jornalismo;

-Recolha de opiniões sobre a oferta (qualidade e quantidade da mesma);

-Sobre a estruturação dos cursos: teoria vs prática (equilíbrio);

-Sobre a história da formação académica em Portugal;

-Sobre a autonomização do campo jornalístico nas universidades;

-Sobre os cursos de banda larga/ banda estreita;

-Sobre a necessidade da formação académica;

-Sobre os argumentos dos críticos do ensino universitário na área;

-Sobre o mercado: as necessidades e as exigências condicionadoras do mercado;

-Sobre as pontes entre o ensino, a formação e a ação profissional;

-Sobre o estado do jornalismo hoje: mudança de paradigma? (as influências da Internet/novos media) no quotidiano jornalístico.

QUESTIONÁRIO diretores de informação/recursos humanos

- 1) Que vantagens vê na formação académica em jornalismo?
- 2) A licenciatura ou equivalente num qualquer curso de Ciências da Comunicação ou Jornalismo é elemento preferencial de admissão dos estagiários do órgão de comunicação social (OCS)/grupo?
- 3) O OCS/grupo dá preferência a algum estabelecimento de ensino em particular? Se sim qual e porquê?
- 4) Considera existir alguma diferença entre um estagiário formado por uma universidade e um estagiário formado por um politécnico? Se sim quais?
- 5) Qual a opinião que tem, em geral, sobre a formação académica em jornalismo em Portugal?
- 6) O OCS/grupo dá preferência ao estagiário que já consiga concretizar conteúdos jornalísticos, ou prefere alguém que, mesmo apresentando maior dificuldade na execução, demonstre uma maior capacidade de reflexão crítica e analítica sobre a ação jornalística do dia a dia?
- 7) Que tipo de acompanhamento é que o OCS/Grupo dá habitualmente aos estagiários:
 - a) Por que etapas passa o processo de estágio na empresa?
 - b) Existe algum momento em que os estagiários conquistem a possibilidade de saírem sozinhos em reportagem?
- 8) Na empresa quais são os direitos e os deveres do estagiário?
- 9) É dado algum feedback, por parte da empresa, à escola de origem do estagiário sobre o desempenho desse estagiário? Esse feedback tem sido solicitado pelo Estabelecimento de Ensino em causa?

Quadro 17 - Análise global dos seis projetos de formação do corpus restrito (CONCLUSÕES CAPÍTULO SETE)

CURSO	VARIANTE	CORPO DOCENTE	ESTRATÉGIAS DE COORDENAÇÃO	AValiação DOS ALUNOS (CURSO E PLANODE ESTUDOS)	PROATIVIDADE	MEIOS TÉCNICOS	VISIBILIDADE DO TRABALHO DOS ALUNOS	ESTÁGIOS	SITUAÇÃO PROF. DOS ESTAGIÁRIOS
UNL CC 7 docentes 13 alunos (6 estagiários)	5 uc 30 créditos	7 docentes (4 de carreira, 3 convidados a tempo parcial)	-Influência do perfil do coordenador -Tentativa falhada de maior aproximação às Profissões, através da aplicação de estratégia tecnológica	-O plano não é rejeitado por nenhum aluno mas merece críticas -Rejeição das cadeiras teóricas que não promovem associações a contextos profissionais -Necessidade de reforçar a variante	-Esforço extra-curricular para aproximação à profissão	-Equipamento e apoio técnico deficientes	-Depende de cada docente -Plataforma do DCC descontinuada	-Sem estágio -DCC não se envolve, mas alunos organizam-se voluntariamente -Percurso marcado pela alternância entre estado de euforia e depressão -Dificuldade em aplicar conceitos teóricos	-3 alunos empregados (2 insatisfeitos com sit. prof.) -3 alunos desempregados -Nenhum optou pelo 2º ciclo na UNL
UP CCJAM 4 docentes 11 alunos (5 estagiários)	4 uc 30 créditos	5 docentes (4 doutorados de carreira; 1 assistente convidado)	-Influência da ESJ determina reforço da componente profissional, mas aposta central no <i>multimedia</i> ; -Tronco comum reflete aproximação às profissões; -"Défice de investigação"	-Projeto formativo chumbado por um aluno. Maioria critica mas não rejeita; -Críticas à opção <i>multimedia</i> e consequente desinvestimento no jornalismo; -Défice de reflexão	Existência de OCS internos torna desnecessário esforço extra-curricular de aproximação ao mercado	-Parcerias com OCS nacionais contribui para solucionar problemas; -Apoio técnico aos alunos solucionado	Plataforma JPN (referência nos projetos escolares)	-Estágio - 30 créditos - Alunos não destacam envolvimento do curso, embora este seja obrigatório -Alternância entre estados de euforia e depressão -Dificuldade na aplicação de conceitos teóricos	-5 alunos desempregados -1 aluno ficou no local onde fez estágio -Nenhum optou por 2º ciclo na UP
CS ESEC 3 docentes 11 alunos (5 estagiários)	9 uc 39 créditos	5 docentes (4 doutorados de carreira; 1 assistente convidado)	-Valorização da componente prática: aproximação às profissões, mas aposta central é a componente <i>multimedia</i>	-ESEC primeira opção apenas para 1 aluno -maioria dos alunos rejeita projeto formativo -maioria dos alunos desvaloriza cadeiras teóricas e defende reforço da componente prática	-Maioria dos alunos colabora com ESEC TV e OCS da Associação Académica de Coimbra -Alunos muito motivados com essa colaboração	-Professores apoiam diretamente os alunos sem necessitarem de recorrer aos técnicos da ESEC TV	-ESEC TV. Mas trata-se de uma estrutura autónoma dentro da escola	-Estágio 30 créditos -Alunos criticam prestação do orientador nomeado pela escola mas valorizam empenho da escola na escolha do local de estágio -Dificuldade na aplicação de conceitos teóricos e valorização da componente prática da formação	-1 ficou no local de estágio -3 desempregados -1 situação desconhecida -O único aluno que prossegue para 2º ciclo não escolheu ESEC

CJ ULHT 3 docentes 9 alunos (3 estagiários)	17 uc (mais uma: Seminário Jornalismo/ Estágio) 90 créditos (mais 9 do Seminário)	36 docentes no curso (22 a tempo parcial) 5 doutorandos	-Banda Estreita: cadeiras exteriores ao subcampo do jornalismo promovem aproximação direta ao jornalismo -Sobreposição de conteúdos programáticos em diversas cadeiras -Aposta no apetrechamento tecnológico dos alunos	-Não foi 1ª opção para nenhum aluno -Maioria dos alunos chumba projeto formativo -Críticas à qualidade dos docentes: quebra de expectativas -Receio de desemprego muito valorizado	-Equipamento profissional com gestão profissional -Apoio técnico aos alunos muito valorizado	-Portal LOC (Lusófona Online: Conteúdos)	-Alunos incentivados a colaborar com o LOC, mas apenas 2 participam regularmente	-Facultativo (9 créditos) -Gabinete de Estágios auxilia alunos a encontrar estágios, mas durante o percurso, escola não se envolve -Alunos rejeitam projeto formativo	-Desempregados (1 inscreveu-se num curso do CENJOR)
CCC ULP 5 docentes 11 alunos (1 estagiário)	10 uc 60 créditos	5 docentes a tempo parcial (1 doutorado)	-Aproximação do plano de estudos à componente profissional indicia que conceito de Banda Larga significa mera intenção de alargar oportunidades de mercado dos alunos	-Curso não foi 1ª opção para nenhum aluno, mas maioria valoriza projeto formativo. Aluno estagiário representa única opinião negativa -Professores registam défice de qualidade dos alunos e falta de empenho -Alunos valorizam cadeiras teóricas onde detetam aplicações práticas e valorizam cadeiras práticas	-Assunção de desafios extra-curriculares, complementares da formação, praticamente inexistentes	-Equipamento em 2ª mão, instalado na ULP depois de ter chegado ao fim da vida útil na ULHT -Apoio técnico valorizado	-Alunos podem recorrer ao LOC, mas portal tem impacto limitado na ULP	-Sem estágio -Escola incentiva alunos a fazer estágio durante percurso letivo, mas ULP revela dificuldades em encontrar lugares de estágio para os alunos	-Único estagiário do painel está desempregado
CC ISMAI 3 docentes 12 alunos (3 estagiários)	5 uc 34 créditos	3 docentes (1 doutorado a tempo integral; 2 licenciados a tempo parcial)	-Aproximação do plano de estudos a qualquer profissão de matriz tecnológica, valorizando oportunidades profissionais dos alunos -Diluição do jornalismo nas profissões tecnológicas	-Maioria dos alunos afirma que ISMAI foi 1ª opção -Alunos do 1º ano subscrevem estratégias da coordenação, mas alunos do 3º ano e estagiários questionam-nas -Plano de estudos com TIC a mais e jornalismo a menos	-Assunção de desafios extra-curriculares, complementares da formação, praticamente inexistentes	-Equipamento profissional; estúdio multiplataforma -Apoio técnico especializado -Instalações construídas de raiz	-Trabalhos de imprensa: Jornal Ágora; trabalhos de rádio e TV sem visibilidade	-Estágio opcional: 9 créditos (opção para maioria dos alunos de jornalismo) -Estágio curricular coincide com 2º semestre do 3º ano o que determina desvalorização das aulas -2 dos 3 estagiários chumbam plano formativo; 1 aprovado com reservas	-Os 3 desempregados

fonte: trabalho de campo e sítios online dos 6 cursos